

**Helena Pina | Paula Remoaldo | Maria Conceição Ramos |
Helder Marques (Eds.)**



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

**The territorial diversity of opportunities
in a scenario of crisis
Diversidade territorial e oportunidades
de desenvolvimento num cenário de crise**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2014**



**Helena Pina | Paula Remoaldo | Maria Conceição Ramos |
Helder Marques (Eds.)**



**THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU**

-

**The territorial diversity of opportunities
in a scenario of crisis
Diversidade territorial e oportunidades
de desenvolvimento num cenário de crise**

**Faculdade de Letras da Universidade do Porto
2014**

Título: **THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE**
GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU
The territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis
Diversidade territorial e oportunidades de desenvolvimento num cenário de crise

Organização de: Helena Pina, Paula Remoaldo, Maria Conceição Ramos, Helder Marques

Prefácio de: Helena Pina

Editor: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO PORTO - Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2014

ISBN: 978-989-8648-38-9

<http://ler.letras.up.pt> E.Book

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n
4150-564
Porto

E-mail sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em:
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1433&sum=sim>

Organização:

Prof. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto
Prof. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho
Prof. Doutora Maria Conceição Ramos, Universidade do Porto
Prof. Doutor Helder Marques, Universidade do Porto

Comissão Científica:

Prof^ª. Doutora Alexandrina Deaconu, Université de Bucarest
Prof^ª. Doutora Ana Firmino, Universidade Nova de Lisboa
Prof^ª. Doutora Ana Monteiro, Universidade do Porto
Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto
Prof. Doutor Atanas Dermendzhiev, University of Verliko Tarnovo
Prof^ª. Doutora Cármen Ferreira, Universidade do Porto
Prof^ª. Doutora Elena Dobre, Université OVIDIUS de Constanta
Prof^ª. Doutora Felisbela Martins, Universidade do Porto
Prof^ª. Doutora Fernanda Cravidão, Universidade de Coimbra
Prof^ª. Doutora Glória Teixeira, Universidade do Porto
Prof. Doutor Hélder Marques, Universidade do Porto
Prof^ª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto
Prof^ª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest
Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra
Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela
Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^ª. Doutora Lucette Laurens, Université de Montpellier III
Prof^ª. Doutora Maria da Conceição Ramos, Universidade do Porto
Prof^ª Doutora Natália Ramos, Universidade Aberta
Prof. Doutor Vareliá Paul Carril, Universidade de Santiago de Compostela
Prof. Doutor Norberto Santos, Universidade de Coimbra
Prof^ª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho
Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo
Prof^ª. Doutora Stella Dermendzhieva, University of Verliko Tarnovo

Apoio Técnico

Dra. Cláudia Moreira, Universidade do Porto
Mariana Selas, Universidade do Porto





Índice

<i>Preface</i>	Helena Pina	11 – 13
----------------	-------------	---------

<i>Prefácio</i>	Helena Pina	14 – 16
-----------------	-------------	---------

Parte I – Diversidade territorial e desenvolvimento regional

<i>O património imaterial duriense: que contributo para o desenvolvimento regional?</i>	Helena Pina	18 – 36
---	-------------	---------

<i>Oportunidades e perspetivas de desenvolvimento do turismo no concelho de Zlatograd</i>	Slavi Dimitrov	37 – 50
---	----------------	---------

<i>As paisagens culturais europeias como referências icónicas: paisagens de encenação da Europa fora do continente Europeu</i>	João Luís Fernandes	51 – 71
--	---------------------	---------

<i>Na sociedade do século XXI o clima deve ser considerado numa perspetiva bottom-up ou top-down?</i>	Ana Monteiro	72 – 98
---	--------------	---------

<i>The European space through the prism of geography</i>	Atanas Dermendzhiev Martin Doykov	99 - 110
--	--------------------------------------	----------

<i>A rehabilitación de bairros na Galiza. Aspectos metodológicos</i>	José António Aldrey	111 – 125
--	---------------------	-----------

<i>“Neodesenvolvimentismo” e reestruturação produtiva: O processo de reordenamento territorial no Oeste metropolitano fluminense (Rio de Janeiro, Brasil)</i>	Leandro Dias de Oliveira, André Santos da Rocha	126 - 142
---	--	-----------

Parte II - O ambiente social europeu: algumas problemáticas

<i>A política ambiental e a defesa nacional</i>	Cármén Ferreira	144 – 156
---	-----------------	-----------

<i>Influência da criminalidade sobre o espaço: exemplo do município de Guimarães</i>	Sara Silva Paula Remoaldo	157 – 178
--	------------------------------	-----------

<i>Institutional theory and social responsibility hotel</i>	María Dolores Sánchez-Fernández	179 – 193
---	---------------------------------	-----------

<i>O Brasil na rota da imigração e da mobilidade dos trabalhadores portugueses na atualidade</i>	Caroline Fracalossi Maria da Conceição Ramos	194 – 214
--	---	-----------

<i>Novas realidades, novos desafios na saúde das crianças- área sensível das novas realidades</i>	Ivete Rosária Monteiro	215 – 224
<i>Conflitos Interculturais no espaço europeu - perspectivas de prevenção e intervenção</i>	Natália Ramos	225 - 245

Parte III – O quadro económico internacional: um cenário de oportunidades e obstáculos

<i>Os grandes vinhos que a Europa dá ao mundo</i>	António de Barros Cardoso	247 – 265
<i>Les difficultés rencontrées par les banques commerciales pendant la crise financière- étude de cas</i>	Elena Dobre	266– 276
<i>The economic and accounting administration of the quality</i>	Anca Cristina Stanciu Elena Dobre	277 – 288
<i>A política nacional dos territórios rurais no Brasil e a luta por reconhecimento social</i>	Simone Santos José Willington Germano Maria da Conceição P. Ramos	289 – 305
<i>Novas oportunidades para o desenvolvimento das relações búlgaro-portuguesas</i>	Tatyana Dimitrova	306 – 315
<i>Políticas e estratégias de coesão económica, social e territorial para um desenvolvimento sustentável</i>	Maria da Conceição Ramos Olívio Patrício	316 – 335

PARTE IV - O ensino e a formação num quadro multicultural

<i>Empregabilidade do profissional em turismo na hotelaria Brasil/Portugal</i>	Domira Araújo Maria da Conceição Ramos	337 – 359
<i>Os públicos da cultura de Panóias - um estudo de caso</i>	Rute Alves Teixeira	360 – 380
<i>Formação docente e licenciaturas interdisciplinares: o caminho percorrido pela Universidade Federal do Maranhão</i>	Iran de Maria Nunes	381 – 389
<i>Business education and career opportunities</i>	Alexandrina Deaconu Catalina Radu	390 – 399
<i>Pour un enseignement économique supérieur interdisciplinaire</i>	Ileana Constantinescu Adriana Motatu	400 – 407
<i>Geographical education as a phenomenon of common culture</i>	Stella Dermendzhieva Martin Doykov	408 – 428
<i>Ensinar Geografia através de imagens: olhares e práticas</i>	Felisbela Martins	429 – 446



PREFACE

In an increasingly urbanised but also more globalised European area in which problems multiply, there is still a wealth of potentialities, providing a highly diversified, inspiring and attractive territorial mosaic. However, despite constant references to the implementation of strategies targeting sustainable, inclusive development, the problems have aggravated, particularly those related with rural spaces. In fact, the rural spaces where tradition has persevered, including those with significant heritage, have been neglected, despite showing undeniable progress and investing strongly in multifunctional purposes in harmony with the environment and the landscape, as well as the social, economic and cultural framework. Even so, abandonment and depopulation are escalating in these spaces.

Measures must, however, be taken to reverse these situations. Structural strategies must be implemented that are both sustainable and inclusive, following new directives from the European Commission, through the Europe 2020 Strategy, that are able to foster a global, sustainable and intelligent approach. These should address also the social dimension and inclusion, as well as the digital society and education, knowledge and innovation, thus leading to a more efficient and competitive use of endogenous resources. These may serve as the basis for a more social, more inclusive European economy, with a view to effective territorial cohesion.

In this persistently problematic setting, there is an urgent need to pursue studies to raise awareness in society, particularly the scientific community, or civil society with the ability to intervene actively in spatial planning and management. Publications such as “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – The Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis / Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise” intend to address these issues. There is an urgent need to reflect on recent development policies from multiple perspectives (geographical, historical, environmental, economic, social and cultural), exploring different themes, taking into consideration the diversity of scenarios, both European and beyond, particularly the Portuguese-speaking emerging countries.

Thus, this third publication gives continuity to these studies from a clearly multifaceted, multidisciplinary and interuniversity approach, as well as maintaining its international character. With the participation of specialists from several Portuguese, French, Bulgarian, Romanian, Galician and Brazilian universities, this edition explores highly differentiated territories, which illustrate the problems and dynamics selected. Notable comparative studies also have their place, highlighting especially development strategies in which innovation, complementarity and sustainability are the main focus. Thus, the endogenous resources and distinctive heritage of these regions can be boosted, through synergies conducive to environmental conservation, spatial planning, social cohesion and economic recovery, from an intelligent, inclusive and harmonious perspective, the only means to overcome this critical period stretching back to 2007/2008.

This edition is structured into four parts, covering themes that are more incisively related to SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Even though the European area is the main focus, the different approaches explored here are increasingly more globalised.

As a brief introduction, we will start with Part I, “Territorial Diversity and Regional Development”. Regional development is the publication’s central theme, but from a perspective that contemplates the diversity of endogenous attributes. If they are strategically conjugated, they may indeed serve to promote credible development strategies, capable of overcoming the more critical moments. Thus, the importance of immaterial heritage and the landscapes is highlighted, as well as the border regions with their specific dynamics, and tourism at its different levels, an effective means to boost and revitalise endogenous dynamics in which tradition and innovation can be pacifically combined. The opportunities and perspectives for regional development are thus increased, in a very diversified, territorialised and consistent palette, going beyond the European diversity to include other experiences such as the Brazilian.

Given that this development is anchored in fundamental aspects such as the social and economic framework, education and training, and the environmental and cultural setting, it comes as no surprise that Part II is called “The European Social Environment: Some Issues”. The studies here focus particularly on a question that has progressively and strategically come to the fore in the area of development: the social and cultural dimension, complemented by policy. Part II addresses, for example, the importance of national defence from a social and environmental perspective, and the influence of crime at regional level. Other studies focus on the much aspired-to sustainable development, exploring topics such as the social responsibility of tourism and, most particularly, the hospitality sector. The impact of immigration and other types of migrations are also addressed, subject to many differentiated approaches, and their effects on the different continents. Portuguese immigration stands out, as do the intercultural conflicts and new realities deriving from the existing challenges in health care, particularly in Portugal. There is indeed a wide range of approaches to this issue, as well as to their effects and the strategies developed.

Always present, the economic dimension is the focus of Part III, “The International Economic Framework: a Scenario of Opportunities and Obstacles”. Multiple scenarios, diversified but consistent and complementary, are again addressed, highlighting in this part the instruments that comprise obstacles to development, although in many cases they can be reverted and transformed into opportunities, especially when innovation, tradition and endogenous specificities are conjugated and boosted. Thus, success stories can be discovered. In this context, Part IV of this publication is entirely justified. It starts by taking a journey through the great European wines and their economic impact, in settings that are inseparable from their culture, history and environment; it then explores distinct strategies to overcome the current crisis, such as in the banking or administrative sector, here exemplified with the Romanian and Brazilian case, focusing in the latter case on the rural spaces, where policies and strategies have been implemented to foster territorial cohesion and sustainable development. Fortunately, there are new opportunities and policies targeted at development, economic and social cohesion, and sustainability, in which economic, social and environmental balance can be recognised.

Naturally, to achieve the goals set out, education and technical training play a central role, taking culture and tradition into account, as well as technology and innovation. In a globalised world with impressive levels of social and cultural mobility, Part IV, “Education and Training in a

Multicultural Setting”, also addresses these issues, from a comprehensive perspective, in which the combination of training and employability, teacher training and increasing the populations’ level of schooling, have impact on the conservation / enhancement of culture. The studies maintain a multidisciplinary approach to these topics and their effects, addressing different levels of education (basic, secondary and university). There are many cases illustrating these issues, territorially diversified, from Portugal, Bulgaria, Brazil and Romania, but which always represent the existing connection between technical and cultural training and employability, as well as the consequent opportunities that contribute to deepening territorial and social cohesion.

The endogenous potentialities do indeed exist, in settings where multifaceted, revitalising and innovative approaches stand out. There is however the need to frame them strategically, from a perspective in which the different components are complementary, neglecting none, developing them holistically and harmoniously, while mitigating the existing obstacles. In an innovative and responsible setting, the endogenous specificities are also preserved, the distinctive aspects of each culture, each social context, each territory, while implementing the directives of the Europe 2020 Strategy in the old continent. These approaches are also intended to overcome the crisis, indeed incisive at the global scale.

Helena Pina



PREFÁCIO

Num espaço europeu cada vez mais urbanizado mas também globalizado em que os problemas se multiplicam, as potencialidades continuam a evidenciar-se, proporcionando um atrativo mosaico territorial, muito diversificado e inspirador. No entanto, e apesar das constantes referências à implementação de estratégias que conduzirão a um desenvolvimento sustentável e inclusivo, os problemas adensam-se, particularmente os que se relacionam com os espaços rurais. De facto, os espaços onde a ruralidade e a tradição permanecem são subalternizados, incluindo os patrimonializados, apesar de evidenciarem progressos indistigáveis e de apostarem numa multifuncionalidade que tem em consideração o quadro ambiental e paisagístico, para além do social, do económico e do cultural. Ainda assim, avoluma-se de uma forma inquestionável o abandono e o despovoamento destes espaços.

Há, porém, que inverter este cenário. Para tal, urge implementar estratégias estruturantes, mas inclusivas que, no território europeu, obedecendo às novas diretrizes emanadas pela Comissão Europeia através da “Estratégia Europa 2020”, apontam para uma abordagem global, sustentável, e inteligente. Assim se engloba a vertente social e a inclusão, mas também a sociedade digital e, com isso, a educação, o conhecimento e a inovação, o que induz a uma utilização cada vez mais eficiente e competitiva dos recursos endógenos. Também se prospecta uma economia europeia mais social, mais inclusiva, procurando um cenário onde exista uma efetiva coesão territorial.

Permanecendo, contudo, um cenário muito problemático, é indispensável dar continuidade a estudos científicos que catalisem toda a sociedade, nomeadamente a comunidade científica ou a sociedade civil com capacidade interventiva na gestão e no planeamento do território. Só assim se alterará tal cenário. É neste âmbito que surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – The Territorial Diversity of Opportunities in a Scenario of Crisis / Diversidade Territorial e Oportunidades de Desenvolvimento num Cenário de Crise”.

Há, efetivamente, que refletir sobre as recentes políticas de desenvolvimento tendo em consideração a multiplicidade territorial, social e cultural, abordando-as segundo múltiplas perspetivas (geográfica, histórica, ambiental, económica, social, cultural e jurídica), explorando diferentes temáticas numa ótica em que a diversidade de cenários, quer europeus, quer de outras proveniências, nomeadamente dos países de economias emergentes de língua oficial portuguesa, estejam de facto presentes.

Neste contexto, nesta terceira publicação, prossegue-se com a edição destes estudos mas numa linha de continuidade em que é indistigável uma abordagem polifacetada, multidisciplinar e interuniversitária, para além de permanecer o carácter internacional. Com a participação de especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas e brasileiras, exploram-se territórios bem diferenciados, ilustrativos das problemáticas e dinâmicas selecionadas. Privilegia-se também a divulgação de estudos comparativos, impressionantes, que realçam sobretudo estratégias de desenvolvimento onde a inovação, a complementaridade e a sustentabilidade estejam presentes. Deste modo se potenciam os recursos endógenos, distintivos e catalisadores, criando sinergias que proporcionem a preservação e o ordenamento do território, num

cenário em que a coesão social e a recuperação económica se conjuguem de uma forma inteligente, inclusiva e harmoniosa, único meio de se ultrapassar este período crítico que se prolonga desde 2007/08.

Perante este enquadramento, surge esta publicação estruturada em quatro partes, abrangentes de algumas das temáticas mais incisivas que interferem num DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Acrescente-se que embora privilegiando o espaço europeu, as diferentes abordagens que aqui surgem estão cada vez mais globalizadas.

Façamos, porém, uma breve introdução, começando pela parte I, designada “A Diversidade Territorial e o Desenvolvimento Regional”. Tendo esta publicação como substrato central o desenvolvimento regional, mas numa ótica onde a diversidade de atributos endógenos é contemplada, estes se forem estrategicamente conjugados, proporcionarão de facto hipóteses de desenvolvimento credíveis, indutoras de uma ultrapassagem dos momentos mais críticos. Destaca-se a importância do património imaterial, dos cenários paisagísticos ou das paisagens de encenação, ou ainda os espaços de fronteira com as suas dinâmicas específicas, ou mesmo o turismo nas suas diversas vertentes, um efetivo despoletador e revitalizador de dinâmicas endógenas onde a tradição e a inovação se conjugam pacificamente. Assim se multiplicam as oportunidades e as perspetivas de desenvolvimento regional, numa paleta muito diversificada, territorializada e consistente, que ultrapassa a diversidade europeia para incluir outras experiências como a brasileira.

Fundamentando-se este desenvolvimento em aspetos fulcrais como o quadro social e económico, ou ainda o ensino e a formação, para além do quadro ambiental e do cultural, não estranhemos que a parte II intitulada “O Ambiente Social Europeu: algumas problemáticas”, se debruce preferencialmente sobre uma das questões que, progressiva e estrategicamente se impõe em toda a conjuntura desenvolvimentista: a vertente social e cultural, mas numa ótica em que é complementada pela política. Neste contexto, na parte II desta obra é abordada a importância da defesa nacional, se bem que numa perspetiva social e ambiental, ou a influência da criminalidade no quadro regional. Acrescem outras análises incisivas pelas interferências no tão ambicionado desenvolvimento sustentável, como a responsabilidade social do turismo e, de modo muito particular, da hotelaria. Adiciona-se o impacto da imigração, mas também de outras tipologias de migrações, passíveis de múltiplas e diferenciadas abordagens, bem como os seus reflexos, distribuídos pelos diferentes continentes. Neste âmbito, sobressai a imigração portuguesa, mas também os conflitos interculturais e as novas realidades decorrentes dos desafios existentes na saúde, particularmente em Portugal. São, efetivamente, muito diversificadas as hipóteses de abordagem desta temática, bem como os seus reflexos e as estratégias que a envolvem.

Sempre omnipresente, a vertente económica é valorizada na parte III desta publicação, intitulada “O Quadro Económico Internacional: um Cenário de Oportunidades e Obstáculos”. Permanecendo uma abordagem metodológica que distingue múltiplos cenários, mas consistentes e complementares, neste capítulo analisam-se instrumentos que obstaculizam o desenvolvimento, se bem que, com frequência, podem ser reversíveis e transformados em amplas oportunidades, especialmente quando a inovação, mas também a tradição e as especificidades endógenas se conjugam, potenciando-se. Assim se descobrem casos de sucesso. Neste contexto, justifica-se a parte IV desta obra, iniciando-se com uma

viagem pelos grandes vinhos europeus e os seus impactes económicos, mas num quadro indissociável da cultura, da história e do cenário ambiental onde se inserem; prossegue-se com a explanação de distintas estratégias tendentes à superação da crise atual, como as que envolvem o setor bancário ou o administrativo, aqui visualizados através do quadro romeno, mas também do brasileiro, incidindo, neste caso, particularmente nos espaços rurais, onde se aposta em políticas e estratégias conducentes à coesão territorial e ao desenvolvimento sustentável. Felizmente domina a apresentação de novas oportunidades e de políticas indutoras do desenvolvimento, da coesão económica e social, de um cenário previsivelmente sustentável, onde o equilíbrio económico, social e ambiental seja reconhecido.

Obviamente que para se tingirem os objectivos antes expostos tem de se valorizar a formação técnica e o ensino, num invólucro onde a cultura e a tradição, mas também a tecnologia e a inovação estejam presentes. Num mundo globalizado onde a mobilidade social e cultural são impressionantes, indeléveis, na parte IV desta publicação aprofundam-se estas temáticas, mas numa perspetiva conjuntural, onde a correlação existente entre a formação e a empregabilidade, ou a formação docente e o incremento educacional da população tem consequências na preservação/valorização da cultura. Intitula-se esta quarta parte “O Ensino e a Formação num Quadro Multicultural”. Aqui permanece a abordagem multidisciplinar destes temas, bem como dos seus reflexos, observados a diferentes níveis de formação (básico, secundário e universitário). Os casos exemplificativos sucedem-se, diversificados territorialmente, abarcando exemplos portugueses, mas também búlgaros, brasileiros ou romenos, mas sempre representativos da conexão existente entre a formação técnica e cultural e a empregabilidade, ou ainda com as oportunidades que daí decorrem e que viabilizam o aprofundamento de uma coesão territorial e social.

As potencialidades endógenas existem de facto e num quadro onde as abordagens multifacetadas, revitalizadoras mas também inovadoras se evidenciam. Há, porém, que as enquadrar estrategicamente, numa perspetiva em que as diferentes componentes se complementem, sem subvalorizar nenhuma, desenvolvendo-se de uma forma holística e harmoniosa, enquanto se mitigam os obstáculos existentes. Num cenário inovador e responsável, preservam-se também as especificidades endógenas, os aspetos distintivos de cada cultura, de cada quadro social, de cada território, enquanto se tenta implementar as diretrizes subjacentes à “Estratégia Europa 2020” no velho continente, mas também a superação da crise, de facto incisiva à escala global.

Helena Pina

Parte I

Diversidade Territorial e Desenvolvimento Regional



O PATRIMÓNIO IMATERIAL DURIENSE: QUE CONTRIBUTO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL?

Helena Pina

FLUP, CEGOT

mpina@letras.up.pt

Resumo

Quando se aborda um território como a Região Demarcada do Douro (RDD), habitualmente focam-se as suas virtualidades paisagísticas, mas sobretudo os seus vinhos, com destaque óbvio do Vinho do Porto. Sobressai, porém, um património paisagístico, económico, social, cultural, arquitetónico e vitícola excecional que justificou, inclusivamente, a sua distinção como “Património Mundial da Humanidade”.

Apesar das suas indiscutíveis potencialidades, os obstáculos ao seu desenvolvimento sucedem-se, englobando aspetos de âmbito físico, mas, sobretudo, antrópicos. Destaque-se a existência de um quadro humano envelhecido e em declínio, a carência de assalariados, ou a estrutura fundiária das explorações agrícolas. Aos anteriores acrescem as precárias acessibilidades internas, a que se adicionam as dificuldades institucionais, ou ainda a deficiente preservação do património arquitetónico e a subalternização do simbólico, do imaterial.

É o que sucede com as festas e romarias, que, apesar de evidenciarem uma componente religiosa, incluem também a cultural e a social, para além da turística, sendo da maior relevância, pois possibilitam não só a preservação de usos e costumes, como auxiliam na compreensão do passado coletivo. Correspondem ainda a uma revitalização de vivências, se bem que sob novas perspetivas, pois embora homenageando o santo padroeiro, sustentam dinâmicas em territórios por vezes muito problemáticos. É neste contexto que se abordará Cambres, freguesia do concelho de Lamego (NE de Portugal), onde se venera o Senhor da Aflição, questionando o atual impacte territorial e social destes festejos, bem como as estratégias a implementar num quadro onde a sustentabilidade esteja assegurada.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural, TER, sustentabilidade, património imaterial, festividades

Abstract

Studies on the Douro Demarcated Region (DDR) usually focus on its landscape, its wines and especially on Port wine. However, there is also an exceptional economic, social, cultural, architectural and winegrowing heritage that justified its distinction as World Heritage.

Despite the region's unquestionable potential and attractions, the obstacles to its development are manifold, including physical aspects but above all anthropic ones, amongst which we can mention an aged local population in decline, the lack of workers, or poor land use structure of the farms. Added to these, the region has poor internal access routes, institutional difficulties, deficient conservation of the architectural heritage and almost total disregard for the symbolical, the immaterial.

This is the case of the popular festivals and pilgrimages that, although religious in nature, have significant cultural and social dimensions, as well as an important role to play in tourism. They serve not only to preserve traditions and customs but also contribute to understanding the collective past. These festivities are also essential to revitalise experiences because, although they pay tribute to a patron saint, they sustain dynamics in territories that are very often afflicted by a range of problems. It is in this context that we will explore Cambres, a rural parish of the Lamego council, where the Lord of Afflictions is worshiped, questioning the current territorial and social impact of these festivities, as well as strategies to implement sustainable development.

Keywords: Rural development, rural tourism, sustainability, immaterial heritage, festivities.

Introdução

O mundo rural, muito heterogéneo, embora imerso em múltiplas problemáticas (ambientais, económicas, sociais, culturais), mantém potencialidades e especificidades que urge revitalizar. É o que se verifica quando se aborda um território como a Região Demarcada do Douro (RDD), parcialmente classificada pela UNESCO como Património da Humanidade. Habitualmente, focam-se as suas virtualidades paisagísticas, o seu património arquitetónico, cultural, social e enológico, mas subalterniza-se o simbólico, o religioso, como são as festas e romarias. Todavia, embora com uma componente religiosa, estas festividades incluem também a vertente cultural e a social, para além da económica e da turística, constituindo ainda auxiliares preciosos para a melhor compreensão do passado coletivo.

Tais eventos correspondem também a uma reanimação de vivências, pois, enquanto homenageiam o santo padroeiro, estimulam a implantação de dinâmicas em territórios por

vezes muito problemáticos. Constituem, de igual modo, momentos intensos para os autóctones, além de contagiarem um território mais ou menos amplo e corresponderem a uma oportunidade de reencontro com aqueles que se integraram na diáspora.

É neste contexto que se abordará Cambres, freguesia do concelho de Lamego (NE de Portugal). Espaço vitícola, apresenta um enquadramento paisagístico excepcional e uma localização privilegiada, pois situa-se em plena RDD, entre dois núcleos urbanos polifuncionais da maior relevância regional, Lamego e Peso da Régua. Esta freguesia é ainda favorecida por boas acessibilidades, sobretudo após a abertura da A24, a que acresce a linha de caminho-de-ferro (via estruturante do espaço duriense, desde a sua implantação no século XIX) e o eixo fluvial, o rio Douro. Não obstante, sucedem-se os entraves ao seu desenvolvimento. Com efeito, é inquestionável o declínio demográfico e o envelhecimento estrutural da população residente, para além de se agravar o tecido económico, particularmente o vitivinícola, o alicerce económico da freguesia. Para desenvolver este território apostou-se estrategicamente na multifuncionalidade da paisagem, mas ignorando parâmetros com potencial para dilatar as dinâmicas locais como é o património construído, para além do cultural e do imaterial.

Aqui se venera o Senhor da Aflição, festividade que se concretiza na última semana de Julho. As origens desta romaria são indissociáveis do conturbado século XIX quando alastraram entre os vinhedos diversas pragas fitossanitárias, com destaque para a filoxera. Encontrando-se a população sem alternativas técnicas e humanas para proteger os seus vinhedos, recorreu à intervenção divina e, como os devotos viram as suas preces acolhidas, prosseguem desde então as comemorações, em sinal de agradecimento.

Por outro lado, se no início do século XXI se privilegiam os núcleos urbanos e as suas festividades, florescentes, nos meios rurais são comuns as ermidas sem manutenção, já que as anteriores dinâmicas que mantinham intacto o seu culto, foram-se espaçando, até quase desaparecerem. Apenas as mais proeminentes subsistem. Numa conjuntura em que se aposta cada vez mais num desenvolvimento sustentável, é de facto também um imperativo das sociedades atuais a preservação da diversidade cultural, arquitetónica ou paisagística, salvaguardando-se, desta forma, a identidade local e das suas gente. É neste âmbito, aliás, que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), através de diversas convenções, fomenta a preservação e integração do património material, propiciando a revitalização de “áreas cénicas e naturais magníficas e sítios históricos do mundo, para o presente e o futuro de toda a humanidade” (UNESCO, 1978). Tal sucedeu, em 2001, com uma parte significativa da RDD, cenário que reflete uma intervenção humana centenária, perpetuada na existência de uma paisagem vitícola em terraços.

Embora se tenham multiplicado as convenções da UNESCO, só em 2003 surgiu a primeira associada à preservação cultural e do património imaterial, definindo-se no seu Art. 2º que este património corresponde a “práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos, reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Este património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza da sua história, inculcando-lhe um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.” (UNESCO, 2003). No seu ponto 3 acrescenta que é fulcral a salvaguarda deste património, implementando “medidas que visem assegurar a viabilidade do património cultural imaterial, incluindo a identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização e transmissão, essencialmente através da educação formal e não formal, bem como a revitalização dos diferentes aspetos desse património” (UNESCO, 2003)

Mais recentemente, na sequência da Convenção de 2005, a UNESCO, confirmando a importância do Património Imaterial como uma das vertentes a preservar quando se tem em mente um desenvolvimento sustentável, holístico e distintivo, incentivou a sua preservação, integrando-o nas dinâmicas a empreender para o desenvolvimento do espaço em causa, motivando os responsáveis políticos e culturais à concretização deste desiderato. Assim se distinguiu o “Fado”, por exemplo, em 2011.

É pois, pertinente, na conjuntura atual, questionar o impacte das festas e romarias em espaços rurais como Cambres. Além disso, como conciliar cultura, tradição, preservação e inovação, perspetivando um dinamismo consistente deste território? Não se pode ignorar que a paisagem, sendo o reflexo de um longo historial que urge preservar, permanece, mas ancorada na atividade humana dos autótones, a que, pontualmente, acresce a ação de outros atores, em geral de âmbito económico.

Para a concretização deste artigo adotamos uma metodologia que conjuga uma análise minuciosa de uma ampla bibliografia, documentos históricos e notícias de jornais, que complementamos com um intenso trabalho de campo, incisivo sobretudo no período das festividades. Realizaram-se, então, múltiplas entrevistas e inquéritos aos principais atores locais (responsáveis pela organização dos festejos, residentes, comerciantes e unidades de turismo), para além dos visitantes e turistas. Só enquadrados por esta metodologia foi possível concluir

este trabalho, em que se aborda um caso exemplificativo das festividades que persistem em meio rural, bem como das problemáticas que as envolvem.

1. Cambres: alguns apontamentos de enquadramento sócio-económico

Freguesia do concelho de Lamego (NE de Portugal) espraia-se por uma área que totaliza 11,16 Km², ascendendo na vertente desde a margem esquerda do rio Douro fronteira a Peso da Régua, até atingir o limite norte da cidade de Lamego, a cerca de 440 metros de altitude. Neste cenário multiplicam-se os socalcos de vinhedos tradicionais, muito exigentes em mão-de-obra, mas também os socalcos que recentemente sofreram uma reestruturação e a consequente mecanização, uma das formas de ultrapassar a carência de assalariados e o elevado nível retributivo que lhe está associado. Domina, contudo, um quadro natural apelativo, de substrato xistoso e clima de cambiante mediterrânea, onde o povoamento disperso e a persistência de outras culturas como a oliveira, a delimitar os blocos agrícolas, justificam a permanência de uma biodiversidade com raízes históricas e, com esta estratégia, a manutenção de um património paisagístico único (fotos 1 e 2).



Fotos 1 e 2 - Alguns aspetos da freguesia de Cambres (vista parcial)
Fonte: fotos da autora.

Este cenário privilegiado ainda se incrementa perante a persistência na freguesia de um soberbo património arquitetónico que espelha a importância que a vitivinicultura ostenta. Assim se multiplicam as casas solarengas dos séculos XVII a XIX, dispersas pelas quintas e lugares habitados, reflexo de uma ocupação humana em Cambres que recua no tempo, como se

comprova pela existência de morros fortificados, passagens calcetadas do período romano (Costa, 1979), relógios de sol, mas, sobretudo, exemplares de património religioso dos séculos XVII e XVIII.

De facto, para além da Igreja Matriz, salientam-se capelas dispersas pelos lugares habitados ou pelas quintas de maior nomeada (Azevedo, s/d; Costa, 1999), se bem que se sucedam os casos de degradação, sendo urgente criar uma dinâmica estrutural que sustente um desenvolvimento polifacetado, inclusivo, de todas as componentes territoriais.

Apesar dos aspectos positivos antes apresentados, em Cambres evidenciam-se problemas diversos, sobressaindo os que incidem na vitivinicultura. Atividade que manifesta um longo historial e grande importância, já que há referências à presença da vinha em Cambres no século XVI (Dias, 1957), foi, contudo, no período do Marquês de Pombal que esta cultura se expandiu, apoiada na multiplicação dos terraços que ascendiam nas vertentes. Na atualidade, porém, as problemáticas são múltiplas, das quais se destaca uma deficiente estrutura fundiária das explorações agrícolas, o envelhecimento dos vinhedos, a falta de mão-de-obra e a sua débil formação técnica, ou, ainda, o declínio demográfico (figura 1).

Tendência inegável desde a década de sessenta do século XX, reflete as sucessivas crises vitícolas regionais, indutoras efetivas de amplos fluxos migratórios e, conseqüentemente, do envelhecimento da população remanescente. Neste contexto, em 2011, dos 2066 residentes referenciados (INE, 2011), cerca de 23% já tinha ultrapassado os 65 anos de idade, permanecendo com uma formação essencialmente empírica, enquanto os jovens tinham ampliado a sua formação cultural e técnica, se bem que fixando-se, maioritariamente, no nível básico. Exercem funções terciárias nos núcleos urbanos regionais, mas apoiam os seus progenitores na exploração agrícola familiar, ainda que em regime pós-laboral. Assim alastra a dupla atividade entre os jovens, embora sejam os idosos que sustentam o setor vitícola, se bem que apoiados em alguma mecanização (Pina, 2007, 2011).

É, porém, a vitivinicultura que sustenta o tecido económico local, dominando em Cambres as pequenas explorações de estrutura familiar, pois, embora a dimensão média das explorações agrícolas fosse, em 2009, de 4,8 hectares, 41,2% nem 1 hectare atingiam (INE, 2009, Pina, 2013). Por outro lado, o parcelamento real ainda era mais preocupante, já que, em média, a área de cada exploração subdividia-se por 2 a 3 blocos, dispersos, sendo comuns os blocos com menos de 0,5 ha. Assim se adensam os pequenos proprietários, os efetivos preservadores destas paisagens, que, impelidos sobretudo pelas suas heranças culturais e sentimentais, dão continuidade às suas explorações vitícolas, apesar do baixo rendimento obtido (Pina, 2005, 2013). Exige-se, no entanto,

uma modernização/reestruturação dos vinhedos e a formação dos proprietários e assalariados, forma de mitigar os obstáculos que dificultam a existência de um desenvolvimento sustentável.

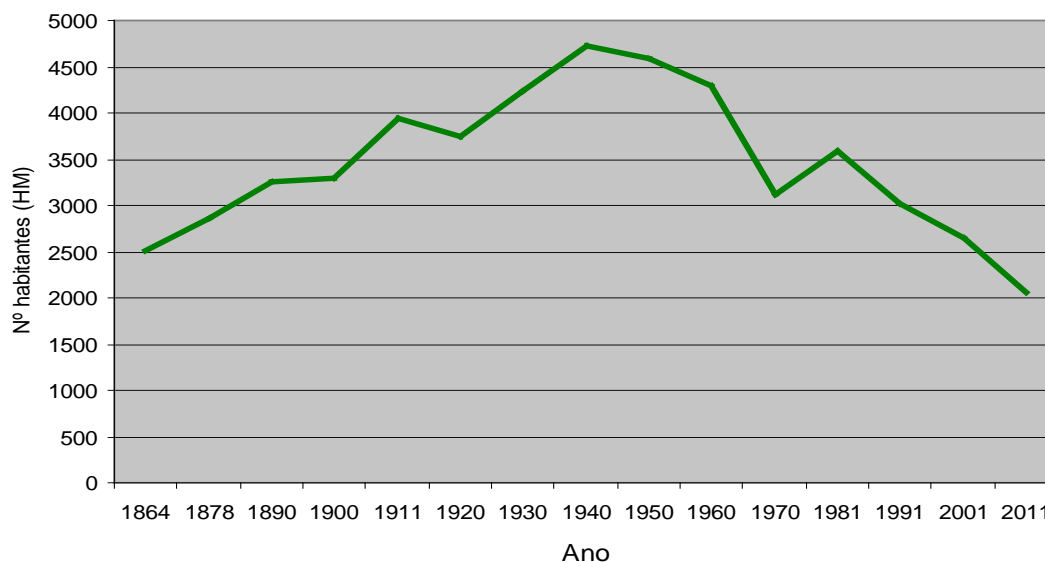


Fig 1 -Evolução da população residente (HM) na freguesia de Cambres (1864-2011)
Fonte: Recenseamentos Gerais da População (1864-2011). INE: Lisboa.

Em simultâneo, tem-se feito alguma requalificação destas paisagens, apostando sobretudo no Turismo em Espaço Rural (TER). Atividade que despertou no início dos anos oitenta, corresponde a uma tipologia de alojamento representativo da identidade rural e cultural da região, instalando-se em edifícios com características arquitetónicas que integram materiais de construção típicos, como é o caso do xisto, integrando-se ambiental e culturalmente no espaço em causa (Turismo de Portugal, 2013).

Turismo não convencional, o TER apresenta uma estrutura familiar e acolhimento personalizado dos turistas, proporcionando ao hóspede a oportunidade de reviver práticas, valores e tradições, nomeadamente as intangíveis. A esta tipologia adiciona-se também o Turismo de Habitação (Casa da Azenha, por exemplo) e o enoturismo, de facto impressionante neste território vinhateiro. Assim se favorece uma rentabilização de cariz multifuncional, sustentável, inclusivo, do tecido económico local rural, valorizando os recursos endógenos. Assim se potencia a diversificação das atividades agrícolas, com o conseqüente aumento dos rendimentos, enquanto se revitaliza atividades económicas que dele são tributárias e que interagem (artesanato, atividades lúdicas, culturais e desportivas)¹

¹ Tipologia de alojamento que até 2008 abrangia diversas modalidades de hospedagem (Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agro-turismo, Casa de Campo e Hotel Rural), posteriormente, na sequência do Dec. Lei nº39/2008,

Embora se tenha incrementado na década de noventa, foi sobretudo após a distinção concedida pela UNESCO ao espaço duriense como “Paisagem Evolutiva Viva, Património da Humanidade” que a sua expansão foi notória. Na generalidade, os aderentes correspondem a proprietários detentores de explorações vitícolas de média e grande dimensão, que gozam de um enquadramento paisagístico privilegiado e de um património construído assinalável: sob coordenação familiar, proporcionam aos hóspedes o conhecimento da vitivinicultura e da região (Pina, 2009, 2011, 2012).

Atividade onde a sazonalidade é indissociável, complementa-se com outras ofertas mais convencionais, pois em Cambres surgiram também projetos ambiciosos como “Aquapura Douro Valley” (hotel de cinco estrelas), e “Hotel Douro River” (hotel de quatro estrelas), ambos com Spa (Pina, 2012, 2013), ou ainda o “Hotel Rural Quinta da Pacheca”. Iniciaram funções entre 2007 e 2011, sofrendo entretanto diversas adaptações no sentido de ultrapassar o período crítico que se abateu sobre o país a partir de 2008.

O turismo, nas suas diversas vertentes, é, de facto, uma aposta estratégica que tem dinamizado este espaço, favorecendo ainda a preservação da paisagem, num meio onde o setor vitivinícola, apesar de problemático, continua a ser o seu sustentáculo económico. No entanto, há que dinamizar e usufruir também do património imaterial, das festividades locais, com destaque óbvio das festas do Senhor da Aflição.

2. As festas do Senhor da Aflição

2.1. Alguns apontamentos introdutórios

Embora sujeitos a diferentes interpretações, as festas e romarias sempre agregaram a atenção da população, se bem que numa perspetiva variável de acordo com o historial dos festejos em causa, o enquadramento geográfico, as acessibilidades e, mais recentemente, a divulgação e *marketing* que lhes está associado. Não obstante, há uma indiscutível diminuição dos festejos nos meios rurais, contrastando em absoluto com o cenário vigente até à década de oitenta do século XX, como é notório nas publicações de José Leite de Vasconcelos e de outros autores.

Em 1940, por exemplo, embora vigorasse o racionamento alimentar e se tivesse interrompido as exportações de vinho do Porto (uma das consequências do segundo conflito

complementado pela Portaria nº937/2008, surgiu outra classificação: Turismo de Habitação, Casa de Campo, Agroturismo, Hotéis Rurais e Turismo de Natureza.

mundial...), ainda assim, prosseguiram os principais festejos, atraindo “...povos de todas as freguesias da redondeza.” (Vasconcelos, 1997, 302)

Por seu lado, Ernesto Veiga de Oliveira referia que as romarias correspondiam a “*uma festa profana característica, em que coexistem elementos de todas as espécies, religiosos e profanos, cristãos e mágicos, cerimoniais e festivos.*” (Oliveira, 1984, 217). Acrescentava que as romarias “*eram os acontecimentos regionais de maior vulto (...) ocasiões de encontro das gentes de todas as áreas da respectiva província, que ali acorria para se mostrar e reavivar ou renovar conhecimentos, saber notícias de fora, entabular relações e negócios (...) e também para luzir e se divertir (...). Nelas afluíam, assim, de forma particularmente rica e viva, os traços característicos das culturas locais, os seus costumes e gostos, o seu folclore, e mesmo o seu artesanato fundamental*” (Oliveira, 1984, 220)

Em suma, as festas e romarias correspondiam a acontecimentos sociais com forte peso religioso, mas também económico e cultural. Atraíam múltiplos atores e dinâmicas diferenciadas que refletiam uma enraizada herança cultural. Na atualidade, contudo, estes festejos restringem-se cada vez mais aos principais núcleos urbanos, associados à festa municipal, enquanto nos meios onde a ruralidade ainda permanece, sobretudo nos mais periféricos, o cenário se degrada. As exceções são cada vez mais raras, constituindo as festas ao Senhor da Aflição um dos exemplos a divulgar.

2.2. O despoletar dos festejos

Embora o padroeiro da freguesia seja S. Martinho de Tours, é para o Senhor da Aflição que é direcionada a devoção dos cambrenses e dos naturais de um vasto território que inclui os núcleos urbanos confinantes com a freguesia. Festividade de cariz popular, desconhece-se, contudo, a sua origem, ainda que esteja documentada a existência de uma comunidade cristã em Cambres já no período celta (Costa, 1979).

Até ao século XVII, há alusões a um espaço onde existia uma policultura que conjugava alguma vinha com os cereais, para além dos castanheiros e de outras árvores de fruto, proliferando, contudo, a floresta. Esta cultura foi sendo progressivamente substituída pelos vinhedos. Será, porém, necessário aguardar pelo século XIX, para que o culto ao Senhor da Aflição se instituisse, propagando-se então rapidamente não só às freguesias vitícolas, mas também à população dos núcleos urbanos envolventes. Aliás, após a inauguração da “Ponte de Peões” em 1872, facilitou-se a participação dos reguenses nos festejos, e, após a chegada do

caminho-de-ferro, a “via acellerada” à Régua (Pina, 2007), esta influência estendeu-se até à cidade do Porto. Todavia, até ao final do século XVIII e independentemente da fonte documental a que se recorra, não descobrimos qualquer referência ao Senhor da Aflição.

Nessa época o espaço duriense encontrava-se mergulhado numa profunda crise, reflexo de sucessivos maus anos agrícolas. Esta instabilidade prosseguiu no século XIX, sob o efeito das invasões francesas e a estagnação das exportações dos vinhos, quadro que ainda se agravou na primeira metade do século sob uma forte crise política e social e a propagação de doenças criptogâmicas como a maromba, o oídio ou o míldio, “indutoras” de epidemias de cólera e de febre amarela (Sousa, 2006). Foi, contudo, após 1875, quando a filoxera devastava os vinhedos na região e se aproximava das vinhas de Cambres, que os residentes, impotentes para a debelar, realizaram uma procissão de penitência, “...*para implorar a protecção divina contra os estragos da phylloxera. A procissão saíu de Cambres, levando em grande pompa a imagem do Senhor dos Passos, e seguiu até à Senhora dos Remédios, em Lamego. Os penitentes seriam proximately 3:000 e viam-se entre eles grande porção de senhoras.*” (“Jornal da Regoa”, 10/07/1880, p.2).

Desde então as referências ao Senhor da Aflição sucedem-se, nomeadamente através dos jornais regionais, mas também nacionais, anunciando as festividades, como sucedeu em 1880: “*Nos dias 24 e 25 deste mez teem de celebrar-se as bem conhecidas festividades e romaria do senhor da Afflicção, na freguezia de Cambres proximo á estação do caminho de ferro da Regoa. No dia 24, duas bandas de música tocarão durante a tarde e ao anoutecer recolherá á igreja uma vistosa procissão. Ás 9 ½ queimar-se há grande quantidade de fogo de artifício e subirão ao ar muitos balões (...). Há grande illuminação. No dia 25, pelas 11 da manhã, missa solemne e sermão e às 4 horas da tarde uma procissão magestosa (...); uma importante força militar manterá nos dous dias a boa ordem do arraial, um dos mais pacíficos e concurredos que se conhecem.*” (“O Primeiro de Janeiro”, 18/07/1880, p.1).

Como se constata, as acessibilidades já então eram enfatizadas, sendo também evidente a notoriedade dos festejos, como se confirma pela existência de duas procissões, concessão especial para um meio rural. Acresce que, como em 1880 os vinhedos locais foram salvaguardados das investidas da filoxera, desde então integrou-se a procissão de penitência nos festejos já existentes. Por outro lado, com o aproximar do século XX, a vertente religiosa via-se cada vez mais constringida pelo profano, pelo social, como se constata em 1894, já que cerca de 51,3% das despesas globais ficaram adstritas às festas, valor muito vultuoso, apesar das dificuldades existentes no escoamento das produções vínicas; por seu turno, nos serviços religiosos apenas se destacava o ordenado do capelão, enquanto 3,3% dos fundos estavam

associados a subsídios, obrigatórios (Fonte: “Livro de receitas e despesas”, Irmandade N. S. Afflicção (manuscrito).

Com o avançar do século XX, apesar das contingências políticas, económicas e sociais já referidas, sobretudo aquelas que interferiam com o escoamento dos vinhos, e o subsequente avolumar dos problemas sociais e económicos, os festejos prosseguiram, bem como os associados aos santos protetores dos diferentes lugares da freguesia. Tratava-se, efetivamente, de acontecimentos essenciais para a população residente, pois embora valorizassem a vertente religiosa, progressivamente neles sobressaía a vertente social e a económica. Neste contexto, em 1900 esta romaria era considerada “*uma das mais concorridas e das de maior nomeada d’esta região*”, possuindo três procissões e “*iluminação vistosa, abundante fogo d’artificio, (...) facilidade de comunicações d’esta cidade (Lamego) e de todas as terras proximas para o local da romaria*”, já que se disponibilizaram transportes públicos: “*...De Lamego para a freguezia de Cambres haverá todos os 3 dias um bem montado serviço de transportes de passageiros em automoveis a preços reduzidos.*” (“A Semana”, 21/07/1900, p.1 e 2)

Com o avançar do tempo surgiram também “inovações” que aprofundavam a vertente profana, sobremaneira a social. Entre elas destaque-se, em 1905, a alusão à “*dansa de pretos*” e aos arraiais que se prolongavam pela noite dentro, com as filarmónicas a procederem à animação, para além das referências contínuas às iluminações e ao fogo de artifício. Sobressai, contudo, a conexão existente entre a festa e a introdução da energia elétrica na freguesia (1909), algo excecional que alterou muitos hábitos e cuja divulgação foi potenciada com os festejos.

Era também inquestionável o impacte económico destes festejos, já que se através dos arraiais se facilitava a socialização (muitos casamentos nasceram nos arraiais...), em simultâneo ampliava-se o movimento nas tabernas e nas casas comerciais da freguesia, escoando-se os produtos agrícolas endógenos (vinhos, azeite, frutas e enchidos). Acresce que, fatores locativos ainda hoje evidenciados como são o património paisagístico e as acessibilidades, já então o eram, referindo-se em 1907 que se aguardava uma grande afluência de visitantes provenientes da cidade de Lamego e da Régua, até porque a romaria tinha conquistado “*foros d’uma das primeiras da Beira Alta, não só pela situação da terra, muito perto da estação ferro-viaria da Regoa, mas pela diversidade e originalidade dos atractivos d’estas festas.*” (“A Esperança”, 16/07/1907, p.1).

Neste alinhamento, não se estranha que, em 1912, mais de 60% dos gastos anuais com os festejos fossem direcionados para a vertente profana (fogo de artifício, enfeites e iluminação - Quadro 1).

Quadro 1 - Despesas da festa de Nosso Senhor d'Afflicção, 1912

Descrição	valor (reis)	
Impressos	2\$100	
4 dúzias de archotes	1\$120	
Licença de fogo	1\$300	
Policimento -		3,8%
7 policias no arraial	5\$500	
31 praças de Infantaria 9	6\$300	
Fogo de artifício -		
36 duzias de fogo a 1\$500 reis	54\$000	
36 duzias de fogo a 1\$500 cada	54\$000	
5 duzias de fogo para as procissões	3\$000	
8 duzias de fogo para as procissões	4\$000	
10 descargas demonstrativas a anunciar a festa	10\$500	40,2%
24 balões para arraiaes a \$270 reis cada	6\$480	
200 bandeiras para adornar a Igreja	6\$500	
1340 balões venezianos para iluminação	25\$000	
Zés Pereiras durante os 3 dias	3\$000	
Trabalho da phylarmonica de Cambres (arraies e	31\$000	23%
trabalho nos arraies e festividades	30\$000	
Fazer 3 palanques para as músicas	4\$500	
8 kg de cêra vendida para a festividade	6\$400	
Parte religiosa		18,5%
28 figuras de anjos e virgem para a procissão	24\$000	
armar a Igreja e andor de N. S. Afflicção	9\$780	
5 padres, sermão e festa de igreja N. S. Afflicção	24\$000	
TOTAL	312\$480	

Fonte: "Despesas da Irmandade Senhor Afflicção", Arquivo Distrital Viseu, cx. 2185, nº 13.

Apenas 18,5% dos recursos financeiros se destinavam à parte religiosa, apesar de sempre importante². Assim foi crescendo o profano, por solicitação quer dos residentes, quer dos forasteiros, quer ainda dos descendentes de cambrenses instalados nos principais núcleos urbanos que regressavam à freguesia nestes dias festivos.

² Fonte: "Despesas da Irmandade Senhor Afflicção", Arquivo Distrital de Viseu, cx. 2185, nº13.

Entretanto, associavam-se aos festejos eventos sociais e até económicos como a “Feira Franca anual de gados” (década de trinta), e a inclusão de jogos tradicionais e partidas de futebol. Um outro aspeto a destacar relacionava-se com a importância atribuída à música, sempre executada por bandas filarmónicas que abrilhantavam os atos religiosos e os lúdicos, criando um ambiente recetivo à confraternização. Assim se dinamizava a freguesia.

Este cenário manteve-se sem grandes alterações nas décadas imediatas, verificando-se apenas pequenas oscilações consentâneas com o ano agrícola e a retribuição dos vinhos, pois daí surgiam as dádivas ao Senhor da Aflição. Neste contexto, a interrupção esteve eminente por diversas vezes nas décadas de cinquenta e sessenta, mas tal foi evitado.

Já no início da década de setenta, prosseguia a conjugação da vertente religiosa com a profana, mas controlando-se os gastos em fogo de artifício e com as bandas filarmónicas, pois o quadro vitícola não era o mais favorável. Entretanto, interrompeu-se a feira franca, bem como os jogos de futebol e outras atividades paralelas, enquanto se diversificavam as atuações de grupos musicais, que se intercalavam com as bandas. As festas do Senhor da Aflição continuavam a ser o período mais dinâmico da freguesia, incrementando-se os contactos sociais, as atividades económicas, bem como a manutenção dos edifícios e do quadro paisagístico envolvente.

Outro acontecimento a destacar nas festividades regionais, pelos seus reflexos, foi a Revolução de 25 de Abril de 1974. Na realidade, apesar de sobressaírem as transformações políticas, também se registaram grandes repercussões económicas e sociais, designadamente na RDD, pois não só aumentou o quantitativo de vinho do Porto a produzir, como se dilatou o valor monetário por pipa, criando-se condições para alguma recapitalização do setor produtivo. Assim se investiu na reestruturação dos vinhedos e na melhoria da qualidade dos vinhos, aproveitando os fundos europeus disponíveis. Consequentemente, dinamizou-se a sociedade civil e apostou-se mais nas festas do Senhor da Aflição, se bem que estes investimentos conjugassem a tradição com a modernidade, como foi notório nos festejos em 1986 nos quais, para além dos gastos exigidos por lei (policimento, bombeiros, licenças), sobressaiam os dispêndios com a iluminação e o fogo de artifício, mas, sobretudo, com os espetáculos musicais, diversificados. Os atos religiosos abarcaram menos de 10%³.

2.3. O quadro atual: potencialidades e obstáculos à sua continuidade

Era o profano, o social, mas sobretudo o lúdico, que captava cada vez mais a atenção de todos, particularmente dos grupos etários mais jovens e dos não residentes. Neste âmbito, no

³ Fonte: “Livro de Despesas da Irmandade do senhor da Aflição”, Cambres, 1986.

programa das festas de 2013 (Fig. 3) destacava-se a vertente lúdica e musical, enquanto o valor dispensado às bandas filarmónicas se restringia, embora permanecendo significativo.



The image shows a detailed program for the 'Festas de Nosso Senhor D'Áflição' in Cambres, 2013, held from July 26 to 29. The program is organized by IMPAKTO and includes a variety of activities such as processions, musical performances by local bands, fireworks, and a night festival. The program is divided into four days, each with a specific theme and schedule of events. The visual design features a religious icon of the Virgin Mary and child Jesus, musical notes, and photographs of the participating bands and events.

FESTAS DE NOSSO SENHOR D'ÁFLIÇÃO

26 a 29 de Julho
DE 19 A 28 DE JULHO - NOVENAS PREPARATÓRIAS

CAMBRES - 2013

Organização das Festas e cargo de **IMPACTO**

26 DE JULHO (SEXTA-FEIRA)

- 08H00 - Abertura das Festas Entrada com Bombos da Ass. Cultural e Desportiva de Ferreiros
- 21H00 - PROCISSÃO DE PENITÊNCIA, saindo da Igreja Matriz de Cambres para a Capela de Stº António
- 23H00 - Grandioso espectáculo com a actuação do **IMPACTO**

27 DE JULHO (SÁBADO)

- 08H00 - Entrada dos Bombos da Ass. Cultural e Desportiva de Ferreiros
- 09H00 - Chegada das Bandas **MARCIAL DE CAMBRES** e **BANDA DE MATEUS**
- 15H00 - No recinto das Festas concerto pelas referidas Bandas até às 17h30
- 19H00 - Procissão da Capela de Stº António para a Igreja Matriz de Cambres
- 22H00 - Grandioso espectáculo de variedades com a actuação do **GRUPO NORTE FM** e o **FAMOSO GRUPO BANDA LUSA**
- 00H00 - Espectacular Armaizal de Fogo de Artifício a cargo da **FÁBRICA DE PIROTÉCNIA EGAS SEQUEIRA** continuação da actuação das referidas Bandas

28 DE JULHO (DOMINGO)

- 08H00 - Entrada das Bandas **MARCIAL DE CAMBRES** e **BANDA DE MATEUS**
- 11H00 - Na Igreja Matriz de Cambres Missa Solene e Sermão cantada pelo Grupo Coral de Cambres
- 12H00 - Potentosa **PARTIDA DE FOGO**, a cargo da **FÁBRICA DE PIROTÉCNIA EGAS SEQUEIRA**
- 15H00 - Concerto musical pelas **BANDAS MARCIAL DE CAMBRES** e **BANDA DE MATEUS**
- 17H30 - Majestosa Procissão de Triunfo acompanhada pela Fanfara dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua e pelo Grupo 54 do A.E.P. de Cambres, que percorrerá as principais ruas da Vila
- 22H00 - Baile Abrelantado com actuação do Grupo Musical **PENTÁGONO**

29 DE JULHO (SEGUNDA)

- 09H00 - Chegada das Bandas **MARCIAL DE CAMBRES** e **BANDA FILARMÓNICA DE FREIXO DE ESPADA A CINTA**, concerto das referidas Bandas.
- 11H00 - Na Igreja Matriz de Cambres Missa pelos Emigrantes
- 15H00 - No recinto das Festas; grande Concerto pelas Bandas **MARCIAL DE CAMBRES** e **BANDA FILARMÓNICA DE FREIXO DE ESPADA A CINTA** que decorrerá até às 20h
- 22H00 - Festival Nocturno com o Grupo Musical **INOVAÇÃO 3**
- 00H00 - Encerramento das Festas de 2013, com uma sessão de **FOGO PRESO**, onde serão queimadas várias peças pirotécnicas a cargo da **FÁBRICA DE PIROTÉCNIA EGAS SEQUEIRA**

Fig 3 – Programa das festas de 2013

Aliás, as bandas atuam nos quatro dias e despedem-se com um cerimonial próprio, acontecimento que, pela sua raridade, atrai muitos visitantes, incluindo os jovens. Não obstante, estes apostam sobretudo nos concertos musicais noturnos. Subsistem também as três procissões (Fotos 3 e 4) e as missas solenizadas, bem como as iluminações e os enfeites das principais vias e o fogo de artifício, enquanto se dinamiza o comércio local, para além das vendas ambulantes.

O dinamismo na sede da freguesia é inquestionável, impulsionado nestes dias pelos autóctones, mas sobretudo pelos crentes das freguesias envolventes e pelos cambrenses da

diáspora que regressam acompanhados por amigos. Assim se facilita a revitalização dos festejos locais, a sua preservação e difusão.



Fotos 3 e 4 – Algumas imagens da procissão triunfal e da banda filarmónica
Fonte: Fotos da autora.

Evolução distinta sofreram, porém, os restantes festejos associados aos santos e capelas dispersas pela freguesia: sucumbiram! Num espaço onde o declínio demográfico é notório, persistindo apenas os idosos, estes, embora colaborem com todas as iniciativas associadas às festas do Senhor da Aflição (peditórios, leilões e outros eventos), não tomam a iniciativa de reativar o do santo do lugar onde residem. Apenas ocasionalmente acontece, e sempre nos lugares de maior dimensão, como foi o caso de Rio Bom em 2012 e 2013 (figura 4).



Fig. 4- Programa das festas de S. Roque (2013).

Lugar atravessado por um “Caminho de Santiago”, envolto por vinhedos, os seus residentes após uma longa interrupção, recuperaram a festa ao santo padroeiro, S. Roque. Estávamos em 2012. Incumbência de um só residente, transmitiu a realização dos festejos de 2013 a uma comissão constituída por mulheres jovens residentes no lugar, a exercerem as suas atividades nos núcleos urbanos envolventes da freguesia. Dinâmicas, recuperaram a apresentação oficial da lista de festeiros ao pároco no final da missa solene, proposta que seria confirmada (ou não...) no final dos festejos quando a banda musical termina a sua atuação em frente à residência do proposto presidente das festas do ano seguinte. Caso aceite, estão assegurados os festejos do ano seguinte, estruturando-se os eventos para a angariação dos fundos necessários (patrocínios, leilões mensais realizados no largo da capela, ...).

Os festejos a S. Roque alongam-se por três dias. Incluem a atuação noturna de conjuntos musicais, mas também arruadas de bombos, fogo de artifício, para além da missa solene e da procissão que percorre as ruas principais da aldeia. Para a sustentabilidade destes festejos, a comissão cria um espaço de venda de bebidas e carne de porco no espeto, assado no local, outro atrativo recuperado.

Apesar do impacte muito positivo em termos de sociabilização e de coesão social, que se distende por todo o ano, nomeadamente com os leilões e a recolha dos produtos a leiloar, está

em causa a continuidade destes festejos mais localizados, pois a sua organização exige recursos financeiros vultuosos. Aliás, estes festejos foram interrompidos em 2014, por falta de voluntários e de meios financeiros, mantendo-se também inativas todas as outras... Entretanto, degrada-se o património arquitetónico e perdem-se tradições, um pedaço da cultura local...

Apesar de serem evidentes as potencialidades associadas às festividades inscritas em meios rurais, estas vão-se perdendo!...

3. Algumas notas conclusivas

O mundo rural, apesar de se encontrar muito fragilizado, inclui múltiplas potencialidades que nem sempre são aproveitadas. Efetivamente, embora surjam novas estratégias que incluem a multifuncionalidade das paisagens, subalterniza-se o impacte do património construído, e, sobremaneira, o imaterial, como são as festas e romarias.

Embora, nestes eventos, se saliente uma componente religiosa, eles incluem também a vertente cultural, a social e a económica, quadro que facilita a preservação dos usos e costumes, de valores históricos, do património construído e do imaterial, implantando-se dinâmicas fulcrais nestes meios rurais. Assim se contagia não só o território em que se inserem, mas um mais amplo, numa orgânica que não se restringe aos dias dos festejos, mas que abarca todo o ano, ampliando a sociabilização dos residentes, os contactos com as entidades económicas, para além da projeção das tradições entre os estratos sociais mais jovens, agora com formação e capacidade de inovação, enquanto se revitalizam e preservam as tradições.

As festas dedicadas ao Senhor da Aflição na freguesia de Cambres, Lamego, constituem um exemplo a realçar, se bem que se adivinhem também dificuldades. Com efeito, apesar de este território gozar de um enquadramento paisagístico privilegiado e boas acessibilidades, os problemas adensam-se, apostando-se para a sua mitigação, sobretudo na multifuncionalidade da paisagem, onde o turismo se destaca, mas ignorando-se outras potencialidades, nomeadamente a sua cultura, as tradições e o mítico. Urge, porém, que se dinamizem as potencialidades endógenas na sua globalidade, sensibilizando os agentes regionais e locais para a requalificação, preservação e dinamização deste património, mas sem ignorar um *marketing* territorial apelativo que afirme, consolide e melhore a imagem duriense. Tais estratégias devem ser implantadas numa perspetiva abrangente, em rede, sem ofuscar os meios rurais apesar da ascendência dos atrativos urbanos. Recorde-se que, o êxito e a continuidade dos festejos em meios rurais, depende não só dos agentes endógenos e da

coesão social existente, mas também das estratégias e dos apoios oficiais, públicos e privados, sobremaneira os autárquicos e os eclesiásticos. Felizmente esta dinâmica está a despertar, como ficou patente com a adesão da Diocese de Lamego, em 2009, à “Turel – Desenvolvimento e Promoção do Turismo Cultural e Religioso” (Resende, 2006).

Por seu turno, apesar da aposta no turismo duriense ser estratégica, nunca se poderá ignorar a vitivinicultura, de facto o sustentáculo económico da freguesia e da RDD, mas também o seu quadro social, os efetivos preservadores do património local. Integrando-se as festas e romarias na programação de eventos potenciadores do turismo, reduzir-se-á, de igual modo, a sazonalidade do turismo na região, muito concentrada ainda no período das vindimas. Assim se devem multiplicar ações tendentes a complementar as dinâmicas já existentes, integrando as festas e romarias que ainda sobrevivem nesta dinâmica, criando, por exemplo, o “Roteiro das Festas e Romarias”.

Em síntese, só numa perspetiva conjuntural, envolvendo todos os atores, particularmente os jovens com o seu empreendedorismo e capacidades inovadoras, para além das potencialidades do território em causa, numa complementaridade entre o meio rural e o urbano, em rede, se conseguirá dinamizar de uma forma sustentada estes espaços rurais. Há, pois, que apostar em dinâmicas que não subestimem nem desvirtualizem as múltiplas potencialidades endógenas, designadamente as associadas às festividades. Está em causa a manutenção de um espaço classificado pela UNESCO como Património da Humanidade!

Bibliografia

Azevedo, C. (s/d). *O Douro Maravilhoso*. s/l: Porto.

CCDRN (2007). *Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro*. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte: Porto.

Costa, M. G. (1992). *História do Bispado e Cidade de Lamego – Barroco II*. Oficinas Gráficas de Barbosa e Xavier, Lda: Braga.

Dias, A. 1957. *Lamego no século XVIII*. Edições Beira Douro: Vila Nova de Famalicão.

Oliveira, E. V. (1984). *Festividades cíclicas em Portugal*., Publicações Dom Quixote: Lisboa.

Pina, H. (2005). Alguns aspectos da estrutura fundiária das explorações vitivinícolas durienses. *Actas do 2º Encontro Internacional da História da Vinha e do Vinho do Porto no Vale do Douro*. GEHVID, ano 10, vol. III, 19; Porto, 203-236.

Pina, H. (2007). *O Alto Douro - um espaço contrastante em mutação*. col, Temas Portugueses, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

Pina, H. (2009). The multi-functionality of the Douro landscapes, one of the strategies for its sustainability. *New ruralities and sustainable use of territory*. Department of Geography and Spatial Management, University of Saragossa: Spain, 405-429.

Pina, H. (2011). O turismo e o desenvolvimento da Região Demarcada do Douro, património mundial da humanidade”, in Actas do 3º Congresso Internacional “Casa Nobre, um património para o futuro”, Universidade do Minho e Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Arcos de Valdevez.

Pina, H. (2012). The Douro Region, a heritage to develop and innovate while preserving, *Major Issues of the European Space: planning policies and territorial restructuring in European Peripheries*, Milena Press, Bucareste (CD), 22 p.

Pina, H. (2013). A estrutura fundiária duriense: um quadro problemático que urge reverter e dinamizar. *Direito Rural*, org. Glória Teixeira, Vida Económica Editorial S.A., Porto, 203-244.

INE, “*Recenseamentos Geral da População*” (1864 a 2011). Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (2009). *Recenseamento Agrícola de Portugal de 2009* Instituto Nacional de Estatística, Lisboa

Resende, N. (cord.) (2006). *Lamego- um inventário em construção*. Edições Diocese de Lamego, Tipografia Voz de Lamego Lda: Lamego.

Turismo de Portugal (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo 2007-2013*. Ministério da Economia e da Inovação, Turismo de Portugal: Lisboa.

Vasconcelos, J. L. V. 1997. *Etnografia Portuguesa*. Edição fac-similada. INCM: Lisboa.

Jornais regionais e nacionais

O Primeiro de Janeiro. Julho de 1880: Porto

Jornal da Regoa. Julho de 1880, Peso da Régua

A Semana. Julho de 1900, 1903, 1905 a 1909, Lamego

A Esperança. Julho de 1907, 1908, Lamego

Varanda do Douro. 1950 a 1995, Cambres, Lamego

Documentos Manuscritos

Livro de Receitas e Despesas. Irmandade de Nosso Senhor da Aflição, Cambres.

Despesas da Irmandade Senhor d’Aflicção. Arquivo Distrital de Viseu, cx. 2185, nº13.

Despesas da Irmandade Nosso Senhor Aflição. Irmandade de Nosso Senhor da Aflição, Cambres.

OPORTUNIDADES E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO CONCELHO DE ZLATOGRAD

Slavi Dimitrov

Universidade de Veliko Tarnovo

Faculdade de História

slavi_omurtag@abv.bg

Resumo

O concelho de Zlatograd com o seu património arquitetónico e arqueológico é um ponto de encontro das tradições mais antigas do estilo de vida e cultura material. Essas características, em combinação com um vasto leque de costumes, artesanato, cozinha local, belezas naturais e gente hospitaleira podem tornar-se um instrumento de crescimento económico e desenvolvimento sustentável. No território do concelho encontramos uma variedade de monumentos históricos e culturais de diferentes épocas. O mais importante ponto de interesse moderno de Zlatograd é o espetacular “Complexo Etnográfico ao Ar Livre - Zlatograd” (CEAL). Este foi o primeiro (e por enquanto o único!) complexo etnográfico ao ar livre privado na Bulgária.

Palavras-chave: Complexo etnográfico ao ar livre, Renascimento búlgaro, turismo, património histórico.

Abstract

The municipality of Zlatograd with its architectural and archaeological heritage is a meeting point of the oldest traditions of lifestyle and material culture. These features, in combination with a wide range of customs, crafts, local cuisine, natural beauty and hospitable people may become an instrument of economic growth and sustainable development. In the territory of the county find a variety of cultural and historical monuments from different eras. The most important point of interest is the modern Zlatograd spectacular "Open Air Ethnographic Complex - Zlatograd" (CEAL). This was the first Ethnographic complex private outdoor in Bulgaria.

Keywords: Ethnographic complex outdoor Bulgarian Renaissance, tourism, historical heritage.

1. O concelho de Zlatograd

O concelho de Zlatograd está localizado no Sul da Bulgária, na parte final dos Ródopes Orientais, junto à última elevação dos Ródopes depois da qual se estende a planície egeia. Zlatograd está abrigado no vale do rio Varbitsa. Encontra-se a cerca de 300 km da capital Sofia, a cerca de 70 km da estância de Inverno internacional “Pamporovo” e a 60 km a sudeste da cidade de Smolyan. A cidade búlgara mais a sul está situada a apenas 2 km da fronteira búlgaro-grega e a 50 km do Mar Egeu. Encontra-se na proximidade também dos corredores internacionais planeados para serem construídos (Zlatograd - Thermes - Xanthi e Makaza). Este é o caminho mais curto e mais fácil, “a uma hora” da espetacular ilha grega Thassos. A leste o concelho de Zlatograd faz fronteira com os concelhos de Kirkovo e Dzhebel, a norte – com o concelho de Nedelino e a oeste - com os concelhos de Madan e Rudozem. A fronteira sul do concelho coincide com a fronteira da República da Bulgária com a República da Grécia.

Em termos administrativos, o concelho faz parte do distrito de Smolyan e é o centro geográfico de um grupo de concelhos no Sul da Bulgária. O centro administrativo é a cidade de Zlatograd que reúne em volta de si oito localidades: Startsevo, Dolen, Erma reka, Alamovtsi, Tsatsarovtsi, Strashimir, Presoka e Kushla.

O concelho ocupa uma área de 175,8 km². A altitude varia entre 385 m e 1118 m. A cidade de Zlatograd está situada no ponto mais baixo do concelho - 420-550 m (Дойков..., 2009).

O relevo é montanhoso, apresentando aqui e acolá alternâncias abruptas – sucedem-se encostas íngremes e pequenos vales, uma rede hidrográfica desenvolvida.

O acesso à cidade de Zlatograd só pode ser feito por transporte rodoviário (existem várias opções de itinerário). O concelho está longe dos principais aeroportos na Bulgária (Sofia, Plovdiv, Varna, Burgas) e dos destinos mais atraentes para os estrangeiros (a costa do Mar Negro, Sofia, Borovets, Bansko). A proximidade da estância Pamporovo também cria um potencial de geração de fluxos de estrangeiros.

O que condiciona o clima em Zlatograd são a altitude e as características do relevo. Nas áreas montanhosas de baixa altitude predomina o clima continental temperado, com uma forte influência do mar Egeu, enquanto nas zonas montanhosas se nota uma queda da temperatura, aumento da precipitação e da velocidade do vento. A temperatura média anual é de 10,8°C, com valores máximos de 20,6 °C em Julho e valores mínimos 0,8°C em Janeiro o que indica

Verões moderados e Invernos relativamente suaves. A precipitação média anual atinge 1000 litros/metro quadrado. A neve é típica para o Inverno.

Tendo em consideração as manifestações climáticas nas diferentes estações, o Verão é a estação mais favorável para a prática de todos os tipos de atividades turísticas e recreativas.

A população no concelho de Zlatograd até 31/12/2011 é de 12 944 habitantes o que é igual a 10% da população de Smolyan e cerca de 0,17% da população da Bulgária. O processo de envelhecimento demográfico continua a intensificar-se. A natalidade mantém os seus valores baixos, mas a mortalidade permanece alta, razão pela qual o crescimento natural é negativo. A migração das aldeias para as cidades tem vindo a aumentar. O despovoamento das aldeias constitui um importante entrave para o desenvolvimento do turismo rural.

A rede urbana no concelho de Zlatograd caracteriza-se por estar espalhada. O número total de localidades é de nove, cinco das quais têm uma população inferior a 500 pessoas. As localidades maiores após o centro municipal são a aldeia de Startsevo, a aldeia de Dolen e a aldeia de Erma reka. As aldeias estão localizadas principalmente na curva hipsométrica de 450-1000 metros de altitude. Existem algumas dificuldades relativas à manutenção do funcionamento dos diferentes serviços nessas aldeias (principalmente dificuldades em termos de transporte e dificuldades provenientes da falta de internet) e à sua inclusão na vida social e económica (referimo-nos aqui à taxa elevada de desemprego).

2. Perspetivas de desenvolvimento turístico

As perspetivas do desenvolvimento do turismo no concelho de Zlatograd são baseadas na compreensão do património cultural como um fator importante para o desenvolvimento da comunidade. A cidade de Zlatograd tem uma cultura rica e uma história secular o que condiciona o grande potencial turístico. Na região há vestígios de uma povoação antiga - uma necrópole do início da era cristã, ruínas de igrejas, muralhas de fortalezas, estradas e pontes antigas. O Instituto Nacional para os Monumentos Culturais registou cerca de 100 bens culturais imóveis, mais de 90 dos quais têm estado preservados no estilo arquitetónico típico da época do Renascimento.

Zlatograd com o seu património arquitetónico e arqueológico é um ponto de encontro das tradições mais antigas do estilo de vida e cultura material. Essas características, em combinação com um vasto leque de costumes, artesanato, cozinha local, belezas naturais e gente hospitaleira podem tornar-se um instrumento de crescimento económico e desenvolvimento

sustentável. No território do concelho encontramos uma variedade de monumentos históricos e culturais de diferentes épocas.

O mais importante ponto de interesse moderno de Zlatograd é o espetacular “Complexo Etnográfico ao Ar Livre - Zlatograd” (CEAL). *Este foi o primeiro (e por enquanto o único!) complexo etnográfico ao ar livre privado na Bulgária.*

A sua singularidade é determinada por:

- A exibição dinâmica da exposição museológica e a demonstração de competências laborais tradicionais;
- A abordagem inovadora de exposição nas oficinas de artesanato;
- A localização do património cultural em edifícios - monumentos arquitetónicos que fazem parte de uma reserva arquitetónica (a maior nas cidades do Ródope!) habitada durante todo o ano pelos seus donos.

A principal tendência no desenvolvimento do CEAL é o aumento do número dos seus sítios, o enriquecimento e o aumento da qualidade dos serviços oferecidos. A estrutura do CEAL abrange: locais histórico-culturais; meios de hospedagem; meios de restauração e estabelecimentos de diversão que fornecem oportunidades para pôr em prática os métodos da animação e da atração turísticas.

Em 2004, o CEAL foi incluído na lista dos 100 locais turísticos nacionais da Bulgária. No início de 2006, foi nomeado “o melhor complexo etnográfico único na Bulgária em 2005”. O CEAL já tem a capacidade de oferecer aos visitantes, através dos seus numerosos sítios, ambos os tipos de serviços turísticos – básicos (hospedagem, restauração e transporte) e auxiliares / adicionais que vêm combinados em diversos pacotes turísticos (de um dia e de mais de um dia).

O Complexo Etnográfico ao Ar Livre - Zlatograd constitui uma exposição “ao vivo”. Esta está situada num dos bairros de Zlatograd conhecido como “a cidade velha” – são várias ruas com casas habitadas em estilo arquitetónico tradicional. Algumas das casas foram transformadas em cafés e restaurantes risonhos. Nesses pode experimentar-se um prato delicioso ao som de músicas tocadas por uma gaita-de-foles e beber uma ou duas chávenas de café aromático feito sobre areia quente.

2.1.A importância do artesanato

São muito interessantes as oficinas que apresentam os artesanatos tradicionais. Durante todo o ano, em interiores autênticos e apropriados são reproduzidas ao vivo todas as atividades relacionadas com o tratamento primário de lã, pêlo e algodão, com a fiação, trabalhos de

malha, tecelagem – feita por meio de tear vertical e tear horizontal (inclusive o *mutafchiistvo*), *abadzhzystvo*¹, *gaytandzhystvo*² e *terziystvo*³, cutelaria⁴ e a produção de especialidades da culinária do Ródope e de bebidas de Zlatograd.

Zlatograd reconstituiu, na autenticidade histórica delas, pequenas oficinas onde os artesãos experientes demonstram a sua arte - fazem facas, espadas, entre outros objetos, que são difíceis de ser feitos em qualquer outro lugar na Bulgária.

Na oficina de *terziystvo* adquire-se a noção da arte da costura e a transformação desta numa profissão moderna tanto graças a uma série de fotografias documentais como por meio de duas coleções interessantes de ferros de engomar e máquinas de costura.

Na oficina de *gaytandzhystvo* o que chama a atenção são os dois *charks*⁵ - as máquinas de trançar *gaytans* (adornos em forma de trança que se fazem de cordéis de lã). Esses são uma fonte de orgulho sendo uma das criações do génio técnico búlgaro das primeiras décadas do século 19.

Na oficina de selaria são apresentados os três tipos do ofício:

- Selaria: manufatura de selas de equitação e selas para animais de carga (albardas);
- Fabrico de arreios - correaria: o conjunto de peças para atrelar cavalos, burros, gado muar e camelos - rédeas, freios, arreios, etc.;
- Estofagem: enchumaçam-se as selas de palha, de lã ou outros materiais fofos.

Na oficina de cutelaria pode-se ter uma ideia e conhecerem-se pormenores sobre o desenvolvimento histórico e a diversidade das armas brancas (especialmente nos últimos dois séculos) e observar-se a arte do mestre cuteleiro cujos produtos estão disponíveis para compra ou encomenda.

Na oficina de ourivesaria, além da habilidade do mestre, podem ver-se em mostruários individuais não apenas amostras de minérios e cristais extraídos nas minas da região de Zlatograd, mas também peças de joalheria típicas - com funções diferentes, frequentes principalmente no Ródope Central. Podem-se comprar lembranças associadas aos signos do zodíaco ou aos ciclos anuais do calendário.

¹ Mutafchiistvo – artesanato relacionado com a criação de gado caprino que fornece a matéria-prima para a elaboração dos produtos do artesanato mutafchiistvo.

² Gaytandzhystvo - manufatura de cordéis de lã dos quais se fazem adornos em forma de trança (gaytans)

³ Terziystvo – costura de roupa exterior.

⁴ Cutelaria – manufatura de facas e instrumentos cortantes.

⁵ Chark de gaytans – máquina de trançar gaytans (adornos em forma de trança que se fazem de cordéis de lã).

O ofício do caldeireiro é o ofício mais antigo relacionado com a transformação mecânica dos metais. Os mestres caldeireiros búlgaros do Ródope Central têm gozado de uma reputação secular.

Uma das ocupações caseiras mais antigas que se tornou talvez um dos primeiros ofícios e uma espécie de arte é a olaria. “A magia que torna o barro “vivo” nas mãos humanas - os visitantes do CEAL podem senti-la eles próprios...”. Pelo objeto que fizerem eles próprios, recebem um certificado especial.

Há mais de dois séculos Zlatograd já era um centro reconhecido de tecelagem (especialmente de estamenha). A oficina de tecelagem do CEAL dá uma oportunidade não só de ver as peças de tecelagem e de tricô tradicionais, mas também de sentir a emoção da sua criação.

As instalações hídricas são três - *valyavitsa (dashta)*⁶, *tepavitsa*⁷ e um moinho-*karadzheyka*⁸. São servidas por um sistema de propulsão hídrica comum e estão albergadas todas numa construção conhecida como o moinho “Vuntsovata vodenica”. Este é o sítio mais atrativo do complexo!

A *valyavitsa* é a “máquina de lavar roupa” tradicional – é económica e eficiente, procurada e utilizada – até hoje em dia.

A *tepavitsa* tem um papel fundamental na produção de tecidos caseiros – destinados ao fabrico de trajes tradicionais ou peças de vestuário masculinos e femininos. Os enormes martelos de madeira causam uma impressão indescritível.

O moinho-*karadzheyka* tem permanecido a moer cereais como o fez no passado remoto. Da sua farinha de milho fazem-se amplamente hoje em dia pratos deliciosos típicos de Zlatograd (Общински план..., 2008 г.).

2.2. Os monumentos religiosos

Os monumentos religiosos em Zlatograd são lindíssimos e poderiam despertar o interesse dos turistas. Os mais importantes são a igreja de Assunção de Nossa Senhora, a igreja de São Jorge Guerreiro; as capelas de Santo Atanásio, de Santa Ciríaca de Nicomédia, de Santo Elias, de São Constantino e Santa Helena.

⁶ *Valyavitsa* - Instalação hidráulica de lavar tecidos e roupa.

⁷ *Tepavitsa* - Instalação hidráulica de pisoamento de tecidos de lã, tecidos caseiros e de gaytans.

⁸ Moinho-*karadzheyka* - moinho de água de roda horizontal.

As capelas de Santo Atanásio, de Santa Ciríaca de Nicomédia, de Santo Elias e de São Constantino e Santa Helena estão localizadas em quatro colinas nas envólucras de Zlatograd, em forma de cruz, formando a assim chamada Floresta Cruzada. Ainda hoje acredita-se que elas protegem a cidade.

A igreja de Assunção de Nossa Senhora está localizada no centro de Zlatograd e foi construída em 1834. É uma das igrejas mais antigas do Ródope Central. Está enterrada quase meio metro no terreno. A igreja está construída em declive, tem três naves, uma única abside, cobertura de quatro águas, é um tanto alongada.

A construção da igreja é de alvenaria de pedra, o piso também é de pedra e os tetos são de madeira. Parte dos ícones são todos novos e os outros são da época do Renascimento Búlgaro, provavelmente pintados no século 19. Os mestres iconógrafos são desconhecidos, mas é evidente que eram representantes das escolas artísticas de Samokov e de Tryavna. A iconóstase contém ícones valiosos sendo uma delas de Zahari Zograf. Após a sua construção, a escola monástica ortodoxa inaugurada em 1830 na casa de Stoyanko mudou-se para um dos edifícios no pátio da igreja.

De acordo com uma lenda, a igreja foi construída em apenas 40 dias e devia satisfazer uma condição imposta pelos turcos otomanos: quando um turco a cavalo passava ao lado da igreja, os muros desta não deviam exceder a altura daquele (Дамьянов, 2010).

A igreja de São Jorge Guerreiro, de acordo com a inscrição na fachada norte, foi construída em 1871 e consagrada em 23/07/1872 pelo metropolitano (arcebispo ortodoxo) de Plovdiv - Panaret.

A igreja é uma pseudo-basílica grande com uma única abside, com cúpula e um nártex a oeste. A grande torre sineira situada na fachada oeste deve datar do início do século 20. Todos os ícones estão em condições relativamente boas. De acordo com as inscrições dos dadores em alguns dos ícones, o mestre iconógrafo era o Nestor de Debar. Há também ícones do Monte Athos, de Tryavna, de Samokov.

Em 1852, graças ao trabalho voluntário e às doações financeiras da comunidade, os habitantes de Zlatograd construíram a Escola de Ensino Mútuo. Aí, em 1978, está albergada a coleção museológica "A atividade educacional no Ródope Central".

Numa casa búlgara renascentista está albergada a coleção museológica dos correios, telégrafo e telefone.

3. Rotas turísticas nas vizinhanças

O monte São Elias e as capelas de Santos Apóstolos Constantino e Helena, de Santo Atanásio e de Santa Ciríaca de Nicomédia localizadas nos montes homónimos nas envolvências de Zlatograd formam a assim chamada Floresta Cruzada. As rotas para as três capelas da Floresta Cruzada e a rota para o sítio “As Pedras Brancas” nos arredores da aldeia Startsevo são trilhos ecológicos sinalizados.

Aos seus numerosos hóspedes o Complexo Etnográfico ao Ar Livre - Zlatograd oferece tanto percursos pedestres com guias de montanha qualificados como circuitos com serviço de transporte (inclusive para a Grécia vizinha). Outros locais que estão nas vizinhanças e também despertam o interesse dos hóspedes do Complexo Etnográfico ao Ar Livre - Zlatograd são o Trilho Arqueológico (ao lado da aldeia de Mazhentsi, concelho de Kirkovo) e a Quinta de Avestruzes (perto da aldeia de Startsevo).

O sítio “As Pedras Brancas” é um pico de montanha sobranceiro à aldeia de Startsevo. As observações arqueológicas indicam que nas fendas profundas das rochas os trácios colocavam moedas, louça de cerâmica, trigo, milho-miúdo, e depois tudo aquilo era atulhado de barro. Isso leva os arqueólogos a definir o sítio como um antigo santuário do século V antes do Cristo ao século IV depois do Cristo, o maior santuário dedicado ao deus Sol!

A 8 km a noroeste de Zlatograd encontra-se o sítio “Santa Ciríaca de Nicomédia” onde no meio de um carvalhal secular foi construída a capela homónima com várias dependências.

A capela de Santo Atanásio é situada numa colina pitoresca nos arredores da cidade. É um lindo miradouro sobre Zlatograd.

A região de Zlatograd é um ponto de encontro da beleza da montanha Ródope com um rico património histórico-cultural (Димитров, 2009).

4. Coleções museológicas

A coleção museológica “A atividade educacional no Ródope Central” em Zlatograd foi inaugurada em 1978 e é a segunda no seu género no nosso país após a colecção na famosa Escola Secundária de Vasil Aprilov na cidade de Gabrovo. No museu podem ver-se, preservadas até hoje, uma sala de aula, uma sala de reunião dos professores e uma sala de descanso do professor e podemos mergulhar na atmosfera do Renascimento Búlgaro e no espírito educacionista.

A *Coleção Museológica das Comunicações* é a única na Bulgária. O museu foi criado em 1987 e é gerido pelos Correios Búlgaros. A exposição está albergada numa casa renovada de 200 m² no CEAL que é declarada património cultural. A exposição contém muitas fotografias e documentos relativos à história e os meios de subsistência da cidade desde a criação dos primeiros correios búlgaros.

A *Coleção Museológica da igreja de Santo Atanásio* na aldeia de Startsevo é recente. O templo de Santo Atanásio foi inaugurado e consagrado em 1998 pelo metropolita de Plovdiv - Arseniy. Além do templo, o complexo eclesiástico inclui uma loja, um museu e habitação para o sacerdote numa área total de 250 m². Três ícones são doados pelo Museu Nacional de História assim como o sino original que pertenceu ao mosteiro de Glozhen. A iconóstase é obra de mestres de Tryavna e os 37 ícones – obra da família de Sofia - Lazarov-Sarova. No *museu do cristianismo* são exibidos uma cruz, uma candeia ritual e um ícone descobertos durante as obras de 1916 na mesquita da aldeia. São também exibidas moedas e louça de barro do período trácio.

Alguns dos principais feriados associados à religião cristã são:

6 de Janeiro - Epifania do Senhor - depois da missa, o sacerdote lança a cruz nas águas mais profundas do rio e quem a apanhar desfrutará de boa saúde durante todo o ano.

O Entrudo ortodoxo (Domingo dos Perdões) – as pessoas limpam os seus quintais e fazem arder o lixo, saltando depois as fogueiras para espantar as doenças e gozar de boa saúde durante todo o ano. O ritual “*hamkane*” marca o início da Quaresma. Num fio fica pendurado um pedaço de *halva*⁹ e todos na casa tentam dar uma mordedura sem o auxílio das mãos.

Páscoa - na quinta-feira ou no sábado de manhã pintam-se ovos, o primeiro deve ser pintado de vermelho e com ele se anda a tocar na testa e nas faces das crianças para terem força e vermelhidão como o ovo.

6 de Maio – Dia de São Jorge. Na véspera da festa, deixam-se ficar em água flores de ervas medicinais e de marmeleiro e macieira, e na manhã seguinte a família lava as mãos com esta água. Os baloiços também são comuns nesse dia e são colocados num corniso (lat. *Cornus mas*) ou numa árvore frutífera para dar saúde.

⁹ Halva é um doce do Médio Oriente feito de sementes de gergelim torradas, moídas e misturadas com açúcar derretido. É por vezes temperado com pistácios, mel ou baunilha.

24 de Dezembro - Véspera de Natal (*Badni vecher*). Os *koledari*¹⁰ vão de casa a casa cantando cantigas de Natal como votos de saúde e prosperidade para o dono da casa e a sua família. O costume “*koleduvane*” é preservado até hoje. Os *koledari* vão a casa de recém-casados, a casas recém-construídas e a casa de recém-nascidos. Este costume, ao contrário do resto do país, tem lugar no dia 22 de Dezembro. Os *koledari* costumam visitar casas onde há recém-casados ou recém-nascidos.

25 de Dezembro - Dia de Natal. Nos dias entre o Natal e o Ano Novo os *kukeri*¹¹ percorrem as casas e o barulho que fazem e as máscaras que vestem afugentam o mal.

Outras festas tradicionais em Zlatograd não associadas à tradição cristã:

01 de Janeiro - Ano Novo *Survak*¹² - cada casa é visitada por *survakari*¹³ que com ramos de corniso enfeitado - *survachka* – batem nas costas do dono da casa e sua família, fazendo votos pela saúde e felicidade deles durante o ano novo. O dono da casa dá dinheiro, biscoitos e nozes aos *survakari*.

01 de Março - Marta Baba - todos põem as assim chamadas martenitsas feitas a partir de fios vermelho e branco para gozar de boa saúde durante todo o ano.

Eventos culturais e festivais realizados em Zlatograd:

07 de Julho - Dia de Santa Ciríaca de Nicomédia. Nesse dia todos os habitantes de Zlatograd se reúnem numa festa – *korban*¹⁴ - no pico de Santa Ciríaca de Nicomédia.

O primeiro domingo de Setembro - Dia da aldeia de Erma reka.

O último sábado de Setembro – Festas de Delyu – festival folclórico de executantes amadores.

Primeiro sábado de Outubro - Dia da aldeia de Startsevo.

21 de Novembro - Dia de Zlatograd. Dia de libertação de Zlatograd do jugo otomano.

As *festas dos kukeri* em Zlatograd são particularmente atrativas e vistosas. Este ritual é realizado no Domingo dos Perdões (Entrudo ortodoxo), quando ocorre o assim chamado ritual “*hamkane*” de halva ou de ovo. *Festas dos kukeri* são realizadas também na aldeia de Dolen.

¹⁰ Koledari – os que executam o ritual “*koleduvane*”. A palavra “*Koleda*” significa “Natal” e vem da religião cristã ortodoxa.

¹¹ Kuker - Os kukeri são as figuras do Carnaval na Bulgária. São os protagonistas de um ritual que tem lugar na Bulgária na semana depois do Ano Novo e durante a época de Quaresma. São um grupo de rapazes e homens que vestem fantasias e dançam para afugentar os maus espíritos. Espécie de caretos (Portugal) ou carrancas (Brasil).

¹² Ano Novo *Survak* – da palavra iraniana *sura* que significa “poder”, “força” no sentido de um ano novo forte, próspero, feliz.

¹³ Survakari - os que executam o ritual “*survakane*”.

¹⁴ Korban – sacrifício de um animal doméstico para se fazer uma refeição copiosa para a família e os vizinhos ligada a votos feitos a Deus.

Outro ritual interessante é a Mariposa - é preservado até hoje e é executado em períodos de seca. A população local acreditava que assim iria “chamar” a chuva. Moças percorriam todas as casas e dançavam trazendo coroas de ramos verdes.

Quadro 1- Análise SWOT do turismo no município de Zlatograd

Pontos fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Preços altamente competitivos; • Cordialidade e hospitalidade da população local; • Um meio ambiente lindo e limpo; • Rico património cultural e histórico; • Reconhecimento do património cultural no estrangeiro; • Clima e temperaturas amenos e agradáveis; • Grande diversidade de recursos turísticos (isto é, água mineral, monumentos históricos, etc.) • Meios de hospedagem recentemente construídos ou renovados; • Cozinha e vinhos nacionais e locais; • Participação ativa do setor privado no turismo; • Consideração e aceitação da necessidade de renovação; • Destino “seguro”; • Disponibilidade de recursos humanos - empregados qualificados com profissionalismo reconhecido; • Boa interação entre as autoridades autárquicas, as entidades municipais, empresas locais e o setor privado na solução de problemas ambientais; • A continuidade na administração municipal – regras e normas de comportamento que garantem a continuidade necessária, sem negação do que foi feito após a mudança de governo, regras que visam a modernização e melhoria da qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • A falta de conhecimento detalhado no estrangeiro, não há nenhuma “marca” de identificação; • Informação limitada sobre o património cultural e histórico de Zlatograd; • Alterações frequentes do quadro legal; • Conhecimento insuficiente da procura internacional no mercado; • Desenvolvimento insuficiente das tecnologias de informação; • Relativa desconsideração do mercado interno; • Um pessoal inexperiente e sem formação adequada; • Os serviços turísticos têm uma qualidade abaixo da desejada; • Uma imagem vaga ou “insuficiente” do turismo no município de Zlatograd; • Falta de representação turística permanente adequada a nível internacional; • Disparidade regional da infra-estrutura turística; • Baixa eficácia de campanhas publicitárias e promocionais; • Avaliação baixa por parte dos turistas para itens ou serviços acompanhantes fora do setor turístico; • Planeamento insuficiente da região turística; • Interação insuficiente com as repartições centrais e os ministérios para a resolução dos problemas ambientais; • Falta de lóbi; • Recursos financeiros insuficientes para a implementação das medidas de proteção do meio ambiente.

<p>Oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande potencial turístico; • Grandes oportunidades para diversificação do leque de produtos turísticos oferecidos (turismo de interesse especial, outros serviços e outras oportunidades); • Oportunidade para promover o município como um destino de turismo cultural, desportivo, ecológico, balnear; • Potencial não realizado no mercado interno; • Oportunidades não aproveitadas para turismo interno e turismo dos países vizinhos aos fins-de-semana; • Criação de produtos do turismo regional / local; • Melhoria das qualificações e competências do pessoal no turismo; • Oportunidades para atrair investimentos estrangeiros; • Destaque nas formas repetitivas de turismo (por exemplo, residência secundária, spa, esqui, etc.) • Uso dos fundos estruturais comunitários e outras fontes de financiamento para o desenvolvimento do turismo no município; • Aumento da eficácia dos programas e atividades de marketing e de promoção; • Envidar esforços para otimizar a cooperação com os ministérios e outras instituições centrais e regionais; • Aumentar as atividades de prevenção e controlo – relativas à implementação dos programas de proteção ambiental; • Assegurar o envolvimento e o apoio financeiro relativos às atividades municipais de sensibilização da população; • Promover o aumento da cultura ambiental; • O recrutamento de jovens quadros para trabalhar na protecção do ambiente; • Política nacional que apoie o desenvolvimento da cultura e do desporto. 	<p>Ameaças</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perda gradual da vantagem mais competitiva - os preços baixos (ou identificação com a imagem de um destino “barato”); • Supressão do apoio governamental para os fins e as prioridades do desenvolvimento do turismo; • Complicação devido a alterações legislativas após a adesão à União Europeia; • Falta de planos de ordenamento do território adequados e de zoneamento da região turística; • Impacto de campanhas destinadas ao turismo de massa realizadas por destinos concorrentes; • Dependência do turismo de massa dos operadores turísticos internacionais; • Falta de profundidade das actividades publicitárias devido ao financiamento insuficiente; • Impacto negativo de problemas em que o Estado e o município não podem intervir facilmente, como fenómenos naturais, doenças e ataques terroristas ; • A concentração excessiva de investidores que acabará por afetar negativamente o meio ambiente; • Atraso na entrada em vigor das alterações legislativas e organizacionais pertinentes relativas ao município; • Diminuição da qualidade da água e dos outros recursos naturais; • Falta de informação e de assistência técnica suficiente para os empregados nas empresas; • Manifestação de apatia por parte dos habitantes do município, devido à falta de informação efetiva; • Segurança e problemas relacionados com a passagem das fronteiras após a adesão da Bulgária à UE.
--	---

Em resumo, na sequência da caracterização dos sítios de interesse cultural e de património histórico e a possibilidade do seu aproveitamento como recurso turístico, podem ser tiradas as seguintes conclusões: a maioria dos sítios de interesse cultural estão em excelentes condições, tendo sido neles investidos tempo e dinheiro para manutenção e renovação; em relação ao pleno aproveitamento dos recursos disponíveis, deve ser dada atenção tanto às

atividades periódicas e esporádicas, principalmente no que diz respeito à sua comercialização e oferta, como à culinária - promoção da cozinha de Zlatograd (Програма за развитие..., 2012-2015 г.).

No município existem boas oportunidades para desporto e desenvolvimento do turismo desportivo. As unidades e as instalações desportivas no município de Zlatograd são as seguintes:

1. Complexo Desportivo que compreende: um estádio de dimensões olímpicas, um complexo de natação que inclui uma piscina exterior e uma piscina para crianças. A área total do Complexo Desportivo é de 23.000 metros quadrados

2. Campo de basquetebol - 1.000 m²

Todas estas instalações tornam possível o desenvolvimento do turismo desportivo, sendo usadas para a organização de estágios de treino de equipas desportivas que operam em áreas diferentes do desporto.

A presença de recursos naturais como o jazigo geotérmico na aldeia de Erma reka, de várias instalações hídricas - barragens e viveiros de peixes, dá oportunidades para o desenvolvimento de outro tipo de turismo que não seja cultural. Trata-se do turismo balnear e da pesca, alternativas que começam a ser promovidas cada vez mais (Общински план за развитие..., 2008 г.).

Os serviços turísticos oferecidos no município de Zlatograd têm, em geral, um nível satisfatório. As unidades de hotelaria são relativamente novas e há possibilidades de aumentarem a sua capacidade. Abrangem 5 hotéis familiares, uma pousada de juventude, 14 casas de hóspedes, 8 quartos individuais em casas privadas, três moradias e uma estância de férias. O número total de camas é de 342.

Em 2011, o número de turistas que se hospedaram em Zlatograd foi 9529 (um crescimento de 21% em relação a 2010), sendo 144 estrangeiros (queda de 28%) (Концепция за развитие..., 2012).

A avaliação geral das perspectivas e oportunidades para o desenvolvimento do turismo no município de Zlatograd é o resultado da análise de dados quantitativos e qualitativos que caracterizam a região. Tudo isso se encontra referido na análise SWOT do município (Quadro 1).

Em conclusão, podemos resumir que, nesta fase, no município de Zlatograd melhores oportunidades de desenvolvimento têm o turismo cultural e o turismo arqueológico. A temporada turística dura praticamente o ano inteiro - há oportunidades para praticar o turismo

de Inverno e o turismo de Verão, visto que o município oferece oportunidades para atender turistas durante todo o ano.

Bibliografia

Дамянов, Н. (2010). Митове и легенди от Златоград.

Димитров, Б. (2009). Златоград – пътеводител, Изд. „Славена”.

Дойков, В. (2009). С. Димитров, Д. Симеонов, Градовете на България, Изд. „Ковачев”, Силистра.

Концепция за развитие на туристическия продукт на регион „Средни Родопи”, 2012.

Национален статистически институт, София, 2012.

Общински план за развитие на община Златоград (2005-2013 г., актуализиран 2008 г.).

Програма за развитие на туризма на територията на община Златоград за периода 2012-2015 г.

Статистически годишник, НСИ, София, 2012.

Статистически справочник, НСИ, София, 2012.

Туризм, 2011, НСИ, София, 2012.

AS PAISAGENS CULTURAIS EUROPEIAS COMO REFERÊNCIAS ICÓNICAS -PAISAGENS DE ENCENAÇÃO DA EUROPA FORA DO CONTINENTE EUROPEU

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia da Universidade de

Coimbra/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

A globalização implica fluxos e deslocação de pessoas, ideias, diferentes formas de capital e elementos que, territorializados, condicionam os espaços geográficos. É devido a este movimento que as paisagens não são unidades homogêneas, estáveis e fechadas. A Europa e as suas expressões paisagísticas, aquelas que se vão construindo no interior deste continente, mas também as que, noutras regiões do mundo, a evocam, são um dos protagonistas desta globalização. Em diferentes partes do globo, a Europa continua uma referência icónica forte. Nos espaços de lazer e de imigração, em cidades encenadas e em lugares de consumo e divertimento, simulam-se geossímbolos europeus e copiam-se fragmentos de uma Europa muitas vezes lida de modo tradicionalista, fragmentado e estereotipado. Nesse sentido, a paisagem pode ser uma boa forma de ler e interpretar as contradições da pós-modernidade.

Neste texto pretende-se, por um lado, demonstrar que as paisagens contemporâneas são de difícil classificação e constituem realidades híbridas. Por outro, tem por objetivo provar que existe uma visão estereotipada e icónica de uma Europa que constitui uma referência em diferentes partes do globo. Esta demonstração será, em termos metodológicos, analisada pela observação e comparação de diferentes paisagens à escala global, sobretudo no que se refere aos elementos simbólicos que as identificam. Com esta investigação, confirma-se que a Europa continua a preservar um forte capital identitário numa dinâmica global que, em termos simbólicos, procura associar-se aos ícones deste velho continente.

Palavras-Chave: Europa, Paisagem, Encenação, Pós-Modernidade.

Abstract

Globalization is supported by flows and movement of people, ideas and different varieties of capital that can be territorialized with visible results in the shaping process of landscapes. Following this dynamic

process, landscapes are not homogeneous, stable and closed units. Europe and its landscape expressions, those that are building inside this continent, but also those located in other regions of the world, is still an important protagonist of this globalization. In fact, Europe remains a strong iconic reference. In leisure spaces and immigration geographies, in new residential quarters but also in consumption and hedonist territories, Europe is a recurrent simulated model. However, this European continent is usually seen by a traditionalist, fragmented and stereotyped procedure. In this sense, landscape can be a good way to read and interpret the contradictions of postmodernity.

As exposed in the following text, contemporary landscapes are hybrid realities difficult to classify. This work aims to prove that still remains a stereotypical view of an iconic Europe as a reference in different parts of the globe. In methodological terms, the research is achieved by the observation and comparison of different landscapes on a global scale, with a special focus on symbolic elements that identify them. This research confirmed that Europe continues to maintain a strong identity capital, which is copied by a global dynamic that requires the icons of this old continent.

Keywords: Europe, Landscape, Simulacrum, Postmodernity.

Nota introdutória – o (ainda) valor simbólico da Europa

No atual contexto de dúvidas e incertezas, não se deve confundir a Europa enquanto espaço geográfico e referência cultural, com os constantes questionamentos do projeto europeu, nem misturar os tempos longos e as dinâmicas estruturais com as imprevisibilidades conjunturais de curto e médio prazo.

Muito para além do redutor discurso económico que parece marcar a contemporaneidade, este continente deve ser visto na sua diversidade interna mas também enquanto protagonista ativo no contexto global e como território de múltiplos atores que se têm destacado em momentos marcantes da história da humanidade.

É certo que o centro de gravidade do mundo é hoje difuso, que as relações de poder são complexas e que, em múltiplos aspetos, a centralidade parece escapar ao continente europeu. Todavia, muitos lugares da Europa estão ligados ao avanço da ciência e da filosofia, ao progresso das populações e ao alargamento geral das fronteiras da estética, do conhecimento, da criatividade e da inovação.

Tendo como referência múltiplos domínios científicos e humanistas, são muitos os lugares europeus que fazem parte da geografia de espaços que assumiram alguma forma de centralidade global ao longo do tempo (Moura, 2013).

Entre idas e vindas, a Europa tem desempenhado papel relevante na mobilidade espacial da população. Este é um continente de acolhimento de vértices de diásporas não europeias, mas também a origem de múltiplas redes emigratórias que se têm difundido um pouco por todo o mundo.

Em diferentes contextos históricos, a Europa tem sido lugar de chegada mas também ponto de partida, num movimento espacial que envolve os migrantes que se deslocam mas também as diferentes formas de capital que se associam a estas deslocações. Refiram-se aqui os fluxos financeiros e económicos, assim como aqueles que representam capital social e cultural.

De alguma forma, essas mobilidades reforçam a conetividade funcional e simbólica entre a Europa e o resto do mundo. Por tudo isso, o continente europeu apresenta uma imagem forte no contexto global. Em termos de identificação simbólica, alguns dos seus espaços urbanos são referências que ultrapassam as fronteiras desta região continental. Não se trata aqui da presença de algumas cidades europeias no denominado Arquipélago Metropolitano Mundial, mas sim da influência cultural e da atratividade geral exercida por estas.

Assim se vai desenhando uma Europa fora do continente europeu, uma Europa de referências que, com as devidas oscilações conjunturais, vão atraindo, num complexo processo de *feed-back*, estudantes e turistas, imigrantes e investidores.

Contudo, uma determinada paisagem simbólica europeia, aqui entendida enquanto representação, é também um fator de coesão identitária e, seguindo Rogério Haesbaert (2004), de reterritorialização das comunidades emigrantes em espaços geográficos de chegada, como o continente americano.

Enquanto atores em movimento, as diásporas completam ciclos de desterritorialização-reterritorialização, isto é, de perdas de controlo de território (no ponto de partida) e (tentativas) de recuperação de poder e reconstituição territorial nos lugares de chegada (Haesbaert, 2004). É assim que, por vezes em lógicas de maior confinamento, noutros casos seguindo modelos mais permeáveis ao exterior, se invocam e encenam paisagens europeias (ou elementos de paisagens, como a arquitetura, por exemplo), em ambientes geográficos exógenos ao continente europeu.

Por outro lado, muitas paisagens da pós-modernidade, estas aqui entendidas no que têm hoje de espetáculo do efémero, do encenado e do plastificado, convocam ícones europeus em contextos geográficos fora da Europa. Conjugando-se aqui o lazer com a associação simbólica ao Velho Continente, assim como a imagem e o marketing territorial a uma vaga tentativa de

identificação, assim se registam as espacialidades das múltiplas evocações de, apenas alguns exemplos, Paris e da Torre Eiffel; de Londres e do Big Ben; de Roma e do seu coliseu, por vezes em contextos geográficos que, deste modo, se europeizam.

Neste texto pretende-se demonstrar que as paisagens contemporâneas são de difícil classificação e constituem realidades híbridas. Não é possível traçar fronteiras rígidas e inflexíveis entre diferentes unidades paisagísticas, uma vez que se podem identificar elementos espaciais em movimento e com formas muito diferenciadas de territorialização.

Este trabalho tem ainda por objetivo demonstrar que persiste uma visão estereotipada e icónica de uma Europa que se afirma como uma referência em diferentes partes do globo. Em termos metodológicos, esta demonstração far-se-á pela observação e comparação de diferentes paisagens à escala global, sobretudo no que se refere aos elementos simbólicos que as identificam. Com esta investigação, confirma-se que a Europa continua a preservar um forte capital identitário num mundo que, sob o ponto de vista simbólico, se associa aos ícones deste velho continente.

1. As paisagens na pós-modernidade – entre os instrumentos de classificação e conservação e as novas realidades digitais

Em múltiplas escalas geográficas e no âmbito de muitas instituições, algumas de âmbito local (como alguns municípios portugueses), outras de abrangência mais alargada (como o Estado português, a União Europeia ou a Unesco), têm-se desenvolvido esforços para preservação das identidades locais e valorização das paisagens que representem especificidades geográficas deste ou daquele lugar, que honrem esta ou aquela referência do passado. Assim se criou a rede nacional de áreas protegidas; assim se discutiu e assinou a convenção europeia da paisagem ou se tem alargado a rede mundial de património comum da humanidade.

Seja por imperativos de ordem cultural mais vasta, como o culturalista e difuso objetivo de preservação da geodiversidade e da diferenciação de cada lugar, seja por meros propósitos utilitários de afirmação turística, esta nova ordem de gestão do espaço geográfico tem assumido um forte carácter paisagístico.

Para além da valorização dos métodos de participação ascendente, o modelo territorialista de desenvolvimento recentrou o foco na paisagem e no espaço geográfico, nos

sinais de uniformidade mas também, e sobretudo, nos traços diferenciadores e nas rugosidades dos lugares (Fernandes, 2012b).

É com este propósito que se faz a análise da paisagem, se procuram conhecer as suas dinâmicas, os elementos que a constituem, os riscos em que incorrem. Levantam-se realidades estatísticas; identificam-se e cartografam-se aqueles que se reconhecem como os principais valores patrimoniais; fazem-se coberturas fotográficas, registando lugares e perspetivas colocando as novas máquinas digitais ao nível do solo e do olho humano, mas procurando também novos pontos de observação e captação de imagens, mostrando, pela fotografia aérea, horizontes mais alargados (Jorge, 2007).

Neste trabalho, dá-se relevo ao visível, ao estético e ao material, mas procura-se o que está para além dessa leitura imediata. Neste novo contexto polissémico e multissensorial, tenta-se descobrir o que é menos óbvio mas que está lá, o que parece oculto mas que marca a territorialidade dos diferentes atores que consomem, apropriam e modelam essa paisagem. Os sons e os cheiros, os sabores e as narrativas, tudo concorre para uma visão mais ampla da paisagem, que passa a ser também sonora, olfativa, gastronómica ou biográfica (Gaspar, 2001).

Tudo se complica quando, seguindo autores como Tuan (1980) ou Cosgrove (2008), a paisagem é considerada não uma realidade universal e estética mas sim um ponto de vista, uma leitura pessoal, o resultado individual de um determinado olhar, o resultado de uma determinada perceção.

Seja como for, domínios do saber como a Geografia, a História, a Arqueologia, a Agronomia ou a Arquitetura têm imprimido uma assinatura científica a um trabalho que une académicos a técnicos de diferentes áreas, políticos a associações de desenvolvimento local.

Apesar da limitação de escala que impõe, a paisagem assume-se como um objeto privilegiado de investigação e trabalho mas também como um argumento essencial nas estratégicas trajetórias de desenvolvimento.

Este regresso aos valores da paisagem e ao espaço geográfico, que não deve ser entendido como um ponto abstrato, mas sim como uma realidade dinâmica e espessa, por vezes tem incorrido nalguns excessos e exageros de linguagem. Com efeito, num exercício que parece querer cristalizar o tempo e o espaço, procura-se o genuíno, o único, o tradicional, como se também nestes casos a realidade não se fizesse a jusante das mudanças, dos contactos, das trocas e da inovação que estas proporcionam.

Por outro lado, mais que um espaço de vida, a paisagem é conteúdo digital em indústrias criativas que privilegiam a imagem visual. Fotografam-se e filmam-se os contextos paisagísticos que podem agora ser manipulados, alterados nas suas componentes técnicas, realçando aqui a luz de um determinado momento, ali a sombra de um qualquer recanto urbano, noutra contexto o azul da água límpida de um potencial destino turístico ou, noutras circunstâncias, o bucólico verde de algum prado.

Nesta apropriação pós-moderna da paisagem, esta pode não ficar retida nas múltiplas memórias que hoje medeiam a vida quotidiana – a memória de sempre, a que acompanha todo o ser o humano, mas também a que se materializa em cartões digitais com uma capacidade que tem evoluído no sentido inverso do seu tamanho, que se reduz agora à escala nano. A paisagem é um cenário que se regista, de modo mais ou menos amador, mais ou menos profissional, mas também que se divulga, se difunde, se transmite por meios cada vez mais alargados de transporte e comunicação, em especial no domínio da internet.

Redes sociais, como o Facebook; ferramentas de alojamentos e divulgação de vídeos como o Youtube; blogues generalistas ou especializados; diferentes publicações *on line*, todos concorrem para uma certa hipertrofia de paisagens digitais que fazem parte de uma tendência de fundo – a pós-moderna hipervisualização que marca uma sociedade mais personalizada e mais dependente de ecrãs omnipresentes (Lipovetsky e Serroy, 2010).

É esta a contradição e a dialética dos tempos, de uma sociedade que consome e procura mais paisagem, que vê nesta um campo de descoberta e de terapêutica; mas também de um ator que, ao mesmo tempo e cada vez mais, a apropria em ambientes intermediados pelos códigos binários da linguagem digital.

Quer isto dizer que os esforços e os paradigmas da conservação identitária da paisagem decorrem num contexto específico de rápidas mudanças, num espaço-tempo caracterizado pela hipermobilidade de alguns fluxos económicos, sociais ou culturais. Tudo isto contribui para o desarranjo do que se entendia imutável e estacionário. Tudo concorre para um aparente caos e para uma desordem que pode ser renovadora.

A difusão ampla, mas não ubíqua e universal, de uma sociedade hedonista e personalizada de tipo ocidental, tem uma tradução espacial. Assim se registam novas paisagens, estas agora mais marcadas pelo efémero, pela flexibilidade, pelas fronteiras difusas, pela plastificação. Nesta pós-modernidade geográfica, estes espaços da nova sociedade digital de lazer, turismo e de consumo coexistem com outros, com os que persistem do passado, dos

tempos longos de uma tradição que a atualidade ora insiste na sua desconstrução, ora procura cristalizar em redomas (patrimoniais) de memória e nostalgia (Domingues, 2012).

Esta nova realidade paisagística é mais híbrida, polissémica e eclética mas, longe de um vazio, não é desprovida de significados. Pelo contrário, na sua fluidez e instantaneidade, procura referenciais e conteúdos simbólicos. É neste âmbito que, fora da Europa, se tem evocado o continente europeu, se resgata o Velho Continente em contextos geográficos exógenos aos elementos que se transportam. Porque esta pós-modernidade é também o tempo de alargamento dos simulacros (Baudrillard, 1991).

Não quer isto dizer que a cópia não tenha marcado o passado, que a difusão de imitações de originais não tenha modelado muitas paisagens ao longo da História. No entanto, a velocidade, a escala, a menor espessura da imitação e a quase sempre associação ao consumo e à permanente viagem, real ou encenada, trazem alguma originalidade aos tempos que correm.

Nem sempre é fácil entender a realidade paisagística contemporânea, sobretudo num mundo instável marcado pela circulação e pela mudança, por uma certa plastificação de realidades que vão mudando de forma acelerada. Vive-se uma aparente desordem, que nos faz encontrar em determinados referenciais geográficos o que não se espera encontrar, aquilo que, à partida, poderá não fazer muito sentido naquela localização, por se estar fora de contexto, por ter ali sido acrescentado, quantas vezes sem sentido e sem justificação aparente.

É neste contexto que se discutem as referências europeias fora da Europa, se procuram entender os símbolos paisagísticos europeus que vão marcando muitas das paisagens pós-modernas localizadas noutros lugares do mundo.

2. As paisagens europeias fora da Europa – uma viagem empírica e analítica por alguns exemplos

Antes de procurar uma sistematização destas dinâmicas contemporâneas que, sob o ponto de vista estético mas não só, vão construindo e modelando certas paisagens, será interessante aqui evocar alguns dados empíricos e fazer uma pequena viagem por este mundo em movimento que vive numa aparente desordem, de ícones deslocalizados que se apropriam longe dos seus lugares de origem.

A viagem empírica por exemplos soltos pode começar pela nova China em construção. Esta opção não é casual. O arranque económico chinês, a concentração da população em áreas urbanas e a expansão do negócio especulativo associado ao imobiliário, têm construído paisagens que, marcadas pela destradicionalização, buscam um modelo e uma aproximação simbólica à Europa e a outras regiões da cultura ocidental, como os Estados Unidos da América ou o Canadá. Paisagens pós-modernas de imitação, nesta nova geografia urbana evocam-se outros espaços geográficos e recriam-se ambientes geossimbólicos exógenos.

“The suburbs of China’s megalopolises, larger cities, and even smaller towns in provinces throughout the country—such as Beijing-Tianjin-Tangshan, Guangzhou- Hangzhou-Shenzhen, Anhui, and Sichuan (among many others)—are a surprising quilt of European and American Grand Tour destination sites. Tracts recently occupied by collective farms now boast sparkling versions of Paris, Venice, Amsterdam, London, Madrid, and New York. In homes, civic buildings, and government offices cast in historical revival styles from Europe and the United States, upwardly mobile Chinese go through the familiar paces of life in unfamiliar settings. Their alien homes are part of a mammoth trend of “duplitecture” that is striking both in the minuteness of its attention to detail and the ambitious scope of the replication. Western-style structures are found not in isolation, scattered throughout the existing urban fabric, but in dense and extensive themed communities that replicate identifiable Western prototypes. Entire townships and villages appear to have been airlifted from their historical and geographical foundations in England, France, Greece, the United States, and Canada and spot-welded to the margins of Chinese cities”.

(Bosker, 2013, pp.1-2)

Para Hartog (2009), esta tendência estética pretende criar identidade em lugares que não a possuem. Este surto de urbanização, que procura abrigar os fluxos migratórios em direção à cidade, é rápido na edificação e pretende igual velocidade em valores que, na verdade, são mais lentos, demorados e negociados – a construção de uma determinada atmosfera estética, cultural e geossimbólica (Bonnemaison, 1981).

Tal como refere Bosker (2013), não se tratam de réplicas isoladas e dispersas em malhas urbanas densas, mas sim blocos contínuos de construção com formas que replicam o que existe noutras partes do globo. A Europa é, neste ponto de vista, uma inspiração.

Foi deste modo que Hallstatt, cidade austríaca classificada Património Mundial da Unesco, foi evocada e replicada na cidade chinesa de Hiuzhou. Parte da nova cidade de Songjiang, foi construída seguindo o estilo inglês das casas Tudor reproduzindo elementos icónicos das cidades inglesas, como a igreja gótica (a de Bristol terá sido a inspiração), os *pubs*, uma estátua de Churchill ou ainda seguranças com uniformes que fazem lembrar a guarda real britânica.

Também na China, tratam-se apenas de exemplos, se reproduziu a London Tower Bridge na cidade de Suzhou (na província de Jiangsu), a chamada Thames Town, um lugar muito atrativo para a classe média chinesa que, por exemplo, ali vai em busca de cenários para fotografias de eventos variados, como os casamentos. Cidades como Gaoqiao, em Xangai, inspiraram-se num ambiente urbano holandês. Na cidade de Anting (a 30 km de Xangai), foi criada uma área urbana para 20 mil residentes denominada "German Town Anting.". Modelizada a partir de uma cidade média alemã, inspirou-se no estilo Bauhaus e criou espaços evocativos de celebridades germânicas, como Goethe e Schiller.

Esta nova simbologia geográfica deixa registo em áreas residenciais mas também em espaços de lazer e consumo. Assim se encontra o parisiense Arco do Triunfo, representado e replicado num centro comercial chinês – o New South China Mall, em Dongguan. Alegoria da globalização, este espaço de consumo é uma viagem de evocação e simulacro estereotipado de lugares como Amesterdão, Paris, Roma, mas também a Califórnia e o Egipto. Para além do Arco do Triunfo, também lá está uma réplica da Torre do sino da Praça de São Marcos (a Campanile), assim como um canal de 2,1 km com gôndolas.

A associação icónica de espaços de lazer e consumo ao exterior tem um dos seus pontos altos na nova paisagem de Macau. Na arquitetura, nos hotéis e casinos macaenses, viaja-se pelo mundo ocidental, por lugares, estéticas e patrimónios como, entre outros, o Arco da Rua Augusta, em Lisboa; o edifício Gherkin, de Londres; Veneza, a Praça de S. Marcos e, mais uma vez, os canais desta cidade italiana; as ruínas da Roma imperial; as cidades flamengas e os ambientes britânicos, nos quais se associam as personagens à arquitetura.

Paisagem pós-moderna excessiva, hipervisual e estimulante na forma como faz a exaltação dos sentidos, o novo território do jogo e do consumo em Macau é a expressão dos tempos e de uma forma muito particular de territorialização do capital nesta China em

crescimento. A evocação do ocidente faz-se no exterior das construções, marcando, deste modo, o espaço público, mas ocorre também no interior dos edifícios, em espaços que promovem ritmos e modos de estar inspirados no que está longe mas constitui uma referência mediática, como as viagens de gôndolas num célebre espaço comercial em Cotai (Macau) (figura 1).

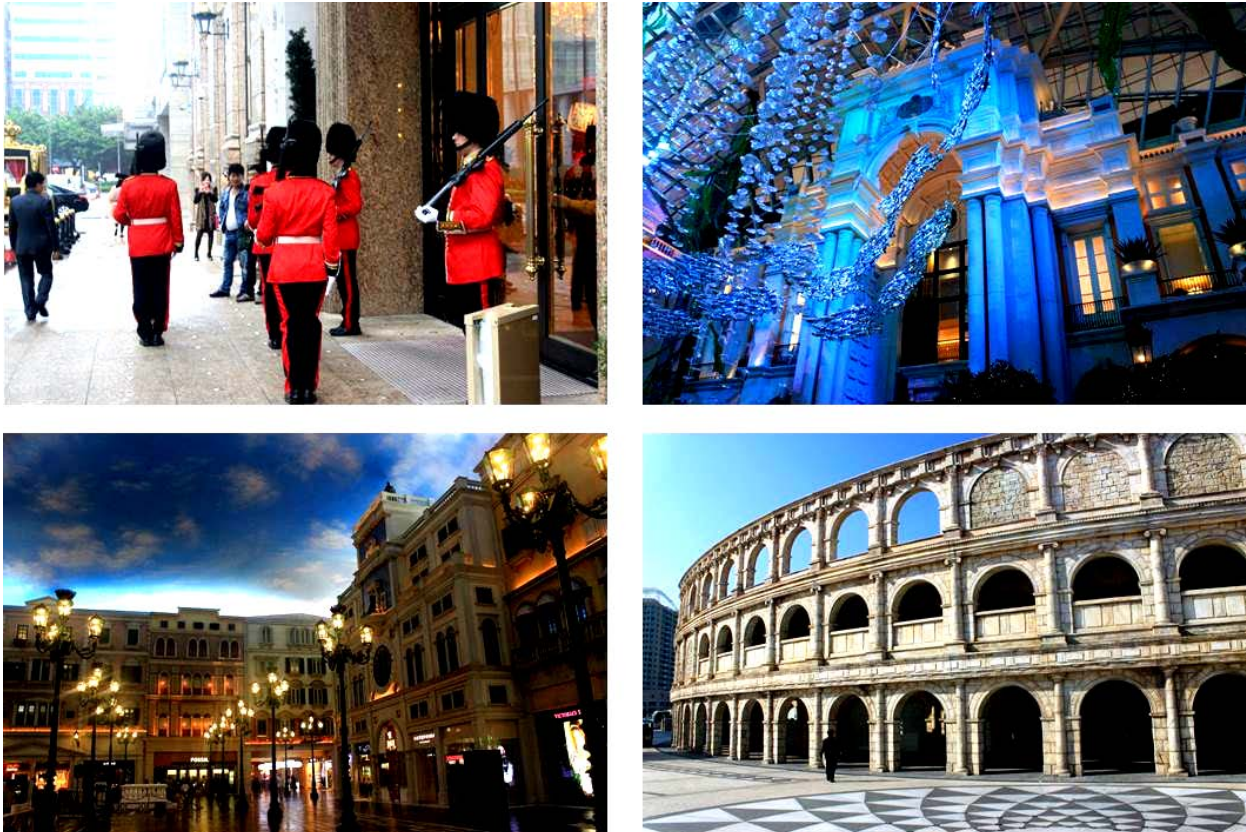


Fig. 1 – Encenação de um ambiente britânico; do Arco da Rua Augusta (Lisboa); da Praça de São Marcos (Veneza) e do Coliseu de Roma, em Macau

A estética e o ambiente replicado destes espaços do consumo e do jogo não são novidade. Para além de reproduzirem a imagem que se tem da Europa e de outras partes do mundo, a paisagem tenológica de espetáculo, de luzes, cores e sons que atrai o capital da China continental a Macau é a evocação de outro espaço urbano – Las Vegas, no estado norteamericano do Nevada. Cidade noturna, também este território do jogo promove uma viagem pelo mundo estereotipado de geossímbolos europeus e não europeus (Fox, 2005). Veneza lá está, numa localização próxima de Nova Iorque e da Estátua da Liberdade, não muito longe das pirâmides egípcias.

Os símbolos repetem-se e os métodos reproduzem-se porque o ator, aquele que modela esta paisagem de sedução, é a empresa privada. Esta é um ator de geografias complexas, está em Macau e pode estar em Las Vegas ao mesmo tempo. Esta descontinuidade espacial, apenas para citar um exemplo concreto, transporta a imagem de Veneza para lugares tão distantes como o deserto de Nevada e a foz do Rio das Pérolas. Neste caso, o Venitian Resort Hotel Casino é protagonista geográfico na capital norteamericana do jogo mas também em Macau. Assim se criam paisagens *de franchising*, territórios de consumo que nascem da forma como a economia se organiza em redes, espaços que vão repetindo simbologias de sedução e promovendo experiências deslocalizadas, como se fosse possível subir a uma gôndola em pleno deserto no interior dos EUA ou num terraço continental que se conquistou ao rio que separa Macau de Hong Kong.

Em Las Vegas destaca-se a réplica de um outro ícone – a Torre Eiffel, expressão máxima da capital francesa e uma evocação mundial de Paris. Esta é a cidade das Luzes, do romance e da moda, território do glamour e do charme, cidade das correntes artísticas com uma relevância que muito deve ao esplendor cultural que França viveu no século XIX e na primeira metade do século XX.



Fig. 2– Hotel-Casino Paris Las Vegas, onde se destaca uma réplica da Torre Eiffel, à escala ½.

Em las Vegas, a torre Eiffel está encenada no Hotel-Casino Paris Las Vegas, onde também se colocaram outras evocações à capital francesa como, mais uma vez, o Arco do Triunfo ou uma *Fontaine des Mers* semelhante à existente na Praça da Concórdia (figura 2).

Símbolo do modernismo e da industrialização, da era do ferro e da engenharia, a Torre Eiffel foi apropriada pela pós-modernidade e pela globalização. Assim se multiplicou, deslocalizou e miniaturizou, assim também se inovou em tamanhos, texturas, enquadramentos paisagísticos e adereços. Deslocalizando um dos mais icónicos símbolos urbanos do mundo, existe uma extensa geografia de réplicas desta torre parisiense que, dentro da própria Europa, mas também fora desta, nos leva a lugares que vão do Paquistão, ao Cazaquistão, da Índia à África do Sul e ao Brasil (figura 3).

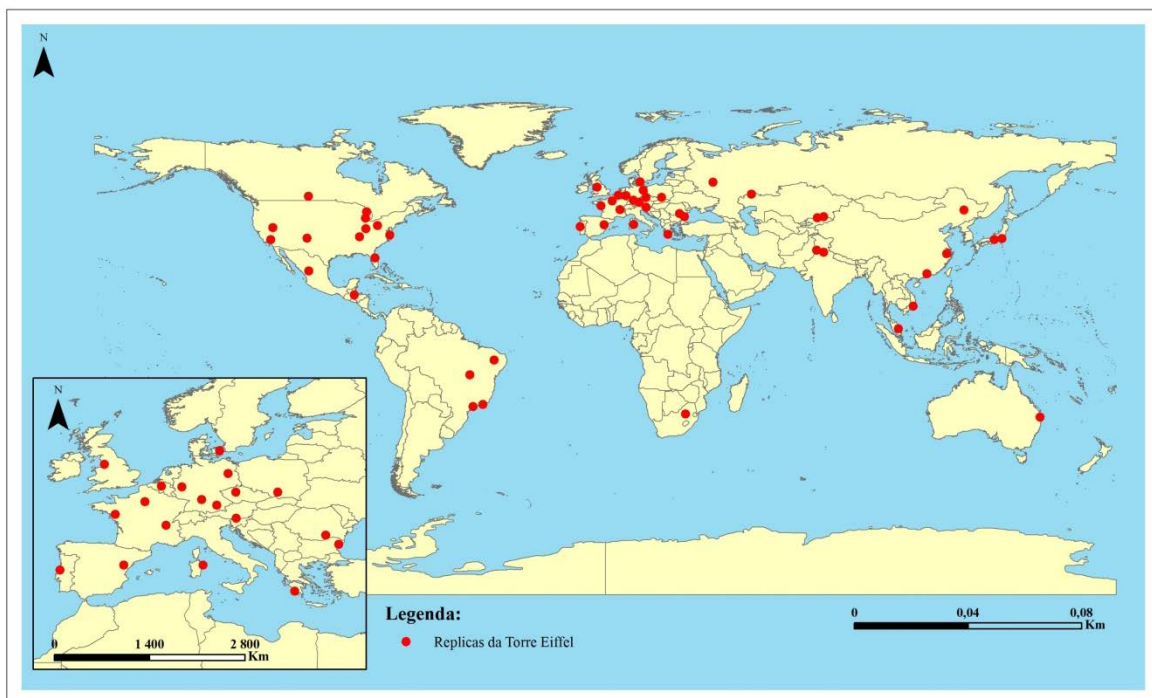


Fig. 3– Distribuição mundial das réplicas da Torre Eiffel, em Maio de 2013.

Iniciativas privadas, algumas, obras públicas outras, a autoria destas torres é diversificada, como também é variável a escala, são variáveis os materiais e diversos os usos dados a essas construções, estéticos na maior parte das vezes, para distribuição de sinais de comunicação, noutras. Nesta transmutação geográfica, a Torre Eiffel não foi arrancada do sítio original, o *Champ de Mars* parisiense, mas aparece agora noutros contextos, junto a lojas, em parques temáticos, no topo de telhados fabris, nalgum espaço verde. Nestas paisagens

transgênicas (Domingues, 2012), manifestam-se identidades híbridas, como aquela que acrescenta um chapéu texano à réplica da torre localizada naquele estado norte-americano (figura 4).



Fig. 4 – Réplica da Torre Eiffel, em Paris (Texas, EUA).

Os países que, como os da América do Sul, têm estado associados à Europa por via de fluxos migratórios nos dois sentidos, constituem outro dos cenários onde é possível encontrar estes símbolos evocativos da paisagem e da identidade europeia.

Em pleno sertão cearense, no nordeste brasileiro, perto de Santana do Cariri, foi edificado um parque temático denominado Euroville. Iniciativa individual de um antigo emigrante na Europa, lá se localiza a casa francesa, a grega ou a portuguesa, lá se encena também a Torre Eiffel, numa paisagem de exposição que copia, encena e comprime realidades exógenas.

Ainda no Brasil, na paisagem urbana de Belém do Pará, identificamos traços do La Scala, de Milão, reproduzidos na fachada do Theatro da Paz, tal como ocorre também com o Teatro Amazonas, edificado, na mesma época, em Manaus. Construído na segunda metade do século XIX, no período áureo do ciclo da borracha, a certificação simbólica deste progresso económico fez-se invocando a célebre casa de espetáculos da cidade italiana.

Na mesma capital do estado do Pará, este esplendor também se promoveu pela filiação a Paris, às suas referências e ao seu modelo urbano. Na morfologia daquela cidade inscreve-se ainda o projeto do *bouvelard* que, a partir da capital francesa, deixou marcas em muitos espaços urbanos europeus e não europeus.

Num outro registo, talvez mais pós-moderno, de certeza mais plastificado, efêmero e *Kitsch*, a cidade de Belém do Pará está polvilhada por simulacros do Big Ben londrino. Bandeira de marketing de uma cadeira comercial, a torre, o sino e o relógio instalados no Palácio de Westminster, são agora objeto de uma cópia livre de gosto duvidoso, reduzidos na sua dimensão e distribuídos por este centro urbano já na Amazônia brasileira.



Fig. 5 – Encenação do Big Ben londrino, num espaço comercial em Belém do Pará (Brasil)

Seguindo esta viagem ainda por exemplos brasileiros, no chamado Vale Europeu, em Santa Catarina, encontra-se um relevante laboratório de observação e análise. Naquela região mas também noutras, como no Rio Grande do Sul, são muitos os vestígios geossimbólicos da Europa trazidos e territorializados por comunidades de imigrantes que, desta forma, quase sempre com ajustamentos às novas circunstâncias, se reterritorializaram evocando os lugares de partida.

Não é difícil identificar a influência que a comunidade italiana, que se foi instalando naquele estado depois do século XIX, teve na difusão da vinha pela serra gaúcha.

Os italianos trouxeram a vinha, mas deixaram também uma marca nos lugares que iam fundando e organizando. Nalguns espaços do município de Rio Maior, no sul de Santa Catarina, a estrutura dos povoados, a organização dos territórios habitacionais, a forma das igrejas e o conteúdo de algumas práticas religiosas, em tudo remetem para uma herança italiana que agora se vai adaptando ao novo contexto geográfico (Luca e Santiago, 2011).

No mesmo estado de Santa Catarina, ainda no Vale Europeu, pode-se viajar para Blumenau e assistir à *Oktoberfest* – uma festividade alemã numa cidade com atmosfera germânica. Pela estética e pela arquitetura, através de práticas de celebração e evocação do passado, por *parades*, concursos de beleza e consumo de cerveja alemã, assim se afirma a identidade e a filiação desta comunidade de origem europeia.



Fig. 6– Celebrações europeias no estado de Santa Catarina (Brasil): a *Oktoberfest* e a *Tirolofest*

Esta lógica insular de consagração do passado também por interesse da estratégia de afirmação turística, encontra-se em cidades como Treze Tílias (LEMONS, FREGA e SOUZA, 2008). Localizada em Santa Catarina, ali se faz a exaltação da herança austríaca e do denominado Tirol brasileiro. Festividades como o *tirolfest* e expressões como a música ou a arquitetura são meios de afirmação e filiação a uma identidade híbrida e de dupla pertença (figura 6).

As paisagens do Brasil, país multicultural e de imigração, revelam essa diversidade, traduzem tempos heterogêneos e ciclos históricos muito diferentes. Lá estão as paisagens mais aceleradas da contemporaneidade mas também as heranças mais ou menos folclorizadas dos fluxos migratórios europeus do século XIX. Lá se encontram as invocações espaciais da comunidade japonesa no Bairro da Liberdade, em São Paulo, mas também os registos mais densos, demorados e estendidos no tempo da colonização por Portugal. Não é difícil sinalizar um certo ambiente português em cidades como Ouro Preto ou S. Salvador da Bahia, não só no uso da língua portuguesa mas também nas fachadas das casas, na estética das igrejas, no traçado de algumas ruas, em muito do património classificado.

Desde logo, nestas paisagens que temos vindo a acompanhar, misturam-se pelo menos dois domínios. Por um lado, temos os territórios de tempo longo, como a herança portuguesa no Brasil, os topónimos de municípios portugueses no Estado de Belém do Pará, por exemplo, ou a herança francesa no Quebeque. Por outro, somos confrontados com o mundo da ilusão, do entretenimento pós-moderno dos parques temáticos, dos hotéis e casinos e de outros espaços de consumo. A tudo isto acrescentem-se as paisagens deslocalizadas e clonadas das novas formas de urbanismo em países como a China.

Estes exemplos não passam de um fragmento, de casos pontuais que testemunham mas não esgotam as dinâmicas complexas que marcam o mundo contemporâneo sob o ponto de vista geográfico.

Este policromismo territorial interpela o geógrafo, desde logo na procura da aparente (des) ordem na qual se terá tornado esta contemporaneidade. Afinal, que mundo é este? Será esta heterogeneidade espacial ainda geográfica?

3. As paisagens europeias fora da Europa – uma síntese possível

Observado sob múltiplas perspetivas, este suposto caos implica territorialidades, modela paisagens, coloca em jogo dinâmicas como a difusão espacial e a deslocalização.

Esta pós-modernidade híbrida continua geográfica mas, nalguns casos, implica geografias diferentes e inovadoras nas quais, ao espaço, se deve juntar o compasso diversificado dos

tempos. Como se referiu, no mosaico paisagístico de países como o Brasil, vêem-se os tempos longos da herança colonial mas também os ritmos instantâneos e efêmeros da contemporaneidade pós-moderna.

Existem dinâmicas diferentes e paisagens inovadoras. No entanto, esta mestiçagem espacial não é uma novidade absoluta. A difusão de elementos paisagísticos tem acompanhado os tempos históricos das sociedades humanas, territorializando-se aqui o que se vê noutra lugar. Tal como Paris e Nova Iorque nos tempos mais recentes, também no passado cidades como Atenas, Roma e Jerusalém serviram de inspiração a outros lugares, foram pontos de chegada e de partida, modelos que se mostraram noutras coordenadas geográficas.

O próprio colonialismo, impulsionado pela ideia de progresso, deslocizou elementos de paisagem, topónimos e construções, arquiteturas e infraestruturas, ou não fosse possível identificar, por exemplo, traços paisagísticos de inspiração inglesa em fragmentos de espaços tão distantes como o Quênia, a Índia ou a Austrália.

Este hibridismo paisagístico revela, por isso, diferentes contextos. É resultado de múltiplos impulsos e ritmos diferenciados, daqui derivando uma diversidade de paisagens, patrimoniais algumas, clonadas e encenadas outras.

Neste mosaico de paisagens híbridas e de fronteiras permeáveis encontram-se elementos das denominadas *ethnoscapes* (Appadurai, 2004). Paisagens de diáspora e de imigração, estratégia de reterritorialização de fluxos e de comunidades em movimento (Haesbaert, 2004, Fernandes, 2012a). Muitas destas paisagens agregam identidades, são símbolos da origem comum de minorias que se reúnem em torno do passado: "In the United States, for example, immigrants, driven by nostalgia for their homelands and by a desire for ready-made cultural markers of status and gravitas, became exceptionally adept at transplanting European townscapes to the new continent. The nineteenth century saw revivalist architecture blossom in the Hudson River Valley outside New York City, where wealthy landowners such as the Rockefellers sought to fashion the 'Rhine of America'. They drew their inspiration from Dutch city dwellings, Spanish monasteries, Italian piazzas, and English Gothic designs" (Bosker, 2013, p.6).

Espacializa-se o que se perdeu com a partida e com a desterritorialização. No entanto, mais que imitações, tratam-se de paisagens de imigração: "The various 'Chinatowns', 'Germantowns' and 'Little Italies' that do exist in many American cities are the products of immigration, rather than imitation, and reflect the cultural roots and traditions of their primary residents" (Bosker, 2013, p.7).

Ainda assim, encena-se o que está longe no espaço mas também o que está afastado no tempo. Em muitas destas manifestações de identidade, recria-se e conserva-se o vernáculo que já mudou na origem da diáspora. Viajar por estas manifestações de imigração pode ser uma experiência de deslocação no tempo, um retorno a uma tradição ali cristalizada mas já contestada no local de partida.

Estas *Ethnoscapes* coexistem com paisagens que se podem denominar como *Powerscapes*. Facto bem visível no período colonial, o exercício do poder político e económico tem levado à transferência de modelos de organização do território e de símbolos de afirmação e controlo. Assim se reconhece, por exemplo, a herança portuguesa na calçada portuguesa e no ambiente urbano de Macau, tal como em S. Salvador da Bahia, mas também noutras regiões do Brasil, como na Amazónia, para onde o Marquês de Pombal exportou o modelo municipal. Esta nova ordem pombalina reforçou o poder da coroa nacional sobre estes espaços mas permitiu, ao mesmo tempo, quer a difusão da língua portuguesa quer a expansão de topónimos hoje homónimos nos dois lados do Atlântico. Santarém, Óbidos, Alenquer, Alter do Chão, entre outros, servem aqui de exemplo.

Mas este mundo paisagístico contemporâneo está marcado por outras lógicas. As do hedonismo, do lazer e da imaginação, valores para os quais se modelaram *Fantasyscapes* (Bosker, 2013), espaços do espetáculo e da hipervisualização, da encenação para divertimento nos únicos lugares turísticos que são isso mesmo e não têm que conviver com nenhuma outra função – os parques temáticos.

Tudo isto nos remete para um mundo de simulações e *simulacrascapes* (Bosker, 2013) que, mais que construir uma geografia homogénea, a tornam mais complexa e difícil de entender.

Para Baudrillard (1991, p.9), “Dissimular é fingir não ter o que se tem. Simular é fingir ter o que não se tem”. De facto, trata-se de geografias de simulação, num mundo que é, todo ele, cinematográfico na forma como vive da imagem (Lipovetsky e Serroy, 2010).

Nesta lógica tanto se incluem as cidades europeias replicadas na China, como as réplicas que a Europa fez de si própria. Em muitas cidades destruídas durante a II Guerra Mundial, reergueram-se paisagens *pastiche* que encenam e replicam as de origem, que agora não passam de cópias, como acontece nos centros históricos de algumas cidades da Europa de Leste, como Varsóvia.

O mundo da simulação é variado. Podem resultar de atos individuais, do empresário que reproduz no Brasil o que, por qualquer razão, o fascinou lá longe, na Europa. No entanto, esta

geografia da simulação pode estar associada a estratégias coletivas de afirmação e de marketing territorial em lugares que assim se ocidentalizam e promovem.

Como, a propósito do caso chinês, refere Bosker (2013), este *simulacra movement* é também um meio de afirmação da China, da sua capacidade económica e tecnológica. Fazendo parte de um movimento mais global verificado em países emergentes como a Indonésia, Singapura ou os Emirados Árabes Unidos, esta apropriação do exógeno poderá significar mais do isso. Estas réplicas, apesar de criticadas como efémeras e pouco imaginativas, não são meros cenários pois moldam o comportamento (mais ocidentalizado) dos chineses, assim como os desejos e anseios quer dos criadores quer dos residentes e utilizadores desses empreendimentos: “The comprehensiveness of these copies has elicited criticism and derision on the part of Western and Chinese intellectuals alike, whose instinct is frequently to reject these themed communities as ‘kitsch’, ‘fake’, ‘temporary’, or ‘unimaginative and cliché’. But (...) these themed landscapes should not be so easily dismissed. Far more than shelter, these homes are, in subtle but important ways, shaping the behavior of their occupants while also reflecting the achievements, dreams, and even anxieties of their inhabitants and creators” (Bosker, 2013, p.3).

Assim se chega a um mundo apenas na aparência mais pequeno. Apesar de ser uma palavra popular, o termo globalização precisa ser decodificado e refletido pois esconde um mundo geográfico de dinâmicas muito heterogéneas, a ilusão de que tudo está próximo e que podemos estar em todo o lado, numa ubiquidade pouco mais que aparente.

A velocidade do mundo contemporâneo é social e espacialmente assimétrica mas vai marcando as identidades culturais (Hall, 2003). Estas experiências geográficas parecem encolher o globo. Viajamos e procuramos lugares mas, na verdade, são estes que também se aproximam do público consumidor, se mostram como cópias e representações do que está longe.

É este o mundo da contradição. Geográfico mas contraditório na forma como, ao mesmo tempo que se vive o frenesim da cópia e da deslocalização, se procuram proteger e classificar as paisagens que se aceitam como originais mas que, afinal, são também lugares conjunturais fruto de contactos, de trocas, de interações (Fernandes, 2012b).

Nesta realidade hipermoderna, fazem-se encenações estereotipadas e, muitas das vezes, tradicionalistas, da Europa, mas também dos Estados Unidos da América. No entanto, neste mundo em movimento, o contrário também é verdadeiro. Nas paisagens pós-modernas europeias também se fantasia África e a Ásia, também se reproduzem e encenam os jardins

nipónicos ou o mundo tropical dos areais brancos e das águas cristalinas. Esta plastificação da realidade ocorre nos dois sentidos. Contudo, objeto para outro ensaio, não se tratam de movimentos paralelos. As referências que se buscam na Europa não são as mesmas. Apesar da anunciada decadência cultural do continente europeu (Barzun, 2001), há um capital de imagem que se deve problematizar sempre que se discutir o futuro do Velho Continente.

Bibliografia

- Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- Barzun, J. (2001). *From Dawn to Decadence: 500 Years of Western Cultural Life 1500 to the Present*. New York: Harper Collins Publishers.
- Baudrillard, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Bonnemaison, J. (1981). Voyage autour du territoire. *L'Information Géographique*, 4, 249-262.
- Bosker, B. (2013). *Original copies: Architectural mimicry in contemporary China*. Hawai: University of Hawai'i Press.
- Cosgrove, D. (1998). *Geography and vision – Seeing, imagining and representing the world*. London, Tauris.
- Domingues, Á. (2012). *Vida no campo*. Porto: Dafne Editora.
- Fernandes, J. L. J. (2012a). Dynamics of cultural landscapes, identities and diffusion processes. In L. Marques, M. S. Pimentel Biscaia & G. Bastos (Ed.), *Intercultural Crossings: Conflict, Memory and Identity* (pp.23-35). Bruxells: Peter Lang.
- Fernandes, J. L. J. (2012b). *Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português*. Coimbra: Terras de Sena.
- Fox, W. (2005). *In the desert of desire. Las Vegas and the culture of spectacle*. Reno & Las Vegas: University of Nevada Press.
- Gaspar, J. (2001). O retorno da paisagem à Geografia – apontamentos místicos. *Finisterra*, 72, 193-198.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

Hartog, H. den (2009). *Shangai new towns – searching for community and identity in a sprawling metropolis*. Amsterdam: 4th International Conference of the International Forum on Urbanism.

Jorge, F. (Fot. e Coord.) (2007). *Portugal visto do céu*. Lisboa: Argumentum.

Lemos, I.; Frega, J. & Souza, A. (2008). *Empreendedorismo Étnico e Desenvolvimento Turístico de Treze Tílias*. VEGEPE, s/p.

Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2010). *O ecrã global*. Lisboa: Edições 70.

Lipovetsky, G. (2013). *A Era do Vazio. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa, Edições 70.

Luca, V. e Santiago, A. G. (2011). *A paisagem cultural em sítios históricos rurais de imigração italiana*. *Revista Labor & Engenho*, 5(1), 43-61.

Moura, V. G. (2013). *A identidade cultural europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Tuan, Y.-F. (1980). *Topofilia*. São Paulo: Difel - Difusão Editorial.

NA SOCIEDADE DO SÉCULO XXI O CLIMA DEVE SER CONSIDERADO NUMA PERSPETIVA *BOTTOM-UP* OU *TOP-DOWN*?

Ana Monteiro,

Departamento de Geografia da UP

CITTA, ISPUP

anamonteirosousa@gmail.com

Resumo

Este contributo pretende discutir as razões pelas quais apesar de nos interrogarmos persistentemente sobre qual será o peso real do nosso papel, das nossas escolhas e dos nossos modos de vida nos resultados/respostas do *sistema climático* que vamos observando quotidianamente, ainda não estamos suficientemente adaptados à sua variabilidade intrínseca e sobretudo à sua natural impulsividade.

Suportados na vasta informação disponível parece óbvio concluir que uma das razões do insucesso tem residido na profunda iliteracia climatológica bastante prejudicada pela adopção sistemática de uma abordagem *top-down* em detrimento da *bottom-up*.em todas as explicações que procuram justificar os comportamentos indesejáveis do *sistema climático*.

Palavras-chave: riscos climáticos; clima local; climatologia geográfica; iliteracia climatológica.

Abstract

This contribution discusses the reasons why despite the persistently interrogations about what will be the real weight of our role, our choices and our lifestyles on the results / answers of the climate system that we watch daily, we are not yet sufficiently responsive to its intrinsic variability and especially to its natural impulsiveness.

Supported in the vast information available it seems obvious to conclude that one of the reasons of the failure is due to the deep climatological illiteracy severely degraded by the systematic adoption of a top-down approach instead of the bottom-up in all explanations that seek to justify the undesirable climate system behaviors.

Keywords: climate risks; local climate; geographical climatology; climatology literacy.

1. O clima numa perspetiva *bottom-up* ou *top-down*

Desde meados da década de 80 do século passado a sociedade tem vindo a ser alertada para os riscos decorrentes de um comportamento aparentemente mais irregular do *sistema climático* que evidencia um aumento recorrente das temperaturas médias anuais sobretudo nas latitudes médias e para uma frequência inesperada de episódios climáticos extremos (IPCC, 2007 a e b). Os alertas têm sido quase sempre acompanhados de uma leitura *top-down* da realidade. Todavia, esta abordagem esmaga os seres humanos e, de tão devastadora, fá-los sentirem-se impotentes para lutar e evitar tão trágicas consequências (Quadro 1 e 2 e figura 1).

A percepção e valorização dos riscos depende, como sabemos, fundamentalmente de seis condições: i) ter grande probabilidade de ocorrer; ii) ter um período de retorno inferior a uma geração; iii) ter consequências muito graves; iv) ter impactes graves e diretos no bem-estar da população; v) ter ocorrência prevista para breve; vi) ser mecanicamente compreendido. Ora, toda a informação divulgada sobre os riscos decorrentes do Aquecimento Global é pouco convincente relativamente à maioria destas condições. Fundamentalmente, garante-nos que terá consequências graves e impactes muito graves e diretos no bem-estar da população. E isto é manifestamente pouco para nos motivar a dar a devida importância a este risco.

Quadro 1 – Número de catástrofes naturais entre 1900 e 2011.

Tipo de Catástrofe	Número	Peso Relativo (%)
Complexas	9	0.1
Secas	418	4.6
Sismos	1113	12.3
Epidemias	806	8.9
Temperaturas Extremas	415	4.6
Inundações	3349	36.9
Acidentes Industriais	1226	13.5
Infestação de insectos	52	0.6
Movimentos de massa (secas)	49	0.5
Movimentos de massa (precipitações intensas)	563	6.2
Acidentes Mistos	1084	11.9
Total (1900-2011)	9084	100.0

Fonte: EM-DAT, *TheInternationalDatabase*, CRED, <http://www.emdat.be>, acedido em Abril de 2013.

Quadro 2– As dez piores catástrofes naturais resultantes de temperaturas extremas e secas extremas entre 1900 e 2011

Temperaturas extremas (as 10 mais graves entre 1900 e 2011) **Secas extremas (as 10 piores entre 1900 e 2011)**

Nº mortes

LOCAL	DATA	Nº MORTES
Rússia, Onda de Calor	Jun/10	55736
Itália, Onda de Calor	16/07/03	20089
França, Onda de Calor	01/08/03	19490
Espanha, Onda de Calor	01/08/03	15090
Alemanha, Onda de Calor	Ago/03	9355
Portugal, Onda de Calor	Ago/03	2696
Índia, Onda de Calor	26/05/98	2541
França, Onda de Calor	15/07/06	1388
Afganistão, Vaga de Frio	05/01/08	1317
EUA, Onda de Calor	Jun/80	1260

Nº mortes

LOCAL	DATA	Nº MORTES
China, Seca	1928	3000000
Bangladesh, Seca	1943	1900000
Índia, Seca	1942	1500000
Índia, Seca	1965	1500000
Índia, Seca	1900	1250000
Rússia, Seca	1921	1200000
China, Seca	1920	500000
Etiópia, Seca	Mai/83	300000
Sudão, Seca	Abr/83	150000
Etiópia, Seca	Dez/73	100000

Nº pessoas afetadas

LOCAL	DATA	Nº PESSOAS
China, Vaga de Frio	10/01/08	77000000
China, Vaga de Frio	Jan/11	3800000
Austrália, Onda de Calor	Fev/93	3000500
Peru, Vaga de Frio	Jun/04	2137467
Tajikistan, Vaga de Frio	Jan/08	2000000
Peru, Vaga de Frio	07/07/03	1839888
Austrália, Onda de Calor	Dez/94	1000034
Liberia, Vaga de Frio	1990	1000000
Peru, Vaga de Frio	Abr/07	884572
Mongólia, Vaga de Frio	Dez/09	769113

Nº pessoas afetadas

LOCAL	DATA	Nº PESSOAS
Índia, Seca	Mai/87	300000000
Índia, Seca	Jul/02	300000000
Índia, Seca	1972	200000000
Índia, Seca	1965	100000000
Índia, Seca	Jun/82	100000000
China, Seca	Jan/94	82000000
China, Seca	Abr/02	60000000
China, Seca	Out/09	60000000
Índia, Seca	Abr/00	50000000
China, Seca	Jun/88	49000000

Prejuízos em 1000 US\$

LOCAL	DATA	PREJUÍZOS
China, Vaga de Frio	10/01/08	21100000
França, Onda de Calor	01/08/03	4400000
Itália, Onda de Calor	16/07/03	4400000
EUA, Onda de Calor	01/05/98	4275000
EUA, Vaga de Frio	1977	2800000
EUA, Onda de Calor	Jun/80	2000000
Canadá, Vaga de Frio	Dez/92	2000000
EUA, Onda de Calor	Jul/86	1750000
Alemanha, Onda de Calor	Ago/03	1650000
EUA, Vaga de Frio	26/01/09	1100000

Prejuízos em 1000 US\$

LOCAL	DATA	PREJUÍZOS
China, Seca	Jan/94	13755200
Austrália, Seca	1981	6000000
Espanha, Seca	Set/90	4500000
China, Seca	Out/09	3600000
Irão, Seca	Abr/99	3300000
EUA, Seca	Jul/02	3300000
Espanha, Seca	Abr/99	3200000
Canadá, Seca	Jan/77	3000000
China, Seca	01/05/06	2910000
Zimbábue, Seca	Out/82	2500000

Fonte: EM-DAT, *TheInternationalDatabase*, CRED, <http://www.emdat.be>, acedido em Abril de 2013.

Todos nos interrogámos já, várias vezes, sobre qual será o peso real do nosso papel, das nossas escolhas, dos nossos modos de vida nos resultados do *sistema climático* que vamos observando quotidianamente. Em que medida poderíamos auxiliar a evitar um futuro tão catastrófico? Como deveríamos agir para ter, ainda durante a nossa vida, alguns testemunhos de respostas menos assustadoras do *sistema climático*? Qual o peso relativo das iniciativas individuais nos processos de resolução do *sistema climático*? Que consensos existem já no meio científico sobre o impacte das atividades antrópicas no *sistema climático*? Será que as nossas mudanças de *modusviviendi* se traduzem em respostas menos perigosas do *sistema climático*?

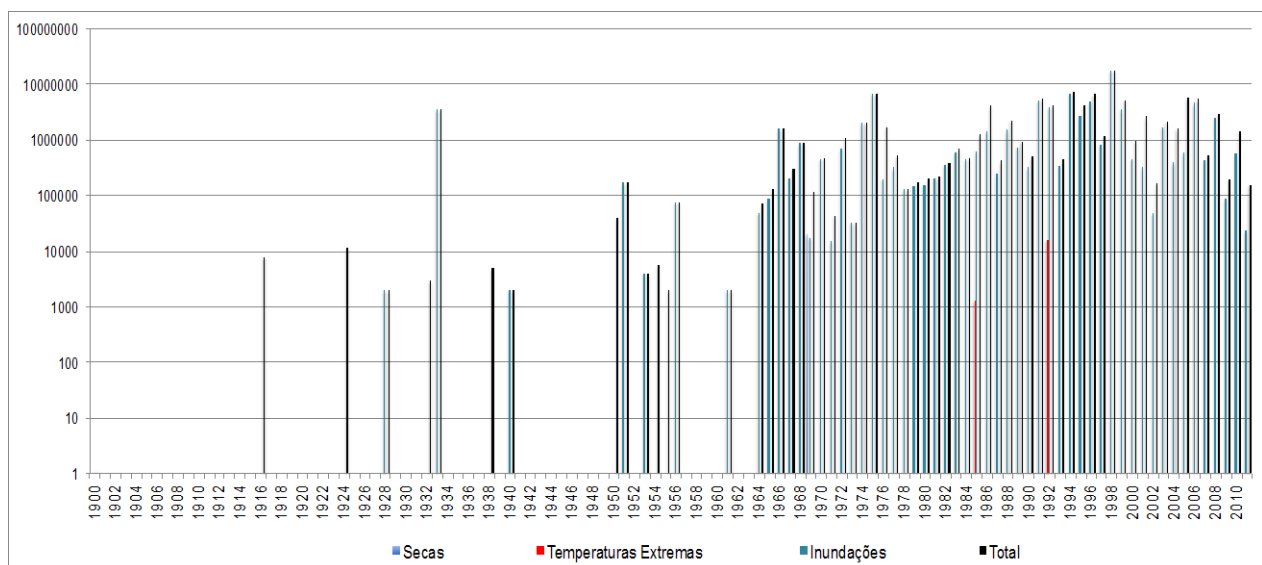


Fig.1 – Número de catástrofes naturais entre 1900 e 2011

Fonte: EM-DAT, *TheInternationalDatabase*, CRED, <http://www.emdat.be>, acedido em Abril de 2013.

Contudo, para nenhuma destas dúvidas há uma resposta convincente. O mais avisado tem sido o conselho de adoção do *Princípio da Precaução* isto é, na dúvida mais vale estar prevenido! Pouco sabemos ainda ao certo sobre as características deste sistema mas já percebemos que ele tem um comportamento caótico. Organizado mas caótico. Isto quer dizer que tem uma ordem interna mas que esta não é antecipável e só pode ser percebida *a posteriori*. Facto que contraria, excessivamente, os cânones estruturantes da sociedade moderna ancorados numa crença quase absoluta no poder da ciência, da inovação e da tecnologia para vencer todos os obstáculos com que os seres humanos são confrontados no

meio onde se movem. Mas, pese embora todo o investimento feito até agora, o *sistema climático* continua a escapar-lhes! As surpresas sucedem-se. E os prejuízos económicos e humanos decorrentes destas surpresas aumentam a uma velocidade vertiginosa.

É verdade que a disseminação muito mais rápida da informação e a existência de seguros para bens e pessoas alterou substantivamente a quantidade de informação disponível sobre as catástrofes naturais em geral e as climáticas em particular (Quadro 2 e figura 1), mas, o problema mantém-se!

Uma parte substantiva da explicação pode residir, de facto, no cada vez mais consolidado convencimento dos seres humanos que é possível estar seguro em qualquer *sítio* e *posição geográfica* porque a ciência, a técnica e as seguradoras ressarcir-los-ão de todos os prejuízos. O quotidiano vivido cada vez mais em meio urbano e em ambiente *indoor* não facilita também a observação da natureza e a memorização, por exemplo, do comportamento intrinsecamente variável do sistema climático.

O paradigma de qualidade de vida e bem estar assente sobretudo numa certa qualidade estética do espaço envolvente – natural e artificializado – que sublinha o enviesamento dos critérios de apreciação das outras componentes do ecossistema, sobretudo em função de certos padrões de gosto, tem levado, por exemplo, a exigir que a água, a flora e a fauna surjam apenas aqui ou ali como meros cenários desenhados para a fruição contemplativa e que os estados de tempo sejam estáveis, a temperatura entre os 18°C e os 22°C e a precipitação indesejável e perturbadora.

Sem bons motivos para perceber as relações existentes entre as suas opções de localização de pessoas e atividades no território, torna-se muito difícil mobilizar decisores e seres humanos para um maior investimento na natureza que surta a médio e longo prazo impactes positivos na sua qualidade de vida, bem estar e saúde. Tanto mais que qualquer mudança de hábitos significa sempre um esforço e é muitas vezes interpretado como um sacrifício. As mensagens *top-down* transmitidas pelas *verdades inconvenientes*, pelo IPCC e pelo longo cortejo de investigadores que se têm dedicado a modelizar o clima nas próximas décadas, embora intimidantes, pouco esclarecem sobre as medidas em concreto que devemos adoptar ou sobre o tipo de modificações necessárias ao nível da opção de vida e de (re)construção do espaço que trarão benefícios aos seres humanos e lhes garantirão os antídotos eficazes para conviver com as vicissitudes do *sistema climático*. Pelo contrário, uma mensagem *bottom-up* que lide com exemplos concretos à escala local e que explore dimensões indiscutíveis da definição de bem estar, como é o caso da saúde, pode ser um bom motivo para compreender mecanicamente algumas relações de causalidade existentes entre as opções de

organização do espaço e as conseqüentes respostas no *sistema climático local* (figura 2). E, neste esforço, os geógrafos, em geral, e os climatólogos urbanos em particular, estão especialmente bem preparados (figura 3 e figura 4).

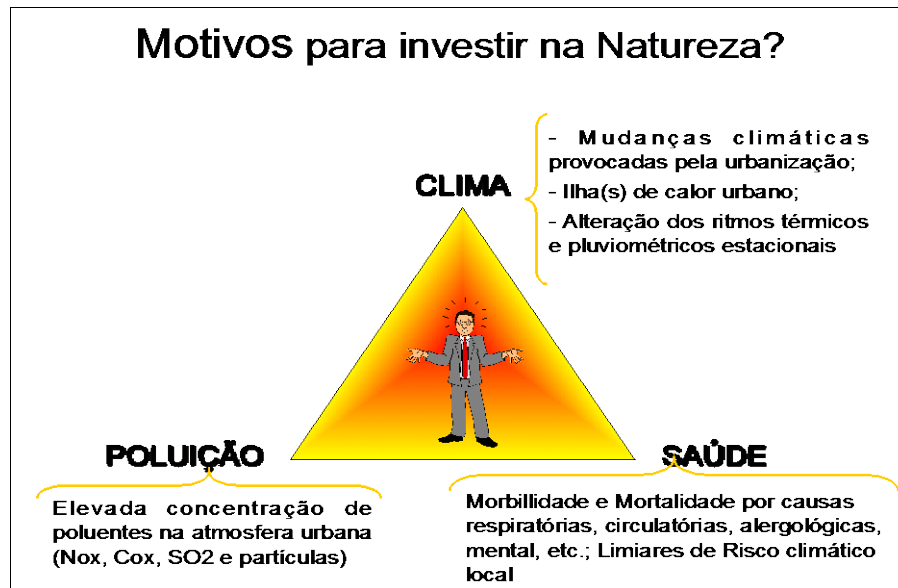


Fig. 2 –O triângulo Clima-Saúde-Poluição como argumento para mudar atitudes e aumentar a aceitabilidade de outras políticas de ordenamento do território

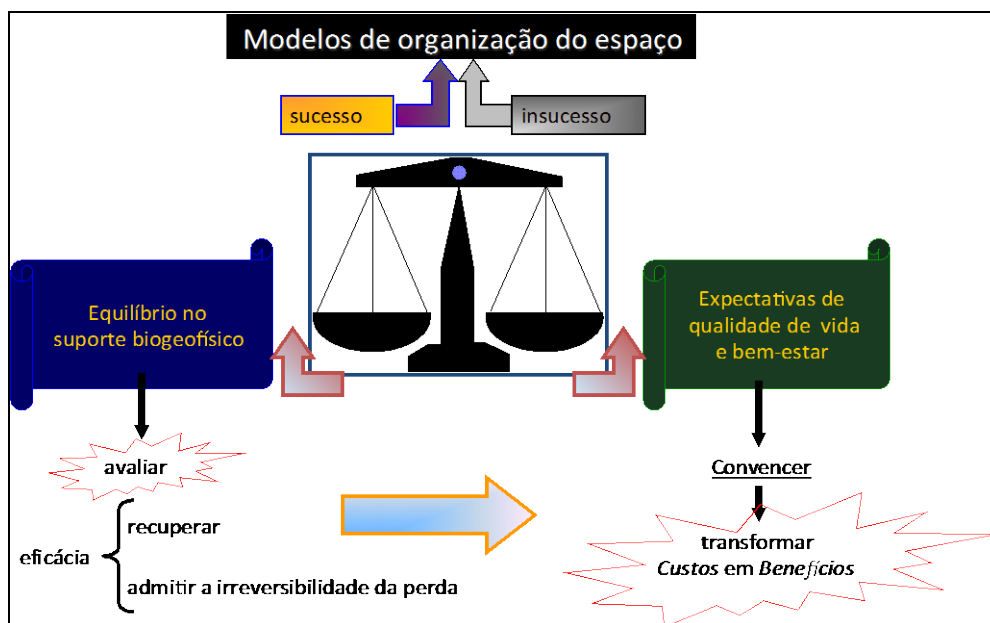


Fig. 3 – O objeto da geografia enquanto promotora de soluções de sucesso para a organização do espaço

Fonte: Monteiro, 2006, 2009c e 2010d.

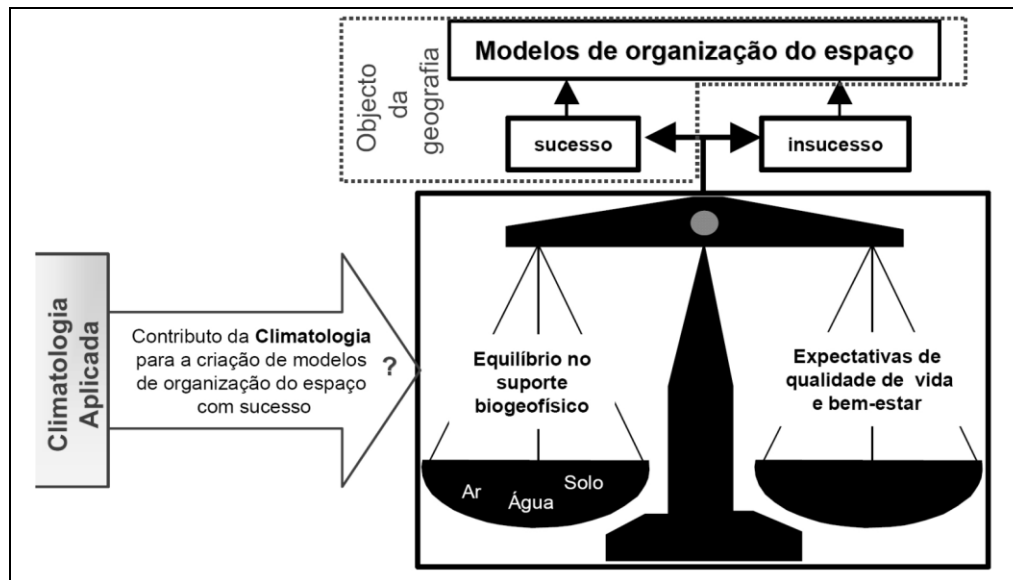


Fig. 4 – A Climatologia urbana enquanto disciplina facilitadora da compreensão do sistema climático
Fonte: Monteiro, 2010d.

2. O clima urbano portuense – uma boa razão para optar pela perspectiva *bottom-up*

2.1 Porque preferimos a cidade

A incapacidade dos espaços urbanos para responderem cabalmente aos desígnios que lhes deram origem, é um enigma que continua a intrigar a maioria dos decisores, dos cidadãos e dos investigadores. Imaginadas como espaços optimizadores de oportunidades para todos, evoluíram, na maioria dos casos, para uma organização espacial pulverizada de fracassos sociais, económicos e ambientais (Monteiro, 2011c e 2012).

As explicações possíveis para que este palco de oportunidades não consiga evitar o convívio próximo de núcleos de pobreza, fome e doença e outros plenos de cultura, liberdade, conhecimento e inovação, emprego, acessibilidade, etc., continuam a não servir para adoptar soluções eficazes (Monteiro, 2011c e 2012).

Compreender como é que uma das mais inteligentes, elaboradas e recentes ideias de acomodação de pessoas e atividades – a cidade – se transformou num lugar de inóspito para partes substantivas dos seus residentes, é uma meta que está longe de ser atingida. As

justificações vão das teorias mais simplistas e deterministas que elegem a preguiça induzida pelas excepcionais condições de acolhimento do meio para explicar o surgimento de indolência promotora de pobreza e fome, até às que apontam a má governança e o incentivo de competitividade e consumo desenfreado para o surgimento de um número excessivo de estádios de qualidade de vida desiguais. E, sendo um espaço que privilegia a troca e a produção imaterial, desprotege naturalmente todos os que fiquem, ainda que temporariamente, colocados fora do circuito de trocas. Estes ao perderem capacidade económica para participar nos mecanismos de troca e adquirir os bens essenciais também não têm qualquer alternativa para colmatarem as suas necessidades básicas de alimentação, saúde ou educação. Trata-se afinal de uma réplica, à escala urbana, do mapa de distribuição, no Planeta, dos recursos naturais socialmente valorizados para a dieta humana ou para a economia e os indicadores de desenvolvimento (Monteiro, 2011c e 2012).

Recorde-se que quando comparamos as áreas do globo onde a produção agrícola tem tido maiores taxas de crescimento e aquelas onde o peso da população rural no total da população é maior, constatamos que coincidem com as que menos comercializam alimentos e com aquelas em que o PIB agrícola *per capita* é mais baixo, com as que consomem menos calorias na sua alimentação e com aquelas onde o peso dos alimentos no total das importações é mais elevado (CIA Factbook, 2007). Algumas destas áreas do globo são até das que têm visto o seu PIB regredir. É relevante para a compreensão desta estranha dissonância observar a diferenciação no tipo de produtos agrícolas que cada país produz sobretudo se recordarmos a valorização que lhes damos no nosso atual padrão de alimentação internacional (Monteiro, 2011c e 2012a).

A comercialização de alimentos parece demonstrar que apesar dos recursos naturais valiosos para a alimentação humana poderem até estar geograficamente dentro dos limites administrativos dos países economicamente mais frágeis de facto não lhes pertencem.

Isto sucede porque por um lado, a posse desses recursos está, num grande número de casos, longe do local onde são produzidos e, por outro, porque a transformação do recurso em alimento implica, muitas vezes, uma adição de *know-how* que está frequentemente sediada nos países desenvolvidos. É esta última razão também uma das explicações possíveis para compreender o paradoxo evidente na distribuição relativa da fome mesmo no seio dos países em vias de desenvolvimento (30% nas áreas urbanas; 70% nas áreas rurais) e que ajuda a perceber o elevadíssimo peso no orçamento familiar que a alimentação tem nos países economicamente mais pobres relativamente ao que tem nos países mais ricos. Há, a este propósito estimativas do *Children Fund* (2009) que comparam o peso das despesas em

alimentação no orçamento das famílias no Reino Unido (9%), na Etiópia (59%) e no Quênia (67%) para evidenciar precisamente que neste novo milénio "...Neste novo milénio fica cada vez mais explícito que "...o grau de desenvolvimento da sociedade não depende apenas da existência de recursos naturais, mas sobretudo das características do grupo, da facilidade de relacionamento entre si e com o exterior, do conhecimento e da valorização que fazem do seu espaço. O sucesso de alguns modelos de organização do espaço que catapultaram alguns países para os patamares mais elevados de desenvolvimento, resultou da inteligência com que os decisores conseguiram articular os factores de índole natural e os de natureza humana disponíveis no seu território e no exterior..." (Monteiro, 2001).

Depois de iniciado, o ciclo de pobreza, má nutrição e doença torna-se um complexo e emaranhado labirinto que dificulta substantivamente o sucesso das medidas para a promoção do desenvolvimento, do bem-estar e da qualidade de vida.

Curiosamente, uma das soluções preferidas por cada vez mais pessoas para fugir a este ciclo vicioso da pobreza, má nutrição e doença foi a opção pelos habitats urbanos (figura 5 e figura 6).

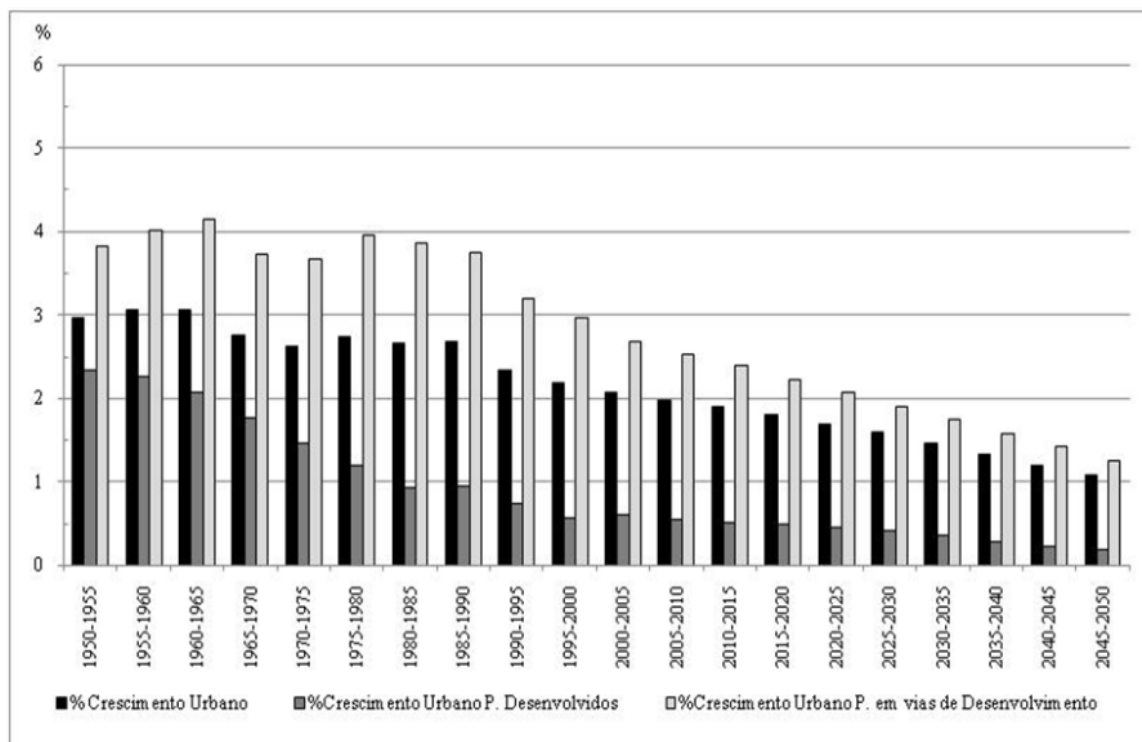


Fig. 5 – Taxa de crescimento urbano 1950-2050
Fonte: UNPD, 2007.

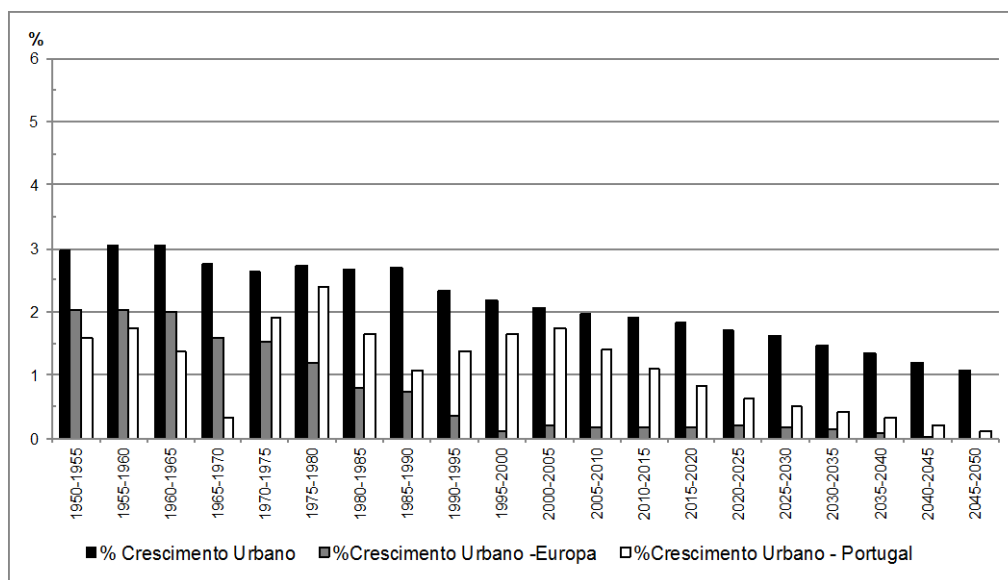


Fig. 6 – Taxa de crescimento urbano, 1950-2050, na Europa e em Portugal
Fonte: UNPD, 2007.

Contudo, esta nova redistribuição da população no mundo impôs um tipo de ocupação do solo e de consumo de recursos naturais no Planeta substantivamente diferente da que acontecia na primeira metade do século XX. Atualmente, mais de 50% da população ocupa apenas 2,8% da área útil do Planeta.

O facto dos seres humanos passarem a ocupar muito menos espaço *per capita* mas com um estilo de vida e padrão de bem-estar muito mais exigente no consumo de recursos, significou um aumento substantivo da sua pegada ecológica. O balanço entre a capacidade ecológica do território e a pegada ecológica gerada por este novo modelo de ocupação do espaço passou a ser, na maioria dos países, muito deficitário. Em 2010, o deficit ecológico já era, em média no globo de -0,9ha/per capita, e em Portugal de -2,3ha/per capita (Monteiro, 2009c, 2011c e 2012a).

A inovação científica e tecnológica muito facilitada nos espaços urbanos, propiciou novas descobertas em domínios tão diversos como a farmacologia, a microbiologia, a biotecnologia, a mecânica, etc., que associado a melhores condições de acesso aos serviços de saúde, de saneamento, tratamento de resíduos, abastecimento público de água, habitação, educação e cultura, transformou a cidade num espaço muito apetecido por cada vez mais pessoas.

O apelo da cidade foi e é, portanto, um chamamento lógico para quem deseja melhor qualidade de vida. Todavia, a realidade demonstra que é um objectivo que não está ao alcance

de todos. Optar pelo modo de vida urbano significa um movimento de mudança para outra organização da sociedade onde as relações de trabalho, os papéis de cada um, o conceito de família, a liberdade individual, as oportunidades e o acesso a serviços são muito diversos dos existentes nos contextos não urbanos. Trata-se portanto de uma decisão em busca de melhor qualidade de vida, bem-estar e saúde mas com um leque imenso de novos riscos associados (Monteiro, 2012a).

Para além de um processo de metamorfose profunda do ponto de vista social, a urbanização significa também um processo de grande transformação territorial já que pressupõe a acomodação num suporte espacial muito restrito de um conjunto de pessoas e atividades numeroso e diversificado. Isto, só por si, obriga a uma intensa artificialização do espaço e cria um enorme desequilíbrio, à escala local, entre o número de pessoas e atividades e os recursos naturais disponíveis. Desproporção compensada pela importação de matérias-primas, recursos naturais e alimentos do exterior e pela exportação de desperdícios para lugares cada vez mais longínquos (Monteiro, 2012a).

Como acontece em qualquer sistema aberto, na cidade os riscos de desorganização temporária dos fluxos de entrada e saída quer de matéria, quer de energia são muito frequentes. Algumas vezes até impossíveis de reorientar a contento de todas as peças do *puzzle urbano*. E, convém recordar que se trata de um *puzzle* muito complexo onde convivem, em circunstâncias de grande proximidade territorial, pessoas com características sociais, culturais e económicas muito diversas (Monteiro, 2012a).

Na cidade, cada indivíduo tem oportunidade de observar com grande facilidade outros padrões de qualidade de vida e de bem-estar e, se entender que são melhores que os seus, reivindicá-los também para si. Assim, o cortejo de pessoas em busca do que consideram ser melhor qualidade de vida é, nas cidades, muitas vezes enorme e insaciável. Por isso, é necessário planear e gerir os atributos de cada peça do espaço urbano, tendo em conta as pessoas e as características do suporte biogeofísico onde se acomodam. Mais, a velocidade alucinante a que mudam os modelos de bem-estar exige que o fazedor de cidade seja suficientemente criativo para antecipar os desejos dos cidadãos no momento em que a sua ideia vai estar concretizada – em dez, vinte, trinta anos (Monteiro, 2012a).

Um grande número das manifestações de insustentabilidade dos atuais espaços urbanos resulta precisamente da incapacidade de projetar os impactes que nas últimas quatro décadas a energia barata e o progresso científico e tecnológico criaram. Estas duas condições facilitaram a replicação de opções de planeamento urbano muito idênticas em contextos geográficos diversos. O modelo vigente procurou sobretudo garantir pavimentos urbanos

absolutamente secos, sistemas de drenagem de águas pluviais e de esgotos bem como de recolha de resíduos eficazes. A flora, a fauna, os recursos hídricos, a geomorfologia ou mesmo o clima foram digeridos neste modelo apenas como cenários. Em alguns casos estes elementos do ecossistema foram interpretados como úteis para a promoção de atividades de lazer e recreio, enquanto noutros foram considerados absolutamente repulsivos e, por isso mesmo, atirados para os espaços ignorados dentro da cidade (Monteiro, 2012a).

A imagem das cidades atuais ficou muito mais dependente da capacidade económica de injetar tecnologia e energia e muito pouco dependente do *sítio* e do *lugar* geográfico. São projeções integralmente artificiais no espaço das novas necessidades de troca de excedentes e de refinados modos de controlo do seu habitat (Monteiro, 2012a).

A competência acrescida no manuseamento de técnicas de controlo das várias componentes do ecossistema desencadeou e promoveu atitudes de progressiva irreverência do ser humano relativamente ao ambiente. O ar, a água, o solo, a fauna ou a flora presentes nos lugares onde se pretende concretizar um projeto passaram a ser vistas como uma entidades separadas em si, entre si e dos seres humanos. Foi-se, com tudo isto, perdendo completamente a ideia de coesão, a favor dum pretensioso conceito de imunidade dos seres humanos face às consequências das suas ações (Monteiro, 2012a).

2.2. A cidade do Porto

No Porto, uma cidade costeira e ribeirinha com pouco mais de 200000 habitantes, cerca de 45 000 edifícios distribuídos, espacialmente, em arranjos geométricos muito diversos, construídos, os mais antigos em granito, e os mais modernos, em tijolo, betão e outros materiais, mais de 1500 pequenas e médias unidades industriais, e constantes congestionamentos de tráfego, originados pelos mais de 300000 veículos/dia que nela circulam plasmam-se já, com grande clareza no clima regional e local (figura 7 a figura 13). E, esse sintoma pode e deve ser explorado pedagogicamente para ajudar à reflexão sobre outros paradigmas de qualidade de vida, bem-estar e saúde que não colidam com o equilíbrio do ecossistema.

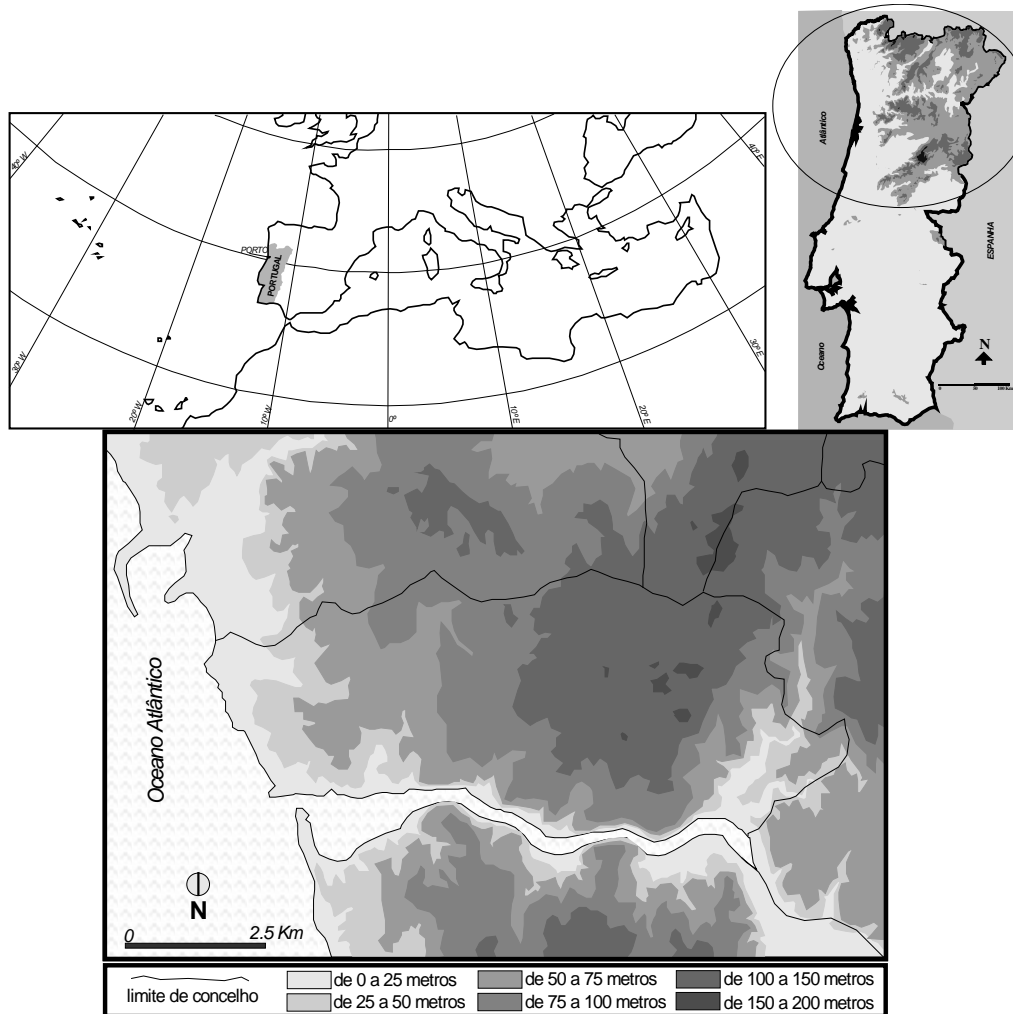


Fig. 7 - *Sítio e posição geográfica da cidade do Porto*

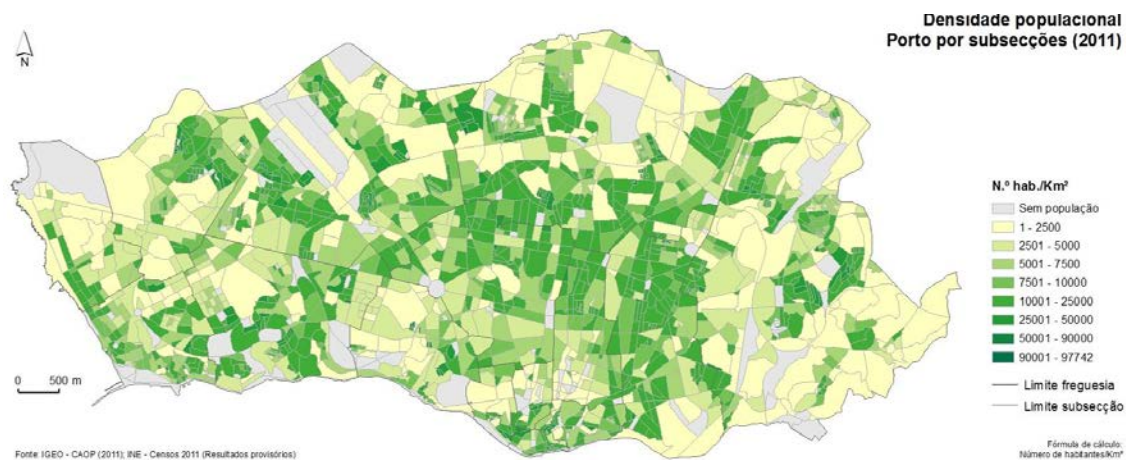


Fig. 8 – *Densidade populacional em 2011*
Fonte: Monteiro, 2012k.

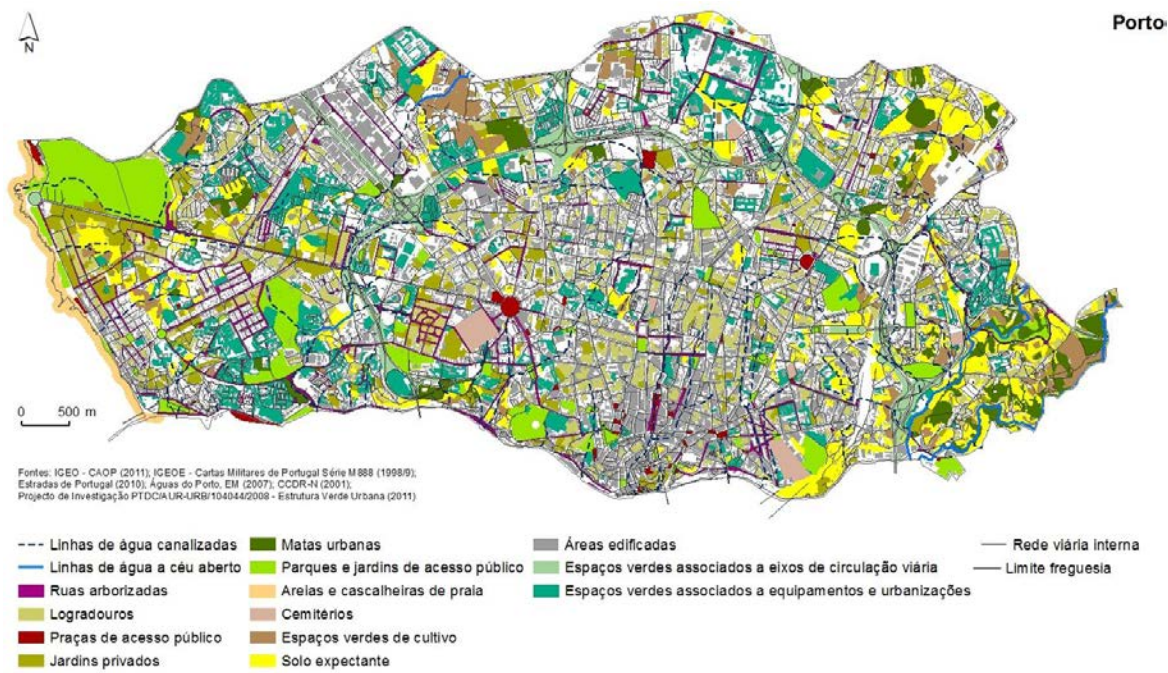


Fig. 9 – Uso do solo
Fonte: Monteiro, 2012k.



Fig. 10 – Distribuição do edificado em 2011
Fonte: Monteiro, 2012k.



Fig. 11 – Peso do edificado construído antes de 1961
Fonte: Monteiro, 2012k.

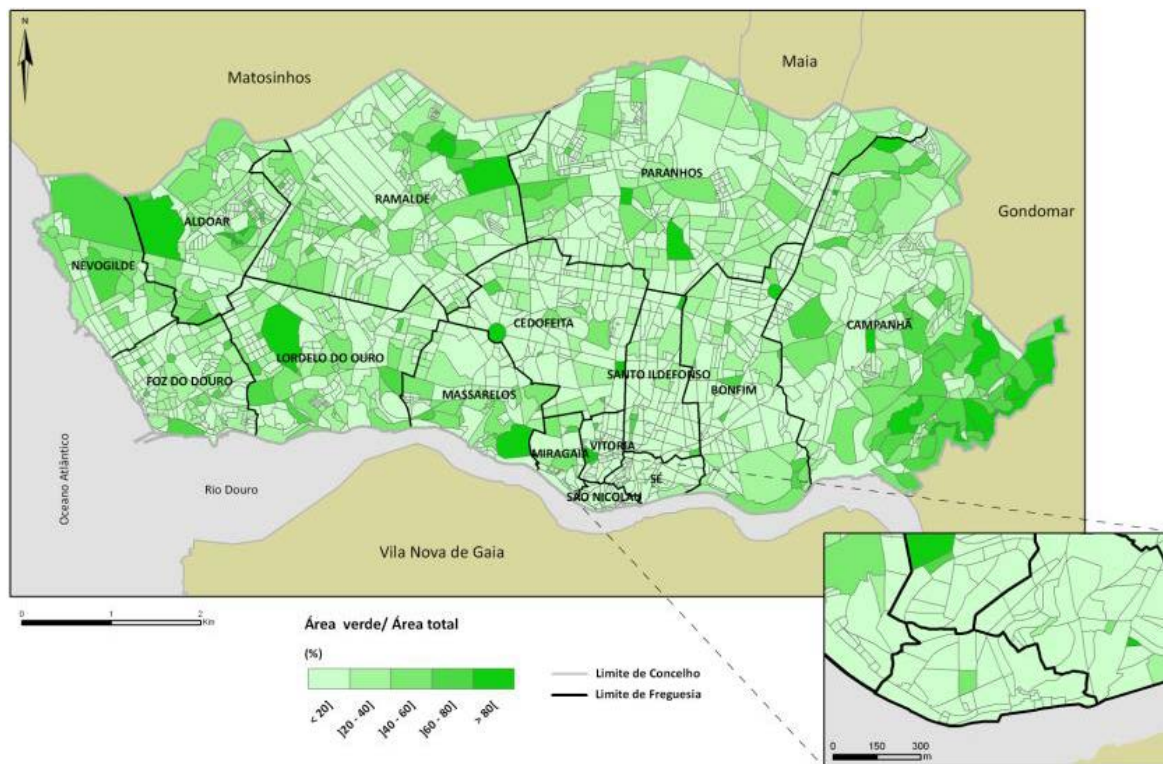


Fig.12 – Peso das áreas verdes em cada subsecção portuense
Fonte: Monteiro, 2012k.

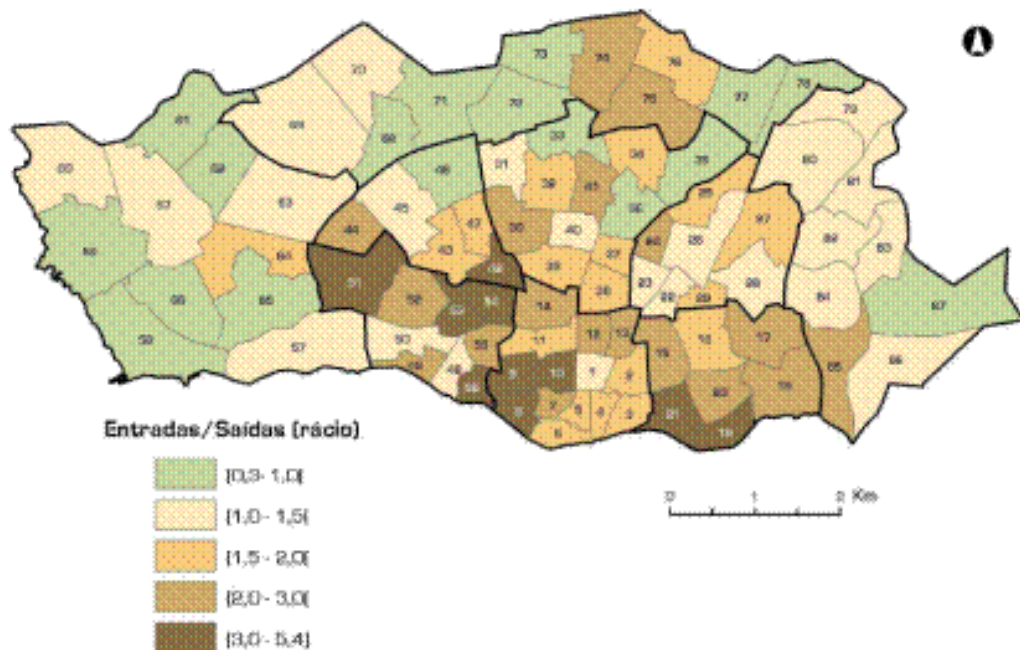


Fig.13 – *Ratio in-out*do tráfego automóvel no Porto entre as 7h30-9h30m
Fonte: CMP, 2007, pg.17.

2.3. O clima urbano – sintoma das formas e funções urbanas

O facto das anomalias térmicas positivas, calculadas a partir de medições itinerantes realizadas entre 1987 e 2011 na cidade do Porto (Fig.14 a Fig.15), ocorrerem nas áreas de maior vitalidade da cidade onde o tráfego é mais intenso e onde os *skyviewfactors* são menores, é um testemunho incontestável e simples das vantagens que uma perspetiva *bottom-up* pode significar para explicar o peso e o significado que as ações antrópicas têm no *sistema climático* (figura 16 e figura 17).

Da importância relativa que o total de energia libertada, tanto pelos seres humanos e outros animais, como pelas atividades económicas (Q_f), tiver face ao total de energia proveniente da radiação solar (Q_S) e do interior da terra (Q_i), dependerá a ordem de grandeza do excedente energético disponível para ser transportado, por condução e/ou perdido por irradiação. Como não estão facilitadas as perdas por evaporação (Q_l), e a capacidade de armazenamento no seio do espaço construído é grande, quer pela densidade de ocupação,

quer pelo tipo de materiais, quer pela geometria, parece óbvio que o balanço final entre as perdas e os ganhos, nos meios urbanos, não é nulo (Monteiro, 1997).

A equação do balanço energético portuense $Q_s+Q_f+Q_i = Q_l+Q_g+Q_e$ definida por Douglas (1983), varia de acordo com as características de cada área da cidade. Enquanto o Q_f é sempre superior na cidade, relativamente à sua periferia, o Q_s e o Q_l são normalmente mais baixos. O Q_s é menor nas áreas urbanizadas porque a quantidade de partículas presentes na baixa troposfera urbana é muito maior, e, portanto, a radiação solar vai sendo absorvida e /ou reflectida, chegando à superfície em menor quantidade. As perdas de calor por evaporação (Q_l) são, também, inferiores no meio urbano, pela simples razão de que neste não há tanta água disponível para evaporar. O bom funcionamento do metabolismo urbano não se compadece com a presença da água precipitada muito tempo à superfície, sob pena de provocar congestionamentos na circulação de bens, serviços e informações, de todo indesejáveis (Monteiro, 1997).

Favorecendo um leque mais diversificado de entradas de energia e bloqueando algumas das possíveis vias de saída da mesma, a cidade cria condições para se tornar, no seu todo, ou em parte, naquilo que vulgarmente se tem designado por "ilha de calor" (Monteiro, 1997).

Percurso das medições itinerantes

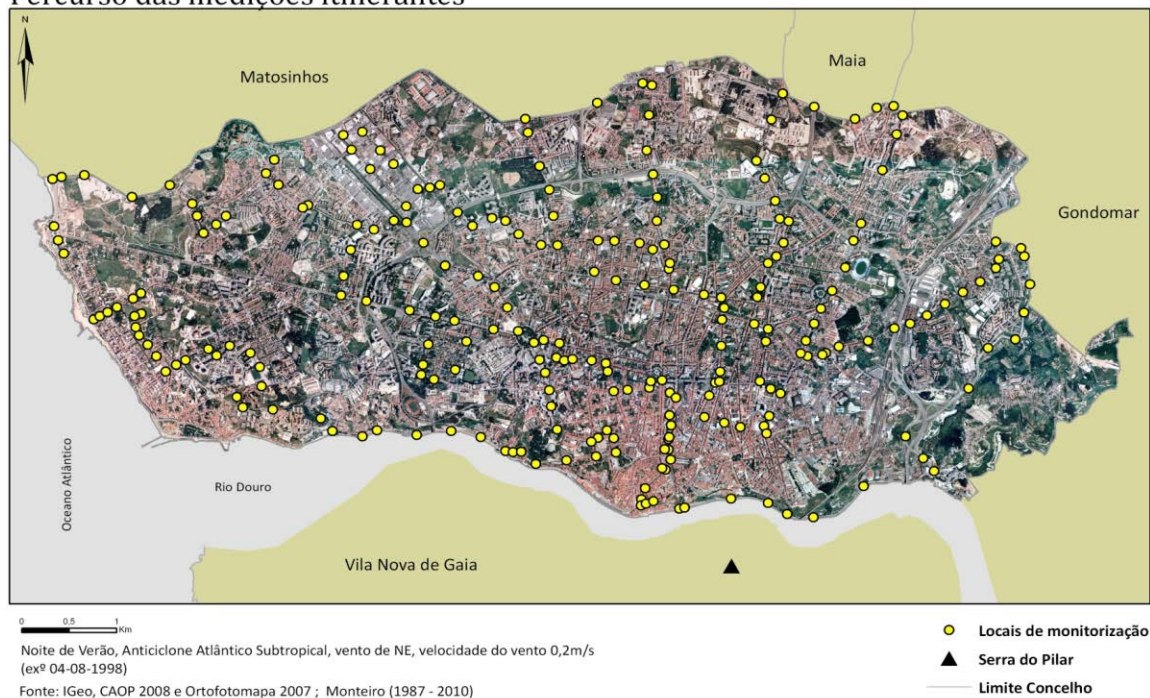


Fig. 14 – Pontos de registo durante as medições itinerantes realizadas entre 1987 e 2011

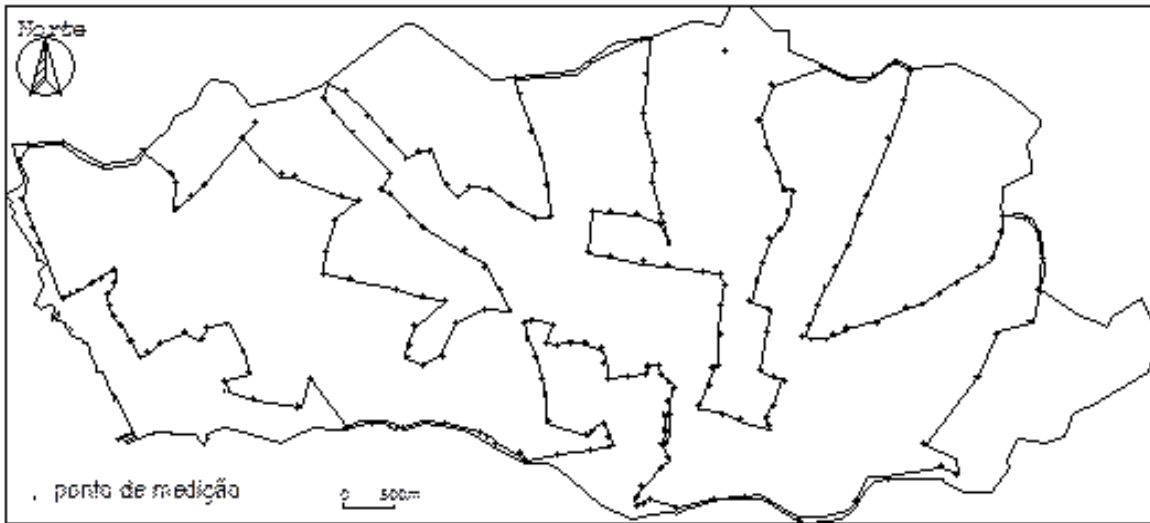


Fig.15 – Percurso de medições itinerantes realizado no Porto entre 1987 e 2011

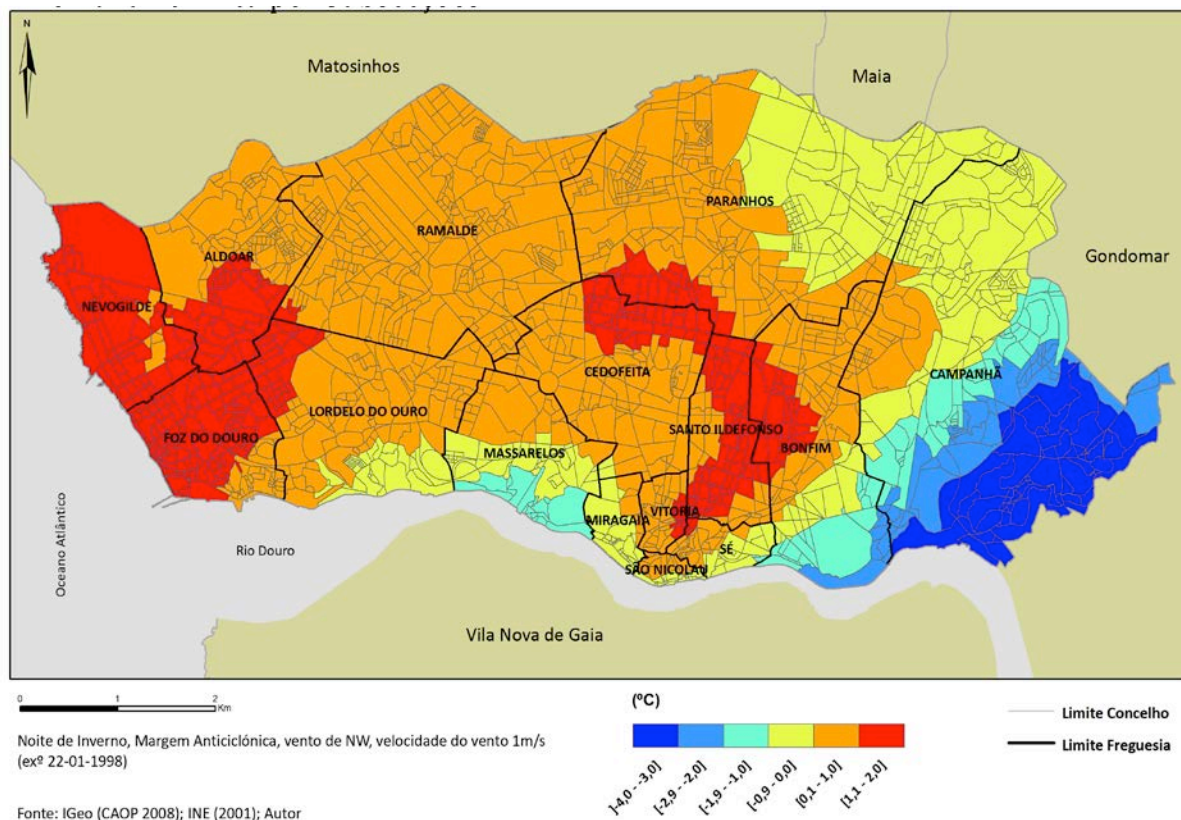


Fig. 16- Forma e magnitude das anomalias térmicas noturnas de Inverno resultantes da monitorização realizada durante medições itinerantes (1987-2011), ajustadas às subsecções portuenses
 Fonte: Monteiro, 2012k.

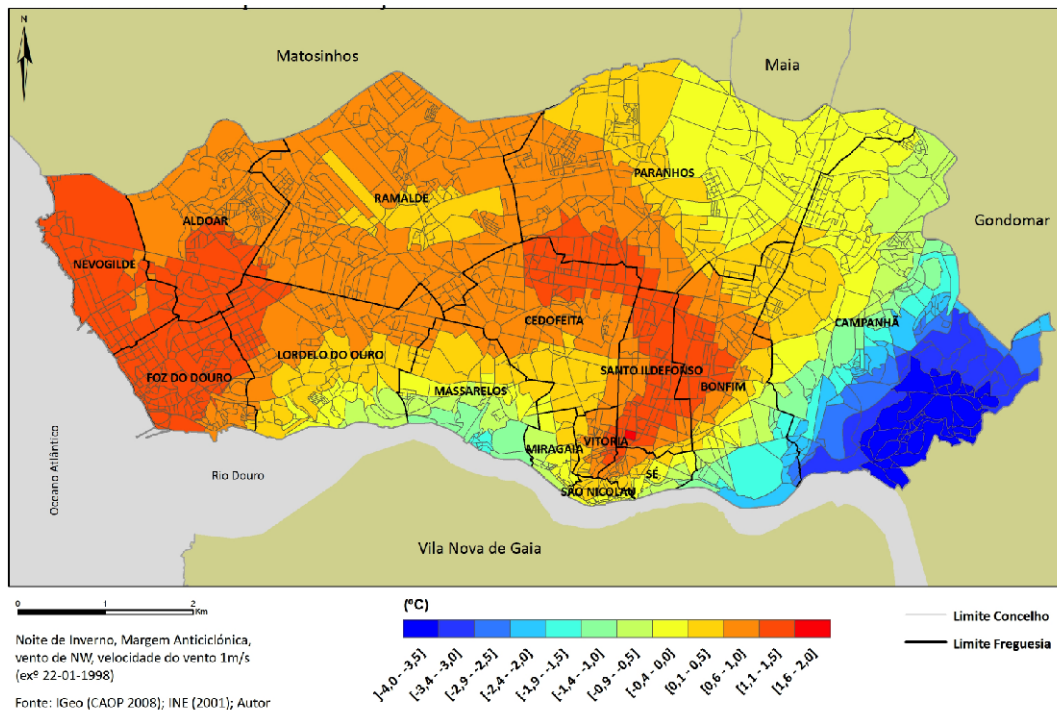


Fig.17 - Forma e magnitude das anomalias térmicas noturnas de Verão resultantes da monitorização realizada durante medições itinerantes (1987-2011), ajustadas às subsecções portuenses
Fonte: Monteiro, 2012k.

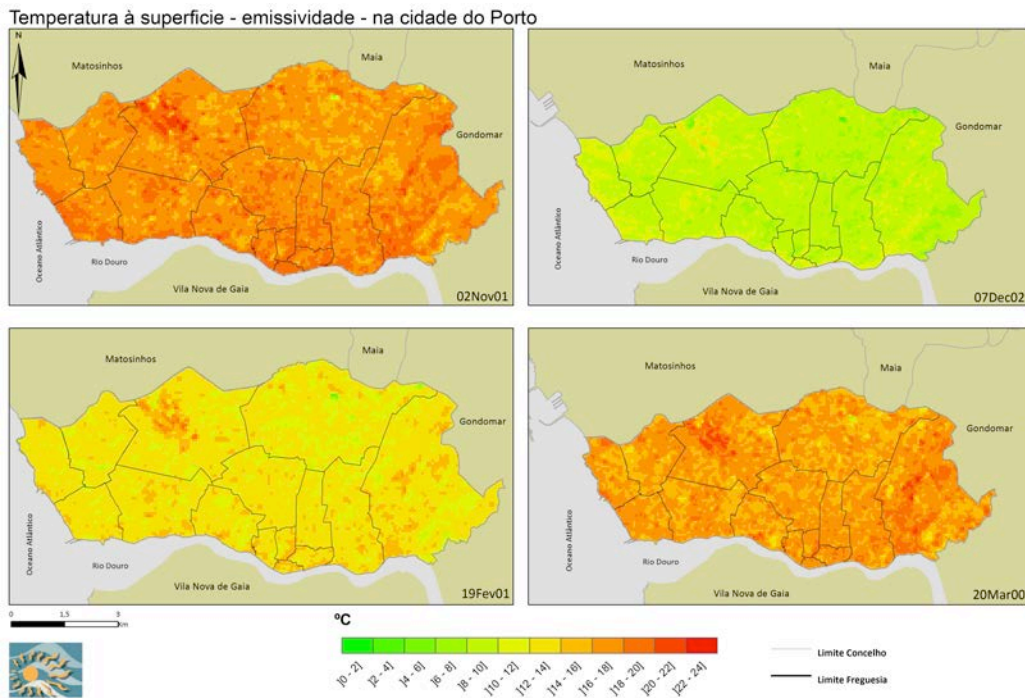


Fig. 18 – Emissividade à superfície em alguns dias de Inverno a partir das imagens de satélite *Landsat 7-canal termal*
Fonte: Monteiro, 2012k.

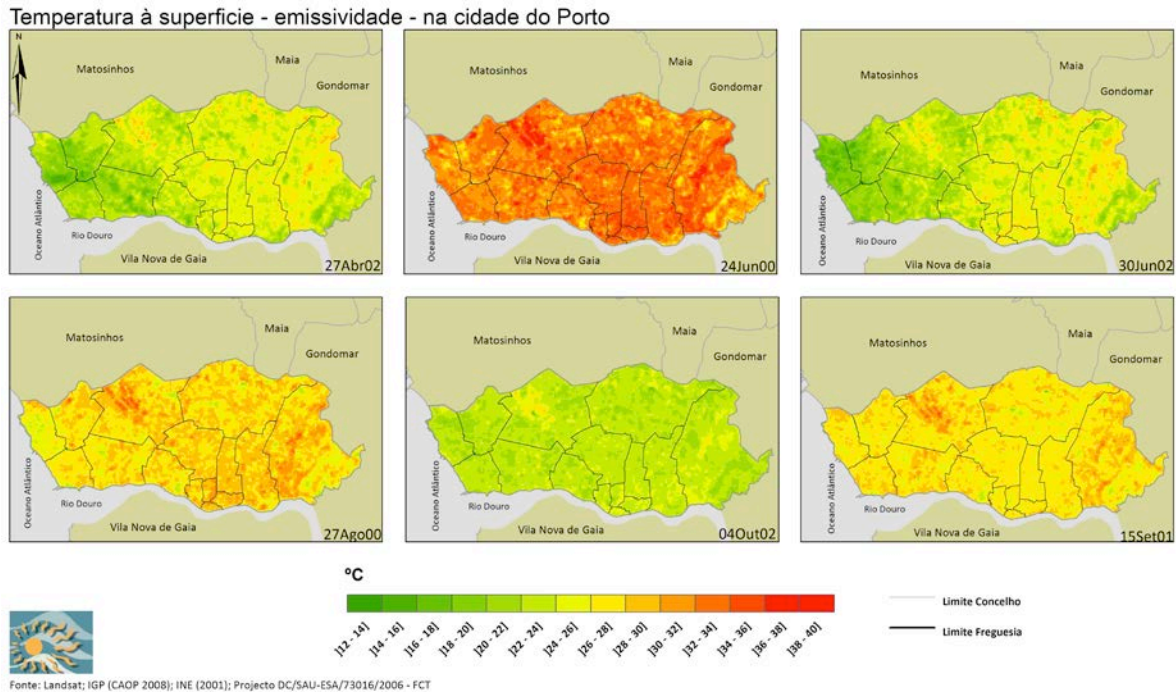


Fig. 19 – Emissividade à superfície em alguns dias de Verão a partir das imagens de satélite *Landsat 7-canal termal*
 Fonte: Monteiro, 2012k.

Repare-se então, como a morfologia da área, a volumetria do espaço construído, a cor e os materiais de construção dos edifícios, o tipo de pavimento das ruas, a densidade populacional, o tipo de tecido industrial, a fluidez de circulação do tráfego e a quantidade e tipo de emissões para a atmosfera, interferem, no resultado final da equação do balanço energético portuense (figura 18 e figura 19).

Qualquer *subsistema climático* depende, integralmente, dos processos de resolução encontrados em cada uma das suas componentes: atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera. O processo de urbanização, ao provocar mudanças radicais na natureza da superfície e nas propriedades da atmosfera, afecta, inequivocamente, as condições de funcionamento de cada uma destas componentes do subsistema climático (Monteiro, 1997).

No caso da cidade do Porto, apesar de ser um espaço singular do ponto de vista da combinação dos factores geográficos que a caracterizam, provoca, pela sua vitalidade funcional, alterações significativas no clima regional. Nem a diferenciação topográfica E-W, nem a presença próxima de dois importantes mosaicos de água (o mar e o rio Douro), nem, tão pouco, as repercussões em termos de diversidade de ocupação do espaço, inerentes aos seus mais de oito séculos de história, são suficientes para dissimular os impactes do metabolismo urbano, pelo menos, ao nível do balanço energético (Monteiro, 1997).

Ao analisar os impactes das opções de localização de pessoas e actividades no clima local é possível eleger os vectores principais do desenho urbano que afectam claramente os padrões térmicos observáveis (figura 16 e figura 17).

Verificámos, ao longo dos mais de 20 anos de experimentação, sob os mais diversos tipos de tempo, em diferentes épocas do ano e a várias horas do dia, que os postos incluídos nas áreas da cidade com maior vitalidade diurna registaram, frequentemente, temperaturas superiores às verificadas no resto da cidade. Estas áreas coincidem com o centro da cidade, do ponto de vista administrativo e funcional. Uma, delimita a coalescência do CBD principal com o CBD secundário. Outra, engloba os pontos mais utilizados da rede viária, de melhor acessibilidade à "Baixa", que serve a área E da cidade, para além de ser uma área onde a função residencial coexiste com um grande número de pequenas e médias indústrias.

3. Considerações finais

O climatopo portuense é, portanto, um excelente motor para esclarecer a relação de causa-efeito existente entre as opções de uso de um determinado território e as consequências na baixa atmosfera – no clima e na qualidade do ar.

Ao relacionar as características de cada uma das peças da cidade com o respectivo clima local e regional, torna-se evidente para qualquer utilizador e/ou fazedor da cidade, a importância das formas e das funções atribuídas no resultado final do clima local.

Se juntarmos aos reflexos das opções de desenho e função urbanas no clima os efeitos na saúde e mostrarmos que é possível encontrar algumas coincidências espaciais entre as injustiças sociais, económicas, ambientais e de saúde, então passa a ser possível perceber com clareza, à escala local, afinal aquela em que todos vivemos, uma miríade de causas e respectivas consequências. Percebendo melhor estas relações torna-se mais fácil mobilizar novas políticas de arranjo de pessoas, bens e serviços num dado suporte biogeofísico e transformar medidas e ações que podiam ser entendidas como um sacrifícios ou perdas de bem-estar em benefícios como acontece, por exemplo, sempre que se sugere a pedonalização de mais espaços de circulação ou o aumento e diversificação das áreas verdes ou a restrição de uso de certos materiais construtivos ou se proíbem grandes volumetrias, ou se impede a impermeabilização de algumas áreas, etc.

E, a investigação que tem vindo a ser realizada para o Porto e para a sua Área Metropolitana, sobre a relação entre o agravamento de algumas patologias e as características

do clima, da qualidade do ar e da condição sócio económica (figura 20 a figura 23), revelam a enorme potencialidade desta trilogia para perceber a cidade e para refletir sobre a necessidade de encontrar outros paradigmas de bem-estar e qualidade de vida (Monteiro, 2000, 2008, 2009, 2012k; Esteves, 2010; Moreira, 2011; Almeida, 2012; Silva, 2012; Sousa, 2012; Velho, 2012).

Ao perceber a forte associação entre a morbilidade que ocorreu no Porto, entre 2000 e 2007, ao perfil de privação social, económico e climático existente (figura 20 a figura 22), começamos a ter uma teia argumentativa que é muito facilmente mecanicamente *percebida* por qualquer pessoa. E, uma vez percebida torna-se provavelmente mais valorizada.

Por isso, defendemos que o *sistema climático* só poderá deixar de ser uma ameaça tão surpreendente se for sistematicamente abordado numa perspetiva *bottom-up*.

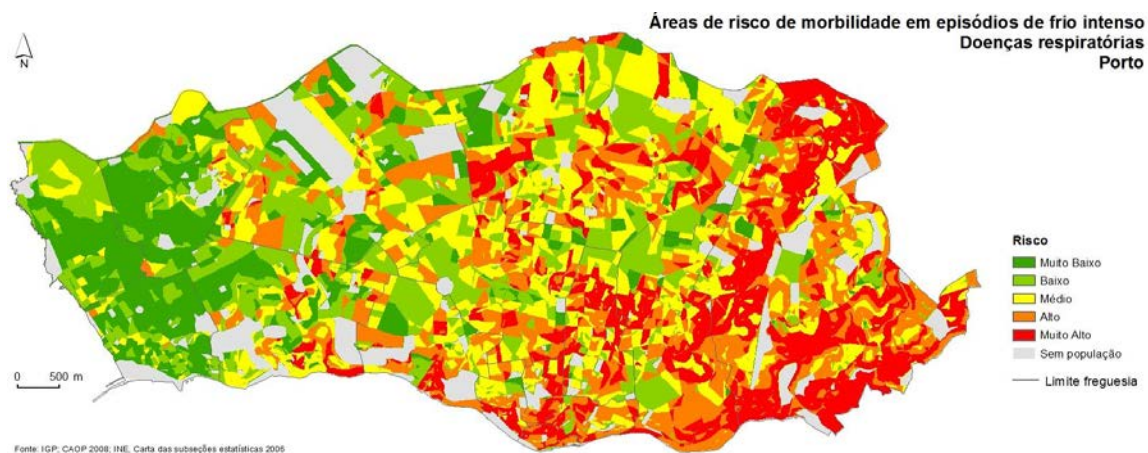


Fig. 20 – Risco de morbilidade por causas respiratórias durante episódios de frio intenso no Porto entre 2000 e 2007
Fonte: Monteiro, 2012k.

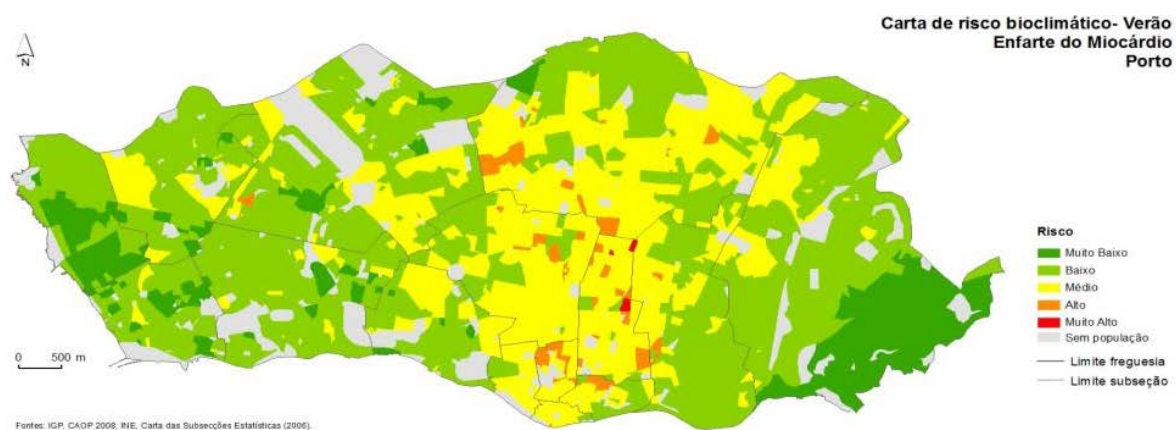


Fig. 21 - Risco de morbilidade por enfarte do miocárdio durante episódios de calor intenso no Porto entre 2000 e 2007
Fonte: Monteiro, 2012k.

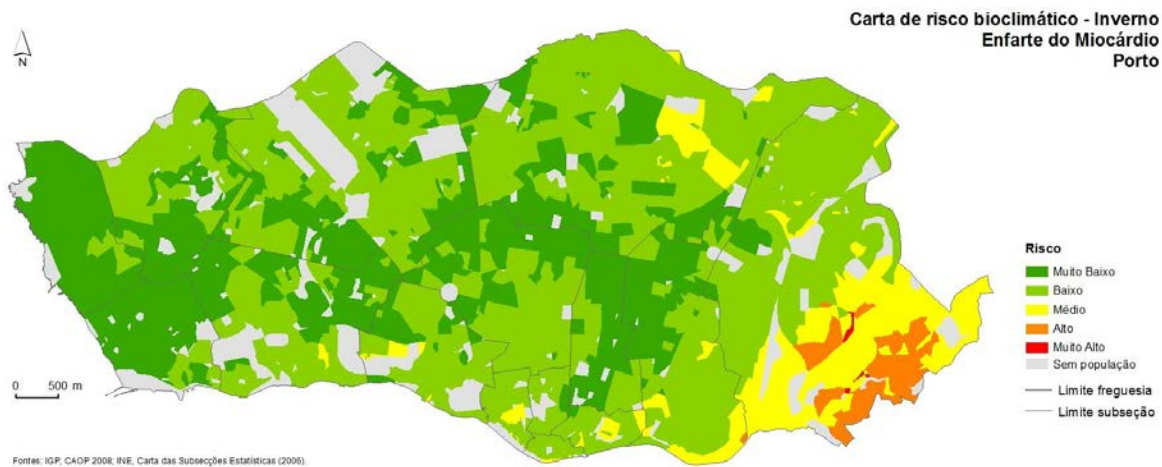


Fig. 22 - Risco de morbilidade por enfarte do miocárdio durante episódios de frio intenso no Porto entre 2000 e 2007

Fonte: Monteiro, 2012k.

Bibliografia

Almeida, M. (2012). *Fundamentação teórica para a construção de um sistema de alerta online de episódios térmicos extremos na Grande Área Metropolitana Do Porto*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

Carvalho, V. (2006). *Contributos bioclimáticos para um planeamento urbano sustentável – medidas de mitigação e de adaptação enquanto resposta às alterações climáticas*. Dissertação de Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Children Fund. (2009). *Hungry for Change An eight-step, costed plan of action to tackle global child hunger*, Save the Children, London.

CIA Factbook. (2007). acessado em <https://www.cia.gov/library/publications/download/> em Abril de 2013.

C.M.Porto. (2007). *Mobilidade na cidade do Porto. Análise das deslocações em transporte individual*. Gabinete de Estudos e Planeamento, Departamento Municipal de Estudos., Porto, 23p.

Douglas, I. (1983). *The Urban Environment*. Edward Arnold, London, eScholarID:4b468.

EM-DAT (2012). *The International Database, CRED*, <http://www.emdat.be>, acessado em Abril de 2013.

IPCC (2007a). *Cambio climático 2007: Informe de síntesis*. Pachauri, R.K., Reisinger, A. (eds.), Contribución de los Grupos de trabajo I, II y III al Cuarto Informe de evaluación del Grupo Intergubernamental de Expertos sobre el Cambio Climático (p.104). IPCC, Ginebra, Suiza.

IPCC (2007b) *Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Parry, M., Canziani, O., Palutikof, J., van der Linden, P., Hanson, C. (eds). IPCC, Cambridge University Press. Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, 12: 541-580.

Esteves, F. (2012). *O contributo dos SIG para compreender a relação entre os episódios extremos de temperatura e de variabilidade térmica na época de transição Primavera – Verão e a ocorrência de enfartes de miocárdio no concelho do Porto*. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

Moreira, M. (2010). *Os contextos biogeofísico e socioeconómico portuenses e o agravamento da saúde de indivíduos com AVC, Dispneia & Asma e Dor Torácica, expresso pelas entradas diárias na urgência do HGSA (2005-2008)*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

Monteiro, A. (1997). *O Clima Urbano do Porto. Contribuição para a definição das estratégias de planeamento e ordenamento do território*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. ISBN 972-31-0750-3.

Monteiro, A., Madureira, H. (2000). *CLIAS: Exemplos de agravamento de algumas patologias do foro respiratório, relacionáveis com as modificações introduzidas pela urbanização portuense na conjuntura climática e na composição química da atmosfera*. F.C.T., PRAXIS XXI, PCSH /GEO/198/96, Porto, 2000, (disponível em versão digital).

Monteiro, A. (2001). *Os recursos naturais como potencial geopolítico e geoestratégico -estudo de caso para Portugal e República Popular de Angola*, Porto, IDN, 36p. polic.

Monteiro, A., Madureira, H. (2009b). The shape and magnitude of Porto's heat island. *45th ISOCARP Congress 2009*: 1-15. FEUP, Porto.

Monteiro, A., (2009c). Desenvolvimento, Sustentabilidade ou a busca por um melhor índice de felicidade bruta – o contributo da climatologia urbana. *Geografia, Tradições e Perspectivas: Interdisciplinariedade, meio ambiente e representações*, A. Lemos, E. Galvani (org.). Clacso & Expressão Popular, São Paulo.

Madureira, H., Monteiro, A., Góis, J. (2010a). Utilisation des images Landsat – 7 pour l’analyse de la distribution spatiale des températures à Porto (Portugal). *23 Colloque de L’Association Internationale de Climatologie*: 355-360. Agosto. Rennes.

Monteiro, A. (2010b). A cidade – Um espaço de (des)encontros entre a evolução do conhecimento e qualidade de vida dos seres humanos. *Actas IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica – Climatologia e Gestão do Território*, Fortaleza, Brasil.

Margarete, C., Monteiro, A. (2011a). As temperaturas intraurbanas: exemplos do Brasil e de Portugal. *Confins: Revista Franco-Brasileira de Geografia*,13. <http://confins.revues.org/7284>; DOI: 10.4000/confins.7284.

Monteiro, A., Carvalho, V., Velho, S., Sousa, C. (2011b). Assessing and monitoring urban resilience using COPD in Porto. *Science of the Total Environment*. doi: 10.1016/j.scitotenv.2011.11.009.

Monteiro, A., Carvalho, V. (2011c). Contribución del cambio climático en el diseño de políticas eficaces para promover la sostenibilidad urbana – un estudio de caso en Oporto (Portugal). *Memorias del Seminario Internacional de Urbanismo VII*. 25 a 29 de Abril. Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), México.

Monteiro, A., Madureira, H., (2012a). El clima urbano de Oporto. Oportunidad para repensar la sustentabilidad del territorio y retomar los ritmos de la naturaleza. *Libro colectivo Hábitat sustentable*. Universidad Autónoma Metropolitana (UAM), México.

Monteiro, A., Carvalho, V., Velho, S., Sousa, C. (2012b). The accuracy of heat index to explain the excess of mortality and morbidity during heatwaves – a case study in a Mediterranean climate. *Bulletin of Geography. Socio- Economic Series*, 18. ISSN17324254.

Monteiro A., Carvalho V., Oliveira T., Sousa C. (2012c). Excess mortality and morbidity during July 2006 Heat Wave in Porto, Portugal. *International Journal of Biometeorology*. doi: 10.1007/s00484-012-0543-9. 2010.

Monteiro, A. Et al. (2012d). Unexpected features in the diurnal course of the urban-rural temperature difference. *8ª Conferencia Internacional em Clima Urbano (ICUC 8) e 10º Simpósio em Ambiente Urbano*. Dublin, Irlanda.

Monteiro, A., Carvalho, V., Oliveira, T., Sousa, C. (2012e). Excess mortality and morbidity during the July 2006 heatwave in Porto, Portugal. *International Journal of Biometeorology*, 15. doi: 10.1007/s00484-012-0543-9.

Monteiro, A., Velho, S., Góis, J. (2012f). A importância da fragmentação das paisagens urbanas na Grande Área Metropolitana do Porto para a modelização das ilhas de calor urbano – uma abordagem metodológica. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, série III, 1.

Monteiro et al. (2012g). *Riscos para a saúde humana causados pelas ondas de calor e vagas de frio: estudo de caso no Porto - Relatório Final*. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.

Monteiro, A., Carvalho, V., Velho, S., Sousa, C., (2012). Indexes to anticipate negative impacts of heatwaves in urban Mediterranean Environments. *Journal: Geophysical Research Abstracts* (ISSN: 1607-7962), issue: EGU2012-1356-1. Copernicus GmbH, European Geoscience Union.

Monteiro et al. (2012i). Health and climate – good motivation to implement urban sustainable planning policies. *32nd International Geographical Congress 2012*. Colonia.

Monteiro, A., Carvalho, V., Góis, J., Sousa, C., (2012j). Use of Cold Spell indices to quantify excess chronic obstructive pulmonary disease (COPD) morbidity during winter (November to March 2000–2007): case study in Porto, *Int J Biometeorol* DOI 10.1007/s00484-012-0613-z (6 July 2011/Revised: 20 November 2012/Accepted: 20 November 2012).

Monteiro, A. et al. (2012k). *Atlas da saúde e da doença – vulnerabilidades climáticas e socioeconómicas na Grande Área Metropolitana do Porto e Concelho do Porto*. Disponível, neste momento, através do seguinte endereço eletrónico: https://www.dropbox.com/sh/2jad5pdf1hf978x/_MsLVsdvsp.

Monteiro A., Carvalho V., Oliveira T., Sousa C., (2013). Excess mortality and morbidity during July 2006 Heat Wave in Porto, Portugal, *Int J Biometeorol* 57: 155-167 (DOI: 10.1007/s00484-012-0543-9), Impact Factor: 2,254 (versão papel).

Silva, V. (2012). *Vulnerabilidades socioeconómicas e ambientais em episódios térmicos extremos*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

Sousa, S. (2012). *O estado de saúde dos idosos portugueses expresso pelos internamentos por GCD4, bronquite & asma, pneumonia e tuberculose, em momentos de ondas de calor, de Maio a Setembro (2000-2007)*. Dissertação de Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

MONTEIRO, Ana (2014). *Na sociedade do século XXI o clima deve ser considerado numa perspectiva bottom-up ou top-down?. The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 72-98

Velho, S. (2012). *O efeito dos espaços verdes no conforto bioclimático. Os Jardins de Serralves*. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território. Geografia. FLUP, Porto.

THE EUROPEAN SPACE THROUGH THE PRISM OF GEOGRAPHY

Atanas Dermendzhiev

Martin Doykov

“St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo

Bulgaria

adermendjiev1960@abv.bg, martin_doikov@abv.bg

Abstract

The article discusses some aspects of the relation between territory and space. In political-geographical sense the dynamics of the ratiocinations of Bulgarian and foreign scientists, politicians, public figures on the nature of spatial relations and their taxonomy has been traced.

A variant for hierarchization of taxonomy units in different fields of Geography has been proposed.

Keywords: territory, space, territorial structure.

Resumo

O presente texto discute alguns aspetos da relação entre o território e o espaço. Em termos político-geográficos é analisada a dinâmica da conceção de cientistas búlgaros e de outros países, bem como de políticos e figuras públicas sobre a natureza das relações espaciais e a sua taxonomia.

É proposta uma alternativa para a hierarquização das unidades taxonómicas em diferentes domínios da Geografia.

Palavras-chave: território, espaço, estrutura territorial.

There are different opinions on the problem of space (in political-geographical and human aspect). In the Bulgarian scientific literature we should mention “The Political Geography, Geopolitics and Geostrategy” of Karastoyanov (Карастоянов, 2009), the monograph of Kolev (Колев, 2008), the works of Hristov (Христов, 2001), Vachvarov (Бъчваров, 1999; Бъчваров,

2001), Geshev (Гешев, 1997), Dimov (Димов, 1999; Димов, 2000; Димов, 2000), Stoyanov (Стоянов, 2009), Rusev (Русев, 1997), Yankov (Янков, 2009) and others. We are tempted to pay attention to the first, but encouraging attempts of Parashkevov (Парашкевов, 2007), discussing the socio-cultural relations among the states of the Black Sea Region, the distant Luzitanian scientific secret aspirations of Dimitrov (Димитров, 2007), the historical and geographical studies of the Southwestern part of the continent, a counterpoint of the South-East, of Popov (Попов, 2008), and others.

The list can be extended. But unfortunately, not much.

An enormous amount of sources on these problems exist in the Western (and especially in the Western-European) literature. The authors are not only geographers. Even the best works are not by geographers. We do not intend to list and analyze them, because it is not our main purpose. But we have to mention only some of them, which are in the spirit of this article: Nitkin (Nitkin, 2007), Oakes and Price (eds.) (2008) and Thrift (2004), Massey (1991), Harvey (1990), Molle (2000), Masser, Sviden and Wegener (1992) and Heffernan (1998).

For instance Nitkin (2007) examines the changes in the post-Soviet space and its contact with the Western space.

Oakes and Price (eds., 2008) emphasize on the dynamism of spatial dimensions through the prism of the cultural differences.

Quite interesting point of view presents us Heffernan (1998). In his "Europe – the Historical Geography of an Idea" he asks himself "Which Europe?". The one from the best times?

Of Paris in spring? Of Eurasia and the geographical turns? Of Germany – the empire of progress? Of the Pan Slavism? Of people? Of the scientific borders? Or of the regional utopia?

Following the geographical political alteration of Europe in historical aspect, getting back to the pre-war romantic period, the war terror, the post-war hopes, the stagnation, the new excitement, the sobering, and the scientific pragmatism, Heffernan (1998) recommends us not a space without borders, but a space whiffed by respect.

The question about space is not purely geographical. It is philosophical, as much as territorial-ascetic. We do not dare to determine the difference.

The problem of territory and space is usually connected with the problem of the taxonomy of territory (Figure 1). In spite of the long-term dispute on the types, number, range, genesis, terminology and character of the districts (regions), as if there is an approved taxonomic and classification structure, in which central part takes the district (region), no matter what is the type of zoning – economic, social, cultural, political and so on. As a whole system, it has a definite structure.

Under territorial structure Golubchik and others (2005, p. 137) mean the combination of the spatially segmented components and the connections among them. Each of the components of the territorial structure has a particular function, the realization of which is fulfilled through the corresponding type of infrastructure.

The territorial structure can have a radial-concentric, radial-arc, grated, linear and other character.

One of the important questions of the theory of zoning is the studying of the dynamics and stability of districts and the processes, connected with them.

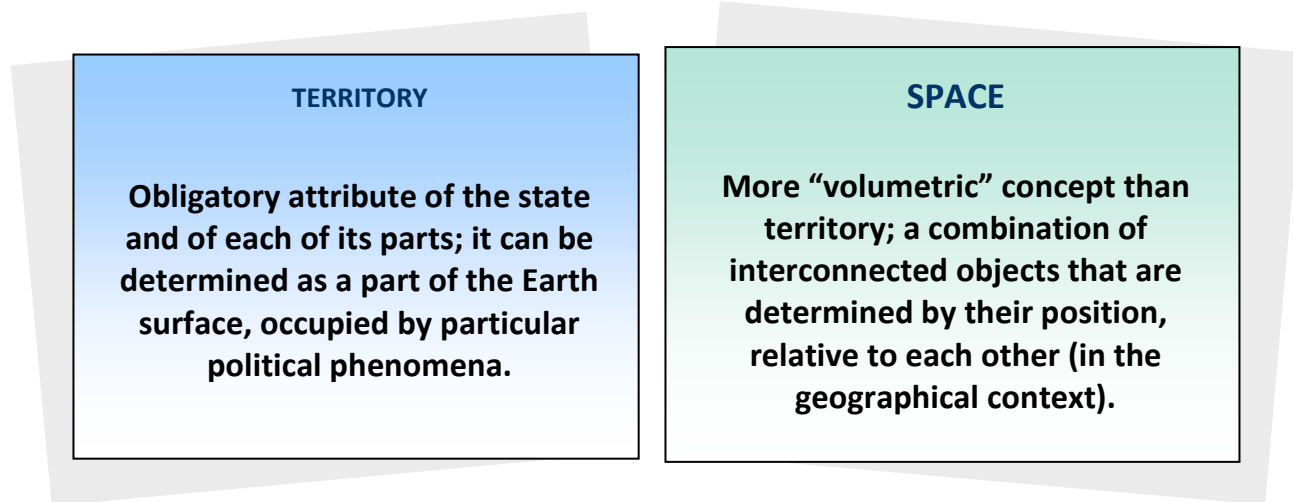


Fig. 1 – Difference between territory and space
Source: Туровский, Р. Ф., 2006, p. 30.

The system of districts (regions) represents a peculiar combination of hierarchically mutually subordinated territorial units. The following taxonomical units of zoning can be outlined:

Zones – groups of districts, differentiated for the purpose of long-term prognostication;

Consolidated districts (macroregions) – formed within the borders of the zones on the basis of homogeneity;

Large districts – main group in the system of zoning. They represent the whole territory, having its specificity and tight relations inside the district;

Mesoregion – specialized complexes, but having more narrow specificity and strong internal relations;

Microregion – primal district “cells” in the taxonomy of zoning (*Реггионоведение*, (1998).

Under hierarchy of the districts (regions) Gladkiy and Chistobaev (2000) mean such structural relations among them, at which the districts of the lower level form a definite entirety within the frames of the systems of the higher level (Figure 2).

Space (a debatable concept in respect of volume, content, processes, display, outlines, specificity and so on) is distinguished for three special features: territory, substratum and spirit.

Its parameters are expressed in its geographical perception, its socio-economic resources, its civilizational orientation.

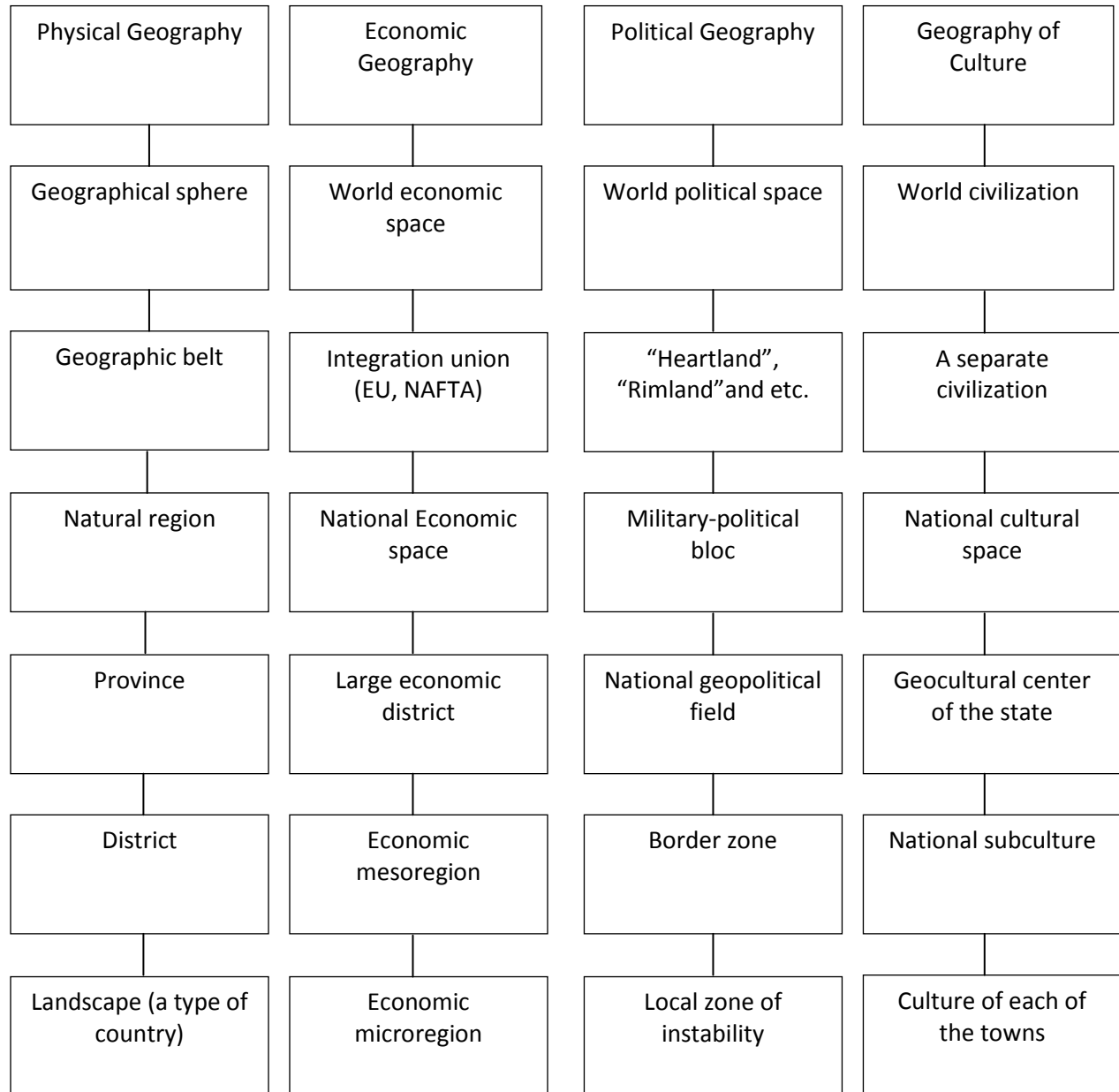


Fig. 2 - A variant of a hierarchy of districts (regions) in different spheres of Geography

Source: Голубчик and others, 2005, p. 140.

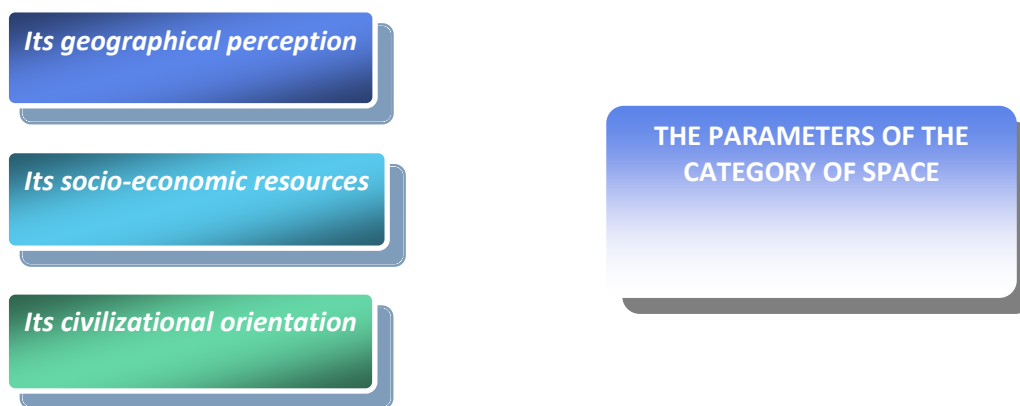


Fig. 3 – Parameters of the Category of Space.

The geographical look towards Europe discovers a mosaic of countries, a way of survive of different sciences, peoples and ethnoses. The European space is in constant “motion”, according to the concrete historical conditions and “the historical situations” (Яснецп, 1938).

And it is that way, because territorial space is target of private and public interests, of geopolitical aspirations of separate countries, blocs and alliances. It is in close context with the complex interrelation that takes part in itself: balance of powers – balance of interests.

Practically Europe faces the question: self-determination of peoples, or indestructibility of the borders.

The “territorial space” category affects a number of contemporary problems of internal and external character, and mostly the problems of borders: old, new, virtual.

In their nature, using the words of Fr. Mitterrand (Дерменджиев, 2010, p. 283), they are “embrace and fierceness”.

The history of Europe, socially-geographicated, lead to a mosaic of nation-states, “full” of peoples and ethnoses, who do not have state formation (Basques, Gaels, Flemish). Actually, may be they are more than the existing states. And we should not be surprised by the obvious aim of these communities to form their own “state system”, and the creation of sovereignty that “fondles” their nationalistic ego, which eventually would send us within the sweep of separatism, ethnic conflicts, and God forbid, civil wars.

In this connection, we should remind the thoughts of the French philosopher A. Fontaine: “If once we open Pandora’s Box for the straightening of borders, we will prove to be in a situation that will turn Europe in a military firing ground for decades ahead” (Дерменджиев, 2010, p. 283).

The spiritual space of Europe is connected with the territorial “recognition” of the battle of ideologies: liberal, communist, fascist, with confrontation of religions: Christian, Islamic..., which for themselves have dividing intentions.

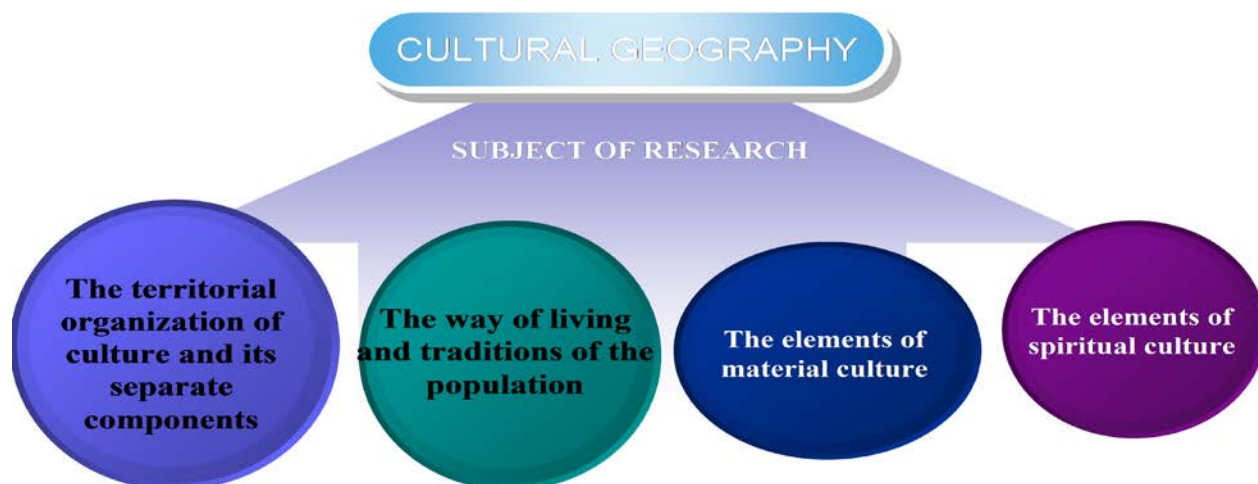


Fig. 4. – Subject of Research of Cultural Geography.

Thematically the cultural-geographical studies develop very variously and not always as interconnected directions. Variants are the studies of spreading of religions (Confessional Geography), the monuments of cultural heritage and others. In these studies, Cultural Geography borders on Ethnical Geography, Social Geography, Historical Geography, and also on Culturology and Art studies (Исаченко, 2004, p. 49).

The geopolitical and intellectual fault, the civilizational crisis, which brought social heterogeneity and conflicts leads to the emergence of the problem of identity. It is considered to be succession and entirety in the development of the different types of societies. The European idea and its slogan “united in diversity” correspond to the concept of European identity as a formula to overcome isolationism, nationalism and separatism in Europe. In the same time, analysts stand up for the presence of the category of national identity as a reason of the existence of distinctive nations and states, usually belonging to definite civilizations.

The mass migration and the creation of national Diasporas lead to the appearing of the term “group identity” as self-consciousness, regarding religions and civilizations. The Vatican poses the problem of the presence of catholic identity within the framework of Christianity. And

when are we going to pose the problem of the presence of social comfort in the conditions of aggressive religious reality?

The conception of European identity has the role of peculiar dogma in the European Union, asking: “What kind of identity? What kind of European family as a civilizational base for integration? An Atlantic one, as a guarantee for security or a national one, as a base for the historical traditions?” (Дерменджиев, 2012, p. 492). These rhetorical questions have their political resonance on different taxonomy level.

The European Union represents a superstate that is directed to the common European identity and homogeneity of the continental political space. Its ideologists presume the existence of countries and Diasporas, of ethnical groups and others, which are orientated to the adoption of western values. However, concerning the Muslim community, this is questionable.

One of the directions of the European Union strategists (eurooptimists) presumes the pursuit of formation of “the European family”, making the concept of “European citizenship”, of unity regarding the foreign policy and the military-political identity. This is the direction caring for united political space, or in other words for United States of Europe.

The other direction (europesimists) follows the idea of preservation of national identities as a base for the civilization. Trigano thinks that national doctrine doesn’t enter in “the nation as an element of Europe” category (Дерменджиев, 2012, p. 493). According to him the liquidation of national identity questions democracy, leads to chaos and racialism, to primary and secondary identity. Under the secondary one he means the voluntary association and infusion in civil society over a decade.

Too topical is the usage of the concept of negative identity (Dahrendor, s/d). The relations between the European identity and the European (western) solidarity are put to the test. It is obvious that to the test are put not only the pillars of the Atlantic alliance, but also the identity of the European Union itself, evidence of which are the following two facts: the different political vectors and the orientation, concerning the problems of international security.

From the present-day point of view, too commented (and supported) are the doctrines of multiculturalism, cultural hybridization and political propriety. For instance, Verhofstadt (s/d) in his report “Our Opinion on the Future” marks the diversity of cultures and the policy as a wealth of the European Union.

Fischer in his article “The New World Order in XXI Century” defends “religious and cultural tolerance”.

These humanitarian conceptions, borrowed from the liberal arsenal of the Great French Revolution, now can be seen in conditions of different ethnical cultures, religions, group self-

consciousness and values, which are not always compatible with the mirror characteristics of “the others”.

Because of that, the attitude of analysts to these problems is ambiguous. Some consider that multiculturalism and political propriety come from the USA as an ideology of the Atlantic civilization.

According to others, they are the result of the classical liberalism as a base of the European civilization.

In religious aspect, according to Zidentop (2001, p. 47), they lead to “an abrupt retraction of moral principles of Christianity”. The American sociologist Immanuel Wallerstein (2007) states that “multiculturalism is a problem, which will never disappear, as long as the capitalist economy exists.”

Nevertheless the common theory of integration is not capable of interpreting the run and inertia of this process, represented by the concepts of “unity in diversity” and “unity in variety”.

For Geography, especially for the social one, remains the not so easy task to territorize this process and to find a way to unriddle its hidden socio-psychological mechanisms.

Within the range of Social Geography is the problem of dichotomy between Western and Eastern Europe, perceived (simply said) as a battle between “the civilized West and the barbarian East”.

What kind of civilizational is there in the brothels of Amsterdam, or barbarian – in the cathedrals of Lvov, for instance?

Europe of absurdities, of old sinners and new “prophets” is just as sinful as the thought of the sin itself. If in a Belgian suburb there are more Belgians (let us recall Destre – “there are no Belgians in Belgium; they are either Walloons or Flemish”), than there are in the European centers of the “City”, we would think that the process of European hominization has really started (Дойков, 1993, p. 69).

In the conditions of new interpretations of the European space, trying to oppose the trunk thought of General Charles de Gaul, regarding “Europe from the Atlantic to Ural”, as if the most adequate is that of his already mentioned compatriot François Mitterrand “Europe from Brest to Vladivostok”. The East pours its essence to the... East, reminding the proud West the value of its intellectual stability, and diplomatically warning it of the determinant role of the “mittelland” for the formation of the psycho-geographical new space.

That gives us the grounds to doubt the truth of all the “classifications” – from that of the already departed Pope Joan Paul II for “continental united Europe”, and the “New” and the “Old”

Europe of the USA minister of Defense D. Rumsfeld, up to the four Europes (Western, Central, Mediterranean and Baltic) of Dahrendorf.

Conclusion

The geopolitical changes, part of which are internally installed, gave the grounds for a number of analysts to begin to speak about a new spatial era, for “mutation of space”, for the new balance of powers and interests. From the macro-geopolitical aspect, probably there is some reason for “speaking” like this. From the micro-political, however, we come upon not strategic intentions, but realities – nationalism, separatism, social failures, giving birth to local and regional conflicts, nihilism, mental emigration. Then, what are the two Europe we are talking about?

The truth appears to us, is in the fact that we created the new European order before waiting for the echo from the Potsdam political fireworks to come. But did we build a new one? The old one hasn’t “collapsed” yet?

Romano Prodi made the wonderful remark, reflecting the enlargement of the EU – “a political masterpiece” (Дерменджиев, 2010, p. 277). He doesn’t stop on the public self-consciousness of communities, on the unipolar political-economic life that comes up, not even on terrorism. He doesn’t refer to the question (problem) of globalization and the consequences from it.

Because the punctuation mark that encloses the term makes all other explanations senseless.

References

Бъчваров, М. (1999). Илюзия и реализъм в преценката на географското положение на България. *Геополитика - терминологичен справочник*. София.

Бъчваров, М. (2001). *Геополитически анализи*. София: Захарий Стоянов.

Верхофстад, Ги - бивш министър-председател на Белгия, председател на Алианса на демократите и либералите за Европа (АЛДЕ).

Гешев, Г. (1997). *Географското пространство – инвестиция за XXI век*. София: ГИ на БАН.

Гладкий, Ю. Н., Чистабаев, А. И. (2000). *Регионоведение: Учебник*. Москва.

Голубчик, М. М., Евдокимов, С. П., Максимов, Г. Н., Носонов, А. М. (2005). *Теория и методология географической науки*. Москва: ГИЦ-ВЛАДОС.

Дарендорф, Ралф Густав. (Ralf Gustav Dahrendorf) - англо-германски социолог, социален философ, политолог и обществен деятел.

Дерменджиев, А. (2010). *Теоретико-методологични проблеми на обществената география*. Велико Търново.

Дерменджиев, А. (2012). Географски аспекти на европейските обществени процеси. *България, българите и Европа - мит, история, съвремие*. Т. V, Велико Търново: Университетско издателство „Св. св. Кирил и Методий“.

Димитров, С. (2007). *Структура и регионално развитие на земеделието в Португалия*. Дисертация, В.Търново.

Димов, Н. (1999). Политическата граница на границата между XX и XXI век. *Проблеми на географията*, № 3-4, София.

Димов, Н. (2000). Глобализация и регионалност: географска интерпретация. *Сб. 50 години ГИ на БАН*. София.

Димов, Н. (2000). Географското пространство и регионалното развитие на България: новите измерения на XXI век. *География и туризъм*. Китен.

Дойков, В., А. Дерменджиев и др. (1993). *Белгия, Нидерландия, Люксембург*. В. Търново: Слово.

Зидентоп, Л. (2001). *Демократия в Европе*. Пер. с англ.; Под ред. В. Л. Иноземцева. Москва: Логос.

Исаченко, А. Г. (2004). *Теория и методология географической науки*. Москва: Изд. Akadema.

Карастоянов, С. (2009). *Политическа география, геополитика, геостратегия*. София: Университетско издателство “Св. Климент Охридски”.

Колев, Б. (2008). *Националното географско пространство на Република България*. София: Херон Прес.

Парашкевов, П. (2007). *Черноморското икономическо сътрудничество и България. Географски анализ*. Дисертация. В.Търново.

Регионоведение. (1998). /Под ред. Т. Г. Морозовой/, Москва.

Русев, М. (1997). Географското положение и националната сигурност на България. *Проблеми на географията*, №3-4, София.

Попов, Н. (2008). Историко-географски и геополитически особености на Португалската колониална империя. *Год. на СУ „Св. Климент Охридски“*, кн. 2 – География, т. 100, София.

Стоянов, П. (2009). *Немската „организация на пространството“*. София.

Тригано, Ш. (1992-93). *Еврейское общество в истории*, (тт. 1–4).

Туровский, Р. Ф. (2006). *Политическа регионалистика*. Москва: Издателски дом ГУ ФШЭ.

Христов, Т. (2001). *Политическа география на България*. Пловдив: Акад. изд. на Аграрния университет.

Янков, Р. (2009). *Електорална география на България*. Емпиричен увод. В. Търново: Изд. ИВИС.

Ясперс, Карл Теодор (Karl Theodor Jaspers). Трудове: „Екзистенциална философия“ (1938), „За истината“ (1947), „Философия и свят“ (1958) и др.

Harvey, D. (1990). *Between Space and Time: Reflections on the Geographical Imagination in Daniels, S. and Lee, R. (eds.) (1996) Exploring Human Geography: A Reader*. London: Arnold.

Heffernan, M. (1998). *The Meaning of Europe: Geography and Geopolitics*. London: Arnold.

Masser, I., Sviden, O. and Wegener, M. (1992). *The Geography of Europe's Futures*. London: Belhaven Press.

Massey, D. (1991). *A Global Sense of Place in Daniels, S. and Lee, R. (eds.) (1996) Exploring Human Geography: A Reader*. London: Arnold.

Molle, W. (2006). *The Economics of European Integration: Theory, Practice, Policy*. Aldershot: Ashgate.

Nitkin, A. (2007). *The End of 'Post-Soviet Space': the Changing Geopolitical Orientations of the newly independent states, Russia and Eurasia*. Briefing Paper 07/01, London: Chatam House.

Oakes, S.T. and Price, L.P. (eds.) (2008). *The Cultural Geography Reader*. Oxon: Routledge.

DERMENDZHIEV, Atanas. DOYKOV, Martin. (2014). *The european space through the prism of geography*. The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 99-110

Thrift, N. (2004). *Performance and Performativity: A Geography of Unknown Lands in Duncan, J., Johnosn, N. and Schein, H.R. (eds.) A Companion to Cultural Geography*. Oxford: Blackwell.

Wallerstein, I. M. (1999). *The End of the World as We Know It: Social Science for the Twenty-First Century: Immanuel Wallerstein*. Minnesota: University of Minnesota Press, Minneapolis.

A REHABILITACIÓN DE BAIROS NA GALIZA. ASPECTOS METODOLÓGICOS

José Antonio Aldrey Vázquez

Departamento de Xeografía.

Universidade de Santiago de Compostela

joseantonio.aldrey@usc.es

Resumo

Neste traballo abórdase a situación da rehabilitación de barrios en Galicia (NO de España), centrándose na metodoloxía para a elaboración das memorias xustificativas para demostrar a necesidade de rehabilitación. Estas memorias son necesarias para a declaración como Área de Rehabilitación Integral de barrios degradados nos planos demográfico, socioeconómico e ambiental.

Palabras Chave: rehabilitación de barrios, metodoloxía, Galicia.

Abstract

This paper addresses the situation of the rehabilitation of neighbourhoods in Galicia (NW Spain), focusing on the methodology for the preparation of justifying reports (called Memorias-programa) to demonstrate the need for rehabilitation. These reports are necessary for the declaration of Integrated Rehabilitation Area in degraded neighbourhoods regarding demographic, socio-economic and environmental aspects.

Keywords: rehabilitation of neighbourhoods, methodology, Galicia (NW Spain).

1. A necesidade de rehabilitar o tecido construtivo das cidades

Un dos grandes retos actuais das cidades españolas é o de rehabilitar un dos seus tecidos morfolóxicos máis singulares, que conformaron numerosos barrios entre os anos 1940 e 1980. Trátase das áreas que acolleron a boa parte das persoas que se instalaban nas cidades

durante o proceso de urbanización, industrialización e terciarización do noso Estado. Estes barrios, na maior parte dos casos de bloque aberto, construíronse en curtos períodos dadas as perentorias necesidades cuantitativas de vivenda para acoller a unha poboación que crecía a un ritmo moi rápido. Isto propiciou unha construción masiva, de reducidos custos e con estándares de confort afastados do que se considera minimamente correcto na actualidade (Rubio e Molina, 2010).

Estes barrios estaban orixinariamente situados en áreas relativamente afastadas dos centros urbanos, con notables carencias de equipamentos e escaso mantemento dos seus espazos públicos. Con todo, a expansión da cidade emprazounos en áreas centrais, evidenciando as súas carencias e converténdoo en espazos apetecibles desde un punto de vista residencial.

Por todo iso, estes barrios presentan na actualidade unha forte necesidade de rehabilitación. O denominador común das súas vivendas e espazos públicos é o dunha evidente deterioración física, ambiental e social (Aldrey, 2007). Aínda que distan moito de ser realidades homoxéneas (Arias, 2000), constatan unha problemática bastante común: deterioración da edificación, precarias condicións de habitabilidade, perda de vitalidade funcional, baleirado demográfico, envellecemento, feminización e escasa dotación de equipamentos e servizos, ademais dos problemas engadidos de exclusión social e marxinalidade (Torres Gutiérrez, 2005; Manero, 2009; Mongil, 2010), moi fortes nalgúns casos e case inexistentes noutros.

Diante desta perspectiva, atopámonos con pezas urbanas que de mediar adecuadas medidas de recuperación, renovación e rehabilitación poden incidir de xeito relevante na sustentabilidade urbana, na que se podería avanzar en tres planos diferenciados (económico, social e ambiental), pero que deben axuntarse e actuar conxuntamente para alcanzar o éxito desexado (Rubio e Molina, 2010).

No aspecto económico pode sinalarse a dinamización da actividade empresarial do sector da construción, no seu subsector da rehabilitación, fomentando a creación ou mantemento de empregos, formación profesional, innovación en materiais e técnicas construtivas (Pedrals, 2009).

No plano social pódese citar a mellora da calidade das contornas urbanas, a consolidación de redes cidadás e o fortalecemento da cohesión social (Torres Gutiérrez, 2005; Llop et Ao, 2008), do mesmo xeito que unha menor factura enerxética en poboacións con recursos económicos pequenos (Rubio e Molina, 2010).

Finalmente, no ámbito ambiental, as intervencións de rehabilitación son sumamente positivas. Redúcese o consumo de solo para a urbanización, da construción de infraestruturas e

das necesidades de mobilidade, así como da produción de residuos e do consumo enerxético, que se traduce do mesmo xeito nunha menor pegada do carbono (Aldrey, 2010). De feito existe consenso en considerar que a revitalización das áreas urbanas consolidadas é unha estratexia clara para evitar a necesidade de novos crecementos, o abandono demográfico dos barrios existentes e a súa degradación social e física. Isto lévanos a concluír que o obxectivo de alcanzar un desenvolvemento urbano sustentable basearase, entre outros factores, na consecución dunha rehabilitación do numeroso parque de vivendas da época citada e a revitalización urbana deste tipo de barrios (Rubio e Molina, 2010; Gutiérrez Palomero, 2010; Mongil, 2010).

Para levar a cabo este tipo de intervencións nunca existiran, até a aparición dos tres últimos plans de vivenda no noso Estado¹, instrumentos para actuar na rehabilitación de barrios enteiros máis aló dos plans existentes para centros históricos. O máis significativo deles é a área de Rehabilitación Integral (en diante ARI), figura xa existente con anterioridade pero só aplicable aos espazos nobres herdados do pasado e que agora se reorientou para poder ser o instrumento de intervención en barrios que teñan máis de 15 anos de antigüidade.

Con estas premisas, nesta achega ofrécese en primeiro lugar cal é a situación da rehabilitación en marcha en Galicia ao abeiro das ARI, tanto nos barrios dos anos 1940 en diante como nos cascos históricos; e, en segundo lugar, unha visión da metodoloxía para o traballo previo á rehabilitación arquitectónica: a caracterización das problemáticas de vivenda, sociais e ambientais que sirvan para propor a rehabilitación e renovación urbanas, cunha aproximación ás necesidades, actuacións que deberían realizarse e o seu custo aproximado.

2. As Áreas de Rehabilitación Integral como instrumento para a recuperación de barrios degradados. A súa implantación en Galicia

A novidade que supuxo o Plan de Vivenda 2005-2008 en materia de rehabilitación de vivendas foi moi grande, pois creouse un instrumento francamente eficiente á hora de recuperar barrios enteiros. A rehabilitación con cargo aos fondos públicos ten xa un relativamente longo percorrido en España, pois foi na segunda metade da década de 1980 cando comezaron as políticas de subvención para a recuperación de conxuntos históricos con problemas de degradación. Porén, limitábanse a eses espazos nobres, patrimonialmente relevantes,

¹ O *Plan de Vivenda 2005-2008*, o seu herdeiro, o *Plan Estatal de Vivenda e Rehabilitación 2009-2012*; e o actual, que introduce un xiro máis evidente na potenciación da rehabilitación: o *Plan Estatal de Fomento do Aluguer, a rehabilitación edificatoria e a rexeneración e renovación urbanas 2013-2016*.

esquecendo o resto de pezas urbanas, que ás veces presentaban necesidades moi semellantes ou mesmo en ocasións significativamente máis perentorias nos barrios construídos nas décadas comprendidas entre 1940 e 1980.

Mantense a denominación tradicional para a intervención rehabilitadora, Areas de Rehabilitación Integral (ARI), aínda que agora esa nomenclatura se reserva só para “os tecidos urbanos, zonas dos mesmos ou barrios en proceso de degradación física, social ou ambiental, así declarados polas Comunidades Autónomas e Cidades de Ceuta e Melilla... con máis de quince anos de antigüidade”, segundo rezaba este Plan, manténdose ese espírito nos seguintes, diferenciándose das intervencións do mesmo tipo nos cascos históricos, que pasan a denominarse Áreas de Rehabilitación de Centros Históricos (ARCH).

Tanto as ARI como as ARCH consisten no financiamento por parte das tres administracións (Estado, Autonomía e Municipio) de obras de rehabilitación de barrios enteiros en tres vías: no interior das vivendas (para dotalas de accesibilidade a persoas con discapacidade, a existencia e correcto funcionamento de servizos sanitarios e cociñas, instalacións eléctricas, saneamento e fontanería, calefacción, extracción de fumes e ventilación, illamento térmico e acústico, adecuada distribución de espazos interiores e ventilados e sistemas de aforro enerxético); nos elementos comúns dos edificios (dotalos de acceso axeitado a persoas con discapacidade, de protección fronte a incendios, de adecuadas condicións de ornato e salubridade, de estanquidade fronte á chuvia, de seguridade estrutural, de sistemas adecuados de evacuación da auga de chuvia e saneamento e de sistemas de aforro enerxético); e na reurbanización do conxunto do espazo considerado.

Nos dous primeiros casos as axudas supoñen unha subvención a fondo perdido que acada de media o 50 % dos custos das obras (aínda que esta porcentaxe varía en cada Comunidade Autónoma en función do desenvolvemento particular da normativa estatal), pero esta contía pode variar no caso das obras no interior das vivendas e situarse entre o 30 e o 80 % en función do nivel de renda do fogar. Ademais, o resto do custo da rehabilitación cabe a posibilidade de financiarlo mediante créditos brandos negociados polas autoridades municipais con algunha entidade financeira. No terceiro caso, o da reurbanización e recuperación social e ambiental do conxunto do barrio, a financiamento público supón o 100 %.

A concesión dunha ARI e a intervención rehabilitadora integral dun barrio supón de xeito automático un incremento notable do valor das vivendas situadas nel. Por iso, o proceso debe estar sometido en todo momento a un control público do proceso. Así, os sucesivos plans contemplan mecanismos de salvagarda desas intervencións sociais (impedimento para a venda nos seguintes cinco anos á rehabilitación), aínda que non de todo eficientes, pois non se pon

freo a posibles intentos de especuladores de facerse con vivendas antes comezar o proceso de rehabilitación ou mesmo cando este está en marcha e os propietarios de vivendas do barrio non solicitaron intervencións nas súas residencias.

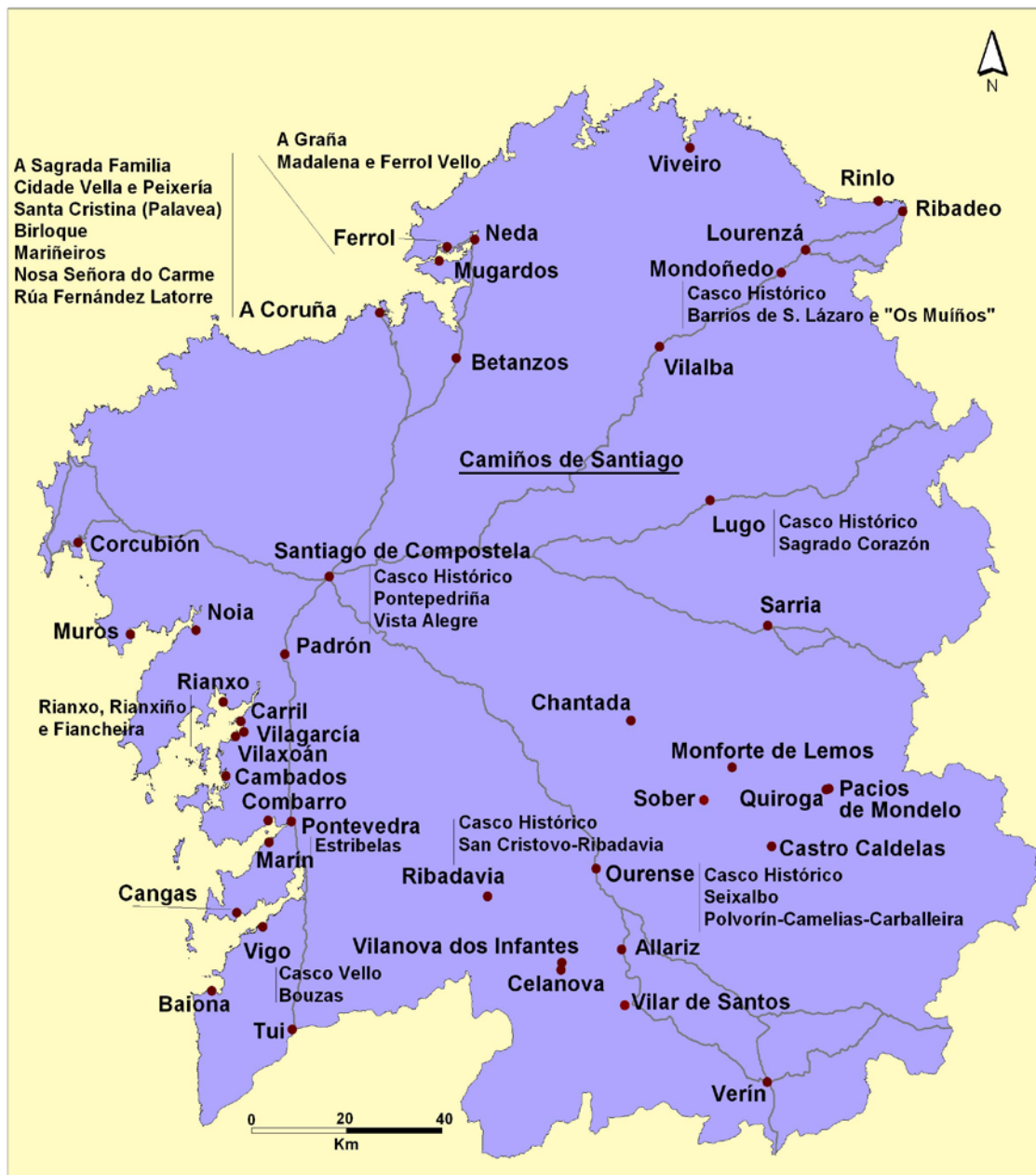


Fig. 1-Localización en Galicia das Áreas de Rehabilitación Integral (ARI) e Áreas de Rehabilitación de Cascos Históricos (ARCH). Outubro de 2013

Fonte: elaboración propia en base a datos da Consellería de Vivenda da Xunta de Galicia.

Para lograr a declaración dunha zona ARI é necesario que sexa solicitada polo municipio no que se sitúa o barrio en cuestión ao goberno rexional correspondente, e que este comprobe

que se cumpren os criterios establecidos para tal recoñecemento. Se o goberno autónomo o aproba, iníciase un procedemento para firmar un convenio co *Ministerio de Vivienda*, de xeito que unha comisión bilateral actuará para concretar o número de actuacións que financia o Estado, en qué prazos, etc.

En calquera caso, e sexa cal sexa o importe das intervencións, está estipulado que no caso de Galicia aos particulares lles corresponda achegar o 42,47 % do total do custo das intervencións (sen contar as de reurbanización que son por conta, como dixemos, das Administracións Públicas), ao *Ministerio de Vivienda* o 23,01 %, á *Xunta de Galicia* o 22,59 % e aos municipios o 11,93 %.

Para a aprobación, o municipio ten que presentar unha memoria (denominada *Memoria-programa*) onde demostre a necesidade de actuación (mediante a análise do proceso de degradación física, social e ambiental do barrio, do nivel de avellentamento, dos problemas sociais e económicos existentes, do abandono das actividades económicas, etc.), así como unha delimitación precisa do conxunto de vivendas e unha avaliación do número de moradas e edificios nos que sería preciso actuar. A novidade desta política supón a necesidade para os concellos de contar con estudos que demostren a necesidade de aplicar a rehabilitación e o xeito de integrala en criterios de sustentabilidade urbana máis xerais.

Numerosos municipios de Galicia, xunto con outros de Cataluña, Madrid, Castela e León, e en xeral do conxunto do Estado, foron pioneiros na petición de zonas ARI (Manero, 2009). As bondades deste Plan, e a oportunidade que supón de recuperación social e arquitectónica de barrios degradados, fixeron que se teñan disparado as peticións, desbordando as previsións iniciais, provocando varias ampliacións do alcance das actuacións de rehabilitación.

Con respecto aos datos concretos sobre Galicia, pódese falar tamén dunha notable petición de zonas ARI, concedidas na súa meirande parte, e da preparación actual de Memorias-Programa por parte de numerosos municipios para tentar conquistar máis axudas para os seus barrios. Neste momento (outubro de 2013) están en marcha 56 ARI e ARCH (figura 1) na comunidade autónoma de Galicia. En conxunto, dende o inicio do programa 8.767 vivendas foron rehabilitadas en Galicia ao abeiro destas axudas, con 2.500 actuacións só no último ano contabilizado (2012). A primeira ARI en declararse en Galicia ao abeiro do *Plan de Vivenda 2005-2008* foi a do barrio de Vista-Alegre, en Santiago, sendo tamén pioneiro a nivel estatal (estivo no primeiro grupo de barrios aprobados) e contou cunha Memoria-Programa elaborada por unha equipa que nós diriximos e que foi posta como exemplo pola propia Comunidade Autónoma de Galicia (a través da súa Consellería de Vivenda) do modelo a seguir para a petición de zonas ARI. A experiencia na elaboración desa memoria, así como na dirección

doutras nove en Galicia, son a base da metodoloxía para a elaboración deses documentos previos que exporemos a continuación

3. Metodoloxía de elaboración dunha Memoria-Programa para a petición de declaración dunha Área de Rehabilitación Integral (ARI)

A metodoloxía que a continuación se exporá xorde do traballo continuado dun grupo de xeógrafos da Universidade de Santiago, apoiados por investigadores e profesionais de diferentes disciplinas (arquitectos, politólogos e economistas) que colaboraron en proxectos e actuacións concretas. É froito da reflexión posterior a dez traballos en diferentes cidades, vilas e mesmo núcleos rurais de Galicia, todos eles en relación con procesos de renovación e rehabilitación urbana (tres ARI en Santiago de Compostela, outros tres na Coruña, dous en Ourense, e os estudos para a rehabilitación dos núcleos de Sabarís no municipio de Baiona e a aldea de Moimenta, no de Boiro).

Na figura 2 pódese observar como a realización da Memoria-Programa se inicia cun encontro cos veciños previo á posta en marcha do traballo. Trátase dun grupo de persoas seleccionadas polos seus coñecementos e/ou relevancia social (representantes de asociacións de veciños, de asociacións culturais ou axentes sociais diversos). Esta reunión é importante, pois facilita a comunicación posterior cos veciños do barrio e os seus participantes poden actuar de mediadores para que algúns habitantes do barrio nos permitan entrar nas súas casas e fotografar humidades, danos, etc., que poidan ser obxecto prioritario da rehabilitación.

Como podemos comprobar, xa neste momento inicial, a metodoloxía de traballo de tipo cualitativo será relevante, aínda que por suposto, combinándoa cunha forte compoñente de investigación cuantitativa. A inclusión de métodos de investigación de índole cualitativa é indispensable, pois cremos que teñen que aflorar no estudo as necesidades que manifesten os propios veciños, así como as súas inxerencias.

A continuación, propóñense os aspectos que consideramos mínimos a abordar á hora de elaborar este tipo de estudos: análise do proceso de degradación física, social e ambiental do barrio (tal e como se menciona, sen maior concreción nos Plans de Vivenda con respecto á declaración das ARI); análise FAFO (Feblezas, Ameazas, Fortalezas e Oportunidades); exposición aos residentes e retroalimentación; avaliación da necesidade dunha actuación de renovación e/ou rehabilitación; propostas de actuación, tanto nos elementos individuais (viviendas) como comúns (edificios e reurbanización); e, fichas pormenorizadas de cada bloque

de vivendas ou edificio, coas súas características, diagnóstico, propostas de intervención e estimación de custos (figura 2).

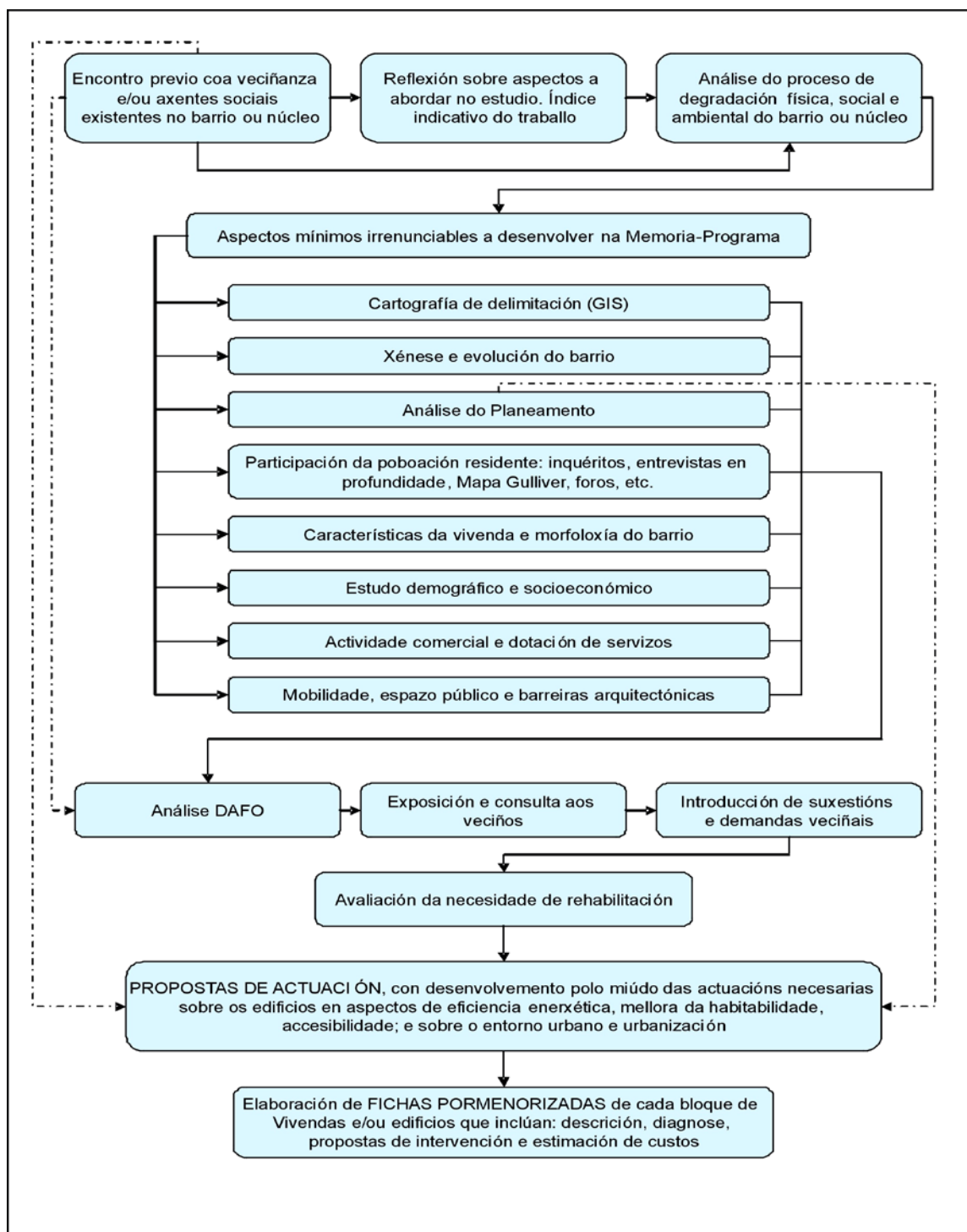


Fig. 2-Metodoloxía para a caracterización da necesidade de rehabilitación e renovación urbana
Fonte: elaboración propia.

O primeiro deses aspectos, a análise do proceso de degradación física, social e ambiental da área na que esteamos a traballar, cremos que debe contar con oito grandes aspectos para poder chegar a concretalo.

Así, o primeiro deles é a realización dunha cartografía de delimitación do ámbito para o que se vai a formular a petición de declaración como ARI (figura 3). É necesario que o barrio apareza claramente delimitado no plano do núcleo e que se recolla a división interna do mesmo: vivendas, zonas verdes, espazo público, etc. O ideal é crear un sistema de información xeográfica que permitirá unha boa representación gráfica xunto a análises detalladas da área en cuestión.

Outro aspecto a abordar é a xénese e evolución da peza urbana ou do núcleo en cuestión (figura 2). É dicir, aproximarnos a cal foi o momento de construción, a que acontecementos poden explicar a súa creación, a quen foron os seus moradores iniciais, etc. E, por suposto, ver como foi a súa evolución e se houbo ou non procesos de renovación social mediante a chegada de novos residentes. Esta aproximación á historia do barrio servirá para interpretar mellor como se chegou a producir o proceso de degradación social e ambiental (de existir) que é necesario reverter.

Un terceiro aspecto a considerar (figura 2) é o da análise do planeamento urbanístico. A necesidade de prestar atención ao planeamento vixente estriba en que os sucesivos Plans de Vivenda recolle taxativamente no seu articulado que, de aprobarse unha ARI, a rehabilitación deberá axustarse ás normativas urbanísticas municipais. Doutra banda, ese estudo do encadre do barrio ou núcleo nas disposicións urbanísticas municipais serán esenciais na fase das propostas de actuación, que sempre serán acordes co mesmo.

Outra das cuestións máis relevantes a abordar na Memoria-Programa é a consulta aos residentes a través da realización de enquisas, entrevistas en profundidade con algúns veciños, foros de participación cidadá, etc. O máis habitual, é a realización dunha enquisa, aínda que hai que ter presente que é o máis custoso en tempo, recursos humanos e económicos de todo o estudo. Á hora de facer unha enquisa debemos ter en conta o universo ao que vai destinada, e tratar de aproximarnos o máximo posible na mostra á situación social do barrio, de maneira que haberá que realizar un número de cuestionarios proporcional ao peso relativo de homes e mulleres, así como á estrutura por idades.

As principais cuestións que se deben abordar na consulta son as relacionadas coa vivenda: tempo de residencia, réxime de tenencia e estado xeral. Dúas preguntas son sumamente importantes con respecto á morada particular: se os residentes cren necesario

reformar o seu piso, e, de ser afirmativa a resposta, se estarían dispostos a levar a cabo unha intervención subvencionada. Unha resposta negativa a estas cuestións suporía unha evidente declaración de fracaso no caso de levar adiante unha ARI. É interesante tamén preguntar polos déficits que os moradores aprecian que existen nos pisos, nos edificios e na urbanización xeral do barrio.



Fig. 3-Delimitación do ámbito do barrio de A Almáciga (Santiago de Compostela) para o que se solicitou a declaración de ARI

Fonte: Memoria-Programa da ARI. elaborado por Xosé Constenla.

Un seguinte bloque de preguntas da enquisa debe estar relacionado co barrio, incidindo na dotación dos servizos necesarios para os residentes, na topofilia ou topofobia por el e na convivencia veciñal. Un último conxunto de cuestións serán as referidas á situación económica e profesional, tales como a situación profesional, a rama de actividade, o lugar de traballo e, finalmente, o nivel de renda.

A partir da enquisa tamén se pode abordar outro dos aspectos que consideramos esenciais no estudo: a caracterización das vivendas e da morfoloxía do barrio (figura 2). Este capítulo débese completar, ademais, achegándonos ao planeamento municipal que nos

informará sobre superficies, volumes, edificabilidade, etc. E, por suposto, é necesario facer un intenso traballo de campo: observación directa do sistema viario, aparcadoiros, estado interior e exterior das vivendas e edificios, dos equipamentos, da urbanización xeral, etc. Neste sentido faise imprescindible o fotografado das deficiencias e aspectos positivos das construcións e elementos da morfoloxía do barrio, que sirvan como probas do estado físico do espazo estudado.

A aproximación ás características demográficas dos residentes é outro dos asuntos fundamentais a desenvolver (figura 1). Interesa neste caso ver cal foi a evolución demográfica, para saber se o barrio ou núcleo está a perder ou gañando poboación e en que datas se produciron os cambios poboacionais máis importantes. Neste sentido, tamén é relevante coñecer a composición por idade e sexo: a senectude indícanos problemas de mobilidade entre os residentes; polo seu lado, a feminización pode supor riscos de exclusión social. Outros aspectos a contemplar son, por unha banda, a composición dos fogares, que nos proporcionará informacións complementarias sobre número de membros por fogar, tipoloxía dos residentes, número de posibles perceptores de rendas nel, etc. E, por outra, o nivel de estudos e a estrutura socioprofesional, que nos axudarán, xunto coas respostas da enquisa, a aproximarnos ao nivel de renda da poboación.

As fontes principais de información para abordar a análise demográfica son o *Padrón de Habitantes* (esta é fonte esencial pola súa actualización continua) e o *Censo de Poboación e Vivendas*. Este contempla a posibilidade de consultar e elaborar táboas personalizadas na *Web do Instituto Nacional de Estadística*, cun nivel de desagregación que chega até a sección censal, aínda que ten o inconveniente do desfacemento cronolóxico dos datos, provenientes do recento de 2001.

Pola súa banda, os aspectos relacionados coa actividade económica da peza urbana obxecto de estudo abórdanse noutro apartado (figura 2). Nel é importante caracterizar a actividade comercial e a dotación de servizos públicos e privados, así como a súa evolución. Trátase de facer unha avaliación do nivel dotacional e de autosuficiencia do barrio ou núcleo. Neste caso é moi enriquecedor realizar outra enquisa (moito máis sinxela que a xeral) para coñecer a actividade e inquietudes dos comerciantes.

Entroncando co aspecto económico está o da mobilidade (figura 2), interesante para saber o grao de autosuficiencia existente no barrio (no sentido de se os veciños se teñen que desprazar ao exterior para acceder aos servizos básicos ou só para os especializados), que tipo de desprazamentos se desenvolven, e que medios se empregan, para ir ao traballo fora do ámbito de residencia. Neste apartado tamén hai que estudar o grao de utilización do espazo

público, o que servirá en grande medida para comprobar se os espazos de goce da cidadanía son adecuados ou non: parques infrutilizados, áreas de reunión non pensadas como tales e que necesitarían de mellora, parques infantís, xardíns e parques, etc. Todos estes aspectos, de demostrarse problemas con eles, apoian de maneira relevante a necesidade da existencia dunha ARI.

Unha vez completados todos estes aspectos que compoñen a análise do proceso de degradación física, social e ambiental do barrio, estaremos en disposición de pasar á segunda fase, a da realización dunha análise FAFO (Feblezas, Ameazas, Fortalezas e Oportunidades), pois xa teremos información polo miúdo para poder atopar as claves dos aspectos nos que será necesario intervir e aqueles que, dada a súa potencialidade, haberá que reforzar (figura 2).

Unha vez realizado o FAFO cremos conveniente levar a cabo unha exposición aos veciños dos resultados do traballo. Agora si mediante unha convocatoria máis aberta á participación de todos aqueles que queiran acudir. É unha boa oportunidade de contrastar as nosas conclusións coas inquietudes e concepcións dos residentes sobre o seu propio barrio. Deste xeito, poderemos coñecer se coincidimos co que eles demandan e se están de acordo co noso traballo e apreciacións.

ENDEREZO PRAZA DA MUÑEIRA Nº2 FICHA 043	
REFERENCIA CATASTRAL 33732.04 ano 1972	ALTURAS Nº DE VIVENDAS 6 8
PLANO DE SITUACIÓN 	
	
ENDEREZO PRAZA DA MUÑEIRA Nº2 FICHA 043	
REFERENCIA CATASTRAL 33732.04	DESCRIPCIÓN
FACHADA Enfoscada <input checked="" type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Ladrillo <input type="checkbox"/> Pedra <input type="checkbox"/>	CUBERTA Plana <input type="checkbox"/> Tella <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Inclinada <input checked="" type="checkbox"/> Chapa <input type="checkbox"/> Canións Outros <input type="checkbox"/> Baixantes Cobre <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Zinc <input type="checkbox"/> Zinc <input type="checkbox"/> Con cubrecanos Aluminio <input checked="" type="checkbox"/> Aluminio <input checked="" type="checkbox"/> PVC <input type="checkbox"/> PVC <input type="checkbox"/>
CARPINTERÍA Aluminio <input checked="" type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Madera <input type="checkbox"/> Personas est. Ferro <input type="checkbox"/>	DESCRIPCIÓN: O edificio é un bloque con fachadas enfoscadas e pintadas, con franxas de apoiado á altura dos forxados, a zona das escarlatas ten unha celosía vertical, composición actual de ecos e galerías con algúns balcóns abertos, en planta baixa ten locais, remata con beirado voado de formigón. Ten tendas exteriores, saídas de bocas de ventilación e gases e maquinas de climatización e antenas parabólicas nas fachadas.
DIAGNÓSTICO	
ESTABILIDADE	Non obsérvanse problemas de estabilidade.
FUNCIONALIDADE	Necesidade dunha inspección técnica para a súa valoración. Cubertas Aparentemente en bo estado. Canións e Baixantes Sería conveniente un acondicionamento e mellora xeral. Fachadas Sería conveniente un acondicionamento e mellora xeral. Plantas baixas Sería conveniente un acondicionamento e mellora xeral.
ACCESIBILIDADE	A calificación ten baixa e cinco plantas e probablemente dispoña de ascensor.
INSTALACIONES	É necesario mellorar a adaptación das algunhas instalacións que afectan as fachadas.
AHORRO ENERXÉTICO	Sería conveniente a utilización de carpinterías con RPT e vidros lixantes.
ESPAZOS LIBRES	Ten o acceso desde a praza Praza da Muñeira cunha urbanización moi deficiente.
PROPOSTA DE INTERVENCIÓN	
urxencia <input type="checkbox"/> MEDIA <input checked="" type="checkbox"/> temporalidade <input type="checkbox"/> 1ª FASE <input type="checkbox"/>	
Proponse unha mellora das fachadas con o acondicionamento dos acabados, a reestruturación das instalacións que afectan ás mesmas, como as tendas, etc., e a unificación e mellora funcional das vivendas con utilización de sistemas con RPT e vidros lixantes. Posibilidade de intervir na mellora funcional das vivendas. Adequar e renovar os elementos e instalacións comúns e individuais, conseguindo melloras en canto á eficiencia enerxética e primando a utilización de enerxías renovables.	
ESTIMACIÓN DE CUSTOS	
VALORACIÓN DAS ACTUACIÓNS DE REHABILITACIÓN	
8 VIVENDAS	12.500 €/viv x 8 viv
TOTAL ESTIMADO 100.000 €	

Fig. 4 - Exemplo de ficha pormenorizada de edificio. ARI de Polvorín-Camelias-Carballeira (Ourense). Fuente: Memoria-Programa del ARI. Realización, Maricarmen González.

Con este novo proceso participativo logramos tamén, pensamos, unha maior identificación dos residentes co proxecto de consecución dunha ARI e con iso unha maior posibilidade de éxito no caso da súa declaración, pois sentiranse partícipes do proceso e serán máis proclives a levar a cabo a rehabilitación nas súas vivendas e edificios.

Se finalmente se considera positiva a resposta á cuestión de se é necesaria a rehabilitación no barrio, pasaremos xa á última fase do estudo, a realización de propostas de actuación e de fichas pormenorizadas de cada edificio e/ou bloque de vivendas (figura 4).

Polo que respecta ás propostas de actuación, estas deben ser o máis concretas e concisas posibles na súa formulación, pero amplas en canto ao desenvolvemento de como se poden levar a cabo, expondo varias posibles solucións e o seu custo. Por exemplo, no caso de que a proposta sexa a colocación de ascensores, contar cun estudo arquitectónico de onde deberían situarse (se hai varias posibilidades deberán ser exploradas todas), os planos de como levar a cabo esas obras e o seu custo aproximado. Esta fase é importante, pois facilita moito a posta en marcha da ARI en caso da declaración positiva.

E, finalmente, no tocante ás fichas pormenorizadas de cada bloque e/ou edificio, hai que apuntar que son tamén un aspecto relevante para o éxito posterior da ARI. Permiten ter unha idea moi aproximada das necesidades de cada edificio (débase facer un diagnóstico en detalle de cada un deles), en que aspectos será necesaria a rehabilitación, con propostas de intervención e unha estimación de custos das mesmas (figura 4).

Con isto acabaría o traballo en relación á realización da Memoria-Programa, pero antes de realizar a solicitude definitiva do ARI á Comunidade Autónoma por parte do municipio, o proceso debería concluír, ao noso entender, cunha exposición pública dos resultados finais á veciñanza, coa presenza dos responsables políticos municipais.

4. Conclusión

Nesta análise abórdouse desde unha perspectiva teórica a necesidade da rehabilitación arquitectónica e funcional de espazos urbanos degradados. Esa rehabilitación non só debe quedar no plano físico, de recuperación de edificios, senón que ten que conseguir tamén a recuperación social e funcional deses espazos para que teñan viabilidade futura e contribúan á sustentabilidade da propia cidade nun triple plano, o económico, o social e o ambiental. Ademais, expúxose unha metodoloxía para elaborar as Memorias-Programa, os estudos necesarios para xustificar a necesidade de rehabilitación. Trátase dunha formulación froito da

experiencia adquirida en varios traballos con barrios galegos e que deu os seus froitos coa declaración como zonas ARI de varios deles. A intención é a de contribuír para que poida ser utilizada noutros exemplos e poida servir para a declaración de novas ARI.

Bibliografía

Aldrey Vázquez, J. A. (2010). Áreas de Rehabilitación Integral: la Memoria-Programa para su declaración. En, Rodríguez González, R.(Dir), *Territorio: Ordenar para Competir* (pp. 323-343). A Coruña: Netbiblo.

Aldrey Vázquez, J. A. (2007). A rehabilitación integral de barrios degradados fóra dos ámbitos dos cascos históricos: metodoloxía de análise na Memoria-Programa das ARI. *Xeográfica*, Nº 7, 5-26.

Arias Goytre, F. (2000). *La desigualdad urbana en España*. Madrid: Ministerio de Fomento.

Gutiérrez Palomero, A. (2010). La iniciativa comunitaria Urban como ejemplo de intervención integral en barrios periféricos con dificultades. Una lectura a partir del caso de Clichy-Sous-Bois/Montfermeil (Île-de-France). *Ciudades. Revista del Instituto Universitario de urbanística de la Universidad de Valladolid*, Nº 13, 61-82.

Llop, J. M.; Valls, X.; Albors, J. y Mongil, D. (2008). Introducció. Ciutats en (re)construcció. Cap a una nova cultura urbanística?. En, Diputació de Barcelona: *Ciutats en (re)construcció: necessitats socials, transformació i millora de barris* (pp. 13-27). Barcelona: Colecció Estudis, Serie Territori 5.

Manero, F. (2009). De la protección selectiva a la recuperación de los espacios urbanos en situación crítica: las áreas de rehabilitación integrada en Castilla y León. *Polígonos, Revista de Geografía*, Nº 19, 95-118.

Mongil Juárez, D. (2010). Intervención integral en barrios: conceptos, instrumentos y elementos de mejora. *Ciudades. Revista del Instituto Universitario de urbanística de la Universidad de Valladolid*, Nº 13, 139-161.

Pedrals Pugés, N. (2009). La rehabilitación como prioridad, ponencia presentada en el *Seminario de Investigación en Urbanismo y Ciudades Sostenibles*, en la ETSA de Madrid, 13 de noviembre de 2009.

Rubio del Val, J. y Molina Costa, P. (2010). Estrategias, retos y oportunidades en la rehabilitación de los polígonos de vivienda construidos en España entre 1940 y 1980. *Ciudades. Revista del Instituto Universitario de urbanística de la Universidad de Valladolid*, Nº 13, 15-37.

ALDREY VÁSQUEZ, José Antonio (2014). *A rehabilitación de bairros na Galiza ...* The overarching issues of the european space: the territorial diversity of opportunities in a scenario of crisis. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Pp. 111-125

Torres Gutiérrez, F. J. (2005). *El análisis territorial aplicado al estudio de zonas urbanas marginadas, el caso de Polígono Sur en Sevilla*. Sevilla: Consejería para la Igualdad y Bienestar Social de la Junta de Andalucía.

“NEODESENVOLVIMENTISMO” E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: O processo de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil)¹

Leandro Dias de Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

leandrodias@ufrj.br

André Santos da Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil

asrgeo@ufrj.br

Resumo

O objetivo deste artigo é estudar, com base na Geografia Econômica e Industrial, o processo de reordenamento territorial no oeste da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Mesmo com o bom momento econômico brasileiro, atualmente esta região assiste a um processo de reestruturação produtiva que reproduz um modelo industrial socialmente excludente e ambientalmente insustentável.

Palavras-chave: Neodesenvolvimentismo; Reestruturação Produtiva; Oeste Metropolitano (Rio de Janeiro – Brasil).

Abstract

The aim of this paper is to study the process of territorial reorganization in west of the metropolitan region of the state of Rio de Janeiro based on Industrial and Economic Geography. Even with the good economic times in Brazil, currently this region attends a productive restructuring process which reproduces an industrial model of social exclusion and an unsustainable environmentally model.

Keywords: New development; Productive Restructuring; West Metropolitan (Rio de Janeiro – Brazil).

¹ Artigo desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa "O Processo de Reestruturação Territorial-Produtiva no Oeste Metropolitano Fluminense", com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ, através da modalidade de Auxílio-Instalação concedido ao Prof. Leandro Dias de Oliveira. Estas reflexões estão vinculadas ao Grupo de Pesquisa "Reestruturação Espacial Contemporânea", registrado junto ao Laboratório de Geografia Política e Práticas Educativas [REC-LAGEPPE]. Agradecemos ainda ao PIBIC / Capes e à própria FAPERJ pelas bolsas de iniciação científica, concedidas aos alunos de graduação [Bacharelado em Geografia / UFRRJ] Marcelo Louira de Moraes e Guilherme Mappeli Chagas, fundamentais para a construção deste trabalho.

Prólogo

Este trabalho, que aproxima o horizonte teórico do atual desenvolvimento brasileiro e o processo em curso de reordenamento territorial no Oeste Metropolitano do estado do Rio de Janeiro, pretende atender algumas expectativas analíticas, entre as quais a principal é *refletir sobre as transformações espaço-produtivas em curso no mundo atual*, que extrapola escalas e recortes geográficos e atinge as mais diversas realidades. Destarte, a apresentação deste trabalho em um evento cuja temática foi as “*Grandes Problemáticas do Espaço Europeu*” se justificou, primordialmente, por: [1] em um mundo globalizado, haver uma necessidade premente de se pensar o espaço europeu para além de suas fronteiras; [2] os problemas captados pela ciência geográfica – *sejam econômicos, políticos, sociais, ambientais, ou uma combinação de todos* – cada vez mais se tornaram complexos, ora se assemelhando, ora se diferenciando, nos mais diversos países do mundo; [3] as experiências espaciais, com suas virtudes e problemas, devem ser compartilhadas, para que de maneira crítica se possa auferir as potencialidades de projetos territoriais em curso; e, por fim, [4] o Rio de Janeiro tem sido palco de investimentos internacionais de grande porte, como em megaeventos (particularmente os esportivos, como uma das sedes da Copa do Mundo e palco das Olimpíadas, mas também de outra natureza, com a Rio+20), instalações industriais de grande porte e modelos de ordenamento urbano e rural.

Parte-se, assim, de um pressuposto conceitual que articula toda esta reflexão: o Brasil vive atualmente tempos de “*neodesenvolvimentismo*”², que se trata a rigor de um modelo de desenvolvimento adequado ao “pós-neoliberalismo” (Ver: SADER, 2013). Após o período do governo nacional de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), onde predominou o modelo neoliberal e suas implicações – desregulação, privatizações e “retirada” do Estado da ordem econômica –, sob o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), com as administrações de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Roussef (2011 até o presente momento), emergiu um modelo

² Consultar, por exemplo, a tese do atual Ministro da Educação, Aluizio Mercadante Oliva (2010), que à revelia da compreensão geral de que o “*desenvolvimentismo brasileiro*” – *que remete a tempos de fordismo periférico adaptado aos momentos de ditadura e populismo* – foi algo negativo, entende o *novo desenvolvimentismo* do governo do qual faz parte como positivo, por romper, segundo sua análise, com a agenda neoliberal, focar na esfera social e ainda vincular-se ao desenvolvimento sustentável.

econômico com novas bases produtivas, maior intervenção e regulação econômica do Estado e substituição das privatizações por PPPs (Parcerias Público-Privadas).

Se este modelo de “neodesenvolvimentismo” implicou na consolidação geopolítica de países outrora periféricos, como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e para alguns, África do Sul), e crescimento econômico, tecnológico e produtivo de nações (como o próprio Brasil), ele ainda significa um desenvolvimento social lento para a população, com problemas sociais, ambientais e institucionais ainda muito distantes de soluções. O “desenvolvimento” permanece sendo entendido como “crescimento econômico”, e, portanto, excludente socialmente e ambientalmente insustentável.

Pensar este modelo de desenvolvimento atual a partir de um estudo empírico como o que agora apresentamos permite ir além de suas aparências e qualificar seus propósitos. Mas, acima de tudo, pressupõe balizar possíveis correções em sua rota de ação e efetivar a construção de planos urbanos e regionais mais incisivos, com respostas mais profícuas às necessidades sociais mais imediatas.

Introdução

Nas últimas décadas a Região Metropolitana Fluminense³ vem experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica e espacial. Está em curso um reordenamento territorial da produção e do consumo, o que implica no aparecimento de novos investimentos e / ou incremento de antigas bases produtivas. Esta reestruturação territorial-produtiva em curso – *territorial*, por que implica em novas relações de poder e novas espacializações econômicas e socioambientais; e *produtiva*, porque está calcada em um novo modelo econômico, que pode ser denominado *pós-fordismo* ou *acumulação flexível* – está fundamentada no aparecimento de novos investimentos fabris, que compreendem desde a instalação da base exploração da camada Pré-Sal da Petrobrás em Itaguaí até as inúmeras intervenções realizadas nesta sub-região (Itaguaí e Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro), bem como a consolidação do Distrito Industrial de Queimados, o polo de cosméticos de Nova Iguaçu, os complexos químico-farmacêutico da Bayer, em Belford Roxo, e gás-químico da Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, na Região da Baixada Fluminense, entre outros. Associados a estes investimentos do

³ “Fluminense” é o gentílico do estado do Rio de Janeiro, numa referência ao termo latino *flumen*, que significa “rio”, em alusão ao “Rio” dos nomes da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Já o termo “*carioca*” refere-se aos nascidos na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado.

ramo industrial-produtivo, emergem uma série de alterações espaciais, que remetem à constituição de infraestrutura, desde a consolidação de áreas habitacionais populares e de classes médias e altas até mesmo a expansão do porto de Itaguaí e edificação de eixos de ligação, com destaque para Arco Rodoviário Metropolitano, que ligará o Complexo Petroquímico do COMPERJ⁴ ao Porto de Itaguaí, a ampliação da Via Light, que ligará Nova Iguaçu até a Avenida Brasil, e a construção da Transbaixada, que perpassará a Via Light até a Rodovia Washington Luiz (BR-040).

Em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, tem-se início um profundo processo de tecnificação espacial que prioriza a efetivação de tecnopolos, *clusters*, *bunkers* e condomínios industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais. *O processo de reestruturação produtiva em curso significou uma profunda mudança na própria espacialização da indústria.* Assistimos a um momento de transformação do modelo produtivo-industrial, com base no surgimento de *novos* sujeitos, *novas* formas de produzir e *novas* marcas no território. Assim, ao observamos na contemporaneidade a emersão de uma nova *Geografia da Indústria* com o pulsar de um novo padrão de estruturação territorial, reforçamos que este modelo necessita ser esclarecido em seus matizes teóricos e empíricos. Dessa forma, apontamos como oportunas as reflexões sobre as demandas econômicas e territoriais no Oeste Metropolitano Fluminense no intuito de aprofundar o debate acerca da reestruturação espacial contemporânea.

Este artigo tem como objetivos: [1] debater, de maneira teórico-metodológica, os sentidos da reestruturação econômico-produtivo na atualidade; e [2] realizar um breve relato das atuais mudanças em curso no Oeste Metropolitano Fluminense. O recorte aqui proposto, o *Oeste Metropolitano Fluminense*, corresponde ao segmento da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro localizado na parte ocidental da Baía de Guanabara, oposto à Grande Niterói. Engloba assim as cidades do Rio de Janeiro e Itaguaí, além dos seguintes municípios da Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi e Seropédica⁵ (figura 1). É sobre esta região política e geoeconômica que alicerçamos os propósitos deste artigo.

⁴ Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no eixo Itaboraí – São Gonçalo.

⁵ Segundo esta regionalização, o Leste Metropolitano Fluminense inclui as cidades de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá e Guapimirim.



Fig. 1-Municípios que compõem a Região Metropolitana Fluminense
[Toponímia em cor preta – Oeste Metropolitano; toponímia em cor vermelha – Leste Metropolitano]
Fonte: Base disponível em http://www.inea.proderj.rj.gov.br/basetematica_estadoambiente/, fundamentada no Google Earth e adaptada por L. D. de Oliveira. Acesso em: 05/10/2013.

1. Desenvolvimento e Reestruturação Produtiva: Breves Apontamentos

Para entendermos essa lógica de reestruturação econômica e a ampliação das novas dinâmicas de produção e consumo, temos que considerar o contexto da evolução urbana do Rio de Janeiro, assim como certos comandos oriundos de mecanismos globais que impõem novas lógicas de produção e articulação produtiva. *Está em curso um novo processo de industrialização*. Podemos, de antemão, definir industrialização como um processo hegemônico no qual a produção fabril se torna dominante sobre as demais atividades, e passa a exercer influência direta sobre todas as esferas da sociedade, que envolve desde a política e a economia, até a organização social (Oliveira, 2011), pois se trata de *“uma profunda alteração da divisão social do trabalho”* (Singer, 1973, p. 32). Ademais, *“a industrialização caracteriza a sociedade moderna”* (Lefebvre, 2001, p. 03), e altera profundamente a geografia do mundo, em sua materialidade, com novos objetos, e em seu conjunto de movimentos (ações),

artificializando o espaço geográfico com próteses territoriais no advento do meio técnico (Santos, 2002).

Quando apontamos a ideia de reestruturação, entendemos que ela é expressa num contexto do capitalismo avançado como base indutora de transformações sociais e territoriais em curso (Soja, 1993). Neste caso específico, revela-se como faceta das modificações no espaço metropolitano do estado do Rio de Janeiro. Não é um processo endógeno e restrito a esta área, e assim torna-se mister pensarmos em uma combinação dialética de desconstrução e reconstrução no sentido de permanência e/ou desmoronamento que se traduz na afirmação de novos sentidos econômicos e sociais. A reestruturação econômica preconiza a emergência de novos espaços de produção e de consumo (Carlos, 2002); que se constituem, na realidade como frutos da própria dinâmica do capital (Harvey, 2006), mas também dos agentes que operam em práticas e representações na condução da produção destas formas-conteúdo (Lefebvre, 1972; Correa, 1993, Santos, 2002).

A proposta de pensar a reestruturação produtiva neste trabalho está focada em discutir as questões que envolvem a indústria e suas bases de produção. No limiar do século XXI, a configuração da lógica territorial da indústria e de suas bases de produção difere de sua instituição. Em tempos de globalização e meio técnico-científico-informacional, a retórica neoliberal obteve vitórias contundentes ao obstruir, no âmbito político (e também nas esferas acadêmico-escolar) debates que envolvam a *centralidade do trabalho*, eclipsadas pela celebração da tecnificação que prioriza a efetivação de tecnopólos, *clusters* e *bunkers* industriais, bem como as redes técnicas e comunicacionais (Oliveira, Ribeiro, 2008).

Ainda que a aparência do modo de produção capitalista possa sugerir um decréscimo do trabalho e sua dissolução frente ao aparato técnico-científico, com o “agravamento do *homem-máquina*” — “fruto da reificação da informática e do aprofundamento da expropriação de um trabalho fetichizado por conciliar, de maneira alienada, concepção e execução” (Wolf, 2004, p. 365) — poucas coisas são tão indiscutíveis quanto a centralidade do mundo do trabalho (Antunes, 2001; Kurz, 2004).

A fragmentação industrial após a década de 70 que, por sua vez, conduziu a alterações na própria organização classista do proletariado, enxugando quantitativamente a mão-de-obra e sua participação sindical, criou no trabalhador um caráter multifuncional que não foi acompanhado de benefícios diretos. Este “trabalhador”, tornado *flexível* em seu cotidiano de trabalho e nos seus direitos até então adquiridos, teve sua importância questionada pela capacidade sedutora da técnica, *veloz e precisa*, como se a mesma fosse resolver todos os problemas da humanidade (Habermas, 1983; Porto-Gonçalves, 1992; Harvey, 2008), em uma

espécie de “fetichismo tecnológico” (Braga, 2005). Educado enquanto capital humano, o *trabalhador* observou a diminuição de seus salários, a disputa brutal por postos de trabalho, as demissões em massa, o aumento da carga-horária de trabalho, a “falência” das garantias trabalhistas e mesmo um controle direto de seu tempo livre. Também não parece ser coincidência que no momento em que assistimos a um profundo processo de reestruturação produtiva do capital – implicando em uma “deslocalização das fábricas”⁶ (Wallerstein, 2003) que passaram a migrar dos países centrais para os periféricos – a poluição atmosférica tenha se transformado em um grande vilão para o futuro da humanidade.

Este modelo produtivo emergente, que podemos denominar *acumulação flexível*, possui características comuns ao fordismo, mas desconstruiu o antigo padrão de grandes plantas fabris, de cidades operárias, de desenvolvimento nacionalista e de produção em larga escala e em série (Oliveira, 2006). Levando em consideração os aspectos elencados, é possível fazer uma leitura contemporânea da produção industrial neste recorte territorial proposto.

2. As Transformações Espaciais no Oeste Metropolitano Fluminense

De antemão, apontamos que emergem nesta nova cartografia industrial fluminense – respeitando-se o recorte aqui trabalhado, o Oeste Metropolitano – a partir de meados da década de 1990, dois polos de desenvolvimento produtivo:

[1] no *Extremo Oeste Metropolitano* ocorre a instalação de grandes empreendimentos do ramo metal-siderúrgico e logístico-petrolífero, como as instalações da Gerdau, Usiminas, Petrobrás e da LLX, do ramo logístico e que pertence à *holding* EBX, além da expansão do Porto de Itaguaí (com a ramificação da zona portuária para atender individualmente as empresas e a Marinha do Brasil) e dos eixos rodoviários;

[2] na *Baixada Fluminense* se consolidam enclaves de desenvolvimento econômico-produtivo – em um modelo que pode ser denominando de *fordismo periférico extemporâneo* –, como o Distrito Industrial de Queimados, bem como os complexos

⁶ Segundo Slavoj Žižek (2009, p. 28), com a deslocalização das fábricas exporta-se o lado sombrio da produção industrial – trabalho disciplinado e hierarquizado, contaminação ambiental etc. – para o Terceiro Mundo, ou melhor, para lugares “invisíveis” ao mundo desenvolvido.

químico-farmacêutico da Bayer, em Belford Roxo, e gás-químico da REDUC, na cidade de Duque de Caxias, e o polo de cosméticos de Nova Iguaçu⁷.

Estas áreas são historicamente desvalorizadas e estão paulatinamente se tornando um importante *locus* econômico do estado. Marcada por índices negativos de desenvolvimento econômico e social, e por uma imagem atrelada à violência pela ação de grupos milicianos de amalgamam *poder bélico e político*, tanto a Baixada Fluminense quanto a Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro emergem, no advento do Século XXI, como eixos de alargamento produtivo-industrial e área de expansão urbana, com novos empreendimentos imobiliários e valorização do solo urbano. Não há dúvidas que com este vetor de expansão, novas oportunidades surgirão, o que envolve a reformulação do cabedal técnico de seus moradores, com a expansão dos polos universitários, como a própria UFRRJ, com o Instituto Multidisciplinar e a UEZO, e com o aumento de unidades de escolas técnicas, como as unidades do CEFET Nova Iguaçu e Itaguaí, os *campi* IFRJ Nilópolis, Paracambi, Duque de Caxias e Mesquita, e ainda as inúmeras unidades FAETEC localizadas em Duque de Caixas, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis e Paracambi. Concomitante a isso, haverá o aumento de postos de trabalho, a diversificação econômica, o investimento em transportes, e ainda, a valorização imobiliária da região, o que já pode ser notado nos altos preços dos imóveis dos grandes centros e ainda na própria renovação estética dos mesmos. Analisar este processo em curso é um grande desafio atual, não somente no que tange às novas formas produtivas e as reformulações na cartografia fabril fluminense, mas também para se pensar as potencialidades deste desenvolvimento na região.

Neste contexto, a “nova cartografia industrial” e suas tensões territoriais constituintes revelam também aquilo que David Harvey (2009, p.12) definiu como um jogo existente entre a “*lógica capitalista do poder e a lógica política / territorial do poder*”. Este jogo inclui tensões, aproximações e similaridades entre os interesses do capital privado e da demanda da gestão do território por parte do Estado. Igualmente, deve ser levada em conta a história territorial destas áreas, que ao mesmo tempo “justificam” e viabilizam estas novas projeções econômico-produtivas em curso.

Neste sentido, vale esclarecer que o Oeste Metropolitano – que didaticamente dividimos em duas sub-regiões, Baixada Fluminense e Extremo Oeste Metropolitano – se constituirá ao

⁷ Neste artigo, o recorte proposto foi pautado na análise destas duas sub-regiões, mas vale alentar que na própria cidade do Rio de Janeiro há outros polos industriais que merecem estudos específicos; neste caso, cumpre destacar o *Parque Tecnológico da Ilha do Fundão*, onde importantes empresas e centros de pesquisa, como Petrobras, Eletrobrás, General Electric, Usiminas, Repsol, entre outros, estão articulados com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

longo do século XX como área de expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, onde já havia, de certo modo, a ocorrência de atividades fabris nestas áreas, inclusive progressas ao século XX. Afinal, como salienta Simões (2007), a indústria não é uma realidade nova na área da Baixada Fluminense, pois há resquícios da produção industrial do ramo têxtil em diferentes cidades, como Paracambi e Magé, que datam do século XIX. E ao longo do próprio Século XX, a Baixada Fluminense permaneceu recebendo a instalação de grandes indústrias, como a Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1942, em Xerém, e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), em 1961, em Campos Elíseos, ambas no município de Duque de Caxias.

No que tange ao Extremo Oeste Metropolitano, deve ser considerado o fato de Itaguaí estar em proximidade com áreas industriais da cidade do Rio de Janeiro, que acabou recebendo reflexos dos focos de produção instalados no outro município. Como um exemplo recente, destacamos instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico no distrito industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, que tem promovido impactos significativos sobre o aumento da demanda por mão-de-obra, a expansão do setor terciário e o aquecimento do mercado imobiliário na limítrofe cidade de Itaguaí.

Neste sentido, se torna clara a funcionalidade existente do Oeste Metropolitano, que ao longo do século XX já se mostrava um importante espaço produtivo. Maurício de Abreu (2006) destaca que neste período a instalação de algumas indústrias na periferia da cidade do Rio de Janeiro já era reflexo da *divisão territorial do trabalho* da expansão urbana desta cidade: de um lado se revelava pela supervalorização do solo da área central, que se especializava na concentração de serviços ligados ao terciário superior; de outro, pela própria demanda da produção industrial por mais espaços e a um menor custo viabilizasse sua instalação levaria à incorporação dos espaços próximos a metrópole.

Oliveira e Rodrigues (2009) destacam algumas características dos projetos industriais que se desencadearam entre 1950 e 1980: [a] utilização de grandes espaços; [b] localização próxima a grande vias de circulação; [c] forte presença do capital do Estado nos investimentos industriais (ainda que se revelasse o início de investimentos do capital privado). Nesse período se instalaram muitas indústrias em municípios da Baixada Fluminense, tendo em vista o posicionamento logístico diante da proximidade de grandes vias e o baixo valor do solo urbano. As instalações do Complexo Químico da Bayer do Brasil, em Belford Roxo, do Parque Industrial de Queimados, da Fábrica Nacional de Motores, e da REDUC, em Duque de Caxias, evidenciam o caráter estratégico da localização desta região. Todavia, a industrialização nesta área de expansão teve um período de baixa produtividade, sobretudo entre os anos de 1970-1990, e a desativação da Fábrica Nacional de Motores não foi apenas o indicativo de baixa na

produção regional, mas dos limites das características que marcavam o modelo produtivo nacional.

É após década de 1990 que surgem algumas visões otimistas para esta área, que vão ao encontro das ações das “lógicas políticas e territoriais de poder” – travestidos pelos investimentos dos governos estaduais e federais⁸ – com o interesse das lógicas econômicas de poder, representado pelo capital privado. Para a Firjan⁹ (2008), há uma intensificação do setor industrial na região metropolitana, onde a “Baixada” e a “área de Itaguaí” correspondem aos principais focos de redinamização industrial, através da apropriação de “áreas vazias”¹⁰ para a instalação de empreendimentos fabris e de estocagem.

Este processo de redinamização se torna possível devido particularmente a três aspectos: [i] a dinamização (ou o reanimação) da indústria na economia fluminense e seus possíveis reflexos na Região da Baixada Fluminense e no Extremo Oeste Metropolitano (Oliveira, 2003); [ii] o potencial logístico da Baixada Fluminense, pensando-se na agregação do Arco Rodoviário em consonância a outras infraestruturas logísticas presentes na região, como as rodovias BR-116 e BR-040 (Firjan, 2008); e a [iii] presença de fortes ações de capitais privados e do Estado em incrementos industriais na Baixada Fluminense, bem como os investimentos da EBX em Itaguaí, além dos insumos financeiros estatais na ampliação da REDUC, na estruturação do polo petroquímico em Duque de Caxias e do gás-químico em Itaboraí, e na instalação da base do Pré-Sal em Itaguaí, que dinamizarão a perspectiva da indústria química e petroquímica em todo o Oeste Metropolitano Fluminense (Rocha, Oliveira, 2012).

Caminhando na perspectiva do potencial logístico, os estudos da Firjan apontam que haverá aproximadamente 20% (em seu potencial máximo) de redução no custo do transporte de cargas (figura 2), fato que privilegiará em sua maior parte os municípios da Baixada Fluminense e o Extremo Oeste Metropolitano.

Diante de tal conjuntura, apontamos o prenúncio de uma nova geografia da indústria em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial na área que compreende os municípios da Baixada Fluminense, potencializada no aparecimento de novos espaços de produção. Por corresponder a parte integrante da periferia da metrópole fluminense – e há ainda em vários de seus municípios áreas de transição (zonas periurbanas) com extensas

⁸ Destacamos como principais investimentos as obras de engenharia que envolvem a redinamização do Porto de Itaguaí e a ampliação e construção de estradas como as obras do Arco Metropolitano que, conjugada à instalação do COMPERJ no Leste Metropolitano, tem a incumbência de constituir um polo logístico para distribuição e circulação de mercadorias em toda a região.

⁹ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

¹⁰ É importante destacar aqui o potencial da representação do discurso de “áreas vazias” como forma de apropriação do território (ROCHA, 2013). É oportuno destacar que o uso deste termo *esvazia* os embates sobre a gestão de ordenamento do território, considerando áreas livres para ocupação de interesse do capital privado.

áreas que ocorre uma ocupação rarefeita – estas áreas são dotadas de grande concentração de mão-de-obra. Essas zonas periurbanas, que podemos denominar de “*franja metropolitana*”, abrangem grande parte dos municípios de Queimados, Seropédica¹¹, Paracambi, Itaguaí e parte de Nova Iguaçu, que além do fato de serem recortados por vias de circulação, potencializaram sua ocupação fabril com a implementação de condomínios industriais.

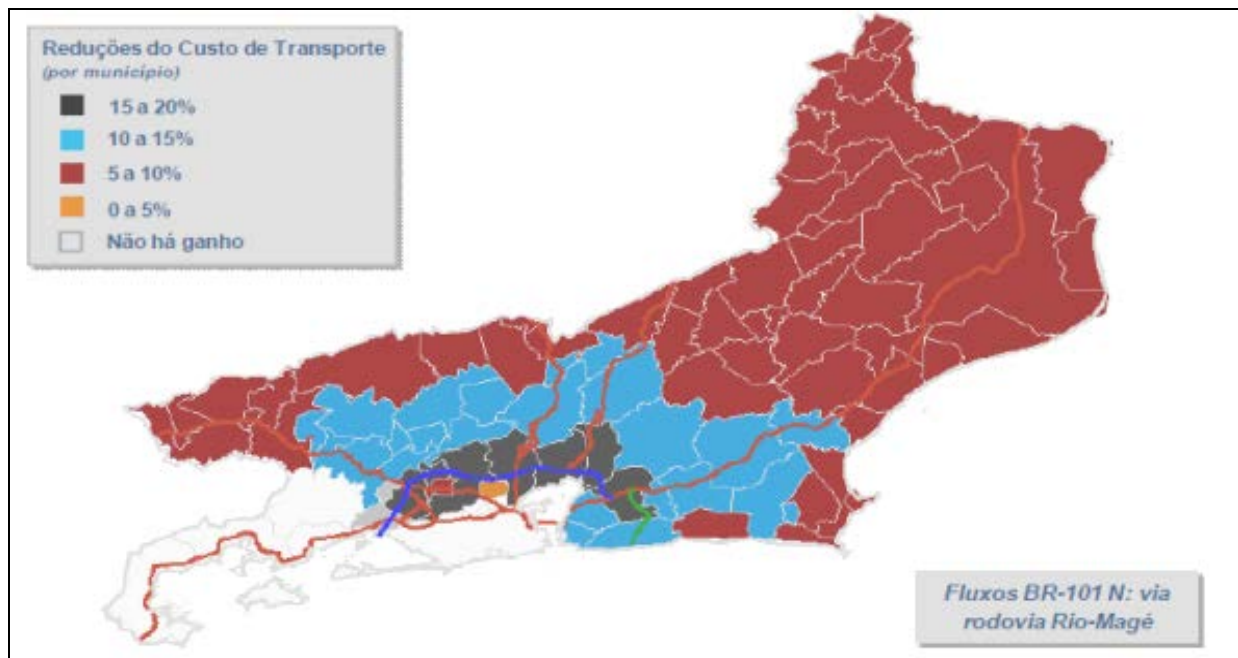


Fig. 2- Impacto do custo com transportes com a implantação do Arco Metropolitano
Fonte: FIRJAN, 2008, p. 22.

Esta nova “cartografia fabril” é fruto também de uma conjuntura que preconiza a consolidação do que aqui podemos denominar “*Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense*”. É importante destacar o papel de Duque de Caxias, que com a produção da REDUC e o polo gás-químico configura-se como o terceiro no ranking de produção industrial (Ceperj, 2010) e que tem principais ações fabris: refino de petróleo (70,5% do total das saídas da indústria de transformação); resinas e elastômeros (8,8%); e produtos químicos orgânicos (5,5%). Além disso, é oportuno relembrar que o complexo químico industrial de Belford Roxo (que já atua na produção e tratamento de polímeros) e o químico-farmacêutico-estético de Nova Iguaçu viabilizam interações produtivas em torno de processos industriais desta demanda “químico-petrolífera”.

¹¹ O caso de Seropédica é emblemático: sede da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – a qual os autores deste artigo estão vinculados profissionalmente – a cidade vive uma profunda transição de área de economia predominantemente primária para a atual industrialização, com a instalação de novos empreendimentos industriais e até mesmo a criação de um parque tecnológico (Ver: Oliveira et. al., 2013).

Ainda na região do Extremo Oeste Metropolitano, segundo a Firjan (2012, p. 04) deve ser destacada a possibilidade da instalação de uma base *offshore* da Petrobras de exploração da camada do Pré-Sal¹² em terreno próprio em Itaguaí, o que deve se ocorrer entre 2016-2018. É importante destacar que o Arco Metropolitano, que ligará o COMPERJ¹³ – perpassando os municípios da Baixada Fluminense –, terá seu destino final no Porto de Itaguaí, o que permitirá constituir uma rede logística que integrará esses espaços de produção, permitindo a consolidação deste eixo como um "Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense" (figura 3). Um balanço desta lógica baseada em um "neodesenvolvimentismo" se torna urgente, desde que se possa ir além das projeções da FIRJAN e do próprio capital privado; é fundamental destacar os elementos que implicam em um redirecionamento da própria apropriação e gestão do território.



Fig. 3: Estruturas logísticas no Oeste Metropolitano e os eixos de integração Petroquímica
Fonte: FIRJAN, 2011, p. 04.

¹² O Pré-Sal compreende uma porção do subsolo que se encontra abaixo de uma camada de sal situada a alguns quilômetros abaixo do nível do Mar. Essa área apresenta grandes reservatórios de óleo leve que permitirá a produção de petróleo de melhor qualidade. Atualmente, o foco de desenvolvimento energético do Brasil volta-se para esta área que se estende por grande parte do seu litoral.

¹³ No gigantesco Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, em processo de implementação no Leste Metropolitano Fluminense, serão produzidos, numa mesma área industrial, derivados de petróleo e produtos petroquímicos de primeira e segunda geração. Sua etapa inicial visa a implantação de uma refinaria com capacidade para processar 165 mil barris de petróleo por dia, abastecendo o mercado com óleo diesel, nafta petroquímica, querosene de aviação, coque, GLP (gás de cozinha) e óleo combustível.

Para os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p. 20), o território deve ser entendido pelo seu uso, o que implica que não devem ser retirados de cena os atores que o constituem (Raffestin, 1993). Neste sentido, apresentar novos horizontes e representações de “crescimento e desenvolvimento” é, em resumo, uma forma de apropriação do território (Rocha, 2013). Ao mesmo tempo em que justificam o reordenamento para a instalação de novas unidades fabris, há uma imposição em relação aos governos municipais para revisão de seus planos diretores e zoneamento das cidades. Muitas vezes estes processos se revelam excludentes, pois grande parte da população não participa dos debates públicos e, por conseguinte, não apresenta propostas alternativas ou complementares à reestruturação territorial-produtiva em curso.

Assim, para a iniciativa privada esse reordenamento do território é urgente e viável, tendo em vista a facilidade de organizar esforços nessas áreas sem necessidade, por exemplo, de desocupações de seus moradores. Entretanto, não são levados em consideração os impactos ambientais e sociais produzidos nessas “áreas vazias”, onde está presente um número significativo de pequenos agricultores e uma população de menor poder aquisitivo, além de importantes recursos hídricos que abastecem a região – pertencente à Bacia do Guandu – e o próprio aquífero do Piranema.

Destarte, essa representação de progresso e desenvolvimento para o Oeste Metropolitano Fluminense se defronta com a necessidade de um reconhecimento tácito e de ações conjuntas nas esferas das gestões municipais. Entre essas ações podemos destacar as revisões de planos diretores, ampliação dos incentivos fiscais e os investimentos na infraestrutura para o funcionamento dos futuros condomínios industriais. Ações que incidem diretamente no ordenamento do território e revela com diversos atores influenciam nas questões que envolvem o desenvolvimento territorial (Storper, 1997; Amim, 1998)¹⁴.

3.Considerações Finais

Diante das questões apresentadas, apontamos que há uma tensão no que se refere à questão de uma “cooperação” entre agentes econômicos e atores políticos nesta região. Impasses na produção territorial são condensados por uma oposição entre a demanda do capital privado e os horizontes políticos de gestão. Se por um lado este novo padrão industrial

¹⁴ Como exemplo das estratégias por parte do poder público municipal, a prefeitura de Queimados vem oferecendo isenções fiscais contínuas e uma redefinição de seu plano diretor para proporcionar a ocupação em torno da Avenida Presidente Dutra [BR-116].

implica em um barateamento da mão-de-obra (que cada vez mais cede lugar à tecnologia) e expulsa os empreendimentos poluidores dos grandes centros, por outro ocorrerá o *aumento local de postos de trabalho*, que demanda capacitação instrucional de seus moradores. Neste sentido, a emersão deste *Cinturão Industrial Químico-Petroquímico da Metrópole Fluminense* que apontamos neste artigo deve ser pensada como uma lógica que não emana apenas das iniciativas regionais, mas faz parte da proposta brasileira que aposta veementemente no modelo produtivo calcado na exploração e extração do petróleo, e que reserva para o Oeste Metropolitano Fluminense uma posição singular resultante da conjugação das ações do poder público e privado.

Desse modo, é oportuno discutir de que forma ocorrem os rebatimentos da reestruturação produtiva e como esta impacta a sociedade referente aos usos dos territórios. Insistimos que pensar a ocupação destas áreas “periurbanas” ocorre sem um diálogo com a comunidade e desconsiderando as práticas de produção agrícola que sustentam parte desta população residente. Contudo, nos entremeios desta operação industrial, com os novos condomínios e distritos industriais emergentes, é possível lutar pela melhor distribuição dos recursos e divisão mais igualitária dos lucros obtidos.

Esta análise demonstra que os avanços econômicos e sociais brasileiros recentes ainda são espacialmente seletivos, e que o “*neodesenvolvimentismo*” ainda é um projeto distante da realidade de grande parte da população. A esperança consiste em reformular a concepção dominante de “desenvolvimento”; que este se torne menos *econômico* e mais *social e ambiental* em múltiplas escalas. Para isto, no que se refere ao menos na realidade aqui aludida, alguns passos são prementes: [a] maior diálogo com a população da *franja metropolitana*, respeitando-se as produções locais, como pequenas e médias empresas e as produções agrícolas orgânicas e familiares; [b] efetivação de planos urbanos e regionais mais incisivos, com respostas mais profícuas às necessidades sociais mais imediatas; e, por fim, a [c] adoção de práticas de produção industriais ecologicamente menos agressivas e mais adequadas a um modelo de sociedade ambientalmente sustentável.

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. A. (2006). *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Amin, A. (1998). *An institutionalist perspective on regional economic development*. Economic Research Group Seminar “Institutions and Governance”, London 1-22.

Antunes, R. L. C. (2001). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. 4ª . ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

Braga, R. Sociedade Pós-Fordista e Trabalho Cognitivo: grande transformação ou fetichismo tecnológico? In: Galvão, A. [et. al.] (Orgs.). (2005). *Marxismo e Socialismo no Século XXI*. Campinas, SP: Xamã.

Carlos, A. F. A.. O consumo do Espaço. In: CARLOS, A.F.A (org.) (2002). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto.

Correa, R. L. (1993). *Espaço urbano*. São Paulo: Contexto, 1993.

Geiger, P.P.; Santos, R. L. (1954). Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XVI, n.º 03, p.291-313, julho- setembro de 1954.

Geiger, P. P.; Mesquita, M. G.C. (1956). *Estudos rurais da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

Góes, H. A. (1934). *Relatório apresentado pelo engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: s/editor.

Habermas, J. (1983). Técnica e ciência enquanto "ideologia". In: Benjamin. Habermas. Horkheimer. Adorno. *Seleção de Textos*. São Paulo: Abril Cultural

Harvey, D. (2008). *O Neoliberalismo: História e Implicações*. São Paulo: Loyola

Harvey, D. (2006). *A Produção Capitalista do Espaço*. 2.ª ed. Annablume: São Paulo

Kurz, R. (2004). *Com todo o vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Editora UFJF.

Lefebvre, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro

Lefebvre, H. (1972). *La production de l'espace*. Paris: Maspero.

Mendes, R. S. (1948). *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*, 1948. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP.

Mercadante Oliva, A. (2010). *As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)*. Tese (Doutorado em Economia), UNICAMP, Campinas – SP.

Oliveira, A.; Rodrigues, A. (2009). Industrialização na periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre econômico*. Medelim. v.12, n.24, p.127-143.

Oliveira, F. J. G. (2003). *Reestruturação Produtiva e Regionalização da Economia no Território Fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), FFLCH/USP, 2003.

Oliveira, L. D..(2006). *A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*. Dissertação (Mestrado em Geografia), UERJ, Rio de Janeiro

Oliveira, L. D.. (2009). Neoliberalismo: Notas sobre Geopolítica e Ideologia – Uma breve análise sobre a obra O Neoliberalismo: História e Implicações, de David Harvey. *Revista Tamoios*, Ano 5, p. 83-87.

Oliveira, L. D. (2011). *A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP.

Oliveira, L. D.; Horta, A. M. N.; Sousa, L. S. ; Cordeiro, C. S. (2013). Seropédica: reestruturação produtiva e transformações espaciais. *Pilares da História* (no prelo).

Oliveira, L. D.; Ribeiro, G . (2008). Reflexões sobre o ensino de Geografia Econômica: Breves análises em tempos de neoliberalismo e globalização. In: *Anais do XV ENG*. São Paulo: AGB.

Porto-Gonçalves, C. W. (1992). Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. *Terra Livre*, São Paulo, AGB, n.º 11-12, p. 9-76.

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

Rocha, A. S. (2013). Geografia Política das representações: projetos e jogos de poder na apropriação da Baixada Fluminense. In: *Anais do 14.º EGAL*, Lima – Peru.

Rocha, A. S. (2011). A representação "ideal" de um território: exemplificando a Baixada Fluminense. *Pilares da História*. Ano 10, n.º 11, p. 20-30, maio de 2011.

Rocha, A. S.; OLIVEIRA, L. D. (2010). As novas dinâmicas produtivas em curso na Baixada Fluminense: breves apontamentos sobre uma nova geografia da Indústria. *Pilares da História*. Ano 11, Edição Especial, p.7-13, maio de 2010.

Sader, E. (2013). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial.

Santos, M. (2002). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP.

Santos, M.; Silveira, M. L. (2001). *O Brasil. Território e sociedade do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.

Singer, P. (1973). *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Simões, M. R. (2007). *A Cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno.

Segada Soares, M. T. (1962). Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24.

Soja, E. (1993). *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Storper, M. (1997). *The regional world. Territorial development in a global economy*. New York: The Guilford Press, 338p.

Wallerstein, I. (2003). "Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo" In: CHESNAIS, F. [et. al.]. *Uma Nova Fase do Capitalismo?*. São Paulo: Xamã.

Wolf, S. (2004). "Qualidade Total e Informática: A Constituição do Novo Homem-Máquina. In: Antunes, R.; Silva, M. A. M. *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

Žižek, S. (2009). *Violência: seis notas à margem*. Lisboa: Relógio D'Água.

Fontes Documentais

Avaliação dos impactos logísticos e socioeconômicos da implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. FIRJAN, 2008.

Prado, C. (2011). Apresentação "Visões de futuro" – Potencialidades e Desafios da região da Baixada Fluminense Área I. FIRJAN, 2011. (Slide disponível em www.firjan.org.br. Data do acesso: 25/11/2011).

Produto interno bruto dos municípios – 2004-2008. Estado do Rio de Janeiro. CEPERJ, dezembro de 2010.

Visões de Futuro: potencialidades e desafios para o Estado do Rio de Janeiro. Região – Baixada Fluminense – Área I. FIRJAN, 2012.

Parte II

Algumas problemáticas do ambiente social Europeu



A POLÍTICA AMBIENTAL E A DEFESA NACIONAL

Cármen Ferreira

Departamento de Geografia, Fac. Letras Universidade do Porto.

CEGOT

dra.carmenferreira@gmail.com

Resumo

As atividades desenvolvidas no âmbito da Defesa Nacional são suscetíveis de apresentar consequências adversas para o meio ambiente, decorrentes da atuação dos três ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea. A componente da proteção ambiental deverá ser articulada e harmonizada com o cumprimento da missão, ou seja, com os objetivos de qualquer um dos ramos das Forças Armadas, mas em conformidade com a política de ambiente do governo, contribuindo para a efetiva preservação do ambiente e para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Consciente da importância da defesa do ambiente, o Ministério da Defesa Nacional promulgou a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, correspondente ao Despacho do Ministério da Defesa Nacional nº 6484/2011, que apresenta como princípios a atingir, no próximo decénio: a sustentabilidade; a prevenção e precaução; o aproveitamento racional dos recursos naturais e a transversalidade, considerando que a política de ambiente da Defesa Nacional deve ser assumida em todas as atividades e organismos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional. Neste trabalho, faremos uma breve referência a cada uma destas determinações da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional bem como a referência ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente. Abordaremos, ainda, como exemplo de caso de boas práticas ambientais, o Campo Militar de Santa Margarida que já recebeu, por três vezes, o Prémio Defesa Nacional e Ambiente e possui Certificação Ambiental.

Palavras-chave: Defesa Nacional; Ambiente; Campo Militar de Santa Margarida.

Abstract

The activities developed in the area of National Defence are likely to present adverse consequences to the environment, resulting from the activity of the three branches of the Armed Forces: Army, Navy and Air Force. The environmental protection component should, therefore, be

coordinated and harmonised with the fulfilling of their mission, in other words, with the objectives of any branches of the Armed Forces, but in line with the government's environmental policy, contributing to the effective preservation of the environment and to the sustainable development of society. Aware of the importance of environmental protection, the Ministry of National Defence promulgated the Environmental Directive for National Defence, corresponding to the Order of the Ministry of National Defence nº 6484/2011, which describes the principles to achieve in the coming decade: sustainability; prevention and precaution, the transversal and the rational use of natural resources, knowing that the environmental policy of National Defence must be upheld in all activities and bodies under the Ministry of National Defence. In this paper, we will briefly refer to each of these guidelines of Environmental Directive for National Defence as well as the reference to the National Defence Environmental Award. We will also look at an example of good environmental practices, in this case the Army Camp at Santa Margarida, which has already received the National Defence Environmental Award and has an environmental certificate.

Keywords: National Defence; Environment; Army Camp at Santa Margarida.

Introdução

As atividades desenvolvidas no âmbito da Defesa Nacional são suscetíveis de apresentar consequências adversas para o meio ambiente, decorrentes da atuação dos três ramos das Forças Armadas: Exército, Marinha e Força Aérea. A componente da proteção ambiental deverá ser articulada e harmonizada com o cumprimento da missão, ou seja, com os objetivos de qualquer um dos ramos das Forças Armadas, mas em conformidade com a política de ambiente do governo, contribuindo para a efetiva preservação do ambiente e para o desenvolvimento sustentável da sociedade. As Forças Armadas, sem comprometer o cumprimento da sua missão prioritária que corresponde à defesa da soberania nacional, devem, através de um planeamento adequado, proteger os recursos naturais e culturais do local ou região onde operam. Atuando desta forma, as Forças Armadas, gestoras de extensas áreas de treino e de inúmeras instalações, para além de administradoras de complexos industriais, estão numa situação privilegiada para poderem influenciar, positivamente, a restante sociedade civil relativamente à proteção do ambiente. Por outro lado, a integração de jovens nas Forças Armadas poderá, através de treino e educação ambiental dos mesmos, exercer um papel decisivo na formação de uma consciência ambiental dos cidadãos.

1.As Forças Armadas e a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional

A Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional, correspondente ao Despacho do Ministério da Defesa Nacional nº 6484/2011 (DR 2ª Série, nº 77, 19 de Abril de 2011), tem como finalidade definir as linhas de orientação, prioridades e objetivos para operacionalizar a estratégia a adotar pelo Ministério da Defesa Nacional em matéria de ambiente, tendo em consideração não só os resultados alcançados nos últimos 10 anos pela aplicação da política ambiental, mas também as diretrizes nacionais e internacionais de curto e médio prazos. Apresenta como princípios a atingir, no próximo decénio (figura 1):

- a *sustentabilidade*, consciente de que a sobrevivência ambiental depende da conservação e utilização racional dos recursos;

- a *prevenção e precaução*, considerando que as actividades das Forças Armadas são susceptíveis de originar impactes ambientais;

- o *aproveitamento racional dos recursos naturais*, consciente de que se deve minimizar a degradação ambiental, sobretudo dos recursos naturais não renováveis;

- a *transversalidade*, considerando que a política de ambiente da Defesa Nacional deve ser assumida em todas as actividades e organismos no âmbito do Ministério da Defesa Nacional.

Os objetivos estratégicos e operacionais a atingir nesta Diretiva estendem-se por quatro áreas de interesse tais como: gestão ambiental, gestão dos recursos naturais, alterações climáticas e educação ambiental (Quadro 1). Relativamente à gestão ambiental, existem seis objetivos estratégicos, dos quais se salientam: a integração de critérios ambientais nas fases de planeamento e execução dos processos inerentes ao ciclo de vida do armamento, sistemas e equipamentos, bem como projetos de investigação e desenvolvimento; inclusão de requisitos ambientais na valorização e conceção do património afeto à Defesa Nacional; integração de critérios ambientais nos processos de contratação para aquisição de bens e serviços; colaboração com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais de forma a consolidar esforços para a valorização do ambiente em todas as áreas da Defesa Nacional; promoção de uma cultura ambiental visando a transparência para a sociedade civil e, finalmente, a otimização da gestão dos resíduos que promovam a redução, reutilização e valorização dos mesmos.

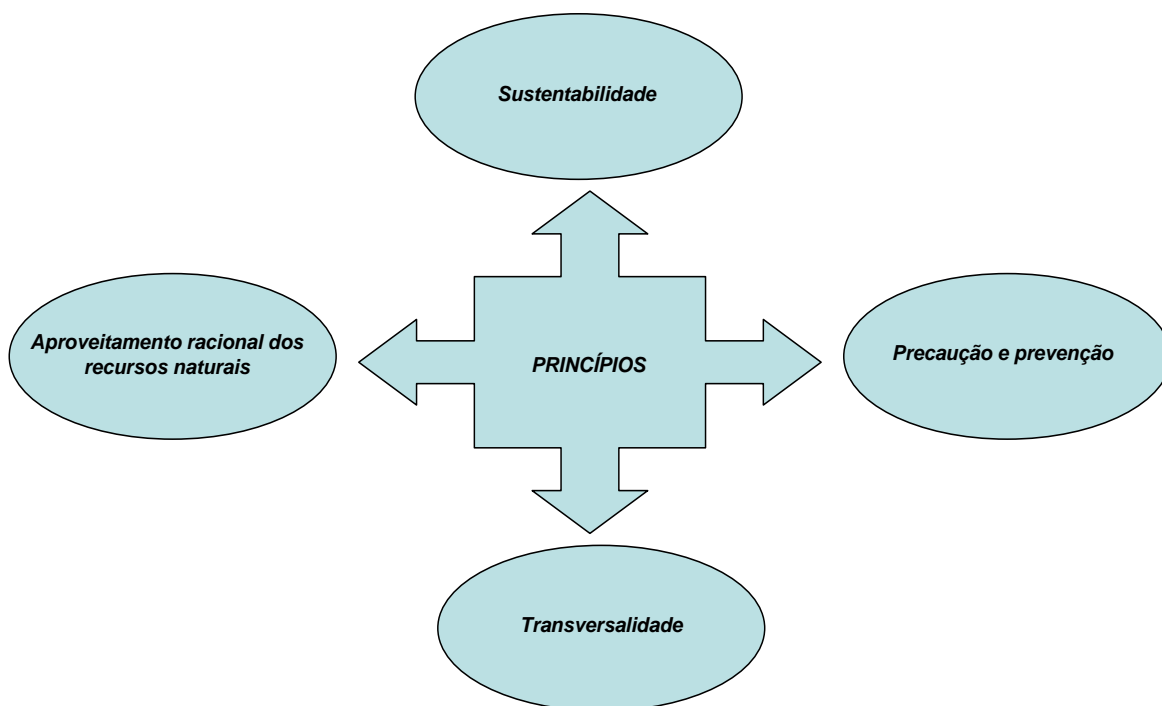


Fig. 1 – Princípios da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional
 Fonte: Despacho do Ministério da Defesa Nacional nº 6484/2011.

Quadro 1 – Número de objetivos estratégicos e operacionais nas áreas de interesse da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional

Áreas de interesse	Objectivos	
	Estratégicos	Operacionais
Gestão ambiental	6	15
Gestão dos recursos naturais	4	19
Alterações climáticas	2	3
Educação ambiental	1	3

Fonte: Directiva Ambiental para a Defesa Nacional (DR 2ª Série, nº 77, 19 de Abril de 2011).

Os objetivos estratégicos que se destacam para a gestão dos recursos naturais são: a contribuição para uma gestão eficiente da água, promovendo um uso sustentável dos recursos hídricos; a prevenção e minimização de todas as formas de poluição da água, solo e ar, evitando o uso de substâncias ou equipamentos prejudiciais ao ambiente; a contribuição para a

preservação e proteção das espécies e dos habitats e a promoção da utilização sustentável dos recursos ambientais através de uma melhoria contínua do desempenho ambiental das atividades da Defesa Nacional.

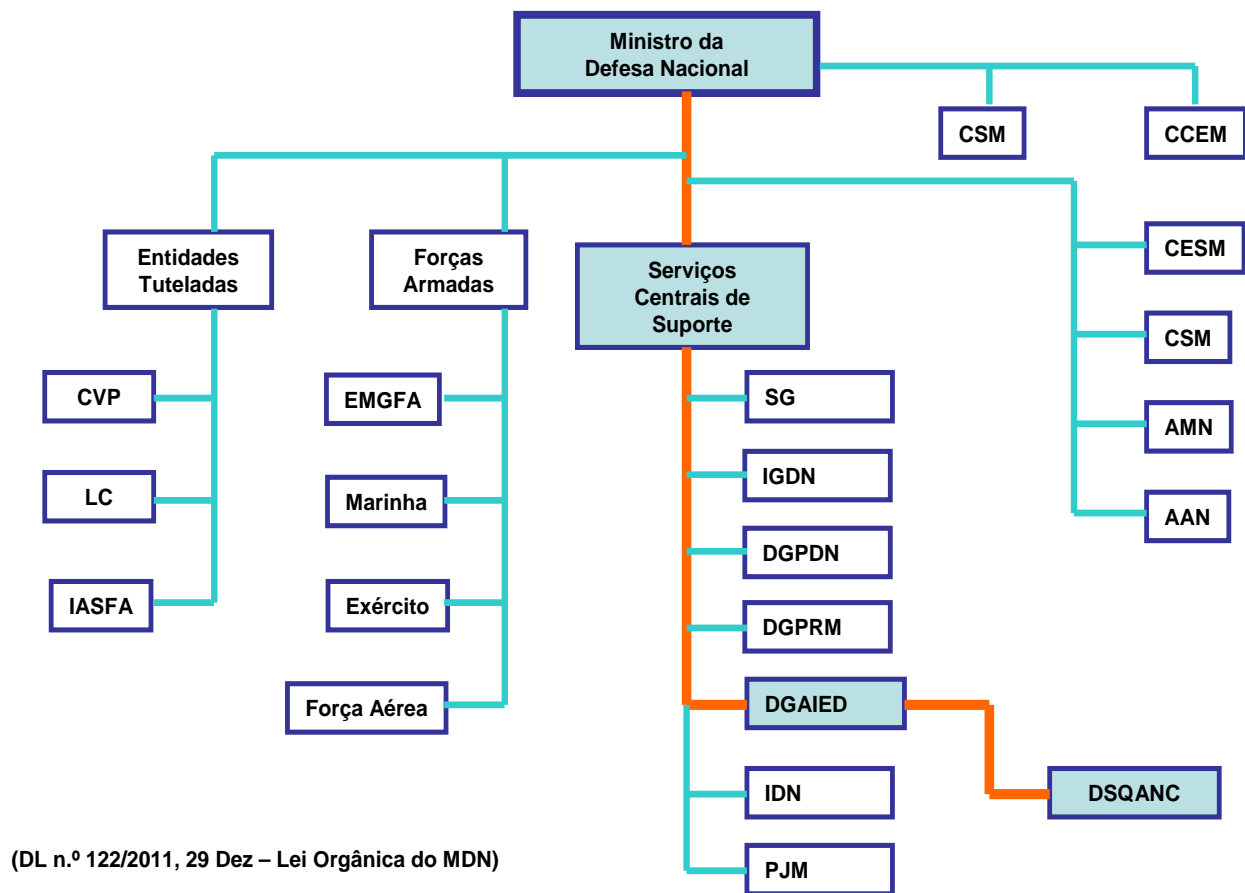
Apenas dois objetivos estratégicos se relacionam com as alterações climáticas: promover a mitigação e a adaptação às alterações climáticas, tendo como perspectiva uma economia de baixo carbono e promover a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa, implementando medidas de eficiência energética e o recurso às energias renováveis.

Já no que diz respeito à quarta área de interesse estratégico – educação ambiental, pretende-se, com esta Diretiva, garantir a educação para a sustentabilidade através de programas adequados de consciencialização e sensibilização.

Para que se atinjam todos estes objetivos estratégicos nestas quatro diferentes áreas de interesse da Diretiva, torna-se necessário a elaboração de um plano de ação ambiental, com objetivos de carácter operacional, onde se articulam ações, responsáveis e resultados. Tal persecução exige uma estreita e permanente coordenação entre os vários organismos tutelados pelo Ministério da Defesa Nacional.

O Ministério da Defesa Nacional, não foge à complexidade orgânica característica deste tipo de instituições governamentais (figura 2).

De entre toda esta complexidade, há que destacar a unidade orgânica que possui maior responsabilidade na proteção do Ambiente - a Direção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED). É sua missão conceber, propor, coordenar, executar e apoiar as atividades relativas ao armamento e equipamentos de defesa, e ao património e infraestruturas necessários ao cumprimento das missões da defesa nacional. A DGAIED estrutura-se em quatro unidades orgânicas nucleares: Direção de Serviços de Programação e Relações Externas; Direção de Serviços de Projetos, Indústria e Logística; Direção de Serviços de Infraestruturas e Património; Direção de Serviços de Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação. É nesta última unidade orgânica nuclear que, entre outras competências, se destacam a de elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente, coordenar e acompanhar a respetiva execução; propor, implementar e coordenar as atividades de carácter ambiental, de gestão da energia e dos recursos naturais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável; intervir, como órgão técnico no domínio do ambiente, nos processos relativos ao armamento, equipamento, infraestruturas e serviços de defesa e cooperar com os ramos das Forças Armadas na implementação e na manutenção de sistemas de gestão ambiental; promover e coordenar ações de sensibilização, de consciencialização, de formação e a difusão de informação no âmbito da qualidade, do ambiente e da catalogação.



DGAIED – Direcção Geral de Armamento e Infra-estruturas de Defesa

DSQANC – Direcção de Serviços de Qualidade Ambiental, Normalização e Catalogação

Fig. 2 – Estrutura orgânica do Ministério da Defesa Nacional

Nas suas disposições finais, a Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional determina à Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa (DGAIED):

- a constituição e regulamentação da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais (ECAA);
- a coordenação da implementação e registo no Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) das infra-estruturas de Defesa Nacional;
- a coordenação da elaboração e execução do Plano Sectorial de Baixo Carbono (PSBC);
- a coordenação e regulamentação do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética para as Forças Armadas;
- a coordenação e execução do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP);

- a elaboração do Plano de Acção Ambiental para a Defesa Nacional com contributos dos Serviços Centrais de Suporte (SCS), do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e dos três ramos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea);
- a apresentação de relatórios de sustentabilidade do Plano de Acção Ambiental para a Defesa Nacional, de dois em dois anos;
- dar continuidade aos projectos de cariz ambiental que estão em curso.

Estas determinações exigem uma coordenação permanente entre esta unidade orgânica (DGAIED) e os vários organismos do Ministério da Defesa, tais como: Serviços Centrais de Suporte (SCS); Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA); Estado-Maior da Armada (EMA); Estado-Maior do Exército (EME) e Estado-Maior da Força Aérea (EMFA) (tabela II).

2. Prémio Defesa Nacional e Ambiente

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente foi criado em 1993 por despacho conjunto do Ministério da Defesa e do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais à época. Este prémio foi criado tendo por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas, vincando assim as preocupações da Defesa pela preservação dos recursos naturais do país. Destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste a Portugal, para a melhoria da qualidade do ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, premeia-se a utilização eficiente dos recursos naturais, das boas práticas de gestão e ordenamento do território e a valorização e preservação do património natural, paisagístico e da biodiversidade. O vencedor é premiado com um bem útil ou apoio financeiro associado ao projeto premiado.

Os três ramos das Forças Armadas apresentaram até à atribuição do prémio referente a 2012 mais de oitenta e seis candidaturas. O Exército foi o ramo das Forças Armadas que mais candidaturas apresentou, com cerca de 50% do total.

A Estação Radar nº1 da Força Aérea Portuguesa foi a vencedora da edição 2012, tendo o prémio sido atribuído a 2 de Novembro de 2013 no Instituto de Defesa Nacional. Situada no Pico da Fóia, na serra de Monchique e a 902 metros de altitude (figura 3), esta Estação Radar tem por missão manter os sistemas de vigilância e deteção, comunicações e eletromecânicos em elevado estado de prontidão; zelar pela conservação das infraestruturas e tomar todas as medidas necessárias de forma a preservar o ambiente e o bem-estar da comunidade onde se insere. O projeto de candidatura da estação Radar nº 1 intitulado “Meio ambiente, preservando

o presente, garantindo o futuro”, consiste na implementação de um Sistema de Gestão Ambiental enquadrado na Política Ambiental da Força Aérea, e que tem como objetivo atingir a certificação externa, nos termos da norma portuguesa EN ISO 14001:2004.

Quadro 2 – Determinações da Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional e respetivos destinatários

Determinações	Destinatários
Criação da Estrutura Coordenadora de Assuntos Ambientais (ECCA)	DGAIED
Elabore um Plano de Acção Ambiental para a DN	DGAIED SCS EMGFA Ramos: EMA; EME; EMFA.
Registo no Eco-Management and Audit Scheme (EMAS) das infra-estruturas da DN	
Regulamentação e execução do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética, para as Forças Armadas; Execução do programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP)	
Implementação do Plano Sectorial de Baixo Carbono (PSBC)	

Fonte: Directiva Ambiental para a Defesa Nacional (DR 2ª Série, nº 77, 19 de Abril de 2011).



Fig. 3 – Estação Radar nº 1, no Pico da Fóia, Serra de Monchique, a 902 metros de altitude

3. O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM)

O Campo Militar de Santa Margarida (CMSM) foi criado a 24 de Novembro de 1952 e localiza-se em Santa Margarida da Coutada no concelho de Constância, distrito de Santarém (figura 4). Fica situado na margem sul do rio Tejo a uma distância de 130 km de Lisboa. É uma das maiores instalações militares da Europa e a maior instalação militar portuguesa em termos de guarnição (cerca de 4000 militares). Estende-se por uma área de cerca de 67 km² dos quais 35 km² são ocupados por quartelamentos. Destaca-se no CMSM a sua avenida principal com 2,7 km de comprimento (figura 5). Possui duas áreas bem diferenciadas: uma urbana, onde se concentram os edifícios (330) e serviços (agências bancárias; estação dos correios; centro de saúde; farmácia; cinema; zona escolar; infraestruturas desportivas e capela) e uma área de treino, destinada aos exercícios militares. Estes exercícios são, maioritariamente, práticas de tiro (4 carreiras de tiro de armas ligeiras; 1 carreira de tiro de carros de combate; 1 carreira de lançamento de granadas e 1 pista de combate), preparação de tropas para operações especiais e humanitárias, assim como atividades vinculadas ao serviço militar. O CMSM possui também uma pista de aviação e dois heliportos.

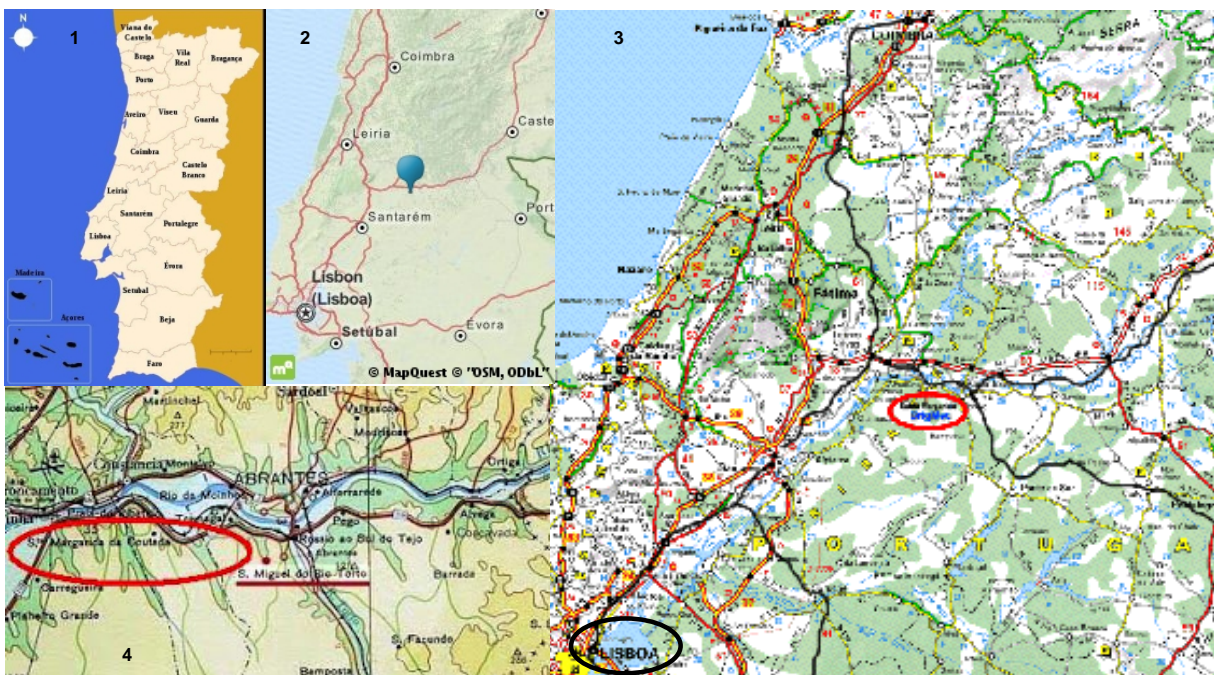


Fig. 4 – Localização do Campo Militar de Santa Margarida, em Santa Margarida da Coutada, no concelho de Constância, distrito de Santarém

O CMSM já recebeu, por três vezes, o Prémio Defesa Nacional e Ambiente, respetivamente, nos anos 1996, 1998 e 2003. O último prémio foi recebido pela aplicação de um Sistema de Gestão Ambiental, iniciado em 2001, que pretende promover a proteção ambiental e integrar a componente ecológica nas atividades militares. Foi este projeto que esteve na base da sua Certificação Ambiental, aprovada em 2004, de acordo com a Norma Portuguesa ISO 14001, atribuída pela APCER. O CMSM é um exemplo raro de boas práticas ambientais. Após os treinos militares, a lavagem dos carros de combate é já uma rotina em Santa Margarida. O campo tem 1500 viaturas, 800 das quais blindadas que são lavadas antes de entrarem no parque (figura 6).



Fig. 5 – Vista aérea do Campo Militar de Santa Margarida com a sua Avenida principal e aquartelamentos.

As águas residuais dessa lavagem são conduzidas por caleiras a um separador de hidrocarbonetos que as vai depositar, depois de limpas, numa conduta normal. Sem um sistema deste género, toneladas de óleos poderiam infiltrar-se no solo e poluir as águas subterrâneas. Em 2003, um ano antes da obtenção da sua Certificação Ambiental, o Campo produziu 42 toneladas de resíduos perigosos e quase metade de óleos e lubrificantes. As quantidades produzidas de resíduos perigosos, de óleos e lubrificantes têm vindo a diminuir (figura 7). Todos os resíduos perigosos ou não, são separados e encaminhados para reciclagem. A lixeira que existia no CMSM foi selada e acabaram também com as fossas sépticas. Os esgotos são

tratados numa Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). A legislação ambiental é cumprida rigorosamente.



Fig. 6 – Lavagem dos carros de combate após os treinos militares.



Fig. 7 – Sistema de tratamento de óleos. Visita de estudo do 1º Curso de Proteção Ambiental 2012 à Brigada Mecanizada no CMSM

Fonte: www.exercito.pt.

A defesa de um país passa também pela preservação dos seus recursos naturais. Por esse motivo, o CMSM, no seu perímetro de campo, faz a desmatagem e forma aceiros como prevenção dos fogos florestais. Uma outra preocupação é o combate às espécies florestais infestantes, tais como a acácia australiana, que constitui uma ameaça à biodiversidade. As preocupações ambientais estendem-se à conservação de espécies cinegéticas, existindo uma reserva de caça no interior do Campo, à plantação e limpeza das árvores (figura 8), em especial pinheiros e sobreiros, e ao tratamento das oliveiras cuja azeitona é colhida.



Fig. 8 – Plantação de árvores na “Semana do Ambiente 2010” no CMSM

Fonte: [www. exercito.pt](http://www.exercito.pt).

4. Considerações finais

O desenvolvimento da política ambiental da defesa, na última década, tem-se centrado em 3 eixos.

Um primeiro eixo polarizou preocupações ambientais associadas às actividades inerentes à componente logística das Forças Armadas, que foram sendo integradas, estruturadas e sistematizadas, de forma a minimizar o impacte ambiental decorrente da utilização dos equipamentos e das infra-estruturas.

O segundo eixo consubstanciou-se no nível operacional, mediante a integração de preocupações ambientais no planeamento e execução das missões das Forças Armadas.

Ao terceiro eixo, e com base na legislação estruturante da defesa nacional que atribui às Forças Armadas missões e responsabilidades em áreas relacionadas com a protecção do ambiente e dos recursos naturais, corresponde o desenvolvimento de uma componente de prevenção e fiscalização do ambiente, através da execução de missões específicas como, por exemplo, combate à poluição das águas marinhas (Plano Mar Limpo); apoio na vigilância, controlo e combate a incêndios florestais; participação em projectos de cooperação com a sociedade civil, no âmbito da conservação da natureza e da preservação da biodiversidade.

A defesa de um país também passa pela preservação dos seus recursos naturais. Como, adequadamente, se afirma “*sem ambiente não há guerra nem paz: não há futuro!*”

Bibliografia

Ministério da Defesa Nacional. Directiva Ambiental para a Defesa Nacional (DR 2ª Série, nº 77, 19 de Abril de 2011).

Sítios informáticos consultados

Exército Português, <http://www.exercito.pt>, consultado em 30.04.2013.

Ministério da Defesa Nacional, <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional.aspx>, consultado em 30.04.2013.

Defesa Nacional, <http://www.defesa.pt/Paginas/Inicio.aspx>, consultado em 08.05.2013.

Conceito Estratégico de Defesa Nacional, <http://www.idn.gov.pt/index.php>, consultado em 08.05.2013.

Brigada Mecanizada, <http://www.operacional.pt/brigada-mecanizada>, consultado em 08.05.2013

Agradecimento

A pesquisa apresentada neste trabalho foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia (Fundação para a Ciência e Tecnologia), como parte do Projeto "/ SADG / UI4084 / 2011 PEST-OE".

A GEOGRAFIA DA (IN)SEGURANÇA NUM MUNICÍPIO PORTUGUÊS DE MÉDIA DIMENSÃO

Sara Silva

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
sara.catarina.g@gmail.com

Paula Remoaldo

Departamento de Geografia
Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo

A criminalidade em meio urbano é um tema relevante para a população portuguesa, conduzindo a alterações mais ou menos significativas das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco sobre a problemática da criminalidade e sobre o sentimento de insegurança. Atualmente pode-se afirmar que a criminalidade pode ser atenuada ou inconscientemente potencializada, pela disposição da malha urbana. Tendo em consideração esta perspetiva, resolvemos investigar a atual situação do município de Guimarães face aos crimes de furto e roubo, tentando compreender de que modo estes comportamentos infratores influenciam as rotinas dos cidadãos. Para tal, aplicamos um inquérito a 200 residentes em Guimarães, tendo por base o tema da insegurança no município de Guimarães, onde, entre outras questões, foi aferido o seu sentimento de (in)segurança face ao município. O resultado do inquérito permite-nos concluir que a noção de aumento de criminalidade está patente na perceção dos cidadãos vimaranenses em relação aos últimos anos.

Palavras-chave: Guimarães, Crime, Roubo, Perceções.

Abstract

The criminality in the urban environment is a relevant theme to Portuguese population, leading to more or less significant alterations of their daily routines, in order to fill more secure. The municipality of Guimarães has been studied in various social and cultural domains, but very little is known about the problems of crime and of the feeling of insecurity. Currently it can be affirmed that the crime can be mitigated or be unconsciously potentiated by the urban grid.

Taking in consideration this perspective we decided to investigate the current situation of the municipality of Guimarães comparing crimes of burglary and theft, and trying to understand how the crime can influence the routines of citizens. To this end, we have applied, in 2013, 200 surveys to the population of the municipality of Guimarães. The surveys allowed us to conclude that the notion of crime increase is evident in the perception of vimaraneses citizens taking into account the more recent years.

Keywords: Guimarães, Crime, Burglary, Perceptions.

Introdução

A expansão das urbes acarreta inúmeros desafios e oportunidades para quem as gere e as habita. Na atualidade, um dos maiores desafios no planeamento urbano, a nível europeu e mundial, prende-se com a necessidade de proporcionar à população um espaço físico agradável para ser vivido e, para tal, vão sendo planeados modelos de cidades sustentáveis que garantam o equilíbrio físico e social. Este tipo de preocupação é transversal a todas as sociedades, independentemente do seu crescimento económico.

Nos últimos séculos, os “perigos” e “medos” associados às cidades foram sendo percecionados de forma distinta pelos indivíduos e à medida que a urbe ia crescendo e os “espaços predatórios”, aumentando os sentimentos de medo iam-se agudizando. O medo que existia em relação ao núcleo urbano da sociedade portuguesa oitocentista era distinto daquele gerado na época pré-moderna. O medo em relação à cidade oitocentista dizia respeito à associação da cidade à epidemia, passando pelas tragédias relacionadas com a ira divina. A partir do século XIX as populações consideram, *grosso modo*, a existência de elementos que despontam a configuração dos atuais perigos, como a existência de pessoas mendicantes a vaguear pelas ruas, a evidente ociosidade de grupos da população muitas vezes associada a meretrizes, arrumadores de carros ou delinquentes de rua (Fernandes e Rêgo, 2011).

A apropriação dos espaços urbanos e o olhar da população sobre os mesmos foi-se alterando ao longo dos anos contribuindo para a alteração dos sentimentos de pertença e para a existência de receio ou medo de os utilizar.

A criminalidade em meio urbano é um tema que tem preocupado a população portuguesa induzindo, em alguns casos, a mudança das suas rotinas diárias, de modo a sentir-se mais segura. O município de Guimarães (noroeste de Portugal Continental) tem sido estudado em vários domínios sociais e culturais, mas sabe-se muito pouco

sobre a problemática da criminalidade e o sentimento de insegurança em espaço urbano e, em especial, no casco histórico da cidade de Guimarães.

Com base nestes pressupostos, foi realizada uma investigação, no ano de 2013, tendo sido aplicado um questionário a 200 indivíduos residentes no município de Guimarães, de ambos os sexos, tentando cobrir todas as idades e os vários estatutos socioeconómicos. O objetivo do nosso inquérito prendeu-se com a perceção dos residentes em relação à problemática da criminalidade. A nossa amostra pretendia-se representativa da população vimaranense, mas admitimos a existência de uma margem de erro de 6,95% para um nível de confiança de 95%. Importa salientar que se trata da primeira vez que um estudo com este objetivo é realizado no município de Guimarães, apesar de existirem vários estudos realizados portugueses (e.g., Esteves, 1999) e internacionais (e.g., Jacobs, 1992; Newman, 1996; Crowe, 2000).

Os resultados revelam que são elevados os níveis de sentimento de segurança no município. Existe, no entanto, uma consciência coletiva de que a criminalidade nas ruas, nas residências, visando os veículos e as lojas tem vindo a aumentar desde 2009.

A área de residência é entendida como um espaço seguro independentemente do período do ano, da semana ou do dia. Os níveis de sentimento de segurança na área de residência são superiores a 70%.

O presente artigo está estruturado em quatro secções. Na primeira tecem-se algumas considerações sobre a influência da criminalidade no sentimento de insegurança, quer à escala internacional quer para Portugal. Seguidamente, tecem-se as principais considerações sobre a metodologia adotada e realiza-se uma breve caracterização da amostra recolhida. Na secção três apresentam-se e discutem-se os resultados mais relevantes. Nas conclusões esboçam-se as principais ilações a retirar do estudo realizado.

1.A influência da criminalidade no sentimento de insegurança

Durante as décadas de 60 e de 70 do século XX ocorreu um crescimento acelerado e pouco ordenado um pouco por todos os centros urbanos europeus. Em Portugal foram as cidades costeiras e, em especial, a cidade de Lisboa, que viram alterados os seus tecidos urbanos devido à afluência de um elevado volume populacional oriundo das localidades do interior do país, em busca de melhores salários e conseqüentemente de melhores condições de vida. O grande problema era

que as cidades não estavam preparadas para acolher tantos indivíduos, o que provocou o fenómeno da construção ilegal desenfreada nas periferias das cidades.

O crescimento desordenado do tecido urbano acarretou impactes diretos no modo de vida das populações associados ao aumento do consumo e ao crescimento económico. A evolução acelerada da economia europeia foi de igual modo acompanhada pelo aumento acentuado da criminalidade e violência, trazendo para o debate, por toda a Europa, o tema da insegurança.

No final da década de 70 do século XX, o tema da insegurança passou a gozar de uma importância central nos discursos políticos, nos órgãos de comunicação social e a ser discutida pelos cidadãos em geral (Esteves, 1999; Lourenço, 2010).

A partir da mesma década, a segurança das urbes passou a ser considerada como um dos vários *itens* a ter em consideração quando se pretende atingir um grau de satisfação social elevado. Segundo Esteves (1999: 11), a criminalidade “paralelamente às questões da degradação ambiental, do trânsito, da habitação, e outras, é um dos maiores problemas urbanos que urge combater e resolver”.

O crescente aumento da insegurança dentro das áreas urbanas tem sido um facto, sendo muitas das vezes apontado como uma consequência do desequilíbrio entre a procura de melhores condições de vida e a oferta de emprego, acesso à habitação, aos transportes, aos serviços de saúde, à educação, que são disponibilizados tanto pelo Estado como pelo patronato. A ausência de adesão às normas sociais e os sinais externos de abandono habitacional poderão dar origem a sentimentos como a insegurança e o descontentamento (Heitor, 2007; Fernandes e Rêgo, 2011).

Tal como é referido no Projeto Cíbele (2001-2002), desenvolvido pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (A.P.A.V.), as áreas de maior densidade populacional estão associadas a elevados índices de delitos, enquanto nos espaços rurais o número de delitos tende a ser mais baixo por existir nestes espaços um “controlo informal” por parte da população. Tal acontece por se conhecerem as rotinas dos vizinhos, conduzindo, de forma inconsciente, a uma vigilância dos bens da comunidade (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, 2002).

Os sentimentos associados aos espaços dependem da forma como são coabitados pelas populações. O aumento do investimento nas forças de segurança pública e de legislação, por si só, não têm constituído uma solução para este problema (Heitor, 2007). São vários os estudos internacionais que nas últimas décadas têm vindo a trabalhar o tema da insegurança (e.g., Jacobs, 1992; Newman, 1996; Crowe, 2000; Surette, 2007; Zauberman, 2010; Carnevalli e Endlich, 2011; Niklaus, 2012)

relacionando-a com a malha urbana, contribuindo de forma direta para os modelos práticos de segurança. Um dos exemplos é o de Timothy Crowe (2000) durante o período em que foi diretor do *American National Crime Prevention Institute* (N.C.P.I.) e em que desenvolveu um programa de formação em *Crime Prevention Through Environmental Design* (C.P.T.E.D.), para as forças de segurança americanas.

Em Portugal, as Políticas Públicas de Segurança em geral e de Policiamento de Proximidade em particular, desenvolvidas em parceria em alguns casos com o Poder Local, têm em vista a minimização do sentimento de insegurança. Os Contratos Locais de Segurança, desenvolvidos desde 2008, são exemplo da preocupação com a segurança e o bem-estar da população com sugestão de diretrizes de organização, ocupação e construção do território (Machado e Neves, 2011).

A implementação, na prática, das ideias teorizadas pelos mais variados autores está a ser efetuada por várias instituições e países, como são exemplo a *European Designing Out Crime Association* do Reino Unido, a *CPTED Netherlands*, o *International CPTED Association* e o *Design Center for CPTED* do Canadá, entre vários exemplos que poderiam ser enunciados (Machado e Neves, 2011).

Partilhamos da opinião de Vítor Campos (2012), Diretor-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, quando refere que a questão da segurança não se pode reduzir à dimensão policial. A segurança das populações advém do equilíbrio entre as relações sociais e o meio físico onde se deslocam e residem. Sendo intrínseca a relação entre o Homem e o espaço físico, a disposição da malha urbana surge nesta relação como um mediador de comportamentos. Na existência de espaços planeados de forma pensada a caucionar o equilíbrio das relações sociais, o sentimento de insegurança acaba por ser amenizado, bem como o número efetivo de crimes de rua (Machado e Neves, 2011).

Mas, para além dos factos precedentemente relatados, a segurança ou a insegurança de um espaço não depende apenas do planeamento do mobiliário urbano ou da forma como os edifícios estão dispostos em relação às praças ou jardins públicos e/ou privados. As imagens mentais que vão sendo criadas sobre determinado quadrante do espaço físico podem ser determinantes, como é o exemplo das cidades que estão quase sempre associadas à criminalidade (Sá, 2000). No entanto, a realidade percebida pode não corresponder ao número real de crimes ocorridos (Esteves, 1999).

2. Metodologia adotada e breve caracterização da amostra

2.1. Técnica usada e sua aplicação

Com base nestes pressupostos, foi realizada uma investigação, de carácter quantitativo e exploratório, no ano de 2013, tendo sido aplicado um inquérito por entrevista diretiva ou estandardizada a 200 indivíduos residentes no município de Guimarães (noroeste de Portugal continental). O objetivo principal do nosso inquérito prendeu-se com a perceção dos residentes em relação à problemática da criminalidade, centrando-nos nos crimes de furto e de roubo, que se inserem no grupo dos crimes contra a propriedade, que encerram um maior número de registos.

Importa salientar que o crime de furto distingue-se do de roubo pela ausência de: violência contra a vítima; ameaça sobre a vítima, causando-lhe perigo iminente de vida ou pondo em causa a sua integridade; colocação da vítima na impossibilidade de resistência (Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013).

Tentou-se que a amostra fosse representativa da população vimaranense, usando uma margem de erro de 6,95% para um nível de confiança de 95%. O cálculo do intervalo de confiança foi realizado a partir do número de residentes (158.048 habitantes), determinado pelo último Recenseamento Geral da População realizado em 2011 (I.N.E., 2012).

O inquérito foi aplicado em sete farmácias localizadas em diferentes freguesias do município de Guimarães, entre os dias 27 de julho e 9 de agosto de 2013, tendo demorado, em média, 5 minutos a sua aplicação. Foram abordados 331 indivíduos correspondendo a uma taxa de recusas de 40%. A aplicação dos inquéritos cobriu 46 freguesias das 69 (designação administrativa anterior à agregação das freguesias) do município de Guimarães: Farmácia Monteiro (freguesia de Caldelas), Farmácia Horus e Farmácia Barbosa (freguesia de São Paio), Farmácia Luísa Vasconcelos (freguesia de Lordelo), Farmácia São Torcato (São Torcato), Farmácia Castilho e Farmácia Confiança (freguesia de São Jorge de Selho). Foram escolhidas estas farmácias tendo em conta a área de intervenção dos postos e esquadras das forças de segurança, tendo como objetivo alcançar o maior número de indivíduos residentes no município de Guimarães.

Segundo Ribeiro (2012), a aplicação de inquéritos à população nas farmácias acarreta uma oportunidade de alcançar todas as classes etárias e socioeconómicas, bem como possibilita, mais facilmente, o alcance de todos os munícipes, visto tratar-se

de um serviço essencial para quem quer aviar uma receita médica ou para quem pretende adquirir algum fármaco.

Foi aplicado um pré-teste na Farmácia Monteiro, no dia 23 de julho de 2013, entre as 15h e as 18h, a um grupo de 10 utentes da farmácia, tendo-nos deparado com o facto de a maioria dos inquiridos não saber distinguir o crime de furto do crime de roubo, englobando em muitos casos os crimes de furto na categoria dos de roubo. Depois de se procederem a alguns ajustes no questionário, este foi aplicado a 200 indivíduos.

O questionário dividia-se em 5 grupos. O primeiro preocupou-se com a identificação do inquirido, enquanto o segundo se centrou nos inquiridos que foram vítimas de furto ou roubo. O terceiro grupo estava relacionado com a perceção dos inquiridos da evolução da criminalidade desde 2009 até à atualidade. O quarto grupo pretendia-se com a opinião do inquirido sobre a segurança na sua área de residência e, por fim, o quinto grupo pretendeu que o inquirido classificasse a atuação das forças de segurança.

2.2. Breve caracterização da amostra

Para a obtenção de 200 inquéritos válidos abordámos um total de 331 indivíduos. De entre as respostas válidas, obtivemos 39,5% (n=79) de homens e 60,5% (n=121) de mulheres (Quadro 1). O desequilíbrio em termos de sexo deriva do facto de as mulheres terem mostrado mais disponibilidade e interesse em responder ao inquérito, enquanto os homens revelaram ser mais reticentes e pouco recetivos à resposta ao mesmo, afirmando em muitos casos que “Guimarães é seguro, não existem grandes problemas e eu sinto-me seguro”.

Este tipo de postura foi recorrente entre os indivíduos abordados até aos 59 anos do sexo masculino, mostrando alguma resistência à participação no inquérito. Segundo Peixoto (2012: 130/131), “A socialização continua a condicionar significativamente os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres. (...) Dentro do conceito de masculinidade ao nível das representações sociais, o homem não pode ter medo visto que o medo faz parte dos fracos”. Esta pode ser considerada uma explicação para a ocorrência mencionada.

O Psicoterapeuta Abílio Monteiro afirma que de um modo geral os comportamentos dos indivíduos são moldados pela educação que recebem. ‘Um homem não chora’ e é um dos exemplos de condicionalismo psicológico exercido em

especial sobre os rapazes, limitando a livre expressão dos sentimentos e de futuros comportamentos (Guerreiro, 2003).

Quadro 1 - Características dos inquiridos

	Nº	%		Nº	%
Sexo			Nível de instrução		
Masculino	79	39,5%	Não sabe ler nem escrever	1	0,5
Feminino	121	60,5%	1º ciclo do ensino básico	58	29,0
			2º e 3º ciclos do ensino básico	42	21,0
Idade	Nº	%			
15-19	7	3,5			
20-24	22	11,0			
25-29	15	7,5			
30-34	11	5,5			
35-39	24	12,0			
40-44	16	8,0			
45-49	13	6,5			
50-54	19	9,5			
55-59	18	9,0			
60-64	16	8,0			
65-69	15	7,5			
70-74	9	4,5			
75 ou mais anos	15	7,5			

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Em termos globais, não se destaca um grupo etário no grupo dos inquiridos, em virtude da disponibilidade de tempo que existia por parte do utente enquanto aguardava pela vez para aviar a sua receita (Quadro 1). Na maioria dos casos, a receptividade para a aplicação do inquérito foi boa. Ultrapassada a resistência da abordagem inicial manifestada pelos homens, os inquiridos mostravam preocupação com a problemática, acabando por nos transmitir as suas perceções e experiências de vida.

É de destacar a existência de 15 inquiridos (7,5%) com “75 ou mais anos”, em que dois dos inquéritos foram respondidos por pessoas de 80 anos, outros dois por pessoas com 82 anos, e a idade mais avançada correspondeu a 2 pessoas de 83 anos, mas que ainda revelavam lucidez e autonomia. No caso do nível de instrução, só um inquirido não sabia ler nem escrever (0,5%) e os restantes inquiridos distribuíram-se de modo mais ou menos equilibrado (Quadro 1).

Uma das condições para responder ao inquérito foi ser residente no município de Guimarães. Foi possível inquirir indivíduos residentes em 46 freguesias, sobretudo de perfil urbano ou de transição, em termos morfofuncionais, o que demonstra que o inquérito aplicado conseguiu abranger mais de metade das freguesias que compunham o município.

3.A percepção dos vimaranenses sobre o crime contra a propriedade

3.1. Identificação dos inquiridos vítimas de roubo e/ou furto

A percentagem de indivíduos que já foram vítimas foi calculada a partir do número de respostas positivas à pergunta “Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou roubo?”, obtendo-se 25% (n=50) de inquiridos que já tinham sido vítimas de roubo e/ou furto. A percentagem de vimaranenses vítimas é superior à da região do Minho, obtida através no *Inquérito à Propensão para a Vitimização* de Peixoto (2012). O inquérito de vitimização, realizado entre 2005 e 2009, incidia sobre quatro regiões, sendo que os Açores foi a região com maior percentagem de vítimas, com 22,5% (n=1.310), seguida pela Beira Interior, com 20% (n=1.600), pelo Minho, com 18,1% (n=1.610) e pelo Douro Litoral, com 14% (n=1.610).

Do grupo de 50 inquiridos que já tinham sido vítimas, a maior parte da vitimização ocorreu uma vez ao longo da sua vida, com a identificação de 39 indivíduos (Quadro 2). Dos restantes 11 inquiridos em que a vitimização foi superior a uma vez, quatro responderam terem sido vítimas 2 vezes, dois inquiridos foram vítimas 3 vezes, e cinco responderam que foram vítimas mais de 3 vezes.

Quadro 2 - Número de indivíduos que responderam "sim" à pergunta "Já alguma vez na sua vida foi vítima de furto ou de roubo?"

	1 vez	2 vezes	3 vezes	Mais de 3 vezes	Total
Furto	31	2	2	3	38
Roubo	8	-	-	1	9
Roubo/Furto	-	2	-	1	3
Total	39	4	2	5	50

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

É também possível identificar a existência de três indivíduos que nos responderam terem sido vítimas tanto de roubo como de furto, ocorrendo a duas vítimas terem sido furtadas e outra vez roubadas. No caso da terceira vítima,

contabiliza-se a existência de três registos de furtos e de roubos, o que perfaz um total de seis crimes exercidos sobre a vítima ao longo da sua vida.

Individualizando a informação de forma a tornar mais fácil a leitura dos dados, há 41 indivíduos que foram vítimas do crime de furto e 12 que foram vítimas do crime de roubo (independentemente dos casos em que as vítimas já sofreram dos dois tipos de crime).

Quanto ao sexo dos inquiridos que já foram vítimas de roubo e/ou furto, de entre os 50 inquiridos, 62% são mulheres (n=31) e 38% (n=19) são homens. Em todos os casos de furtos, roubos ou das duas situações, o número de mulheres vítimas é superior ao número de homens (Quadro 3).

O maior número de mulheres vítimas pode suceder devido a dois motivos: o primeiro e mais evidente, é o menor número de homens inquiridos (60,5% mulheres e 39,5% homens). A segunda hipótese e talvez a mais plausível, prende-se com a maior vulnerabilidade física das mulheres, podendo facilitar a existência de um maior número de furtos e roubos exercidos sobre elas. Além de usarem objetos mais visíveis e fáceis de roubar, como é o caso da mala/carteira. Os delinquentes são na sua maioria homens entre os 20 e os 30 anos de idade, que usam da sua força e agilidade para intimidar a vítima (Giddens, 2008).

Quadro 3 - Identificação por sexo das vítimas de roubo e/ou furto

			Número de vezes que foi vítima				Total
			1	2	3	+ 3	
Fem.	Tipo de crime	Furto	20	1	-	1	22
		Roubo	6	0	-	1	7
		Roubo/Furto	0	1	-	1	2
	Total		26	2	-	3	31
Masc.	Tipo de crime	Furto	11	1	2	2	16
		Roubo	2	0	0	0	2
		Roubo/Furto	0	1	0	0	1
	Total		13	2	2	2	19

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

No caso dos 12 inquiridos que responderam que já foram vítimas de roubo, à pergunta “O que lhe foi roubado?”, em nove situações de roubo referenciaram a carteira/mala/documentos, em três foi-lhes roubado dinheiro e os restantes dez roubos relacionaram-se com a subtração de bens pessoais (ouro, relógio, etc.).

À pergunta “Quando ocorreu?”, constatou-se que 12 roubos ocorreram durante o dia e dez durante o período da noite. Também era pedido para identificarem o mês e o

dia da semana do roubo. Mas em 15 casos os inquiridos não conseguiram identificar o mês nem o dia da semana da ocorrência do crime.

Na pergunta “Sofreu ameaça de alguma arma?”, apenas um inquirido respondeu que sim, sendo utilizada para a coação uma arma de fogo. Quando se inquiriu se “Sofreu algum tipo de agressão?”, a maioria respondeu que não (n=8). Os que responderam ‘sim’, uma das vítimas indicou a existência de agressão verbal por parte do delinquente, e as outras 3 vítimas indicaram a existência de agressão física. De entre os 12 inquiridos/vítimas de roubo, apenas dois afirmaram ter reconhecido ou já terem visto o delinquente antes do crime de roubo.

À última pergunta relacionada com o crime de roubo, “Informou as autoridades?”, a maioria respondeu que sim (n=10). Os que disseram ‘não’, responderam que não o fizeram porque, num dos casos, “o incidente não teve importância” e, no outro, a vítima respondeu que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

Dos que responderam que ‘sim’, existe o relato de uma senhora de 72 anos, residente em Selho (São Cristóvão), que mostrou uma postura interessante. Perante o facto de ter sido roubada, ela dirigiu-se de imediato ao padre da freguesia, reproduzindo, no presente artigo, a sua narrativa: “eu mal senti os rapazes da mota a roubarem-me a carteira, fui logo ao senhor padre falar com ele a explicar o que aconteceu. Depois, quando estava a vir embora é que vi a G.N.R. a passar na estrada em frente à igreja e aí chamei-os (...) mas eles mandaram-me ir ao posto apresentar queixa”. A partir desta narrativa, constata-se que o padre é a referência primária e só depois a G.N.R.. Este tipo de postura pode ser uma das explicações para a existência de muitos dos furtos/roubos não serem declarados às forças de segurança. Se a população, em especial a localizada em lugares em que o sacerdote exerce grande influência sobre os residentes/paroquianos, reporta os crimes ao padre, pode existir um número mais ou menos significativo de casos de crimes que não vai além do conhecimento da esfera da comunidade.

Das 41 vítimas de furto, foi identificada a existência de 64 furtos, sendo que 20 ocorreram durante o dia e 36 durante a noite. Para as restantes oito não foi identificado, por parte do inquirido, o período do dia em que aconteceu. Na maioria dos casos (53 furtos), não foi feita a identificação do dia da semana bem como do mês da ocorrência do crime, devido à situação reportar-se há muitos meses ou mesmo anos atrás. No entanto, foi possível identificar a quinta-feira e o sábado.

Dezoito vítimas afirmaram desconfiar da identidade do delinquente, em detrimento de 23 que não desconfiaram de alguém. À pergunta “Informou as autoridades?”, na maioria dos casos as vítimas responderam que sim. Das nove vítimas que não informaram as autoridades, seis referiram que o “incidente não teve

importância”, duas que “as forças de segurança não podiam fazer nada” e uma vítima afirmou que “apresentar queixa obriga a despesas e maçadas”.

A motivação para a apresentação de queixa altera-se consoante a gravidade que a vítima atribui ao ato. Os que não apresentaram queixa porque consideraram o incidente sem importância, não sentiram vontade de reaver o objeto furtado ou necessidade de ajuda. A falta do sentimento de dever cívico de denúncia provoca a existência da discrepância de resultados entre a criminalidade real e a participada às autoridades (Lourenço e Lisboa, 1998).

3.2.Perceção dos inquiridos face à criminalidade no município de Guimarães

A terceira parte do questionário dizia respeito à perceção ou opinião dos inquiridos face à criminalidade (furtos/roubos) no município de Guimarães.

Perante a pergunta “Como pensa que têm evoluído os crimes de furto/roubo, nas ruas, a residências, a veículos e nas lojas desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães?”, dentro dos cinco níveis da escala de Likert usados, a maioria dos inquiridos respondeu que “aumentaram muito” ou “aumentaram ligeiramente” (Quadro 4). No caso dos furtos ou roubos nas ruas aos transeuntes, 39,5% dos inquiridos respondeu que “aumentaram ligeiramente”, seguindo-se 29,5% que respondeu que os crimes “aumentaram muito”. No caso dos furtos/roubos em residências, dos 200 inquiridos, 140 acreditam que os crimes aumentaram desde 2009, o que significa que 70% dos inquiridos acreditam num agravamento da criminalidade exercida sobre as residências, e no grupo destes 32,5% acredita que os furtos e roubos “aumentaram muito”.

Segundo 71% dos inquiridos, os crimes de furto/roubo a veículos aumentaram desde 2009 e, dentro destes, 31% acredita que os furtos/roubos exercidos sobre veículos “aumentaram muito”. Quando se referem aos crimes de furto/roubos exercidos em lojas, 68% dos inquiridos acredita num aumento deste tipo de crime desde 2009, contra apenas 1,5% que acredita terem diminuído os crimes em lojas.

De um modo geral, a maioria dos inquiridos acredita num aumento da criminalidade desde 2009 até à atualidade no município de Guimarães. No entanto, quando são questionados sobre a sua opinião em relação à segurança no município, a maioria dos inquiridos responde que este é “seguro” ou “pouco perigoso” (Quadro 5).

Quadro 4 - Perceção dos inquiridos sobre a evolução dos crimes de furto e roubo desde 2009 até agora no município de Guimarães nas ruas, residências, veículos e lojas

	Aumentaram muito		Aumentaram ligeiramente		Estabilizaram		Diminuíram		Diminuíram muito		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ruas	59	29,5	79	39,5	38	19	4	2	-	-	20	10
Residências	65	32,5	75	37,5	37	18,5	5	2,5	-	-	18	9
Veículos	62	31	80	40	36	18	4	2	-	-	18	9
Lojas	60	30	76	38	39	19,5	3	1,5	-	-	22	11

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

indivíduos questionados que sofreram de vitimização apresentam níveis de sentimento de segurança superiores aos que não foram vítimas. A justificação da 'desvalorização' do risco por parte das vítimas poderá dever-se ao facto de estarem conscientes que existe o risco de serem furtadas e roubadas, mas, apesar disso, sentem-se seguras no município. No caso dos que não sofreram qualquer tipo de vitimização têm o sentimento de angústia e incerteza mais agudizado, o que os leva a ter um maior receio (Quadro 5).

Quadro 5 - Sentimento de segurança face ao município dos indivíduos que já foram vítimas e dos que não foram

	Seguro	
	Vítimas %	Não Vítimas %
Dia	64%	57%
Noite	38%	34%
Semana	48%	45%
Fim de semana	42%	41%
No inverno	44%	39%
No verão	48%	46%

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Em 59% dos casos os inquiridos afirmaram sentir-se seguros de dia e apenas 35% assegurou sentir-se seguro de noite. A existência de 29% a afirmar que o município não é um espaço totalmente seguro à noite, bem como 24% referir tratar-se de um espaço perigoso conduz a um certo receio relativamente ao período da 'noite' (Quadro 6).

Os autores Rêgo e Fernandes (2011) afirmam que o período do dia mais temido pelos indivíduos é efetivamente o noturno mas os registos comprovam que é durante este período que ocorrem menos delitos (salvo os crimes contra edifícios comerciais ou industriais). A maioria dos furtos tem o seu pico durante o período do dia, como é o caso do furto em

residência, do furto praticado por carteirista e do furto de oportunidade. O receio à noite deve-se, segundo Painter (1992: 185 citado por Esteves, 1999: 50) “às estruturas ambientais e espaciais e o significado a elas associado altera-se à noite. A escuridão modifica fisicamente o espaço”.

Quadro 6 - Opinião dos inquiridos sobre a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana ao fim de semana, no inverno e no verão

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	8	4	24	12	46	23	118	59	-	-	4	2
Noite	15	7,5	48	24	58	29	70	35	-	-	9	4,5
Semana	12	6	36	18	57	28,5	91	45,5	-	-	4	2
Fim de semana	11	5,5	43	21,5	58	29	82	41	-	-	6	3
No inverno	11	5,5	51	25,5	53	26,5	81	40,5	-	-	4	2
No verão	12	6	36	18	55	27,5	93	46,5	-	-	4	2

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Não só o período noturno altera a perceção de segurança, como também o que ouvimos, lemos e vemos altera a nossa postura, de tal forma que a maioria dos inquiridos optou por um nível intermédio perante a pergunta “Como pensa que tem evoluído a segurança do município de Guimarães, durante o período do dia, da noite, à semana, ao fim de semana, no inverno e no verão?”. Mencionaram que não sentem qualquer problema em circular no município, mas revelaram ser cautelosos nas respostas preferindo a opção “pouco perigoso” em detrimento da opção “seguro”.

Devido aos muitos casos de crimes difundidos pelos órgãos de comunicação social local, bem como a opinião/experiências de familiares e amigos, os inquiridos foram mais prudentes nas respostas ou até mais pessimistas. Os vimaranenses inquiridos, na maioria dos casos, acreditam que a criminalidade no município tem vindo a aumentar, mas esta não afeta o seu sentimento de segurança ao circular pelo município.

A tendência dos inquiridos para opinar de forma negativa é justificada com acontecimentos ou notícias que ouviram ser relatados por terceiros. A comunicação social, quer ela seja local ou regional, influencia a imparcialidade na forma como difunde a informação (em especial a relacionada com crimes). Alia à “verdade dos acontecimentos” a sua perspetiva, que em alguns casos é de condenação da conduta ou crítica de determinado ato, desencadeando esta postura a formação de um sentimento de receio por

parte de quem ouve, lê ou vê este tipo de informação (Esteves, 1999; Medina, 2003; Giddens, 2008; Fernandes *et al.*, 2012; Oliveira *et al.*, 2012).

Quanto à pergunta “Na sua opinião quais as freguesias do município de Guimarães que considera mais perigosas para circular a pé ou de carro de noite ou de dia?”, 73,5% dos inquiridos respondeu que circula a pé de noite ou de dia pelo município sem evitar espaços/locais ou até mesmo freguesias. Dos 26,5% dos inquiridos que consideram algum local/espço/freguesia perigosos para circular de dia a pé, 18% não identificou nenhum local em concreto, apenas referindo que tinham receio dos locais pouco movimentados.

O receio de circular de dia é maior entre as mulheres pois, das 121 que responderam aos inquéritos, 38 (31,4%) consideram alguns espaços perigosos para circular. Dos 79 homens que responderam, apenas 14 (17,7%) evitam ou têm receio de circular em determinados locais, espaços ou freguesias.

Dos 26,5% que receiam circular a pé à noite, 17,5% evitam circular em locais pouco movimentados e/ou sem iluminação, e 2% evitam passar pelas freguesias pertencentes à cidade de Guimarães. O receio entre as mulheres prevalece superior, com 32,2% a evitar algum espaço, enquanto entre a amostra masculina apenas 17,7% afirma o mesmo.

Nos resultados obtidos após aplicação de um inquérito à população lisboeta, Esteves (1999), concluiu que as mulheres revelam um maior receio em relação à cidade. No entanto, se o ambiente onde o inquirido vive for associado à criminalidade, a sua imagem da insegurança será agravada. Segundo Giddens (2008: 226), “As áreas que sofrem maior privação material atingem geralmente elevados níveis de crime. (...) as minorias étnicas estarem desproporcionalmente concentradas em áreas do centro urbano parece ser um fator significativo do número elevado de vítimas no seu seio”.

A freguesia de Creixomil, no município de Guimarães, foi assinalada como sendo das mais perigosas para circular de dia e de noite a pé. O receio dos inquiridos deve-se, em especial, ao bairro social lá localizado, que está associado à degradação social, à pobreza e, especialmente, às minorias étnicas que lá residem.

Os bairros sociais periféricos às cidades são, de um modo geral, “zonas apontadas pelo rumor securizante como ‘hipermercados das drogas’, ‘bolsas de crime’, ‘sítios de marginalidade’” (Fernandes, 2004: 101). Segundo o que podemos verificar na Rua Associação Artística Vimaranesa – onde se localiza uma parte do bairro social – esta espelha os receios da população inquirida. É visível a degradação do espaço. Durante a noite alguns elementos da comunidade cigana estão acantonados no parque de estacionamento, existem carros em evidente estado de abandono, os edifícios encontram-se degradados e as árvores existentes provocam, durante o período noturno, muita escuridão na área, em especial junto dos passeios.

No caso da circulação de carro à noite, 96,5% afirma fazê-lo pelo município sem qualquer receio e 97,5% considera não existir nenhum espaço perigoso para circular de carro de dia. A esmagadora maioria dos inquiridos afirma não ter receio de circular à noite ou de dia de carro pelo município por considerar que o facto de estar dentro do veículo é seguro. A circulação feita no interior do carro garante uma maior proteção, em especial face aos crimes de *carjacking* (Esteves, 1999).

3.3. Perceção do sentimento de segurança dos inquiridos face à sua área de residência

A maioria dos inquiridos apesar de considerarem que a criminalidade tem vindo a aumentar desde 2009, sente-se seguro tanto a circular no município como na sua área de residência.

De um modo geral, 80% dos inquiridos sentem-se seguros na sua área de residência durante o dia, sendo que, destes, 71% afirmam apenas se sentirem “seguros” *versus* 1,5% que afirmam sentirem-se “muito seguros”. Em relação ao período da noite, 73% dos inquiridos afirmam sentirem-se seguros na sua área de residência e, destes, 1,5% afirmam sentir-se “muito seguros”. No inquérito de vitimização concretizado em 1994 (a nível nacional), 69% dos inquiridos afirmaram sentir-se seguros na sua área de residência à noite. Dentro da região Norte 71% afirmaram sentir-se seguros, em detrimento de 29% que se sentiam inseguros (Almeida e Alão, 1996).

O Quadro 7 revela-nos a existência de um sentimento de segurança por parte da maioria dos indivíduos face à sua área de residência, demonstrando que, apesar de a criminalidade ter vindo a aumentar, o fenómeno não afeta visivelmente a rotina ou hábitos dos indivíduos.

Os relatos do sentimento de segurança dos vimaranenses face à área de residência vão de encontro aos resultados dos estudos obtidos pelos inquéritos de vitimização realizados em 1994 (Almeida e Alão, 1996), aos inquéritos aplicados aos lisboetas por Esteves (1999) e também aos resultados obtidos pelos inquéritos aplicados por Peixoto (2012) às regiões dos Açores, da Beira Interior, do Douro Litoral e do Minho. Os autores são unânimes em afirmarem que a maioria dos inquiridos se sente seguro na sua área de residência.

Em muitos casos, obtivemos narrativas dos inquiridos afirmando que “apesar da ladroagem que existe por aí, eu em casa fecho bem as portas e não há problema de me roubarem”. O facto é que, do mesmo modo que os carros são vistos/sentidos como escudos protetores dos assaltos, também as residências são encaradas como tal.

Quadro 7 - Classificação por parte dos inquiridos da sua área de residência no que concerne à segurança

	Muito perigoso		Perigoso		Pouco perigoso		Seguro		Muito seguro		n.s./n.r.	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dia	2	1	9	4,5	29	14,5	157	78,5	3	1,5	-	-
Noite	6	3	10	5	38	19	142	71	3	1,5	1	0,5
Semana	2	1	10	5	35	17,5	150	75	3	1,5	-	-
Fim de semana	4	2	11	5,5	34	17	148	74	3	1,5	-	-
No inverno	4	2	12	6	35	17,5	146	73	3	1,5	-	-
No verão	2	1	11	5,5	37	18,5	147	73,5	3	1,5	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Outro facto comprovado através dos relatos dos inquiridos é a entreeajuda por parte da vizinhança. Parte dos inquiridos, e em especial os da classe etária superior aos 64 anos, afirmam que se sentem seguros porque sabem que podem contar com os vizinhos para tomarem conta deles. Os laços de vizinhança promovem a existência de uma vigilância natural ativa influenciando a criação de um bem-estar e conforto para a comunidade daquela rua ou local.

3.4.Opinião dos inquiridos face à criminalidade bem como à sua prevenção

Na última parte do questionário deu-se a oportunidade ao inquirido de exprimir a sua opinião sobre o problema da criminalidade no município de Guimarães, bem como avaliar o trabalho das forças policiais.

À pergunta “Pensa que a criminalidade no município de Guimarães é um problema?”, 39% dos inquiridos respondeu que a criminalidade se trata de um problema “grave”, e 32,5% considera tratar-se de um problema “cada vez mais grave” (Quadro 8).

Apesar do sentimento de segurança declarado anteriormente, apenas 13% dos inquiridos considerou que a criminalidade tem “pouca importância” e 1,5% defendeu a criminalidade como um fenómeno “sem importância”. Quando os inquiridos são confrontados com a pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?”, 47% dos inquiridos considerou tratar-se de um trabalho “razoável” e 30,5% mencionou ser um “bom” trabalho (Quadro 9).

Com a última questão do questionário foram levantadas por parte de alguns inquiridos acusações à justiça portuguesa, em especial ao trabalho dos magistrados. Uma senhora de

43 anos, residente na freguesia de Caldelas (freguesia urbana), perante a pergunta “Como classifica a atuação e o trabalho das forças policiais na prevenção e no combate ao crime no município?” respondeu-nos que “os Juizes são os principais culpados. A G.N.R., ‘coitados’, prende os gatunos e no tribunal os Juizes mandam-nos embora. O mais certo é que os gatunos voltem a roubar! Os rapazes novos não têm dinheiro e têm de se virar para algum lado”.

Quadro 8 - Opinião dos inquiridos face ao problema da criminalidade no município

	Nº	%
Muito grave	11	5,5
Grave	78	39,0
Cada vez mais grave	65	32,5
Pouca importância	26	13,0
Sem importância	3	1,5
N.R./N.S.	17	8,5
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Quadro 9- Classificação por parte dos inquiridos da atuação e o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime no município

	Nº	%
Muito Bom	11	5,5
Bom	61	30,5
Razoável	94	47,0
Mau	20	10,0
Muito Mau	4	2,0
N.S./N.R.	10	5,0
Total	200	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos inquéritos aplicados entre o dia 27/7 e o dia 9/8 de 2013.

Outra narrativa que vale a pena considerar correspondeu a uma senhora de 80 anos, residente na freguesia de São Paio (freguesia urbana), que, perante a mesma pergunta, desabafou: “à quantidade de drogados que existe por aí – e à noite veem-se todos – é normal as pessoas serem roubadas. Os drogados precisam de comprar droga para alimentar o vício”. Segundo Peixoto (2012), o desabafo da senhora tem fundamento visto serem os toxicodependentes os indivíduos com maior propensão para a prática da criminalidade, em especial de furtos e roubos.

O facto é que a população, de um modo geral, está atenta ao que se passa na sua comunidade e mostra-se exigente e bastante crítica perante posturas menos assertivas das entidades responsáveis pela segurança e bem-estar da comunidade.

4. Conclusões

Estamos cientes das limitações do estudo realizado, que deriva do facto de o tamanho da amostra recolhida (n=200) não permitir uma generalização dos resultados para a comunidade vimaranense. Não obstante, a amostra recolhida através de um inquérito por entrevista diretiva permitiu-nos concluir que os níveis de sentimento de segurança face ao município são elevados. Existe uma consciência coletiva de que a criminalidade nas ruas, nas residências, aos veículos e às lojas tem vindo a aumentar desde 2009. No entanto, esta consciência não abala o sentimento de segurança, mesmo entre os indivíduos inquiridos que sofreram de vitimização.

No grupo daqueles que identificaram um espaço/lugar ou freguesia como sendo perigoso para circular de carro ou a pé, corresponde na maioria dos casos a locais pouco movimentados de dia e pouco iluminados/movimentados de noite.

A área de residência é entendida como um espaço seguro, independentemente da altura do ano, da semana ou do dia. Os níveis de sentimento de segurança na área de residência são sempre superiores a 70%.

A população mostrou-se preocupada com o problema da criminalidade – 39% considera a criminalidade grave, 5,5% muito grave e 32,5% cada vez mais grave – mas esta preocupação não afeta, na maioria dos casos, as suas rotinas ou receios de estar ou passear pelo município.

O município é efetivamente um local seguro, a criminalidade existe mas no entanto não é a uma escala tão elevada que leve à alteração de rotinas dos cidadãos ou à constante preocupação com a segurança. Apesar do sentimento de segurança declarado, os vimaranenses mostram-se críticos com a atuação e o trabalho das forças de segurança, e em especial às forças de policiamento que patrulham o município.

Segundo 47% dos vimaranenses inquiridos o trabalho das forças de segurança na prevenção e no combate ao crime é razoável e 12% considera-o mau ou muito mau. A população inquirida enuncia a falta de policiamento nas ruas. Partilhamos da posição de Giddens (2008: 224) quando afirma que a solução para amenizar o sentimento de insegurança passa por “técnicas policiais muito visíveis, como o policiamento das ruas”.

A presença física das autoridades é um fator essencial para a comunidade, atenuando os seus anseios e preocupações. A população necessita de sentir-se protegida e para tal as forças de segurança têm de desempenhar um papel mais pró-ativo perante a comunidade em que estão inseridas.

No entanto, este papel de pro-ção não pode ser apenas exigido às forças de segurança. As entidades gestoras dos territórios, em especial as detentoras do poder local, desempenham um papel fulcral no planeamento e implementação de diretrizes que visem a segurança da sua comunidade. Um patrulhamento voltado para a relação de proximidade com os cidadãos, aliado a uma morfologia cuidada dos espaços, pode resultar na diminuição do sentimento de insegurança, e em última instância na diminuição efetiva do número de crimes.

Bibliografia

Almeida, M.R.C., & Alão, A.P. (1996). Os Inquiridos de Vitimização do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça. *Práticas e Processos da Mudança Social, III Congresso Português de Sociologia*. 1-6.

Associação de Apoio à Vítima (2002). *Projecto CÍBELE (2001-2002)*. Lisboa - Consultado em Outubro 25, 2012, em http://www.apav.pt/pdf/cibele_portugues.pdf.

Carnevalli, P., & Endlich, A. (2011). Sentimento de Insegurança Urbana nas Pequenas Cidades Brasileiras. *Revista Geográfica de América Central*, 47 Especial, 1-15.

Crowe, T. (2000). *Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts*. 2ª ed.. E.U.A.: National Crime Prevention Institute.

Esteves, A.I.P. (1999). *A criminalidade na cidade de Lisboa – Uma geografia da insegurança*. Lisboa: Edições Colibri.

Fernandes, J.L. (2004). Base Ecosociais do Sentimento de Insegurança. *Educação, Sociedade & Culturas*, 21, 93-112.

Fernandes, J.L.J., Vaz, A.M.C., & Barros, C.F. (2012), A perceção da cidade nos espaços verdes da cidade de Coimbra. *Atas XIII Colóquio Ibérico de Geografia, Producción Unidixital*. Santiago de Compostela, 1733–1743.

Fernandes, L., & Rêgo, L. (2011). Por onde anda o sentimento de insegurança? Problematizações sociais e científicas do medo à cidade. *Etnografia*, 15, 167-181.

Guerreiro, M. (2003). Há Emoções Fortes, *Jornal On-line Correio da Manhã*, Consultado em Outubro 13, 2013, em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/ha-emocoes-fortes>.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6ª ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Heitor, T. (2007). Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas. *Revista Psicologia*, 2, 31-44.

Heitor, T. (2009). *(In)Segurança em Zonas de Residências. O Espaço da Oportunidade*, Valente, M., Urbanismo Segurança e Lei – Tomo II, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Coimbra: Edições Almedina.

Imprensa Nacional Casa da Moeda (2013). *Código Penal*. Col. "Direito, Jurisprudência e Doutrina". Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2012). *Censos 2011 – Resultados definitivos*. Lisboa.

Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of Great American Cities*. 3ª ed.. New York: Vintage Books.

Lourenço, N., & Lisboa, M. (1998). *Dez anos de criminalidade em Portugal -Análise longitudinal da criminalidade participada às polícias (1984-1993)*. Lisboa: Ed. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

Lourenço, N. (2010). Cidades e Sentimento de Insegurança: Violência Urbana ou Insegurança Urbana?. Junior, E.A.P., Silva, J.F., & Maron, J. *Um Toque de Qualidade – Eficiência e qualidade na gestão do sistema de defesa social. Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social*. Belo Horizonte: Gráfica Andorinha e Editora Ltda., 15-37.

Machado, P., & Neves, A.V. (2011). *Segurança Pública e Desenvolvimento Urbano. A prevenção do crime através do espaço construído*, Política de Cidades – 7. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU).

Medina, J. (2003). Inseguridad ciudadana, miedo al delito y policía en España. *Revista Electrónica de Ciência Penal*, 05/03, 3-21.

Newman, O. (1996). *Creating Defensible Space*, Institute for Community Design Analysis. Washington: U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research Washington.

Niklaus, J. (2012). The Influence of the Philosophy of Police Tactics on breaking down Social Barriers. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 5, 808-822.

Oliveira, P., Guibentif, P., & Gorjão, V. (2012). Representações sociais do crime e comunicação social. Martins, M. de L. (Coord.), *Crime e Castigo: práticas e discursos*. Braga: Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 53-64.

Pain, R., Barke, M., Fuller, D., Gough, J., Macfarlane, R., & Mowl, G. (2001). *Introducing Social Geographies*. Grã-Bretanha: Arnold.

Peixoto, A.C.R. (2012). *Propensão, experiências e consequências da vitimização: representações sociais*, Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

Ribeiro, V.P.R. (2012). *Mobilidade e acessibilidade da população aos serviços de saúde: o caso do município de Braga*. Guimarães: Tese de Doutoramento em Geografia, Universidade do Minho.

Sá, T. (2000). Segurança e o seu sentimento na cidade. *Atas do IV Congresso Português de Sociologia; Sociologia Portuguesa: Passados Recentes, Futuros próximos*, Universidade de Coimbra, s.p., Consultado em Junho 29, 2012, em http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462dc462900dd_1.PDF.

Surette, R. (2007). *Media, Crime and Criminal Justice – Images, Realities, and Policies*. Wadsworth: Ed. Fourth Edition.

Zauberman, R. (2010). Os crimes contra a propriedade: uma síntese dos trabalhos europeus. *Revista Dilemas de Estudos de Conflito e Controle Social*, 5-6, 211-235.

INSTITUTIONAL THEORY AND SOCIAL RESPONSIBILITY HOTEL

María Dolores Sánchez-Fernández

Universidade da Coruña, CICS/UM

msanchezf@udc.es

Abstract

The objective of this research is to analyze the management of Corporate Social Responsibility (CSR) of three, four and five star hotels located in the Euro-region based on Institutional Theory. The sample used was chosen taking the study as a whole into consideration as well as the necessary requirements for applying the model under study. A questionnaire was drawn up to obtain the information, the questionnaire was based on: the characteristics of the object of the study, who it is aimed at, the institutional pillars and the indicators of social responsibility directed at the hotel and catering industry. The Partial Least Square (PLS) methodology was used for modeling by making a segmentation of complex models. A series of implications derived from this research which could help hotels managers to define an appropriate institutional strategy and opt for greater legitimacy with their actions and consequently receive social support from interested parties of the organization.

Keywords: Hotel, Corporate Social responsibility; Institutional Theory; Euro-region; PLS.

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar a gestão da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) dos hotéis de três, quatro e cinco estrelas localizado na Eurorregião com base na Teoria Institucional. Pesquisa-se entre eles com base a utilizar uma amostra de estudo e os requisitos para a aplicação do modelo a ser testado. Para obter os dados foi desenvolvido um questionário com base nas características do objeto de estudo, a quem se dirigem, os pilares institucionais e indicadores de responsabilidade social orientado no sector hoteleiro. Para a modelagem, utiliza-se a metodologia *Partial Least Square* (PLS) realizando uma segmentação de modelos complexos. Esta pesquisa deriva numa série de implicações, que pode ajudar os gerentes de hotéis a definir uma estratégia empresarial adequada e optar por uma maior legitimidade nas suas ações, portanto, no apoio social de grupos de interesse da organização.

Palavras-chave: Hotel, Responsabilidade Social, Teoria Institucional, Euroregião; PLS.

Introduction

The tourism sector has several features which make it a priority in the Euro-region given its importance as a factor of development and growth. Gessa, Ruiz, and Jimenez (2008) recognize the importance of this sector highlighting the great economic and social weight that enterprises linked to tourism have. One of the backbones of tourism policy, today, is the determination of the tourism offer based on the strategy of quality. This strategy entails that the destiny of the North of Portugal and Galicia regions stand out through the constant management innovation of companies towards customer satisfaction, quality, and defense of the environment and sustainable management of resources under social responsibility principles in both regions. The strategic objective that the tourism sector presents is the application of a model of socially responsible management. This new model is based on organizations achieving their goals of the creation of value under the umbrella of the three dimensions of CSR: social, economic and environmental. This format of socially responsible management presents a new way of linking the interested groups of the organization. The role of the hotel is the key to the impact on the environment and its interested parties both in its services and location of its facilities. It is important that the professionals of these entities become responsible for the consequences and impact it may have from the development of its activities.

One of the potentials that Institutional Theory provides lies in analyzing the behavior of organizations throughout different countries (Kostova, 1999; Kostova and Roth, 2002). Organizations can come face to face with totally different institutionalized environments depending on their geographical location or social position (Lee, 2011). Greenwood, Diaz and Li (2011) show how companies in different geographical areas of Spain were subject to specific institutional logic. Llanas (2005) identifies that Institutional Theory pays special attention to the environment based on the aspects of the institutional context in which organizations are immersed. It is concerned about social relationships and coexisting institutions and establishes institutional standards and compliance as its success factors. Therefore, we believe that Institutional Theory provides a suitable argumentative basis for research.

With reference to the structure of this article, firstly we will develop, in a theoretical way, the importance and the connotations of Institutional Theory and its relationship with corporate social responsibility. Then we will explain how the questionnaire was developed and present the model on which we will base our research. Subsequently we will make an analysis in relation to the specified model and show the findings. In the last section we will include the bibliography.

1. Institutional theory and corporate social responsibility

There is a significant difference if there is a presence or absence of institutional factors that act as mediators of the behavior of socially responsible businesses. Nieto (2008) states that the presence of external factors stimulates organizations to adopt Social responsibility practices. Galaskiewicz (1991) identifies rules as an influential factor. He shows that companies have this tendency to adopt socially responsible behavior when regulatory or cultural institutions create suitable incentives for promoting such behavior.

If we base ourselves on the implications of the institutional pillars according to Scott (1995), depending on its contribution, each institutional pillar adopts different characteristics. In the regulatory pillar, culture induces the adoption of rules, laws and agreements; through the social structures different systems of Government and power are adopted; using routines influences the implementation of protocols and standard procedures. The policy pillar adopts culture through shared values and normative expectations; it confronts the involvement of social structures through regimes and systems of authority and adopts routines based on compliance and performance of duties. The last of the pillars, the cognitive, confronts the involvement of culture through categories, classification and distinction; structural isomorphism, identities are adopted using social structures and the involvement of routine is obtained through performance programs and scripts.

Each of the institutional pillars presents some characteristics that are unique and differentiating with respect to the others. These entail a different emphasis on the commitment acquired; logic, mechanisms and the indicators presented are different. The implications of each of the institutional pillars are in accordance to routine, social structures and the culture adopted by each of them.

Zimmerman and Zeitz (2002) warn that organizations must have the most important factors affecting the survival of the company identified. The company has to make a choice; it cannot satisfy all the social systems which it is facing at the same time. Social systems are those groups showing a series of standards, rules, patterns and similar role models. For Díez, Blanco and Prado (2010) it is important that organizations conform to social expectations. They defend Simcic and Vidaver-Cohen (2009) when the organization's objectives are aligned with the values of society, companies are legitimizing. Keeping a concordance between the values and the behavior of the company is beneficial for the organization forcing it to adopt a certain behavior. Society influences the demand for socially responsible behavior (Campbell, 2007). This author says that there is a relationship between institutional theory and CSR; enterprises adopt socially responsible behavior under certain

conditions. This same author establishes the institutional conditions to mediate between corporate behavior and economic conditions. Campbell (2007) identifies different internal forces that can lead to socially responsible behavior: the culture of the Organization, structure, leadership, management, compensation schemes as well as external forces. He says that institutions are not solely responsible that companies adopt socially responsible behavior.

Zaheer (1995) says that companies that conform to the pressures of the environment, which are responsible for acting in accordance with social rules and values, have more options of survival. Organizations that do not conform to the pressures of the environment do not survive.

The institutions are the main agent, according to Campbell (2007), that limit or enable organizations to adopt socially responsible behavior. This academic identifies the institutional factors as mediators in the relationship between the adoption of socially responsible behavior and the economic conditions of the companies. Mediator Institutional factors are: public-private regulation; non-governmental organizations; independent organizations that are responsible for the behavior of the companies; the dialogue between companies and interested parties; associative behavior and institutionalized rules of corporate behavior.

Maigan and Raltson (2002) affirm that according to the mediator factor, institutions tend to adopt responsible behavior to a greater or lesser extent. National institutions from different countries can influence administrations, and the latter can influence the organizations' socially responsible behavior. Campbell (2007) establishes the probable association between the adoption of a socially responsible behavior and rewards or punishments that institutions from one place or another adopt.

Jackson and Apostolakou (2010) emphasize that CSR does not operate in an empty social context; such practices are more likely to be adopted and become effective by registering in a particular set of institutions. The institutionalization of rules and agreements in companies helps to formulate, communicate, and control these practices, in socially accepted ways. However, Brammer, Jackson and Matten (2012) mention that the implementation of institutional theory to understand the phenomena related to CSR has been recently developed.

Institutional Theory seems to be right in the centre of what has to do with the CSR (Brammer, Jackson and Matten, 2012). According to Crouch (2006), Institutional Theory is a strong candidate for the development of a conceptual framework. This theory is not only well established in a certain number of social sciences, but it also offers a promising way for the integration of diverse perspectives. The application of institutional theory to the study of CSR enables a better understanding of business responsibilities in two main aspects: the diversity

and dynamics of CSR (Brammer, Jackson and Matten, 2012). This corresponds largely to the two dominant schools of thought in institutional theory (Tempel and Walgenbach, 2007), which tends to emphasize the global dissemination of practices and the adoption of them by the organizations. And as for the aspect of diversity, a large number of publications which have implemented the institutional theory to the study of CSR are interested in understanding the national variations of this type of practice (Gjolberg, 2009; Blasco and Zolner, 2010; Jackson and Apostolakou, 2010). CSR as a concept of management, CSR, in its original form from North America (Carroll, 2008) can hardly be explained without an understanding of the institutional conditions in which this idea was conceived. In the same way, the understanding of the organizations' social responsibility in different regions and countries depends on the institutional framework of the company (Doh and Guay, 2006; Deakin and Whittaker, 2007). Institutional Theory offers a lens to understand and explain how and why CSR assumes different forms in different countries (Brammer, Jackson and Matten, 2012). It also provides information on why this concept is now an integral part of business practices in almost all major countries around the world (Visser and Tolhurst, 2010).

Based on the issues raised by the authors Maigan and Raltson (2002); Campbell (2007) and Nieto (2008), the adoption of socially responsible behavior by organizations is mediated by external factors such as institutions. If there were no institutions, companies would tend to behave socially irresponsible. The influence of interested parties is vital in key areas for the organization. Based on the review of the literature, we propose the following hypotheses that we intend to verify in this study:

- Coercive pressure produced by the laws and other regulations applicable to the activities carried out by three, four and five-star hotels located in the Euro-region positively influence the adoption of CSR practices by these organizations.
- The acceptance of values and norms that come from the regulatory pressures that occur in three, four and five-star hotels located in the Euro-region positively influence the adoption of CSR practices by these organizations.
- Imitation of CSR practices of organizations perceived as successful by three, four and five-star hotels located in the Euro-region has a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.

2. The questionnaire

The questionnaire was developed based on the review of the academic literature used in order to contrast the hypotheses proposed. The main objective of the questionnaire is to measure the pressures that come from the institutional environment, or organizational field of

three, four and five star hotels located in the Euro-region. The questionnaire is composed of 75 items divided into nine sections in the official language of each country. It is made up of different types of questions: questions using the Likert scale, open response, dichotomous and socio-demographic characterization.

Data collection was carried out in the following way: firstly a pretest was undertaken in both regions, during the month of April, 2012 by applying the questionnaire to a total of ten people, five managers of different hotels in each region of Galicia and the North of Portugal. Once the pretest stage was finished at the end of April, found the hotel managers were asked if they had understood questionnaire properly and if they considered that it had been drawn up correctly. The section to get rid off these options was removed after the pretest, creating the final questionnaire. The managers of the hotels were contacted on a weekly basis for data collection from May until the end of August 2012.

The questionnaire was divided into sections from previous validated scales. It was reviewed by three academic experts in the areas of management, geography, tourism and social responsibility. The development of the final draft included suggestions and improvements from these professionals. After the academic reviews, the pretest was conducted. Once reviewed and verified the final draft was drawn up. The section corresponding to the Institutional Theory was developed on accordance to Riquel studies, 2010; Llanas, 2005 and Kostova and Roth, 2002, subdivided according to the three institutional pillars (regulatory, normative and cognitive) identified by Scott (1995), derived from the institutional pressures (coercive, normative and mimetic) identified by DiMaggio and Powel (1991). The paragraph that makes reference to legitimacy, uses the scale adapted from Depphouse (1996), also used by Fernández (2001); Llanas (2005) and Riquel (2010). The scale validated by Gallardo, Sanchez and Corchuelo (2011) and Gallardo-Vázquez and Sánchez-Hernández (2012) was used for the development of CSR practices adapted.

3. Research model and hypothesis

Taking the literature review as reference, and based on the hypothesis to be contrasted, we establish the research model. The model focuses on a set of variables related to the institutional context of three, four and five star hotels located in the Euro-region. We represent this model in Table 1, in which the causal relationships that are intended to be collected amongst research hypotheses are reflected. We will apply the model with the data from different parts of the Euro-region; this will allow us to compare the proposed model.

Table 1- Research and hypothesis model

Ref	Research Hypothesis
1a	The coercive pressure produced by laws and other regulations applicable to the activities carried out by three, four and five-star hotels located in the Euro-region have a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.
1b	The acceptance of values and norms that come from regulatory pressures that occur in the context of three, four and five-star hotels located in the Euro-region have a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.
1c	Imitation of CSR practices in organizations perceived as being successful by three, four and five-star hotels located in the Euro-region has a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.
Pcor: coercive pressure; Pnor: regulatory pressure; Pmin: Mimetic pressure; PRSC: corporate social responsibility practices	

Source: Own elaboration.

As we can see in Table 1 we graphically represent the different relations which we express through hypothesis among different constructs, the three pillars on which the Institutional Theory rests: coercive pressure (Pcor), regulatory pressure (Pnor) and mimetic pressure (Pmin). From these pressures we intend to find out which acts with greater intensity in the adoption of CSR (PRSC) practices in organizations.

For the empirical application of the model we used the Partial Least Square (PLS), as any Structural Equations Models (SEM) methodology. This methodology requires the development of a measurement model and a structural model. The measurement model specifies relationships between observable variables or indicators with latent variables or constructs. And the structural model assesses the existence and magnitude of relationship between latent variables or constructs (Barclay, Higgins and Thompson, 1995).

4. Analysis

4.1. Technical specifications of sampling

The unit under study is the three, four and five-star hotels located in the Euro-region. The questionnaire, adapted to the language of both countries was used for data collection. The database was drawn up with data provided by Turismo de Galicia (Galician Tourism Office) and Turismo de Portugal (Portuguese Tourism office). The hotels registered in the year 2011 in both countries are part of these.

With reference to the sample, we have considered a confidence level of 95%, the sample error obtained with the final sample is 6.01%, where $p = q = 0,5$. The questionnaires received coincide with the number of valid questionnaires making a total of 109 valid answers. This data represents a response rate of 30.44% of the population.

The sample size is small, consisting of 109 valid observations. This poses the first barrier, which will not allow us to implement models based on the co-variances for the analysis of structural equations with sufficient guarantees of success. To overcome this problem, we apply the PLS technique, developed in the Visual Software PLS of partial least squares or variance analysis, since the minimum recommendations of this technique are between 30 and 100 sample observations. By analyzing with PLS we will try to contrast suggested scenarios which will allow us to answer the research questions.

4.2. Analysis of the measurement model

The individual reliability of the items, the required level of acceptance is the stipulated by Falk and Miller (1992). All the loads from the different indicators along with their respective constructs are higher than 0,505 (Falk and Miller, 1992), therefore all the variables remain in the stipulated model. We duly analyze the evaluation of the convergent validity, this assessment is based on the average variance extracted (AVE). This variance provides information about the amount of variance that a construct obtains from its indicators in relation to the amount of variance; this is due to measurement error. Based on the recommendations of authors Fornell and Lacker (1981), who inform us those values greater than 0.5 are the best suited. This argument is based on fulfilling the established premise, which at least 50% of the construct variance is due to its indicators. All the analyzed constructs are all higher than 0.5. (Fornell and Lacker, 1981). The next step is to analyze the assessment of the reliability of the constructs, i.e. to check the internal consistency of all indicators when measuring the concept. How precisely the latent variables are being measured is evaluated in this case. To assess this reliability we select the composite reliability (ρ_c), based on the advantages defended by authors Calvo de Mora and Criado (2005) in contrast with Cronbach's alpha. To analyze the values obtained by composite reliability (ρ_c), we rely on Nunnally (1978), who suggests that 0.7 is a level of acceptable reliability for modest reliability in early stages of research levels. All variables exceed the value of 0.7 established by Nunnally (1978) and therefore the variables achieve a level of acceptable reliability. Then we carry out the evaluation of the differentiating validity of a construct. To carry out this evaluation we will rely on whether the average variance extracted (AVE), of a construct, is larger than the square correlations between the construct that we

are analyzing, and the others that make up the research model (Fornell and Lacker, 1981). If this premise is true it will indicate that the construct is different from another. In our case we will carry out the reverse procedure to the calculation procedure. To do this, we will determine the differentiating validity of a construct by calculating the square root of AVE, using the software VISUAL-PLS. For a construct to be unlike another the square root of AVE must be greater than the correlations presented with the rest of the constructs.

The premise established by Fornell and Lacker (1981) is fulfilled in the model; a construct is different to another. The square root of AVE is greater than the correlations it presents with the rest of the constructs.

The relationship between coercive and regulatory pressures is positive and significant in all cases, the Mimetic pressure being negative. This does not achieve a significant value. The coercive pressure exerted greater influence on CSR practices than regulatory pressure.

In our case it is fulfilled, R^2 for PRSC is 0,306, showing a suitable predictive power. In order to calculate the predictive value we use the value of explained variance (R^2) for the dependent latent variables (Chin, Marcolin and Newsted, 1996; Falk and Miller, 1992; Leal and Roldan, 2001). Following Falk and Miller (1992) we will take values equal or greater than 0.1 as appropriate values of explained variance.

We must bear in mind nevertheless that inferior values are still statistically significant, although they indicate a low predictive level of the latent variable.

4.3. Analysis of the hypothesis strength

To carry out the analysis of the strength of the hypothesis, we firstly have to check the values of the regression coefficients or β coefficients, corresponding to the connections between the model constructs. We verify the values of the regression coefficients or β coefficients corresponding to the connections between the model constructs which have to be more than 0.2 (Chin, 1998) to determine if the assumptions made are statistically significant. The results obtained are as follows:

- The Pcor scale > PRSC, has a value of 0,362, the hypothesis is accepted, it is greater than 0.2 (Chin, 1998). The coercive pressure produced by the laws and other regulations applicable to activities carried out by three, four and five-star hotels located in the Euro-region have a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.

- The Pnor scale > PRSC, has a value of 0,307, the hypothesis is accepted, it is greater than 0.2 (Chin, 1998). The acceptance of values and norms which come from

regulatory pressures in the context of three, four and five-star hotels located in the Euro-region have a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations.

- The Pmin scale > PRSC, has a value of - 0.044, the hypothesis is rejected, it is less than 0.2 (Chin, 1998). The imitation of CSR practices in organizations perceived as being successful by three, four and five-star hotels located in the Euro-region has a positive influence on the adoption of CSR practices by these organizations

Generically, it should be noted that the hypothesis made are accepted, with the exception of the relationship between mimetic pressure and CSR practices where the hypothesis is rejected.

5. Conclusions

From the theoretical arguments we can deduce that the role of the institutions is fundamental for enterprises to take active action oriented towards socially responsible behavior. Companies implement this behavior on the basis of more or less intense involvement by the institutions (Maigan and Ratlson, 2002) and depending on whether they create a set of appropriate incentives or not (Galaskiewicz, 1991). Campbell believes (2007) that the institutions are a key element in limiting or empowering organizations. The factors which influence organizations adopting socially responsible behavior are the location of facilities, the countries where they operate and the incentives offered by institutions.

Another of the considerations to take into account in the influence of company behavior is the internationalization process, in which many of them are immersed. This progress helps the spread of social responsibility practices in organizations throughout the different countries in which they operate (Nieto, 2008).

In the contrast of hypotheses those which refer to the two coercive and normative pressures in the proposed model are fulfilled. Regulations and laws have a positive influence on the adoption of CSR practices in companies. This is not so in the case of mimetic pressure, companies do not adopt CSR practices based on the imitation of other organizations.

In the analysis of the institutional environment in relation to social responsibility practices, coercive pressure is above regulatory pressure in the applied model. Laws have more influence than regulations in the companies that adopt socially responsible behavior. It follows the same pattern as the results obtained in the study by Riquel (2010) on golf courses in Andalusia.

Any empirical study is considered to be limited in some way and the present one, which is not an exception, also has some limitations. A first limitation is related to the notion of

causality. The establishment of causal figures requires the use of longitudinal data and our study is mainly based on cross-sectional data, so there could be disadvantages in accepting the causality of the raised relationships. Anyway, in order to reflect the temporal dimension in relationships between variables, the wording of certain questions implied that the interviewee had the temporary horizon in mind. Secondly, we have relied on measures based on the perceptions of three, four and five star hotel directors that participated in the study, so in all cases the information about the hotel was received from one single informer. We must admit the possibility that the perceptions of respondents may not correspond with reality and that for a more comprehensive study the opinion of other interest groups should be taken into account.

As a future line of research, we believe that this work could be completed with qualitative research methods such as case studies in hotels that are implementing CSR practices. This would be a good way to expand and improve the results obtained. Similarly, we consider it suitable to reproduce those case studies in different moments of time giving them a longitudinal character. This will help us keep track of the evolution of the institutional environment of three, four and five star hotels located in the Euro-region.

With reference the dissemination and transfer of knowledge. From this research work a series of implications are derived, which can help managers to define an appropriate institutional strategy and opt for greater legitimacy with their actions, to obtain the social support of the organization's stakeholders.

This work can be of interest to researchers working in fields to do with social responsibility, tourism and in particular the hotel subsector. Or also to researchers who are interested in the geographic area of study, the Euro-region. Also for those interested in continuing this research, for example, to compare it with other geographical areas having a good theoretical framework as a base. In addition to professors it may be of interest to professionals, hotel staff, especially those involved in the strategic management of the organization.

Bibliography

Barclay, D; Higgins, C., & Thompson, R. (1995). The Partial Least Square (PLS) Approach to causal modelling: Personal computer adoption and use as an illustration. *Technology studies, special issue on research methodology*, 2(2), 285-309.

Blasco, M., & Zolner, M. (2010). Corporate Social Responsibility in Mexico and France: Exploring the Role of Normative Institutions. *Business & Society*, 49, 216-251.

Brammer, S.; Jackson, G., & Matten, D. (2012). Corporate Social Responsibility and institutional theory: new perspectives on private governance. *Socio-Economic Review*, 10(1), 3-28.

Calvo de Mora, A., & Criado, F. (2005). Análisis de la validez del modelo europeo de excelencia para la gestión de la calidad en instituciones universitarias: un enfoque directivo. *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, 14(3), 41-58.

Campbell, J. L. (2007). Why would corporations behave in socially responsible ways? An institutional theory of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 32(3), 946-967.

Carroll, A.B. (2008). A History of Corporate Social Responsibility: Concepts and Practices. En Crane, A., McWilliams, A., Matten, D., Moon, J. e Siegel, D. (eds) *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*, 19-46. Oxford:Oxford University Press.

Chin, W. (1998). The Partial Least Square Approach to Structural Equation Modeling. In G.A. Marcoulides (Ed), *Modern Methods for Business Research*, 295-336. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, Publisher.

Chin, W. W., Marcolin, B. L., & Newsted, P. R.(1996). A partial least squares latent variable modeling approach for measuring interaction effects: Results from a monte carlo simulation study and voice mail emotion/adoption study. In J. I. DeGross, S. Jarvenpaa, and A. Srinivasan (Eds.) *Proceedings of the Seventeenth International Conference on Information Systems*, 21-41.

Crouch, C. (2006). Modelling the Firm in its Market and Organizational Environment: Methodologies for Studying Corporate Social Responsibility. *Organization Studies*, 27, 1533-1551.

Deakin, S., % Whittaker, H.D. (2007). Re-embedding the Corporation? Comparative Perspectives on Corporate Governance, Employment Relations and Corporate Social Responsibility. *Corporate Governance*, 15, 1-4.

Deephouse, D. L. (1996). Does isomorphism legitimate?. *Academy of Management Journal*, 39(4), 1024-1039.

Díez Martín, F.; Blanco González, A., & Prado Román, C. (2010). Medición de la legitimidad organizativa: El caso de las Sociedades de Garantía Recíproca. *Cuadernos de Economía y Dirección de la Empresa*, 13(43), 115-143.

DiMaggio, P. J., & Powell, W.W. (1991). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organization Fields, In W. W. Powell e P. J. DiMaggio (Eds.),

The New Institutionalism in Organizational Analysis, 63-82. Chicago, IL: University of Chicago Press.

Doh, J. P., & Guay, T. R. (2006). Corporate social responsibility, public policy, and NGO activism in Europe and the United States: An institutional-stakeholder perspective. *Journal of Management Studies*, 43, 47-73.

Falk, R.F., & Miller; N.B. (1992). *A Primer for Soft Modeling*. Akron, Ohio: The University of Akron Press.

Fernández, M.L. (2001). *Un análisis institucional del contexto y su incidencia en el proceso de cambio en la gestión de los recursos humanos. Tres estudios de casos*. Tesis Doctoral, Universidad de Cádiz. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales.

Fornell, C., & Lacker, D. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error: algebra and stadistic. *Journal of Marketing Research*, 28(2), 39-50.

Galaskiewicz, J. (1991). Making corporate actors accountable: Institution-building in Minneapolis-St. Paul. In Walter W. Powell and Paul J. DiMaggio (eds.) *The new institutionalism in organizational analysis*, 293-310. Chicago: University of Chicago Press.

Gallardo Vázquez, D., Sánchez Hernández, M.I., & Corchuelo Martínez-Azúa, M.B. (2011). *Validación de un instrumento de medida para la relación entre la orientación a la responsabilidad social corporativa y otras variables estratégicas de la empresa*. Paper presentado en el Congreso XVI Congreso AECA, Septiembre, Granada.

Gallardo-Vazquez, D., & Sanchez-Hernandez, I. (2012). Information on corporate social responsibility and SME's environmental responsiveness: A regional study. *Economics and Sociology*, 5(2), 103-115.

Gessa Perera, A., Ruiz Jiménez, A., & Jiménez Jiménez, M.A. (2008). *La responsabilidad social corporativa como modelo de gestión hotelera. Implantación y desarrollo en la red de paradores. Estableciendo puentes en una economía global / Building Bridges in a global economy*. Madrid: ESIC Editorial.

Gjolberg, M. (2009). The Origin of Corporate Social Responsibility: Global Forces or National Legacies. *Socio-Economic Review*, 7, 605-637.

Greenwood, R., Diaz, A.M., & Li, S.X. (2011). The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses. *Organization Science*, 21(2), 521-539.

Jackson, G., & Apostolakou, A. (2010). Corporate Social Responsibility in Western Europe: An Institutional Mirror or Substitute? *Journal of Business Ethics*, 94, 371-394.

- Kostova, T. (1999). Transnational transfer of strategic organizational practices: A contextual perspective. *Academy of Management Review*, 24(2), 308-324.
- Kostova, T., & Roth, K. (2002). Adoption of an organizational practice by subsidiaries of multinational corporations: Institutional and relational effects. *Academy of Management Journal*, 45, 215-243.
- Leal, A., & Roldan, J. (2001). *Validación de un modelo de implantación de gestión de calidad total y su efecto en los resultados empresariales: un estudio causal predictivo mediante análisis PLS (Partial Least Square)*. X International Conference, European Association of Management and Business Economics. Reggio Calabria, Italia. 541-555.
- Lee, M.D. P. (2011). Configuration of External Influences: The Combined Effects of Institutions and Stakeholders on Corporate Social Responsibility Strategies. *Journal of Business Ethics*, 102(2), 281-298.
- Llanas, R. (2005). *Un análisis institucional de la implantación de la Agenda Local 21 por los Ayuntamientos españoles*. Tesis Doctoral, Universidad de Granada. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales.
- Maigan, I., & Ralston, D. A. (2002). Corporate social responsibility in Europe and the U.S: Insights from businesses' self-presentations. *Journal of International Business Studies*, 33(3), 497-514.
- Nieto Antolín, M. (2008). La difusión de las prácticas de responsabilidad social en las empresas multinacionales. *Pecunia*, 1 (extra), 33-64.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory* (2nd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Powell, W., & Dent-Micallef, A. (1997). Information technology as competitive advantage: The role of human, Business and technology resources. *Strategic Management Journal*, 18(5), 375-405.
- Riquel Ligeró, F. J. (2010). *Análisis institucional de las prácticas de gestión ambiental de los campos de golf andaluces*. Tesis Doctoral, Universidad de Huelva. Facultad de Ciencias Empresariales.
- Scott, W. R. (1995) *Institutions and organizations*. Thousand Oaks: CA: Sage.
- Simcic, P., & Vidaver-Cohen, D.(2009): Corporate Motives for Social Initiative: Legitimacy, Sustainability, or the Bottom Line?. *Journal of Business Ethics*, 87(1), 1, 91-109.

Tempel, A., & Walgenbach, P. (2007). Global Standardization of Organisational Forms and Management Practices? What New Institutionalism and the Business-Systems Approach can Learn from Each Other. *Journal of Management Studies*, 44, 1-24.

Visser, W., & Tolhurst, N. (eds) (2010). *The World Guide to CSR. A Country-by-Country Analysis of Corporate Sustainability and Responsibility*. Sheffield: Greenleaf.

Zaheer, S. (1995). Overcoming the liability of foreignness. *Academy of Management Journal*, 38(2), 341-363.

Zimmerman, M., & Zeitz, G. (2002): Beyond survival: Achieving new venture growth by building legitimacy. *Academy of Management Review*, 27(3), 414-31.

O BRASIL NA ROTA DA IMIGRAÇÃO E DA MOBILIDADE DOS TRABALHADORES PORTUGUESES NA ATUALIDADE

Caroline Fracalossi

Maria da Conceição Ramos

Faculdade de Economia da Universidade do Porto – FEP

Carol.2710@hotmail.com

cramos@fep.up.pt

Resumo

No contexto de um mundo cada vez mais globalizado e sem fronteiras, o estudo das migrações internacionais adquiriu grande importância e merecida atenção por parte da comunidade internacional. No âmbito desta abrangente temática, o presente estudo pretendeu verificar quais os fatores influenciadores do aumento da mobilidade dos jovens trabalhadores portugueses qualificados para o Brasil, depois do ano de 2008, e do acentuar da crise, com o objetivo de identificar as principais causas deste aumento, relacionadas com as motivações individuais destes emigrantes. Assim, foram estabelecidas oito categorias, quatro de fatores económicos e outras quatro de fatores não estritamente económicos. Foi utilizada a metodologia qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas de carácter intensivo, aplicadas a dez emigrantes portugueses, jovens licenciados, cuja emigração foi posterior a 2008, tendo como país de origem Portugal e país de destino o Brasil. A presente investigação destacou o importante papel que os fatores não estritamente económicos exercem na decisão pela migração internacional quando comparados aos tradicionais fatores económicos. Os principais fatores influenciadores destacados pelos entrevistados foram os seguintes: interesses pessoais de crescimento, desenvolvimento profissional e reconhecimento futuro pela experiência internacional; questões económicas relacionadas com a falta de perspetiva e oportunidades em Portugal e o desenvolvimento e crescimento económico do Brasil; redes de contactos, a questão do idioma e o clima do Brasil; questões relacionadas com o mercado de trabalho em ambos os países.

Palavras-chave: Migração internacional; Trabalhadores portugueses no Brasil; Mobilidade de jovens qualificados.

Abstract

Considering the context of a world that each day gets more globalized and borderless, the study of international migration has acquired great importance and deserved attention by the international community. Within the scope of this extensive theme, the present study has intended to verify what are the influencing factors for the increasing mobility of qualified young Portuguese workers to Brazil, after 2008, aiming to identify the main causes of this increase, linked with the individual motivations of these emigrants. Thus, from those main causes, eight categories have been established, four related to economical factors and four more not necessarily connected with economic factors.

In this sense, to do so, the qualitative method was used, through semi-structured intensive interviews applied to ten Portuguese emigrants, young graduates, whose emigration took place after 2008, considering Portugal as the origin country and Brazil as the destination. The present investigation has highlighted the important role that not strictly economic factors perform in deciding to migrate abroad, when compared to traditional economic factors.

Next are the main influencing factors highlighted by the interviewees: personal interest in growing, professional advancement and future acceptance of international experience; economic issues linked with the lack of prospects and opportunities in Portugal; Brazil's economic growth and development; networking, the language issue and Brazil's climate; issues connected with the labour market in both countries.

Keywords: international migration; Portuguese workers in Brazil; qualified youth mobility.

Introdução

A migração é um processo social que envolve o fluxo de pessoas entre países. Desta forma, o horizonte do migrante não se restringe à cidade mais próxima: o seu horizonte é o mundo, onde a globalização e os processos de integração económica alargam fronteiras (Martine, 2005; Ramos, 2000, 2013). Dentro deste contexto, está o crescimento das atividades de negócios internacionais, a necessidade crescente pela transferência de conhecimento a nível global e o aumento do interesse por carreiras internacionais.

O estudo dos movimentos migratórios internacionais individuais, entre a população jovem e qualificada, para além da direção dos fluxos migratórios de um país desenvolvido para um país em desenvolvimento, é um fenómeno cada vez mais frequente e pouco abordado pela literatura até há poucos anos (Suutari & Brewster, 2000). Existe muita literatura relacionada com os expatriados, ditos tradicionais, negligenciando-se por vezes os

indivíduos que procuram uma nova oportunidade fora do seu país de origem de forma independente (Inkson *et al.*, 1997; Richardson & Mallon, 2005).

O Brasil vem apresentando uma boa posição no cenário internacional e ao mesmo tempo procura profissionais qualificados no mercado de trabalho, observando-se um aumento de mais de 50% nas autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros entre 2008 e 2012, sendo Portugal o país que apresentou o aumento mais acentuado nas autorizações de trabalho concedidas pelo Brasil (Ministério do Trabalho e Emprego, 2013). Desta forma, torna-se relevante a associação destes dois países para explicar as migrações internacionais atuais, além do passado histórico que une ambos os países, pretendendo-se responder à seguinte questão de investigação: quais os fatores influenciadores do aumento da mobilidade dos jovens emigrantes qualificados portugueses para o Brasil, na atualidade?

O objetivo geral é identificar as principais causas do aumento dos fluxos imigratórios no Brasil, depois de 2008, relacionadas com as motivações individuais dos emigrantes portugueses. Como objetivos específicos, pretende-se analisar os fatores influenciadores económicos e os fatores não estritamente económicos, verificar a relação entre os fatores influenciadores para a decisão do emigrante e o papel que cada país envolvido (país de destino e país de origem) representou na decisão.

A presente investigação centra-se num fenómeno atual, numa população e contexto específicos. Desta forma, considerou-se relevante o uso da metodologia qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas de carácter intensivo aplicadas a dez emigrantes portugueses, jovens e qualificados, cuja emigração foi posterior ao ano de 2008.

1. Revisão de Literatura

A revisão de literatura do presente estudo está dividida em três grupos. O primeiro faz uma introdução geral às migrações internacionais, o segundo grupo aborda os fatores motivacionais influenciadores das migrações internacionais, divididos entre fatores económicos e fatores não estritamente económicos, e o terceiro e último grupo analisa o caso do Brasil e a mobilidade dos trabalhadores portugueses para este país.

1.1. Migração Internacional

Para melhor analisar as migrações internacionais no século XXI, é importante ressaltar a profunda influência que a globalização exerce nos deslocamentos da população, principalmente devido a alguns fatores como a redução dos custos de transportes, a expansão das atividades das empresas transnacionais ou a redução de obstáculos, entre

outros. Esta nova realidade mudou radicalmente a natureza do trabalho internacional (Bonache *et al.*, 2010), sendo deste modo o aumento do nível de mobilidade internacional uma importante manifestação da internacionalização das profissões e dos mercados de trabalho (Baruch *et al.*, 2007; Ramos, 2008, 2013).

Dentro deste contexto, é importante destacar alguns conceitos-chave ligados à temática. Quando se trata de mobilidade internacional de pessoas, utiliza-se muito o termo “expatriado” e por isso é importante diferenciar os migrantes internacionais individuais e os expatriados. E segundo Inkson *et al.* (1997), a principal característica que os diferencia está relacionada com a iniciativa de ir ao exterior, que no caso do expatriado vem da empresa, e no caso do migrante individual a iniciativa é própria.

Existem muitas opiniões e debates sobre as vantagens e desvantagens da migração internacional, os aspetos positivos da migração parecem ser potencialmente mais significativos do que os negativos e podem ser realçados com políticas adequadas. A migração, além de inevitável, tem o potencial de ser bastante positiva para o desenvolvimento e a redução da pobreza. As políticas que partem deste princípio terão mais êxito do que aquelas que tentam se opor, de forma intransigente, tanto à globalização, como à migração de pessoas no espaço internacional (Martine, 2005).

1.2. Fatores motivacionais influenciadores das migrações internacionais

A migração internacional está sempre muito relacionada com a situação económica dos países envolvidos, sendo este um dos principais fatores que encoraja as pessoas a saírem do seu país de origem, mas a chamada motivação económica está muitas vezes combinada com uma série de outros fatores ditos “não-económicos” (Torresan, 2012). Desta forma, é importante considerar que para alguns migrantes internacionais, a decisão de migrar é puramente económica, para outros os fatores individuais, sociais ou políticos podem ser mais importantes (Batić, 2012).

E para melhor compreender as motivações dos indivíduos que decidem fazer uma migração internacional independente, é importante, em primeiro lugar, determinar o seu perfil, através de algumas características típicas. Segundo Inkson *et al.* (1997), as características dos migrantes internacionais individuais podem ser relacionadas com os seus principais fatores motivacionais, tais como: experiência cultural, aprendizagem pessoal, tornarem-se autossustentáveis, entre outras.

Relacionado com a idade, segundo Noe e Barber (1993), os mais jovens (com menos de 35 anos de idade) percebem uma missão internacional como muito importante, devido ao facto de ainda terem uma longa carreira pela frente e, desta forma, esperarem beneficiar da

ampla gama de atribuições e responsabilidades normalmente associadas ao trabalho no exterior (Tung, 1998). O percentual da camada jovem na população de emigrantes portugueses tem aumentado consideravelmente, como também o grau de instrução dos portugueses emigrantes, sendo crescente o dos que apresentam níveis de ensino superior (Ramos, 2003; 2013).

Dentro deste contexto está o aumento do interesse dos jovens migrantes internacionais independentes pelas carreiras internacionais, também conhecidas como *boundaryless carrer* ou "carreira sem fronteiras" (Baruch *et al.*, 2007).

Os migrantes internacionais individuais podem ser considerados a base das "carreiras sem fronteiras", uma vez que estes indivíduos atravessam fronteiras organizacionais e nacionais de forma independente (Suutari e Smale, 2008) . "Os novos trabalhadores globais podem ser as populações originárias da emigração." (Ramos, 2003: 71)

1.2.1. Fatores económicos

Para a análise dos fatores económicos, influenciadores das migrações internacionais, foram utilizadas algumas das teorias da migração internacional, que tentam explicar os movimentos migratórios de pessoas e suas motivações, tendo em conta o enfoque positivo e negativo dos seus efeitos.

Quadro 1-Fatores económicos

Teorias da Migração Internacional	Fatores influenciadores Económicos	Autores
Teoria de atração e expulsão (<i>push-pull</i>)	Crescimento económico.	Velázquez (2000); Taran <i>et al.</i> , (2009); Haas, (2010); Tilly (2011); Fernandes <i>et al.</i> (2011).
Teoria Neoclássica	Mercado de trabalho.	Rotte e Vogler (1998); Velázquez (2000); Suutari e Brewster (2000); Castles (2009); Haas (2010); Brzozowski (2012); Batić (2012).
Nova economia da migração laboral	Migração familiar e remessas.	Rotte e Vogler (1998); Taylor (1999); Velázquez (2000); Castles (2000); Black <i>et al.</i> (2006); Haas (2010); Brzozowski (2012); Batić (2012).
Teoria da segmentação do mercado de trabalho	Procura de mão-de-obra específica.	Velázquez (2000); Ramos (2008); Haas (2010); Brzozowski (2012); Batić (2012).

Destacou-se das teorias a característica mais marcante, para assim poder analisar os fatores económicos da forma mais completa possível. Estas teorias elaboram mecanismos causais que operam a níveis bastante amplos e diversos de análise, além de auxiliarem na interpretação empírica dos fenómenos (Patarra, 2006).

Estas características foram consideradas fatores influenciadores económicos da migração internacional e serviram de base para o presente estudo, sendo utilizadas como categorias.

1.2.2. Fatores não estritamente económicos

Os fatores não estritamente económicos são fatores de carácter pessoal influenciadores das migrações internacionais. Segundo Inkson *et al.* (1997) e Tung (1998), os indivíduos que procuram um trabalho internacional frequentemente perseguem interesses pessoais. E desta forma seguir-se-á a abordagem de Dickmann (2012), cujo estudo organiza os principais fatores influenciadores individuais em categorias-chave, tais como: interesses pessoais; redes de contactos; fatores nacionais e fatores específicos locais.

Quadro 2- Fatores não estritamente económicos

Categorias	Fatores influenciadores não estritamente económicos	Autores
Interesses pessoais	Novas experiências culturais; Desenvolvimento pessoal e profissional; Desafio pessoal; Aspirações individuais; Experiência profissional internacional; Desenvolvimento da carreira.	Tung (1998); Suutari e Brewster (2000); Stahl <i>et al.</i> (2002); Tharenou (2003); Richardson e Mallon (2005); Haas (2010); Dickmann (2012).
Redes de contactos	Papel da família - membros da família que já fizeram migrações internacionais; Redes de migração - contactos prévios no país de destino.	Ikson <i>et al.</i> (1997); Velázquez (2000); Stahl <i>et al.</i> (2002); Tharenou (2003); Richardson e Mallon, (2005); Black <i>et al.</i> (2006); Dickmann <i>et al.</i> (2008).
Fatores nacionais	Influência da cultura do país de destino; Compatibilidade da linguagem; Características geográficas; Políticas de imigração.	Noe e Barber (1993); Suutari e Brewster (2000); Velázquez (2000); Stahl <i>et al.</i> (2002); Tharenou (2003); Lala <i>et al.</i> (2008); Taran <i>et al.</i> (2009); Haas (2010); Batic (2012); Dickmann (2012).
Fatores locais específicos	Nível de segurança das relações particulares a serem estabelecidas; Cultura específica da localidade; Condições de vida; Pontos em comum com o país de origem.	Noe e Barber (1993); Dickmann <i>et al.</i> (2008); Derwing e Krahn (2008); Dickmann (2012).

Para melhor compreender os fatores influenciadores das migrações internacionais, segundo a revisão de literatura previamente apresentada, foi elaborado um quadro teórico

(quadro 3), onde são apresentados os principais fatores motivacionais influenciadores das migrações internacionais, separados entre fatores económicos e fatores não estritamente económicos, divididos entre categorias e subcategorias. Não obstante, é importante destacar que as categorias e subcategorias não são mutuamente exclusivas, podendo apresentar dados comuns entre elas.

Quadro 3-Quadro teórico dos fatores influenciadores das migrações internacionais

	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	FATORES SEGUNDO A REVISÃO DE LITERATURA
FATORES ECONÓMICOS	Crescimento económico	Forças de expulsão do país de origem	Estado de instabilidade económica. Falta de direitos humanos.
		Forças de atração do país de destino	Desenvolvimento e crescimento económicos.
	Mercado de trabalho	Oportunidade de emprego na área de formação específica	Situação do mercado de trabalho (ambos os países). Possibilidades de carreira limitadas no país de origem. Maior rendimento <i>per capita</i> no país de destino.
	Migração familiar	Estratégias familiares - envio de remessas financeiras	Maximizar o rendimento familiar e melhorar as condições de vida.
	Necessidade de mão-de-obra específica	Especificidades dos trabalhadores portugueses em relação aos brasileiros	Conhecimento de necessidades específicas de mão-de-obra no país de destino. Interesse dos empregadores no país de destino.
FATORES NÃO ESTRITAMENTE ECONÓMICOS	Interesses pessoais	Considerações pessoais	Novas experiências internacionais. Desenvolvimento/Crescimento pessoal. Desafio pessoal. Aventura e mudança de vida.
		Considerações profissionais	Desenvolvimento profissional. Progressos na carreira. Benefícios financeiros.
	Redes de Contactos	Membros da família que fizeram migrações internacionais	Autossustentação da emigração.
		Existência de familiares e/ou conhecidos no Brasil	Redes de migração - contactos prévios no país de destino.
	Fatores nacionais	Características geográficas	Opção por países mais próximos geograficamente.
		Características culturais	Semelhanças culturais. Compatibilidade da linguagem.
		Características legislativas	Facilidade das políticas de imigração (concessão de vistos).
	Fatores locais específicos	Razões da escolha da cidade de destino	Pontos em comum com o país de origem. Família e amigos. Qualidade de vida. Oportunidades educacionais.

1.3. O caso do Brasil

Posto isto, faz-se uma breve apresentação do Brasil do ponto de vista económico e da mobilidade internacional.

Do ponto de vista económico o protecionismo aparece como um dos elementos mais marcantes da economia brasileira desde o início dos anos 30 do século XX, até à liberalização, que marcou o arranque da década de 90. O modelo de desenvolvimento dos anos 70 era principalmente baseado na política de substituição de importações, estratégia que se demonstrou insustentável devido aos *deficits* externos persistentes e à acumulação de dívida externa, além de reduzir a competitividade da economia brasileira. Neste contexto, para o Brasil, a década de 80 do século XX tornou-se conhecida como a década perdida (Costa, 2005). Já a década de 90 foi marcada pela liberalização e representou uma viragem na história económica do país, fazendo surgir o Brasil como uma economia mais aberta ao exterior.

No que diz respeito à mobilidade internacional, o Brasil é conhecido por ser historicamente grande recetor de migrantes internacionais. Entre 1872 e 1972, houve um significativo fluxo de imigração para o Brasil, principalmente de pessoas originárias de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha, imigrantes estes que estabeleceram colónias no país (Demartini, 2006).

Na década de 80, conforme referido anteriormente, o Brasil passou por uma crise na sua economia contrastante com a situação relativamente favorável nas economias dos países desenvolvidos (Carvalho & Campos, 2006). Estes fatores podem ser considerados um impulso para a mudança nos fluxos migratórios no Brasil, tendo o país revelado desta forma, a partir da década de 80, um crescente aumento no número de pessoas a residir no exterior (Brzozowski, 2012), criando uma onda de emigração nunca vista anteriormente, tendo como um dos principais destinos Portugal (Ramos, 2000, 2007; Torresan, 2012).

Nos últimos anos, a estabilização económica e o crescimento voltaram a tornar o Brasil um país atraente para a imigração (Reis, 2011) e deste modo percebe-se uma nova reversão e uma maior tendência para o carácter de país de imigração. Considerando somente os imigrantes que procuram o Brasil para trabalhar, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o número de autorizações de trabalho concedidas a estrangeiros aumentou de 43.993, em 2008, para 67.220 em 2012, apresentando um crescimento, neste período, de mais de 50% nas autorizações de trabalho, aumento constante desde 2008, ano em que a crise eclodiu a nível mundial.

Dentro deste contexto está o forte crescimento da imigração dos portugueses no Brasil, destacando-se o aumento de mais de 200% no número de autorizações concedidas

no primeiro trimestre de 2012, em relação ao primeiro trimestre de 2013, e de mais de 300% se considerarmos o período de 2009 a 2012:

Quadro 4-Autorizações de trabalho concedidas pelo Brasil aos portugueses

Ano	2009	2010	2011	2012	2012 1ºTrimestre	2013 1º Trimestre
Autorizações concedidas	708	757	1547	2171	349	704

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (2013).

3. Metodologia

A necessidade de mais literatura relacionada com os migrantes internacionais individuais aumentou a relevância do presente estudo e apoiou a realização de uma abordagem exploratória. Desta forma, considerou-se adequada a metodologia qualitativa, permitindo esta uma exploração dos resultados para uma melhor compreensão do fenómeno em causa. A metodologia qualitativa utilizada neste estudo foi desenvolvida através de entrevistas semiestruturadas. Para a realização das entrevistas foram selecionados indivíduos que reunissem características específicas, criando desta forma uma tipologia baseada nos objetivos principais do trabalho. Os critérios de inclusão foram:

- Portugueses;
- Emigrantes trabalhadores individuais (autoexpatriados);
- País de destino: Brasil;
- Período da emigração: posterior a 2008;
- Grau de escolaridade: licenciados;
- Idade máxima: jovens, até 35 anos.

A seleção inicial foi feita através de redes sociais por meio do envio de um pré-questionário, o qual permitiu selecionar os indivíduos dentro dos critérios de inclusão, para posteriormente proceder à entrevista. No total foram recebidas vinte e uma respostas do pré-questionário. Destas foram entrevistados dez indivíduos, sendo seis do sexo masculino e quatro do sexo feminino, residentes em seis estados diferentes do Brasil. Dos dez indivíduos, apenas uma está atualmente desempregada, tendo neste momento retornado a Portugal, enquanto os outros nove continuam no Brasil e todos a trabalhar na área das suas formações académicas. Seis dos entrevistados já saíram de Portugal com um emprego garantido no Brasil, por iniciativa própria, através de contactos prévios pessoais, tendo os outros três conseguido trabalho depois de chegar ao destino.

Quanto ao número de participantes, segundo Fortin *et al.* (2009), é geralmente pequeno, entre seis e dez, mas, de um modo geral, este número é determinado pela saturação dos dados, como foi o caso do presente estudo.

3.1. Recolha de dados

A elaboração do guião de entrevista teve como base o aplicado no estudo de Dickmann (2012), adaptado ao público-alvo em causa e aos propósitos da investigação. Desta forma, a partir dos principais aspectos recolhidos na revisão de literatura partiu-se para a elaboração do guião de entrevista, o qual foi dividido entre fatores económicos e fatores não estritamente económicos influenciadores das migrações internacionais.

A recolha dos dados decorreu entre março e maio de 2013, as entrevistas foram feitas através de videochamada (*skype*®), devido principalmente a razões práticas relacionadas com os custos e a distância geográfica em questão, tendo em consideração a nossa estadia em Portugal e a dos entrevistados no Brasil.

3.2. Tratamento dos dados

A técnica de análise utilizada foi a análise de conteúdo, a qual “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 1992: 224).

Primeiramente, elaborou-se uma grelha de análise de conteúdo, utilizando o quadro teórico dos fatores discutidos na revisão de literatura. Seguiu-se a análise dos dados, conforme abaixo, baseada em Amaral e Sousa (2009): transcrição das entrevistas; análise de cada entrevista; separação e codificação dos dados; análise das questões extras; relação dos fatores destacados pela literatura e possíveis novos fatores não abordados pela literatura, mas relacionados com o atual cenário apresentado e o cruzamento dos dados obtidos nas entrevistas.

Foi utilizado também, para complementar a análise de conteúdo das entrevistas, o programa QSR NVivo 10, um *software* informático de análise qualitativa dos dados.

4. Discussão dos resultados

4.1. Fatores económicos

Quanto aos fatores económicos, os resultados revelam que os emigrantes portugueses, analisados no presente estudo, são influenciados a optar pelas migrações internacionais, principalmente por fatores económicos relacionados com o país de origem

(categoria crescimento económico), aliados às oportunidades de emprego no país de destino (categoria mercado de trabalho). Foram pouco verificadas a categoria *migração familiar* e a categoria *necessidade de mão-de-obra específica*.

A categoria *crescimento económico* foi muito referenciada entre os entrevistados, tendo os fatores de expulsão do país de origem sido mais referenciados que os fatores de atração do país de destino. Relativamente a Portugal, destacou-se entre os entrevistados, a falta de perspetivas de crescimento económico futuro, fator que a revisão de literatura, até ao momento, não teve devidamente em conta. Entretanto, Taran *et al.* (2009), afirmam que a instabilidade e estagnação económica do país de origem são fatores que aumentam a propensão de emigrar, dados que também foram observados entre os entrevistados do presente estudo. Já referente ao Brasil, Velázquez (2000) salienta que a migração ocorre durante períodos de rápido crescimento económico, o que foi sustentado pelos entrevistados, os quais destacaram o desenvolvimento e crescimento económico do Brasil e as suas possíveis novas necessidades, que geram aumento de oportunidades de emprego e crescimento profissional.

O mercado de trabalho foi um importante fator influenciador da mobilidade internacional deste grupo de emigrantes portugueses analisados, tanto relacionado com o país de origem, como com o país de destino. Estes resultados estão de acordo com os apresentados por Batić (2012), o qual afirma que as condições conjunturais no mercado de trabalho de ambos os países impulsionam as migrações. Relacionado com o país de origem, Portugal, foi destacado pelos entrevistados a insegurança no emprego, a baixa perspetiva de desenvolvimento da carreira e a dificuldade de conseguir o primeiro emprego na área específica da formação académica, resultados que vêm ao encontro de Suutari e Brewster (2000) e Taran *et al.* (2009), que afirmam que as possibilidades de carreira limitadas e a falta de oportunidades no país de origem atuam como estímulos à emigração. No que diz respeito à escolha do país de destino, foram destacadas as oportunidades de emprego e de crescimento profissional, corroborando Batić (2012), que afirma que os migrantes internacionais decidem mudar de país quando percebem que as oportunidades no país de destino são maiores que no país de origem.

Outro fator destacado pelos entrevistados foi o reconhecimento internacional de algumas profissões no Brasil, fator este ainda não abordado pela literatura, mas que parece estar muito relacionado com o atual cenário de globalização das profissões, principalmente no que diz respeito à necessidade de formação de profissionais globais e às “carreiras sem fronteiras”. A seletividade do país de destino também pode ser explicada, segundo Haas (2010), pela melhor distribuição de rendimento no país de acolhimento, o que não foi observado neste grupo de entrevistados e que parece estar muito relacionado com as

migrações internacionais atuais, em que os indivíduos procuram oportunidades de aprendizagem, crescimento e reconhecimento profissional, não considerando num primeiro momento o salário ou o rendimento *per capita* como fator influenciador na decisão pela migração internacional.

A migração familiar e remessas foi outro fator abordado pela literatura, no sentido de que as migrações internacionais têm como principal objetivo auxiliar o núcleo familiar através do envio de remessas monetárias, contribuindo assim para aumentar o rendimento e melhorar a situação económica da família no país de origem (Taylor, 1999; Brzozowski, 2012). Tal não foi observado nas informações obtidas, o que está muito relacionado com as características típicas dos migrantes internacionais entrevistados, principalmente no que diz respeito à situação familiar, de jovens solteiros. Desta forma, surge um novo fator, muito referenciado pelos entrevistados, que relaciona a migração internacional com o investimento pessoal e profissional, visto assim pelos próprios e pela família. Estes dados permitiram perceber a relevância da situação familiar, da idade, do estado civil e da origem social, no grupo de entrevistados, no sentido de serem fatores facilitadores da opção pela mobilidade internacional.

Quanto à necessidade de mão-de-obra específica, Fernandes *et al.* (2011) explicam, que o fator principal dos movimentos populacionais internacionais depende da procura de mão-de-obra específica do país de destino, o que é confirmado por Velázquez (2000), o qual enfatiza que a principal força de atração influenciando o aparecimento de correntes de imigração são as necessidades específicas de mão-de-obra do país recetor. Desta forma, os trabalhadores imigrantes exercem profissões onde existe um défice de oferta por parte dos trabalhadores nacionais (Ramos, 2007, 2008). Este fator não foi observado nos dados recolhidos, pois o grupo de pessoas entrevistadas neste estudo não tinha conhecimento de necessidades específicas de mão-de-obra no Brasil, e sim apenas do grande número de oportunidades de trabalho de uma forma geral e em diversas áreas profissionais.

4.2. Fatores não estritamente económicos

Os fatores não estritamente económicos foram fortemente representados na decisão pela migração internacional deste grupo de entrevistados. A categoria dos *interesses pessoais*, a subcategoria *considerações profissionais* e a categoria *redes de contactos*, ou seja, a existência de familiares e/ou conhecidos no Brasil, foram as categorias que influenciaram a maioria dos entrevistados pela migração internacional e pela escolha do país de destino.

Relativamente aos interesses pessoais, a subcategoria *considerações pessoais*, principalmente ligadas ao crescimento e desenvolvimento pessoal e a novas experiências internacionais, aventura e mudança de vida, aparece entre as principais razões para a migração internacional, resultados estes que vêm de encontro a Inkson *et al.* (1997), Tung (1998) e Tharenou (2003) e são confirmados por Doherty *et al.* (2011).

A subcategoria *considerações profissionais* foi também muito referenciada pelos entrevistados, principalmente relacionada com o reconhecimento futuro pela experiência internacional, o que é sustentado por Suutari e Brewster (2000), Stahl *et al.* (2002), Richardson e Mallon (2005) e Dickmann *et al.* (2008), os quais confirmam que através das novas experiências internacionais os migrantes acreditam que terão vantagens no futuro e consequentes progressos na carreira. Outros fatores foram destacados pelos entrevistados como as oportunidades relacionadas com a carreira, oportunidades de adquirir novas competências e consequente desenvolvimento profissional, fatores salientados por Dickmann *et al.* (2008), Tung (1998) e Stahl *et al.* (2002). Apenas não se observou, entre os entrevistados, a motivação relacionada com os possíveis benefícios financeiros de um emprego fora do país de origem, o que também pode estar relacionado, conforme dito anteriormente, com as características deste grupo de entrevistados.

A categoria *redes de contactos* demonstrou uma grande influência na escolha pela migração internacional e pelo país de destino, pois a maioria dos entrevistados destacou a preferência pelo Brasil, devido ao facto de aí terem familiares ou conhecidos, fatores estes que facilitam a adaptação e até a inserção no mercado de trabalho. Desta forma, o papel das redes foi visto como um importante incentivo para a escolha do país de destino, corroborando Velázquez (2000), Gross e Schmitt (2003) e Black *et al.* (2006).

Outro fator de destaque está relacionado com a predisposição às migrações internacionais, no sentido de migrações anteriores de membros da família, o que se verificou entre os entrevistados, pois a maioria confirmou ter membros da família que já fizeram migrações internacionais anteriores.

Juntamente com as redes de contactos, os fatores nacionais representam um fator de relevância na escolha do país de destino para os migrantes internacionais. O destaque vai para as características culturais, principalmente relacionadas com a questão do idioma, fator destacado pela maioria dos entrevistados e que vem ao encontro de Dickmann (2012). No que diz respeito às semelhanças culturais, segundo Noe e Barber (1993), os indivíduos que procuram emprego no exterior por si mesmos têm uma tendência maior para escolher países mais semelhantes. Relacionado com as características geográficas, segundo Suutari e Brewster (2000), os migrantes internacionais têm maior tendência para escolherem países

mais próximos geograficamente, o que, neste caso, não foi observado, devido à distância entre os dois países em estudo (Portugal e Brasil).

Entretanto, destacou-se como um novo fator comentado pela maioria dos entrevistados o clima tropical, representando um aspeto positivo do Brasil, ou seja, relevante na escolha do país de destino. Quanto aos constrangimentos legislativos, não foram muito referenciados pelos entrevistados, o que pode ser devido ao facto de a maioria já ter saído de Portugal com emprego garantido e, assim, de a empresa recetora ter ajudado no processo de documentação necessária.

Relativamente aos fatores locais específicos, isto é, a escolha das cidades no país de destino, para a maioria deste grupo, está relacionada com as redes de contactos de família e/ou amigos, reforçando a ideia de Derwing e Krahn (2008) e Dickmann (2012). Também foi destacado entre os entrevistados o fator profissional como determinante na escolha da cidade, ou seja, a razão da escolha deve-se à localização da empresa onde conseguiram o estágio profissional ou emprego, e desta forma aparece um novo fator, relacionado com a escolha do local específico no país de acolhimento.

4.3. Relação dos fatores destacados pela literatura e possíveis novos fatores

Durante a codificação dos dados, além de serem relacionadas as informações recebidas com a literatura estudada, foi dada especial atenção às novas informações fornecidas pelos entrevistados, as quais não foram previamente identificadas na literatura. Com este propósito, as entrevistas foram analisadas de modo a procurar os principais fatores influenciadores das migrações dos entrevistados, tendo em consideração as categorias e subcategorias listadas na literatura. Desta forma, considerando-se os fatores influenciadores manifestados pelos entrevistados e o quadro teórico da revisão de literatura, os dados foram codificados em três tipos: novos fatores (NF), que correspondem a fatores destacados pelos entrevistados e não referidos na revisão de literatura; fatores referidos pelos entrevistados e relacionados com a literatura (FR) e fatores identificados na revisão de literatura, mas que não foram referidos pelos entrevistados (FN), baseados no estudo de Amaral e Sousa (2009), auxiliando assim na busca pelos novos fatores.

Os novos fatores destacados pelos entrevistados foram os seguintes: a falta de perspectiva de crescimento económico futuro de Portugal; o reconhecimento internacional do mercado de trabalho no Brasil; a migração internacional como um investimento pessoal e profissional; o clima tropical do Brasil e a escolha da cidade influenciada pelo local do estágio profissional. Estes fatores mostram uma forte relação com a situação atual em que se encontram ambos os países deste estudo e estão muito relacionados com o tipo de

migrantes internacionais atuais, ou seja, as migrações internacionais de pessoas está evoluindo, assim como o perfil dos migrantes internacionais, e estes novos fatores contribuem para assinalar novas situações a serem consideradas nos estudos da mobilidade internacional de pessoas.

Outro ponto interessante verificado são os fatores identificados pela literatura, mas que não foram referenciados pelos entrevistados, os quais também salientam o novo perfil das migrações internacionais. Como exemplo, a falta de direitos humanos como força de expulsão, ou a busca por maior rendimento *per capita* ou benefícios financeiros no país de origem e até a motivação de maximizar o rendimento familiar através das remessas financeiras, o que era muito observado nas migrações de há alguns anos atrás.

4.4. Cruzamento de dados obtidos nas entrevistas

Tendo sido apresentados, através da análise de conteúdo dos dados obtidos, os resultados relacionados com as categorias e subcategorias abordadas pela literatura no presente estudo, torna-se importante explorar as possíveis relações entre os principais fatores, fazendo o cruzamento das principais categorias e/ou subcategorias.

Para analisar a influência dos fatores económicos na decisão por uma migração internacional, faz-se uma separação dos dados relacionados com a saída de Portugal e os fatores relacionados com a escolha do Brasil. Desta forma, percebe-se como os fatores associados aos países envolvidos se complementam, cada um com o seu papel de expulsão (país de origem) e de atração (país de destino). Ou seja, a falta de perspetivas de crescimento económico futuro em Portugal (país de origem) é combinada com o desenvolvimento e crescimento económicos atuais do Brasil. A insegurança no emprego no país de origem relaciona-se com as oportunidades de emprego no país de destino, além da baixa perspetiva de desenvolvimento da carreira em Portugal se alia ao espaço para crescer profissionalmente no Brasil.

Através da análise dos resultados, foi possível também verificar uma forte relação entre os fatores não estritamente económicos, destacados pelos entrevistados e os fatores económicos relacionados com a escolha do país de destino. Assim, o reconhecimento profissional futuro, fator muito referenciado pelos entrevistados (fator não estritamente económico), está muito relacionado com o reconhecimento internacional do mercado de trabalho brasileiro (fator económico). Assinale-se igualmente a procura de progressão profissional e o desenvolvimento e crescimento económicos do Brasil, que têm gerado muitas oportunidades e espaço para crescer profissionalmente. Da mesma forma, a procura pelo crescimento pessoal, novas experiências, aventura e mudança de vida e o objetivo de

investimento a nível pessoal e profissional. De igual modo, os fatores económicos apresentados associam-se aos fatores não estritamente económicos, relacionados com a categoria dos interesses pessoais, e o desejo pelo crescimento e desenvolvimento pessoal e a perspetiva de reconhecimento futuro da experiência profissional internacional, aliados à procura do desenvolvimento profissional e à possibilidade de aprendizagem, vêm ao encontro da situação económica e laboral dos países envolvidos. Estes dados corroboram Torresan (2012), que sugere que a migração internacional está muito relacionada com a situação económica dos países envolvidos, mas estando muitas vezes a chamada motivação económica combinada com uma série de outros fatores ditos “não-económicos”, o que torna difícil separar razões económicas e não económicas dos migrantes internacionais.

A análise dos planos de futuro dos entrevistados pretendeu perceber quais os seus projetos de migração e intenções futuras, considerando os próximos cinco anos, ou seja, se os entrevistados pretendem permanecer no Brasil, reemigrar para outro país ou regressar ao país de origem, o que permitiu saber se a perspetiva do entrevistado, quando decidiu emigrar, tem relação com a decisão de ficar ou não no Brasil.

Como se pode verificar, existe uma relação entre as perspetivas profissionais antes da emigração e os planos de futuro. Dos dez entrevistados, cinco disseram pretender ficar no Brasil em definitivo, e as suas perspetivas antes da emigração estavam muito relacionadas com o desenvolvimento e construção de uma carreira, conseguindo atingir os seus objetivos no Brasil e desta forma confirmando a sua intenção de aí permanecer. Os restantes quatro pensam que daqui a cinco anos já terão saído do Brasil e regressado a Portugal, e, neste caso, percebe-se que as perspetivas destes entrevistados estavam mais relacionadas com interesses pessoais de desenvolvimento e crescimento profissional, novas experiências e aprendizagem. Apenas uma entrevistada voltou a Portugal, por não ter conseguido regularizar a sua situação, mas com planos de retornar ao Brasil, logo que possível.

Segundo Baruch *et al.* (2007), experiências internacionais prévias podem aumentar o interesse para ficar e progredir numa carreira internacional, pelo que se pretendeu analisar a relação entre as experiências internacionais anteriores dos entrevistados, a migração internacional anterior de membros da família e o papel das redes de migração e familiares no país de destino, com a decisão de emigrar. No caso do grupo dos entrevistados, relacionado com as experiências internacionais anteriores, não vem de encontro à afirmação acima referida, pois a maioria (seis entrevistados) não teve experiências anteriores, ou seja, a primeira experiência internacional foi no Brasil. Estes dados corroboram com as características dos entrevistados, principalmente relacionadas com o facto de serem emigrantes jovens (menos de 35 anos), em grande parte procurando a primeira experiência

profissional. Entretanto, a maioria, com exceção de apenas uma, têm familiares que já fizeram migrações internacionais anteriores. Em apenas três casos percebe-se que a migração anterior da família para o Brasil foi autossustentada ao longo do tempo. Conclui-se desta forma que o principal fator influenciador da decisão de emigrar deste grupo, considerando as três hipóteses analisadas, são as migrações internacionais anteriores de membros da família e as redes de contactos de amigos e familiares no país de destino.

5. Considerações Finais

A presente investigação veio sublinhar o importante papel que os fatores não estritamente económicos exercem na decisão pela migração internacional, aparecendo assim como relevantes quando comparados com os fatores económicos, apesar de se verificar também a grande dificuldade em separar razões tradicionalmente económicas de razões não estritamente económicas.

Considerando os fatores não estritamente económicos, como os interesses pessoais, as redes de contactos, a questão do idioma e do clima do Brasil, foram fatores de destaque, combinados é claro com questões económicas de ambos os países, salientando a forte relação entre os fatores e o importante papel do país de origem e do país de destino. Dentro deste contexto, foi possível analisar o papel de cada país na decisão pela migração internacional e os resultados revelaram que as forças de expulsão do país de origem são mais determinantes, ou seja, a situação económica de Portugal teve mais peso na decisão do que a situação económica do Brasil. Desta forma, saliente-se o facto de Portugal ser um país tradicional de emigração, colocando-se a questão, de que apesar de os fatores não económicos representarem muito na decisão, se a economia portuguesa fosse mais estável, principalmente depois de 2008, provavelmente os portugueses não saíam com tanta frequência e intensidade do país.

As principais causas do aumento dos fluxos imigratórios atuais, analisados neste estudo, estão muito associadas aos novos fatores destacados pelos entrevistados, os quais além de apresentarem uma forte relação com a situação económica atual dos países envolvidos, estão muito relacionados com a evolução das migrações internacionais e as características dos migrantes internacionais atuais, os quais visualizam as possibilidades de emprego a nível global e desta forma procuram, num primeiro momento, oportunidades de aprendizagem, crescimento e reconhecimento profissional, mais do que salário ou rendimentos associados. Estes novos fatores podem trazer contribuições teóricas, utilizando os mesmos para novos estudos sobre a mobilidade internacional de jovens qualificados, como também, através de metodologias confirmatórias, verificar a continuidade dos novos fatores encontrados.

Em suma, os fatores influenciadores do aumento da mobilidade dos jovens trabalhadores qualificados portugueses para o Brasil, na atualidade, estão mais relacionados com: (1) os interesses pessoais de crescimento, desenvolvimento profissional e reconhecimento futuro pela experiência internacional; (2) as questões económicas relacionadas com a falta de perspetiva de crescimento económico futuro em Portugal e o desenvolvimento e crescimento económico do Brasil, (3) as redes de contactos, a questão do idioma e o clima do Brasil e (4) a situação do mercado de trabalho de ambos os países.

Bibliografia

Amaral, P., & Sousa, R. (2009). Barriers to internal benchmarking initiatives: An empirical investigation. *Benchmarking: An International Journal*, 16(4), 523-542.

Baruch, Y., Budhwar, P. S., & Khatri, N. (2007). Brain Drain: Inclination to Stay Abroad after Studies. *Journal of World Business*, 42(1), 99-112.

Batić, J. (2012). The effects of the world financial crisis on economic migration trends in the EU. *Graduate School of International Economics, Megatrend University, Belgrade*, 9 (1), 265-284.

Black, R., Biao, X., Collyer, M., Engbersen, G., Heering, L. & Markova, E. (2006). Migration and Development: Causes and Consequences. *The Dynamics of International Migration and Settlement in Europe: A State of the Art*. IMISCOE Joint Studies series. Amsterdam: Amsterdam University Press; distributed by University of Chicago Press, 41-63.

Bonache, J., Brewster, C., Suutari, V., & De Saá, P. (2010). Expatriation: Traditional criticisms and international careers: Introducing the special issue. *Thunderbird International Business Review*, 52 (4), 263-274.

Brzozowski, J. (2012). Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, 26 (75), 137-156.

Carvalho, J. A. M., & Campos, M. B. (2006). A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *Estudos Avançados*, 20 (57), 55-58.

Castles, S. (2000). International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. *International Social Science Journal*, 52(165), 269-281.

Castles, S. (2010). Understanding global migration: A social transformation perspective. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1565-1586.

Costa, C. G. (2005). *A Cultura como Factor dinamizador da Economia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Demartini, Z. B. F. (2006). Immigration in Brazil: The insertion of different groups. *Journal of Immigrant and Refugee Services*, 4 (2), 69-95.

Derwing, T. M., & Krahn, H. (2008). Attracting and retaining immigrants outside the metropolis: is the pie too small for everyone to have a piece? The case of Edmonton, Alberta. *Journal of International Migration & Integration*, 9(2), 185-202.

Dickmann, M., Doherty, N. Mills, T. & Brewster, C. (2008). Why do they go? Individual and corporate perspectives on the factors influencing the decision to accept an international assignment. *The International Journal of Human Resource Management*, 19 (4), 731-151.

Dickmann, M. (2012). Why do they come to London? Exploring the motivations of expatriates to work in the British capital. *Journal of Management Development*, 31 (8), 783-800.

Doherty, N., Dickmann, M., & Mills, T. (2011). Exploring the motives of company-backed and self-initiated expatriates. *International Journal of Human Resource Management*, 22(3), 595-611.

Fernandes, D., Nunam, C. & Carvalho, M. (2011). O fenómeno de migração internacional de retorno como consequência da Crise Mundial. *Revista de Estudos Demográficos*, 49 (4), 69-98.

Fortin, M.F.; Côté, J. & Fillion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Edição Lusodidacta.

Gross, D. M., & Schmitt, N. (2003). The role of cultural clustering in attracting new immigrants. *Journal of Regional Science*, 43(2), 295-318.

Haas, H. d. (2010). Migration transitions: a theoretical and empirical inquiry into the developmental drivers of international migration. *International Migration Institute Working Papers, University of Oxford*, 24, 1-46.

Haas, H. d. (2012). The Migration and Development Pendulum: A Critical View on Research and Policy. *International Migration*, 50 (3), 8-25.

Inkson, K., Arthur, M. B., Pringle, J., & Barry, S. (1997). Expatriate assignment versus overseas experience: Contrasting models of international human resource development. *Journal of World Business*, 32(4), 351-368.

Lala, V., Allred, A. T., & Chakraborty, G. (2009). A Multidimensional Scale for Measuring Country Image. *Journal of International Consumer Marketing*, 21(1), 51-66.

Martine, G. (2005). A Globalização Inacabada: Migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em Perspectiva*, 19 (3), 3-22.

Ministério do Trabalho e Emprego (2013). *Base Estatística – CGIg – Resumo Geral*. <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013EB3ED24BC6178/4%20-%20Base%20Estat%20Geral%20-%20Detalhamento%20das%20autoriza%C3%A7%C3%B5es%20concedidas%20pela%20CGIg.pdf> ; consultado em 23 de Maio de 2013.

Noe, R. A., & Barber, A. E. (1993). Willingness to accept mobility opportunities: Destination makes a difference. *Journal of Organizational Behavior*, 14(2), 159-175.

Patarra, N. L. (2006). Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. *Estudos Avançados*, 20 (57), 7-23.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, M. C. P. (2000). Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment. In *Globalisation, Migration and Development*. Paris: OECD, 158-179.

Ramos, M.C.P. (2003). Dinâmicas e estratégias socioeconómicas relativas à emigração portuguesa. In *Porto de Partida - Porto de Chegada. A emigração portuguesa*. Lisboa: Âncora Editora, 57-78.

Ramos, M. C. P. (2007). Imigração, desenvolvimento e competitividade em Portugal. *Economia e Sociologia*, 84 (1), 71-107.

Ramos, M. C. P. (2008). Desafios à Europa Social no Contexto da Globalização - Gestão da Diversidade e da Educação nas sociedades multiculturais e do conhecimento. In *Educação, Interculturalidade e Cidadania*, Bucareste: Milena Press, 6-29.

Ramos, M. C. P. (2013). Globalização e Multiculturalismo, *Revista Eletrónica Inter-Legere* “Políticas públicas, teorias e experiências”, nº 13, Julho/Dezembro, 75-101. www.cchla.ufrn.br/interlegere

Reis, R. R. (2011). A Política do Brasil para as Migrações Internacionais. *Brazilian Policy for International Migrations*, 33(1), 47-69.

Richardson, J. & Mallon, M. (2005). Career interrupted? The case of the self-directed expatriate. *Journal of World Business*, 40 (5) 409-420.

Rotte, R. & Vogler, M. (1998). Determinants of International Migration: Empirical Evidence for Migration from Developing Countries to Germany. *IZA Discussion paper series*, 12, 1-33.

Stahl, G.K., Miller, E.L. & Tung, R.L. (2002). Toward the boundaryless carrer: a closer look at the expatriate carrer concept and the perceived implications of an international assignment. *Journal of Word Business*, 37 (2), 216-227.

Suutari, V. & Brewster, C. (2000). Making their own way: International Experience Through self-initiated foreign assignments. *Journal of World Business*, 35 (4), 417-436.

Suutari, V. & Smale, A. (2008). Designing IB Curricula for Future Global Careerists: A Boundaryless Career Perspective. *Journal of Teaching in International Business*, 19(2), 167-191.

Taran, P., Ivakhnyuk, I., Ramos, M. C. P., & Tanner, A. (2009). *Economic migration, social cohesion and development:towards an integrated approach*. Strasbourg: Council of Europe Publishing.

Taylor, J. E. (1999). The new economics of labour migration and the role of remittances in the migration process. *International Migration*, 37 (1), 63-88.

Tharenou, P. (2003). The initial development of receptivity to working abroad: Self initiated international work opportunities in young graduate employees. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 76 (4), 489-515.

Tilly, C. (2011). The impact of the economic crisis on international migration: A review. *Work, Employment and Society*, 25 (4), 675-692.

Torresan, A. (2012). A middle class besieged: Brazilians' motives to migrate. *Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, 17(1), 110-130.

Tung, R.L. (1998). American Expatriates Abroad: From Neophytes to Cosmopolitans. *Journal of World Business*, 33 (2), 125-144.

Velázquez, F. C. (2000). Approaches to the study of International Migration: A review. *Estudios Fronterizos, Universidad Autónoma de Baja Califórnia, México*, 1 (1), 137-168.

NOVAS REALIDADES, NOVOS DESAFIOS NA SAÚDE DAS CRIANÇAS - ÁREA SENSÍVEL DAS NOVAS REALIDADES

Ivete Rosária Almeida dos Milagres Monteiro

Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE

Hospital Dona Estefânia

ivete.monteiro@gmail.com

Resumo

A crise socioeconómica sentida por toda a Europa, e também em Portugal, assume uma expressão preocupante quando falamos de saúde. São várias as vertentes afetadas, com especial ênfase a saúde mental das pessoas, a saúde comunitária e a saúde infantil. As crianças, como um dos grupos mais vulneráveis, sofrem direta ou indiretamente com esta nova situação, sendo forçadas a fazerem alterações importantes na sua vida, muitas delas sentidas como castigo ou punição. Tome-se como exemplo a diminuição de recursos económicos que provoca uma alteração na dinâmica familiar, implicando uma mudança de escola, um afastamento dos colegas e amigos, uma diminuição das atividades extracurriculares. Além deste aspectos, outros como a alimentação, o sono, a vigilância de saúde e os cuidados antecipatórios são afectados. Novas prioridades são estabelecidas tornando a saúde um bem dispensável, que só é valorizado em contexto de doença. Os profissionais de saúde têm uma responsabilização acrescida na detecção de situações que comprometam a saúde da criança, procurando soluções conjuntas com a família, privilegiando a articulação com os recursos existentes na comunidade no sentido de definir alternativas válidas para ultrapassar os obstáculos impostos pela crise. Pretende-se identificar qual a influência da crise na saúde das crianças, analisando situações reais que ocorrem nos serviços de pediatria e que são resultado das alterações económicas e sociais atuais. São identificadas situações que afetam a saúde da criança com doença crónica, decorrentes da crise. Em Portugal não existe um sistema de monitorização contínua dos efeitos da crise na saúde dos portugueses. Este artigo baseia-se numa revisão da bibliografia mais recente sobre esta temática, complementada com a análise de situações e a análise do discurso de diferentes profissionais de saúde que trabalham na área da pediatria. Os resultados obtidos vão ao encontro dos relatórios efetuados em Portugal, verificando-se os efeitos da crise a nível de grupos mais vulneráveis como as crianças, afetando vertentes como a alimentação, a saúde mental e o acesso dos cuidados de saúde.

Palavras-Chave: Crise económica, saúde, criança, profissionais de saúde.

Abstract

The socio-economic crisis felt throughout Europe, including Portugal, assumes an expression of concern when it comes to health. There are several strands affected, with special emphasis on people's mental health, community health and child health. Children, as one of the most vulnerable groups suffer directly or indirectly with this new situation, being forced to make major changes in their life, many of them felt as punishment. Take as an example the reduction of economic resources that causes a change in family dynamics, implying a change of school of children, a departure from colleagues and friends, a decrease in extra-curricular activities. Besides this aspect, others such as food, sleep, health monitoring and anticipatory care are affected. New priorities are established making health a well dispensable, that is only valued in the context of disease. Health professionals have a greater responsibility to detect situations that endanger the health of the child looking for solutions together with family, emphasizing the link with the existing resources in the community to define valid alternatives to overcome the obstacles posed by the crisis. The aim is to identify the impact of the crisis on children's health, analyzing real situations that occur in pediatric services and which are a result of the current economic and social changes. Situations are identified that affect the health of children with chronic disease, arising from the crisis. In Portugal there is no continuous monitoring system of the effects of the crisis on the health of the Portuguese. This article is based on a review of the latest literature on this subject, complemented by the analysis of situations and discourse analysis of different health professionals working in the field of pediatrics. The results are in line with the reports made in Portugal by checking the effects of the crisis at the level of vulnerable groups such as children, affecting aspects such as food, mental health and access health care.

Keywords: economic crises, health, child, clinical professionals.

1. A crise e a saúde

A situação económica atual vivenciada em toda a Europa, e em particular em Portugal, tem repercussões inegáveis na vida diária das pessoas, impondo alterações e modificações significativas no seu quotidiano. É consensual que os momentos conturbados que estamos a atravessar na Europa trazem dificuldades a nível económico, social e emocional que se repercutem inevitavelmente na saúde das populações. A incerteza a nível do emprego, a falta de sistemas de apoio, aliados à desmotivação e às constantes dificuldades são apenas alguns fatores que condicionam o bem-estar das pessoas, tanto a curto como a médio prazo.

Vários países vivem estas incertezas e dificuldades, sendo em alguns muito evidentes

as assimetrias sentidas e vivenciadas pelas pessoas. A insatisfação cresce, o descontentamento aumenta, mantendo-se o desconhecimento encoberto das razões e dos fatores condicionantes desta crise. Segundo o Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), “a forma como uma crise socioeconómica afeta a saúde depende essencialmente dos seguintes factores: situação socioeconómica, de saúde e proteção social, à partida, intensidade da crise e oportunidade e qualidade das respostas”. Torna-se, desta forma, essencial atuar sobre estes condicionantes proporcionando políticas que evitem o endividamento pessoal e familiar, e que simultaneamente estimulem o crescimento económico, conduzindo a uma igualdade de promoção de acesso aos serviços de saúde.

Em Portugal, a avaliação realizada ao Sistema Nacional de Saúde (SNS) não aponta para uma reforma total, mas identifica pontos que deverão ser mudados de forma a aumentar a eficiência. Entre eles estão a racionalização dos custos, que condicionam em certos casos a qualidade da oferta e também o nível de procura.

A saúde resulta de uma combinação de fatores que proporcionam ao indivíduo bem-estar físico, mental, social e cultural. Ou seja, se uma destas vertentes se encontra alterada, ocorre um desequilíbrio que se repercute inevitavelmente nos outros fatores. A crise traz consequências tanto a nível da oferta de serviços: quantidade e qualidade dos serviços de saúde, como da procura (dificuldade de acesso aos serviços, novas prioridades).

É essencial ver a saúde como um todo, onde ocorre uma interação dinâmica entre todos os elementos. O Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS) considera que a crise e a austeridade dificultaram o acesso dos portugueses aos serviços de saúde e sublinha a preocupação com a contenção de gastos no sector. A mesma entidade refere que o racionamento de gastos constantemente abordado e incentivado traduz-se na construção de uma mentalidade de contenção, que apesar de não expressa está subjacente a todos os comportamentos.

Por outro lado, a falta de poder económico obriga as famílias a fazerem escolhas que muitas vezes não são as mais acertadas, escolhendo caminhos mais fáceis e mais baratos, ou simplesmente fazendo as escolhas possíveis. Diariamente constata-se a existência de novos erros alimentares, sociais, psicológicos resultantes de alterações de políticas de apoio social e económico que se traduzem na prática em opções por produtos alimentares de fácil acesso, encurtamento dos tratamentos prescritos ou simplesmente, no ignorar consciente das soluções propostas a nível da saúde.

2. Influência da crise

O efeito direto da crise económica manifesta-se na falta de recursos económicos, o que conduz à quebra dos vínculos sociais, ao isolamento social, à falta de solidariedade e também a alterações psicológicas e de comportamento. Ao analisarmos os efeitos da crise a nível da saúde constata-se inevitavelmente a existência de fatores sociais determinantes. O Relatório Primavera 2012 corrobora esta ideia ao constatar que a situação socioeconómica, de saúde e proteção social, a intensidade de crise e a oportunidade e qualidade das respostas são determinantes na forma como a crise socioeconómica afeta a saúde.

A crise económica desencadeia uma crise social onde se verifica um incremento das dinâmicas de exclusão social e um acréscimo de desigualdades entre as pessoas mais desfavorecidas, evidenciando-se lacunas nas necessidades básicas como a alimentação, a habitação, a educação e no acesso aos cuidados de saúde (Caritas Europa, 2015). Estas deficiências traduzem-se em carências sociais, numa vigilância de saúde mais pobre e posteriormente, num desinteresse e numa falta de investimento nesta área (Caritas Europa, 2015). No entanto, a saúde mental é a vertente mais identificável de consequência da crise. O número de casos de pessoas com depressão, que recorrem a medicação e o aumento da taxa de suicídios são indicadores concretos desta problemática.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2011 reforçou esta ideia ao revelar que o desemprego, uma das consequências da crise, afeta a saúde mental das populações e ao incentivar a criação de respostas efetivas para evitar ou atenuar esta problemática. Entre elas, destacam-se uma maior proteção social, a existência de políticas que promovam o emprego, o reforço de redes de suporte familiar e social, a criação de estruturas que ensinem a população a evitar ou contornar o processo de endividamento e também, a existência de políticas de saúde que apoiem as pessoas que foram afetadas por algumas consequências da crise, como o alcoolismo e as toxicodependências. O aumento de comportamentos de risco não é só visível nos adultos. Também as crianças e os adolescentes, numa escala mais alargada aumentam esses comportamentos numa necessidade de sentir ainda algum domínio sobre o que os rodeia. A ideia de controlo, de experienciar novas situações, de autonomia prevalece muitas vezes, em detrimento do bom senso.

O recuo ou estagnação nas estratégias de saúde pública, a diminuição das condições mínimas de vida, os atrasos na reposição de medicação e na sua entrega contribuem para um desleixo com a saúde da população e para um aumento das doenças, a diferentes níveis: transmissão, acompanhamento e cura. As restrições colocadas atualmente a nível dos gastos com a saúde podem colocar em risco, num futuro próximo, as competências e a

capacidade de resolução de problemas que temos vindo a adquirir. A política de prevenção que dá ênfase aos ensinamentos e que valoriza os comportamentos saudáveis pode sofrer um retrocesso. Que valores relacionados com a saúde queremos transmitir num dia a dia regulado por limites, restrições, cortes e inseguranças? As dificuldades sentidas são constantes e fazem esmorecer a capacidade de adaptação e de superação dos obstáculos.

São alterações reais, que são vividas diariamente pelas pessoas, pelos pais, pelas próprias crianças. Quantas vezes as pessoas se queixam de não conseguirem dormir, de sentirem-se angustiadas, de manifestarem falta de paciência e agressividade? São manifestações externas de uma insatisfação permanente que tende a crescer (Caritas Europa, 2015).

Estes sentimentos negativos, de névoa sobre o futuro existem a nível individual, nas também a nível familiar e comunitário. A incerteza, o desalento, a vergonha sentidas interiormente acabam por se alastrar à família. Recorre-se a familiares e a amigos que por sua vez também não conseguem dar resposta e que também precisam de ajuda, altera-se a vida familiar e a vida social, e muitas vezes perde-se a dignidade... É certo que dentro desta realidade, existem pessoas que conseguem encontrar um caminho, desenvolver a criatividade, descobrir competências novas. Mas também é certo que muitas das vezes esta apenas é uma pequena parte da realidade do nosso país. Os pais cansados e deprimidos, sem esperança, transmitem as suas preocupações aos filhos e alteram as suas relações não só entre si, como com os filhos. A crise está diretamente relacionada com o aumento de distúrbios psicológicos e com o agravamento de comportamentos de risco, tais como alcoolismo ou toxicodependências (Escoval, Lopes e Ferreira, 2012). A nível da saúde existem grupos que são mais vulneráveis tais como os idosos e as crianças. Estes dois grupos, situados em extremos opostos do ciclo de vida são particularmente sensíveis às alterações de acontecem a nível da saúde, resultantes da crise, tanto a nível de promoção da saúde como a nível do acesso aos cuidados de saúde.

3. A criança, a saúde e a crise

As crianças continuam a ser um dos alvos mais evidentes da crise. Afetadas diretamente pela inexistência de políticas adequadas ou indiretamente pelos seus pais, os quais vivenciam esta crise através do desemprego, endividamento, perda de auto-estima ou por estados como a depressão e ansiedade (Escoval, Lopes e Ferreira, 2012), elas somatizam doenças e apresentam novos distúrbios, que poderão ter repercussões no seu desenvolvimento. Segundo o Comité Português para a Unicef (2013), as famílias são forçadas a fazer escolhas em relacionadas com as despesas familiares, que poderão ter

expressão na privação de bens e serviços essenciais ao desenvolvimento das crianças. As carências alimentares que existem, ainda não se traduzem em casos de desnutrição no nosso país mas a crise tem expressão em várias dimensões da alimentação, tais como quantidade de comida que se confeciona e na frequência do consumo de alimentos essenciais e não essenciais (Comité Português para a Unicef, 2013). Em Portugal, o número de crianças que faz as suas refeições nas escolas e instituições tem vindo a aumentar. Segundo Truninger, Teixeira, Horta, Alexandre e Silva (2013, p.11), “muitas vezes, o almoço na escola constitui a única refeição quente do dia de crianças e jovens de famílias carenciadas”.

A escassez de recursos das famílias não permite que estas deem tudo o que as crianças precisam para o seu bem-estar físico e emocional. Seja por falta de informação, desconhecimento de alternativas, dificuldade no acesso dos serviços de saúde devido ao custo ou incapacidade económica o valor da saúde das crianças é muitas vezes colocado em causa com a gestão de prioridades e a poupança que os pais têm de fazer optando por soluções mais baratas. Aos fatores anteriormente descritos acrescem muitas vezes a vergonha de exporem a sua situação precária e o medo de serem mal recebidos nas instituições de saúde, dado reconhecido no Relatório de Primavera 2012, que refere a estigmatização associada ao estatuto de pobreza como um dos fatores responsáveis pela insatisfação de uma população mais vulnerável.

Diariamente sobressaem casos de nutrição deficiente das grávidas, falta de seguimento no início da gravidez, preparação inadequada das fórmulas artificiais do leite, antecipação da introdução de alimentos na alimentação das crianças, opção forçada produtos de baixo valor nutricional e por apenas duas refeições principais, esquecendo-se frequentemente do pequeno-almoço das crianças, o que traz conseqüentemente dificuldades de concentração, de memorização e de aprendizagem. Além destas constata-se a nível da saúde a diminuição das atividades promotoras de saúde, o aumento do número de acidentes, os problemas dentários mais frequentes. Surgem ainda situações de abandono precoce de tratamentos, de impossibilidade de compra de medicamentos devido ao seu preço, substituição por outros que lhes parecem ser similares, mas que não são os mais adequados à situação clínica (automedicação). Também a nível da educação se verificam situações de mudança impostas pela crise. A mudança de escola e o afastamento dos amigos constituem exemplos práticos desta realidade.

O impacto económico global nos serviços de saúde revela que atualmente o recurso a estes serviços é utilizado não apenas para o diagnóstico de uma doença ou para tratar uma situação de saúde aguda. Nos dias de hoje é utilizado também como pedido de ajuda para a resolução de situações precárias e de empobrecimento, muitas vezes situações extremas

de carências em que os pais preferem que a criança fique internada para que tenha os medicamentos e a alimentação necessária e adequada. Os serviços sociais dos hospitais recebem diariamente pedidos de ajuda para estas situações.

4. A realidade da criança com doença crónica

Outra realidade relacionada com a saúde, em particular, com as crianças com doença crónica é a falta de recursos e de apoios existentes na comunidade para que as crianças regressem o mais depressa possível a casa. Desta forma, existe uma permanência mais prolongada nos hospitais em situações de crise, a necessidade imposta de opção por alguns medicamentos ao invés do seguimento rigoroso do plano terapêutico e medicamentoso mais correto, o encurtamento dos tratamentos prescritos por falta de dinheiro, o ignorar consciente das soluções propostas a nível da saúde porque estas não se adequam à nova realidade. A necessidade de escolher induzida/imposta aos pais de uma criança com doença crónica desperta sentimentos de ansiedade, culpa e desespero, os quais algumas vezes evoluem para uma inversão de papéis, onde, por vezes, as crianças assumem o papel de cuidadores. Esta constatação empírica, baseada das realidades que os profissionais de saúde vivenciam, carece de um estudo que a sustente. Com efeito, a exposição da incapacidade dos cuidadores é muitas vezes ocultada por vergonha. Só uma análise mais profunda poderá conhecer as razões, compreender os comportamentos e construir estratégias viáveis para esta problemática.

De uma forma sistematizada, embora não traduza todas as dificuldades e realidades, podemos afirmar que a crise manifesta-se a nível dos cuidados de saúde em três vertentes: a falta de investimento, uma vigilância de saúde mais pobre e um desinteresse crescente a este nível, passando a saúde do estatuto de “bem mais precioso” a um bem de segunda necessidade. A falta de investimento passa por um subvalorizar de conceitos por parte dos pais, como os cuidados antecipatórios valorizando a saúde apenas em contexto de doença e no sentido único de tratamento e não de promoção de saúde. Cuidados como o exercício físico, a alimentação, a saúde mental só são pensados quando estão alterados. As vacinas constantes no Plano Nacional de Vacinação continuam a ser realizadas, existindo porém regiões (ARS Algarve) onde se constata reduções significativas e preocupantes na percentagem de utentes com Plano Nacional de Vacinação (PNV) atualizado (Relatório Primavera 2012). Outro dado visível da crise é a diminuição das consultas de vigilância infantil e de seguimento, recorrendo os cuidadores aos serviços de saúde apenas em situação de doença, desvalorizando (ou sendo forçados a desvalorizar) a vertente preventiva.

5. Os profissionais de saúde

A preocupação dos profissionais de saúde é evidente e cresce a cada dia que passa. Apesar de não existirem dados em Portugal sobre a percepção dos profissionais desta área, são constatados diariamente, nos centros de saúde e nos hospitais, sinais de alarme, tais como ansiedade, dificuldades de concentração ou problemas alimentares, que se encontram direta ou indiretamente relacionados com a crise atual. Esforços feitos durante décadas correm o risco de perderem o sentido se não se continuar a investir na saúde. Por parte dos profissionais de saúde exige-se uma atenção redobrada no sentido não só de uma identificação precoce e no acompanhamento destas novas necessidades, mas sobretudo numa antecipação das dificuldades e das contrariedades que as crianças e as suas famílias têm que enfrentar.

Um dos aspetos que deve ser desenvolvido é a capacitação dos pais para ultrapassar os problemas de saúde relacionados com os seus filhos. Essa capacitação passa pelo ensino e pelo desenvolvimento de competências para cuidar dos seus filhos em situação de doença, mas também na procura de alternativas e de novos recursos que possam ajudar na construção de um conceito de saúde adequado à realidade que estamos a viver. Mais do que trabalharem sozinhos seria importante um esforço conjunto com outros pais no sentido de identificarem dificuldades, planearem ações e avaliarem a sua própria eficácia. É de valorizar a criação de estruturas informais nesta época, no sentido de constituírem um ponto de partida para o encontro de soluções conjuntas, mas também para reproduzirem modelos que possam constituir alternativas válidas. Por outro lado, a articulação entre os diferentes profissionais (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, terapeutas, psicólogos, educadoras de infância, professores) e os próprios familiares é essencial para um diagnóstico correto, um diagnóstico global tanto clínico como social que dê respostas concretas e viáveis a estas famílias. Se é fundamental que o despiste destas situações deve ser feito o mais precocemente possível e que as situações de urgência em que os pais recorrem ao hospital são um dos locais privilegiados para o início da nossa atuação, também é verdade que o diagnóstico de campo efetuado através de visitas domiciliárias que permitam o conhecimento da realidade destas crianças e das suas famílias, que contextualizem as reais dificuldades e hierarquizem estas situações é indispensável.

Surgem questões práticas, do ponto de vista organizacional, da articulação entre recursos, de escolhas. Importa refletir sobre as opções, as estratégias e os recursos. É o suficiente? São as corretas? A análise destas questões parece ainda ser precoce, no entanto é imprescindível uma avaliação contínua e ativa. Ainda estamos na fase de

identificação de comportamentos, de recolha de exemplos a seguir, de procura de soluções, de partilha... No entanto, a avaliação sistematizada e fundamentada desta realidade é uma necessidade urgente a que não podemos fugir. A saúde das crianças é uma preocupação real dos nossos dias, mas também do nosso futuro. Atualmente, a realidade aponta para uma necessidade de alertar constantemente para esta problemática através da realização de sessões de esclarecimento para os pais, da formação dos profissionais de saúde que devem estar sensibilizados no sentido de detetar precocemente estas situações e de encaminhar rapidamente para os serviços sociais. No entanto, isto não é suficiente. Medidas concretas foram adotadas para dar respostas a estas necessidades. Entre elas destacam-se o prolongamento de atendimento destes serviços, a extensão e aumento do número de visitas domiciliárias, a criação de protocolos de articulação com centros de saúde da área e o recurso mais assíduo a associações e outros recursos da comunidade, que possam dar uma continuidade efetiva ao trabalho iniciado. Após a adoção destas medidas iniciais e numa tentativa de dar resposta ao acréscimo de situações que têm surgido, pretende-se um alargamento a outros centros de saúde mesmo que estejam situados fora da área de residência e a cooperação entre instituições. Estas medidas não podem assumir um carácter meramente facilitador, pontual ou simplesmente de boa vontade. É necessário um compromisso de todas as partes para a compreensão da situação e sobretudo no sentido de formalizar opções e condutas. Debates realizados com todos os elementos da sociedade podem constituir um passo importante para a construção de uma sociedade que consiga fazer face às dificuldades resultantes da crise.

A aposta continua a ser na prevenção, com a consciência de que a solidariedade, a ação social e a ação médica deverão contribuir para potenciar a responsabilidade individual de cada um de nós. Chamar a atenção para estas situações, consciencializar os pais e famílias dos erros que podem incorrer e procurar soluções concretas credíveis é, deve ser, uma prioridade de todos os profissionais de saúde para que todos possamos olhar para a criança inserida numa família, que está inserida numa comunidade.

Bibliografia

Carmo, I.; Fernandes, A.; Justo, C.; Sakellarides, C.; Nunes, J.; Silva, J. et al. (2012). *Serviço Nacional de Saúde em Portugal: as ameaças, a crise e os desafios do futuro*. Lisboa: Edições Almedina.

Economou, A. & Nikolaou, A. (2007). Are recessions harmful to health after all: evidence from the European Union. *Journal of Economic Studies*, 35: 5, 368-384.

Escoval, A., Lopes, M. J., & Ferreira, P. L. (2012). *Crise & Saúde: Um país em sofrimento. Relatório de Primavera 2012*. Lisboa: Observatório Português dos Sistemas de Saúde.

Caritas Europa (2015). *Crisis Monitoring Report 2015: Poverty and Inequalities on the rise: just social models needed as the solution!*. Ireland: Caritas Europa.

Comité Português para a Unicef (2013). *As Crianças e a Crise em Portugal: Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais*. Lisboa: Comité Português para a Unicef.

Kentikelenis, A. Karanikolos, M.; Papanicolas, I.; Basu, S.; McKee, M. & Stuckler, D. (2011). Health effects of financial crisis: omens of a Greek tragedy. *Lancet*, 378 : 9801, 1457-1458.

Marmot, M. G. & Bell. R. (2009). How will the financial crisis affect health? *BMJ*. 338: 1,1314.

McKee, M. (2011). Responding to the economic crisis: Europe's governments must take account of the cost of health inequalities. *Journal Epidemiology Community Health*. 65: 5. 391.

Mladovsky, D. et al. (2011). *Health policy responses to the financial crisis and other health system shocks in Europe*. Copenhagen: European Observatory on Health Systems and Policies. WHO Regional Office For Europe.

Rechel, B. et al. (2011). Economic crisis and communicable disease control in Europe: a scoping study among national experts. *Health Policy*, 103: 2-3, 168-175.

Sá, A., Camponez, C., & Peixinho, A. T. (2012). *Aprofundar a Crise Olhares multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Stuckler, D. et al. (2011). Effects of the 2008 recession on health: a first look at European data. *Lancet*. 378: 9786,124- 125.

Truninger, M., Teixeira, J., Horta, A., Alexandre, S., & Silva, V. A. D. (2013). Estado social e alimentação escolar: criatividade na austeridade. *Forum Sociológico*, 23, 11-19.

University Medical Centre Rotterdam. Department Of Public Health. (2007). *Tackling health inequalities in Europe: an integrated approach: EUROTHINE: final report*. Rotterdam: Department of Public Health. University Medical Centre Rotterdam.

Wall, K., Almeida, A. N. D., Vieira, M. M., Cunha, V., Rodrigues, L., Coelho, F., Leitão, M. & Atalaia, S. (2015). *Impactos da crise nas crianças portuguesas: indicadores, políticas, representações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

CONFLITOS INTERCULTURAIS NO ESPAÇO EUROPEU – PERSPETIVAS DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO

Natália Ramos

Universidade Aberta, Lisboa

Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais

natalia@uab.pt

Resumo

A gestão da mobilidade humana, da diversidade cultural e da comunicação intercultural coloca desafios aos Estados, aos diferentes organismos nacionais e internacionais, aos migrantes e minorias, à sociedade em geral, bem como aos profissionais que trabalham nos vários setores de atividade. Ela implica um novo reposicionamento metodológico, epistemológico e ético ao nível da pesquisa, formação e intervenção no domínio das relações interculturais, sendo importante conhecer contextos, identificar conflitos e desenvolver competências interculturais em todos os que vivem na sociedade multicultural, nomeadamente europeia. O encontro intercultural, as relações entre o Eu e o Outro são influenciados por representações sociais, por estereótipos, preconceitos, projeções culturais, ideológicas e políticas. Estes elementos têm importância quer na aceitação/inclusão ou na discriminação/exclusão da diferença, do estrangeiro; quer na anulação ou valorização da identidade do Outro e da alteridade; quer na saúde e bem-estar, ou no sofrimento e doença; quer, ainda, nos conflitos e violência nas relações interculturais, entre majorias e minorias. O encontro intercultural inscreve-se num movimento de confrontação com a alteridade e é fonte de enriquecimento, desenvolvimento e criatividade, mas igualmente de ambivalências, crises, tensões e conflitos. Torna-se importante a identificação, compreensão e diminuição dos conflitos interculturais, o desenvolvimento de atitudes, comportamentos e competências, bem como a implementação de políticas públicas adequadas, tendo em vista gerir a diversidade cultural e a complexidade das relações interpessoais, intergrupais e interculturais e a prevenção dos conflitos daí decorrentes.

Palavras-chave: Mobilidade e Interculturalidade; Espaço Europeu e Diversidade Cultural; Relações Interculturais; Conflitos Interculturais; Competências Interculturais.

Abstract

The management of human mobility, cultural diversity and intercultural communication poses challenges to the States, to the various national and international organizations, to migrants and minorities, to society in general and to professionals working in various sectors of activity. It requires a new methodological, epistemological and ethical repositioning in terms of research, training and

intervention in the field of intercultural relations, making it important to know contexts, identify conflicts and develop intercultural skills in all those living in a multicultural society, namely in Europe. The intercultural meeting, the relationships between the Self and the Other, are influenced by social representations, by stereotypes, prejudices, and cultural, ideological and political projections. These elements are important either in the acceptance/integration or in the discrimination/exclusion of the different, of the foreigner; or for the elimination or valorisation of the identity of the Other and otherness; both in health and well-being, or in suffering and disease; or even in conflict and violence in intercultural relations between majorities and minorities. The intercultural meeting is part of a context of confrontation with otherness and it is a source of enrichment, development and creativity, but it is also the source of ambivalence, crises, tensions and conflicts. It is important to identify, understand and reduce intercultural conflicts, develop attitudes, behaviours and skills, as well as to implement adequate public policies, in order to manage cultural diversity and the complexity of interpersonal, intergroup and intercultural relations and prevent conflicts arising from there.

Keywords: Mobility and Interculturalism; Europe and Cultural Diversity; Intercultural Relations; Intercultural Conflicts; Intercultural Competences.

Introdução

A globalização e os movimentos migratórios têm aumentado os contactos interculturais na sociedade contemporânea, colocando novas questões às relações interculturais, bem como à prevenção e gestão das tensões e conflitos decorrentes da convivência e comunicação entre indivíduos e grupos de culturas diferentes, da coabitação com a diversidade cultural e da abertura de fronteiras.

A prevenção e a resolução das tensões e conflitos decorrentes dos contactos interculturais são objeto de preocupação de vários organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Organização Internacional das Migrações (OIM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Conselho da Europa (CE), e de organismos nacionais, como, por exemplo, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), e de muitos Estados, nomeadamente da União Europeia. Estas questões colocam múltiplos desafios às estratégias e políticas do século XXI, à comunicação e relações interculturais, à cooperação transnacional, bem como aos profissionais que trabalham nos vários setores de atividade, à gestão e negociação das identidades, dos conflitos e dos processos psicossociais inerentes aos contactos interculturais. Estas problemáticas implicam um novo reposicionamento metodológico, epistemológico e ético ao nível da pesquisa, da formação e da intervenção, sendo

importante identificar conflitos e desenvolver competências individuais, culturais e comunicacionais em todos os que vivem na sociedade multi/intercultural, tendo como objetivo a gestão da complexidade das relações entre pessoas e grupos de diferentes culturas, ultrapassar os diferentes tipos de discriminações e fronteiras e prevenir a violência e os conflitos interpessoais e intergrupais, sobretudo de cariz intercultural.

A conceção de diferença cultural, de alteridade e dos processos subjacentes aos contactos interculturais está no centro da dinâmica intercultural (Ramos, 2001, 2010). As dificuldades em conciliar na sociedade atual os princípios de individualidade, de particularismo e de universalidade, em reconhecer o Outro como diferente, em conceber a sua alteridade, em interrogar-se sobre a sua visão do mundo e as suas referências culturais, têm desencadeado muitos conflitos e tensões. A alteridade, o Outro, o estrangeiro são, em geral, concebidos como alguém que desestabiliza a identidade e provoca a desintegração da cultura dominante. As sociedades, ao definirem as suas “fronteiras” e referências culturais, provocam os seus “estranhos”, os conflitos, a exclusão e a marginalização (Bauman, 1995, 2005). Como sublinham outros autores, também na representação e relação com o Outro, com o estrangeiro, com a diferença, se verifica ao mesmo tempo, uma certa fascinação e inquietude, uma certa estranheza, que remete para os medos e prazeres infantis (Freud, 1985; Kristeva, 1988).

Para Tourraine (1996, 2004) e Wiewiorka (1997b) a cultura está no centro do que une e divide as sociedades contemporâneas, podendo estar na origem de diversos tipos de conflitos e violência. *A violência contemporânea situa-se no cruzamento do social, do político e do cultural do qual ela exprime correntemente as transformações e a eventual desestruturação* (Wiewiorka, 1997a, p. 35). Esta abordagem é complementada com a de outros autores, ao afirmarem que a banalização das desigualdades e injustiça social, o não acesso aos direitos fundamentais, a exclusão, a discriminação e a cultura do individualismo originam uma sociedade vulnerável e fragmentada, onde a exclusão é indissociável dos conflitos e violência (Castel, 1995; Dejours, 1999; Bauman, 2005).

O Conselho da Europa (2001) acentua ser necessário prevenir os perigos e conflitos que resultam da ausência de competências para conviver e comunicar num mundo global, plural e interdependente e, sobretudo, numa Europa multicultural e interativa. Contudo, não é só importante desenvolver competências que permitem aos indivíduos ultrapassar as dificuldades de interagir e comunicar em contexto intercultural, mas, sobretudo, é necessário refletir sobre as competências e atitudes que permitem uma melhor vivência e gestão da experiência da diversidade cultural e das suas contradições, complexidades e conflitualidades (Demorgon, 1989; Ramos, 2001, 2008b, 2010, 2011a, 2013). Aprender a gerir a diversidade cultural constitui um enriquecimento e uma necessidade das sociedades

atuais e futuras para prevenir os conflitos, sobretudo de natureza intercultural, para promover a coabitação e o diálogo intercultural, para a afirmação das identidades e dos direitos fundamentais, nomeadamente o direito à diferença, bem como o direito de participação e de cidadania.

A Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005 pela UNESCO (2001, 2005, 2007), traz contributos para a prevenção dos conflitos internacionais e interculturais, constituindo o primeiro documento internacional com valor jurídico a estatuir a importância da cultura e da diversidade cultural no domínio das políticas culturais, mas também no âmbito da cooperação internacional, das relações interculturais e dos direitos humanos. A Convenção da UNESCO concilia a defesa de duas visões: a do *universalismo*, com a defesa dos valores universais da paz, da solidariedade, da justiça e dos direitos do Homem, e a do *particularismo*, defendendo a liberdade de cada um expressar a sua cultura, decidir as suas escolhas e afirmar a sua identidade.

A diversidade cultural integra cada vez mais todos os domínios da esfera pública e é reconhecida pela UNESCO (2001), na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, artigo 3, como: *Uma fonte de um mundo mais rico e diversificado que alarga a possibilidade de escolhas e fortalece as capacidades e os valores humanos.*

A multiculturalidade, no sentido da coexistência numa mesma sociedade de várias culturas e etnias distintas, e o contacto intercultural, ou seja, o encontro de pessoas e de grupos diferentes do ponto de vista cultural, étnico ou linguístico, são elementos que caracterizam cada vez mais o tecido social nacional e internacional, verificando-se um aumento e diversificação das migrações, dos contextos interculturais e das figuras do Outro e da alteridade (Ramos, 2008b, 2010, 2011a, 2012,b, 2013). Na sociedade atual, existem novas configurações dos percursos migratórios e da interculturalidade devido a novos contextos sociais, familiares, demográficos, ambientais, laborais e políticos, tais como: a globalização; a urbanização; o envelhecimento demográfico nos países desenvolvidos; as necessidades do mercado de trabalho em muitos países industrializados; o desemprego e as crises internacionais que afetam os países desenvolvidos e em desenvolvimento; o aumento crescente da migração feminina; o turismo internacional; as catástrofes ambientais; os conflitos étnicos, políticos e religiosos; o surgimento de políticas migratórias em países que as não possuíam; a mobilidade gerida por uma governação mundial das migrações; as novas formas de mobilidade estudantil e qualificada; as necessidades de serviços domésticos e de cuidados aos idosos e às crianças nos países envelhecidos; os novos meios de comunicação (os *media*, a internet); as facilidades de deslocação e rapidez dos meios de transporte; o desenvolvimento de redes entre países baseadas na História, família e cultura.

A mobilidade e os percursos migratórios são hoje mais diversificados, complexos, feminizados, qualificados, internacionalizados, atingindo todos os continentes, países, géneros, classes sociais e gerações e implicando os vários domínios da esfera pública e privada, particularmente familiar. Mundialmente, estima-se que haja 740 milhões de migrantes internos e 240 milhões de migrantes internacionais. Destes migrantes internacionais, 50% são mulheres, constituindo a feminização das migrações uma das características das migrações contemporâneas. Só na União Europeia (UE), o número de migrantes provenientes de países extraeuropeus aumentou 75% desde 1980, sendo a Europa o continente que acolhe o maior número de migrantes no mundo. Os que migram devido à insegurança, a catástrofes, a guerras ou por motivos políticos são cerca de 14 milhões. As migrações forçadas de pessoas, geralmente tráfico de mulheres e crianças por redes criminosas internacionais, atingem 12 milhões de indivíduos (OCDE, 2012). Já em Portugal, segundo os Censos de 2011, residiam em Portugal 394.496 indivíduos de origem estrangeira, representando 3,7% do total de residentes do país, concentrados essencialmente na região de Lisboa (51,6%). Mais de metade desta população estrangeira é constituída maioritariamente por mulheres (206.410), sendo os homens 188.086. A maior comunidade estrangeira é a brasileira (28%), seguindo-se a cabo-verdiana (10%), a ucraniana (9%), a angolana (6,8%), a romena (6,2%) e os originários da Guiné-Bissau (4,1%) (INE, 2012). Por outro lado, Portugal tem reforçado a sua diáspora no mundo, tendo o número de portugueses que emigraram nos últimos anos aumentado significativamente, estimando-se que o número de portugueses e descendentes no estrangeiro atinja cerca de cinco milhões de indivíduos. Segundo dados do INE (2013), houve 121.418 portugueses a sair de Portugal só em 2012, cujo destino foi sobretudo a Europa.

Aprender a viver e a conviver com a diversidade cultural e com os outros, minorias ou maiorias, é uma exigência da sociedade contemporânea e relaciona-se com um conjunto de experiências, vivências, relações e saberes desde a infância e no decorrer da existência. Torna-se importante educar para a interculturalidade, cidadania e cultura da paz; promover os direitos económicos, sociais e culturais e favorecer a comunicação e as relações positivas com indivíduos culturalmente diferentes; aprender a lidar com os conflitos, a alteridade e as emoções; desenvolver conhecimentos, atitudes e competências para uma melhor compreensão do comportamento humano e intervenção em contexto de pluralidade cultural; e refletir sobre padrões de atuação, de modo a prevenir, a reduzir e a fazer face aos diferentes tipos de conflitos, particularmente em contexto intercultural (Sleeter, 1991; UNESCO, 1993; Ramos, 2001, 2007a, 2011a, 2013). Não esquecendo, todavia, que o conflito faz parte integrante da sociedade, como destaca Simmel (1983), sendo importante um melhor conhecimento e domínio de atuação face ao mesmo.

1. Alteridade, relações Interculturais e conflitos

O encontro intercultural, a convivência com a diversidade cultural e as relações entre o Eu e o Outro são influenciados por representações sociais, estereótipos, preconceitos, projeções culturais, ideológicas e políticas e pelo etnocentrismo. Estes elementos vão ter importância quer na aceitação/inclusão ou na discriminação/exclusão da diferença, da diversidade, do estrangeiro; quer na anulação ou valorização da identidade do Outro e da alteridade; quer na saúde e bem-estar ou no sofrimento e doença; quer, ainda, nos conflitos e violência decorrentes das relações interculturais, entre majorias e minorias, entre nacionais e migrantes. O Outro culturalmente diferente poderá ser visto como alguém a tolerar, como um sujeito pleno de um grupo social, como uma fonte social e cultural positiva, como um cidadão com direito à afirmação da diferença e à participação, ou como ameaça e fonte do mal e um sujeito a excluir, a discriminar ou a eliminar. O Outro é frequentemente conduzido ao mesmo (não sendo reconhecida a sua diferença), ou percebido como Outro (considerado estranho e diferente), ou percebido ainda, como o contrário de *nós* (projetando-se sobre ele atributos e valores contrários aos nossos ou negativos).

Investigações clássicas salientam que os membros de um determinado grupo têm tendência a acentuar as diferenças na relação e comparação com os outros grupos, baseados no processo de diferenciação e de categorização, entre *nós* e os *outros*, e na tendência de a desvalorização do Outro ser geralmente acompanhada da valorização do seu próprio grupo, o que poderá produzir discriminação e conflitos intergrupais (Tajfel, 1970; Sherif, 1970). Para Lipiansky (1999), a percepção do estrangeiro implica vários mecanismos: um *efeito de contraste*, que tende a acentuar as diferenças entre os indivíduos pertencentes a culturas diferentes; um *efeito de estereotipia*, que conduz a perceber o estrangeiro, o Outro, através de representações sociais construídas a partir da cultura de pertença e a considerar que todos os estrangeiros correspondem a esse “protótipo”; um *efeito de assimilação*, que tende a acentuar as semelhanças entre os indivíduos de uma mesma cultura.

Os contactos interculturais estão relacionados com defesas e estratégias identitárias, que reenviam para situações contraditórias, por vezes conflituosas, ou seja, um movimento de abertura motivado pelo interesse e curiosidade, ou um movimento de fechamento destinado à preservação da identidade. O movimento de fechamento produz defesas identitárias, designadamente: a *negação* da diferença cultural, relativamente à defesa de uma unidade comum; a *idealização* do Outro; a *projeção*, através do qual o sentimento de ameaça é projetado no Outro, considerado como ameaçador; a *clivagem*, provocando uma

separação e uma categorização entre *nós* e os *outros* (Camilleri & Cohen-Emerique, 1989; Camilleri, 1990).

Sobre as relações com a alteridade e o Outro, Todorov (1982), destaca três modalidades:

a) de *natureza axiológica*: julgamentos de valor em relação ao Outro, por exemplo: bom/mau, igual/inferior;

b) de *natureza praxeológica*: medidas de aproximação ou afastamento em relação ao Outro, sobretudo ao nível comportamental, nomeadamente submissão do Outro, impondo-lhe os meus valores e assimilando-o a mim; submissão ao Outro, adotando os seus valores e identificando-me a ele; ou neutralidade e indiferença em relação ao Outro;

c) de *natureza epistémica*: tentativa de reconhecer ou de ignorar a identidade do Outro através de processos cognitivos.

O encontro com o Outro, com a alteridade, coloca desafios e dificuldades tanto aos nacionais como aos migrantes ou outras minorias. A violência não é inerente ao processo intercultural e migratório, mas é sobretudo a dificuldade em lidar com a alteridade, geralmente acompanhada de outros fatores, nomeadamente sociais, económicos, políticos, religiosos e culturais, que conduz a que a diversidade, a diferença do Outro (migrante ou nacional), produza conflitos e violência. Nas relações interculturais, o confronto com a alteridade poderá conduzir a diferentes tipos de conflito e violência, nomeadamente de cariz social e político:

1. *Separação/exclusão*: processo pelo qual o Outro, o diferente, é separado física, geográfica, religiosa e culturalmente, contribuindo também os estereótipos e os preconceitos religiosos e étnico/culturais para estabelecer os limites e as fronteiras;

2. *Assimilação*: o Outro é aceite na condição de deixar de ser Outro, diferente, se abandonar a sua identidade individual, histórica e cultural. A violência contra o migrante, contra o Outro, é a violência contra a sua alteridade;

3. *Expulsão*: o Outro, o diferente, considerado perigoso, “bárbaro”, estranho e trazendo riscos para a comunidade, é expulso, banido, concretizando-se esta expulsão tanto com medidas de xenofobia, pela deportação, quanto com a perseguição política e ideológica e pelo endurecimento das políticas migratórias, de modo a afastar e a evitar a entrada de indivíduos pertencentes a grupos indesejados;

4. *Eliminação*: o caso mais grave e limite de conflito e violência, pois envolve a supressão biológica do diferente, quer através, por exemplo, de genocídios étnicos, quer também em casos de violência contra grupos de migrantes ou outros indivíduos considerados diferentes.

Frequentemente, para diminuir o medo do Outro, por exemplo do migrante, evoca-se a necessidade de reforçar a vigilância das fronteiras, ou mesmo de as fechar, de

estabelecer fronteiras, separando os *cidadãos* dos *invasores*, dos *estranhos*, os nacionais dos migrantes. Muitas histórias de migração regem-se pela exclusão ou pela assimilação, representando uma violência estrutural e estruturante. Esta violência faz-se acompanhar de dispositivos simbólicos que criam linhas de demarcação entre *bons* e *maus*, entre *nós* e os *outros*, desenvolvem mecanismos de ocultação da violência e de inversão da causalidade, deslocando a culpa para as vítimas (Bochner, 1982; Camilleri, 1990; Grant, 1992; Farmer, 2003; Ramos, 2001, 2004, 2008a, 2010). O estrangeiro, considerado como *forasteiro*, é frequentemente escolhido como o bode expiatório, e a *criminalização* dos migrantes esconde geralmente os verdadeiros motivos da crise e do conflito, produzindo atos de violência de ambas as partes.

No que diz respeito aos migrantes, estes são muitas vezes confrontados com fronteiras de pobreza, identidade, comunicação, preconceito, violência e racismo, que os conduzem a situações de vulnerabilidade social e psicológica, sofrimento, desilusão e conflito, as quais podem afetar a sua integração, saúde mental e física, bem-estar e capacidade para reclamar e defender os seus direitos. Muitos migrantes carregam frequentemente uma dupla vulnerabilidade (psicológica e social) e uma dupla exclusão (do país/cultura de origem e do país/cultura de acolhimento). A migração constitui um processo complexo e contraditório, uma experiência de desenraizamento, perda, rutura, luto e mudança, vivenciada pelo indivíduo de forma mais ou menos traumatizante, conflituosa ou harmoniosa, segundo os recursos individuais, sociais e políticos, implicando uma adaptação à cultura de acolhimento e a mudanças temporais, espaciais, ambientais, biológicas, sociais, culturais, psicológicas e políticas. Algumas destas mudanças poderão ser positivas, outras originar dificuldades de adaptação e identitárias, problemas psicossociais e de saúde. O desenraizamento cultural, a coexistência de diferentes códigos culturais, por vezes contraditórios e incompreensíveis, e a impossibilidade de estabelecer mediações entre universos culturais diferentes, assim como a incapacidade de lidar com as exigências do ambiente e a indecisão entre o que manter e abandonar da cultura de origem, poderão provocar ansiedade, tensões e conflitos e estar na origem de distúrbios psicopatológicos e *stresse de aculturação* (Berry, 1987, 1989, 1997; Camilleri & Cohen-Emerique, 1989; Ramos, 2004, 2006, 2009b, 2010b, 2012a,b).

O conflito e o stresse devidos à aculturação manifestam-se, nomeadamente, por problemas psíquicos (depressão, angústia, ansiedade e confusão), problemas identitários, de marginalização, sentimentos de insegurança e perda de autoestima, podendo ser mais ou menos importantes, mas não inevitáveis. As investigações evidenciam que, para os migrantes, a probabilidade de um nível de conflito e stresse elevados é maior nas sociedades monoculturais e assimilacionistas do que nas sociedades tolerantes e

pluralistas. Entre as modalidades de aculturação (integração, assimilação, marginalização e separação), as investigações realçam que a integração é o modo mais adaptativo de aculturação, promovendo nos grupos mais sentimentos de satisfação e bem-estar, sendo os indivíduos que procuram a integração os que têm a taxa de stresse mais baixa. Contrariamente, a marginalização constitui o modo de aculturação que mais conduz a situações de conflito e stresse, sendo os indivíduos que vivem situações de conflito nas suas tentativas de separação que apresentam o nível de stresse mais elevado (Berry, 1989, 1997; Schmitz, 1992; Phinney *et al.*, 2001; Ramos, 2004, 2008a,b, 2013).

Para os migrantes, as condições socioeconómicas precárias, o desenraizamento cultural, o isolamento social, as dificuldades linguísticas, comunicacionais e em compreender e adotar as normas socioculturais da sociedade recetora, assim como as atitudes e políticas de discriminação e xenofobia, os preconceitos, os estereótipos negativos e o racismo, vêm reforçar a exclusão social e cultural, constituem fatores de vulnerabilidade, stresse, sofrimento e doença mental e estão na origem de tensões e conflitos de ordem psicológica, social e relacional. As situações traumáticas pré-migração (privação, tortura, prisão, abuso psicológico e sexual), as migrações forçadas, as situações de clandestinidade, tráfico humano, trabalho forçado e exploração, de discriminação e de crise social e económica poderão agravar os problemas, a xenofobia, os traumas e os conflitos (Berry & Kim, 1987; Ramos, 2004, 2008a,b, 2009b, 2011b, 2012a,b; Maisondieu, 1997; Nathan, 2001; Benhabib & Resnik, 2009). Neste âmbito, é importante ter igualmente em conta os conflitos de ordem estrutural derivados da desigual distribuição de riqueza no interior e entre as sociedades, do desemprego, emprego precário, pobreza e exclusão, associados às estruturas económicas e políticas da sociedade, os quais têm efeitos na saúde, qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e das comunidades, como salientam Christie *et al.* (2001) ao analisarem as diversas modalidades assumidas pelo conflito e violência estrutural e os seus efeitos na saúde, educação e desenvolvimento social, emocional e intelectual das crianças, adolescentes e adultos.

Estudos na União Europeia antes do alargamento (15 países) e nos EUA têm evidenciado que o senso comum representa os imigrantes como uma ameaça, não apenas no campo económico e da segurança, mas também no campo simbólico, ainda que os imigrantes continuem a ser mais associados a ameaças ditas “reais” do que simbólicas (Fetzer, 2000; Esses *et al.*, 2001, Vala *et al.*, 2003, 2006; Pereira *et al.*, 2005). Estes estudos destacam que o sentimento de ameaça é maior em Portugal do que na Alemanha e na França e semelhante ao Reino Unido. Quando se compara a França com a Alemanha, verifica-se que o “eticismo” na seleção de imigrantes é maior na Alemanha, mas o sentimento de ameaça cultural da imigração é maior no primeiro do que no segundo. Estas

investigações salientam também que quanto maior é o sentimento de ameaça associado a um grupo maior é o conflito, o preconceito e o racismo contra o mesmo e que a insatisfação e a crise económica facilitam a perceção de ameaça, sobretudo a ameaça económica e laboral. Ainda na União Europeia, estudos mostram que a perceção de ameaça aos valores e à identidade cultural constitui um fator importante na orientação anti-imigração e na origem de conflito, concluindo que a perceção de ameaça decorre em larga medida de crenças racistas e é resultado do preconceito (Fetzer, 2000; Vala *et al.*, 2003, 2006; Pereira *et al.*, 2005). Nestas pesquisas, a análise dos discursos quotidianos e dos meios de comunicação social salienta que a imigração está associada a preocupações como o emprego, o nível dos salários, o acesso aos serviços públicos e a própria qualidade desses serviços, temendo-se não só que a vinda dos imigrantes torne ainda mais escassos recursos já reduzidos, por exemplo ao nível do emprego, como contribua também para diminuir a qualidade dos serviços. Nestes estudos, a relação entre o preconceito racial e a discriminação é mediada nas sociedades democráticas pela evocação de fatores legitimadores, entre os quais a perceção de ameaça à segurança, de ameaça identitária e de ameaça económica e laboral. Já no Canadá, os estudos mostram que a perceção de que os imigrantes representam uma ameaça aos valores e costumes fundamentais da sociedade canadiana é um fator importante e estruturante das atitudes face aos imigrantes, particularmente de violência e exclusão (Esses *et al.*, 2001). Também numa pesquisa sobre imagens recíprocas entre imigrantes e população portuguesa, verificou-se manifestações de racismo em cerca de um quarto da população, valor que quase duplica no que diz respeito a imigrantes do leste europeu e africanos (Lages *et al.*, 2006).

É frequente, sobretudo em período de crise, o trabalhador estrangeiro ser visto como intruso e ameaça, e não como gerador de riqueza coletiva, facilitando a prosperidade da economia do país em que trabalha, aumentando assim as situações de exploração, discriminação, perseguição e violência (Benhabib & Resnik, 2009). Em contexto de clandestinidade, de crise e de precariedade social e laboral, ou de trabalho não declarado, os imigrantes tendem a não aceder aos serviços de saúde ocupacional e não estão salvaguardados através de mecanismos legais de proteção para ocupações perigosas, como evidenciam pesquisas na Europa e na América do Norte e do Sul. Esta situação conduz o migrante a trabalhar em condições físicas e psicológicas difíceis, extremas e violentas, que aumentam a propensão para a sinistralidade, doença e sofrimento, nomeadamente deficiente alimentação, excesso de horas de trabalho, cansaço, depressão e alcoolismo.

Em situação migratória, muitos homens e mulheres vivem identidades e memórias *silenciadas* e *traumáticas*, marcadas pelo preconceito, discriminação e exploração,

sobretudo as mulheres, vivenciando assédio sexual, tráfico e violência, nomeadamente doméstica. Algumas mulheres, devido ao reduzido acesso às redes de informação, à precariedade socioeconómica, ao isolamento social e à situação irregular, possuem menor poder de decisão, menor capacidade de autonomia e para denunciar as situações de violência e exploração. A situação de migração poderá representar uma fonte de stresse e de conflito para a mulher migrante, sobretudo para a mãe, com consequências para a criança, devido às rupturas, isolamento, solidão, dúvidas e ansiedade que acompanham esta etapa. Muitas mulheres migrantes, sobretudo de países em desenvolvimento, são obrigadas a abandonar os seus filhos no país de origem, os designados “órfãos” das migrações, ao cuidado de outros familiares, sobretudo mulheres, para cuidarem de outras pessoas, sobretudo crianças e idosos, em países desenvolvidos, o que alguns autores designam de *maternagem transnacional* (Hondagneu-Sotelo & Ávila, 1997) e de *cadeias globais de assistência* ou de *cadeias globais de cuidados* (Hochschild, 2000; Ehrenreich & Hochschild, 2002). Esta situação é fonte de conflitos, sofrimento, culpabilidade e depressão, de implicações psicológicas, familiares e sociais importantes, particularmente ao nível da saúde para as famílias, das mães e das crianças (Ramos, 2004, 2008a, 2009b, 2011b, 2012a,b).

O conflito relacionado com a mobilidade das populações e com os contatos interculturais está, assim, na origem de múltiplas vulnerabilidades, tensões e limites, podendo assumir diversas dimensões e tipologias:

- a) Tensões e *conflitos de ordem psicológica, individual e familiar*;
- b) *Conflitos de ordem cultural e identitária*, devido à aculturação psicológica, às múltiplas mudanças e transformações, ao desenraizamento cultural e aos problemas comunicacionais/linguísticos, nomeadamente ao nível sanitário, social e educacional;
- c) *Conflitos de ordem psicossocial e social*, derivados de estereótipos, de preconceitos, de discriminação, de xenofobia, de racismo e de fatores sociais e económicos;
- d) *Conflitos de ordem política*, desencadeados por políticas e legislação antimigração, deportação, perseguição, atentados aos direitos humanos;
- e) *Conflitos de ordem estrutural*, resultantes da desigual distribuição de riqueza no interior e entre os países, do desemprego, do emprego precário, da pobreza e da exclusão, associados a estruturas económicas e políticas.

2. Sociedades multiculturais e competências interculturais

As competências interculturais promovem a capacidade de colocar em prática atitudes e conhecimentos culturais nas relações interpessoais e comunicacionais com

indivíduos culturalmente diferentes. A competência intercultural implica que, num contexto de diversidade cultural, de interação e de coabitação multicultural, os indivíduos disponham de consciência, capacitação e aptidões instrumentais que lhes permitam aceitar, dialogar e negociar com o Outro e fazer-se compreender ao nível comunicacional e relacional nos vários setores e níveis de intervenção, nomeadamente individual/interpessoal, grupal ou organizacional. As competências interculturais deverão fornecer, nomeadamente aos educadores e outros profissionais, instrumentos conceptuais e metodológicos, permitindo-lhes analisar as situações e as práticas, favorecer a capacidade para trabalhar com grupos minoritários nos vários setores de intervenção, promover aptidões para integrar a diversidade individual e cultural nas suas abordagens teóricas e práticas, tendo em vista um melhor desempenho profissional, a compreensão da alteridade e das relações entre o Eu e o Outro e facilitar as relações entre indivíduos e grupos culturalmente diferentes. As competências interculturais exigem o desenvolvimento de um conjunto diversificado de atitudes, valores, conhecimentos e aptidões básicas que capacitem os cidadãos e os profissionais para viver e trabalhar em contextos de diversidade cultural (Hall, 1978a,b; Brislin & Yoshida, 1994; Byram, 1997; Cohen-Emerique, 1999; Sue, 2001; Ramos, 2001, 2003, 2007a, 2008a, 2009a, 2010, 2011a, 2013; Weaver, 2008).

A comunicação e a compreensão recíproca entre indivíduos, grupos e culturas, particularmente em contexto multi/intercultural, implicam o desenvolvimento de determinadas competências, nomeadamente:

- 1) *Competências individuais*, que favoreçam o conhecimento sobre si mesmo e sobre o comportamento humano em geral, bem como a capacitação para enfrentar o conflito e a violência; que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas; e que promovam uma atitude de descentração, a qual permitirá flexibilizar e relativizar princípios e modelos apresentados como únicos, universais ou superiores e evitar muitos estereótipos, conflitos e comportamentos de intolerância, de discriminação e de etnocentrismo;
- 2) *Competências interculturais*, que promovam conhecimentos e aptidões para trabalhar com a diversidade cultural, sobretudo competências linguísticas, comunicacionais, culturais e pedagógicas, que facilitem, por um lado, o conhecimento das culturas, a comunicação intercultural e a consciencialização cultural e, por outro, que promovam estratégias e intervenções culturalmente competentes e inclusivas e profissionais e cidadãos culturalmente sensíveis e implicados;
- 3) *Competências de cidadania*, que tornem possível o desenvolvimento de estratégias e políticas promotoras dos direitos humanos, igualdade de oportunidades e o funcionamento democrático e plural das sociedades, das organizações e dos serviços;

4) *Competências tecnológicas*, nomeadamente ao nível do domínio e utilização das técnicas audiovisuais e das novas tecnologias de informação e comunicação, as quais vêm abrir fronteiras e oportunidades, favorecendo o conhecimento da diversidade cultural, a comunicação intercultural, a inclusão, a educação intercultural e transnacional, e viabilizar encontros virtuais que facilitam a transmissão e partilha de ideias, tradições culturais e recursos de informação e aprendizagem disponíveis em qualquer parte do mundo.

No desenvolvimento das competências interculturais, na comunicação e nas relações com indivíduos de outras culturas, é importante a tomada de consciência do grau de determinismo cultural dos comportamentos e é necessário desenvolver a *consciencialização cultural*. Esta constitui um processo de aprendizagem cultural que visa desenvolver a capacidade de analisar o mundo do ponto de vista de uma outra cultura, bem como a aquisição das competências para reconhecer as diferenças e a pluralidade (Hoopes, 1979). É igualmente pertinente evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos, preconceitos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá colocar-se no lugar do outro, de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, facilitando assim a empatia e a *descentração*. A atitude e a prática da descentração dão-nos a capacidade de relativizar e de visualizar uma situação através de várias perspetivas e outros quadros de referência, ajudam cada um a adotar uma certa distância em relação a si mesmo e conduzem à autorreflexão, constituindo uma das atitudes que todos os profissionais e cidadãos deverão trabalhar em permanência. A este nível, revela-se essencial combater o *etnocentrismo*, ou seja, a tendência para julgar os membros e costumes dos outros grupos, tendo como base os do seu grupo de pertença, os seus costumes, valores e tradições, geralmente considerados únicos, universais e superiores aos do outro grupo. Investigações sobre as relações entre etnocentrismo e conflitos intergrupais de natureza intercultural mostraram que o etnocentrismo diminui a capacidade de resolução de problemas e a confiança intergrupar, aumenta a distorção percetiva e cognitiva e origina ameaça real ou falsa, o que favorece a solidariedade com o endogrupo e a hostilidade com o exogrupo (Le Vine & Campbell, 1972; Fischer, 1990; Triandis, 1990; Grant, 1992). A cooperação intergrupar contribuirá para diminuir a distância social entre os grupos, o etnocentrismo, os estereótipos, os preconceitos e diminuir as hipóteses de conflitos entre os grupos (Sherif, 1971).

No que diz respeito ao desenvolvimento de competências interculturais, algumas aptidões, tais como as competências comunicacionais e relacionais baseadas na empatia, respeito mútuo, curiosidade, abertura de espírito, generosidade, confiança e reconhecimento do Outro, bem como a adaptabilidade, consciência cultural, autorreflexão e conhecimento dos seus preconceitos, estereótipos e atitudes discriminatórias e racistas, e dos outros grupos culturais, revelam-se importantes para promover a qualidade da relação, da

comunicação e da intervenção e para a prevenção de conflitos (Ladmiral & Lipiansky, 1992; Cohen-Émerique, 1993; Ramos, 2001, 2010, 2011a, 2013; Spitzberg & Changnon, 2009). Outros autores sublinham ainda algumas aptidões e atitudes a ter em conta neste âmbito: a consciência, o conhecimento e a informação sobre as culturas e as diferenças culturais; as atitudes em relação às diferenças culturais, como os preconceitos, o entusiasmo ou o “choque emocional” quando comunicam com pessoas de culturas diferentes; e as competências comportamentais (Brislin & Yoshida, 1994). Já Weaver (2008) acentua igualmente a importância da consciência crítica, da autoconsciência no desenvolvimento da competência intercultural, assim como certos valores e atitudes, nomeadamente a motivação para a aprendizagem, o sentido de justiça social e a humildade.

Através de uma revisão da literatura, Brislin e Yoshida (1994) destacaram um conjunto de benefícios do treino e formação interculturais, nomeadamente: maior capacidade para lidar com as diferenças culturais; maior bem-estar e satisfação nas relações interculturais; diminuição do stress e melhoria nas relações interpessoais e no trabalho com grupos heterogéneos; maior abertura ao mundo e à alteridade; maior competência para resolver conflitos e problemas que exigem a compreensão cultural e a relação com outras culturas; e maior capacidade de adaptação à mudança.

3. Considerações finais

É necessário desenvolver uma abordagem integrada, global e multi/interdisciplinar das migrações e minorias e do conflito, baseada nos direitos humanos fundamentais e na formulação de políticas públicas adequadas. Esta abordagem deverá incluir e enfrentar as causas principais das migrações no país/cultura de origem, como, por exemplo, a pobreza, a exclusão, as desigualdades, a discriminação e a instabilidade social e política, e deverá integrar estratégias e políticas específicas dirigidas a esta população, tanto nos países de origem como nos países de acolhimento.

A pluralidade, a heterogeneidade e a conflitualidade dos mundos contemporâneos exigem aprender a viver a multiplicidade de culturas, pertenças e referências, não sob a forma de dicotomias, exclusão e conflito, mas de um modo plural, interativo, complementar e cooperativo. O objetivo da interculturalidade não é a separação do universal e do particular, mas a união, ou seja, a organização de um contexto cultural, social, político e relacional integrativo que tenha em conta um processo dialético ligando o Eu e o Outro, a abertura à diversidade, o reconhecimento das identidades e da alteridade e o respeito da diferença.

A perspetiva intercultural deverá ser integrada numa perspetiva mais ampla de construção da sociedade e de promoção de igualdade de oportunidades, cidadania e

direitos humanos, devendo estar no centro do processo educativo e do desenvolvimento humano, social e cultural. Torna-se importante que se faça das mobilidades e das relações interculturais uma oportunidade de enriquecimento e cooperação ao ritmo de um mundo interdependente e global e de uma sociedade plural e solidária, partilhando tradições, espaços, competências e recursos, indo ao encontro do que destacam Delors *et al*): *é necessário assumir a diversidade e a multipertença como uma riqueza. A educação à pluralidade é não só uma proteção contra a violência, mas é também um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas* (1996, p. 58).

É fundamental a identificação, compreensão e gestão dos conflitos, particularmente em contexto intercultural e migratório, a implementação de políticas públicas adequadas, assim como o desenvolvimento de competências interculturais em todos os que vivem na sociedade multi/intercultural, minorias e maiorias, nacionais e migrantes, profissionais e sociedade em geral. A aquisição e o desenvolvimento de competências interculturais são objetivos fundamentais para viver, comunicar e fazer face à diversidade e complexidade que caracterizam o tecido social e cultural atual, para a redução dos conflitos e violência, para a formação de cidadãos e profissionais, não só nacionais mas também do mundo, e para o desenvolvimento, a solidariedade e a cooperação entre os países, as culturas e os indivíduos.

É necessário desenvolver uma formação que explique e contribua para a compreensão dos preconceitos e estereótipos socialmente construídos em relação às minorias e às diferenças religiosas, sociais, étnico/culturais, sexuais, geracionais e de género, que desenvolva procedimentos para combatê-los, de modo a favorecer a alteridade e as expectativas positivas em relação às minorias e a promover uma melhor compreensão dos mecanismos intrapsíquicos, psicossociais e sociopolíticos suscetíveis de originar a intolerância, a rejeição, a xenofobia, as tensões e os conflitos.

É importante incrementar a formação para a negociação dos conflitos à escala nacional e internacional, de cariz social, económico, político, psicológico e cultural ou sobre conflitos entre valores fundamentais (atentados aos direitos humanos, formas de discriminação e violência – a exemplo, da pobreza e desigualdades sociais, da exploração e tráfico humano). Os programas de prevenção do conflito e violência não podem ignorar as discriminações e as desigualdades estruturais, assim como os contextos, e não podem centrar-se apenas no indivíduo. Com efeito, é importante não só ter em conta os conflitos e a violência intergrupais e interpessoais, como também os conflitos e a violência estrutural.

Podemos hoje viver num mundo sem mobilidades e com “fronteiras” fechadas? Um mundo sem mobilidades, sem solidariedades e com “fronteiras” fechadas será, sem dúvida, um mundo mais pobre e isolado das relações interculturais e intercâmbios transnacionais,

condenado, portanto, ao empobrecimento, ao envelhecimento e ao declínio. Será um mundo menos plural, menos interativo e aberto à diversidade individual, social, cultural e à alteridade, e, como tal, menos desafiante e enriquecedor para o desenvolvimento humano, social, cultural e económico. Será um mundo mais desigual, violento e inseguro, promotor de conflitos, exploração, tráfico humano, doença, sofrimento e exclusão.

Bibliografia

- Alport, G. (1964). *The nature of prejudice*. Reading MA: Addison-Wesley.
- Bauman, Z. (1995). *Modernity and ambivalence in theory, culture and society*. (vol.7). Hambourg: Argument.
- Bauman, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Benhabib, S., Resnik, J. (Eds.), (2009). *Migrations and Mobilities. Citizenship, Borders, and Gender*. (pp. 333-386). New York: New York University Press.
- Berry, J., Kim, U. (1987). Acculturation and mental health. In P. Dasen, J. Berry, N. Sartorius (Eds). *Health and cross-cultural psychology: towards applications*. London: Sage.
- Berry, J. (1989). Acculturation et adaptation psychologique. In J. Retschitzky, M. Bossel – Lagos & P. Dasen, (Cord.). *La Recherche psychologique*. (pp. 135-145). Paris: L'Harmattan.
- Berry, J. (1997). Immigration, acculturation and adaptation. *Applied Psychology*. 46(1), 5-68.
- Bochner, S. (1982). The social psychology of cross-cultural relations. In S. Bochner (ed). *Cultures in contact: Studies in cross-cultural interaction*. Oxford: Pergamon.
- Brislin, R., Yoshida, T. (1994). *Intercultural communication training: An introduction*. Thousand Oaks: CA, Sage.
- Byram, M. (1997). *Teaching and assessing intercultural communicative competence*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Camilleri, C., Cohen-Emerique, M. (1989). *Choc de culture? Concepts et enjeux pratiques de l'interculturel*. Paris: L'Harmattan.
- Camilleri, C. (1990). *Les stratégies identitaires*. Paris : PUF.
- Carnevale, P., Pruitt, D. (1992). Négociation and médiation. *Annual Review of Psychology*, 43, 531-582.
- Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris : Fayard.

Chen, G. & Starosta, W. (1996). Intercultural communication competence : a synthesis. In B. Burleson (Ed.). *Communication Yearbook* (Vol.19). (pp. 353-383. Thousand Oaks: Sage.

Cohen-Émerique, M. (1999). La formation des formateurs et des travailleurs sociaux. In J. Demorgon & E. Lipiansky (Ed.), *Guide de l'interculturel en formation*. Paris: Retz.

Christie, D., Wagner, R., Winter, (Ed). D. *Peace, conflict and violence: Peace Psychology for the 21st century*. New Jersey: Prentice Hall, 2001.

CONSELHO DA EUROPA (2000). *Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities*. Strasbourg: Pub. do Conselho da Europa.

Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

Delors, J. et al. (1996). *Educação : um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO. Comunicação Internacional sobre a Educação para o Século XXI*. Porto: Editora ASA.

Demorgon, J. (1989). *L'exploration interculturelle pour une pédagogie internationale*. Paris : Armand Colin.

Deutsch, M. (1973). *The resolution of conflict: constructive and destructive processes*. New Haven, CT: Yale University Press.

Deutsch, M. (1993). Conflict resolution and cooperative learning in an alternative high school. *Cooperative Learning*, 13, 22-56.

Ehrenreich, B., & Hochschild, A. (Eds.), (2002). *Global women: nannies, maids and sexworkers in the new economy*. New York: Henry Holt and Company.

Esses, V., Dovidio, J., Jackson, L. & Armstrong, T. (2001). The immigration dilemma: the role of perceived group competition, ethnic prejudice and national identity. *Journal of Social Issues*, 57, 389-412.

Farmer, P. (2003). *Pathologies of power: health, human rights and the new war on the poor*. Berkeley: University of California Press.

Fetzer, J. (2000). *Public attitudes toward immigration in the United States, France and Germany*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fischer, R. (1990). *The social psychology of intergroup and international conflict resolution*. New York: Springer.

Freud, S. (1985). *L'inquiétante étrangeté et autres essais*. Paris : Gallimard.

Grant, P. (1992). Ethnocentrism between groups of unequal power in response to perceived threat to social identity and valued resources. *Canadian Journal of Behavioral Sciences*, 24, 348-370.

Hall, E. (1978a). *La dimension cachée*. Paris: Seuil.

Hall, E. (1978b). *Au-delà de la culture*. Paris: Seuil.

Hochschild, A. (2000). Global care chains and emotional surplus value. In W. Hutton & A. Giddens (Eds). *On the edge: living with global capitalism*. New York: Free Press.

Hondagneu-Sotelo, P. & Avila, E. (1997). "I'm here but I'm there". The meanings of Latina transnational motherhood. *Gender and society*, 11 (5), 548-571.

Hoopes, D. (1979). Intercultural Communication concepts and the psychology of intercultural experience. M. Pusch, *Multicultural education: a cross cultural training approach*. Chicago: Network, Inc.,

Kristeva, J. (1988). *Étrangers à nous-mêmes*. Paris: Guillemard.

Ladmiral, J., Lipiansky, E. (1992). *La communication interculturelle*. Paris: Armand Colin.

Lages, M., Policarpo, V. & Matos, P. (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas*. Lisboa: ACIME.

LeVine, R. & Campbell, D. (1972). *Ethnocentrisme*. New York: Wiley.

Lipiansky, E. (1999). Stéréotypes et préjugés : Bilan des recherches psychosociologiques. In J. Demorgon & E. Lipiansky (Ed.), *Guide de l'interculturel en formation*. (pp.142-148). Paris: Retz.

Littlejohn, S., Domenici, K. (2001). *Engaging communication in conflict. Systemic practice*. London : Sage Publications.

Maisondieu, J. (1997). *La fabrique des exclus*. Paris: Bayard.

Nathan, T. (2001). *Nous ne sommes pas seuls au monde. Les enjeux de l'ethnopsychiatrie*. Paris: Ed. du Seuil.

OCDE (2012). *International Migration: OCDE*.

PCM/ACIDI, IP. (2010). *II Plano para a Integração dos Imigrantes, 2010-2013*. Lisboa: ACIDI, IP.

Pereira, C., Vala, J. & Ramos, A. (2005). Racism, threat perception and opposition to immigration in Europe. 14th General meeting of the European Association of Experimental Social Psychology. Wurzburg.

Phinney, J., Horenczyk, G., Liebkind, K. & Vedder, R. (2001). Ethnic identity, immigration and well-being: an interactional perspective. *Journal of social issues: immigrants and immigration*, 57(3), 493-510.

PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano. Liberdade cultural num mundo diversificado*. Lisboa: Ed. Mensagem, 2004.

Ramos, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 35 (2),155-178.

Ramos, N. (2003). *Interculturalité, communication et éducation*. Bucareste: Ed. Melina Press.

Ramos, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, N. (2006). Migração, Aculturação, Stresse e Saúde. Perspectivas de Investigação e de Intervenção. *Psychologica*, 41, 329-355.

Ramos, N. (2007a). Sociedades multiculturais, interculturalidade e educação. Desafios pedagógicos, comunicacionais e políticos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 223-244.

Ramos, N. (2007b). Comunicação e interculturalidade nos cuidados de saúde. *Psychologica*, 45, 147-169.

Ramos, N. (Org.), (2008a). *Saúde, Migração e Interculturalidade. Perspectivas teóricas e práticas*. João Pessoa: EDUFPB.

Ramos, N. (2008b). A diversidade cultural na cidade: Problemas e desafios. In L. Rubim & N. Miranda (Org.), *Transversalidades da cultura*. (pp.133-179).Salvador: EDUFBA.

Ramos, N. (2009a). Diversidade cultural, educação e comunicação intercultural. Políticas e estratégias de promoção do diálogo intercultural. *Revista Educação em Questão*,34 (20), 9-32.

Ramos, N. (2009b). Saúde, Migração e Direitos Humanos. *Mudanças – Psicologia da Saúde*,17(1),1-11.

Ramos, N. (2010). Interculturalidade e Alteridade. In J. Serafim & L.Toutain (Org.), *Culturas, Percepção e Representações*. (pp. 27-55). Salvador: EDUFBA.

Ramos, N. (2011a). Educar para a interculturalidade e cidadania: Princípios e desafios. In L Alcoforado et al., *Educação e formação de adultos. Políticas, práticas e investigação*. (pp.189-200). Coimbra: Ed. da Universidade de Coimbra.

Ramos, N. (2011b). Género e Migração: Dinâmicas e políticas sociais, familiares e de saúde. In R. Boschila & M. L.Andreazza (Org.). *Portuguesas na diáspora. Histórias e sensibilidades*. (pp. 263-282). Curitiba: Editora UFPR.

Ramos, N. (2012a). Migração, Maternidade e Saúde. Revista: *Reportório, Teatro e Dança*. Número Temático – *Movimento Criatividade e Cura*. UFBA, 15 (18, 1), 71-83.

Ramos, N. (2012b). Comunicação em Saúde e Interculturalidade – Perspetivas Teóricas, Metodológicas e Práticas. *RECIIS – Revista Eletrónica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 6(4) FIOCRUZ.

Ramos, N. (2013). Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In H. Pina, F. Martins, C. Ferreira, (Eds). *Grandes problemáticas do espaço europeu: Estratégias de (re)ordenamento territorial no quadro de inovação, sustentabilidade e mudança*. (pp. 343-360). Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Ebook.

Schmitz, P. (1992). Immigrant mental and physical health. *Psychology and Developing Societies*, 4, 117-131.

Shérif, M. (1970). *Group conflict and co-operation : Their Social Psychology*. London: Kegan Paul.

Shérif, M. (1971). *Des tensions intergroupes aux conflits internationaux*. Paris : ESF.

Simmel, G. (1983). *Sociologia*. São Paulo: Ática.

Sleeter, C. (Ed.), (1991). *Empowerment through multicultural education*. Albany: State University of New York.

Spitzberg, B. (1994). A model of intercultural communication competence. In L. Samovar & R. Porter (Ed.). *Intercultural Communication. A reader*. (pp.347-359). Belmont CA: Wadsworth.

Spitzberg, B. & Changnon, G. (2009). Conceptualizing intercultural competence. In D. Deardorff (Ed.). *The sage Handbook of Intercultural Competence*. (pp. 2-52). Washington DC: Sage Publications.

Sue, D. (2001). Multidimensional facets of cultural competence. *The Counseling Psychologist*, 26, 790-821.

Tajfel, H. (1970). Experiments in intergroup discrimination. *Scientific American*, 223(5), 92-102.

Todorov, T. (1982). *La conquête de l'Amérique: La question de l'Autre*. Paris: Ed du Seuil.

Todorov, T. (1989). *Nous et les autres : la réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Ed. du Seuil.

Touraine, A. (1996). *O que é a democracia ?* Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. (1997). *Pourrons-nous vivre ensemble ? Egaux et différents*. Paris : Fayard.

Triandis, H. (1990). Cross cultural studies of individualism and collectivism. In J. Berman (ed.). *Cross cultural perspectives*. (pp.41-133). Lincoln: University of Nebraska.

UNESCO (1993). *Action programmer to promote a culture of peace*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2001). *Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle*. Paris : UNESCO.

UNESCO (2005). *Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2007). *Dix clés pour la Convention sur la Protection et la Promotion de la Diversité des Expressions Culturelles*. Paris: UNESCO.

UNICEF (2011). *Situação mundial da infância – 2011. Adolescência – Uma fase de oportunidades*. New York: UNICEF.

Vala, J. Cabral, M. & Ramos, A. (Org.), (2003). *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, J., Pereira, C. & Ramos, A. (2006). Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração. J. Vala & A. Torres (Org.). *Contextos e atitudes sociais na Europa*. (pp.221-250). Lisboa: ICS.

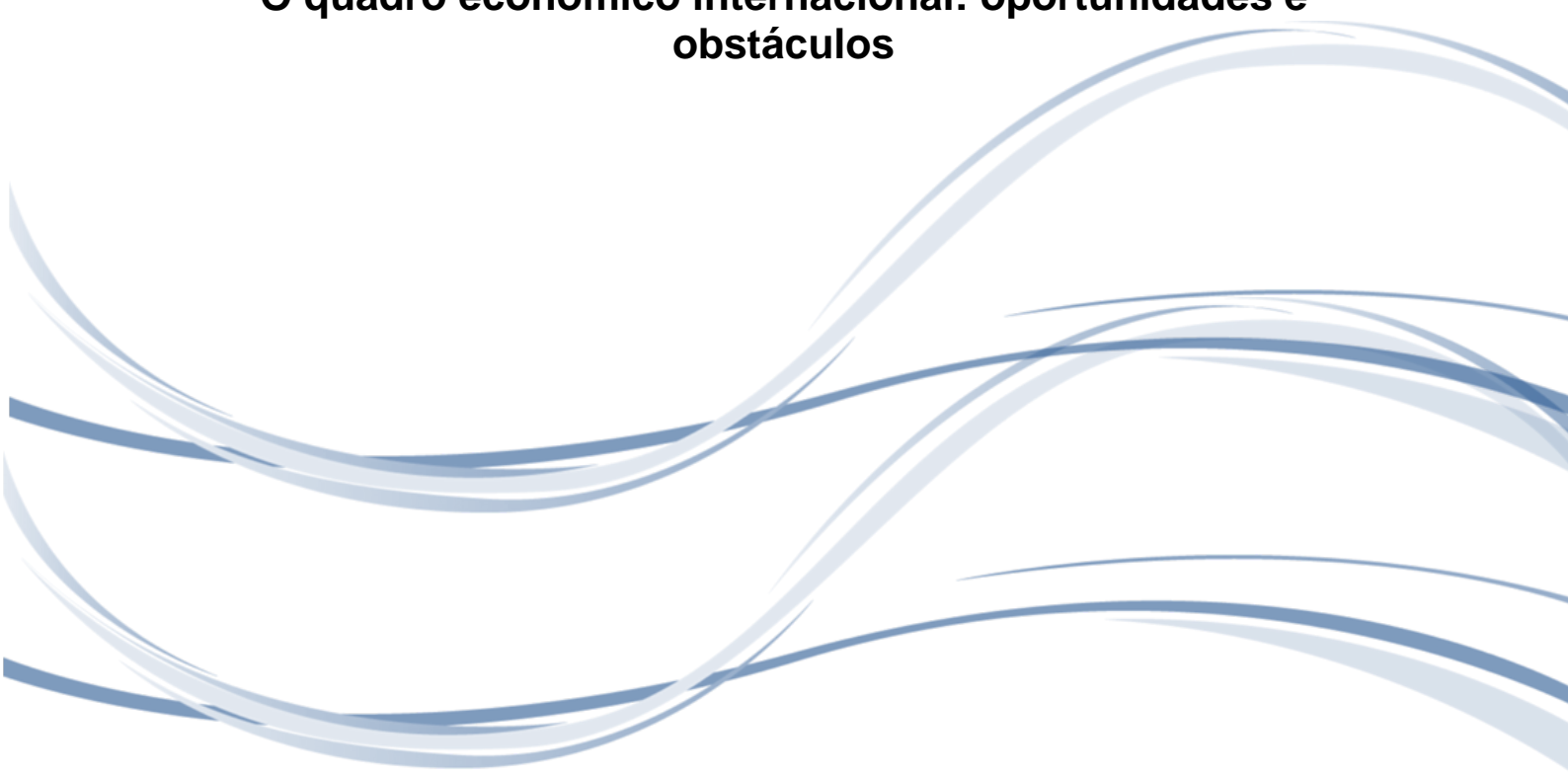
Weaver, H. (2008). Striving for cultural competence: Moving beyond potential and transforming the helping professions. In R. Dana & J. Allen (Eds.), *Cultural competency training in a global society*. (pp.135-155). New York: Springer.

Wieviorka, M. (1997a). O novo paradigma da violência. *Tempo Social*, 9(1), 5-41.

Wieviorka, M. (Dir.), (1997b). *Une société fragmentée ? Le multiculturalisme en débat*. Paris: La Découverte.

Parte III

O quadro económico internacional: oportunidades e obstáculos



OS GRANDES VINHOS QUE A EUROPA DÁ AO MUNDO

António de Barros Cardoso

Departamento de Estudos Políticos e Internacionais – FLUP

DEPHI - Universidade do Porto

abarroscardoso@sapo.pt

Resumo

A Europa enfrenta hoje enormes desafios no mundo concorrencial dos vinhos. Os chamados Vinhos do Novo Mundo inundam os mercados por força da otimização do binómio qualidade/preço que lograram alcançar. A Europa, enquanto berço de grandes vinhos deve por isso apostar cada vez mais na sua valorização promocional, fazendo-os cruzar os mercados com a sua identidade secular. Valorizar os territórios onde se produzem, retirando deles os elementos de inconfundível marca, atingindo assim zonas de conforto no mercado global que aumentem a competitividade.

Palavras-chave: História, Europa, Vinho, Turismo.

Abstract

Europe today faces enormous challenges in the competitive world of wines. The wines of the new World, flooding the markets, under the optimal quality/price. Europe as the cradle of great wines should therefore invest increasingly in its promotional value, making them fold their markets with its secular identity. Valuing the territories where they occur, removing them unmistakable elements, thus achieving comfort zones in the global market to increase competitiveness.

Keywords: History, Europe, Wine, Tourism.

1. A globalização e o lugar da Europa no mercado vinícola

É sabido que a Europa enfrenta hoje desafios concorrenciais com os restantes continentes que nunca tinha conhecido ao longo da sua longa história. Tais desafios são decorrentes das transformações económicas das últimas três décadas e acentuaram-se em quase todos os setores da atividade, da agricultura, à indústria, do comércio aos serviços. Na base desta dinâmica concorrencial estiveram vários fatores, dos quais destacamos em

primeiro lugar a transferência tecnológica e do saber fazer, em vários domínios, que serviram o desenvolvimento económico dos principais países do hemisfério sul do planeta. No plano energético, a insuficiência europeia já conhecida, foi contribuindo para o declínio de algumas indústrias tradicionalmente localizadas no velho continente, assistindo-se ao fenómeno da deslocalização de vários ramos industriais para os chamados países emergentes. Ajudou a tanto uma mão-de-obra abundante, a baixo custo, hábitos de trabalho que conduzem a ganhos de produtividade mais atrativos para o capital investidor, ajudados pela ausência de direitos sociais ao menos parecidos com os praticados no “Velho Mundo”, a que se somam esquemas de âmbito fiscal mais flexíveis e incomparavelmente mais atrativos para os investidores. De um pouco de tudo isto é feita a chamada globalização.

Ora, no mundo agrícola, os vinhos não foram poupados. Também neste setor, nas últimas duas décadas se tem assistido a uma concorrência feroz entre os vinhos do “Velho Mundo” e os vinhos do “Novo Mundo”, numa divisão apenas cómoda, que continua a usar a época das descobertas como linha divisória, apesar de sobre elas terem passado já mais de cinco séculos. De facto, os chamados *Vinhos do Novo Mundo* inundam hoje os mercados, por força da otimização do binómio qualidade/preço que lograram alcançar. Contudo, a Europa enquanto berço de grandes vinhedos deve continuar a apostar na diferença, fazendo a promoção dos seus vinhos cruzar os mercados junto com a sua identidade secular. Por isso, parece-nos cada vez mais importante valorizar os territórios onde se produzem, salientando neles os elementos de inconfundível marca, atingindo assim zonas de conforto no mercado global que aumentem uma competitividade assente na qualidade mas também na sua história.

É que, a transferência tecnológica a que já nos referimos, acompanhada do saber fazer que a Europa foi cedendo a outros quadrantes geográficos tem sido, no caso dos vinhos, responsável por um aumento da concorrência, com prejuízo dos vinhos europeus que não têm escala produtiva, nem custos de produção para competirem no plano da relação qualidade/preço final com os vinhos do “Novo Mundo”.

2. Marcas históricas da velha Europa no mundo dos vinhos

Já o dissemos, um dos fatores que mais pode pesar na avaliação qualitativa de alguns vinhos europeus, prende-se com a sua longa história quer no mero plano da viticultura, quer na própria cultura do vinho, associada ao território que o produz, onde jazem vestígios de ordem patrimonial material e imaterial a que os vinhos não são alheios e que, em larga medida, ajudam à sua própria valorização num mercado cada vez mais global. São fatores diferenciadores que devem ser tidos em conta na abordagem ao consumidor. Também por

isso não nos devemos alhear do contributo que podem emprestar às regiões vinhateiras onde o turismo tem incidência. Importa-nos ilustrar o pensamento que aqui acabamos de exprimir, com alguns exemplos de grandes vinhos que a Europa dá ao Mundo.

Começemos pelos vinhos produzidos no berço da civilização europeia que haveriam de tomar nome na história como *Vinhos da Grécia*, mesmo que nem um único bago de uva tivesse sido produzido em nenhuma das ilhas mediterrânicas. Falamos, é claro, de vinhos licorosos. Neste capítulo, se os “terroires” gregos e as castas daí oriundas assumiram um papel particular, a circunstância de a esses vinhos estar associada a resistência no transporte e a sua durabilidade, fez com que cedo ficassem associados às grandes correntes do comércio europeu. Primeiro foi Génova e Veneza, potências mediterrânicas que, recebendo vinhos junto com os produtos das rotas do Levante, os conduziu aos mercados do norte da Europa ainda no século XIII. Pode mesmo afirmar-se que Veneza redescobriu a doçura e a forte graduação dos vinhos Gregos e Romanos, tão apreciados pelo mundo antigo, dando-os a provar aos povos do norte europeu. Todo o Levante disponibilizava vinhos da Síria, do Líbano, da Palestina, de Chipre, da Cândia, de Creta. Trata-se dos tradicionais “malmesia”, denominação assente na predominância da casta Malvasia, nome que deriva da antiga fortaleza bizantina Monemvasia, situada no Poloponeso. Aqui, videiras de grandes parras produziam uvas coradas que se foram espalhando por todo o Mediterrâneo juntamente com as Romaney ou Rumney (moscatel) igualmente muito procuradas. O sul da Espanha, a França e a Itália receberam-nas em abundância.

O que emprestava distinção a estes vinhos? O Sol do Mediterrâneo, proporciona-lhes altíssimos teores de açúcar, aumentados pelo método de vinificação que passava pelo tratamento da uva a maturar sobre tapetes nos telhados das casas, depois de vindimadas em setembro, quando já em julho se encontravam maduras – método grego – diz-se que se fazia vinho de passas. A graduação elevada (17º) de álcool, aproximadamente, garante uma bebida bem forte, muito antes das bebidas destiladas. Estes vinhos, está bom de ver, não se deterioravam facilmente antes aguentavam altas temperaturas e, já na Inglaterra do século XIV, eram um artigo de luxo que apenas se encontrava em 3 das cerca de 400 tabernas londrinas dos alvares da Época Moderna. Eram conhecidos por vinhos “Rotimo”, já que chegavam a Inglaterra através do porto grego de Rethimon. De resto, Veneza e Inglaterra chegaram a disputar o comércio dos Malvasia por volta de 1472. Conta-se que, em 1480, quando George de Clarence, membro da realeza britânica condenado à morte, quando lhe deram a escolher o método escolheu ser executado por afogamento numa pipa de

malvasia¹. Certo é que em finais do século XV, os ingleses bebiam estes vinhos que começam, entretanto, a sofrer a concorrência do mesmo produto obtido agora em territórios muito mais próximos, ou seja produzidos em Espanha e Portugal.

2.1. A seleção inglesa e finos da Andaluzia (séc.s XV- XVII)

Começamos pelos vinhos doces espanhóis. Sabe-se que entraram na Inglaterra dos tempos medievais. Porto de Santa Maria e Cádiz eram já locais de embarque dos finos a caminho de Inglaterra. Nos alvares do século XVI (1517), o Duque de Medina Sidónia, ao regular o comércio de vinho Jerezano, reservou já especial proteção a todos os homens de negócio britânicos que se deslocassem a Sevilha, Cádiz e Jerez, a fim de adquirirem vinhos. É sinal inequívoco do interesse dos ingleses pelos vinhos do sul de Espanha. Já antes, os *Sack* ou *Seck*, eram termos que identificavam estes vinhos que ainda se confundiam com outros de proveniência Italiana ou do Levante. A sua popularidade fez surgir imitações noutras partes de Espanha, nas ilhas Canárias, no Sul de França e mesmo em Portugal, mas de qualidade muito distante da bebida genuína². Quando termina o século XVI, companhias comerciais inglesas já se encontravam instaladas em Cádiz, Porto de Santa Maria e Sanlúcar de Barrameda³ e um pouco mais a norte na costa mediterrânica, os finos de Málaga e de Tarragona, conheciam o interesse britânico.

A par, os ingleses apreciavam já outros vinhos do norte da Península, referimo-nos aos *Ryvere Wines*, de La Rioja, Logrono e Navarete. Os vinhos galegos das margens do rio Minho, abundantes no século XVI, também aparecem no mercado britânico de forma irregular, mais em resultado de capturas de navios com carga de tais vinhos, do que integrados num circuito comercial⁴.

Entretanto, os vinhos das Ilhas Canárias onde se produziram vinhos cujas características os tornaram semelhantes aos do Jerez, embora mais adocicados, foram comercializados pelos ingleses desde 1598. De facto, sabe-se que nessa data chegaram às ilhas os primeiros mercadores britânicos interessados na compra de tais vinhos⁵. Embora

¹ Pelo menos assim é retratada a sua execução na obra Ricardo III, de William Shakespeare.

² Sherry Sack, Canary Sack, Madeira Sack, Dry Sack e Sweet Sach, foram expressões que designaram vinhos deste tipo. Simon, A. L. (1964). *The History of the wine trade in England*, Vol. II, p.210.

³ Um documento enviado ao Cabido Jerezano datado de 3 de setembro de 1582, em que o cônsul britânico em nome de todos os mercadores ingleses implicados no trato de vinhos com a cidade de Jerez se queixava da medida das pipas que sempre haviam comportado 30 arrobas de vinho, mas que, nessa altura, se apresentavam diminuídas entre 2 a 2,5 arrobas de vinho, deixou nota da existência dessas casas comerciais inglesas estabelecidas nas “cidades do vinho” da Espanha do Sul. Gordon, M. M. G.; Marquez de Bonanza (1970). *Jerez-Xerez-Sherish. Noticias sobre el origen de esta ciudad su historia y su vino*: Jerez de La Frontera, p. 103-104.

⁴ Simon, A. L. (1964). *The History of the wine trade in England*: Vol. II, p. 212.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 213.

conhecidos desde o período Romano, os vinhos de Tarragona, não aparecem sob esta designação no mercado inglês quincentista.

2.2. Os doces da Hungria

O gosto pelos vinhos doces levou os ingleses a apreciarem os vinhos de Tokay, cujas origens assentam numa velha lenda, segundo a qual Carlos Magno, um entusiasta do vinho do Avres, levou consigo para a Alemanha alguns bacelos. Nos tempos medievos a igreja desempenhou também aqui um papel importante na divulgação do plantio e da produção de vinho. Por volta de 1458 o rei Matias Corvino, cujo reino se estendia da Boémia aos Cárpatos, defendia que todos os seus súbditos deviam ter vinho para beber, concedendo para tanto alguns privilégios aos vinhateiros. Distinguiam-se nessa altura, pela sua qualidade, os vinhos produzidos nas encostas, daqueles que eram obtidos a partir da uva dos vales. Emergem então áreas vinícolas que rapidamente ganharam fama fora das fronteiras da Hungria: *Sopron*, *Somló*, *Eger* e *Debrecen*. Os principais mercados para estes vinhos eram os territórios mais a norte cujas terras não favoreciam o plantio de bacelos, bem como todos os Países Bálticos, Polónia, Rússia e Suécia.

Na produção dos Tokay, a história está presente através da família Rákoszi (1617). Nesse ano adquiriram a propriedade Sarospatak e dão início a uma campanha para monopolizar os vinhos da região. Passados trinta anos a valorizarem os vinhos produzidos pelos pequenos produtores regionais, tomaram o castelo de Tokay como propriedade onde centralizaram a sua produção⁶. O segredo do Tokay húngaro assenta na crença de que, em 1647, o feitor dos Rákoszi, atrasou a vindima sob pretexto de esperar, a todo o momento, um ataque turco. Assim se descobriu o “bolor Nobre” que fazia maduras as uvas, associando-lhe a pele e levando-os a dar o mais adocicado de todos os vinhos. Mais tarde, em 1678, os Turcos pilharam e saquearam mesmo toda a região. Contudo, poucos anos volvidos, em 1686, o Império dos Habsburgo afastou-os. Os produtores da região de Tokay tinham começado a escavar pequenos túneis de reduzido diâmetro na rocha vulcânica das montanhas para aí armazenarem os seus vinhos. Túneis baixos, onde não cabia um homem em pé. Pedro o Grande da Rússia e Frederico I da Prússia, tornaram-se incondicionais apreciadores destes vinhos e os czares instituíram mesmo em São Petesburgo uma Comissão dos Vinhos da Hungria, com o objectivo de regular os abastecimentos, alugar vinhas, impedir a sua compra por estrangeiros e até de promover o transplante de cepas da região para a Crimeia, com o objetivo de produzirem o seu próprio Tokay. Nesta altura, a produção era vendida exclusivamente para Viena, Moscovo, São Petesburgo, Varsóvia,

⁶ Johnson's, H. (1999). *História Universal do Vinho*: s. n., p. 233.

Berlim ou Praga. Somente algum do vinho que sobrava era consumido pelos grandes de Inglaterra, França e Holanda.

Os “essência”, como também são conhecidos os vinhos de Tokay, resultam assim da conjugação de uma vindima tardia em que as uvas (meio passa, meio fungo) eram colocadas em dornas, onde, somente o peso dos bagos uns sobre os outros, provocava a escorrência de gotas xaroposas através de um orifício aberto na parte inferior do recipiente, num processo lento e demorado. O sumo assim obtido contém tão elevado teor de açúcar que se conserva sem fermentar.⁷ A baixa temperatura mantém-se tão-somente como sumo de uva pegajoso. Este sumo, que escorre tão vagarosamente como se fosse melação, com uma tonalidade nada transparente, é depois depositado em grutas em pipos abertos – oxidando.

O Tokai Imperial, era normalmente reservado à corte de Viena e ainda hoje é submetido a um tempo de maturação que dura entre 4 a 8 anos, antes de ser engarrafado em pequenas garrafas de meio litro, como é tradicional, envoltas num saco de veludo azul-turquesa.⁸

Que propriedades são atribuídas a estes vinhos? Contam-se numerosas histórias de nobres, paráliticos e velhos dignatários religiosos que se ergueram dos seus leitos, após terem ingerido algumas gotas de Tokay – que alternam naturalmente com outras em que foram lá parar, pelos excessos na bebida. Parece que octogenários se tornaram pais de numerosas proles, atribuindo-se tais façanhas às excelentes propriedades dos Tokay que consumiram. Certo é que, em 1933 – na Rua de St. James, em Londres, os irmãos Berry afirmavam: “*um médico meu amigo, torceu o nariz quando lhe sugeri que tratasse com este vinho, um caso de doença grave, administrou um pouco na boca de um senhor, depois de chegar à conclusão de que ele havia transitado para o outro mundo. O meu amigo contou-me posteriormente que o efeito obtido foi o de um choque elétrico – o velho senhor hoje ainda está vivo, e acreditem isto não é um conto de fadas*”.⁹

2.3. Os Sauternes de Bordéus

São conhecidos os grandes vinhos tintos de Bordéus. Contudo, para além deles, merece destaque também um vinho branco, cujo método de produção assenta, à semelhança dos Tokay, numa vindima tardia. Falamos do *Sauternes*, um dos grandes vinhos que a Europa dá ao mundo.

⁷ Muito embora oficialmente seja negado, alguns negociantes juntavam-lhe aguardente para o tornar mais consumível enquanto bebida.

⁸ Simon, A. L. (1967). *The Wines of the World*: London, p. 580.

⁹ Johnson's, H. (1999). *História Universal do Vinho*: s. n., 1999, p. 234.

Bordéus, é o porto mais antigo de França logo a seguir a Marselha. Os romanos, instalaram-se na foz do Garonne em 56 a.c. A região circundante do famoso porto francês transformou-se, desde muito cedo, numa das áreas produtoras de vinhos de França. No decurso da Idade Média, os gascões abasteciam a Grã-Bretanha de vinho e essa prática manteve-se até finais do século XVIII. Os famosos Châteaux da região de Bordéus produzem alguns dos melhores vinhos de mesa do mundo: os tintos, de Pessac; Château Haut-Brion, Château Margaux; Château Talbot ou até um Châteaux Lafitte-Rosthshild, um dos mais antigos vinhos do Médoc. A diferença entre bons vinhos e alguns destes grandes vinhos, consiste no facto de os primeiros terem necessidade de atingir elevado preço para serem aceites enquanto tal no mercado, ao passo que os grandes vinhos, são tão bons, que o seu preço não importa muito, já que há pessoas que os querem beber bebem-nos, independentemente do seu preço¹⁰. O Sauterne bordalês está entre estes últimos. No século XVIII, já era classificado como um grande vinho. De facto, numa tabela de preços elaborada em 1647, de entre os vinhos de Bordéus, este apresentava-se já com o preço mais elevado¹¹.

A sua história coloca-os em concorrência com os Tokay húngaros bem como com os Johannisberg da Renânia alemã, entre outros¹². Alguns autores defendem a tese da importação da técnica do seu fabrico. Outros, mais nacionalistas, optam pela descoberta fortuita por parte dos produtores, ou através da presença holandesa em Bordéus, grandes apreciadores de vinhos doces. Seja como for, sobretudo no século XVIII desenvolveu-se de forma significativa a produção destes vinhos, aproveitando terrenos elevados “graves” da região circundante de Bordéus, cujos solos são constituídos por seixos arredondados multicolores¹³. Fazem-se, desde essa época, também a partir de uma vindima tardia e não uniforme. Quer dizer, é preciso passar pelas vinhas, sem pressa, 5 ou até 6 vezes (escolhas) no caso das melhores colheitas, para apanhar os bagos cuja maturação se considera ideal, ou seja quando já em outubro adiantado e por vezes em novembro, os bagos apresentam um aspeto semelhante a passas de Corinto, o mesmo é dizer se apresentam quase secos e encarquilhados, fornecendo assim açúcar natural capaz de proporcionar elevado teor alcoólico. Só esta sobre maturação, denominada de “pourritoure noble”, é capaz de produzir o melhor Sauterne.

¹⁰ Johnson's, H. (1999). *História Universal do Vinho*, s. n., p. 49.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 203-204.

¹² Roudié, P. (1997). *Os Vinhos Licorosos de Bordéus*, in “Douro – Estudos e Documentos”, Porto, Vol. I (3), (2º), p. 228.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 224.

O seu preço elevado gerou concorrência desleal e também os Sauternes não lograram escapar à competição de vinhos brancos de inferior qualidade, aos quais se juntava açúcar, pelo que a produção dos Sauterne foi muito irregular, uma vez que, em anos sucessivos de tais práticas fraudulentas estes vinhos substituíam o genuíno. Por isso, a solução foi replantar os vinhedos com vinhos tintos da região, de mais fácil saída, em função da sua barateza. Estas práticas afetaram de tal forma toda a área produtora que ainda hoje se recuperam terrenos para o plantio das castas que fazem o melhor *Sauternes*. No século XVIII, a família Luc Saluces deu a provar estes vinhos às diferentes cortes europeias, da Grã-Bretanha à Rússia Czarista onde também foram muito apreciados¹⁴.

2.4. Dos Vinhos de Roda aos licorosos da Madeira

De entre os vinhos licorosos europeus que o mundo conhece, o Madeira é referência. Começou por ser conhecido por “vinho de roda”, uma vez que o processo de maturação deste vinho acontecia depois de ser submetido às elevadas temperaturas tropicais, quando os barcos em que eram acondicionados para consumo das respetivas tripulações rumavam a caminho da Índia e do Brasil. É que as sobras de tais vinhos no regresso das viagens, viam a sua qualidade e durabilidade aumentada. Hoje é indissociável a história do vinho da Madeira da própria história da Inglaterra. Nos séculos XV e XVI, os principais consumidores dos vinhos da ilha atlântica foram os ingleses continentais. Quando a Inglaterra, a partir do século XVII, funda o seu império colonial, são as colónias inglesas que mais consomem vinhos da Madeira e isso é visível na presença do *Madeira Wine*, nos primeiros anos da existência dos Estados Unidos da América, logo após conseguida a independência da Inglaterra. George Washington, John Adams e Thomas Jefferson, consumiam regularmente vinhos da Ilha portuguesa, que ainda hoje são usados para dar corpo a brindes oficiais em atos de grande solenidade¹⁵. Depois, foi companheiro assíduo dos exploradores americanos do Far-West, nas suas lutas nos vales do Arizona.

Já na colónia do Brasil serviu os bandeirantes na exploração das entranhas do grande país da América do Sul, na Índia, compensou as saudades dos marinheiros portugueses e sobretudo britânicos pelo do “Velho Mundo”. Por isso, nos finais do século XVIII era quase integralmente adquirido por mercadores ingleses que o colocavam nos seus mercados. Não faltaram igualmente à mesa das cortes russa e francesa. De resto, a adição da aguardente no processo de vinificação do vinho da Madeira, prática que se estima tenha sido iniciada

¹⁴ Idem, p. 228.

¹⁵ Vieira, A. (1991). *Breviário da Vinha e do Vinho da Madeira*: Ponta Delgada, p. 11.

nos alvares do século XVIII¹⁶ e que hoje se mantém, foi subsidiada pela importação das aguardentes de França de boa qualidade, cujo consumo se generalizou na Ilha até 1821, altura em que os excedentes de produção fizeram com que a Madeira recorresse à queima de vinhos autóctones, proibindo-se então as importações da aguardente de França.

Em finais do século XVIII, a insuficiência da Ilha para responder a uma crescente procura, deu lugar a múltiplas fraudes, praticadas quer por mercadores locais, quer por compradores estrangeiros no que toca aos vinhos e a aguardentes. Os primeiros importavam vinhos dos Açores e das Canárias a menor preço e de inferior qualidade, que *baldevam* (misturavam) com o genuíno da Madeira, vendendo-o como se todo fora do melhor da Ilha. Os mercadores compravam dos mesmos vinhos, embalados em pipas com o símbolo da Madeira e baldevam-no no continente.

Os processos de vinificação dos Madeira conheceram em finais do século XVIII alguma evolução, aproximando-se do método hoje usado, recorrendo embora a diferente tecnologia. No Funchal dessa época proliferavam adegas e armazéns de vinho, todo vendido à bica do lagar, como ainda hoje sucede. Nessa altura os mostos eram transportados para as adegas onde fermentava em vasilhas. Depois, sofria um tratamento que passava pela purificação do vinho, retiradas as borras e as impurezas através da utilização da clara de ovo, goma de peixe e sangue de bovinos¹⁷, adicionando-se-lhe de seguida a aguardente francesa. Na sequência da tradição insular do afamado “vinho de roda”, desenvolveu-se pela mesma altura uma técnica em terra – a da estufagem dos vinhos – que acabaria por reproduzir nos vinhos os mesmos efeitos da viagem, aos quais já aludimos, mas a custos muito inferiores.

O processo era aparentemente simples e consistia na construção de raiz, ou na adaptação de adegas para receberem o novo método. Se até aí, a maioria dos adegueiros residiam no rés-do-chão das suas adegas onde simultaneamente havia uma pequena oficina de tanoaria e já guardavam vinhos no sótão ou no andar superior¹⁸, foi apenas necessário rebocar a estuque todas as superfícies das paredes dessas adegas. Ficou apenas aberta uma porta por onde entrava o vasilhame, a qual era também entaipada logo após as pipas serem guardadas no interior. Além disso, os edifícios foram equipados com uma fornalha que, mantida sempre a arder, foi concebida de tal forma que pudesse ser alimentada pela parte exterior da adega. Somente uma abertura ou postigo devia permitir a comunicação de um só homem que, diariamente, munido de uma lanterna, se desloca ao interior para verificar se havia ruturas no vasilhame. A temperatura interior excedia por

¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 15.

¹⁷ Idem, p. 96.

¹⁸ Johnson's, H. (1999). *História Universal do Vinho*: s. n., p. 247.

vezes o 160º Farneight e o líquido fervia dentro da vasilha. Durante 3 meses ou 100 dias o vinho permanecia nestes compartimentos perdendo geralmente 10% do seu volume. Vencido este período, o vinho era passado para o *canteiro* (espaço exterior) para ser tratado com o lançamento de dois baldes de aguardente por pipa.¹⁹ Falamos de “vinhos de fornalha”, como também ficaram conhecidos, criados para durarem sem se danificarem 100 e mais anos em garrafas de vidro. Apesar deste novo método, os “vinhos de roda” só se extinguiria verdadeiramente após a Iª Guerra Mundial.²⁰

Finalidades culinárias, sobretudo na cozinha francesa de renome mundial, deram expressão maior ao Vinho da Madeira. Exportado primeiro a granel (em pipas) e acondicionado nos mercados de destino (séc. XVIII) em garrafões de vidro empalhado, onde repousavam para serem mais tarde lotados e engarrafados em garrafas de vidro, este vinho é também um dos grandes vinhos que a Europa oferece ao mundo. Na América ganharam fama os *Água de Chuva*, confeccionados a partir de vinho Verdelho palhete. Algumas firmas, como as caves Savannah quando trasfegavam o vinho das pipas para os garrafões, davam-lhe o nome do navio que o havia transportado. Mas usavam outros elementos de identificação que aparecem nos respetivos rótulos, como por exemplo, “*A delícia de Miss Wright*”.²¹

2.5. Os Marsala da Sicília

A história dos vinhos desta Ilha italiana começa muito antes de 1773, ano do estabelecimento do comerciante britânico John Woodhouse²², de Liverpool os ter descoberto como vinho de exportação. A sua história cruza-se com a cultura da vinha em Itália, país que, desde os tempos Clássicos recebe vides cuja proveniência entronca nas primitivas zonas vitícolas da Europa. A vinha terá sido introduzida na Sicília pela colonização dos Micénicos. Para Goffredo Bendinelli, deve-se recuar ao tempo de Cozzo Pantano (Siracusa). Na sepultura foi encontrado um vaso que remonta ao período Pré-Helénico, de produção local, pelo que se presume que cerca de 2000 a.C. já se consumiam vinhos na Sicília, mesmo que aí não tivessem sido produzidos.

¹⁹ P. P. Câmara - *Notícia sobre a ilha da Madeira*, Lisboa, 1841, p. 76-77.

²⁰ Johnson's, H. (1999). *História Universal do Vinho*: s. n., p. 251.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 250.

²² Não conseguimos confirmação de ligação efetiva entre este mercador inglês estabelecido em Marsala, com os membros da sociedade que se estabelece no Porto em 1810 no Porto entre Mr. Newman Smith e Alderman Smith e Mr. William Pitter Woodhouse e Mr. James Woodhouse em torno dos vinhos do Porto. Sellers, C. (1899). *Oporto Old and New*: London, Howard & Jones, p. 212.

O culto dionisiano, introduzido na ilha pelos Gregos (séc. VIII a.C.), expandiu-se rapidamente entre o século VII e VI a.C. Nessa época, a produção de vinho Siciliano era conhecida no Mediterrâneo e o mesmo já era exportado para África, Grécia e Roma que o recebiam em ânforas de barro no decurso do século IV a. C.

A necessidade de produção cerealífera do Império, ofuscou a produção vitícola na Sicília que se transforma no “celeiro” de Itália. Contudo, no século primeiro o cultivo permanecia na Sicília ocidental. A ocupação Árabe da ilha, favoreceu mais as bebidas destiladas elaboradas a partir de vinho ou bagaço aromatizados com anis, não consumidos publicamente pelas restrições do Corão.

Chegados ao século XVI, as dinâmicas comerciais do Mediterrâneo promovem o movimento de gentes e mercadorias no porto de Marsala. Localizado na costa Oeste da Sícila, província de Trapani, era por essa altura animado por uma economia próspera baseada na cultura dos cereais, na pecuária e na produção de sal. O vinho era então destinado quase em exclusividade ao consumo local. Em 1560, Carlo V concede o privilégio a favor da produção de vinho no território de Marsala, favorecendo assim a sua produção e exportação e as vinhas de Marsala, estendem-se então pela planície quase até à costa, com o cultivo mais extenso na área de Trapani.

As exportações são tímidas até aos inícios do século XVIII, altura em que os mercadores ingleses que tocavam este porto lhe deram notoriedade e o levaram aos quatro cantos do mundo. A cidade, cujo nome de origem árabe “Allah Marsa” - “Porta de Deus” é emprestado aos vinhos, torna-se famosa.

No século passado, na Sicília, os médicos prescreviam já o vinho Marsala como tranquilizante, remédio habitual nas casas da nobreza. Na Rússia, o Marsala entrou em 1846, graças à czarina Alessandra Fedorovna, mulher de Nicola I, que tinha tomado este vinho como “tónico” durante a sua estadia na Sicília por motivos de saúde.

Não restam hoje grandes dúvidas que foram os britânicos pela mão do já citado John Woodhouse, comerciante de Liverpool que se dedicava ao comércio de carbonato de sódio (soda calcinada) e que, navegando no seu *Elizabeth* ao longo da costa da Sicília em direção a Mazana del Vallo, foi obrigado a abrigar-se para fugir a uma tempestade precisamente no Porto de Marsala. Aí, numa das tabernas da localidade provou um vinho, forte, encorpado, que os agricultores reservavam para ocasiões especiais: o *Perpetuum*²³.

²³ Os vinhos da predileção dos romanos eram doces, daí as colheitas tardias de acordo com as técnicas gregas... (colher o fruto um pouco imaturo e deixá-lo no sol para secar e concentrar o açúcar - vinhos chamados "Passum"). Outro modo de obter um vinho mais forte e doce era ferver, aumentando a concentração de açúcar, originando o chamado "Defrutum" ou ainda adicionar mel - originava o "Mulsum". Preparavam também o "semper mustum" (mosto permanente), um mosto cuja fermentação era interrompida por submersão da ânfora em água fria e, portanto, contendo mais açúcar... método precursor do método de vinificação de alguns vinhos doces

Woodhouse ficou fascinado pelo vinho e viu capacidade para este poder competir com o vinho da Madeira, do Porto ou do Jerez, que eram tão apreciados pelos ingleses. Exportou algumas pipas para testar o mercado inglês, adicionando ao vinho um pouco de álcool destilado. Foram 50 pipas (412 litros) para Liverpool. O sucesso junto dos consumidores pelas semelhanças com o Porto e da Madeira fez a sorte de Woodhouse que, à semelhança dos seus parceiros do Funchal e do Porto, começou a comprar vinhos na região aos agricultores locais. Seguiu-se o investimento na produção e funda a adega mais antiga da Sicília.

Engajou os agricultores locais no aumento da produção, concedendo-lhe financiamento em troca do monopólio comercial que reservou para si, comprando-lhes as colheitas pela totalidade. Em finais do XVIII já a pena do almirante Néelson deslizava no papel para subscrever com ele um contrato de fornecimento da marinha britânica que o herói de Trafalgar designava como um vinho “digno da mesa de qualquer cavalheiro”. Eram 500 pipas do melhor vinho Marsala que deveriam abastecer não só os porões dos navios da “Royal Navy” como a adega do palácio de Buckingham.

Mais tarde, na sequência das guerras napoleónicas, os ingleses estabilizaram a sua presença em Malta e sentiam-se seguros na Sicília, por isso e face ao sucesso de Woodhouse, outros britânicos resolveram seguir-lhe os passos. Em 1812, Benjamin Ingham construía a sua adega, junto ao mar, não muito longe da de Woodhouse. Chegou à ilha italiana bem preparado porque tinha enviado a Portugal e a Espanha o seu sócio para analisar e aprender as técnicas de fabricação dos vinhos semelhantes (Porto e Jerez) aí produzidos, bem como os sistemas comerciais adotados e até a publicidade que, embora a dar os primeiros passos, começava a despontar interesse concorrencial. Benjamin Ingham acabou assim por ser o primeiro a regulamentar a produção dos Marsala, juntamente com o seu sobrinho Joseph Whitaker com o qual estabeleceu a empresa líder da cidade, tornando-se em 1851 o homem mais rico na Sicília.

Instrução para as vindimas com vista a melhorar a qualidade das uvas e sequentemente dos vinhos, conduziu ao crescimento das exportações e diversificação de mercados. Utilizando a sua pequena frota, coloca os Marsala na América do Norte, Brasil e Austrália.

Nos estabelecimentos de Woodhouse e Ingham, entravam vinhos provenientes de vinhas de Castelvetro, Campobello di Mazara, Balestrate, Alcamo e de Mazara e mesmo

alemães. Os vinhos provados por Woodhouse, corresponderiam a uma destas categorias, com toda a probabilidade ao “sempre mustum”.

das províncias orientais. Com o fim das guerras napoleónicas os Marsala começaram a ser exportados para a Alemanha e para a Rússia e o seu sucesso chamou, em 1832, Vincenzo Flori, o primeiro empresário italiano a estabelecer-se em Marsala e a fundar uma adega, precisamente entre a de Woodhouse e de Ingham, competindo com os britânicos. Possuidor de uma frota de 99 navios, em sociedade com o seu filho Inácio Flori leva o vinho Marsala a todos os cantos do globo, em aberta concorrência com os britânicos.

A unificação da Itália por Garibaldi e a filoxera que apareceu nas vinhas de Marsala em 1875, encarregaram-se de diminuir os negócios em torno deste grande vinho. Mas, pior parece ter sido após a recuperação o descrédito lançado sobre os Marsala, por volta de 1912 pelas falsificações que originaram o chamado “*vino grezzo*” siciliano. Após várias tentativas de normalização qualitativa da produção dos Marsala, só em 15 de outubro de 1931, ficou definido o quadro regulamentar que delimita a área de produção dos vinhos Marsala, aproximando-se do conceito atual de DOC (Denominação de Oigem Controlada). Essa legislação foi posteriormente apurada no que se refere à qualidade das uvas e características exigidas ao vinho Marsala (1950). Em 1969 foi emitido o decreto presidencial que reconheceu a denominação de origem do vinho Marsala, legislação completada em 1984.²⁴

2.6. Vinhos do Douro e Porto

Portugal, ao longo do século XVI, em termos de evolução do plantio da vinha não andava distanciado da Espanha ou de qualquer outro país produtor. Nessa época barcos com carga de vinhos nacionais percorriam todos os mares, em todas as direções então conhecidas. Da mesma época são abundantes os testemunhos do contacto dos britânicos com os nossos vinhos²⁵. Não se pode ainda falar de presença comercial regular dos nossos vinhos no mercado inglês mas, sabe-se do triunfo dos vinhos em Inglaterra durante o século XVII.²⁶

A partir do início da Guerra entre aquele país com a França (1624) foi temporariamente interdita a importação de vinhos de nacionalidade francesa, mesmo em navios estrangeiros²⁷. Apesar disso, face à dependência inglesa relativamente ao mercado

²⁴ Papo, L. & Pesenti, A. (1991). *Il Marsala*. Milano (Itália): Fabbri Editori.

²⁵ Testemunhos que dão uma noção de que entre 1402 e os finais do século XVI, muitos contactos houve entre os vinhos de Portugal e os ingleses. De facto, inúmeros navios portugueses carregados com vinhos foram intercetados nos mares. Por outro lado, algumas compras de vinhos foram efetuadas por mercadores britânicos em Portugal. Durante o período filipino, algumas embarcações portuguesas com vinhos destinados à armada de Ferrol, caíram também nas mãos dos britânicos. Idem, p. 214-216.

²⁶ Simon, A. L. (1964). *The History of the wine trade in England*, Vol. III, p. 6.

²⁷ Francis, A. D. (1972). *The Wine Trade*, p. 47.

francês no que toca ao abastecimento vinícola, a Inglaterra concedeu autorizações especiais para a entrada de vinhos de França nos seus portos, embora carregados em navios estrangeiros. Por isso, navios alemães e outros, pertencentes a mercadores britânicos radicados em Londres, continuaram a transportar vinhos rumo à Inglaterra, embora se conheça um influxo desse movimento comercial, particularmente depois de dezembro de 1626, altura em que em Bordéus, 200 barcos ingleses e escoceses carregados de vinhos foram aprisionados em pleno porto.²⁸

Certo é que a concorrência movida por outros vinhos aos vinhos de Bordéus em Inglaterra, não se fez esperar. Os vinhos espanhóis e mesmo franceses de outras regiões começaram a ocupar algum espaço dos vinhos de Bordéus. O porto de La Rochelle, servia de entreposto aos Haut Brion²⁹, bem como aos vinhos brancos produzidos na região, muito antes de os vinhos verdes portugueses do Minho entrarem naquele mercado. Este porto comercializava com a Irlanda e era base de muitos navios de pesca da Terra Nova que também estabeleciam contactos com Cádiz, Lisboa, Porto, Madeira e Açores. Na viagem de retorno desses destinos, depois de venderem o peixe que transportavam, carregavam vinhos para Inglaterra³⁰.

De entre os vinhos espanhóis que concorriam com os bordaleses, o mais popular era o já referenciado “Sack”. Já durante o reinado de Henrique VIII, algum deste vinho entrava como “*vinho doce*”, embora não constasse dos registos de fixação de preços nem das tabelas alfandegárias. Esta designação é em si mesma difícil de definir, parece corresponder ao gosto inglês por vinhos fortes e doces, como os “*sherry*”, contudo são definidos como vinhos inferiores aos das Canárias e eram usados então como medicamento para fortalecer o estômago³¹. Com eles competiam já os vinhos da Madeira³². Porém, a avaliar pelos preços dos vinhos praticados na Inglaterra de 1632, nenhum dos citados estava em posição de ocupar o lugar dos vinhos de Bordéus já que os vinhos da cidade da Foz do Garonne custavam 18 libras por tonel. A 15 libras por tonel vendiam-se os outros vinhos franceses de menor qualidade, exportados através de La Rochelle.

Os espanhóis das Canárias e de Alicante, os Moscateis, “*saks*”, Málaga ou sherrys vendiam-se a 16 libras por tonel. Quer isto significar que os vinhos de Bordéus, mesmo os

²⁸ Simon, A. L. (1964). *The History of the wine trade in England*, Vol. III, p. 28.

²⁹ Vinhos tintos da região de Pessac, hoje com a denominação de origem controlada “Graves”. (Simon, A. L. (1967). *Wines of the World*, p. 47.

³⁰ Francis, A. D. (1972). *The Wine Trade*, p. 49.

³¹ Por vezes designado “sweet sack” ou “secke” esta expressão parece querer definir vinhos secos. Contudo ela pode também querer significar vinho de “saca”, quer dizer, vinho sacado de um porto de mar visitado por contrapartida da entrega de outras mercadorias. “Sack-boats” era a designação de pequenas embarcações que faziam o transporte de peixe para a Península. Provavelmente estes vinhos daí teriam colhido o nome. Idem, p. 50-51.

³² Idem, p. 52.

de menor qualidade, mas produzidos em França, continuaram a ser consumidos e apreciados em Inglaterra como vinhos de mesa. Em paralelo, ganharam forte expressão no gosto dos britânicos os “sack” designação que parece corresponder a vinhos espanhóis e portugueses, fortes e doces “sweet wines”, assim classificados oficialmente alguns anos antes de 1624, quando os farmacêuticos ingleses entraram em disputa com destiladores, merceiros e negociantes de vinhos, por estes venderem licores e tónicos como drogas medicinais³³.

É tradição dizer-se que foi no âmbito da venda e utilização destas mesinhas, porto a porto, que pequenas quantidades do vinho forte do Douro, chegaram a Inglaterra como produto médico, muito antes da entrada triunfante dos vinhos do porto no mercado inglês³⁴. O certo é que, entre 1632 e 1639 se vulgariza entre os britânicos o consumo de vinhos peninsulares fortes e doces. A própria subida dos preços registada neste intervalo parece confirmá-lo:

Preço dos vinhos em Inglaterra				
Qualidade	1632	1635	1637	1639
Canárias, Muscatel and Alicante	16 libras	17 libras	18 libras	19 libras
Sacks e Malagas	13 libras	15 libras	16 libras	17 libras
Gascões e outros vinhos franceses	18 libras	18 libras	18 libras	19 libras
La Rochelle	15 libras	15 libras	15 libras	16 libras

Fonte: Simon, A. L. - *The History of the wine trade in England*: Vol. III, p. 38, 41, 42 e 46.

Após o início da Guerra Civil inglesa (1642) o comércio de vinhos em Inglaterra sofreu fortes restrições. Cromwell, em 1651, procurou fazer renascer a importância da marinha mercante inglesa, colocando-a em concorrência com a holandesa³⁵. A aprovação dos “*Atos de Navegação*” constituiu um dos esteios dessa política, com reflexos diretos no comércio de vinhos. Exceção feita aos vinhos da Madeira que já em 1657 tinham alguma expressão (400 toneis chegaram aos portos ingleses nessa ano) são muito escassas as notícias de penetração de vinhos portugueses no mercado britânico até meados do XVII. De facto, somente na segunda desta centúria os nossos vinhos e muito em particular os do Porto, lograram ganhar um lugar destacado no mercado britânico. Logo após a adesão de Portugal à Grande Aliança (1703), aos ingleses, em guerra contra a Espanha e contra a França, restava-lhes a alternativa de se abastecerem de vinho em Portugal especialmente na cidade

³³ Idem, p. 54-55.

³⁴ Idem, p. 55.

³⁵ Trevelyan, G.M. (1990). *História Concisa de Inglaterra*: Vol. II, p. 47.

do Porto, com a qual mantinham relações de intenso comércio desde os tempos medievos. A celebração do tratado de Methuen entre Portugal e a Inglaterra, em dezembro de 1703, garantiu a manutenção do comércio vinícola entre os dois países, mesmo depois de assinada a paz de Utreque. Por isso, a partir de 1718, estabelece-se na cidade do Porto uma irrequieta comunidade de mercadores britânicos que, encontraram nos vinhos do Douro, uma forte âncora para muitos outros negócios.

Embora estes mercadores comercializassem vinhos de proveniência vária³⁶, foi aos vinhos do Douro que prestaram maior atenção. Contudo, Simão Nutte adquiria vinhos de Málaga³⁷, mas também fez sair do Porto vinhos Viana (verdes), vinhos de Lisboa, vinhos da Anadia e vinhos com a denominação de origem “*Serra da Estrela*”, provavelmente produzidos nas cercanias da Covilhã³⁸.

Richard Thompson & C.^a outra firma inglesa instalada na cidade do Porto e percursora da Casa Croft, manteve igualmente interesses comerciais no Sul de Espanha, nomeadamente no comércio dos vinhos de Málaga.³⁹ Sinalizamos igualmente a Offley, ainda hoje conhecida marca de vinhos do Porto, representada atualmente pelo Grupo Sogrape Vinhos. A firma original foi fundada em 1719⁴⁰ por Gregory Bymes, Bymes & C.^a em 1723, Bymes & Hosey em 1729, Bymes & Talbot em 1747, Henry Bymes em 1756 e Stephenson & Searle em 1771. William Warthon, gerente da casa Offley & C.^a casou com Francis Stephenson⁴¹ e este foi o elo de ligação entre estas firmas da primeira metade do século XVIII e a Casa Offley. De igual modo negociaram com vinhos do sul de Espanha, nomeadamente com a cidade de Cádiz.⁴²

Intenso foi o comércio britânico com Viana do Lima no século XVII⁴³ e, pelo menos até 1709, o porto desta cidade teve todas as condições para receber embarcações de grande tonelagem. Somente a partir daquela data surgem notícias que se referem ao assoreamento da barra do Rio Lima e à conseqüente impossibilidade de nela entrarem

³⁶ Recebiam vinhos de Lisboa e da Figueira, bem como da região da Anadia, da Covilhã, de Viseu, de Setúbal e do Minho, estes últimos conhecidos por *vinhos de Viana* e interessaram-se também pelos vinhos do Sul da Península. Cardoso, A. B. (2003). *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro (1700-1756)*: Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, p. 172.

³⁷ AHMP, L. 449, *Visitas de Saúde*, fls. 522. AHMP, L. 453, *Visitas de Saúde*, fls. 166.

³⁸ Cardoso, A. B. (2003). *Baco & - O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro*, Porto, GEHVID, vol. II.

³⁹ AHMP, L. 450, *Visitas de Saúde*, fls. 109 v. AHMP, L. 456, *Visitas de Saúde*, fls. 135. AHMP, L. 455, *Visitas de Saúde*, fls. 44.

⁴⁰ Charles Sellers apresenta o ano de 1720 para a fundação desta firma. o. c., p. 93. Contudo, já em 1719, Gregory Bymes manifestava vinhos na Imposição do Porto. O nome que consta dos registos é o de Gregório Birne ou Berne. AHMP, L. 1334, *Imposição do Vinho*, fls. 166.

⁴¹ Sellers, C.: o. c., p. 93.

⁴² AHMP, L. 450, *Visitas de Saúde*, fls. 290. AHMP, L. 448, *Visitas de Saúde*, fls. 273.

⁴³ Sellers, C., o. c. p. 126.

navios de grande tonelagem⁴⁴. Entre os signatários de um documento redigido nessa altura e que reivindicava obras urgentes de limpeza da Barra do Lima, aparecem Thomas Bearsley e Peter Bearsley. Segundo John Croft (1788) terá sido este Peter Bearsley o primeiro inglês a interessar-se pelos vinhos do Alto-Douro. Era cônsul no Porto Walter Maynard e corria o ano de 1659⁴⁵. De facto os primeiros Bearsley ter-se-ão fixado em Viana e Monção e o seu primeiro interesse comercial assentou nas trocas com todo o Alto Minho.

Com toda a certeza, os “vinhos de Viana”, isto é as produções vinícolas de Monção, e de todo o Vale do Lima, interessaram estes mercadores britânicos. Encontramos um registo, datado de 27 de outubro desse ano, que nos dá notícia de que, consignado a Pedro Bearsley, foi vistoriado o navio *Blastont*, proveniente de Plymouth, em lastro, com 8 tripulantes a bordo, a indicar que os vinhos seriam carga de retorno a Inglaterra⁴⁶. Do que não temos dúvidas é de que foram estes Bearsley os fundadores da Casa Taylor, uma das mais importantes firmas de vinhos do Porto cuja marca subsiste ainda hoje. Também mantiveram negócios com os vinhos da Andaluzia, nomeadamente com os portos de San Lucar de Sevilha⁴⁷ mas igualmente com o porto de Cádiz⁴⁸ de onde importaram vinhos.⁴⁹

No caso dos Vinhos do Douro e Porto, pensamos que foram estes e outros protagonistas do negócio vinícola europeu da segunda metade do século XVII e da primeira do XVIII que ajudaram a construir um império comercial vinícola, de que, vimo-lo já, a praça do Porto foi centro. De resto, a criação da região demarcada e regulamentada mais antiga do mundo, desenhada pelo Marquês de Pombal em 1756 por sugestão dos grandes vinhateiros do Douro, teve em vista reger por princípios de qualidade a produção e o comércio dos vinhos nela produzidos e conduziu à instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756). Estava criado um mecanismo regulador que se aproxima do conceito prevalecente desde os inícios do século XX em muitas regiões vinícolas mundiais – o conceito de DOC – Denominação de Origem Controlada que, nos vinhos do Douro foi muito precoce. Através do apuro da qualidade nas produções dos chamados Vinhos de Feitoria, porque exportados maioritariamente através do grémio dos comerciantes ingleses da cidade, os vinhos do Douro constituíram sob a denominação Porto um dos vinhos mais conhecidos que a Europa deu ao mundo.

⁴⁴ BL, Add.20:958, fól. 194.

⁴⁵ Sellers, C., o. c., p. 127.

⁴⁶ AMVC, L. 934, fls. 26v.

⁴⁷ AHMP, L. 449, *Visitas de Saúde*, fls. 440 v.

⁴⁸ AHMP, L. 454, *Visitas de Saúde*, fls. 155.

⁴⁹ AHMP, L. 456, *Visitas de Saúde*, fls.23 v.

3. A terminar

A Europa enfrenta hoje grandes desafios no que se refere à concorrência dos seus vinhos com os vinhos do “Novo Mundo”. Estes têm ocupado fatias crescentes dos mercados mundiais por causa da boa relação que conseguem estabelecer entre a escala, a qualidade das produções e o preço dos vinhos. Os vinhos do “Velho Mundo”, face a condições de produção a custos mais elevados em função da pequena dimensão das propriedades produtoras (não permitem em alguns casos, a mecanização) mas também de uma mão-de-obra escassa e a auferir remunerações e direitos sociais cujo preço é, incomparavelmente, superior ao pago pelos produtores do “Novo Mundo”, tem vindo, paulatinamente a perder espaço comercial. Cientes de que não falamos aqui de todos os vinhos que a Europa deu e continua a dar ao mundo, pensamos ter deixado aqui nota de alguns dos mais importantes.

Apesar da concorrência desigual a que aludimos, as produções europeias sobretudo no campo dos vinhos licorosos, têm atrás de si um lastro histórico que, associado à excelência da qualidade traduzida numa cada vez maior aproximação entre a manutenção das práticas tradicionais, aliadas aos benefícios da tecnologia mais recente a que se têm associado os avanços registados na enologia, poderão fazer vingar a mais-valia dos seus vinhos. A par, a valorização dos territórios vinícolas através do conhecimento da sua história e dos patrimónios gerados poderão ajudar igualmente a conferir aos vinhos europeus a inconfundível marca do tempo, atingindo assim zonas de conforto no mercado global que aumentem o seu grau de competitividade.

Bibliografia

Cardoso, A. B. (2003). *Baco & - O Porto e o Comércio Interno e Externo de Vinhos do Douro*, Porto, GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 2 Vol.s.

Francis, A. D. (1972). *The Wine Trade*, London.

Gordon, M. M. G., Marquez de Bonanza (1970). *Jerez-Xerez-Sherish. Noticias sobre el origen de esta ciudad su historia y su vino*: Jerez de La Frontera.

Johnson's, H. (1994). *The World atlas of wine*, London, Mitchel Beazley.

P. P. CÂMARA (1841). *Noticia sobre a ilha da Madeira*, Lisboa.

Papo, L. & Pesenti, A. (1991). *Il Marsala*. Milano (Itália), Fabbri Editori.

Roudié, P. (1997). *Os Vinhos Licorosos de Bordéus*, in “Douro – Estudos e Documentos”, Porto, Vol. I (3).

Sellers, C. (1899). *Oporto Old and New*. London, Howard & Jones.

Simon, A. L. (1964). *The History of the Wine Trade in England*, London.

Simon, A. L. (1967). *Wines of the World*, London, New york, Toronto, Sydney.

Trevelyan, G.M. (1990). *História Concisa de Inglaterra*: Mem Martins, Publicações Europa-América, 2 vols.

Vieira, A. (1991.) *Breviário da Vinha e do Vinho da Madeira*: Ponta Delgada.

Fontes arquivísticas

Arquivo Histórico Municipal do Porto – AHMP - Visitas de Saúde, Lv.s 155, 273, 449, 450, 453, 456, 552 e 456.

Arquivo Histórico Municipal do Porto – AHMP - L. 1334, *Imposição do Vinho*.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo - AMVC, Lv. 934.

British Library – Londres – Surrey / BL, Add.20:958, fól. 194.

LES DIFFICULTÉS RENCONTRÉES PAR LES BANQUES COMMERCIALES PENDANT LA CRISE FINANCIÈRE - ÉTUDE DE CAS

Elena Dobre

Université OVIDIUS de Constanta, Roumanie
edobre2010@gmail.com

Résumé

Cette communication scientifique c'est un étude de cas qui vise les difficultés rencontrées pendant la crise financière et les mesures corporatives. Cette communication analyse aussi les mesures prises par les institutions européennes pour couvrir les besoins de financement pendant la crise financière. Les pratiques des grandes banques européennes montrent une implication transparente de la société mère, des actionnaires "des États membres concernés" et de la Commission. La méthodologie de recherche utilisée c'est l'étude de cas. De cette façon ont peut collecter des données pour analyser et interpréter des faits. Les difficultés rencontrées par le groupe Dexia en automne 2008 causées par l'aggravation de la crise des dettes souveraines ont particulièrement augmenté en 2011: la forte baisse des taux d'intérêt durant l'été 2011; de nombreuses émissions obligataires; la forte baisse du marché et la baisse de la qualité de crédit des actifs; la perte de confiance d'une grande partie des investisseurs. Nous sommes intéressés de la vente de Dexia BIL après une évaluation d'équité du prix et sans aucune aide de l'État. Le plus important aspect étudié c'est la responsabilité corporative adoptée par certains actifs qui sont exclus du périmètre vente. L'ajustement du prix de cession de l'excès de capital disponible à la clôture de la vente, peut être une bonne pratique qui indique la responsabilité corporative pendant la crise financière actuelle et les risques.

Mots-clés: crise des dettes souveraines; évaluation d'équité du prix; responsabilité corporative.

Summary

This paper is about banking difficulties during the financial crisis and corporate actions. Also, our paper is a case study about actions taken by the European institutions to meet the needs of financing during the financial crisis. Practices of major European banks show a transparent involvement of the parent company, shareholders' Member States concerned "and the Commission. The research methodology used is the case study of DEXIA SA. In this way have can collect data to analyze and interpret facts. The difficulties encountered by the Dexia Group in autumn 2008 due to the

worsening of the sovereign debt crisis, have particularly increased in 2011: the sharp decline in interest rates during the summer of 2011, of many bond issues; sharply devalue the market and the declining quality credit assets, the loss of confidence of a majority of investors. We are involved the sale of Dexia BIL after an assessment of fairness of the price and without any helps State. The most important aspect of this study is the corporate responsibility adopted by certain assets which are excluded from the scope sale. The transfer price of excess capital available at the end of the sale can be a good practice to indicate the corporate responsibility during the current financial crisis and attached risks.

Keywords: sovereign debt crisis, equity valuation price; corporate responsibility.

Introduction

Cette communication scientifique sur le groupe Dexia et Dexia BIL, est structurée sur le profil corporatif, les difficultés financières, le calendrier des procédures de redressement et la procédure de la Commission de vérifier l'équité du prix et l'existence de l'aide de l'État dans le cas de cession d'actions bancaires. La méthodologie de recherche utilisée c'est l'étude de cas, et de cette façon on peut collecter des données pour analyser et interpréter les faits. L'étude de cas c'est Dexia BIL «Banque Internationale du Luxembourg». Les conclusions sont de mettre en valeur la pratique bancaire sur le plan corporatif pour réaliser la formation des étudiants dans le domaine de la gestion bancaire.

1. Le profil corporatif du groupe DEXIA

Dexia BIL fait partie du groupe Dexia. Née de la fusion en 1996 du Crédit Local de France et du Crédit communal de Belgique, Dexia était spécialisée dans les prêts aux collectivités locales, mais comptait également quelques 5,5 millions de clients privés, principalement en Belgique, au Luxembourg et en Turquie. Le groupe Dexia était organisé autour d'une maison mère holding (Dexia SA) et de trois filiales opérationnelles situées en France (DCL), en Belgique (DBB) et au Luxembourg (Dexia BIL).

Le 20 octobre 2011, DBB a été vendue à l'État belge et, au 31 décembre 2011, le bilan consolidé du groupe Dexia (avec déconsolidation de DBB au 1er octobre 2011) s'élevait à 413 milliards d'euros. En plus de la cession de DBB intervenue le 20 octobre 2011, le groupe Dexia a annoncé la cession "*à court terme*" des entités suivantes: Dexia BIL; Dexia Municipal Agency; DenizBank; Dexia Asset Management (ci-après "DAM"); RBC Dexia Investor Services (ci-après "RBCD"). Les parts des principaux actionnaires de Dexia SA

détenues au 31 décembre 2011 sont les suivantes¹: Caisse des Dépôts et consignations 17,6%; Holding Communal 14,3%; Arco Group 12,0%; Gouvernement français 5,7%; Gouvernement fédéral belge 5,7%; Ethias 5,0%; 3 Régions belges 5,7%; CNP Assurances 3,0%; Salariés 0,6%; Autres 30,4%. Avant la mise en œuvre des cessions annoncées lors du Conseil d'Administration de Dexia en octobre 2011² la configuration du groupe était la suivante (Figure 1):

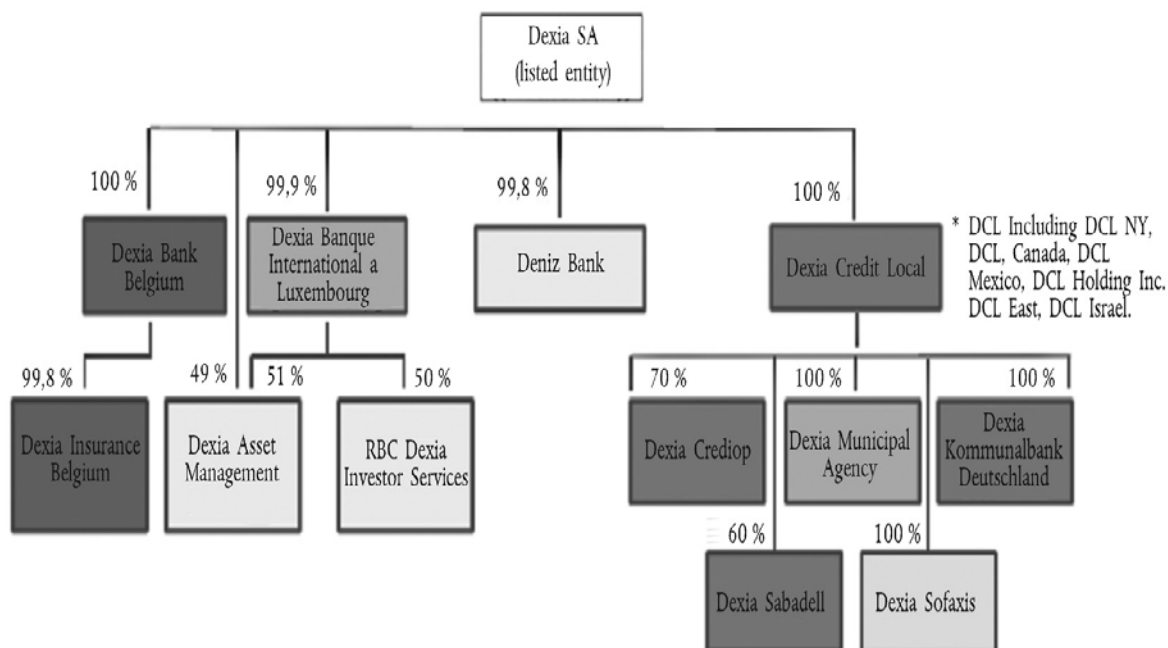


Fig. 1-Organigramme simplifié du Groupe au 30 septembre 2011

2. Le profil corporatif de DEXIA BIL

Dexia BIL est l'une des plus grandes banques commerciales du Luxembourg présentant un bilan de 41 milliards d'euros au 30 juin 2011. Dexia BIL opère non seulement au Luxembourg, mais également dans d'autres pays comme la Suisse, le Royaume-Uni, certains pays d'Asie et du Moyen Orient, et cela, soit directement, soit à travers certaines de ses filiales. Dexia BIL détient également un important portefeuille de titres "legacy" d'une valeur de marché estimée au 30 septembre 2011 à environ 5 – 10 milliards d'euros. Dexia BIL est l'une des grandes banques à réseau de guichets au Luxembourg et elle est un acteur essentiel de l'économie locale aussi bien comme banque dépositaire des résidents personnes physiques et des entreprises que comme fournisseur de crédits de

¹ Dexia, *Présentation des résultats financiers 2011*, 23 février 2012, p. 51.

² Journal officiel de l'Union européenne L 357/16 /28.12.2012 p. 17.

consommation, immobiliers et aux entreprises. Dexia BIL représente pour 10 – 15 % des résidents personnes physiques et pour 15 – 20 % des PME (petites et moyennes entreprises) résidentes, la banque de référence la plaçant chaque fois en troisième position sur le marché luxembourgeois. Les parts de marché de Dexia BIL dans le système bancaire luxembourgeois ont été les dernières années d'environ 10–15 % en volume des dépôts, 10–15 % en volume des prêts et 5 – 10 % des actifs sous gestion dans le domaine de la banque privée. La BIL, avec ses près de 40 agences dans le Grand-Duché, est en troisième position sur le marché luxembourgeois, détenant environ 5 – 15 % des dépôts, 5 – 15 % des prêts et environ 5 – 15 % des actifs sous gestion dans le domaine de la banque privée.

3. Les difficultés financières de DEXIA

Les difficultés rencontrées par le groupe Dexia pendant la crise financière de l'automne 2008 ont été suivies par d'autres en 2010. Elles peuvent être résumées comme suit:

Causes	Effets	Difficultés
L'aggravation de la crise des dettes souveraines	Une méfiance de plus en plus grande de la part des investisseurs envers les contreparties bancaires, ne permettant plus à ces dernières d'obtenir du financement dans des volumes et dans des conditions satisfaisantes. En effet, Dexia présente à ses actifs de nombreux prêts et/ou obligations de pays et/ou de collectivités locales et régionales dans des pays perçus à risque par le marché. De plus, la crise est intervenue alors même que Dexia n'a pas eu le temps de finaliser la mise en œuvre de son <i>plan de restructuration</i> .	Les besoins de financement de Dexia ont particulièrement augmenté du fait des éléments suivants: (i) La forte baisse des taux d'intérêt durant l'été 2011 a augmenté d'au moins 5–20 milliards d'euros le besoin d'apport de <i>collateral</i> pour faire face aux appels de marge liés à la variation de la valeur de marché du portefeuille d'instruments dérivés de taux utilisés en couverture du bilan; (ii) De nombreuses émissions obligataires (en particulier les émissions garanties par les Etats précédemment émises par Dexia) sont arrivées à l'échéance à un moment où les conditions de marché pour refinancer ces obligations n'étaient pas optimales; (iii) La forte baisse de valeur de marché et la baisse de qualité crédit des actifs que Dexia utilise à titre de sûretés pour obtenir du financement (iv) La perte de confiance d'une grande partie des investisseurs , suite, entre autres, à l'annonce des pertes importantes au deuxième trimestre 2011 (de près de 4 milliards d'euros) et de dégradations de certaines agences de notation; (v) Des retraits massifs de dépôts de clients en Belgique et au Luxembourg en octobre 2011.
À suivre, Dexia, elle a fait face à une forte réduction de ses dépôts, et les dépôts ont baissé de 1–5 milliards d'euros. Dexia avait annoncé au début d'octobre 2011 être entrée en discussion avec un groupe d'investisseurs et le Luxembourg en vue de leur vendre Dexia BIL.		

4. Le calendrier des procédures de redressement

novembre 2008	La Commission a décidé de ne pas soulever d'objections aux mesures d'urgence concernant une opération de soutien de liquidité ("liquidity assistance" ci-après "l'opération LA") et une garantie sur certains éléments de passif de Dexia. La Belgique, la France et le Luxembourg (ci-après "les États membres concernés") ont notifié à la Commission un premier plan de restructuration de Dexia.
mars 2009	La Commission a décidé d'ouvrir la procédure formelle d'examen de l'ensemble des aides accordées à Dexia et de la compatibilité des mesures d'aides avec le plan de restructuration de Dexia.
février 2010	À la fin du mois de février 2010 la Commission a autorisé le plan de restructuration de Dexia et la conversion des aides d'urgence en aides à la restructuration , sous condition du respect de tous les engagements et conditions fixés dans ladite décision.
octobre 2011	La Commission a décidé d'ouvrir une procédure formelle d'examen de la mesure de vente par Dexia SA et de rachat par l'État belge de Dexia Banque Belgique. La Belgique a notifié à la Commission une mesure de recours pour DBB à l'" Emergency Liquidity Assistance " pourvue d'une garantie de l'État belge pour permettre à DBB d'octroyer des financements à Dexia Crédit Local SA.
décembre 2011	La France, la Belgique et le Luxembourg ont notifié à la Commission, un projet de garantie temporaire des États membres concernés sur le refinancement de Dexia SA et de DCL. La Commission a émis la décision d'ouverture des aides supplémentaires à la restructuration de Dexia, et a décidé d'autoriser temporairement la garantie temporaire de refinancement . La Commission a ouvert une procédure formelle d'examen concernant l'ensemble des mesures supplémentaires à la restructuration de Dexia et a demandé aux États membres concernés, un plan de résolution ordonnée de Dexia en cas de défaut de viabilité de Dexia.
mars 2012	Les États membres concernés ont notifié à la Commission un plan de résolution ordonnée de Dexia .
juin 2012	Les États membres concernés ont notifié à la Commission une augmentation du plafond de la garantie temporaire jusqu'au montant de 55 milliards d'euros .

5. La vente de DEXIA Banque Internationale au Luxembourg

Cette histoire commence au début d'octobre 2011 quand, Dexia SA a annoncé³ être entrée en négociation exclusive avec un groupe d'investisseurs internationaux auquel participerait le Grand-duché de Luxembourg, en vue d'une cession de Dexia Banque Internationale au Luxembourg (Dexia BIL). Le conseil d'administration du groupe Dexia se prononcerait sur le contenu d'une offre éventuelle à l'issue de la période d'exclusivité.

En décembre 2011, la Commission a été informée qu'un protocole d'accord

³http://www.dexia.com/FR/Journaliste/communiqués_de_presse/Pages/Entree-en-negociation-exclusive-pour-la-cession-de-Dexia-Banque-Internationale-à-Luxembourg.aspx

contraignant, portant sur la vente de la participation de 99,906% dans Dexia BIL détenue par Dexia SA, était sur le point d'être conclu. Selon cet accord, *Precision Capital SA*, un groupe d'investisseurs du Qatar, acquerra 90% de la participation, les 10% restants étant acquis par le Luxembourg, avec la mention que certains actifs de Dexia BIL sont exclus du périmètre de cette vente. Cette mesure de cession de Dexia BIL notifiée à la Commission n'a pas fait objet de procédure d'appel d'offres formelle. La caractéristique de cette mesure c'est que certains actifs de Dexia BIL sont exclus du périmètre de cette vente et de fait, la cession ne porte que sur une partie de Dexia BIL, à savoir les activités retail et banque privée ("les activités cédées").

Plus précisément sont exclus du périmètre de la vente:

- la participation de 51% détenue par Dexia BIL dans DAM,
- la participation de 50% détenue par Dexia BIL dans RBCD,
- la participation de 40% dans Popular Banca Privada,
- le portefeuille de titres "legacy" de Dexia BIL (ainsi que certains produits dérivés et associés),
- les participations de Dexia BIL dans Dexia LDG Banque et Parfipar.

Les activités susmentionnées ont été transférées à Dexia avant la clôture de la transaction avec une clause de récupération du produit net des cessions par Dexia BIL.

De plus, l'accord prévoit comme condition préalable à la vente l'élimination de tous les prêts et emprunts non sécurisés auprès d'entités du groupe Dexia et l'élimination de nombreux prêts et emprunts sécurisés auprès d'entités du groupe Dexia. Au 10 février 2012 le financement octroyé aux autres entités du groupe était d'environ 5 milliards d'euros dont moins de 500 – 800 millions de financements sécurisés.

L'exclusion de tous ces actifs a été destinée à permettre la réduction des actifs totaux de Dexia BIL d'environ 16,9 milliards d'euros par rapport aux actifs totaux de 41 milliards d'euros au 30 juin 2011 (soit une réduction des actifs totaux de 40% et des actifs pondérés par les risques de 50 %).

Le prix de vente est fixé à 730 millions d'euros avec un ratio de Common Equity Tier 1 de Dexia BIL d'exactly 9% au moment de la clôture. En cas d'excès de capital au moment de la clôture par rapport à 9% de Common Equity Tier 1 sous Bâle III, le prix de vente est ajusté de l'excès de capital disponible à la clôture. En cas de manque de capital par rapport à 9% de Common Equity Tier 1, ce découvert est compensé par Dexia SA.

Préalablement à la finalisation de la vente, des scénarios d'avant-projet de cession de Dexia BIL ont été soumis à une évaluation d'équité de prix par un Tiers. Cette évaluation du 10 décembre 2011 est faite selon trois méthodes différentes:

- (i) La méthode d'actualisation des "*cash flows to equity*" sur la base des flux

distribuables aux actionnaires sous réserve de la satisfaction des ratios réglementaires Core Tier 1.

(ii) La méthode du "*price to book ratio*", sur la base de l'excès de rentabilité par rapport au coût du capital.

(iii) La méthode "*des boursiers comparables*" par des comparaisons avec les prix de marché financier.

L'application de ces trois méthodes différentes a conduit à une valeur de prix comprise dans une fourchette entre 600 – 700 et 800 – 900 millions d'euros.

6. La position et les observations des tiers intéressés

La Commission a reçu des observations de deux parties tierces intéressées. L'une des observations reçues de la part d'une association d'investisseurs concerne la hauteur du prix d'achat. Cette association estime que le prix de vente de Dexia BIL est trop bas, en particulier compte tenu des bonnes performances de Dexia BIL dans le passé. L'autre partie tierce, un actionnaire de Dexia SA, a formulé dans ses observations des doutes concernant le comportement de Dexia SA, de Dexia BIL et des personnes et organes supposés contrôler ces sociétés depuis 1998. Cet actionnaire estime aussi que les flux d'informations de Dexia SA envers ses actionnaires sont insuffisants. Cet actionnaire considère également que les procès-verbaux et annexes de ses propres interventions lors des Assemblées générales depuis 1999 ainsi que toutes les correspondances entre lui-même, Dexia SA, Dexia BIL et ses administrateurs auraient dû être transmis par Dexia SA aux acquéreurs potentiels de Dexia BIL.

7. La position et les observations de DEXIA SA

Dexia SA souligne que la cession de Dexia BIL est une étape importante pour la stabilisation de la situation de Dexia BIL après les pertes de dépôts subies au début du mois d'octobre 2011. Les conditions de la cession de Dexia BIL ont été déterminées par Dexia SA avec Precision Capital dans le cadre d'une négociation *at arms' length* entre opérateurs privés, sous leur propre responsabilité et sans engager des ressources d'État. En outre, il était urgent de trouver un repreneur pour Dexia BIL afin de protéger les déposants et les clients de la banque, de préserver la valeur de la banque, et d'enrayer des risques de contagion sur le reste du système financier. Dans ces circonstances, le processus de cession de Dexia BIL peut être assimilé à un processus ouvert, transparent et non discriminatoire, de nature à assurer la formation d'un prix de marché. Par conséquent il ne

comporte pas d'éléments d'aide d'État. Dans ces conditions, Dexia SA considère que la valorisation des participations ou des actifs exclus de la transaction n'est pas en compte dans la détermination du prix de marché. Dexia BIL n'a pas bénéficié directement des anciennes aides reçues par le groupe Dexia. Au contraire, depuis la fin de 2008, Dexia BIL a constamment été fournisseur net de liquidité au groupe Dexia.

Dexia SA souligne que l'acquisition de Dexia BIL au prix de marché suffit à éliminer la possibilité d'une transmission potentielle des anciennes aides reçues par Dexia groupe à l'acquéreur comme à l'entité cédée Dexia BIL.

À cet égard, Dexia SA souligne qu'en l'absence d'aides additionnelles, la cession de Dexia BIL ne crée pas de distorsions de concurrence, de sorte qu'il n'est pas nécessaire d'imposer des mesures additionnelles pour limiter les distorsions de concurrence. En tout état de cause, la réduction de la taille de Dexia BIL au titre des activités exclues de la cession est suffisamment importante pour ne pas nécessiter de mesures additionnelles.

8. La position et les observations du Luxembourg

Le Luxembourg considère que la vente de Dexia BIL représente une solution privée de marché et ne contient aucun élément d'aide d'État. Le Luxembourg observe que le projet de cession de Dexia BIL a été annoncé officiellement le 6 octobre 2011, avant la date de l'annonce des garanties additionnelles sur le nouveau refinancement octroyées par les États membres concernés) à Dexia SA et DCL.

Le Luxembourg souligne que Dexia BIL est une des grandes banques à réseau de guichets au Luxembourg et est un acteur essentiel de l'économie locale aussi bien comme banque dépositaire des résidents personnes physiques et des entreprises comme fournisseur de crédits de consommation, immobiliers et aux entreprises. Dexia BIL joue un rôle systémique dans l'économie luxembourgeoise et une défaillance de cette banque aurait des effets extrêmement graves sur la stabilité du système financier du Luxembourg et de l'économie luxembourgeoise en général, qui pourraient également être ressentis dans les pays limitrophes. Selon les autorités luxembourgeoises, il n'y a aucun avantage pour Dexia SA ou pour Dexia BIL découlant de la reprise par l'État luxembourgeois d'une part de 10 % de Dexia BIL, car la reprise a lieu dans des conditions de marché, le prix payé et les conditions étant les mêmes que pour *Precision Capital*.

Par ailleurs, les autorités luxembourgeoises observent que Dexia BIL aura une position de liquidité forte après cession, elle se concentrera sur une activité de banque de détail et de banque privée et aura coupé des liens avec le groupe Dexia résiduel à travers l'extraction du portefeuille "legacy" et de Dexia LDG et de la cession des participations dans RBCD et DAM.

De même, le protocole est basé sur une absence de financement par Dexia BIL de Dexia SA ou d'autres entités du groupe résiduel après la cession. En tout état de cause, la cession de Dexia BIL ne contient aucun élément d'aide d'État et est réalisée à un prix de marché. Les autorités luxembourgeoises confirment aussi que le périmètre de l'évaluation d'équité reprend exactement le périmètre des activités cédées. Ainsi, le prix de cession de Dexia BIL peut être considéré comme un prix de marché, ce qui exclut toute transmission d'aide à cet égard.

9. La fin de l'histoire

Depuis la fin de l'année 2008, Dexia BIL a été fournisseur net de liquidités aux autres entités du groupe⁴. En août 2013, selon une étude suisse sur le risque systémique, les banques françaises sont très mal classées. Dans cette étude DEXIA SA a un index SRISK de 22302 billions d'euros comparatif avec CRÉDIT AGRICOLE SA de 82308 billions d'euros, mais un *leverage* de 6935.30 comparatif avec CRÉDIT AGRICOLE SA de 90.70.

La fin de l'histoire est que Dexia SA (DEXB) a démarché l'action en justice contre JPMorgan Chase & Co. (JPM) sur environ 1,6 milliard de dollars⁵. Dexia a accusé JPMorgan, Bear Stearns Cos et Washington Mutual Inc. de «fraude flagrante» dans la vente d'obligations hypothécaires. Dexia, basée à Bruxelles, a poursuivi les prêteurs en 2012. J P Morgan a acquis des actifs de Washington Mutual et de Bear Stearns, après ils se sont effondrés en 2008. Cela montre la complexité des opérations et la responsabilité qui incombe.

10. Conclusion

La Commission et les autorités luxembourgeoises constatent qu'aucune observation des tiers ne serait de nature à remettre en cause les développements contenus dans leurs notifications et dans leurs observations. Les autorités luxembourgeoises notent par ailleurs qu'aucune des observations des tiers n'est de nature à remettre en cause l'argument selon lequel le processus de la cession de Dexia BIL doit pouvoir être assimilé, conformément à la pratique décisionnelle de la Commission, à un processus ouvert, transparent et non-discriminatoire de nature à garantir que la transaction s'est faite au prix du marché. Les

⁴ www.lesechos.fr/

⁵ <http://www.bloomberg.com/quote/DEXB:BB>

autorités luxembourgeoises mentionnent donc que la transaction a été faite sans l'aide de d'État.

En ce qui concerne l'objet de la vente, le périmètre des activités cédées se limite aux activités *retail* et banque privée qui ne semblent pas avoir été la cause des problèmes du groupe Dexia ayant nécessité l'octroi d'aides d'État. La Commission note aussi que la partie du portefeuille titres nominée **legacy** du groupe détenue par Dexia BIL, liée aux problèmes de refinancement du groupe ayant contribué au besoin d'aides d'État déjà approuvées par la décision du mois de février 2010, ne fait pas partie des activités cédées. D'un point de vue quantitatif, le périmètre des activités cédées représente environ 60% de la somme du bilan de Dexia BIL et 10% de la somme du bilan du groupe Dexia. Il n'y a pas de lien entre l'acquéreur privé *Precision Capital* et les actionnaires actuels de Dexia SA, ce qui remplit ainsi le critère d'indépendance de l'acquéreur privé par rapport à Dexia SA dans ses prises de décision et de stratégie des activités cédées de Dexia BIL. Par ailleurs, une acquisition au prix de marché des activités cédées permettrait d'assurer que l'acquéreur paye d'une façon adéquate pour les aides dont cette partie de Dexia BIL aurait pu bénéficier en tant qu'entité du groupe Dexia et que le prix de la transaction de cession de Dexia BIL ne contient donc pas d'éléments d'aide. Le prix de la transaction de 730 millions d'euros est compris dans la fourchette des évaluations d'équité. Il n'y a donc pas d'indication que le prix payé se situerait en-dessous ou au-dessus du prix de marché. Dès lors, le prix de cession de Dexia BIL peut être considéré comme un prix de marché, ce qui exclut également toute transmission, lors de la cession, de l'aide potentielle antérieurement octroyée à Dexia.

La responsabilité corporative de Dexia SA c'est que les conditions de la cession de Dexia BIL ont été déterminées par Dexia SA avec *Precision Capital* dans le cadre d'une négociation *at arms' length* entre les opérateurs privés, sous leur propre responsabilité et sans engager des ressources d'État. En outre, il était urgent de trouver un repreneur pour Dexia BIL afin de protéger les déposants et les clients de la banque, de préserver la valeur de la banque, et d'enrayer des risques de contagion sur le reste du système financier. Dans ces circonstances, le processus de cession de Dexia BIL peut être assimilé à un processus ouvert, transparent et non discriminatoire, de nature à assurer la formation d'un prix de marché. Par conséquent il ne comporte pas d'éléments d'aide d'État.

Certaines activités de Dexia BIL sont exclues du périmètre de cette vente. Ces activités seront transférées à Dexia SA avant la clôture de la transaction avec une clause de récupération du produit net des cessions par Dexia BIL. La Commission note que les informations supplémentaires reçues à la suite de la décision d'ouverture confirment que la valorisation des activités exclues de la transaction n'entre pas en compte dans la détermination du prix de marché. Le prix de vente est basé sur un ratio de fonds propres

Common Equity Tier 1 sous la rigueur de Bâle III de 9% au moment de la clôture. En cas de différence entre ce niveau et le niveau de capital au moment de la clôture de la cession, la clause d'ajustement garantit le remboursement de celle-ci par les acheteurs ou le vendeur et/ou un ajustement du prix de cession. La valorisation des participations ou des actifs exclus de la transaction n'entre donc pas en compte dans la détermination du prix de marché. Cette clause d'ajustement a également été prise en compte dans les valorisations d'équité. En outre, dans sa décision d'ouverture, la Commission a noté que l'État luxembourgeois participe dans la cession de Dexia BIL en tant qu'acquéreur d'une participation de 10%, dans les mêmes conditions que *Precision Capital*. Il est donc évident que la participation du Luxembourg implique des ressources d'État. Or, vu que le Luxembourg participe dans les mêmes conditions que *Precision Capital*, la Commission estime qu'à priori le Luxembourg agit comme un investisseur privé, ce qui exclut une aide en relation avec la participation de 10% du Luxembourg.

À titre de conclusion, pour les raisons exposées ci-dessus, on pouvait retenir comme une conclusion générale que la mesure corporative de vendre les actions majoritaires de Dexia BIL ne comporte aucune aide d'État. Elle ne constitue une nouvelle aide ni pour Dexia SA ni pour Dexia BIL.

On pourrait retenir aussi que dans le domaine bancaire corporatif européen, la responsabilité corporative est manifestée par toutes les parties impliquées: la société mère, les tiers, les États membres concernés et bien sûr la Commission pour garantir l'objectivité des transactions et assurer une bonne pratique dans l'éthique des affaires. Une bonne gestion bancaire suppose une bonne éthique des affaires, bien que Dexia ait accusé JPMorgan, Bear Stearns Cos et Washington Mutual Inc. de «fraude flagrante» dans la vente d'obligations hypothécaires. Cela montre la complexité des opérations bancaires et la responsabilité qui incombe.

Bibliographie

Journal officiel de l'Union européenne L 357/16 /28.12.2012.

Traité sur le fonctionnement de l'Union européenne.

http://www.dexia.com/FR/Journaliste/communiqués_de_presse/Pages/Entrée-en-négociation-exclusive-pour-la-cession-de-Dexia-Banque-Internationale-à-Luxembourg.aspx.

<http://www.lesechos.fr/entreprises-secteurs/finance-marches/actu/0202979612882-risque-systemique-les-banques-francaises-sont-les-plus-mal-classees-selon-une-étude-suisse-600.php>

<http://www.bloomberg.com/quote/DEXB:BB>.

THE ECONOMIC AND ACCOUNTING ADMINISTRATION OF THE QUALITY

Stanciu Anca Cristina

Dobre Elena

Université "Ovidius" de Constanta,Roumanie

castan22us@yahoo.com

edobre2010@gmail.com

Abstract

The non-quality consists of the sum of all the anomalies that exists in a company.It is recognized that the cost of this non-quality varies considerably from a company to another one and is , on average, 10 % -30 % of the turnover. To combat such a phenomenon means to consider this loss as an economic potential deposit.Quality management is applied at all levels , functions or activities of an enterprise and implies the principle of complementarity which indicates that the quality management of production can not be dissociated from the production process or deliverance of services.

It is also obviously the complementarity between the interest of consumers and that of the providers.The principle of complementarity leads to a redistribution of responsibilities for quality, to know "who does what" .This leads quality function to ensure four main missions : filter the deficiencies ; clarify the fundamental causes of anomalies ;coordinate internal and external actions of quality promoting ; cause systematic cost reduction of non- quality by a proper motivation of the responsibility centers (economic mission).

Integrate the concept of quality in accounting allows to establishing financial statements showing the impact of non- quality cost on results. This is about an approach that led the manager beyond the cost analysis by nature,situation so prevalent currently .This integration is possible if we have a relevant theory of non- quality costs also relevant allowing an also relevant ventilation on responsibility centers.In that way, the principle of complementarity leads to classify the costs related to the quality into groups and it also helps to better understand the mechanisms of quality management ; by distinguishing the responsibilities and by the allocation of non-quality costs also allows various failing functions to motivate them in a rational manner.In fact, it allows to integrate the implications of the quality in the traditional accounting systems, and to measure the economic result .

It should be noted that traditional accounting does not take into account the quality and do not clearly identify the costs of non-quality importance whose importance is nevertheless crucial for the survival and development of the company. The economic and accounting management of the quality is the tool of choice for both the top management and for quality professionals .

The quality management does not present major difficulties from the economic and accounting point of view , with some few adjustments it `s part of the traditional cost accounting and is one of the essential tools of the company management having in view the development.

Keywords: quality, costs, management.

Résumé

La non-qualité est constituée de la somme de toutes les anomalies que comporte une entreprise. Il est admis que le coût de cette disqualité varie considérablement d'une entreprise à l'autre et représente, en moyenne, 10% -30% du chiffre d'affaires. Combattre un tel phénomène revient à considérer cette perte comme un gisement économique potentiel.

La gestion de qualité s'applique à tous les niveaux, fonctions ou activités d'une entreprise et implique le principe de complémentarité qui induit que la gestion qualitative de la production ne peut être dissocié du processus de production ou de délivrance de services. C'est évidente aussi la complémentarité entre les intérêts des consommateurs et ceux des fournisseurs. Le principe de complémentarité conduit à une redistribution des responsabilités en matière de qualité, à savoir "qui fait quoi". Cela conduit la fonction qualité à assurer quatre missions essentielles: filtrer les défauts; faire apparaître clairement les causes fondamentales d'anomalies; coordonner les actions internes et externes de la promotion de la qualité; provoquer la réduction méthodique des coûts de dysqualité par une motivation correcte des centres de responsabilité (mission économique).

Intégrer la notion de qualité en comptabilité permet d'établir des états financiers faisant ressortir l'incidence des coûts de dysqualité sur les résultats. Il s'agit d'une approche qui conduit le gestionnaire au-delà des analyses de coût par nature, si répandues à l'heure actuelle.

Cette intégration est possible si l'on dispose d'une théorie pertinente des coûts de dysqualité permettant une ventilation également pertinente par centre de responsabilité.

Ainsi, le principe de complémentarité conduit à classer les coûts relatifs à la qualité en groupes; il permet aussi de mieux comprendre les mécanismes de la gestion de la qualité, en distinguant bien les responsabilités et par l'affectation des coûts de dysqualité permet aussi aux diverses fonctions défaillantes de motiver celles-ci de manière rationnelle. En fait, il permet d'intégrer dans les systèmes comptables traditionnels, les implications de la qualité et d'en mesurer le résultat économique.

Il est à remarquer que la comptabilité traditionnelle ne prend pas en compte la qualité et surtout ne fait pas clairement apparaître les coûts de dysqualité dont l'importance est pourtant déterminante pour la survie et le développement de l'entreprise. La gestion économique et comptable de la qualité constitue un outil de choix, tant pour les directions que pour les qualificateurs.

La gestion de la qualité ne présente pas de difficulté majeure du point de vue économique et comptable; avec quelques aménagements elle s'inscrit dans le cadre de la comptabilité analytique classique et c'est l'un des outils essentiels de la gestion de l'entreprise appelé à se développer.

Mots clés: qualité, coûts, gestion.

Introduction

After a development that marked the different stages, the concept of quality tends to absolutize the impression that it is based on the modeling of economic environment in the coming years. This is the answer to the challenge of managing structural changes in market conditions at international level. Quality management is a direct result of the awareness that the main factor to maintain and increase customer is the quality of products and services provided.

In any establishment, economic or other, a quality compliant management system begins with the understanding and support of the management, the elaboration of standards of performance in each area and for each operation, followed by actual performance, the necessary corrective measures and continuous improvement of quality.

Management style focused on quality and customer satisfaction and applicable to all activities, production services, banks and government agencies, TQM (Total Quality Management) represents the key to the competitiveness of many companies. Although many attempts, so far, the exact origin of the term "total quality" is not yet established. Deming and Juran, two of the most important precursors of quality management, don't use the term "total quality", even in their most recent works. Most authors agree that TQM is a new philosophy, a new business culture model to guide the customer in all activities and processes and optimize as needed to establish the long-term benefits.[1]

By quality management system, we understand an organization management / administration which causes a high degree of satisfaction to all parties interested in this field. An organization can demonstrate that its activities sign up within a system of quality administration if it can demonstrate that there is a set of rules of good practice (to some extent documented) and also if there are sufficient objective evidence of implementation of these rules and the rules of good practice. Integrate the concept of quality in accounting allows to establishing financial statements showing the impact of non-quality cost on results. This integration is possible if we have a relevant theory of non-quality costs also relevant allowing an also relevant ventilation on responsibility centers. The quality costs administration does not present major difficulties of economic and accounting point of view, with some adjustments it is part of the traditional cost accounting and is one of the essential tools of a company management.[2]

1. Background

The non-quality consists of the sum of all the anomalies that exists in a company. It is recognized that the cost of this non-quality varies considerably from a company to another one and is, on average, 10 % -30 % of the turnover. [3] In fact, their levels is even higher, if taken into account all the costs involving a poor quality of products - the invisible costs such as the loss of an organization's reputation and customer confidence in the products or services it offers. Economic consequences are considerable and can have decisive repercussions at both micro and macro level. It can be appreciated that a relatively small number of managers are considering this as a real problem. This behavior has many causes:

- quality cost does not appear in a direct manner in the traditional accounting;
- decision makers are not sufficiently and methodological trained in economic administration of quality;
- methods are less accurate and quite diverse;
- even qualitiens have different views on quality costs to be taken into account.

Experience has shown that reducing quality costs is possible and can be achieved by reducing the cost of recovery and by a slight increase in the profit margin, allowing the release of a non-negligible part of the necessary resources to improve productivity and salaries and can become an important tool in managing the company.

After the Second World War, the issue of quality management was laid for the first time in Japan, where, since 1949, began to be taught in schools. In the same year they founded and first quality circles, initiated by Prof. Kaoru Ishikawa. Also in this country since 1955 were initiated a series of radio campaigns in this area, because today due to their importance, quality costs undergo itinerant seminars.

Quality management concepts are related to a number of famous names guru in the field, including: JM Juran in the United States, P. Lemaître of France, M. Nixon in Britain.

After analyzing the costs involved in creating products, JM Juran introduced for the first time, in the '50s, the concept of quality cost, highlighting that increase profitability for excess costs must be reduced and this is achieved by making good a thing from the first time.[3]

2. The quality administration method

Pierre Lemaître, professor and founder AFQ (Association française des qualitiens) is in fact the one who promoted the quality administration method through the costs generated. "Quality administration" is a method that includes a set of quality management activities through the costs generated in all stages of the product, from conception to delivery including

tracking them in operation. If there is the possibility of comparisons between different sets of data, quality costs can be regarded as a criterion for quality performance of an organization. Representing a potential source of profit maximization of the organizations, the quality costs can be used as a tool for optimizing quality processes and relevant activities.[2]

The main purpose of the method is to reduce the total costs of quality, while maintaining or improving the quality of products or services and involves the completion of several stages, as follows: [4]

- Identification of activities generating expenses related to quality;
- Determining the total cost of quality and its division into three categories:
 - costs for the prevention of defects;
 - costs of identification of defects;
 - costs of remedying defects: at the producer / at the beneficiary.
- Drawing of a model of a possible “quality balance sheet” which highlights failures costs and their consequences. At this stage the three categories of costs are recorded in an account quality as follows:

Model of a possible “quality balance sheet”

Quality balance sheet	
Assets	Liabilities
A. costs for the prevention of defects	C1.costs of remedying defects: at the producer
B. costs of identification of defects	C2.costs of remedying defects: at the beneficiary

Source:Stanciu,I., Olaru,M.- Commodity Fundamentals,ASE,Bucuresti,1992[4]

According to that balance the manager can change the weights of these categories of costs in order to achieve the objective of optimum quality with minimum expenses.

- Analysis of the causes of non-quality costs in each stage of implementation (is studying the causes of the types of defects: critical, major, minor side, their frequency and their average cost).
- Establish measures to improve quality and reduce costs within reasonable limits according to the maximum tolerated defect.
- Preparing forecast budgets for quality expenses on compartments and stages.

The basic principle of this method, verified in practice is that by applying a relatively small growth of the defects prevention costs (retrofitting, qualification of personnel,

implementation of quality assurance and control) cause a relatively large reduction of the costs of remedying defects.

In order to be integrated into a business performance evaluation, quality costs must be properly integrated into a system for assessing the effectiveness of the organization's management in general. Using a set of specific and measurable indicators, the management company may adopt a performance measurement approach and may take decisions in order to increase their performance in the medium and long term.

In order to be performed, such analyzes should take into consideration the different **quality cost categories**. Juran in his "Quality Control Handbook" grouped in 11 categories the costs incurred to obtain the appropriate product for use: the cost of market research to identify customer quality requirements; costs for research and development activities; costs planning to manufacture; costs to maintain the accuracy of work processes and equipment, process ;control technology costs (human and material); costs to promote sales and related services (training for proper use of product demonstrations on use.); costs "product evaluation" on inspection, testing, evaluating the degree of compliance with the specifications; defect prevention costs (training and motivation etc.) ;costs due to "failures" in making quality ;costs incurred to keep informed all staff on quality related activities.[3]

Criticizing the traditional approach to quality costs, mainly because it takes into account only direct , tangible costs, Kelada proposed the delimitation of the following cost categories:

- direct non-quality including the costs caused by inadequate (insufficient), evaluation costs (to detect non-quality) to prevent non-quality costs and over-quality, loss of orders, etc.;

- quality indirect costs involved in analyzing a competitor activities on the development of high quality products, cost recovery correction or image of a company, following the sale of products that have disappointed customers, purchase of equipment greater accuracy etc.[5]

Quality costs include both voluntary cost to achieve a desired level of quality and involuntary cost, of failures in reaching this level. These are called "cost of quality" (compliance costs) and "non-quality costs" (costs of non-compliance). To these can be added the cost of lost opportunities.[5]

ISO 9004-3/2008 standard recommends the following categories of quality costs:[6]

- Costs of achieving quality - involved in achieving and maintaining a specified level of quality: prevention and appraisal costs (investment costs) and the costs of internal and external failures (loss);

-External quality assurance costs - involved in demonstrations and samples as required by customer specific clauses objective evidence of quality assurance, procedures, data, testing demonstration and evaluation.

In practice, the quality costs are grouped into 4 categories: prevention costs, appraisal costs, costs of internal failures and external failures costs(the Feigenbaum typology)
This ranking could be a quantitative expression of policy-oriented to customer satisfaction. In actual practice of companies in developed countries and in the literature ,the average percentage of the total cost of quality assurance are: 3-12% -prevention; 15-32% assessment;22-50% -internal failures; 20 -48%- external failures.[7]

3. Complementarity principle applied in quality administration

The principle of complementarity induces that the production of quality administration can not be dissociated from the production process, all normally means necessary in developing the product are the means of production. At the same time must be considered also that non-quality as any process can generate non-quality anomalies.In that case the administration consists of:

- to answer the following questions: what anomalies? what economic consequences? the root causes? whom must react? what outcomes will be?
- to establish action plans capable of satisfactory answers to the above questions;
- to monitor the implementation of these plans and to measure the outcome.

Applying the principle of complementarity generates consequences on:

- ✓ **how to define quality** : if we consider quality as "the ability to meet a defined or potential need ", than the non-quality is the "inability to meet a defined or potential need."
- ✓ **partners** : no society, no human group can exist without sharing functions and tasks necessary to its survival and its development.
- ✓ **organization** : once the principle of complementarity implemented in the operational functions, it becomes possible to extend it to the whole company and then possibly to modify profoundly the criteria of management and style of the company: participatory management, motivational techniques, etc..
- ✓ **the quality-management organization** : The principle of complementarity leads to a redistribution of responsibilities for quality, to know "who does what" .This leads quality function to ensure four main missions : filter the deficiencies ; clarify the fundamental causes of anomalies ; coordinate internal and

external actions of quality promoting ; cause systematic cost reduction of non- quality by a proper motivation of the responsibility centers (economic mission).[8]

The principle of complementarity leads to consider the costs of non-quality as consisting on the one hand of the cost of defects of any kind and on the other hand, of the quality function cost. It is completed by the balance between the two types of costs and leads to the idea that the cost of quality function should not be higher of the anomalies cost.

4. Implications and applications in accounting systems

Integrate the concept of quality in accounting allows to establish financial statement showing the impact of the non-quality cost on results. It s is a new approach that leads beyond the manager, beyond the cost analyzes and gap of cost by nature, so widespread today `s. This integration is possible if we have a pertinent non-quality costs theory allowing an equal and permanent deduction on responsibility centers. In this sense, one can notice the French experience in the use of so-called "Methods in Y" based on a dual analysis of anomalies: an analysis of the underlying causes, prior to the imputation of responsibility centers one. These two analyzes are priority because they condition the preventive actions and can track products, technologies, etc.

The principle of complementarity leads to classification quality relative costs into two groups: quality production costs and the costs of non-quality.[8]

5. Economic and budgetary administration of quality

The non-quality is generated either by the client's inability to fully express his needs either by the contractor inability to produce a product according to the needs expressed or implied. It originated in human imperfection or a faulty communication which is manifested by withholding information. They cost consists of the cost of deviations of any kind and their consequences and cost of quality function (considered as a replacement anomaly). To limit at the beginning and then reduce qualitative deviations is required to carry a wider control which will generate expenses that can be expressed in monetary value. Thus it is possible to assess the cost of the lack of quality.It is interesting to compare this cost: either the turnover or the production units or added value.

That requires a clear distinction between quality management and quality function management .Quality improvement is actually lowering costs of non-quality.In this purpose, it is necessary to reduce the cost of quality deviations consequences-role of the quality

function- and in parallel, improving the efficiency of this function in order to ensure a balance between the costs and reduce their amount. The expenses of the quality function correspond in reality to a masked saving because costs of deviations were not the effect of preventive actions of this function.

Quality administration means:

- an inventory of quality deviations (technical analysis);
- evaluation of expenses of quality function;
- definition of objectives (setting a forecast budget);
- balancing the quality function cost with the cost of deviations (improving quality function yield);
- reducing the cost of non-quality (the most profitable choice corrective actions).

This requires the use of administrative, accounting and extra-accounting resources: various inspection reports, the balance quality, array of objectives, ratios,etc [8,9]

The so-called method Y, above mentioned, becomes a solution to consider, as is the use of consequences of an approach on the one hand between the items seized with great precision as appearance flaws (considered direct costs) and on the other of the items seized in the global enterprise, due to indirect consequences of deviations, (which can be considered as indirect costs).

That quality cost management methodology requires teamwork and several phases and stages, as follows:[9,10]

Phase I : Analysis, concerning like stages:

-*information gathering*- the information include ongoing exercise flaws and finally exercise flaws; so we can determine the weighted average cost of flaws.

-*breakdown of costs flaws found*- which serve to define the forecast budgets ;

-*technical analysis*: which involves the breakdown on product, technique, type of flaw, workshops or centers ,to detect sensitivities and the degree of adaptation of means to specifications. These analyzes would allow a classification considering the cost distribution according to the proportion of costs corresponding to the noticed flaws.

-*deduction of non-quality cost*: these costs can be properly deducted only at the enterprise level and to some extent at the departmental level or in the case of a homogeneous production, using the "quality balance sheet."

The costs grid include: cost deviations (conception, sourcing, production, costs regarding the customer, warranty) and quality cost function (prevention, detection, deviations administration).

Phase II- Budget forecasts,including :

-*budgetary forecasts*: overall objective of non-quality, objective and budget estimates on responsibility centers,technical objectives (using the Pareto diagram).

Phase III-Motivation and action, which refers to :

-the objectives grid : aimed to avoid exceeding on short-term the budgetary projections on

centers of responsibility. The annual budget of each such center is divided into 11 or 12 installments. In this way strengthens considerably the effectiveness of the quality function limiting the intervention, during the year, the important cases.

- reducing the costs of non-quality: existing grid only allows targets to avoid budget overruns but it has the effect of reducing costs, this can be done only with a program aimed at breeding methods to systematically eliminating the main root causes of anomalies highlighted the technical and economic analysis, called quality plan.[8]

This program must be defined by the operational management, at the quality responsible proposal and in accordance with each center of responsibility involved.

The whole process starts again from Phase I and is a continuing one.

Running the process supposes four periods:

-the deployment of information gathering;

-consideration of cost-noticed flaws and non-quality costs directly derived from cost accounting;

-consideration of non-quality costs obtained by extra accounting methods;

-consideration of non-quality costs determined by estimation.

The flaws cost is allocated in standard costs and the costs of non-quality in real ones. Having in view to motivate the leadership is preferable to work in real costs.

6. Advantages and limitations

This type of analysis requires a simple but precis costs registration.All rubbish, alterations repairs, returns within the warranty period must be registered.Costs must be considered as they occur.

We must recognize that each workstation generates a certain amount of non-quality need to be quantified. Methodology is closed to the approach of management by objectives and could be associated with the budgetary administration. It emphasizes the importance of non-quality costs and has the great advantage to seamlessly integrate in the traditional firms administration systems, based on monetary value. In this way it provide the direct motivation

of each responsibility center without the quality function to intervene in particular. The transfer of responsibility is therefore avoided and could be developed about three months per year.

The method has been defined and used in a survey conducted by Pierre Lemaitre in France, about two decades ago, in order to assess the costs of non-quality in the SME`s and is also useful in the present.

7. Conclusions

It should be noted that traditional accounting does not take into account the quality and do not clearly identify the costs of non-quality importance whose importance s nevertheless crucial for the survival and development of the company. The economic and accounting management of the quality is the tool of choice for both the top management and for quality professionals .

The quality management does not present major difficulties from the economic and accounting point of view , with some few adjustments it `s part of the traditional cost accounting and is one of the essential tools of the company management having in view the development.

Nowadays it is obviously that quality has a leverage effect on the financial performance of the organization, lack of quality being expensive. Efforts of organizations to increase financial efficiency can lead sometimes to a partial abandonment of quality products and services issues.

Identification and quantification of quality costs has a double benefit:identified cost reductions and quality is improved. By improving quality performance, the company also improves quality costs. Often there may be important differences between the emergence and identification of deficiencies and until the preventive action can be highlighted the effects of these actions on quality costs could change. It is therefore preferable for the analysis and interpretation of the quality costs to achieve long-term.

References

1. Dahlgard, J. J., Ghopal K. Khanji, Kristensen, K. (2007). *Fundamentals of TQM*, Routledge, eBook (ISBN 9780203930021)
2. . http://en.wikipedia.org/wiki/Quality_costs
3. Juran, J.M., Feo, J. A. (2010). *Juran`s Quality Handbook-Sixth Edition, The complete Guide to Performance Excellence*, Copyright material, Mc Graw-Hill

4. Stanciu, I., Olaru, M., (1992). *Commodity Fundamentals*, ASE, Bucuresti
5. Kelada, J.N. Integrating Reengineering with Total Quality
<http://www.amazon.com/Integrating-Reengineering-Quality-Joseph-Kelada/dp/0873893395>
6. SR EN ISO 9004-3/2008- Quality management systems
- 7.C. Rusu, C H. Robledo, B. Rusu (2001). *Quality costs*, Ed. Economica, București
8. Lemaitre, P., *Evaluation of non-quality costs in industrial and commerce SME`s*, Report AFQ
9. Lemaitre, P. ; *Budgetary management of non-quality*, 20nd Congres EOQC
10. Sower, E. V., Quarles, R., Broussard, E. (2007). Cost of quality usage and its relationship to quality system maturity, *International Journal of Quality & Reliability Management*, Emerald Group Publishing Limited.

A POLÍTICA NACIONAL DOS TERRITÓRIOS RURAIS NO BRASIL E A LUTA POR RECONHECIMENTO SOCIAL

Simone Cabral Marinho dos Santos

Universidade do Estado Rio Grande do Norte –UERN/Brasil
simone.cms@hotmail.com

José Willington Germano

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Brasil
willington.germano@yahoo.com.br

Maria da Conceição Pereira Ramos

Universidade do Porto - FEP/Portugal
cramos@fep.up.pt

Resumo

O cenário de participação da vida dos que integram a pesquisa como pesquisados e pesquisador é o Território Sertão do Apodi, localizado no estado do Rio Grande do Norte, cuja escolha empírica foi motivada pela forte presença e participação de movimentos sociais no campo. Será objeto de nossa análise o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial através da atuação do Colegiado do Território do Sertão do Apodi. É nesse sentido, que o meio rural pode ser encarado de maneira positiva, capaz de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades e desenvolvimento endógeno. Particularmente, discutiremos as possibilidades da participação em favor do reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo, bem como a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as ambiguidades presentes nos territórios rurais.

Palavras-chave: Território; Participação; Reconhecimento Social.

Abstract

The scenario of participation in the life of those complete the research as a researcher and researched is the backwoods of Apodi Territory, located in the state of Rio Grande do Norte, whose empirical choice was motivated by strong presence and participation of social movements in the field. Thus, the object of our investigation will be the space of decision-making and institutional organization of land through action group of the Territory of the

backwoods of Apodi. It is in this sense that the country can be seen in a positive way, able to motivate local and regional emergence of new opportunities and endogenous development. In particular, we discuss the possibilities of participation in favor of the social recognition of social rural stakeholders, as well as decision making, tensions, limits, vulnerabilities and ambiguities in rural areas.

Keywords: Territory; Participation; Social Recognition.

Introdução

O território assume-se como variável de desenvolvimento económico e social. A construção de uma agenda nacional de implementação de uma política de desenvolvimento territorial no Brasil é, relativamente, recente. Surge no final dos anos 1990 enquanto paradigma de referência para a América Latina, contribuindo com a crítica aos modelos de desenvolvimento local e regional integrado de enfrentamento da pobreza e desigualdades sociais, ao mesmo tempo que emergem novas reflexões e reformulações sobre o espaço rural. Este, que ora foi visto como lugar de problemas, hoje, é encarado como portador de soluções, vinculado à melhoria do emprego e da qualidade de vida.

O enfoque dessa abordagem reside na maximização das oportunidades de desenvolvimento humano e na diversificação das economias locais, mobilizando as suas energias, capacidades e potencialidades específicas. A dinâmica territorial supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento, propiciando oportunidades de geração de renda. É nesse sentido, que o meio rural pode ser encarado de maneira positiva, capaz de motivar o surgimento local e regional de novas oportunidades e desenvolvimento endógeno para a promoção do dinamismo económico, a melhoria da qualidade de vida e a participação democrática. “O desenvolvimento local está assim associado a processos de melhoria das condições de vida num determinado território, mas também à aplicação de uma pedagogia da participação das pessoas que aí vivem, ao exercício de uma cidadania activa, como eixo central dos processos de desenvolvimento” (Ramos, 2011, p. 269-270).

Neste trabalho, nos atemos, às possibilidades da participação em favor do reconhecimento social dos sujeitos sociais do campo e à discussão sobre a tomada de decisão, as tensões, os limites, as vulnerabilidades e as ambigüidades presentes nos territórios rurais. Os sujeitos entrevistados da pesquisa são nominados pelos personagens da narrativa de Guimarães Rosa (2006) em Grande Sertão: Veredas.

Tomaremos como referência o espaço de tomada de decisões e de organização de institucionalidade territorial do Colegiado do Território Rural do Sertão do Apodi, formado por 17 municípios do estado do Rio Grande do Norte – Região Nordeste do Brasil. Tal recorte, é parte constitutiva da pesquisa de doutoramento intitulada “Nas veredas por reconhecimento social: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Brasil (Santos, 2012).

Como parte empírica da estrutura particular de composição do Colegiado, nos deteremos nos seguintes aspectos: natureza de seu surgimento; envolvimento dos sujeitos com o grupo e/ou organização que representa no Colegiado; processo de participação (forma de escolha, representação e tomada de decisão); envolvimento dos sujeitos com as lutas sociais; problemas encontrados e situações relacionadas com estes e que causaram consensos, impasses e conflitos em busca da desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo.

É possível compreendermos, na dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território do Sertão Apodi, possibilidades de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo, particularmente, no que diz respeito à mudança de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social.

1. Agenda nacional de implementação de uma política de desenvolvimento territorial

A preocupação com enfoque territorial na descentralização de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento rural no Nordeste brasileiro é institucionalizada, ainda em 2000, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio do Acordo de Empréstimo Nº 494-BR, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), resultando no Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste, ou simplesmente, Projeto Dom Helder Câmara (PDHC).

A experiência pioneira do PDHC em Estados nordestinos, desde 2000, segundo informantes desta pesquisa, contribuiu para impulsionar o debate no âmbito das políticas públicas governamentais de organização territorial no meio rural, devido à sua finalidade de melhorar as condições sociais e econômicas de beneficiários de assentamentos de Reforma Agrária e de fortalecimento de economias locais de agricultores familiares do Semiárido do Nordeste, sob o viés da organização territorial do espaço.

O alargamento da política nacional de desenvolvimento territorial é realizado, em 2008, com o Programa Territórios da Cidadania. Com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar o atendimento de programas básicos na área da infraestrutura, saúde, cultura, educação, questões fundiárias, organização da produção e gestão territorial, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania como forma de integrar ações entre Governo Federal, Estados e Municípios e de ampliar o alcance da estratégia de planejamento de ações governamentais por meio da articulação de vários ministérios. A experiência do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) oferece as bases de organização para uma nova institucionalidade territorial, que agora não só se destina às especificidades do meio rural, como também absorve as estruturas urbanas.

Assim, o Programa Territórios da Cidadania é parte de uma estratégia de desenvolvimento rural realizada pelo Governo Federal em parceria com os Governos Estaduais e Municipais e a sociedade, no caso o Pronat, com o objetivo de integralizar as políticas públicas para redução das desigualdades sociais e regionais, tendo por referência os territórios rurais como espaço de articulação e gestão de políticas públicas. Essa política é oriunda, principalmente, da necessidade de se adotar concepções inovadoras para o enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental e das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural brasileiro. (Santos, 2012)

Desse modo, entra em cena uma nova institucionalidade movida por uma pluralidade de sujeitos, de ações e legitimidade social diversa, com ampliação da sua área de ação e capacidade de negociação reafirmada constantemente. Vários setores entre público e privado, instituições nacionais, estaduais e locais e organizações sociais, econômicas, políticas, educacionais e culturais adquirem uma nova visibilidade social na política dos Territórios da Cidadania. Essas forças e tensões são expressas no momento do planejamento, redefinindo o cenário de gestão das políticas públicas e a relação entre o Estado e a Sociedade. Mas existe uma grande dificuldade que permeia essas novas iniciativas de organização territorial. Para Tânia Bacelar (2008, p. 25), “a articulação intersetorial é uma dificuldade boa. Estou convencida de que ninguém junta governo. Governo tem muita dificuldade em se articular. Mas, vamos para o território. Quem é que junta o governo? Os agentes do território”. Em outras palavras, esses agentes são os sujeitos envolvidos no processo de gestão e organização do território.

A capacidade de capilaridade social do Programa é também verificada na sua ampliação no país. De 60 Territórios da Cidadania criados em 2008, em 2009, dobrou, foram 120, permanecendo em 2010 a mesma quantidade. Estes, reuniram a participação de 22 parceiros institucionais, entre ministérios e órgãos do Governo Federal.

O Programa nasce com o desafio de construir uma matriz única de oferta de políticas públicas, articulando diferentes ministérios e ações, mas interagindo em diálogo com as demandas e reivindicações territoriais de forma integradora. Apesar do seu caráter inovador, ao procurar qualificar o atendimento das demandas dos territórios por meio da união de políticas públicas de promoção da cidadania, verificamos a superposição de políticas, já em andamento entre os ministérios e órgãos governamentais, com as novas metas previstas, como inevitável. Com isso, vemos dificultada a sua consolidação, o que poderá resultar em inoperância.

No Território do Sertão do Apodi a presença do PDHC, enquanto órgão federal, qualifica as ações do Pronat, exercendo a função de articulador territorial e faz a interlocução entre as políticas públicas governamentais e os níveis territoriais locais. Como o Território Sertão do Apodi, além de se constituir em território rural, faz parte do conjunto de Territórios da Cidadania, se, por um lado, otimiza as ações porque os interesses de ambas institucionalidades convergem para a gestão e o desenvolvimento social territorial, por outro, privilegia-se o caráter rural como foco de atenção.

A nossa preocupação incide, fundamentalmente, na mobilização das forças sociais interessadas na valorização e reconhecimento social do campo. Em se tratando de espaços de formulação e gestão de políticas, no território estão presentes as disputas de interesses, os conflitos, a coesão social e, evidentemente, a inclusão de novos sujeitos, partes integrantes do processo de elaboração, de gestão e de decisão das políticas.

2. Os Colegiados Territoriais

Para que o processo de gestão territorial ganhe força, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos sujeitos sociais nos Territórios Rurais. Nesses mecanismos é possível discutir e deliberar, publicamente, sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente vidas e relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas dos sujeitos envolvidos, sob o reconhecimento das instâncias de planejamento, gestão e controle social das ações implementadas no âmbito dos Territórios Rurais. Desse modo, tem-se, no âmbito federal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF); nos estados, o Colegiado Estadual; e no Território, o Colegiado Territorial Rural. É importante destacar que, na visão governamental, não há hierarquias estabelecidas entre os diversos níveis de colegiados.

Resumidamente, cabe ao Colegiado Territorial, por intermédio da sua Plenária (instância máxima), o papel deliberativo e consultivo, assim como cabe ao seu Núcleo Dirigente (nível decisório intermediário) o papel diretivo na implementação das iniciativas

territoriais com o apoio de seu Núcleo Técnico. Enquanto mecanismo de participação e controle social, o referido Colegiado apresenta-se como uma institucionalidade que abre espaço para a prática da democracia participativa, à luz de Boaventura Santos e Leonardo Avritzer (2003).

O Colegiado Territorial do Programa Territórios da Cidadania absorve a estrutura organizativa do Colegiado dos Territórios Rurais. No caso do Território Sertão do Apodi, um Território Rural que compõe a estrutura de beneficiários do Programa Territórios da Cidadania, logo em 2008, também é um território beneficiado pelo PDHC, desde 2002, que, por sua vez, é constituído de um órgão colegiado. O formato institucional dessas instâncias deliberativas de participação vai sendo moldado e reapropriado, conforme a inclusão de novas demandas, sujeitos e instituições em função dos Programas e Projetos, e isso tem uma avaliação positiva por parte dos entrevistados.

Assim, se, por um lado, amplia o leque de participação e abrangência de atuação, em virtude da heterogeneidade na composição, verificada pela diversidade das organizações representadas no Colegiado; por outro, dificulta o atendimento às especificidades e reais necessidades dos sujeitos, além da funcionalidade do próprio Colegiado devido ao significativo número de membros em sua composição.

3. O Território Rural Sertão do Apodi

Neste estudo, nos deteremos no Colegiado do Território Rural Sertão do Apodi – RN, localizado na Região Oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme figura 1- Mapa do Território Sertão do Apodi-RN, esse Território é constituído por 17 municípios: Apodi, Campo Grande (Augusto Severo), Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix - Sept Rosado, Janduí, Olho d'Água dos Borges, Rafael Godeiro, Umarizal, Upanema, Itaú, Messias Targino, Paraú, Patu, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo e Triunfo Potiguar. Sua área geográfica corresponde ao total de 8.280,20 km², representando 15,6% da área do estado e com área municipal média de 488km² superior à média estadual que é de 318km²/município, conforme o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS, 2006).

Caracteriza-se por ser um Território tipicamente rural, considerando o critério utilizado por Veiga (2003), com densidade demográfica de 19 habitantes/km², bem inferior à média do Estado, que é de 52,30 habitantes/km². Dos 17 municípios que compõem o Território, apenas um (Apodi) tem população superior a 20.000 habitantes e cinco (Caraúbas, Governador Dix-Sept Rosado, Patu, Umarizal e Upanema) com população superior a 10.000 habitantes (IBGE, 2010).

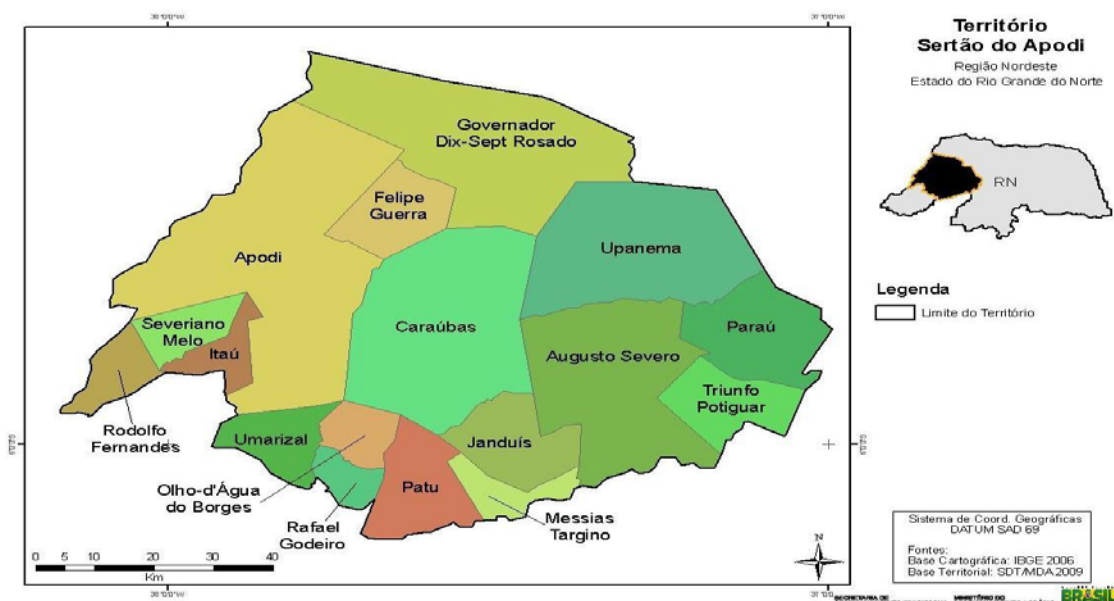


Fig. 1- Mapa do Território Sertão do Apodi-RN

Fonte: Arquivo do Instituto de Assessoria a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), Natal-RN. Ano: 2010.

De acordo com os dados do IBGE (2010), a sua população é de 157.203 habitantes, destes, 64,5% residem na área urbana e 34,5% na área rural¹. Tais valores se comparados aos membros entrevistados do Colegiado Territorial, houve, quase, uma inversão: 57,6% disseram morar no campo e 42,4%, na cidade, o que, de certa forma, abranda o movimento rural-urbano, como tem alertado Veiga (2003). A proporção total da sua população rural, em 2010, é de 41,6%, registrando 9.453 agricultores familiares, 2.535 famílias assentadas e uma comunidade quilombola e sem registro de terras indígenas (DIEESE, 2011, p. 227).

Com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio de 0,63, a dinâmica econômica do território é fortemente associada à produção agropecuária e a negócios não agrícolas. Essa característica do Território faz com que a economia rural seja a principal alavanca de desenvolvimento, cujas principais atividades produtivas são: apicultura, rizicultura, bovinocultura, caprino e ovinocultura, cajucultura e piscicultura. Outra característica do Território diz respeito aos mais de 120 grupos produtivos, distribuídos entre associações, cooperativas, ONGs, sindicatos e assentamentos, dentre outros (PTDRS, 2006).

Até 2010, o Colegiado Territorial Sertão do Apodi era composto por 162 membros, 22 representando o Poder Público e 140 a Sociedade Civil. De acordo com o seu Regimento Interno, tem-se a seguinte estrutura: representando o Poder Público Federal, Estadual e Municipal temos a participação de um representante do Banco do Nordeste, um do Instituto

¹ Os valores percentuais foram elaborados por nós.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), um da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária (SEARA), um da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE) e um de cada prefeitura dos 17 municípios que compõem o Território. Quanto aos representantes da Sociedade Civil, tem-se conforme o Regimento Interno, art. 5º, I e II:

- a) 17 representantes das Comissões de mulheres dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR);
- b) 17 representantes das Comissões de jovens dos STTR;
- c) 17 representantes dos STTR;
- d) 2 representantes de beneficiários diretos de cada um dos 10 municípios onde o PDHC realiza ações locais, num total de 20 pessoas;
- e) 2 representantes dos Fóruns de Associações de Agricultura Familiar ou da base dos sindicatos dos trabalhadores rurais eleitos em assembleia, dos demais municípios, num total de 14 pessoas;
- f) 15 representantes das ONGs que atuam no território.

Desse modo, questionamos: quem são esses sujeitos para quem dirigimos o nosso olhar sobre as ações constitutivas na dinâmica social, política e educacional do Território Rural Sertão do Apodi?

Para compor os achados desta pesquisa, por meio da aplicação de questionário, entrevistamos 85 membros representantes do poder público e sociedade civil, o que representa 51% do total de 162 membros que compõem o Colegiado. Dos 85 entrevistados, apenas 8 representam o poder público e 77 a sociedade civil. A pouca expressividade de representação do poder público é reflexo do número de membros que compõem o Colegiado, pois, dos 162 membros, apenas 22 representam o poder público, e 140, a sociedade civil. Com esse questionário, o nosso objetivo era entender a dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território do Sertão Apodi, a partir de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo.

Do total de entrevistados, foram 55 homens e 30 mulheres, representando, respectivamente, 64,7% e 35,3%. São homens e mulheres cujo estado civil, em sua maioria, é casado, representando 51,8%, que têm em média um ou dois filhos, atingindo um percentual de 50,6% dos casos, que residem, quase equilibradamente, tanto no campo quanto na cidade, respectivamente, 53,5% e 46,5% dos entrevistados. Reforça esse dado o

número de pessoas que moram na casa, incluindo o entrevistado, fica entre três e quatro pessoas para 53% dos informantes.

Em se tratando da participação das mulheres no Colegiado, apesar de o número de mulheres entrevistadas ser significativamente menor que o dos homens, quando tratamos da forma de representação no Colegiado, 83% das entrevistadas se colocaram como titulares. As protagonistas do Colegiado Territorial vêem o processo de participação, uma condição de resistência aos sentimentos de inferioridade e estabelecimento da autorrelação prática de autoconfiança, enquanto relação positiva de si mesmo, alicerce da relação de igualdade reconhecida pelo outro (Honneth, 2003). Vejamos o que diz uma de nossas entrevistadas (Informação verbal) para ilustrar essa reflexão.

“Antes as mulheres tinham medo de participar. Depois que forma o grupo, ainda se tem medo, mas agora com o movimento, eles (homens) têm medo que a gente denuncie [...] Mudou no ponto da liberdade. Eu tenho liberdade. Eu posso dizer que vou e vou, ninguém me impede. É tão difícil a liberdade. O que eu achei mais difícil foi passar 18 dias fora (de casa), mas ele (marido) me deu a maior força” (Diadorim/informação verbal).

Em se tratando das formas de representação por gênero, é no segmento das ONGs, em que a representação é mais equilibrada: 50% homens, 50% mulheres, conforme Quadro 1. O que nos revela que formação e profissionalização para as mulheres, em função da assessoria técnica, têm alcançado ganhos maiores de visibilidade social; ao contrário, da conquista do espaço público em associações, sindicatos e poder público, com sinais mais conservadores.

Embora, por um lado, encontremos sujeitos da pesquisa que enfatizam a falta de espaços efetivos de participação de jovens e mulheres e, por outro, os que admitem a existência destes, mas que não são ocupados, temos o suposto consenso sobre a existência efetiva de canais de participação para jovens e mulheres afetado. De fato, a presença significativa destes é um retrato da construção de um processo de visibilidade social, mas no que diz respeito à autonomia, enquanto ideal de expressividade individual, faz parte de um processo que está sendo construído, cuja evolução caminha para uma autorrelação nova e positiva de reconhecimento social (Honneth, 2003).

Quando se trata de escolarização, estão no campo os baixos índices de escolaridade. Conforme a figura 1, dos sujeitos entrevistados que moram no campo, apenas 7 completaram o ensino fundamental e 16 não chegaram a concluir esse nível de ensino. Entre os sujeitos que moram na cidade, praticamente essa etapa da escolarização não

aparece, como também não apareceu a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Isso se justifica, visto que o nível de escolarização dos que residem na cidade supera os do campo, bastando observar os dados no ensino médio, no ensino superior e na pós-graduação, respectivamente, em números absolutos 12 e 9, 11 e 4, 6 e 4. Mas, no geral, entre os que residem no campo ou na cidade, quando perguntados se estão estudando atualmente, apenas 27% afirmaram que sim, contra 73% que não. Quando especificamos por local de moradia, disseram não estudar atualmente, 61% dos que moram no campo e 39% dos que moram na cidade. E se considerarmos o recorte de gênero, temos, ainda, 68% dos homens que não estudam, bem superior aos 32% referentes às mulheres em igual situação.

Quadro 1- Relação Gênero e Formas de Representação no Colegiado

Formas de Representação no Colegiado	Homem	Mulher	Total
Poder Público	8	0	8
	100,0%	0%	100,0%
Sindicato	15	9	24
	62,5%	37,5%	100,0%
Associação	26	15	41
	63,4%	36,6%	100,0%
ONG	6	6	12
	50%	50%	100,0%
Total	55	30	85
	64,7%	35,3%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Tanto quanto a escolarização, a inserção na vida orgânica do movimento e/ou da organização social, tem um efeito educativo para os sujeitos do campo, em função do vínculo das pessoas com a sua realidade e das aprendizagens coletivas resultantes da cultura em espaços da educação não escolar. As práticas educativas dos movimentos sociais produzem processos de transformação, reorientando políticas governamentais e ações dos próprios movimentos. Motivadas pela pressão e resistência social “têm como efeitos demarcarem alterações nas relações entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, o caráter educativo é duplo: para o mandatário e para o agente governamental, controlador/gestor do bem mandatário” (Gohn, 1994, p.52).

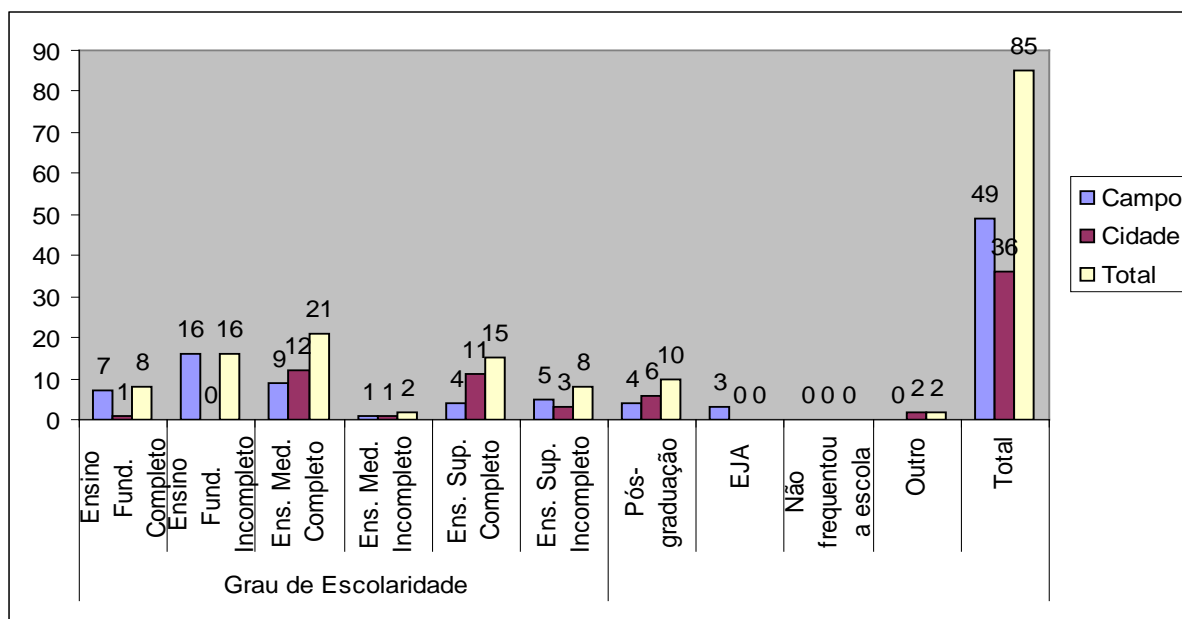


Fig. 1 - Relação Local de Moradia e Grau de Escolaridade no Território do Sertão do Apodi-RN, 2010 (Dados em absoluto)

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Com efeito, 87%, entre homens e mulheres, que disseram não estudar, atuam e/ou atuaram, em algum tipo de movimento/organização social no Colegiado Territorial. Entre os que estudam, estão 91,3%. As formas de participação são: ONGs, associações, sindicatos, grupos religiosos (jovens, evangélicos, pastorais), federações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, grupo teatral, conselhos, comissões, cooperativas, fórum, partidos políticos, movimento estudantil, movimento de mulheres, campanhas e marchas.

Tratando-se da participação e atuação dos membros no Colegiado, inicialmente, queremos destacar a redefinição da sua composição, já bastante ampliada, 162 membros como mencionamos. Esse número vem sofrendo pressão, seja dos agentes governamentais para diminuí-lo, seja dos agentes sociais, para aumentar ou permanecer a representação da sociedade civil. De todo modo, considerando o número real de membros, ou seja, 162, a participação dos membros nas reuniões tem sido bastante significativa, em média 50%. Isso demonstra uma atuação mais efetiva dos seus membros, e não mera formalidade legal da participação. Dos entrevistados, 90,6% dizem participar frequentemente das reuniões.

Majoritariamente, a participação nas reuniões é de representantes da sociedade civil, e não poderia ser diferente, uma vez que ocupam quase 80% dos assentos, que, em números absolutos, somam 140 membros, contra 22 do poder público, como está dito acima. Embora a resolução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) oriente para uma composição paritária entre os membros, na prática, isso não ocorre no Território do Sertão do Apodi-RN.

Essa disparidade na representação no Colegiado tem ganho, desde 2010, lugar de destaque na pauta de discussão das reuniões do Colegiado. A discussão sobre a paridade tem assumido mais contornos reativos que propositivos, ao provocar certas divergências e resistências entre os membros do Colegiado, tendo em vista as discordâncias levantadas quanto às orientações gerais para a constituição e gestão das institucionalidades territoriais. Trata-se de um documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em que a recomposição paritária é defendida. Entretanto, 64% dos informantes se posicionaram contrários à paridade e, apenas, 31% a favor; os outros 5% mantiveram-se neutros ou preferiram não responder.

Em virtude da identificação e envolvimento dos membros do Colegiado com a vivência e a participação em ONGs, o apelo contrário à paridade é mais incisivo. O posicionamento dos que atuam em associação é mais favorável à paridade, como demonstrado na figura 2.

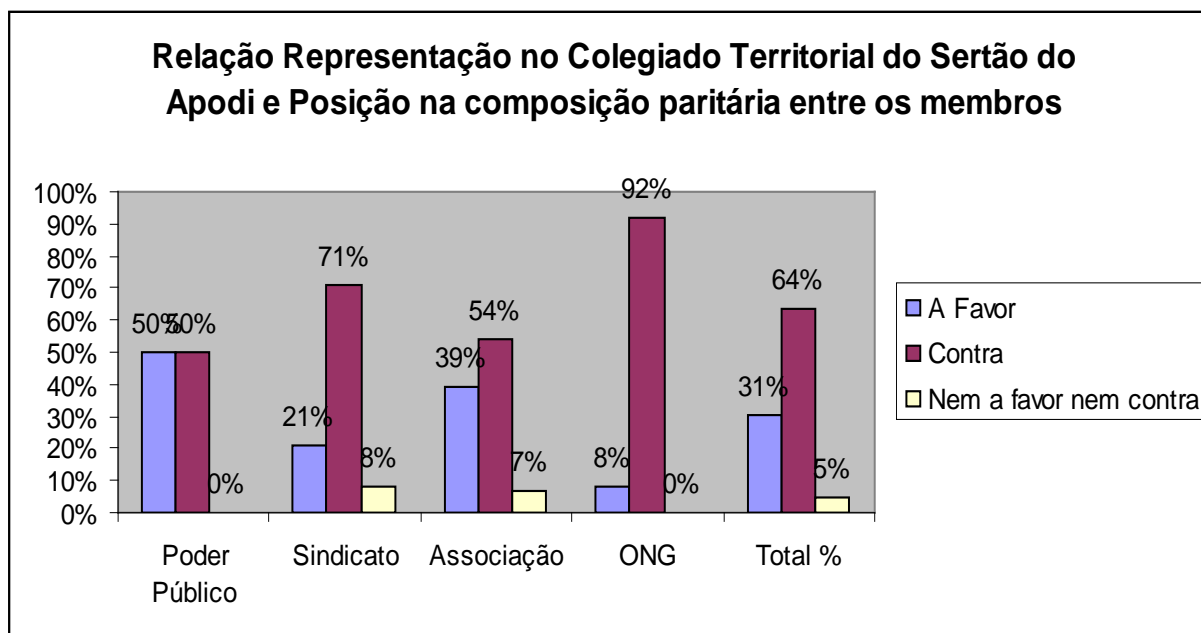


Fig. 2 – Relação da representação no Colegiado territorial do Sertão do Apodi e composição na composição paritária entre os membros.

Fonte: Dados da pesquisa de campo, 2010.

Se, por um lado, para os que são contra, são “porque eu entendo a paridade como um favorecimento para o poder público. Quero que a maioria (no Colegiado) seja de agricultores e representantes deles” (Diadorim/informação verbal); e, por outro lado, os que são a favor são “porque o poder público tem que debater com nós, junto. Não adianta nós trabalharmos sozinhos. Só nós aqui e eles não tão vindo. Eles têm que saber dos projetos” (Reinaldo/informação verbal). Mas, para Fraser (2002), é apenas numa situação de paridade que é possível superar nas relações de subordinação em uma comunidade e/ou grupo

social, uma vez que é garantida a todos a possibilidade de participarem da vida social em condição igualitária.

Essa discussão sobre a paridade é motivada não só pelo grande número de membros, o que dificulta a sua organização, mobilização e articulação, mas também pela necessidade de reavaliação dos critérios de participação das instituições e entidades, considerando a ausência dos seus respectivos representantes tanto da sociedade civil quanto, em maior proporção, do poder público.

Motivados pelo debate que compõe a pauta de recomposição do território, está o da necessidade do seu recorte espacial, a partir da saída e/ou entrada de novos municípios, considerando não, apenas, a localização geográfica, mas a identidade regional e o sentimento de pertença entre os sujeitos. Daí o funcionamento de um território considerar dois mecanismos, segundo Milton Santos (2006): de um lado, a formação de horizontalidades, organizada a partir de lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial e, de outro, da formação de verticalidades, uma vez que foi formada por pontos distantes uns dos outros, mas ligados e estabelecendo redes por todas as formas e processos sociais. Sendo a sua constituição humana, o território é construído, historicamente, por meio de ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas) e agentes diversos. Assim, o território é reorganizado, configurado, normatizado e racionalizado constantemente.

Na verdade, os municípios mais participativos nas reuniões são aqueles que são diretamente beneficiados pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), entidade que acompanha e monitora as ações e projetos vinculados ao território rural. Não é por acaso que, quase 46% dos entrevistados, atuam no Colegiado há mais de quatro anos.

Quando tratamos da forma como os membros foram escolhidos para compor o Colegiado, pudemos constatar que 47% dos seus representantes foram eleitos na assembleia geral das entidades que participam, 29% foram indicados por alguém da entidade; 7%, eleitos na Plenária do Comitê; e 17%, por outras formas de escolha, que, em geral, estão na autoindicação, seja porque é membro da diretoria de um sindicato, seja porque é secretário municipal, etc. Fazendo a relação desses resultados com a forma de representação no Colegiado, a prática de eleger o representante coletivamente está mais presente nas associações, e a indicação por alguém, considerando o número de entrevistados, no poder público e nas ONGs.

Embora prevaleça a forma de escolha dos membros de modo coletivo e compartilhado, persiste o desafio de desativação de estruturas convencionais, uma vez que a perspectiva de representatividade e eficiência no controle social é incapaz de superar o caráter formal e burocrático desses mecanismos, enfraquecendo novas arenas públicas

relacionadas à participação social. A dimensão da representatividade no Colegiado gerou profundas discussões na oficina de socialização da pesquisa, realizada em 21 de setembro de 2011, em Apodi-RN, pois ao darmos visibilidade à forma de participação no Colegiado por indicação causou desconforto e estranhamento, por parte de sujeitos, particularmente, dos representantes de organizações e instituições executoras de políticas. A referida informação foi questionada, em função de não haver, segundo estes, indicação como uma prática de escolha dos membros do Colegiado.

Nos limites da nossa apreensão em que “aparentemente não se esperava ou não gostariam de encontrar divergências públicas” (Comerford, 1999, p. 69), a refutação à informação não se trata, apenas, de denotar uma fragilidade do processo de escolha dos membros, mas aponta para a importância que é atribuída ao caráter simbólico de um pertencimento comum dos representantes. E é na provocação mútua que vem, à tona, a tensão e as descontinuidades entre concepções presentes na realidade social, que fazem os sujeitos se reconhecerem na autorrelação de respeito. O conflito é, por assim dizer, um fator de mudança que permite fazer escolhas e gerar incertezas (Prigogine, 2009).

É na interação que os sujeitos são forçados a desenvolver formas de vida que se sobrepõem à postura cognitiva, isenta de afetividade, e começar a assumir uma postura de reconhecimento que zela pelo envolvimento direto dos sujeitos, resultando em laços sociais e, conseqüentemente, de sociabilidade humana concreta, da efetividade das ações e não apenas nos discursos.

Ao mesmo tempo que há um reconhecimento do caráter formativo de participação dos grupos sociais e camadas populares, há, também, um reconhecimento da legitimação do poder das lideranças locais no Colegiado visto como um espaço institucionalizado e representativo das demandas e interesses pessoais e coletivos dos sujeitos. Se a escola formal tem um tempo definido e determinado pela racionalização da escolarização, a escola da vivência e prática social é permanente, não se distancia da realidade social, tampouco foge “à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (Freire, 1983, p. 96).

Como a atuação dos membros no Colegiado adere a uma raiz de participação atual e anterior, procuramos averiguar o tempo e as formas de envolvimento dos membros do Colegiado Territorial do Sertão do Apodi-RN em movimentos e organizações sociais a fim de identificarmos laços e compromissos históricos com a formação pessoal e coletiva desses sujeitos. Pudemos constatar que 17% desses membros estão enraizados em diferentes lutas sociais há mais de 20 anos e, apenas, 2% em menos de um ano.

Tomamos, por último, a identificação com o trabalho rural. Dos 85 membros do Colegiado, 66% se dizem agricultores ou agricultoras, embora, em alguns casos, combinem essa atividade laboral com a profissão de professor/pedagogo. Outros, em minoria, são

técnicos agrícolas, professores, mobilizadores sociais, médicos veterinários, cientista social, assistentes sociais ou administrativo, engenheiros agrônomos, contadores e técnicos em enfermagem.

A identificação com o trabalho rural constitui um alicerce para construção de um projeto de vida social. Não queremos, com isso, fazer alusão à figura do “agricultor profissional”, vinculada à condição de produtor, numa determinada atividade setorial, que se realiza, cada vez mais, de forma individualizada. Na verdade, há uma necessidade frequente que os agricultores se tornem ‘polivalentes’ e ‘pluriativos’, portanto, de estender a sua “atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda com atividades agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar” (Wanderley, 2000, p.123).

Esse caráter heterogêneo da forma de vida do meio rural admite diferentes tipos de atividades, residências e serviços dos mais distintos, revelando a presença de diversos grupos sociais que se identificam em sua singularidade, enquanto pessoas concretas, com especificidades propriamente espaciais e referenciais identitários. (Santos, 2012).

3. Conclusão

Pudemos perceber que o envolvimento entre os membros do Colegiado tem-se dado em diferentes movimentos sociais do campo, influenciados pelo acesso aos benefícios e serviços provenientes das ações e projetos, desejo de fortalecer a comunidade e melhorar as condições de vida dos trabalhadores do campo. E ainda que a participação no Colegiado dependesse “no começo, para ter acesso aos serviços oferecidos (consultas médicas e odontológicas etc.). Depois, foi o período de conscientização” (Reinaldo/Informação verbal).

Tais sujeitos apontam para uma perspectiva de mudança nas comunidades e assentamentos com base na atuação no Colegiado, não só porque essa atuação seja rentável economicamente, mas porque ela tem resultado em mudanças de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social, tornando-os mais conscientes do seu papel político na sociedade. Em se tratando de mudanças na comunidade ou no assentamento a partir da atuação do Colegiado, um informante diz o seguinte: “a comunidade é mais participativa, pois conseguiu perceber que é necessário estar organizado e o Comitê contribuiu para essa organização” (Diadorim/Informação verbal).

Essas posturas têm sido uma constante no momento de proposições, execução e planejamento das ações do Colegiado, a exemplo do que ocorre, atualmente, na discussão,

atualização e qualificação do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural e Sustentável do Sertão do Apodi -2010.

Pelo que expomos até aqui, é possível compreendermos, na dinâmica de funcionamento do Colegiado do Território do Sertão Apodi, possibilidades de ações que vêm colaborando com a desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo, particularmente, no que diz respeito à mudança de comportamentos e atitudes críticas perante a realidade social. O nosso desafio está em perceber, nos processos de construção de consensos decisórios, a possibilidade de uma mudança qualitativa do paradigma de desenvolvimento, numa perspectiva criativa e inovadora de aprendizagem coletiva e de emancipação humana para o campo da educação, assumindo a importância de fatores como o envolvimento dos atores locais nos processos de decisão. Na problemática do desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades essenciais e qualidade de vida, inclusão social, participação, organizações democráticas, administração territorial, iniciativas públicas e privadas (Grefe, 2002; Ramos, 2011).

Bibliografia

Bacelar, T. (2008). Palestra Magna: Política Pública, Participação Social, Desenvolvimento Sustentável e Territórios. In Miranda, C. & Tiburcio, B. *Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais*. Brasília: IICA, 15-28.

Comerford, J. C. (1999). *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. (Coleção Antropologia e Política, v. 05).

DIEESE. (2011). *Estatísticas do Meio Rural 2010-2011*. São Paulo: DIEESE, NEAD, MDA,

Gohn, M. G. (1994). *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (1983). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fraser, N. (2002). A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 07-20.

Grefe, X. (2002). *Le développement local*, Paris: Ed. de L'Aube- DATAR.

Honnet, A. (2003). *Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Editora 34.

IBGE. (2010). *Dados do Censo*. Disponível em:

<http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/>. Acesso em 15 de março de 2012.

PDTRS. (2006). Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Sertão do Apodi-RN. *Projeto Dom Hélder Câmara*. Rio Grande do Norte.

Prigogine, I. (2009). *Ciência, Razão e Paixão*. São Paulo: Editora Livraria da Física. (Coleção Contextos da Ciência).

Ramos, M. C. P. (2011). Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In Alcoforado, L. et al. *Educação e formação de adultos – Políticas, práticas e investigação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 259-270.

Rosa, J. G. (2006). *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira.

Santos, M. (2006). O retorno do Território. In Santos, M., Souza, M. A. A. & Silveira, M. L. (Orgs). *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 15-20.

Santos, B. S. & Avritzer, L. (2003). Introdução: para ampliar o cânone democrático. In B. S. Santos (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento, 35-69.

Santos, S. C. M. (2012). *Nas veredas por reconhecimento social: o papel da educação na desconstrução da inferioridade dos sujeitos do campo*. Tese de Doutorado não publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, Brasil.

Veiga, J. E. (2003). *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas-SP: Autores Associados.

Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas- o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Porto Alegre, n. 15, 87-145.

NOVAS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES BÚLGARO-PORTUGUESAS

Tatyana Dimitrova

Veliko Tarnovo, Bulgaria

tatiana_mitkova@abv.bg

Resumo

Apesar da sua distância geográfica, a nível de potencial (território, população, regime autoritário, transição para a democracia, desenvolvimento económico, etc.) Portugal tem vários pontos em comum com a Bulgária e as análises comparadas e a experiência das parcerias podem contribuir consideravelmente para a adaptação do nosso país às estruturas comunitárias. Certamente, não se trata de transposição mecânica, porque a história e geografia são específicas para cada país e esta especificidade requer métodos concretos de organização e gestão de cada economia nacional. Neste trabalho são estudados os contactos a nível de política externa e economia entre ambos os países que passaram por quatro etapas (1878-1944; 1944-1989; 1989-2007; e após 2007), as oportunidades para ampliação da cooperação bilateral.

Palavras-chave: Política externa, relações políticas, integração europeia, balança comercial, turismo

Abstract

Despite their geographical distance, the level of potential (territory, population, authoritarian regime, transition to democracy, economic development, etc.), Portugal has several points in common with Bulgaria and comparative analyzes and experience of partnerships can help considerably to the adaptation of our country to the EU structures. Certainly, it is not the mechanical transposition, because history and geography are country-specific and this specificity requires concrete methods of organization and management of each national economy. In this work we study the contacts between foreign policy and economy between the two countries that have gone through four stages (1878-1944, 1944-1989, 1989-2007, and after 2007), and opportunities for expansion of bilateral cooperation.

Keywords:

Política external political relations, European integration, balance of trade, tourism

Apesar da sua distância geográfica, a nível de potencial (território, população, regime autoritário, transição para a democracia, desenvolvimento económico, etc.), Portugal tem vários pontos em comum com a Bulgária e as análises comparadas e a experiência das parcerias podem contribuir consideravelmente para a adaptação do nosso país às estruturas comunitárias. Certamente, não se trata de transposição mecânica porque a história e geografia são específicas para cada país e esta especificidade requer métodos concretos de organização e gestão de cada economia nacional.

Desde há anos, Portugal tem andado a reforçar a sua participação no processo de internacionalização da economia sendo a sua orientação principalmente para os países de África e para o Brasil, embora nos últimos anos seja cada vez mais para os países da Europa de Leste. Entretanto a Bulgária é frequentemente considerada como “Porta para a Ásia”, enquanto Portugal é considerado como a “Porta para a África” (Ножарова, 2002).

Embora Portugal seja um país relativamente pequeno e menos industrializado no âmbito da UE, as suas características específicas em vários aspetos tornam-no um parceiro apropriado e interessante para a Bulgária, cujas oportunidades específicas para a cooperação, a nível bilateral e com países terceiros, e cuja rica experiência na integração europeia e na adaptação às exigências de uma Europa unificada, podem trazer grande benefício para o nosso país (Димитров, 2006).

A história das relações políticas, diplomáticas e económicas e comerciais entre a Bulgária e Portugal passa por quatro etapas:

- Primeira etapa (1878-1944);
- Segunda etapa (1944-1989);
- Terceira etapa (1989-2007);
- Quarta etapa (após 2007).

As relações búlgaro-portuguesas iniciaram-se logo após a Libertação da Bulgária do domínio otomano e para estas contribuíram laços familiares entre o rei Fernando da Bulgária e a família real portuguesa. No entanto, durante longos anos, os Balcãs e, em particular, a Bulgária não constituíram uma região prioritária para a política externa de Portugal. Os primeiros dados sobre a existência das relações búlgaro-portuguesas oficiais remontam a 1893 quando Sofia informou a representação diplomática búlgara em Istambul de que a Legação da Itália na Bulgária tinha assumido a proteção dos interesses de Portugal no território búlgaro. No início do século XX os contactos políticos entre Portugal e a Bulgária continuaram bastante modestos e esporádicos e não foram de uma importância essencial devido à distância em termos geográficos e às diferenças em termos de desenvolvimento histórico e político. Em 1918, a proteção dos interesses de Portugal passou a estar a cargo da Legação da Holanda. Os primeiros dados sobre a presença de um ministro

plenipotenciário português acreditado em Sófia (com sede em Bucareste) datam de 1925 sendo este ano considerado como o primeiro ano das relações diplomáticas bilaterais oficiais.

Nos anos 30 e 40, no entanto, foram criadas condições para a assinatura de acordos de comércio, o que deu origem a uma cooperação mútua favorável. Porém, até ao fim da Segunda Guerra Mundial as relações económicas externas permaneceram insignificantes. (Попов, 2010). A Bulgária abriu em Lisboa uma Legação Diplomática chefiada por um ministro plenipotenciário a 1 de Agosto de 1942. Em Novembro de 1944 o governo da Frente da Pátria exigiu um agrément para a nomeação de um novo ministro plenipotenciário búlgaro em Portugal, mas esta diligência não recebeu resposta. Como resultado, o nosso pessoal diplomático em Lisboa foi retirado e a Legação foi encerrada. Foi à Legação Jugoslava que incumbiu a proteção dos interesses búlgaros em Portugal. Numa nota diplomática sobre este assunto, a data de 15 de Setembro de 1945 foi indicada como a data de suspensão das relações diplomáticas entre a Bulgária e Portugal (Димитров, 2010).

Uma nova etapa no desenvolvimento das relações diplomáticas iniciou-se no período “socialista” do nosso país. Entre os dois países não existiram ligações formais até 1974 o que motivou um impacto direto do fator político. Só poucos meses após a queda do regime autoritário de Lisboa (25 de Abril de 1974), em Paris, foram trocadas notas diplomáticas (a 26 Junho 1974) com as quais as relações diplomáticas bilaterais foram restabelecidas a nível de embaixadas.

Após a revolução de 1974, os contactos políticos e económicos vieram a ser reforçados. No período da reforma agrária portuguesa foram criadas cooperativas semelhantes às nossas Explorações Agrícolas de Trabalho Cooperativo e começou a ser estudada e implementada a experiência da Bulgária na área da economia agrária.

Após 1989, ano em que a Bulgária passou a fazer parte do espaço económico global, deu-se início à terceira etapa nas relações entre os dois países. Desta forma, foram criadas condições favoráveis para a expansão das relações culturais, políticas, económicas e comerciais entre Portugal e a Bulgária (Попов, 2010). As mudanças democráticas no nosso país criaram condições para o reforço das relações políticas bilaterais, mas não levaram ao desenvolvimento esperado das relações económicas e comerciais. Na Câmara de Comércio Búlgara estiveram registadas apenas 3 empresas de capital 100% português, 4 empresas conjuntas búlgaro-portuguesas e uma representação comercial. Portugal não está listado entre os 30 melhores investidores na Bulgária.

Na área do comércio externo, Portugal é muito ativo e aberto para os mercados estrangeiros. A maior parte do seu intercâmbio comercial é realizada com os países da UE, mas no desejo de dinamizar a economia, aumentar a produção nacional e procurar novos

mercados para os seus produtos, Portugal tem uma atitude muito positiva face ao desenvolvimento das relações com os países da Europa Central e Europa de Leste e, em particular, com a Bulgária.

Na sequência da assinatura e entrada em vigor do Acordo Europeu de Associação da Bulgária e dos respetivos protocolos adicionais, o comércio entre a Bulgária e Portugal passou a ser regulamentado pelas condições, incentivos e preferências previstos para o nosso país como membro associado da UE.

As relações entre a Bulgária e Portugal assentam numa base jurídica sólida:

- Acordo Europeu de Associação da Bulgária à União Europeia, que entrou em vigor no dia 01/01/1995;
- Acordo Comercial a Longo Prazo, assinado em 1975;
- Acordo de Cooperação Económica, Industrial, Científica e Tecnológica a Longo Prazo, assinado em 1975;
- Acordo Cultural assinado em 1976 e renovado periodicamente a cada três anos;
- Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, assinado em 1993
- Acordo para evitar a dupla tributação, assinado a 15 de Junho de 1995 e ratificado por ambos os países;
- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, assinado a 30 de Março de 1999 em Sofia, durante a visita do primeiro-ministro António Guterres;
- Acordo entre a República Portuguesa e a República da Bulgária sobre Contratação Recíproca dos Respetivos Quadros Nacionais, assinado a 26 de Setembro de 2002, durante a visita do Presidente Português Jorge Sampaio à Bulgária (em vigor desde finais do ano de 2003);
- Memorando de Entendimento no Domínio do Desporto, assinado em 2006
- Acordo de Cooperação entre a Associação Nacional de Pequenas e Médias Empresas e a Agência Búlgara de Promoção das Pequenas e Médias Empresas, assinado a 31/03/2008;

A adesão da Bulgária na UE em 2007 constituiu uma condição particularmente favorável para a dinamização das relações búlgaro-portuguesas de economia externa. Portugal não abriu exceção como destino da migração dos búlgaros para países estrangeiros nos últimos anos. Atualmente, a comunidade búlgara em Portugal ascende a 12 mil pessoas que trabalham na área da agricultura, construção e serviços. É de notar que os nossos compatriotas em Portugal são muito bem aceites e não são envolvidos em práticas criminosas. Em 2001, em Lisboa foi consagrado um templo ortodoxo búlgaro – a Capela de São João de Rila, e foi fundada uma comunidade paroquial da igreja ortodoxa

búlgara na República Portuguesa que se tornou um centro de atração e união dos nossos compatriotas em Portugal.

Na Bulgária, na década de noventa do século vinte foi fundado o Departamento de Filologia Portuguesa na Universidade de Sofia “São Clemente de Ochrída”, como também a Seção de Estudos Portugueses na Universidade de Veliko Tarnovo “Santos Cirilo e Metódio”. O português é ensinado em algumas escolas secundárias em Sofia, enquanto o Instituto Camões tem um Leitorado sediado em Sofia. Foi ainda assinado um protocolo de cooperação com a Universidade de Veliko Tarnovo, renovado periodicamente. O Centro de Português na Universidade de Veliko Tarnovo trabalha em estreita cooperação com o Leitor do Instituto Camões, sendo a bolsista do IC chefe do referido Centro de Português. A Universidade de Veliko Tarnovo estabeleceu protocolos de cooperação com a Universidade de Lisboa, a Universidade de Coimbra, a Universidade do Porto, a Universidade de Aveiro e a Universidade do Minho em Guimarães. No âmbito destes protocolos realiza-se o intercâmbio de docentes e alunos. Tudo isso contribui para o intercâmbio cultural entre os dois países.

Hoje em dia, dado que as fronteiras geopolíticas na Europa estão transformadas, a República da Bulgária, já como membro de pleno direito da NATO e da EU, coloca as suas relações com a República Portuguesa a um nível qualitativamente diferente. Por outro lado, perante a política externa portuguesa, que é claramente orientada para o domínio económico, abre-se uma nova era nas relações deste país com a Bulgária. Desse modo, a crescente cooperação entre os dois países permanece a evoluir de forma contínua (Димитров, 2008).

Tendo por base as excelentes relações políticas, embora não conseguindo o mesmo ritmo, vieram a desenvolver-se também as relações económicas. Até 2003, o intercâmbio comercial com Portugal só tinha um significado simbólico, sendo os investimentos portugueses bastante modestos. No entanto, existe potencial para a dinamização das relações económicas entre os dois países, já que as excelentes ligações políticas irão colocar a cooperação económica num plano qualitativamente novo, já no âmbito da UE.

Nestes últimos anos, o desenvolvimento do comércio entre os dois países tem vindo a mostrar uma tendência ligeiramente ascendente (Quadro 1).

Em 2008 registou-se um crescimento de 15,3% no intercâmbio comercial com Portugal quando comparado com o ano de 2007 (45,9 milhões de euros a 39,8 milhões de euros), enquanto se verificava um crescimento de 20,2% nas exportações da Bulgária para Portugal (26,3 milhões de euros a 21,9 milhões de euros) e um aumento de 9,3% nas importações de Portugal em relação ao ano 2007 (19,6 milhões de euros a 17,9 milhões de euros). Em 2009, o intercâmbio comercial com Portugal atingiu 71,1 milhões de euros o que constituiu

um aumento de 54,2% em relação ao mesmo período do ano 2008. As exportações aumentaram em 58,2% e ascenderam a 41,8 milhões de euros. As importações aumentaram em 48,9% em relação ao mesmo período de 2008 e atingiram 29,3 milhões de euros. Em 2010, o intercâmbio comercial com Portugal ascendeu a 101,3 milhões. As exportações da Bulgária para Portugal atingiram 45,3 milhões de euros, enquanto as importações de Portugal ascenderam a 56 milhões de euros.

Quadro 1 - Intercâmbio comercial entre a Bulgária e Portugal em milhões de euros (1993-2011).

Ano	Intercâmbio comercial	Exportação	Importação	Saldo
1993	30,3	10,1	2,3	+7,87
1994	8,5	4,3	4,2	+0,16
1995	19,9	14,7	5,2	+9,54
1996	11,7	4,3	7,4	-3,2
1997	30,9	19,9	11,0	+9,0
1998	30,3	18,2	12,1	+6,1
1999	24,4	12,9	11,5	+1,4
2000	17,8	6,4	11,4	-5,0
2001	40,4	18,9	21,4	-2,5
2002	34,6	11,8	22,7	-10,8
2003	44,3	14,3	30,0	-15,7
2004	53,9	15,2	38,6	-23,4
2005	50,9	20,5	30,3	-9,8
2006	79,9	50,6	28,7	+21,8
2007	39,8	21,9	17,9	+4,0
2008	45,9	26,3	19,6	+6,7
2009	71,1	41,8	29,3	+12,5
2010	101,3	45,3	56,0	-10,7
2011	132,1	83,2	48,9	+34,3

Fonte: Instituto Nacional Búlgaro de Estatística

Em 2011, o intercâmbio comercial entre Portugal e a Bulgária ascendeu a 132,1 milhões de euros. As exportações atingiram 83,2 milhões de euros e as importações de

Portugal ascenderam a 48,9 milhões de euros (Instituto Nacional Búlgaro de Estatística, 2012).

A estrutura do nosso intercâmbio comercial com Portugal tem sido quase invariável nestes últimos anos. A nossa exportação inclui principalmente matérias-primas e produtos de baixo grau de transformação, tendo tido maior importância desde 1995 as nitrilas e os metais (Quadro 2). No comércio de produtos agrícolas o nosso balanço comercial é positivo, exportando a Bulgária principalmente milho, trigo e mistura de trigo e centeio, cevada, sementes de girassol, tabacos em rama e não manufacturados ou vinho (227 mil garrafas em 2010).

Quadro 2 - Principais produtos no intercâmbio comercial entre a Bulgária e Portugal /2010/

Principais produtos de exportação	% do total das exportações	Principais produtos de importação	% do total das importações
Nitrilas	19,2	Aglomerados de cortiça	6,8
Milho	12,0	Papel e cartão	6,7
Chumbo não transformado	11,0	Peças de equipamento	6,6
Tabacos em rama ou não manufacturados	11,0	Pneus pneumáticos de borracha	6,3
Sementes de girassol	6,0	Medicamentos	5,8
Chapas, folhas e tiras de cobre	4,9	Milho	4,9
Produtos laminados planos de ferro	4,3	Produtos de cortiça	4,3
Fios de lã penteada	4,2	Sumos de fruta	3,4

Fonte: Instituto Nacional Búlgaro de Estatística

As nossas importações de Portugal também não são muito diversificadas, cabendo mais de 70% a aglomerados de cortiça, cortiça processada e produtos de cortiça (as empresas Amorim & Irmão, Subercor), e essa tendência tem sido permanente. Após a cortiça vêm certos produtos industriais e produtos de baixo grau de transformação. A importação de vinho compreende cerca de 15-30 mil garrafas por ano (principalmente vinho do Porto).

Segundo dados do Banco Nacional Búlgaro, para o período 1996-2011 os investimentos atraídos de Portugal ascenderam a 35,2 milhões de euros. Em 2010, os investimentos de Portugal ascenderam a 8 milhões de euros. Em 2011, os investimentos portugueses na Bulgária foram de 2,5 milhões de euros.

Destinaram-se principalmente à área da cortiça, à indústria do vinho, a indústria do calçado e a área financeira e de crédito. O maior investimento é da empresa "Indústria do

Vinho - Serviço – Cortiças” na fábrica de engarrafamento de vinho construída na aldeia de Nadarevo, distrito de Targovishte (721 mil dólares) (Димитров, 2010).

A Bulgária deveria atrair o interesse dos investidores portugueses para áreas como a agricultura (principalmente a viticultura), entre outros. Os empresários portugueses manifestam especial interesse pela indústria alimentar - tabaco, cigarros e produtos de peixe conservados e pela indústria ligeira - têxteis, tecidos e vestuário. Estão também interessados pelas condições no investimento e compra de terras por estrangeiros, bem como pela construção e pela realização de projetos de infra-estrutura, pelas telecomunicações, entre outros. As instituições bancárias portuguesas que manifestam interesse são o Banco Espírito Santo e o Banco Português de Investimento. Pela área do turismo e hotelaria (principalmente pelo desenvolvimento de formas alternativas de turismo, serviços turísticos complementares e indústrias de apoio ao turismo) manifesta interesse o Grupo Pestana.

Neste sentido, existe o FIEP- Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, que foi criado com o objetivo de apoiar a atividade dos investidores portugueses no estrangeiro.

Um aspecto importante da nossa cooperação com Portugal é a possibilidade de desenvolver uma atividade económica conjunta em países terceiros, em relação aos quais Portugal expressou reiteradamente o seu especial interesse, a saber:

- atuação conjunta nos mercados dos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), aproveitando da rica experiência búlgara e conhecimento das condições de trabalho nos referidos mercados; isso poderia ser feito através do desenvolvimento conjunto de projetos de investimento e a organização de sistemas de produção nesses países, bem como através de concursos públicos em que a empresa portuguesa vencedora poderia subcontratar empresas búlgaras;

- atuação conjunta nos mercados das ex-colónias portuguesas na África (Angola, Moçambique), aproveitando da posição privilegiada das empresas portuguesas e da experiência da Bulgária a trabalhar nesses países (Димитров, 2007).

As oportunidades de cooperação no domínio do turismo são importantes, mas ainda não aproveitadas. A 30 de março de 1999, em Sofia, os dois governos assinaram um novo Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo, a substituir o antigo acordo de 1977 que praticamente nunca foi colocado em prática. Desse modo, foi estabelecido o enquadramento legal ou contratual nesta área.

Em geral, a percentagem de turistas portugueses na Bulgária é muito baixa. Durante o período 1991-1999, os portugueses que visitaram a Bulgária foram no total 8 725 pessoas, das quais 1 870 em 1998, ou seja, o maior número de turistas em comparação com

qualquer outro ano do período em estudo. Em 2007, 2 930 búlgaros visitaram Portugal, registando-se uma diminuição de 61,4% em relação a 2006. Em 2008, 2 302 búlgaros visitaram Portugal, o que corresponde a uma diminuição de 21,4% em relação a 2007.

De acordo com os dados da Agência Nacional Búlgara de Turismo, em 2007 a Bulgária foi visitada por 11 836 cidadãos portugueses, o que constitui um crescimento de 49,3% em relação ao ano 2006. Em 2008, a Bulgária foi visitada por 11 263 cidadãos portugueses, o que constitui uma queda de 4,8 % em relação ao ano 2007.

Em 2009, a Bulgária foi visitada por 8122 cidadãos portugueses o que constitui um decréscimo de 27,9% em relação ao mesmo período de 2008. Portugal foi visitado por 2567 cidadãos búlgaros o que constitui um crescimento de 11,5% em relação ao mesmo período de 2008. Por seu lado, em 2010, a Bulgária foi visitada por 8923 cidadãos portugueses, registou-se um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período de 2009. Portugal foi visitado por 2220 cidadãos búlgaros, registou-se uma diminuição de 13,5% em relação ao mesmo período de 2009.

Em 2011, a Bulgária foi visitada por 8797 cidadãos portugueses, registando uma queda de 1,4% em relação ao ano 2010. Portugal foi visitado por 2004 cidadãos búlgaros, registou-se uma queda de 9,7% em relação ao mesmo período de 2010.

A cooperação na área do desporto entre os dois países traduz-se no trabalho bem-sucedido em ambos os países de muitas figuras notáveis da área do desporto - desportistas, treinadores e peritos em desporto.

Em resumo, podemos destacar que, apesar das oscilações ao longo dos anos e do balanço instável entre exportações e importações, o intercâmbio comercial entre a Bulgária e Portugal está, sem dúvida, bem abaixo das capacidades das duas economias evidenciando dimensões numéricas de nível inferior.

É necessário incrementar as boas relações políticas entre a Bulgária e Portugal, bem como a adesão da Bulgária como membro de pleno direito à EU, o que contribuirá para uma cooperação económica e cultural mais estreita entre os dois países.

Bibliografia

1. Външна търговия на република България. НСИ, С., 2012.
2. Димитров, С. (2006). Икономогеографски проблеми на развитието на португалската икономика. -В: Сборник доклади от конференция на ИЮФ при ВТУ. В. Търново, 297-307.

3. Димитров, С. (2008). География на португалоговорещите страни. Унив. издателство, В. Търново.
4. Димитров, С. (2010). География на стопанството на Португалия. Унив. издателство, В. Търново.
5. Ножарова, Н. (2002). Португалия – една неоткрита възможност. Кеш, №39, 4.10.2002, 21.
6. Попов, Н. (2010). Политическа география на португалската колониална империя, Аскони-Издат, С..
7. Dimitrov, S. (2011). "An economic and geographic analysis of Bulgarian - Portuguese foreign-economic relations", GEO Working Papers, Série de Investigação 2007/11, Universidade do Minho, Guimarães, 5-15.
8. INE (2011). Anuario Estatístico de Portugal 2010. Lisboa
9. INE (2012). Anuario Estatístico de Portugal 2011. Lisboa.
10. INE (2011). Estatísticas do Turismo – 2010, Lisboa.
11. INE (2012). Portugal em números – 2011, Lisboa.

POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS DE COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL PARA UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maria da Conceição P. Ramos

Faculdade de Economia (FEP), Universidade do Porto
cramos@fep.up.pt

Olívio Patrício

Instituto Superior de Agronomia (ISA), Universidade de Lisboa
opatricio@isa.ulisboa.pt

Resumo

O desenvolvimento sustentável assume importância crescente na promoção de inovadoras respostas económicas e sociais e de um novo diálogo entre a economia e a sociedade e a sociedade e o planeta. Segundo a “Estratégia Europeia 2020”, a União Europeia deve estabelecer três prioridades que se reforçam mutuamente: o crescimento inteligente, mediante uma economia baseada no conhecimento e na inovação, melhorando a qualidade e a eficiência da educação e formação; o crescimento sustentável, através de uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, ou seja, mais ecológica; e o crescimento inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegure coesão social e territorial e promova a equidade na distribuição dos recursos e serviços, bem como a cidadania ativa. O despovoamento das regiões periféricas e o desinvestimento territorial destes espaços põem em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económica, social, cultural e ambiental. Para implementar o desenvolvimento local sustentável, há que satisfazer necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida, economia e emprego, inclusão social e administração democrática territorial, que evite o êxodo das populações, e repensar as políticas públicas de desenvolvimento e a intervenção do poder local. A economia social, o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a governação, a eficiência, a inovação e a justiça social são componentes do desenvolvimento sustentável. Os impactos ambientais são uma preocupação central ao nível europeu e mundial, assumindo particular importância nos meios urbanos. A adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável e de turismo sustentável suscita a consideração das relações entre educação, ambiente e responsabilidade social. Há que fomentar um crescimento sustentado centrado na economia “verde”, no emprego, na qualidade do trabalho e do ambiente, que promova a coesão social, económica e territorial. Um desenvolvimento sustentável e duradouro implica repensar as políticas e estratégias que contemplem as peculiaridades e singularidades territoriais e cumprir as agendas nacionais e europeias que adotam o modelo de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; coesão económica, social e territorial; educação, ambiente e responsabilidade social; turismo sustentável.

Abstract

Sustainable development is assuming a growing importance in the promotion of innovative economic and social responses and of a new dialogue between economy and society, society and the globe. According to the "Europe 2020 Strategy" the European Union must establish three mutually reinforcing priorities: intelligent growth, by means of an economy based on knowledge and innovation, by improving the quality and efficiency of education and training; sustainable growth, through a more efficient economy in terms of the use of resources, that is, more ecological; inclusive growth, by fomenting an economy with high employment levels that may assure social and territorial cohesion, promote equity in the distribution of resources and services and active citizenship. The depopulation of peripheral regions and the territorial divestment from such spaces undermines their sustainable development in what comes to the economic, social, cultural and environmental dimensions. In order to implement local sustainable development, every guarantee must be given to ensure basic needs and improve the quality of life, economy and employment, social inclusion and democratic territorial administration which may prevent population exodus; and to rethink public developmental policies and the intervention by local tiers. Social economy, the environment, cultural diversity, local development, governance, efficiency, innovation and social justice are pillars of sustainable development. Environmental impacts are a central concern in Europe and world-wide and bears particular importance in urban areas. The adoption of sustainable development and sustainable tourism strategies raises the need to consider the connections between education, environment and social responsibility. Sustained growth centered on the "green" economy, on employment, on the quality of work and the environment, one that promotes social, economic and territorial cohesion must be encouraged. Sustainable and lasting development implies rethinking policies and strategies that encompass the territorial peculiarities and singularities and also to deliver national and European agendas that adopt the economic, social and environmental sustainability model.

Keywords: sustainable development; economic, social and territorial cohesion; education, environment and social responsibility; sustainable tourism.

1. Crise do ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental

É através da identificação de novos problemas, tais como os ambientais e os interculturais, a nova pobreza e exclusão social e a crescente desigualdade mundial, que o desenvolvimento sustentável tem vindo a assumir maior importância na promoção da procura de novas e inovadoras respostas económicas e sociais e de um novo diálogo entre a economia e a sociedade, entre a sociedade e o planeta.

Gerir para a sustentabilidade é cada vez mais um imperativo de competitividade e tornou-se uma preocupação a nível mundial. O desenvolvimento sustentável, local e global, integra preocupações ambientais, económicas, sociais, políticas e culturais, por isso falamos de diferentes pilares da sustentabilidade (Sachs, 2004; Ramos, 2012b,c). O conceito de “desenvolvimento sustentável”, proposto no relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido por *Relatório Brundtland* (WCED, 1987), considera que o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não pode comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, contribuiu para a divulgação internacional das preocupações de “desenvolvimento sustentável” e a sua difusão nas políticas públicas, no tecido produtivo e na gestão empresarial.

O documento emanado da Conferência Mundial das Nações Unidas, em 2005, juntou ao conceito desenvolvido neste relatório o reforço de três pilares do desenvolvimento sustentável (económico, social e ambiental), tendo subjacente a necessidade crucial de conciliar o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. “Sustentabilidade” significa respeitar os limites impostos à economia pela capacidade dos ecossistemas, quando a crise ambiental e climática marca a era atual. Para Leff (2001), os princípios da sustentabilidade surgem no contexto da globalização como marco de um limite que reorienta o processo civilizacional da humanidade. Assim, podemos qualificar de sustentável

[...] todo o processo de transformação humana ou material que garante reprodução, sobrevivência e melhor qualidade de vida num horizonte temporal longo, pelo que também a economia terá que ser sustentável, sendo o social um dos seus atributos intrínsecos, de modo a gerir, permanentemente, a inclusão. (Ramos, 2012b: 28-29)

Forman (1995: 483) condensou a definição ao enunciar o “ambiente sustentável” como uma área na qual a integridade ecológica e as necessidades humanas básicas são concomitantemente mantidas através das gerações. O cumprimento das definições de desenvolvimento sustentável atrás enunciadas exige a realização simultânea de três condições:

- Promoção da equidade intra e intergeracional na distribuição dos recursos e serviços;
- Satisfação das necessidades básicas dos seres humanos numa progressiva melhoria dos seus padrões de vida;
- Manutenção da integridade dos sistemas biofísicos.

O desenvolvimento sustentável pressupõe a igualdade de oportunidades económico-sociais e ecológicas entre a geração corrente e as gerações futuras. Também o Programa das Nações Unidas (PNUD, 2011) insiste nas questões da sustentabilidade e equidade.

Sachs (2004) ampliou o conceito de “sustentabilidade” envolvendo-o em diferentes dimensões interligadas entre si (social, ambiental, económica, espacial ou territorial, cultural e política). Este autor assinala aspetos imprescindíveis para o desenvolvimento “socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”: a ênfase no mercado interno, estimulando o emprego em setores com baixo conteúdo de importações visando o desenvolvimento endógeno; e a promoção de emprego *decente* e/ou autoemprego para todos, de forma a assegurar a sustentabilidade social e o crescimento económico. Com este objetivo, são apontadas algumas políticas: incentivo ao emprego em atividades de conservação de energia e de recurso à reciclagem de materiais; consolidação da agricultura familiar; estímulo do desenvolvimento rural e da pluriatividade, etc. Também o movimento ambientalista exerceu, e exerce, importante influência, tanto na construção quanto na difusão de concepções de sustentabilidade (Martinez-Alier, 2007). A economia ecológica introduziu novos indicadores e índices de sustentabilidade (Daly & Farley, 2004), constituindo um desafio do século XXI apresentar novos conceitos de desenvolvimento e de sustentabilidade capazes de melhorar a qualidade de vida e o desempenho económico (Veiga, 2005).

A “Estratégia Europeia 2020” (Comissão Europeia, 2010) reconhece que a União Europeia deve estabelecer três prioridades que se reforçam mutuamente:

- O *crescimento inteligente*, mediante o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, melhorando a qualidade e a eficiência da educação e da formação;
- O *crescimento sustentável*, através da promoção de uma economia mais eficiente na utilização dos recursos, isto é, mais ecológica, permitindo reduzir os impactos ambientais;
- O *crescimento inclusivo*, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego, que assegure coesão social e territorial, promova a equidade na distribuição dos recursos e serviços e a cidadania ativa.

2. Território, desenvolvimento local sustentável e coesão económica e social

O território assume-se, efetivamente, como variável de desenvolvimento económico e social, e tal facto surge refletido nas políticas europeias de coesão e nas preocupações do Livro Verde sobre a *Coesão Territorial Europeia* (Comissão Europeia, 2008), assim como na

aposta explícita das entidades governamentais portuguesas e europeias em valorizar o território e o desenvolvimento sustentável (Mota, 2005; União Europeia, 2010). A revitalização das economias e sistemas produtivos locais decorre das consequências da globalização na organização económica (Reis, 1988).

Existem fatores de dimensão institucional importantes no processo de desenvolvimento:

- O território e o poder local, força articuladora de políticas de desenvolvimento;
- A participação da sociedade, protagonista do planeamento, implementação e avaliação das ações de desenvolvimento;
- A relevância das parcerias público-privado para a concretização das iniciativas de desenvolvimento.

Ao território associa-se a necessidade de mobilizar recursos, competências, responsabilidades, processos participativos e parcerias ativas locais para o desenvolvimento social, centrando-se as políticas sociais “na territorialidade de medidas, na negociação de direitos e objetivos com os atores sociais” (Ramos, 2013: 331).

Abordando a problemática dos recursos e competências dos territórios, Cadima Ribeiro (2007) refere os vetores estratégicos de viabilização do desenvolvimento de uma região: massa crítica; projeto e estratégia; inovação e criatividade; coordenação e cooperação; parceria; ordenamento urbano; liderança.

A coesão territorial corresponde à valorização da articulação entre políticas setoriais e regionais. As desigualdades territoriais são um dos pilares-base da “desigualdade” pela importância que ganham quando falamos de níveis de vida consonantes com aqueles que são praticados, em média, pelo restante território de referência. O conceito de “coesão territorial” provém da combinação entre competitividade e coesão económica e social, sendo atribuída ao território a capacidade de desenvolver processos que conduzam a economia à referida competitividade e coesão. Entende-se, assim, que uma economia competitiva comporta um nível elevado de eficiência traduzido na capacidade efetiva de criação de emprego e de remuneração dos fatores produtivos, isto é, na capacidade de melhorar, de forma sustentada, o nível médio da população.

O conceito de “coesão económica e social” está associado, na coesão económica, a uma relativa homogeneidade da riqueza criada nas diferentes atividades, enquanto na coesão social corresponde a um acesso equilibrado da população aos resultados do progresso económico. A coesão territorial pretende transformar as especificidades e diferenças de cada território em vantagens competitivas. Investir e inovar na competitividade das regiões é importante para melhorar a qualidade dos territórios e a vida das populações (Lopes, 2001).

É necessário reforçar as condições de desenvolvimento local e setorial, com impacto significativo nas capacidades de crescimento sustentado das comunidades e no reforço do tecido económico e social envolvente. “Não podemos falar de desenvolvimento local que não seja desenvolvimento social, integrado, sustentável, já que ele apela a conceitos como o de inclusão, participação, coesão, competitividade e solidariedade” (Ramos, 2012a: 74). O desenvolvimento é um processo que engloba todas as dimensões da vida de uma coletividade, das suas relações sociais e do seu tecido social, apelando ao exercício de uma cidadania ativa. A noção de “desenvolvimento” é indissociável da de “*empowerment*” político e social (Friedmann, 1996).

Como afirma Lopes (1999: 56), “[...] não há desenvolvimento que não seja desenvolvimento local [...]”. A noção de *desenvolvimento local* está relacionada com a componente endógena dos processos de desenvolvimento, a diversificação das atividades económicas e sociais e a conservação da paisagem cultural e natural, fundamentais para o desenvolvimento local sustentável dos territórios (Greffé, 2002; Zurindeau, 2010). O desenvolvimento endógeno reforça a importância dos aspetos económicos, sociais e culturais da sustentabilidade, como pilares de uma situação territorial mais homogénea, remetendo para o conceito de “ecodesenvolvimento” de Sachs:

[...] ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste na busca de soluções específicas para seus problemas particulares, levando em conta não só os dados ecológicos, mas também os culturais, bem como as necessidades imediatas e de longo prazo. (Sachs, 2007: 64)

O despovoamento das regiões periféricas e o desinvestimento territorial destes espaços põem em causa o seu desenvolvimento sustentável nas dimensões económicas, sociais, culturais e ambientais e não garantem a equidade ao nível das condições e dos direitos. Reis (2009) salienta as condições mínimas para que um território ultrapasse a estagnação: densidade organizacional e demográfica; dimensões económicas e sociais; sistemas de inter-relações locais entre administração pública, ensino superior, indústria e sociedade civil; e aperfeiçoamento de culturas técnicas e institucionais locais. A dimensão espacial do desenvolvimento considera as questões da localização, proximidade e distribuição, seja na economia, emprego, administração e qualidade de vida, evitando o êxodo das populações. O envelhecimento da população, a reduzida fecundidade e a emigração persistente têm contribuído para o despovoamento das regiões periféricas e para um desinvestimento nestes espaços.

(...) É necessário apoiar o desenvolvimento das regiões e dos territórios desfavorecidos do interior com políticas que consigam atrair populações e investimento económico e travem o contínuo fluxo emigratório. [...] a fim de promover as bases de um desenvolvimento sustentável, o único que pode reduzir as pressões migratórias. (Ramos, 2012a: 93).

As políticas públicas devem constituir verdadeiros instrumentos de coesão social e territorial, lutando contra as desigualdades e a pobreza, nomeadamente em matéria de saúde, educação e trabalho, mobilizando os recursos das regiões e as suas especificidades.

3. Desenvolvimento, poder local e cidadania: papel da sociedade civil e do terceiro setor

O desenvolvimento social e local envolve uma grande diversidade de experiências de organização dos territórios, provenientes de esforços conjuntos da população, dos seus representantes, dos agentes públicos e privados, cujo objetivo principal é construir um projeto de desenvolvimento integrando componentes económicas, sociais e culturais. O poder local caracteriza-se pela cooperação entre o poder público, a iniciativa privada, as entidades sociais e o terceiro setor/economia social, no sentido de potenciar recursos humanos e materiais. O desenvolvimento local implica a participação e a articulação entre entidades públicas, sociedade civil, organizações privadas e IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

A economia social é uma componente do desenvolvimento sustentável que procura abranger o meio ambiente, a diversidade cultural, o desenvolvimento local, a governação, a eficiência, a inovação, a justiça social, a sustentabilidade e uma outra mundialização (Ramos, 2011, 2013). O conceito de economia social e solidária também se associa à ideia de “consumo consciente”, à defesa do meio ambiente e à produção de orgânicos (Bauman, 2011). A expansão de diferentes dinâmicas de desenvolvimento sustentáveis e solidárias, europeias e extraeuropeias, demonstra que existem outras formas de produção e de consumo (Santos, 2003; Revue Tiers Monde, 2007).

As organizações de economia social contribuem para o reforço da identidade local e para colmatar desigualdades sociais e económicas e, simultaneamente, fomentar o desenvolvimento endógeno de base local e territorial, aproveitando os recursos do espaço onde se inserem e as sinergias com outras atividades económicas. O crescimento sustentável assenta na melhoria das formas de repartição do rendimento e na geração de “economias de inclusão” para introduzir dinâmicas sustentáveis na vida coletiva. A economia social tem subjacente uma lógica localista e de proximidade, centrada nos atores, estando

associada à problemática do desenvolvimento local e territorial e a uma “economia de proximidade” (Pecqueur & Zimmermann, 2004). A economia solidária demonstra capacidade para colmatar deficiências no domínio dos serviços de bem-estar, tais como serviços socioculturais, denominados “serviços de proximidade”.

Já em 2001 a OCDE apontava alguns dos princípios das estratégias de desenvolvimento local:

- Processo global e integrado que concilie objetivos económicos, sociais e ambientais;
- Identificação dos atores e sua mobilização para promoção de projetos estruturantes;
- Inclusão de instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos e da sociedade civil organizada;
- Processo de desenvolvimento que ocorre “de baixo para cima”, através de iniciativas pensadas e geridas localmente;
- Coordenação e gestão das ações dos diferentes atores para uma intervenção eficaz.

O desenvolvimento acontece num território que integra redes de atores locais, governamentais e não governamentais, património natural, património construído, capital humano e social, capacidade de iniciativa (empreendedorismo), potencialidades e oportunidades. O desenvolvimento local, pensado como processo diversificado, permanente e dinâmico, implica articulação imprescindível e complementar entre Estado, mercado e sociedade civil/comunidade, estabelecimento de parcerias, visão integrada, criatividade e inovação, nomeadamente para a criação de emprego e integração social (Carrilho, 2008).

O poder local e o protagonismo dos municípios ganham um espaço fundamental na implementação de estratégias participativas de desenvolvimento local, numa base de decisão a partir das comunidades locais, estando dependentes da possibilidade dada aos atores locais de participar (Henriques, 1990). Há “necessidade da participação democrática no processo de desenvolvimento local” (Ramos, 2013: 332). No entanto, se o poder local deve estar comprometido com a participação, exige-se que a comunidade seja mais participativa, identifique as suas necessidades e se organize melhor. É, também, exigida uma reorganização das instituições, da sociedade civil e das forças promotoras do desenvolvimento de modo a criarem novas relações entre o Estado, o mercado e a sociedade. A participação não é apenas uma forma de tomar parte nas decisões, mas também de responsabilização pelas decisões tomadas. “As autarquias locais devem assumir um papel catalisador das forças sociais da comunidade, de forma a que as mesmas tenham uma participação activa” (Menezes, 2001: 45).

4. Impactos ambientais, responsabilidade social e educação

Há riscos que se expandem em todas as dimensões da vida humana, obrigando-nos a repensar a forma como agimos sobre o meio natural e também as relações sociais. A

preservação ambiental não está dissociada do modelo económico e da ética a que estamos submetidos, e o conceito de “responsabilidade social” surge muitas vezes como sendo equivalente ao de “desenvolvimento sustentável”. A responsabilidade social é uma alavanca para a sustentabilidade, “preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais” (Ramos, 2012b: 32).

O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social constituem prioridades na agenda das políticas públicas, tanto ao nível da União Europeia (UE) como dos Estados-membros. No Livro Verde *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, a Comissão Europeia (2001) define a responsabilidade social como “um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo [...]”. O Livro Verde analisa duas dimensões da responsabilidade social empresarial (RSE): a dimensão interna incide nos trabalhadores, investimento no capital humano, gestão dos recursos humanos, saúde e segurança no trabalho e incorpora a gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais; a dimensão externa aborda as comunidades locais, parceiros comerciais, fornecedores, consumidores, autoridades públicas, ONG’s, direitos humanos e preocupações ambientais globais.

A responsabilidade social é um elemento de progresso e inovação que combina as dimensões social, ambiental e económica numa estratégia integrada baseada no diálogo entre todas as partes interessadas. A Comissão Europeia (2010) encara a RSE como uma contribuição essencial positiva para os objetivos da *Estratégia Europeia 2020 – Estratégia europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*.

Neste contexto, é crescente o interesse pelas questões urbanas e problemas das cidades, espaços de concentração de recursos humanos e económicos, fundamentais para o crescimento económico e a competitividade. Face ao aumento da população nas cidades, é necessário repensar as infraestruturas em termos mais “verdes”, respondendo a graves problemas sociais e ambientais que caracterizam os meios urbanos, como o ruído e o consumo excessivo de recursos naturais, geradores de elevados níveis de poluição e resíduos (Patrício, 2012a,b,c).

O ruído e a poluição atmosférica constituem dois dos principais problemas ambientais que contribuem para a degradação da qualidade de vida da população e afetam o Homem nos planos físico, psíquico e social. Este problema assume particular importância nos meios urbanos, onde vive a maior parte da população portuguesa, europeia e mundial – 42% da população em Portugal reside nas cidades (INE, Censos 2011). Os transportes contribuem igualmente para a degradação da qualidade de vida nos centros urbanos, onde a poluição atmosférica e sonora afeta toda a população (Patrício, 2012a). O aumento dos

problemas ambientais associados à poluição do ar, da água e dos solos, ao ruído, à produção de resíduos e à utilização da energia reflete sobretudo o comportamento e a interação do Homem com o ambiente. A transição para transportes mais sustentáveis pode, assim, aumentar a eficiência energética e melhorar a qualidade do ar.

As políticas e os instrumentos usados pelos planeadores urbanos devem promover o emprego e as receitas, planos de mobilidade urbana, programas que atendam especialmente as populações carenciadas e aspetos ambientais, no que se refere às alterações climáticas (Puppim de Oliveira *et al.*, 2013). Insiste-se atualmente na importância dos espaços verdes urbanos para a qualidade de vida, o bem-estar e a saúde das populações (Santana *et al.*, 2010). A melhoria dos ecossistemas e a redução dos impactos ambientais aumentam a eficiência das cidades e a qualidade de vida dos seus habitantes.

As questões da sustentabilidade exigem a formação de competências e qualificações técnicas e éticas para a construção de uma consciência da responsabilidade social das empresas, das organizações e dos cidadãos. A questão ambiental, preocupação central ao nível europeu e mundial, e a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável suscitam a pertinência da consideração das relações entre educação, emprego, ambiente e responsabilidade social (Ramos, 2008, 2009, 2012b,c; Patrício, 2012b). A importância desta problemática é visível na consagração da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável: 2005-2014 (Comissão Nacional da UNESCO, 2006; Wals, 2009).

A educação ambiental deve promover simultaneamente a construção do conhecimento e o desenvolvimento de comportamentos e atitudes necessários à utilização racional dos transportes e de todas as infraestruturas, de modo a diminuir os efeitos nefastos para o Homem, para o ambiente e, conseqüentemente, para a economia (Patrício, 2012b; Ramos, 2012b,c). É necessário prosseguir os esforços ao nível educativo e da cidadania, nomeadamente nos domínios da consciencialização ambiental, da educação e da formação. Como afirma Soromenho Marques,

A médio e longo prazos, a chave central desse futuro sustentável da política de ambiente passa, sem nenhuma dúvida, pelo entendimento da Educação Ambiental como elemento decisivo da competência cívica do nosso tempo: nos dias que correm não se pode ser cidadão sem algumas competências ambientais mínimas. Trata-se de uma outra e nova forma de alfabetização (Soromenho Marques, 1998: 104)

É preciso assinalar a importância das atividades de natureza pedagógica na responsabilidade social das universidades e no seu plano pedagógico. Na universidade, forma-se simultaneamente o cidadão e o profissional que atuará na sociedade, empresas e

organizações, sendo necessário desenvolver os programas educacionais e as capacidades dos estudantes para serem futuros geradores de sustentabilidade nos negócios e na sociedade, trabalhando para uma economia global inclusiva e sustentável (United Nations Global Compact, 2008; Batista & Ramos, 2011; Araújo & Ramos, 2014).

A pluridisciplinaridade e a participação das diferentes áreas científicas são essenciais para melhorar a prevenção dos riscos ambientais e promover a sustentabilidade e o diálogo entre os diferentes saberes e práticas. A investigação do tema é multifacetada e multidimensional, proporcionando a inovação nas políticas, incluindo a educativa. A questão ambiental induz transformações para o desenvolvimento do conhecimento em diferentes disciplinas científicas, exigindo uma integração de conhecimentos e uma totalização do saber, de forma sistémica, holística e interdisciplinar (Leff, 2002).

5. Economia, crescimento e emprego verdes no desenvolvimento sustentável

Há que fomentar um crescimento sustentado, centrado no emprego e na qualidade do trabalho e do ambiente, que promova a coesão social, económica e territorial. As recentes definições de “emprego verde” ultrapassam a articulação entre políticas de emprego e políticas de ambiente e as fronteiras estritas da dimensão ambiental, integrando os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável e aspetos de equidade social, eficiência e eficácia económicas, proteção e gestão do ambiente, boa governação e dinâmica institucional (ILO, 2012; OIT, 2013).

O desenvolvimento económico confronta-se com graves limites, pois não consegue fazer recuar a pobreza no mundo, nomeadamente nos países ricos, ameaçando esta perigosamente os equilíbrios dos ecossistemas. Portugal era, em 2010, o país da UE-27 com uma maior concentração do rendimento nos grupos do topo da distribuição, evidenciando a forte desigualdade existente. O desenvolvimento tornou-se, assim, insustentável do ponto de vista social e ecológico. Em junho de 2012, a Conferência Rio+20 centrou-se em dois tópicos principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Em 2009, a OCDE aprovou uma declaração reconhecendo o *crescimento verde* e dando início ao desenvolvimento de uma estratégia para o colocar em prática. Em 2010, fundou-se o Global Green Growth Institute (GGGI), elevado ao estatuto de organização internacional, em 2012, na Conferência Rio+20, com o objetivo de difundir o crescimento verde como um novo modelo de crescimento económico compatível com a redução da pobreza, criação de emprego, inclusão social, sustentabilidade, acesso a energia limpa e

água potável, prevenção dos efeitos das alterações climáticas e perda de biodiversidade. No relatório *Towards Green Growth* (2011), a OCDE define os indicadores de crescimento verde com base em quatro objetivos: estabelecer uma economia eficiente com baixos níveis de carbono; manter uma base de ativos naturais; aumentar a qualidade de vida; e aplicar políticas apropriadas, aproveitando as oportunidades do crescimento verde.

“A sustentabilidade deve ser entendida nas suas múltiplas vertentes, ambiental, económica e social, atingindo um desenvolvimento social e económico e preservando os recursos naturais e culturais” (Ramos, 2012b: 29). A noção de “sustentabilidade” entrou nas preocupações dos economistas que interligam Economia, Ecologia e Ambiente procurando analisar o impacto ambiental da atividade económica (Burgenmeier, 2005). São necessárias uma estratégia de desenvolvimento multidimensional que ligue indissoluvelmente o económico, o social e o ambiental (Bartoli, 2003) e uma nova aliança entre os homens, o sistema económico e a natureza que respeite as exigências do ser vivo e assegure a sua reprodução (Passet, 1996). Os programas ambientais devem ser integrados em programas globais de melhoria das condições de vida e de trabalho. Os direitos humanos são fundamentos para um desenvolvimento duradouro, onde estão integrados os custos humanos do trabalho e os custos ecológicos. As técnicas de produção e de organização do trabalho não devem gerar custos ecológicos nocivos à saúde e segurança dos trabalhadores, devendo estes reivindicar medidas protetoras, mas respeitar igualmente as regras de segurança existentes (ILO, 2012; OIT, 2013).

O ecodesenvolvimento visa mudar os modos de produção e de consumo promovidos por um sistema capitalista e uma sociedade obcecada por estabelecer padrões de qualidade de vida, acreditando que é através do elevado nível de consumo que se caminha para uma sociedade moderna e evoluída, onde as necessidades são vistas como um hábito social e não algo indispensável à sobrevivência. Temos vindo a assistir a uma “revolução paradigmática” de mudanças de ideias e de comportamentos visando um desenvolvimento mais sustentável e uma nova consciência em prol da harmonização entre a natureza e o homem. Procura-se reinventar uma sociedade que reencontre o seu sentido de equilíbrio e os limites que nos são impostos, pois o crescimento é o problema e não a solução do desenvolvimento (Latouche, 2010). Este autor propõe a nova teoria económica do “decrecimento sereno”, baseado em oito erres: reavaliar, reconceptualizar, reestruturar, redistribuir, relocalizar, reduzir e reutilizar/reciclar (Latouche, 2012). O “decrecimento sereno” promove o decrecimento nas sociedades consumistas, evitando uma catástrofe ecológica e humana, pois os recursos do planeta são esgotáveis (Georgescu-Roegen, 1995). Este autor, pai da Bioeconomia, expôs as primeiras teses que originaram o conceito de “decrecimento”, um conceito não só económico, como também político e ideológico,

opondo-se aos paradigmas que defendem a melhoria da qualidade de vida apenas decorrendo do crescimento do PIB e, conseqüentemente, do consumo. A economia do decréscimo representa uma mudança de paradigma económico e uma revolução cultural necessária à construção de um novo modelo societal.

6. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo

O turismo sustentável, expressão usada com maior frequência a partir da década de 90, é definido pela Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) como aquele que é ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais, propiciando um desenvolvimento sustentável. A Organização Mundial de Turismo (2003) reconhece que as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais do desenvolvimento turístico, exigindo um equilíbrio adequado entre estas dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi influenciado pela evolução do conceito de “desenvolvimento sustentável”, apontando a necessidade de considerar apropriadamente o bem-estar económico, ambiental, sociocultural e político de longo prazo (Ramos, 2012b,c).

Além de abrir oportunidades a novos investimentos, o turismo sustentável permite a criação de empregos verdes, aumento do PIB, maior preservação do ambiente e das biodiversidades, etc. O conceito de “turismo sustentável” integra a melhoria das condições de vida das comunidades locais e a preservação do meio ambiente. Para que o turismo possa beneficiar importantes setores da sociedade e seja sustentável, deve criar um equilíbrio nas áreas económicas, ambientais, sociais e culturais (Araújo & Ramos, 2014).

O objetivo do turismo sustentável fundamenta-se em critérios de sustentabilidade, ou seja, este deve procurar o equilíbrio entre a conservação dos recursos naturais e culturais existentes, a viabilidade económica do turismo e a equidade social numa perspetiva ética e direcionada para as comunidades locais. Os esforços recentes do desenvolvimento e do turismo vêm reconhecendo os desafios atuais relacionados com as questões ambientais, sociais, económicas e ecológicas, visando também ações responsáveis na busca da sustentabilidade local. Portanto, o turismo ecológico exercido no município é um aliado na conservação e manutenção do ambiente. O ecoturismo tem sido visto como uma aposta para a melhoria da questão ambiental e como uma ferramenta de consciencialização ambiental das pessoas. Debate-se, atualmente, os impactos económicos, socioculturais,

ambientais e locais do *turismo sustentável* e atividades relacionadas, como a agricultura e a pesca (Ramos, N., 2012). Marujo e Carvalho (2010) afirmam que, sendo o turismo um dos mais importantes agentes da mudança, não pode evoluir sem um planeamento, indispensável ao desenvolvimento do turismo sustentável, e diferentes autores insistem na importância da gestão ambiental e sustentabilidade no turismo (Philippi & Ruschmann, 2010).

O desenvolvimento local acontece quando as pessoas envolvidas são beneficiadas nos seus territórios, pelo que a noção de “turismo sustentável” deve ter em conta um modelo de desenvolvimento económico que permita melhorar a qualidade de vida das comunidades locais. Utilizar os instrumentos adequados para desenvolver o turismo numa localidade é estimular o turismo sustentável, capaz de minimizar os impactos, estabelecer a comunicação e movimentar a economia local.

Há que promover o turismo sustentável e o eco-negócio de diversas formas, respeitando a herança cultural, os recursos naturais, os modos de vida e o desenvolvimento económico e mantendo, ao mesmo tempo, a coesão social e a sua identidade. No turismo, a adaptação às mudanças climáticas modifica a forma de viajar das pessoas, podendo afetar o emprego neste sector. (Ramos, 2012b: 34)

Segundo a Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo,

Para encontrar um equilíbrio adequado entre o bem-estar dos turistas, as necessidades do ambiente e da cultura e o desenvolvimento e a competitividade dos destinos turísticos e das empresas, é necessário adoptar uma abordagem política integrada e global, no âmbito da qual todas as partes interessadas partilhem os mesmos objectivos. (Comissão das Comunidades Europeias, 2007: 4)

A Comissão Europeia sugere princípios para um turismo sustentável, entre os quais os de envolver todos os interessados e utilizar os melhores conhecimentos disponíveis.

7. Proposições e considerações finais

- É necessário um modelo de crescimento sustentável que crie emprego e tenha como objetivo o respeito pela qualidade de vida e do trabalho dos cidadãos e pelos direitos sociais básicos;

- É necessário um novo paradigma socioeconómico e uma economia multidimensional que reconheça a paridade entre os diferentes pilares do desenvolvimento sustentável, em

que os bem-estares social, económico, ambiental e cultural são inseparáveis, para construir uma sociedade ecológica e socialmente viável.

- É necessário promover uma consciência ambiental orientada para o desenvolvimento sustentável e centrada na cidadania e na reformulação dos valores éticos, individuais e coletivos. Se queremos uma educação para a sustentabilidade, recomendada em documentos oficiais, nacionais e internacionais, o ensino e a investigação deverão introduzir mais e melhor informação sobre a sustentabilidade, a cidadania e a responsabilidade social;

- É fundamental sensibilizar as empresas e os cidadãos para as exigências de um desenvolvimento sustentável e duradouro, repensar as políticas e as estratégias que contemplem as especificidades territoriais e aplicar as agendas europeias e nacionais que preconizam o modelo de sustentabilidade económica, social e ambiental. Há que reforçar a coerência das políticas públicas. Apesar de o discurso comum apelar ao desenvolvimento das regiões e das localidades do interior de Portugal, as medidas e políticas aplicadas nem sempre vão neste sentido;

- Há que (re)pensar as políticas públicas de desenvolvimento regional e local, de ordenamento do território, planeamento e definição das estratégias, com impacto no crescimento sustentado das comunidades e no reforço do tecido económico e social envolvente. É no domínio social e territorial que se encontram os maiores desafios onde se podem criar alternativas que garantam a equidade, a justiça e as relações entre o local e o global.

Referências Bibliográficas

Adams, W. M. (2008). *Green development: environment and sustainability in a developing world*. London: Routledge, 3ed.

Araújo, D. F. & Ramos, M. C. P. (2014). Desafios interculturais e educacionais para um turismo sustentável. *Revista Cenário*, V. 2, nº 3, 89-105.

Batista, M. S. S. & Ramos, M. C. P. (2011). Desafios da educação ambiental no ensino superior – das políticas às práticas no Brasil e em Portugal. In *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. Cadernos ANPAE, vol. 11, 1-13, (www.anpae.org.br/simposio2011).

Bartoli, H. (2003). *Repensar o desenvolvimento: acabar com a pobreza*. Lisboa: Instituto Piaget.

Bauman, Z. (2011). *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar.

- Burgenmeier, B. (2005). *Economia do desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carrilho, T. (2008). Conceito de parceria: três projectos locais de promoção do emprego. *Análise Social*, nº 186, 81-107.
- Comissão Europeia (2001). *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. Livro Verde. Bruxelas (COM-2001-366).
- Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo*. Comunicação da Comissão (Bruxelas, 19.10.2007), COM (2007) 621 final.
- Comissão Europeia (2008). *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia: tirar partido da diversidade territorial*. Bruxelas, COM (2008) 616 final. (http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/index_pt.htm)
- Comissão Europeia (2010). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas, COM (2010) 2020 final.
- Comissão Europeia (2011). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. COM (2011) 681 final.
- Comissão Nacional da UNESCO - Portugal (2006). *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) - Contributos para a sua dinamização em Portugal*. Lisboa. www.unesco.pt/pdfs/docs/LivroDEDS.doc
- Daly, H. E. & Farley, J. (2004). *Ecological economics: principles and applications*. Washington, D. C.: Island Press.
- Demoustier, D. (Org.) (2004). *Economie sociale et développement local*, Paris: L'Harmattan.
- Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas.
- Forman, R. T. T. (1995). *Land mosaics, the ecology of handscapes and regions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras: Celta Editora.
- Georgescu-Roegen N. (1995). *La décroissance: entropie-écologie-économie*, 1979, 2^o ed. fr. Paris: Sang de la terre.
- Grefe, X. (2002). *Le développement local*, Paris: Ed. de L'Aube - DATAR.
- Grefe, X. (2007). The role of the social economy in local development. In A. Noya & E. Clarence (eds.) *The social economy. Building inclusive communities* (pp. 91-117). Paris: OECD.

- Harribey, J. M. (1998). *Le developpement soutenable*, Paris: Economica.
- Henriques, J. (1990). *Municípios e Desenvolvimento – Caminhos possíveis*. Lisboa: Escher.
- ILO (2012). *Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy*. Geneva: ILO.
- Latouche, S. (2010). Degrowth. *Journal of Cleaner Production*, Vol. 18, Issue 6, April, 519-522.
- Latouche, S. (2012). *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70.
- Leff, E. (2001). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes.
- Leff, E. (2002). *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez.
- Lopes, A. S. (1999). Emprego e Desenvolvimento Regional - um ponto de situação da problemática do desenvolvimento. In *Regiões e cidades na União Europeia. Que futuro?* (pp. 53-57). Atas do VI Encontro Nacional da APDR, vol. 2, Coimbra: APDR.
- Lopes, A. S. (2002). O espaço económico, A representação do espaço económico. In J. S. Costa (Coord.). *Compendio de Economia Regional* (pp.42-47). Coimbra: APDR.
- Lopes, R. (2001). *Competitividade, inovação e território*. Oeiras: Celta Editora.
- Martínez-Alier, J. (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valorização*. São Paulo: Contexto.
- Marujo, M. N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Sustentável. *Turismo & Sociedade*, 3, n. 2, 147-161.
- Menezes, M (2001). *As práticas de cidadania no poder local comprometido com a comunidade*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Monteiro, A. A. (2004). As Iniciativas de Desenvolvimento Local e a Diversidade das suas Orientações. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 8, 53-63.
- Mota, I. et al. (2005). *Estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável 2005/2015*. Lisboa: Pandora.
- Mozzicafreddo, J. (1993). Estratégias políticas de Desenvolvimento Local. In M. S. Costa & J. P. Neves (Orgs.). *Autarquias Locais e Desenvolvimento* (pp. 77-102). Porto: Afrontamento.
- Nóvoa, A. et al. (1992). *Formação para o desenvolvimento. Uma experiência participada de formação de agentes de desenvolvimento*. Lisboa: Fim de Século.
- OECD (2001). *Local partnerships for better governance*. Paris: OECD.

- OCDE (2007). *La cohérence des politiques au service du développement*. Paris: OCDE.
- OECD (2011). *Towards Green Growth*. OECD Publishing.
- OIT (2013). *Desenvolvimento sustentável, trabalho digno e empregos verdes*. Genebra: OIT.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman.
- Passet, R. (1996). *L'économique et le vivant*. Paris: Economica, 2ª ed.
- Patrício, O. (2012a). Meio Ambiente, Transportes e Poluição. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, nº 8, jan-jun, 42-56, UFS.
- Patrício, O. (2012b). Educação Ambiental: a questão da poluição acústica. In N. Ramos et al. (Org.). *Família, Educação e Desenvolvimento no Século XXI. Olhares interdisciplinares* (pp. 145-152). Portalegre, IPP, E-Book.
- Patrício, O. (2012c). Ruído e meio ambiente. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 61-86). Salvador: EDUFBA.
- Pecqueur, B. & Zimmermann, J. B. (Eds.) (2004). *Économie de proximité*. Paris: Hermès-Lavoisier.
- Philippi JR, A. & Ruschmann, D. V. M. (Ed.). (2010). *Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011). *Sustentabilidade e equidade. Um futuro melhor para todos. Relatório do Desenvolvimento Humano 2011*. New York: PNUD.
- Puppim de Oliveira, J. et al. (2013). Green economy and governance in cities: assessing good governance in key urban economic processes. *Journal of Cleaner Production*, 58, 138-152.
- Ramos, M. C. P. (2008). Training, employment and new competences for a sustainable development. *Review of International Comparative Management*, nº 9, vol. 2, 15-32.
- Ramos, M. C. P. (2011). Economia solidária, inovação social, empreendedorismo e desenvolvimento local. In L. Alcoforado et al. *Educação e formação de adultos – Políticas, práticas e investigação* (pp. 255-275). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ramos, M. C. P. (2012a). Migrações, desenvolvimento, dinâmicas locais e regionais. In H. Pina, H. Marques, M. C. Ramos & P. Remoaldo (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias* (pp. 63-102). Porto: FLUP. <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1422&sum=sim>

Ramos, M. C. P. (2012b). Ambiente, Educação e Interculturalidade. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, nº 8, Janeiro/Junho, 27-39
https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/programa/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=136&idTipo=1

Ramos, M. C. P. (2012c). Educação ambiental, empregos verdes e sustentabilidade. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 15-36). Salvador: EDUFBA.

Ramos, M. C. P. (2013). Solidariedade, inovação social e empreendedorismo no desenvolvimento local. In H. Pina, F. Martins & C. Ferreira (Orgs.) *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu. Estratégias de (Re)ordenamento Territorial num Quadro de Inovação, Sustentabilidade e Mudança* (pp. 313-342). Porto: FLUP.
<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1433&sum=sim>

Ramos, N. (2012). Espaços e tempo (s) das culturas do mar: perspectivas e desafios sociais, interculturais e de saúde. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema* (pp. 87-107). Salvador: EDUFBA.

Reis, J. (1988). Território e Sistemas Produtivos Locais: Uma Reflexão sobre Economias Locais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, 127-141.

Reis, J. (2009). As relações inter-regionais em Portugal e o “efeito-capitalidade”. *Finisterra*, XLIV, 88, 25-36.

Revue Tiers Monde (2007). *Economie solidaire : des initiatives locales à l'action publique*, 190, Paris: Armand Colin.

Ribeiro, J. Cadima (2007). Vectores estratégicos do desenvolvimento de uma região. *Rede 2020*, vol. 3, nº 25, Março/Abril.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

Santana, P. et al. (2010). O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações. *Revista de Estudos Demográficos*. Nº48, nov., 5-33.

Santos, B. S. (Org.) (2003). *Produzir para viver : os caminhos da produção não capitalista*. Porto: Afrontamento.

Santos, D. (2002). A perspectiva territorialista. In J. S. Costa (Coord.). *Compendio de Economia Regional* (pp. 218-234). Coimbra: APDR.

Soromenho-Marques, V. (1998). *O Futuro Frágil. Os desafios da crise global do ambiente*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

UNIÃO EUROPEIA (2010). *Quinto relatório sobre a coesão económica, social e territorial*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (2003). *Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism*. Paris: UNEP.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (2008). *Principles for responsible management education PRME – A global initiative, a global agenda*. United Nations Global Compact Office.

Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.

Wals, A. (2009). United Nations Decade of Education for Sustainable Development (DESD, 2005-2014) Review of Contexts and Structures for Education for Sustainable Development - Learning for a sustainable world 2009, Paris: UNESCO.

WCED (1987). *Our common future: towards sustainable development*. World Commission on Environment and Development. Oxford: Oxford University Press (Brundtland Report).

Weaver, D (2006). *Sustainable Tourism: Theory and Practice*, Elsevier Butterworth-Heinemann, Oxford.

Zurindeau, B. (Ed.) (2010). *Développement durable et territoire*. Presses Universitaires du Septentrion.

Parte IV

Ensino e formação num quadro multicultural



EMPREGABILIDADE DO PROFISSIONAL EM TURISMO NA HOTELARIA BRASIL/PORTUGAL

Domira Fernandes de Araujo

Fundação Visconde de Cairu, Bahia, Brasil

domira21@yahoo.com.br

Maria da Conceição Pereira Ramos

Faculdade de Economia-FEP

Universidade do Porto-UP, Portugal

cramos@fep.up.pt

Resumo

O presente estudo apresenta uma análise da empregabilidade do profissional com formação em Turismo/Hotelaria no Brasil e em Portugal, na perspetiva de um desenvolvimento económico sustentável. Trata-se de alguns resultados de uma investigação de pós-doutoramento, motivada pela necessidade de se ampliar uma discussão sobre a relação entre a formação em Turismo e a empregabilidade no mercado laboral, com o objetivo de analisar se a formação do profissional em Turismo/Hotelaria está a contribuir para a empregabilidade desses profissionais no mercado de trabalho. Para a realização desta pesquisa, como suporte da abordagem teórica, foi utilizada informação proveniente de publicações de estatísticas de organismos públicos responsáveis pela política de turismo, nomeadamente da Organização Mundial de Turismo (OMT), do Turismo de Portugal e do Ministério do Turismo do Brasil, de estudos de inserção profissional no setor da hotelaria, assim como de inquéritos similares realizados por estudos e publicações académicas, a partir de uma pesquisa bibliográfica no campo do turismo e da hotelaria, nas áreas da formação e qualificação profissional. Estas preocupações devem fazer parte das estratégias diferenciadoras da prática e da imagem das organizações turísticas e hoteleiras.

Palavras-chave: turismo; empregabilidade; formação; desenvolvimento sustentável.

Abstract

This study presents a comparative analysis of employability with professional training in Tourism/Hospitality in Brazil and Portugal, in the perspective of sustainable economic development. This is a post-doctoral research, motivated by the need to broaden a discussion on the relationship between Tourism training and employability in the labor market, with the aim of analyzing the formation of the professional Tourism/Hospitality is

contributing to the employability of these professionals in the labor market. For this research, in support of the theoretical approach was used information from publications stats responsible for, including the World Tourism Organization (UNWTO), the Tourism of Portugal and the Ministry of Tourism of Brazil tourism policy public body as studies employability in the hospitality sector, as well as similar surveys conducted by academic studies and publications, from a bibliographical research in the field of tourism and hospitality in the area of vocational training and qualifications and should make these concerns part of the differentiating strategies practice and image of tourism and hotel organizations.

Keywords: Tourism - employability - training - sustainable development .

Introdução

É reconhecido a nível mundial o mérito do incremento do turismo no desenvolvimento económico das regiões recetoras. Brasil e Portugal não fogem à regra, uma vez que o turismo é uma das bases em que assenta o crescimento económico e o emprego destes países. Partindo dessa premissa, é importante uma reflexão sobre o panorama da formação em Turismo no Brasil e em Portugal, procurando avaliar a empregabilidade do profissional com essa formação na perspetiva de uma estratégia competitiva para um desenvolvimento sustentável.

Com o crescimento da atividade turística, percebe-se cada vez mais que as empresas necessitam de conjugar o aumento da qualidade com a diminuição de custos, de forma de melhorar a competitividade frente ao mercado. Nesse sentido, as organizações hoteleiras, como empresas prestadoras de serviços, importantes no setor da atividade turística e responsável pela forte oferta de emprego, têm como principal ferramenta estratégica o seu capital humano.

As organizações têm procurado profissionais devidamente qualificados, com conhecimentos e aptidões que possibilitem desenvolver as suas competências essenciais nas organizações. Dessa forma, é importante que as instituições responsáveis pela formação estabeleçam um diálogo com os empregadores, para que essa qualificação possa atender às exigências do mercado. Para melhorar a qualidade dos seus serviços, e consequentemente a sua posição no mercado, é importante que as instituições formadoras invistam no setor de capacitação profissional, não só procurando no mercado de trabalho profissional qualificado, mas também qualificando os próprios recursos humanos, investindo nos mesmos e na sua progressão de carreira, com o objetivo de mantê-los motivados e competentes, contribuindo para o aumento da sua auto-estima, valorização pessoal e

qualidade do trabalho, o que, conseqüentemente, se vai refletir num melhor desempenho da sua atividade profissional.

Relativamente ao emprego, e sendo o turismo um importante setor de serviços, o crescimento do emprego nessa atividade tem sido superior ao observado nos restantes setores da economia. Ainda que muito deste acréscimo se deva a emprego de natureza sazonal, que caracteriza o turismo, trata-se de um importante polo de criação de emprego, absorvendo nomeadamente muita população jovem.

O turismo tem ocupado o espaço de tradicionais indústrias, absorvendo grandes contingentes de profissionais desempregados do setor industrial. Ainda assim, ao comparar o turismo com os demais setores da economia, nomeadamente os tradicionais, é possível constatar que se trata de uma atividade recente e ainda carente de alguns consensos teóricos e académicos para atender à dinâmica da atividade turística (Casteli, 2001).

Segundo Araújo (1998: 71), com os avanços tecnológicos, observa-se que se amplia o campo de atuação no turismo e que as mudanças introduzidas pela tecnologia levam à procura de especialização para elevar o grau de produtividade e a eficiência das empresas. A tecnologia desempenha um papel importante, nomeadamente as tecnologias de comunicação, na promoção do destino turístico, mas o que vale mesmo é o conteúdo, a essência do saber. Pessoas, empresas e países que não forem capazes de aprender na velocidade requerida pela dinâmica dos mercados globais deverão contentar-se com papéis secundários no cenário dos negócios.

O crescimento acelerado no setor do turismo reflete-se de forma impactante nos destinos turísticos, o que requer um cuidadoso planeamento e gestão da atividade, de forma a produzir indicadores de pesquisa que contribuam no modo de crescimento e promovam a sustentabilidade dessa atividade.

O turismo é uma atividade complexa e exige dos profissionais uma intensa dedicação, tendo uma relação direta com outros setores, tais como economia, política, meio ambiente e infraestrutura.

La formación brinda al individuo conocimientos teóricos, habilidades y destrezas que le permiten desempeñarse con seguridad y eficiencia en el puesto de trabajo que ocupe, traduciéndose en un indiscutible beneficio para la organización, ya que los recursos humanos, especialmente en las actividades turísticas, son la clave para el éxito empresarial para conseguir una excelencia en la prestación de los servicios (Araujo, 1999: 307).

Tudo isso indica que a formação em Turismo representa uma componente importante no âmbito da qualificação profissional turística e deve estar em conformidade com as

exigências do mercado, formando recursos humanos com elevado nível de qualificação e com um vasto horizonte de conhecimentos, nomeadamente língüísticos.

É preciso garantir a formação em termos de valores de cidadania, conhecimentos científicos e preparação para o mercado de trabalho. Também a colaboração entre escolas, empresas e famílias poderá conduzir à formação para a cidadania, conhecimento e empregabilidade (Ramos, 2003: 252).

São visíveis os avanços, tanto académicos como profissionais, neste setor, proporcionando maior oferta de produção, mais publicações, estudos de impactos sócio-económico-ambientais, cursos de qualificação e especialização, entre outras iniciativas que atestam uma maior consciência da necessidade de profissionalização para responder ao mercado laboral. A formação de recursos humanos no turismo verificou um crescimento extraordinário nos últimos 50 anos, embora em muitos casos de forma não planeada (Cooper *et al.*, 1996).

A competitividade é um aspeto fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável de uma região, em especial onde o turismo é uma componente de criação de riqueza. Essa competitividade é analisada a partir das características dos destinos turísticos, no que concerne aos seus atrativos naturais, culturais, históricos, à sua organização, informação, acesso e capital humano qualificado (Araújo, 2011).

O presente trabalho apresenta alguns resultados da investigação sobre a empregabilidade do profissional com formação em Turismo/Hotelaria no Brasil e em Portugal, recorrendo a um inquérito realizado respetivamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA e na Escola de Hotelaria do Porto, e faz parte da uma investigação de pós-doutoramento, realizada na Faculdade de Economia (FEP) da Universidade do Porto (UP), na área de Economia dos Recursos Humanos.

A referida investigação foi motivada pela necessidade de se ampliar uma discussão sobre a relação entre a formação em Turismo e a empregabilidade no mercado laboral, com o objetivo de analisar se a formação do profissional em Turismo/Hotelaria está a contribuir para a empregabilidade desses profissionais no mercado de trabalho. Para tal, procurou-se conhecer o panorama do turismo internacional, no Brasil e em Portugal, e o modo como se avalia a formação do profissional nesta área, como contributo para a sua empregabilidade, para uma estratégia competitiva de um desenvolvimento económico sustentável.

1. Turismo e desenvolvimento sustentável

O debate sobre a sustentabilidade do turismo foi influenciado pela evolução do conceito de “desenvolvimento sustentável”, apontando para o facto de que é preciso

considerar apropriadamente os bem-estares económico, ambiental, sociocultural e político de longo prazo (Ramos, 2012a,b).

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) define o turismo sustentável como aquele que é ecologicamente sustentável no longo prazo, economicamente viável, ético e socialmente equitativo para as comunidades locais, propiciando um desenvolvimento sustentável.

Os esforços recentes de desenvolvimento e de turismo vêm reconhecendo os desafios atuais relacionados com as questões ambientais, sociais, económicas e ecológicas, visando também ações responsáveis na busca da sustentabilidade local.

O desenvolvimento local acontece quando as pessoas envolvidas são beneficiadas nos seus territórios, pelo que a noção de “turismo sustentável” deve ter em conta um modelo de desenvolvimento económico que permita melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs com benefícios económicos e sociais não só para os residentes, mas também para as empresas. "Temos a viabilidade política e econômica, mas o econômico é apenas o instrumental – o social é o mais importante" (Sachs, 2002: 1).

O desenvolvimento sustentável do turismo pode contribuir para a concretização de uma ecologia mais social, em que o turismo esteja mais próximo da sociedade local, buscando efetivar o equilíbrio dos três pilares da sustentabilidade: social, económico e ambiental.

O conceito de “sustentabilidade” tem significados e perspectivas teóricas associados a diferentes campos de estudo, incluindo os regionais, mas em todos eles a questão está associada a aspetos económicos. Nos países menos desenvolvidos, o conceito assume características diferentes das dos países desenvolvidos. Mais visível no turismo, os países latino-americanos, especialmente, começam a reforçar os laços entre os recursos e a sua cultura de impacto ambiental, de modo a que o desenvolvimento integrado capte o interesse de um turismo de experiência¹ (WTCC, 2005).

A busca da sustentabilidade passa por enfrentar diversos problemas existentes na sociedade, tais como: crescimento populacional; miséria e fome; concentração de terras nas mãos de poucos; mudanças climáticas; poluição das águas e outros. Portanto, o desenvolvimento sustentável deve garantir o equilíbrio entre o ser humano e o meio em que este vive, com a participação da sociedade nas decisões políticas que irão afetar o seu quotidiano.

¹ Conjunto de ações desenvolvidas na região, tendo como base as teorias defendidas por Rolf Jensen, a partir do seu livro *The Dream Society (A Sociedade dos Sonhos, 1999)*, e pelos autores Joseph Pine e James Gilmore, por meio da publicação *The Experience Economy (Economia da Experiência, 1999)*.

2. Panorama do turismo internacional

O turismo, hoje, mesmo tendo em conta a diversidade de contextos geográficos, é uma das principais atividades económicas, políticas e sociais. Organizado a partir da segunda metade do século passado, tornou-se um dos setores-chave da economia de grande parte dos países, justificando em maior ou menor grau numerosas atividades, entre as quais a construção civil e obras públicas, os transportes, a agropecuária e os serviços. Para o World Travel & Tourism Council,

Economia do Turismo se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) direto e indirecto, também conhecido como Valor-adicionado e os empregos a associados a demanda de Viagem e Turismo. Esta é a mais ampla medida da contribuição do sector turístico a economia residente. Estabelecimentos nesta categoria incluem os sectores manufactureiro, de construção, governamental, etc., que estão associados com investimento de capital, serviços governamentais e exportações não relacionadas aos visitantes, como aviões, combustíveis e navios de cruzeiro (WTTC, 2005: 9).

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (2011), existe uma forte correlação entre o ambiente económico e a expansão da atividade turística. Quando a economia cresce, o nível da receita disponível aumenta e parte desta é gasta com atividades relacionadas com o turismo. Por outro lado, a redução do ritmo de crescimento da economia resultará frequentemente na diminuição do gasto turístico. Ainda segundo a mesma fonte, o turismo é sustentável quando reconhece e respeita o património histórico e cultural das regiões e localidades recetoras, contribui para o fortalecimento das economias locais, gerando emprego e qualidade de vida para as populações envolvidas, e tem impactos sobre 52 setores da economia. A prioridade das políticas nacionais no setor do turismo deve-se à sua importância crescente como atividade geradora de rendimento e de empregos diretos e indiretos, num momento de dificuldades económicas vivenciadas pelos países da Europa.

Historicamente, o crescimento da chegada de turistas internacionais tem superado o crescimento da economia. Por exemplo, no período de 1975 a 2000, o turismo teve um crescimento médio de 4,6% ao ano, enquanto o crescimento económico mundial médio, medido pelo PIB, foi de 3,5% ao ano (OMT, 2010).

Segundo o último Barómetro OMT do Turismo Mundial², as chegadas de turistas internacionais cresceram 5% em 2013, até alcançar 1,087 bilhões. O setor turístico demonstrou uma notável capacidade de adaptação às condições instáveis dos mercados, assim como para impulsionar o crescimento e a criação de emprego em todo o mundo, apesar dos desafios económicos e geopolíticos que persistem. "De facto, o turismo foi um dos poucos setores que trouxeram boas notícias para muitas economias", acrescentou o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai (OMT, 2014). Em termos absolutos, a Europa liderou o crescimento, com a chegada, em 2013, de 29 milhões de turistas internacionais a mais do que no ano anterior, totalizando 563 milhões, prevendo a OMT para 2014 um crescimento de 4% a 4,5%.

Uma constatação com base num estudo divulgado pelo relatório do Conselho Mundial de Turismo e Viagens – WTTC (2012) é a de que um em cada 11 empregos do mundo está relacionado com o setor do turismo³. O número de empregos relacionados com o turismo aumentou de cinco milhões para 250 milhões em todo o mundo, estando mais de 10% dos novos empregos criados em 2011 relacionados com o setor. Para este estudo, o relatório do WTTC analisou 184 países de 24 regiões. A indústria foi responsável por 3% do PIB mundial produzido em 2012, e a expectativa é de que neste ano o índice atinja os 3,2%, sendo superior aos 2,4% previstos para o crescimento económico global.

Dados divulgados no documento Panorama do Turismo Internacional, da Organização Mundial de Turismo – OMT (2009), o turismo situa-se em 4º lugar, na categoria de exportação, abaixo apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. Para muitos países, a atividade turística é uma das principais fontes de receita e imprescindível para a geração de emprego e rendimento.

Em muitos países em desenvolvimento, o turismo é uma das principais fontes de rendimento, nomeadamente na geração de empregos e oportunidades de trabalho para o desenvolvimento sustentável. A maneira mais abrangente de medir a importância económica do turismo recetivo e do turismo interno nas economias nacionais é através da implementação da Conta Satélite do Turismo – CST, aprovada em 2008 pela OMT, que apresenta resultados completos e comparáveis. O conhecimento e a experiência adquiridos com estas CST têm certamente contribuído para uma melhor compreensão do papel do turismo nas economias do mundo e permitido a primeira avaliação de indicadores-chave.

² G1 Turismo e Viagem: <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/01/turismo-internacional-avanca-5-em-2013-e-supera-expectativa-da-omt.html> (consultado a 12-08-2014).

³ Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC: <http://www.abeoc.org.br/2013/03/turismo-gera-mais-de-250-milhoes-de-empregos-em-2012> (consultado a 28-12-2013).

3. Panorama do turismo no Brasil

Nas últimas duas décadas, as atividades relacionadas com o turismo têm sido apontadas como estratégia viável e competitiva para o desenvolvimento económico e sustentável do território brasileiro. A missão institucional do Ministério do Turismo (MTur), criado em 2003, é justamente a de desenvolver o turismo como uma atividade económica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social.

No *ranking* das maiores economias do setor turístico, o Brasil encontra-se na 18.^a posição em tamanho absoluto, na 137.^a quanto à contribuição relativa para a economia nacional e no 127.^o lugar quanto ao crescimento de longo prazo (10 anos), segundo estimativas da WTTC. Porém, é de ressaltar que o país ocupa a modesta 26.^a posição dos países mais visitados no *ranking* da Organização Mundial do Turismo.

Com base nos indicadores económicos produzidos pelos institutos de pesquisas, nos últimos anos, o turismo vem sendo considerado um dos principais setores produtivos do mundo e representa uma faturação de 10% do Produto Interno Bruto – PIB mundial (MTUR, 2012)⁴, com destaque no cenário económico mundial. Estudos da Fundação Gertúlio Vargas – FGV (2010) projetam também a criação de dois milhões de empregos formais e informais de 2010 a 2014. Em 2012, a hotelaria gerou mais de 250 milhões de emprego no Brasil. Considerando estas oportunidades, torna-se cada vez mais necessária a execução de uma estratégia de formação de recursos humanos.

Uma das carências relacionadas com o mercado de trabalho em turismo no Brasil está vinculada à eficiência e à efetividade da qualificação profissional, que tem grande impacto na qualidade dos serviços prestados e na ampliação e valorização das ocupações em turismo.

É primordial que a situação do ensino de turismo no Brasil seja alvo de discussões e objeto de comparação com a realidade de outros países, procurando assim espelhar-se em experiências de êxito, bem como aprender com os casos bem sucedidos, o que pode representar um ingrediente relevante no âmbito da qualificação profissional turística, desde que em conformidade com as exigências do mercado.

Do ponto de vista da geração de empregos, no Brasil, os números revelam que mais de 31 mil novos postos de trabalho deverão surgir no setor apenas nos próximos anos. O impacto na economia, por outro lado, será bastante significativo, tanto quando se considera o valor total do investimento – mais de R\$ 7 bilhões –, como quando se avalia o capital que os empregos introduzirão nas diversas cidades em que se encontram os hotéis, de acordo com a BSH International, no seu Mapa de Investimentos (2011).

⁴ Ministério Brasileiro do Turismo – MTUR. Estudos da Fundação Gertúlio Vargas, FGV (2010): http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100621.html (consultado a 28/03/2012).

O acesso do profissional com formação superior em Turismo deve ser considerado elemento central no aspeto relacionado com a relevância e responsabilidade social das instituições de educação superior, pois o cidadão bem formado poderá ser peça-chave na consolidação de um desenvolvimento sustentável que respeite as dimensões ambientais, sociais e culturais. Com o turismo, sobretudo para as cidades, há um aumento sem precedentes de contactos entre culturas, colocando também sérios desafios à gestão da diversidade cultural, à comunicação intercultural e à formação (Ramos, 2008).

O *Boletim de Desempenho Económico do Turismo* (FGV, 2012) mostra também o otimismo do empresariado relativamente ao trimestre julho-setembro/2014, que detetará os efeitos da segunda quinzena do mundial de futebol. Das empresas pesquisadas, 52% manifestaram intenção de investir, afirmando que 16,3% do faturamento, em média, será reaplicado principalmente em formação de funcionários, infraestrutura das instalações, tecnologia da informação, *marketing* e promoção de vendas.

O crescimento da indústria turística no Brasil é impulsionado fundamentalmente pelo mercado interno (85%), sendo o mercado externo responsável por 15%. A faturação média das empresas do setor de turismo cresceu 11,1% no segundo trimestre de 2014, em comparação com o mesmo período de 2013, de acordo com o *Boletim de Desempenho Económico do Turismo*, produzido pela Fundação Getúlio Vargas FGV⁵, que se baseia em informações fornecidas por gestores de 678 empresas, com faturação de R\$ 8,2 bilhões, e um quadro de 72.367 funcionários⁶. Os percentuais mais elevados foram registados nos segmentos de parques e atrações turísticas (15,8%), turismo recetivo (15,3%), meios de hospedagem (15,1%) e transporte aéreo (11,6%).

O setor turístico brasileiro participa dessa nova fase de crescimento e consolida-se como importante atividade económica para a geração de emprego, o desenvolvimento social, investimentos em infraestrutura, sustentabilidade e modelagem do ambiente competitivo.

4. Panorama do turismo em Portugal

Segundo dados da Organização Mundial do Turismo, em 2006, Portugal foi considerado um dos 20 maiores destinos do mundo, com quase 12 milhões de turistas a visitar Portugal, um valor superior à população residente no país.

Amplamente reconhecido pelas suas potencialidades de atrativos turísticos (sol, praias, gastronomia, sobretudo pela herança cultural e patrimonial), o turismo em Portugal é considerado um dos mais importantes setores da economia do país e apresenta uma

⁵ http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo (consultado a 28-12-2013).

⁶ http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140915.html (consultado a 28-12-2013).

tendência crescente. As receitas do turismo em Portugal cresceram 8,4% até maio de 2011, nos primeiros cinco meses deste ano, onde os turistas de outros países foram responsáveis por receitas turísticas no valor de 2.590 milhões de euros, mais 200,7 milhões de euros do que no mesmo período do ano anterior, segundo os dados divulgados pelo Banco de Portugal (BdP)⁷.

Para o Ministério da Economia e do Emprego de Portugal, as prioridades de qualificação dos recursos humanos no setor do turismo competem à Direção de Formação, tendo em vista a necessidade de reconhecimento de cursos de formação profissional e a certificação da aptidão profissional para o exercício das profissões do setor e, ainda, a gestão de formação, designadamente a das escolas de Hotelaria e Turismo⁸.

As exigências colocadas por um mercado fortemente competitivo que aposta à escala global preferencialmente no recurso humano determina um investimento redobrado na formação e qualificação (Trindade, 1997). De acordo com Ramos (2009), o sistema de formação tem um papel decisivo na satisfação das competências exigidas pelo mercado de trabalho.

Segundo o estudo da CST de Lisboa (2010), o Turismo na Região de Lisboa cria 79 mil empregos diretos – hotéis, aeroportos atividades de recreação, etc. – e contribui com mais 21 mil empregos indiretos de fornecedores das atividades características. Adicionalmente, foi contabilizado um impacto da economia, estimado em mais 39 mil empregos, ou seja, no total, em termos de emprego, o impacto global é de 139 mil empregos no turismo, só na Região de Lisboa – 9,8% do total do emprego.

O *Travel & Tourism Competitiveness Report* (2013) do World Economic Forum coloca Portugal em 20.º lugar no *ranking* global de competitividade e em 5.º lugar ao nível dos países da bacia do Mediterrâneo, no que respeita à prioridade atribuída ao setor de Viagens e Turismo. A estimativa da Organização Mundial do Turismo (OMT) refere que o turismo crescerá a nível mundial até 2030 a um ritmo de 3,3% ao ano, com mais 40 a 43 milhões de turistas por ano até essa data.

Desde o início de 2012, a contribuição do turismo de Portugal para as exportações tem sido crescente, representando em setembro de 2013 mais de 14% das exportações de bens e serviços (e mais de 46% dos serviços exportados). De acordo com estudos do PwC, Portugal (2014), os dados históricos indicam que a resposta para o crescimento do turismo em Portugal será através da continuação da aposta nos turistas estrangeiros e no turismo internacional intraeuropeu.

⁷ <http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2011/10/turismo-em-portugal-uma-aposta-com.html> (consultado a 15/02/2013).

⁸ <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/ContactosOrg/Pages/Forma%C3%A7%C3%A3o.aspx> (consultado a 15/02/2013).

O World Economic Forum (WEF) indica, no seu *Relatório de Competitividade em Viagens & Turismo* (2013), que Portugal apresenta oportunidades claras de crescimento, principalmente no que toca aos recursos naturais disponíveis e associados a uma exploração consciente e adequada dos mesmos. Por outro lado, o mesmo *ranking* diz-nos que as principais falhas do país são a pouca eficácia do *marketing* e as políticas de contratação disponibilizadas às equipas que recebem e servem o turismo.

O setor do turismo em Portugal vem sendo tratado como um setor estratégico para a economia nacional, não só pelo emprego, ao assegurar a empregabilidade de um conjunto significativo da população (8%), como também pela reconversão e requalificação de profissionais originários de outros setores, pela natureza e pela diversidade no setor do turismo. É igualmente estratégico para a economia, tanto pela importante contribuição para o aumento do Produto Interno Bruto – 10% aproximadamente –, como pela contribuição para as exportações (14%) e para a Balança Comercial Portuguesa, além de ser considerado o maior exportador de serviços (46%).

As empresas do setor, tais como os operadores turísticos, as agências de viagem, as companhias de transporte, as unidades de alojamento ou restauração, entre outras, têm vindo a ser desafiadas nos últimos anos a consolidar a sua competitividade pelo ajustamento ou mesmo pela redefinição do seu modelo de negócio.

5. A formação e a empregabilidade no turismo e hotelaria

A globalização criou novas formas de relacionamento entre os países e promoveu profundas alterações também no universo do trabalho, como o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços e novos mercados. Nesse contexto, a necessidade de aperfeiçoamento pessoal e profissional e a responsabilidade pela gestão da própria carreira são requisitos essenciais para quem atua ou deseja atuar no mercado de trabalho. Portanto, a aquisição de técnicas e o desenvolvimento de habilidades pessoais e profissionais são fundamentais para acompanhar essa tendência do mercado e construir uma carreira bem-sucedida.

A formação superior em Turismo é considerada um elemento central e de relevante responsabilidade social na consolidação de um desenvolvimento sustentável que respeite as dimensões ambientais, sociais e culturais (Ramos, 2012). A educação e formação para o setor do turismo e da hotelaria tem estado em conformidade com a necessidade de os diplomados nessas áreas possuírem uma base de multicompetências que lhes permitam ser criativos, flexíveis e adaptáveis, dado o ambiente de trabalho sempre em mudança.

Segundo o estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), intitulado *Global Employment Trends*, a população juvenil mundial cresceu 10,5% nos dez últimos anos, enquanto a taxa de emprego para essa população foi apenas de 0,2%. Nas economias em desenvolvimento, a situação é ainda mais preocupante, já que, enquanto a população jovem cresceu 10,1%, as taxas de emprego declinaram em 11,7%. Daí a necessidade de definir profissões estratégicas e formações prioritárias, procurando fazer uma gestão antecipada das competências e das qualificações, com a adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável, considerando a pertinência das relações entre formação e emprego (Ramos, 2009). Nesse sentido, o estudo da formação em Turismo em países como Brasil e Portugal pode contribuir para a construção de uma concepção de educação mais igualitária, intercultural e sintonizada com a sociedade do conhecimento, para o alcance de um mercado mais competitivo e de um desenvolvimento sustentável.

Por “empregabilidade” entende-se a oportunidade e capacidade de as pessoas adquirirem competências que lhes permitam encontrar, manter e enriquecer a sua atividade e mudar de emprego (Kovács, 2002: 167).

O mercado hoteleiro é um dos segmentos da economia que mais cresce no país, existindo uma procura cada vez maior de profissionais para trabalhar nessa área. Todavia, há carência de pessoas qualificadas para responder às procuras exigidas pelo *trade* turístico, nomeadamente nas grandes capitais, onde se concentram os maiores hotéis, e atualmente nos complexos turísticos localizados ao longo da costa litoral.

Referindo-se à questão particular da hotelaria, Contreiras (2009) considera que ela é especialmente visada por forças contemporâneas como a globalização, as novas tecnologias, a livre circulação de capitais, as exigências ao nível da inovação e incorporação de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Este é um setor em constante mutação, pelo que a adaptação a novas condições e mecanismos, como é o exemplo das TIC, surge como uma resposta e aproveitamento de processos evolutivos, retirando dos mesmos vantagens para as empresas.

Ansarah (2002) afirma que o profissional do setor do turismo precisa de ter uma ampla formação cultural, ser criativo e inovador, dominar as funções operacionais do trabalho, ser um líder e tomar decisões, além de ser um profissional com conhecimento teórico-prático.

De acordo com Castelli (2003), o crescimento do setor do turismo proporcionou uma expansão das empresas hoteleiras, exigindo do elemento humano uma formação especializada para todos os níveis de ocupação que compõem a estrutura organizacional do hotel.

Face a essa nova realidade, o mercado passa a exigir um perfil profissional mais adequado a uma procura crescente, requerendo, cada vez mais, profissionais mais

dinâmicos, flexíveis e adaptáveis a diferentes situações, capazes de compor equipas, e pessoas com qualificação capazes de realizar com excelência o seu desempenho na prestação de serviços e de analisar de forma crítica o mercado em que estão inseridas.

Segundo Castelli,

Para as empresas prestadoras de serviço, existe uma estreita correlação entre o nível de educação e treinamento dado aos seus empregados e a sua competitividade e sobrevivência. Correlação esta fácil de ser compreendida, mas nem sempre tão fácil de ser posta em prática. (Castelli, 2003: 29)

Relativamente às mudanças que vêm ocorrendo no cenário comercial, com a competitividade entre o mesmo público alvo, o capital humano passou a servir como estratégia de grande relevância para os empreendimentos, buscando estabelecer um diferencial no seu quadro de funcionários. A qualificação dos seus profissionais, principalmente para aqueles que são especializados na prestação de serviços, a exemplo dos que atuam junto do setor hoteleiro, onde os serviços prestados são, na sua maioria, intangíveis e, porque dependentes dos desejos dos consumidores, sempre em constantes mudanças.

A garantia da inserção do profissional de turismo e de hotelaria no mercado de trabalho está relacionada com a formação sólida e permanente, a ética, o constante aperfeiçoamento das habilidades, a seriedade profissional e o respeito pelos prazos e obrigações (Fornari, 2006: 26), o que pressupõe que as empresas procuram profissionais especializados com o intuito de estabelecer o diferencial no mercado em que atuam, entendendo que o desenvolvimento sustentável das atividades das empresas hoteleiras está intimamente ligado à qualidade dos profissionais que as desempenham. Nesse sentido, ter a profissionalização desse capital humano passa por receber educação e formação adequadas para se tornarem aptos a superar as expectativas que o mercado de trabalho impõe. Depois da sua formação, muitos destes profissionais ficam sem emprego no país de origem, pelo que a migração pode ser encarada como uma boa solução de condução destes indivíduos para onde haja possibilidades de exercerem as suas funções e ainda de geração de alguns efeitos positivos, uma vez que quanto mais qualificados forem, maiores serão as probabilidades de obterem um bom emprego no território de chegada (Castro, 2011). O investimento em capital humano surge como um elemento estratégico que promove o desenvolvimento sustentado e permite manter ou melhorar o posicionamento das empresas de turismo no mercado.

No turismo, a hotelaria faz parte do setor de prestação de serviços e é um dos mercados que mais crescem e geram empregos diretos. Considerando estas oportunidades, torna-se cada vez mais necessária a execução de uma estratégia de formação de recursos humanos para melhorar as estatísticas do emprego no turismo e apoiar a tomada de decisão num setor que representa 9% do PIB mundial e é uma ferramenta comprovada para promover o desenvolvimento sustentável.

6. Motivação da pesquisa

A motivação para a escolha do tema justifica-se, principalmente, pela necessidade de se ampliar uma discussão sobre a relação entre a formação em Turismo e as exigências do mercado laboral e a maneira como essas duas variáveis implicam e se relacionam com o desenvolvimento turístico competitivo e sustentável. Esta preocupação surge já indicada numa das linhas futuras da tese de doutoramento de Araújo (2009), *La enseñanza superior e inserción laboral de los profesionales con formación em turismo y áreas afines: El caso del Polo Turístico Salvador e Entorno*, além da experiência profissional vinculada à gestão do turismo, pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, com o Programa PRODETUR I e II, cuja orientação trilha pela sustentabilidade, na BAHIATURSA, com qualificação do profissional no setor do turismo, assim como junto do SEBRAE-BA, com o programa da economia criativa associada ao turismo.

No caso de Portugal, devido à indicação na linha futura da pesquisa anterior, já apontar um país europeu, e ser o turismo em Portugal um dos mais importantes setores da economia portuguesa, correspondendo a 11% do PIB em 2004 (Ministério da Economia e Inovação, 2007), com uma tendência crescente (13,8% da riqueza gerada em 2010, segundo o World Travel & Tourism Council – WTTC), onde a formação superior em Turismo é um elemento central e de relevante responsabilidade social, na consolidação de um desenvolvimento sustentável.

A intenção deste trabalho é, igualmente, fazer um estudo comparativo entre o Brasil e Portugal, ambos países com grande potencial de crescimento nesta área, além de analisar as políticas europeias, nomeadamente portuguesas, neste domínio, partindo da observação de que a produção científica comparativa Brasil *versus* Portugal no que respeita especificamente a esta temática é escassa. Durante a realização da pesquisa, foi possível identificar o estudo “Novas forças económicas e sociais para vencer a crise: a questão do género no sector do turismo” (Gentour) da Universidade de Aveiro, que aborda o predomínio

feminino no mercado de trabalho, e um outro, “Estudo de Inserção Profissional – 2010”, do Turismo de Portugal – Escolas de Turismo e Hotelaria⁹.

7. Metodologia e caracterização da pesquisa

A metodologia utilizada foi de carácter exploratório, qualitativo/quantitativo, e a recolha de dados foi feita através da aplicação de questionários, dirigidos aos profissionais que prosseguem estudos superiores em Turismo e Hotelaria, analisando a vida profissional de estudantes/diplomados, a relação do curso com a ocupação atual, os níveis de ocupação, o grau de satisfação com a formação e a ocupação atual, tendo como objetivo constatar a empregabilidade. O estudo foi alargado ao Brasil, permitindo uma comparação entre a realidade portuguesa (Porto) e a brasileira (Salvador). Para o desenvolvimento deste estudo, utilizou-se, quanto aos fins, a pesquisa descritiva e a pesquisa documental, que, segundo Vergara (2006), expõe características de determinada população ou de determinado fenómeno, podendo, inclusive, estabelecer correlações entre variáveis e definir assim a sua natureza.

Através da pesquisa bibliográfica, realizou-se um levantamento teórico de publicações dentro do campo de estudo do turismo, assim como referenciais específicos dentro da área de formação e qualificação profissional. Procuraram-se estudos e estatísticas sobre turismo e inserção profissional no turismo e na hotelaria realizados por organismo públicos responsáveis pela política de turismo, a exemplo da Organização Mundial de Turismo (OMT), Turismo de Portugal e Ministério do Turismo do Brasil, e estudos e publicações académicas a partir de uma pesquisa bibliográfica no campo do turismo e da hotelaria, nomeadamente na área da formação e qualificação profissional. Uma pesquisa bibliográfica, revisão da literatura, consiste na obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. Nessa etapa da pesquisa, observam-se alguns procedimentos: identificação das fontes, localização das informações e documentação. Pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesmo ou constituir-se numa etapa de elaboração de dissertações (Marconi & Lakatos, 2007).

Após a pesquisa bibliográfica, para identificar o caminho a seguir com a finalidade de obter os resultados válidos para a solução do problema exposto, verificou-se que o estudo pretendido se enquadra num estudo exploratório quanto aos objetivos. Tal facto justifica-se quando se pretende familiarizar com o problema para então apresentá-lo de forma evidente (Vergara, 2003; Gil, 2002).

⁹ <http://escolas.turismodeportugal.pt/destaque/estudo-revela-elevada-taxa-de-insercao-dos-alunos-das-escolas-do-turismo-de-portugal>

A recolha dos dados foi obtida a partir da aplicação *online* de questionários estruturados com 10 questões e enviados para 150 alunos dos cursos de formação de Hotelaria e Turismo da rede escolar do Turismo de Portugal: Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia-IFBA, que concluíram a sua formação com aproveitamento em 2011, onde, no conteúdo curricular dos referidos cursos, são disponibilizadas disciplinas relacionadas com a hotelaria/turismo. Responderam aos questionários 46 alunos da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e 49 alunos do IFBA – Salvador, o que totalizou 95 respostas de alunos, no período compreendido entre dezembro/2012 e abril/2013. O questionário abordou, entre outras, as seguintes questões: escolaridade, situação atual de empregabilidade, vínculo de emprego, setor de trabalho, atividade exercida, carga horária, remuneração em relação à realidade do mercado, exigências das competências adquiridas, aplicação dos conhecimentos teóricos na prática laboral, situação atual de empregabilidade, área de ocupação no setor e se os temas contemplados na formação do curso realizado atenderam às expectativas. O questionário configura-se um instrumento sistematicamente articulado que se destina a colher informações sobre a opinião de um determinado grupo de sujeitos pesquisados, devendo o instrumento de pesquisa ser objetivo e claro, possibilitando respostas diretas (Severino, 2007).

A escolha de Portugal para realizar este estudo comparativo teve em conta a existência de hotéis da cadeia portuguesa instalados na Bahia e as Escolas de Hotelaria e Turismo de Portugal, como referência na formação para o setor.

8. Resultados da pesquisa

Os resultados da pesquisa de campo evidenciaram que existe uma similaridade de habilidades e competências entre o conhecimento teórico e prático nos cursos de formação em Turismo e Hotelaria nas localidades pesquisadas. Outro aspeto evidenciado com resultados comparativos distintos foi a participação dos profissionais inseridos no mercado laboral do setor da hotelaria e turismo, das cidades do Porto e de Salvador da Bahia, cujos gráficos a seguir tomaremos como referência para ilustração neste texto.

No caso do Porto (figura 1), de acordo com os resultados referentes à pesquisa, 30,23% encontram-se empregados no setor da hotelaria; 28% não trabalham no setor do turismo; 11% prosseguem os estudos; 49% estão empregados com contrato a termo; 43% têm como ocupação a atividade técnica do turismo; 32% consideram a remuneração na média do mercado; 30% têm nível de escolaridade superior completo.

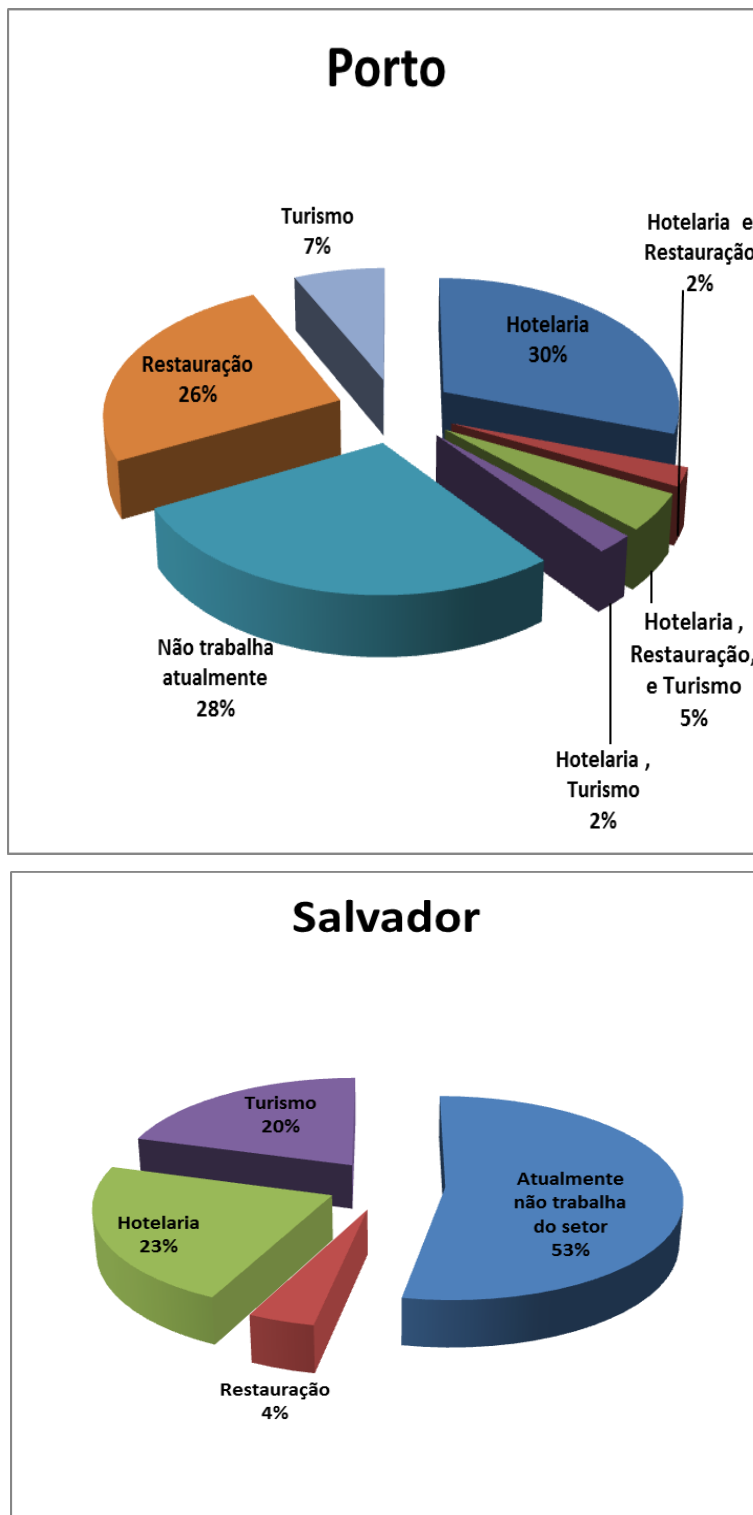


Fig. 1- Ocupação no setor de hotelaria ou turismo

Fonte: elaboração – Maio de 2013.

Em Salvador, conforme os resultados indicados na pesquisa, 23% encontram-se empregados no setor da hotelaria; 53% não trabalham no setor do turismo; 37% prosseguem os estudos; 43% estão empregados com contrato a termo; 53% têm como

ocupação a atividade técnica do turismo; 25% consideram a remuneração na média do mercado; 25% têm nível de escolaridade superior completo.

Segundo os resultados desta pesquisa, em relação ao perfil dos profissionais procurados e formados, as ocupações operacionais (rececionistas, *garçons*, cozinheiros, emissores de passagens, etc.) são aquelas que as empresas informam estar com maior dificuldade para contratar, pois falta pessoal formado (42%) e com experiência (38%). Somente 24% das entidades educacionais afirmam formar pessoal operacional – 64% delas buscam formar um profissional empreendedor, seguido da qualificação de gerentes (52,5%).

Relativamente à situação do emprego, por género, os resultados apresentados pela pesquisa apontam a ocupação masculina em Salvador-Bahia, Brasil, com 22% e a feminina com 78%, enquanto no Porto, Portugal, a ocupação se apresenta de forma mais equilibrada, com 40% masculina e 60% feminina.

No projeto inicial da pesquisa, estava previsto comparar a empregabilidade de profissionais com formação em Turismo e Hotelaria nos hotéis da cadeia hoteleira portuguesa instalados na Bahia, a exemplo do Pestana, Tivoli e Vilas Galé, com os quais iniciámos contactos e o envio de inquéritos. A abordagem de estudo não pôde ser aprofundada, pois apenas um dos hotéis respondeu ao inquérito na data solicitada, mas de maneira incompleta, pelo que, somada a ausência de respostas dos dois outros hotéis, não havia dados para a análise, o que sugerimos para uma pesquisa futura.

9. Considerações finais

Mesmo tendo em conta a diversidade de contextos geográficos, políticos e socioeconómicos, o turismo, além de ser uma das principais atividades económicas do mundo atual, é também importante pela integração sociocultural, no intercâmbio de diferentes culturas, com relevantes contribuições para a criação de rendimento e emprego.

Como consequência das novas ordens estabelecidas pelo mercado globalizado, as empresas procuram formas de se adaptar à realidade, uma vez que os clientes estão cada vez mais exigentes, o que sugere investirem na qualidade do capital humano, para conquistar o cliente e criar novas condições de competitividade, inovando num novo modelo de sustentabilidade das organizações, para se manterem ativas no mercado.

É necessário identificar, a partir da perceção dos profissionais, o grau de exigência para a contratação requerida pelos gestores e proprietários dos empreendimentos turísticos, com o propósito de analisar a interferência de tais exigências sobre o ingresso desses profissionais no mercado laboral e as suas respetivas áreas de atuação.

Entre os principais resultados obtidos, foi constatado que os cursos de Hotelaria e Turismo que formam os profissionais para o setor turístico, em termos de conteúdo, estão adequados às funções, sendo, no entanto, necessário o desenvolvimento de mais atividades práticas e mais aproximação à realidade laboral. Uma das questões importantes que ao longo dos anos têm sido referidas nos diversos estudos de pesquisas da área, sobre a sustentabilidade das organizações, refere-se à capacidade destas em atrair, gerir e manter os recursos humanos mais importantes, permitindo-lhes manter uma postura competitiva e ética a médio e longo prazo.

A garantia da inserção do profissional de turismo e de hotelaria no mercado de trabalho não se refere somente à formação, mas, nomeadamente, a um aperfeiçoamento contínuo das competências, isto é, formação ao longo da vida (Ramos, 2007), compromisso profissional e ética.

Reconhecido a nível mundial o mérito do incremento do turismo no desenvolvimento económico das regiões recetoras, Brasil e Portugal não fogem à regra, e o turismo é uma das bases em que assenta o crescimento económico nacional destes países. Os recursos humanos são parte vital do sucesso da indústria do turismo e, como consequência, a qualificação dos trabalhadores é essencial para a sua empregabilidade e para determinar o nível de sucesso do setor.

Referências bibliográficas

Ansarah, M. G. R. (2002). *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria. Reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Aleph.

Araujo, D. F. (2011). *Formación Profesional en Turismo e Inserción en Mercado Laboral: Un estudio de caso del Polo Turístico Salvador/Bahia, Brasil y su Entorno*. Estudios e Perspectivas en Turismo. Vol. 20, *Revista CIET*, Buenos Aires.

Araujo, D. F. (2009). *Formación Profesional en Turismo e Inserción en Mercado Laboral: Un estudio de caso del Polo Turístico Salvador/Bahia, Brasil y su Entorno*. Tesis Doctoral - Universidad de La Palmas de Gran Canaria/Es.

Araujo, D. F. (1999). *Formación de recursos humanos: capacitación de mano de obra local como elemento de diferenciación de un producto turístico – Porto Seguro/Bahia/Brasil*. Estudios e Perspectivas en Turismo. *Revista CIET*, Vol. 8, nº 3 y 4. Julio-octubre. Buenos Aires.

Araujo, D. F. (1998). A importância da capacitação de recursos humanos na qualidade da prestação de serviços turísticos de Salvador. In: *Turismo: Tendências e Debates*. Salvador, ano I, n. 1, jan-jun., 69-76.

Associação Brasileira de Empresas de Eventos – ABEOC.
<http://www.abeoc.org.br/2013/03/turismo-gera-mais-de-250-milhoes-de-empregos-em-2012/>.

Castro, F. V. (2011). *Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades: Territórios de Fronteira no Alentejo (Portugal) e Extremadura (Espanha)*. Tese de Doutorado em Letras, área de Geografia, Universidade de Coimbra.

Castelli, G. (2003). *Administração Hoteleira*. Caxias do Sul: EDUCS.

Castelli, G. (2001). *Turismo em Debate. Ciclo de Conferências*. Brasília: Câmara dos Deputados. Secretaria Especial de Editoração e Publicações, p.131-159.

Contreiras, J. P. (2009). As Tendências em Cultura Ética e de Responsabilidade Social no Sector do Turismo e da Hotelaria. In *Cadernos Sociedade e Trabalho*, Responsabilidade Social das Organizações, nº11, p.83-97, Lisboa: GEP/MTSS.

Cooper, C.; Shepherd, R. & Westlake, J. (1996). *Educating the educators in tourism. A manual of tourism and hospitality education*. Madrid: World Tourism Organization & University of Surrey.

Fornari, I. S. (2006). *Educação Superior em Turismo: o profissional de turismo frente às competências exigidas pelo mercado de trabalho do setor hoteleiro de Natal*. Dissertação. Natal: UFRN.

G1 Turismo e Viagem. *Turismo internacional aumenta 5% em 2013 e supera expectativa da OMT*. <http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/01/turismo-internacional-avanca-5-em-2013-e-supera-expectativa-da-omt.html>.

GENTOUR. Gender in Tourism. *A perspectiva de recursos humanos, e de género feminino na área do turismo*. Disponível em:
<http://www.genderintourism.com/apresentacoes/Gentour.pdf> Acesso em Maio de 2012.

Gil, A.C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. São Paulo: Ed. Atlas.

Instituto Nacional de Estatística (2011). *Estatísticas do Turismo 2010, Portugal*. Edição 2011. Lisboa: INE.

Kovacs, I. (2002). *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*. Oeiras: Celta Editora.

Marconi, M.A. & Lakatos, E.M. (2007). *Fundamentos da metodologia científica*. 6 ed. 4 reimp. São Paulo: Atlas.

Marujo, M. N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*, Curitiba, v. 3, n. 2, 147-161.

Ministério Brasileiro do Turismo – MTUR. Estudos da Fundação Getúlio Vargas, FGV (2010). http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20100621.html

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2014). *Turismo no Brasil 2011 – 2014*. Disponível:http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2014). *Expectativas e desafios para a Copa do Mundo de 2014*. http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/outros_estudos/Documento_referencial/ acesso em 12-08-2014.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2013). *Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro: O Mercado de Trabalho na Área de Turismo*. Instituto de Ciência Política (IPOL), Fundação Getúlio Vargas (FGV) Universidade de Brasília (UnB), Rio de Janeiro.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2012). Boletim de Desempenho Econômico do Turismo. – Ano IX, nº 35 1 v. (Abril/Junho 2012) /EBAPE/Núcleo de Turismo-Ministério do Turismo/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo/ acesso em 28/12/2012.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2011). *BRASIL Missão institucional*. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 2011.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2010). *Índice de Competitividade do Turismo Nacional - 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional*. Relatório Brasil 2010. L. G. Medeiros Barbosa (Organizador). Brasília: Ministério do Turismo.

Ministério Brasileiro do Turismo - MTUR (2007-2010). *Plano Nacional de Turismo – PNT*. http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/ acesso em 28/03/2012.

Ministério da Economia e Inovação (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Instituto para a Qualidade na Formação – IQF (2005). *O Turismo em Portugal: Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação*. Lisboa: IQF.

OIT- Organização Internacional do Trabalho. *Tendências de Emprego Globais*. Baseado em dados da sua publicação anual, "Global Employment Trends 2004", Genebra: OIT. Disponível em <http://www.ilo.org/trends>.

Organização Mundial do Turismo – OMT (2013). *Relatório Anual. Panorama OMT del turismo internacional*, edición 2014. <http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights-2014-edition>. Acesso em 12-11-2014.

Organização Mundial de Turismo – OMT (2009). World Tourism Barometer. Panorama do Turismo Internacional. Madri, v. 7, n. 2, junho 2009.

Organização Mundial de Turismo – OMT (2003). *Turismo Internacional – uma perspectiva global*, 2ª ed., tradução de Roberto Cataldo Costa, Porto Alegre: Bookma.

PwC. Portugal (2014). *Desafios do Turismo em Portugal 2014*. Disponível em:

http://www.pwc.pt/pt_PT/pt/publicacoes/imagens/2014/pwc_desafios_do_turismo.pdf

Acessado em Outubro/2014.

Ramos, M. C. P. (2012a). Ambiente, Educação e Interculturalidade. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Universidade Federal de Sergipe (UFS), nº 8, Jan/Jul, 27-39.

Ramos, M. C. P. (2012b). Educação ambiental, empregos verdes e sustentabilidade. In J. F. Serafim & S. R. Lima Santana (Orgs.) *Representações do Meio Ambiente - Clima, Cultura, Cinema*. Salvador: EDUFBA, p. 15-36.

Ramos, M. C. P. (2009). Questions de l'environnement et contemporanéité. *Contemporânea - Revista de Comunicação e Cultura - vol. 7, nº 1, Junho, 24 p.* <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3601/2669>.

Ramos, M. C. (2007). Aprendizagem ao longo da vida. Instrumento de empregabilidade e integração social. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41-3, 299-328.

Ramos, M. C. P. (2003). *Ação Social na Área do Emprego e da Formação Profissional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Ramos, N. (2008). A diversidade cultural da cidade: problemas e desafios. In L. Rubim & N. Miranda (orgs.) *Transversalidades da Cultura*, Salvador: EDUFBA, p. 133-179.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. 4. Ed. Rio de Janeiro: ed. Garamond.

Severino, A.J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23.ª Ed. São Paulo: Cortez.

Trindade, A. (1997). *Turismo Português, Reflexões sobre a sua Competitividade e sustentabilidade*. Texto elaborado com base na intervenção no Seminário do GEPE. Estratégias do Turismo em Portugal, Lisboa, 11 de Julho 1997.

Turismo de Portugal. Escolas do Turismo (2011). *Estudo de Inserção Profissional – 2010*. Escolas de Hotelaria. Direção de Formação/ Departamento de Planeamento e Certificação. Disponível em: <http://escolas.turismodeportugal.pt/destaque/estudo-revela-elevada-taxa-de-insercao-dos-alunos-das-escolas-do-turismo-de-portugal>

Turismo de Portugal (2013). *Quadros Estatísticos – Indicadores Nacionais*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/Pages/Estat%C3%ADsticas.aspx>. Acesso em 15 de Fevereiro 2013.

Turismo de Portugal (2010). *Estudo de inserção profissional de alunos da formação inicial*. Direção de Formação/Departamento de Planeamento e Certificação.

Turismo de Portugal (2010). *Plano Estratégico Nacional de Turismo – Propostas para revisão no horizonte 2015*. Disponível em: http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Documents/PENT_Revis%C3%A3o.pdf

Turismo de Portugal (2010). *O turismo na economia – Evolução do contributo do turismo para a economia portuguesa*. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/estat%C3%ADsticas/an%C3%A1lisesestat%C3%ADsticas/contasat%C3%A9litedoturismo/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Conta%20Satelite%20Turismo%202000-2010%20base2006.pdf>. Acesso em 27 de Março 2012.

Vergara, S. C. (2006). *Métodos de Pesquisa em Administração*. 2ª ed., São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4.ed. São Paulo: Atlas.

OS PÚBLICOS DA CULTURA EM PANÓIAS – UM ESTUDO DE CASO

Rute Teixeira

Faculdade de letras da Universidade do Porto

rteixeira@letras.up.pt

Resumo

O trabalho de investigação aqui enunciado, levado a cabo no âmbito da temática a “A cultura e seus públicos: Panóias – um estudo de caso”, só foi possível num espaço culturalmente enriquecido por um legado histórico de extremo valor, como o Santuário de Panóias, localizado em Vila Real, que durante alguns anos recolheu informação sobre o perfil dos visitantes e o seu nível de satisfação com o Monumento.

Este estudo teve como principais objetivos caracterizar os públicos que visitaram o Santuário entre 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011, e ouvir as suas opiniões e propostas de melhoria. Para concretização destes objetivos foram construídos três instrumentos de investigação: Inquérito por questionário; Inquérito por entrevista; Grelha de observação direta. A investigação desenvolveu-se entre a análise quantitativa e qualitativa e o cruzamento de dados mostrou-se fundamental em todo este processo.

Tendo em conta o objetivo da investigação, concluímos que os públicos que maioritariamente visitaram o Santuário de Panóias, no período analisado, foi o que Lopes (2004:45) designou nos seus trabalhos como Habituais. Assim, analogamente ao que Lopes (2004:46) referencia nos seus estudos, os públicos do Santuário de Panóias caracterizaram-se por possuir habilitações académicas elevadas, profissões qualificadas, sendo detentores de um forte capital cultural já intrínseco e enraizado.

Palavras-chave: Públicos da cultura, valorização cultural, sítios patrimoniais.

Abstract

The investigative work outlined here, carried out under the theme of "Culture and its audiences: Panóias - a case study", was only possible in a site made culturally rich by a historical legacy of extreme value, such as the Panóias Sanctuary in Vila Real, where, during several years, information about the visitors' profile and their level of satisfaction with regards to the Monument was gathered. The main objectives of this study were to characterize the public that visited the Sanctuary between 1996 and 1999 and between 2006 and 2011 and to listen to their opinions and suggestions for improvement. To achieve these objectives we set up three instruments of investigation: Survey questionnaire; Survey interview; Direct observation chart. This investigation was developed through

quantitative and qualitative analysis and the combination of data has been fundamental throughout this process.

Taking into account the objective of the investigation, we concluded that the majority of the public visiting the Panóias Sanctuary, in the period analysed, was what Lopes (2004:45) named in his work as 'Habitual'. Thus, analogous to what Lopes (2004:46) refers to in his studies, the public at the Panóias Sanctuary was characterised as holding high academic qualifications, graduate jobs and an already rooted and intrinsic great cultural wealth.

Keywords: Culture audiences, cultural development, heritage sites.

1. A valorização da cultura no âmbito do património histórico

Nos dias que correm, a cultura possui uma centralidade singular, sendo condição essencial da existência humana, pois é pela cultura que o homem adquire o seu verdadeiro significado e o sentido do seu próprio destino.

Vivemos num mundo onde tudo está interligado, onde a cultura é entendida como o “modo de relacionamento humano com o seu real” (Certeau, 1993:8), ou ainda, como o conjunto dos artefactos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem a sua vida material e simbólica.

A par do seu carácter simbólico, o que melhor define a cultura é o seu carácter criativo, sem este não existiria o produto cultural nem mesmo a atividade. A cultura traduz-se num esforço coletivo pelo aprimoramento de valores espirituais e materiais que caracterizam um povo.

Mas refletir sobre a cultura implica também referenciar a importância dos conceitos de valorização cultural e de património, isto porque, estas conceções permitiram-nos fazer uma abordagem em termos de atratividade, autenticidade e diferenciação de uma região, condição através da qual esta será revalorizada em termos de imagem e de identidade.

Desta forma, a discussão em prol da valorização cultural deverá assegurar a “sustentabilidade futura de uma região, construindo e consolidando uma imagem credível e consistente, respeitando o património cultural enquanto bem não renovável” (Barata, 2002:70).

Dada a relevância que estas temáticas possuem na nossa sociedade, torna-se fundamental consciencializar os indivíduos para a importância da conservação e valorização do património cultural.

Ao nível da temática da cultura encontramos autores como Ruíz (2006:190) e Jorge (2000:6) que entendem a valorização da cultura e do património cultural como um “elo de

sustentação, de identificação, de herança e de riqueza histórica, bem como um suporte de diferenciação, atratividade e singularidade de uma região”.

De acordo com estes teóricos, interessa preservar o património como forma de perpetuar a memória coletiva, como forma de dar a conhecer os valores culturais que transcendem a nossa sociedade, como relíquias que trazem consigo o legado histórico e a identidade de uma sociedade.

Ruiz (2006:160) considera que a grande finalidade da cultura é a “orientação crítica para o desenvolvimento da vida intelectual, sendo os seus valores: verdade, beleza, justiça, santidade, realizados como produtos culturais concretos”.

Ainda debatendo este tema, o autor entende que “a cultura diz respeito a todas as criações positivas do homem, quer sejam de carácter material ou de índole espiritual, e a sua transmissão se processa simultaneamente das gerações mais velhas para as mais jovens, sendo muitas vezes geradora de conflitos e de resistência por parte dos indivíduos que constroem a nossa sociedade” (Ruiz, 2006:166). Neste sentido, conclui-se que a cultura diz respeito a toda a criação diária que o Homem concretiza e que foi fruto das suas aprendizagens enquanto ser social.

Ora, se a cultura detém uma forte relevância na sociedade atual, não poderemos também de deixar remeter tal proeminência para a questão da valorização do património cultural. Mais uma vez, Ruiz (2006:165) dedica-se a esta temática referindo que o património cultural “contempla tudo aquilo que caracteriza um povo, desde os vestígios pré-históricos, cidades antigas, monumentos e todo o legado herdado pelas gerações anteriores em termos de tradições, lendas e gastronomia, que nos atribuem uma identidade cultural e nos permite reconhecer como algo que faz parte do nosso Ser”.

Partilhando a mesma ideia, Casasola (1990:31) argumenta que “património cultural de uma região é constituído por todas as manifestações tangíveis e intangíveis produzidas na sociedade, constituindo-se como fatores de identificação e de diferenciação de um povo”, incluindo simultaneamente “monumentos, lugares e objetos representativos de um legado histórico, bem como exemplos da cultura, arte popular, tradições, costumes e valores de um Povo” (Casasola,1990:31).

Fica desta forma patente, a relevância do conceito de património cultural imaterial, enquanto “reforço de um sentimento de identidade e continuidade que promovem o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana” (Mamontoff, 2010:158).

Ao analisarmos as atitudes e os comportamentos da sociedade atual, verificamos que os indivíduos exigem cada vez mais a proteção cultural do seu património, bem como a transmissão destes valores às gerações vindouras, como forma de perpetuar um legado histórico que confere uma identidade social e cultural a cada cidadão.

É importante viver num país onde os bens culturais sejam entendidos como tesouros ou relíquias, portadores da história de cada nação, que nos concedem uma identidade única, e que nos distinguem dos outros povos, também eles portadores de uma vivência singular. Mas também, é fundamental que todos os cidadãos tenham a possibilidade de participar ativamente no usufruto do património cultural, como forma de desenvolvimento pessoal e de integração social, conferindo-lhes um sentimento de pertença e de patriotismo, mas também de sabedoria e conhecimento, tão relevantes no incremento de uma consciência social ativa.

Neste âmbito, o património cultural tem cada vez um maior impacto na mobilização da população, sendo importante que a cultura, enquanto elemento transmissor de conhecimento e de valorização do indivíduo esteja à disposição de todos os públicos como fator de inclusão e de igualdade social.

De acordo com a UNESCO (2001) “as políticas que favorecem a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz”. Só uma cultura inclusiva é que contribuirá para um efetivo desenvolvimento da sociedade e respetivos cidadãos. Seguindo esta perspetiva “o desenvolvimento social ocorre, em primeiro lugar, pela valorização dos cidadãos que constituem uma sociedade, pelo respeito às suas práticas culturais e pelo acesso ao conhecimento” (Brant, 2002:18). Assim sendo, cultura e sociedade estão inteiramente interligadas.

É neste campo que a “sociologia da cultura constitui uma aposta completa para analisar a permeabilidade da cultura nas diferentes realidades sociais, convidando-nos a repensar as disposições metodológicas que serão necessárias para incidir na emocionalidade humana” (Alexander, 32000:220).

Se cultura diz respeito a tudo aquilo que envolve o homem enquanto ser social, ficando este sujeito, à transmissão de valores morais e éticos, e de um legado histórico que por um lado, condiciona o seu desenvolvimento enquanto pessoa, e por outro, define a sua identidade, não se pode dissolvê-la do conceito de “públicos da cultura”, na medida em que as dinâmicas sociais vão sofrendo mutações em função das variações culturais que emergem na sociedade.

Torna-se, desta forma, fundamental entender a questão dos públicos da cultura, pois segundo Santos (2003:80) esta perceção permite “que as instituições culturais e as instâncias políticas possam encontrar respostas adequadas para a momentosa questão dos novos públicos”.

2. Os públicos da cultura

Para vários teóricos da atualidade, o conceito de públicos da cultura, em termos genéricos, diz respeito a todos aqueles e aquelas suscetíveis de consumir atividades culturais. No entanto, cada autor aborda a temática de acordo com a sua perspetiva, verificando-se uma evolução em termos sociológicos deste conceito, ao longo dos tempos.

Falemos primeiramente de Bourdieu (2005:100), que “identifica o público da cultura na capacidade intelectual que têm na descodificação dos bens artísticos”

O autor limita os públicos culturais a uma classe social dominante que, independentemente do seu perfil socioeconómico (apesar de dar mais enfoque às classes mais abastadas da sociedade), domina um maior capital social e/ou educacional por comparação com outras camadas da sociedade.

Segundo Bourdieu (2005:102), “é o percurso (histórico e institucional) destes indivíduos que os dota de um perfil de Público mais reflexivo e preparado para a receção dos bens artísticos”.

O autor pressupõe uma separação entre alta cultura e cultura de massas, no sentido em que um público, por condição do seu capital socioeconómico, poderá ser um potencial consumidor de formas artísticas denominadamente eruditas (leitura de ensaios críticos centrados na literatura, poesia), ou de produtos da cultura de massas (consumo de televisão, leitura de revistas, entre outras atividades de lazer ao ar livre).

Para Bourdieu (2005:104) “existe uma forte divisão cultural em prol dos antagonismos dos estilos de vida”. O autor relaciona os públicos da cultura com a capacidade intelectual de excelência que será a de descodificação dos bens artísticos, remetendo os restantes, por exclusão, a outras formas de lazer e de fruição de bens culturais massificados, não atribuindo a estes últimos a importância dos seus próprios sistemas de valores, universos de crenças e disposições.

Podemos concluir que segundo este teórico, os públicos da cultura são segmentados em função do seu estrato social e económico.

Igualmente Gomes (2004:33) partilha da ideologia de Bourdieu (2005:101), na medida em que concorda que “os lugares de classe correspondentes a recursos escolares elevados, bem como a elevada qualificação profissional se associam a uma maior probabilidade de consumo cultural regular e de frequência de eventos e equipamentos culturais” (Gomes, 2004:33). O que demonstra que a educação é um dos fatores de maior intervenção na frequência de práticas culturais.

Na análise de Santos (2003:77) os públicos da cultura confluem em “eixos contraditórios”, ou seja, este autor entende a questão dos públicos da cultura segundo duas vertentes: “públicos culturais, em sentido alargado, configuram as procuras de modalidades de receção de bens e serviços de comunicação, lazer e entretenimento, e por aqui esbatem-se relativamente à noção de consumo; em sentido restrito, reportam-se às práticas mais raras e distintivas em torno da criação artística, configurando uma hierarquia de gostos socialmente filtrada” (Santos, 2003:79).

Para este teórico existem dois estilos de públicos da cultura: os consumidores da cultura de massa e os consumidores de bens culturais com um carácter mais refinado,

Partindo deste pressuposto, Santos (2003:80) considera a existência de duas posições relativas aos públicos da cultura. A primeira apoia-se “de democratização do acesso aos patamares mais seletivos da criação e dos consumos culturais, que permanecem estreitamente correlacionados com o nível de instrução, e, por essa via, com a condição socioprofissional” (Santos, 2003:82). Segundo esta lógica deveria existir uma maior possibilidade de acesso às formas de Cultura Erudita pelas classes socialmente desfavorecidas, uma vez que aquelas possuem níveis de instrução mais elevados, detém um acesso privilegiado às mesmas.

Mais uma vez, esta é uma ideia partilhada por Bourdieu (2005:105), pois ambos consideram que as classes sociais com um maior nível de instrução serão privilegiadas em relação ao consumo de bens culturais mais requintados.

A segunda posição apoia-se na “disseminação, do lado da oferta e da procura, das formas culturais mais próximas da cultura de entretenimento, audiovisual e mediática é, neste quadro, entendida como demonstrativa de uma reprodutibilidade pesada da “cultura de arte”, cujo combate requererá o aperfeiçoamento dos processos de familiarização precoce e prolongada com os campos culturais mais seletivos” (Santos,2003:82). Neste sentido, seria necessário uma maior produção de bens relacionados com a “cultura da arte” bem como uma maior familiaridade destes com públicos cuja ausência de conhecimento e de contacto com estas formas culturais é uma realidade. Só desta forma, haveria a possibilidade de um processo de socialização cultural mais alargado.

Estas duas posições estão longe de ser antagónicas, pois “convergem na assunção crescente dos “públicos culturais” como um problema social alargado”, segundo Santos (2003:83). Ou seja, ambas as perspetivas pretendem um “enquadramento da cultura e das relações sociais que lhe estão associadas, na estruturação da sociedade contemporânea” (Santos, 2003:90).

Outra ideia a ter em conta é a de Costa (2004:95), na medida em que considera que o conceito de públicos da cultura “pode ser caracterizado, de maneira simples, mas precisa, como designando um tipo específico de relação social”.

Que tipo de relação social é essa? Segundo o autor, “refere-se essencialmente às relações sociais das pessoas com as instituições”, que por sua vez têm sofrido algumas alterações devido a mudanças sociais em termos educativos, económicos e comunicacionais (Costa, 2004:97). Ou seja, “assiste-se hoje a uma mudança profunda nos modos de relação das pessoas com as instituições” (Costa, 2004:100).

Segundo o teórico, estas alterações advêm “de uma relação mista de distância e subalternização, de alheamento e ignorância, de reverência e desconfiança perante essas instituições, a uma relação com elas de carácter mais complexo, mais próximo, mais informado, mais exigente, mais diversificado” (Costa, 2004:101).

Outro investigador da área entende que os públicos da cultura, “pressupõe uma relação entre um conjunto de recetores mais ou menos ativos e o campo da cultura objetivada e legitimada” (Lopes, 2004:44).

Na opinião deste “assiste-se a uma rutura face a um modelo estático e hierarquizado de classificação das Culturas, modelo este assente numa oposição entre indivíduos cultos ou cultivados e incultos. A grande massa de camadas populares era, assim, vista segundo um padrão de negatividade em oposição ao das camadas cultas, que eram vistas de um modo hierarquicamente superior” (Lopes, 2000:35).

Neste sentido “assume-se que o clássico trinómio cultura cultivada / cultura de massas / cultura popular, construído segundo critérios ideológicos, se revela teoricamente desajustado face às realidades culturais atuais, à imbricação dos géneros / formas culturais, às reconfigurações dos jogos de distinção, exclusão e integração culturais e sociais e ao impacto do aparecimento e do desenvolvimento do mercado dos bens culturais” (Santos, 2003:90).

Para Lopes (2000:45) “muitos foram os fatores que contribuíram para esta dicotomia (cultura cultivada e cultura popular): desenvolvimento industrial, produção em série, aumento generalizado do nível de vida, aumento do tempo livre, aumento das indústrias culturais, mercadorização da cultura, alargamento e diversificação dos públicos”.

As tipologias criadas para definir públicos são variadas, como podemos comprovar após a análise de alguns estudos já efetuados por investigadores do Observatório das Atividades Culturais.

Gomes (2004:32) a partir da análise de estudos realizados anteriormente, como o Festival Internacional de Teatro de Almada e no Evento Porto 2001 – Capital da Cultura, distinguiu três categorias de Públicos da Cultura.

Em primeiro lugar diferencia os Públicos Cultivados, que segundo o autor dizem respeito “a parcela do público em que é mais clara a articulação entre elevados recursos qualificacionais e a regularidade das práticas culturais” Gomes (2004:33). São públicos que frequentam de uma forma mais intensiva a cultura em prol das suas elevadas qualificações académicas.

Um segundo perfil diz respeito aos Públicos Retraídos, estes são compostos pela população com “recursos qualificacionais relativamente reduzidos e frágeis hábitos culturais” (Gomes, 2004:33). Ou seja, são públicos cujos hábitos culturais são extremamente reduzidos, estando estes relacionados com a diminuta qualificação escolar.

Por fim, o autor define um terceiro perfil, Públicos Disciplentes “caraterizados por elevadas qualificações, designadamente escolares, hábitos de saída convivial regulares, que se ligam a uma forte juvenilidade, e, ao mesmo tempo, pela rara frequência de eventos e equipamentos culturais” (Gomes, 2004:34). O autor define este público, como um “potencial público relativamente ao consumo de bens culturais” (Gomes, 2004:34).

Lopes (2004:44), por sua vez, classificou os públicos da cultura em três categorias. Esta classificação foi baseada no ensaio *Experiência Estética e Formação de Públicos em 2004*.

Um primeiro perfil, designado como Habituais, “são os que têm menor representatividade na população portuguesa” (Lopes, 2004:45). Dizem respeito, no geral, a indivíduos altamente escolarizados, qualificados e jovens, “prevalecendo disposições estéticas fortemente interiorizadas, fruto de um capital cultural consolidado” (Lopes, 2004:45).

Fazendo uma analogia aos públicos que foram analisados por Gomes (2004:35) poderemos estabelecer um paralelismo com os Públicos Cultivados, caracterizados pelo seu ecletismo. Salienta-se que apesar de existir uma linha de continuidade intergeracional nestes públicos, podem ocorrer ruturas relevantes.

Segundo o autor, estes Públicos Habituais, formam o que Bourdieu (2005:130) apelidou de “novos intermediários culturais”, com um “papel central na produção e manuseamento e difusão da cultura, substituindo os notáveis mas restritos repertórios clássicos por universos ecléticos” (Lopes, 2004:46).

Para Lopes (2004:46) os Públicos Irregulares são essencialmente “jovens que frequentam de forma irregular os eventos culturais”. O autor entende que “a escolaridade é uma condição necessária mas não suficiente para a prática cultural regular” (Lopes,2004:47). Estes jovens estão mais relacionados com as formas mediáticas de cultura, e estão sujeitos aos fenómenos de regressão, por duas vias: a familiar, através do retorno a situações de convivência com gerações muito menos escolarizadas; e a

posicional, com tarefas rotineiras que desmobilizam potenciais competências de inovação e criatividade.

Lopes (2004:48) entende que a sua relação com a cultura “traduz-se numa receção frequentemente oblíqua ou distraída (...) associada às indústrias culturais, ao entretenimento e aos parâmetros da economia mediático-publicitária”.

Comparando com Gomes (2004:35), poderemos salientar que os Públicos Irregulares dizem respeito aos Públicos Disciplentes, na medida em que poderão ser um potencial público, apesar da sua irregularidade nos eventos culturais.

Por fim, os Públicos Retraídos (denominação idêntica em ambos os autores) movem-se quase exclusivamente fora da esfera cultural. Estes caracterizam-se pelo seu baixo capital escolar, e reduzida frequência nos eventos culturais. Estes públicos “movem-se quase exclusivamente na esfera das práticas doméstico-recetivas e de sociabilidade local” (Lopes, 2004:49).

“Estas categorias são ideias-tipo, que podem eventualmente ser transversais, ou seja, um “público retraído face à cultura erudita, pode ser um público habitual de um outro tipo de cultura (popular, massificada, etc.)” (Lopes, 2004:49).

O mesmo autor refere a necessidade de “alargar e fidelizar novos Públicos”, no sentido de alcançarmos “patamares mínimos de democratização cultural” (Lopes, 2004:52).

Desta forma, seria importante existir um acréscimo nas políticas sociais de acesso à cultura para todos os segmentos sociais. Esta “receção espontânea de cultura apela à nossa entrada nos mundos de construção da arte, podendo constituir um elemento decisivo na constituição de novos públicos e na familiarização com linguagens inacessíveis a vastas camadas sociais” (Lopes, 2004:53).

Concluimos que formar “Públicos Improváveis implica que não existe uma verdade na obra, que ela caminha de interpretação em interpretação, em consenso provisório em consenso provisório” (Lopes, 2004:55).

Assim a “experiência estética” definida por Jauss (1970:5) surge então como uma potenciadora forma de ressocialização dos novos públicos da cultura, ou seja, novas obras de arte destinadas a conformar ou confrontar universos pré-existentes, tendo em vista a construção de novos horizontes culturais.

3. Investigação empírica

A Investigação que foi levada a cabo no âmbito da temática “Os públicos da cultura em Panóias - um estudo de caso”, só foi possível ser concretizada num espaço culturalmente

enriquecido por um legado histórico de extremo valor, como o Santuário de Panóias, em Vila Real.

O Santuário de Panóias, durante muitos anos denominado por Fragas de Panóias, está classificado como Monumento Nacional desde 1910, é propriedade do Estado, e está afeto à Direção Regional de Cultura do Norte. Foi objeto de estudos e investigação até aos nossos dias, por parte de investigadores nacionais e estrangeiros, sendo que com os trabalhos e a interpretação de Géza Alföldy (1997) foi possível de fato identificar este espaço como um espaço sagrado, um Santuário da época romana, dedicado a Serápis, divindade oriental. Conservam-se hoje no lugar várias rochas talhadas, tendo três delas tido templos. Também se conservam numa delas quatro inscrições, uma em grego e três em latim, dedicadas a divindades. De notar também a referência a um culto anterior à romanização no lugar.

3.1. Metodologia

O grande intuito desta Investigação foi averiguar: “Qual o Público visitante do Santuário de Panóias e qual a sua opinião sobre o Monumento?”.

O Estudo de Caso foi a estratégia de investigação utilizada no desenvolvimento deste estudo. Para Yin (2005:32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Para a concretização deste estudo foram construídos instrumentos de investigação que se adaptassem aos objetivos da investigação.

Esses instrumentos foram:

- Inquérito por questionário
- Inquérito por entrevista
- Grelha de observação direta.

O Inquérito por questionário constituído por perguntas abertas e fechadas, foi aplicado a todos os visitantes do Santuário de Panóias, após o término da visita e a construção da aplicação foi da responsabilidade Direção Geral de Cultura do Norte, que elaborou dois modelos a serem aplicados em momentos diferentes: um entre 1996 e 1999 e o seguinte entre 2006 e 2011.

Para o inquérito por entrevista (aplicados ao responsável e guia do Monumento), foram planeados os seguintes procedimentos: a definição de objetivos e a construção de um guião no qual foram operacionalizadas categorias adequadas à investigação. Estes foram da responsabilidade do investigador.

A observação direta foi também utilizada neste estudo, dado que o próprio investigador procedeu diretamente à recolha de algumas informações, através da construção de uma grelha de observação.

Para o tratamento dos dados, utilizaram-se como métodos de análise a estatística descritiva e a análise de conteúdo. Desta forma, os dados recolhidos através dos inquéritos por questionário foram tratados através da estatística descritiva, enquanto os dados recolhidos através dos inquéritos por entrevista e a grelha de observação, foram tratados através da análise de conteúdo.

3.2. Caraterização sociodemográfica da amostra

A amostra para esta investigação foi recolhida entre 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011 e contou com 711 inquiridos, aos quais foi aplicado o inquérito por questionário, após o término da visita guiada ao Santuário.

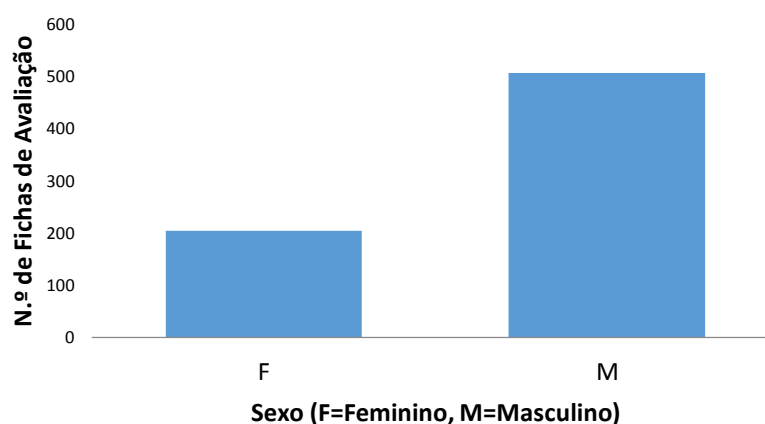


Fig. 1: Classificação por sexo dos inquiridos

Num universo de 711 questionários analisados entre 1996 a 1999 e 2006 a 2011, confere-se que 28,7% (n=204) dos visitantes pertencem ao sexo feminino e 71,% (n=507) ao sexo masculino. Desde já notamos uma grande discrepância que foi melhor entendida nas entrevistas realizadas. Ou seja, não havia preocupação da parte dos responsáveis pelo Monumento em solicitar a participação de todos os visitantes na resposta ao inquérito, assim quando viajavam em grupo, geralmente quem preenchia o inquérito era o elemento masculino. Embora não se retirem dados concretos sobre o género dos visitantes, a análise

deste gráfico e o entendimento da diferença entre o género dos visitantes, permitiu que no futuro a preocupação aumentasse quanto ao preenchimento dos questionários.

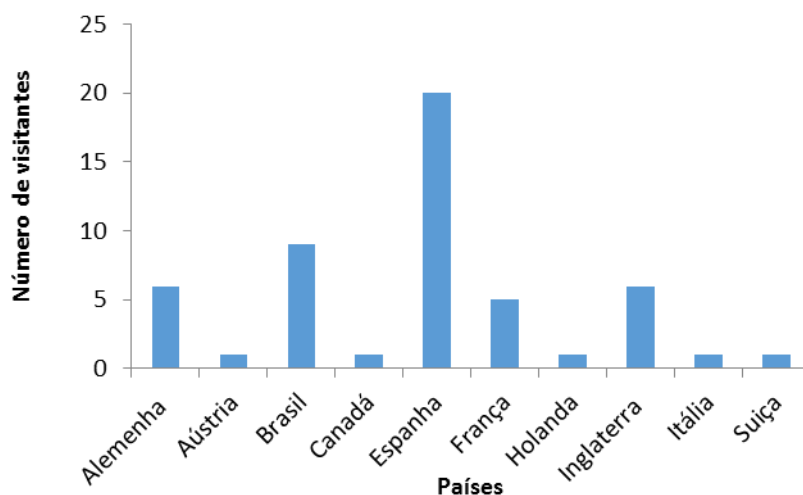


Fig. 2- Distribuição geográfica dos visitantes estrangeiros

No que concerne à nacionalidade dos inquiridos, constata-se um predomínio de visitantes portugueses, 83,2% (n=592) em contraponto com 16,8% (n=119) de visitantes de nacionalidade estrangeira. Dos 119 inquiridos de nacionalidade estrangeira, apenas 45 divulgaram o seu país de origem, dos quais destacamos 20 espanhóis, 9 brasileiros, 6 alemães, 6 ingleses, 1 austríaco, 1 canadense, 1 italiano e 1 suíço. Note-se que a visita de estrangeiros é muito parca pelo que nos aponta para uma diminuta informação nas redes turísticas locais, regionais ou nacionais.

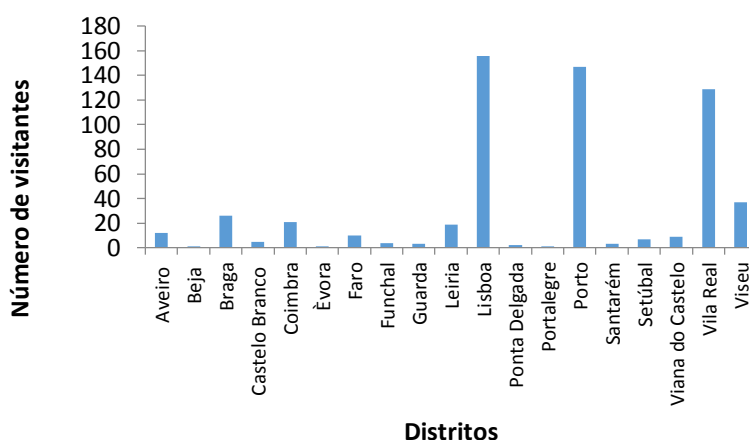


Fig. 3 - Distribuição geográfica dos visitantes portugueses

Dos 592 visitantes portugueses constata-se que 26,4% (n=156) provém do distrito de Lisboa, 24,8% (n=147) do distrito do Porto, 21,8% (n=129) do distrito de Vila Real, 6,3% (n=37) do distrito de Viseu, 4,4% (n=269 do distrito de Braga, 3,5% (n= 21) do distrito de Coimbra, 3,2% (n=19) do distrito de Leiria, 2,0% (n= 12) do distrito de Aveiro, 1,7% (n=10) do distrito de Faro, 1,5% (n= 9) do distrito de Viana do Castelo, 1,2% (n=7) do distrito de Setúbal, 0,8% (n=5) do distrito de Castelo Branco, 0,5% (n=3) do distrito de Santarém, 0,5% (n= 3) do distrito da Guarda, 0,7% (n=4) do distrito do Funchal, 0,3% (n=2) do distrito de Ponta Delgada, 0,2% (n=1) do distrito de Portalegre, 0,2% (n=1) do distrito de Évora.

Observa-se, assim, uma predominância de visitantes das grandes áreas urbanas, Porto e Lisboa, e do próprio distrito onde o monumento se localiza. Os públicos das restantes áreas nacionais é muito restrito. Aqui podemos destacar a questão da falta de informação e da sua distribuição pelo território nacional ou, por outro lado, a falta de interesse dos públicos fora das grandes áreas urbanas.

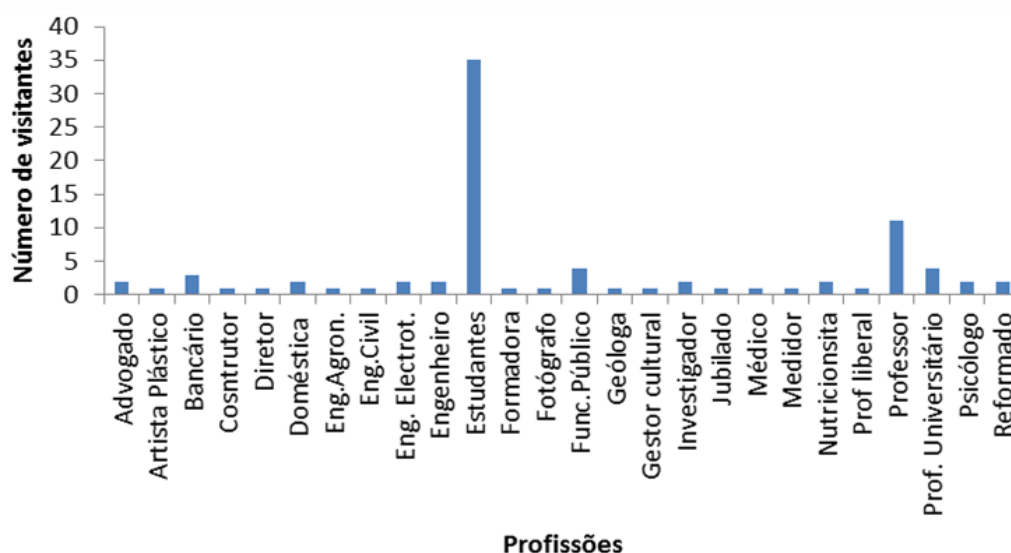


Fig. 4 - Profissão dos inquiridos.

Dos 711 visitantes que contemplaram o universo da amostra, 88% (n=624) não mencionaram a sua profissão. Note-se que a enorme lacuna que acompanha esta situação e permite, mais uma vez, concentrar a atenção no preenchimento dos questionários e na sensibilização do público para os mesmos.

Dos 12% que responderam (n=87), pode-se constatar que existe uma vasta variedade em termos de estrutura profissional dos visitantes. De acordo com o Gráfico nº4, 40% (n= 35) dos inquiridos são estudantes, 17% (n=11) são professores, 9% (n=6) são engenheiros, 5% (n=4 são professores universitários), 5% (n=4) são funcionários públicos), 3,4% (n=3)

são bancários, 2,2% (n=2) são psicólogos, 2,2% (n=2) são reformados, 2,2% (n=2) são nutricionistas, 2,2% (n=2) são investigadores, 2,2% (n=2) são domésticos, 2,2% (n=2) administradores, 1 é profissional liberal, 1 é medidor orçamentista, 1,1% (n=1) é médico, 1,1% (n=1) é jubilado, 1,1% (n=1) é geólogo, 1,1% (n=1) é gestor cultural, 1,1% (n=1) é fotógrafo, 1,1% (n=1) é formador, 1,1% (n= 1) diretor, 1,1% (n=1) consultor, 1,1% artista plástico e 1,1% (n=1) advogado. (n=1).

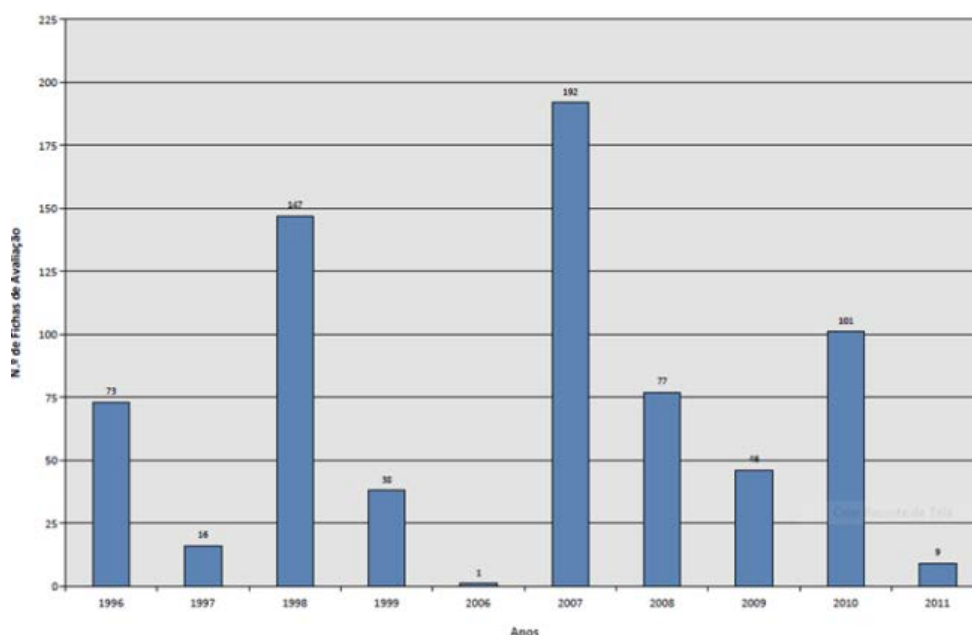


Fig. 5 - Número de visitantes por ano civil

Analisar o número de visitantes ao Santuário de Panóias tornou-se preponderante para a nossa investigação, pelo facto de se terem registado variações consideráveis no número de visitas ao longo dos anos.

O período de análise contemplado ocorreu entre os anos de 1996 e 1999 e entre 2006 e 2011. Este interregno na aplicação dos questionários deveu-se ao facto de terem ocorrido no Monumento algumas mudanças em termos logísticos, que contribuíram para uma total ausência de respostas neste período, e para uma variação considerável da aplicação do mesmo, ao longo dos restantes anos.

No entanto é de ressaltar, que em certos casos, visitantes recusaram o preenchimento do Inquérito, e em grupos numerosos, regra geral, apenas uma pessoa é que preenchia o documento.

Constatou-se que no ano de 1996 visitaram o Santuário de Panóias 73 visitantes, em contrapondo com o ano de 1997, em que apenas 16 visitantes estiverem presentes no monumento.

Em 1998, o número de visitantes aumentou significativamente para 147; já em 1999 verificou-se uma quebra para 38 visitantes.

Em 2006, o Santuário de Panóias contou apenas com a presença de 1 visitante; este número disparou em 2007 para 192 visitantes. Voltou a sentir-se uma quebra nos anos de 2008 e 2009, onde o monumento contou apenas com 77 e 46 visitantes.

Em 2010 estes valores voltaram a subir para 101 visitantes e, em 2011 apenas se verificou a presença de 9 visitantes.

4. Apresentação dos resultados empíricos

4.1. Avaliação global do Santuário de Panóias pelos inquiridos

Um dos principais objetivos deste trabalho foi questionar os visitantes a respeito da qualidade da visita ao Monumento. De forma geral, podemos concluir que a opinião dos inquiridos é unânime, demonstrando um elevado nível de satisfação, o que demonstra que a visita cultural é do agrado de quem a visita, promovendo-se uma maior visibilidade deste espaço.

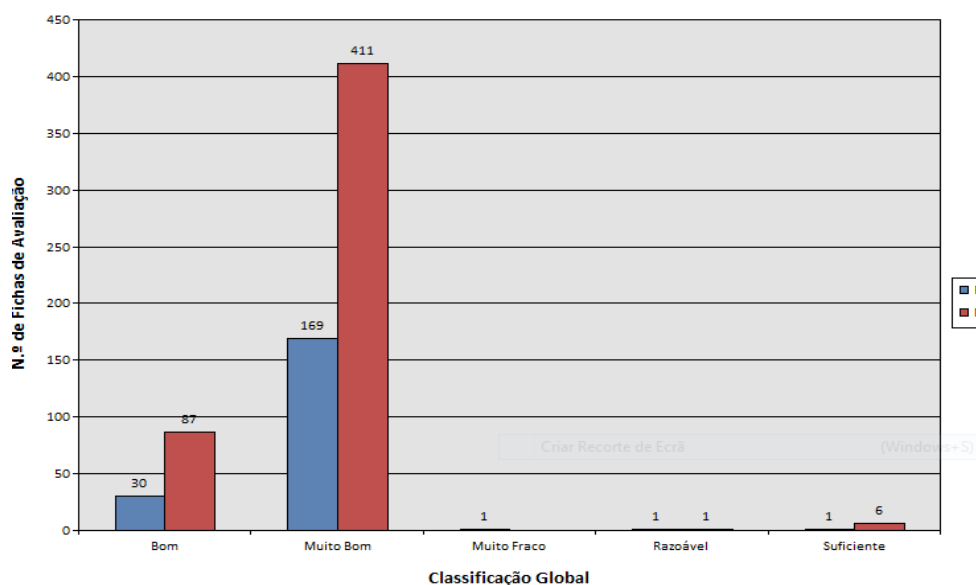


Fig. 6 - Análise comparativa da apreciação global da visita por sexo

Concluimos que é coincidente a opinião dos 79% (n=411) dos inquiridos do sexo masculino e 83% (n=169) do sexo feminino, avaliaram o Santuário de Panóias como sendo muito bom. Por outro lado, 17,1% (n=87) dos inquiridos do sexo masculino e 15% (n=30) do sexo feminino, consideraram o Monumento como sendo bom. Por fim, 1,1% (n=6) inquiridos do sexo masculino e 0,4% (n=1) do sexo feminino julgaram o Santuário como sendo suficiente; 0,2% (n=1) inquiridos do sexo masculino e 0,4% do sexo feminino (n=1) avaliaram o Monumento como razoável e apenas 0,2% (n=1) inquiridos do sexo masculino avaliaram o Santuário de Panóias como sendo muito fraco. Proporcionalmente parece que homens e mulheres mantêm o mesmo nível de avaliação e de exigência perante a visitante, não transparecendo maior exigência nuns que noutros, no entanto, a conclusão não é de forma alguma fiável dada a diferença de amostragem.

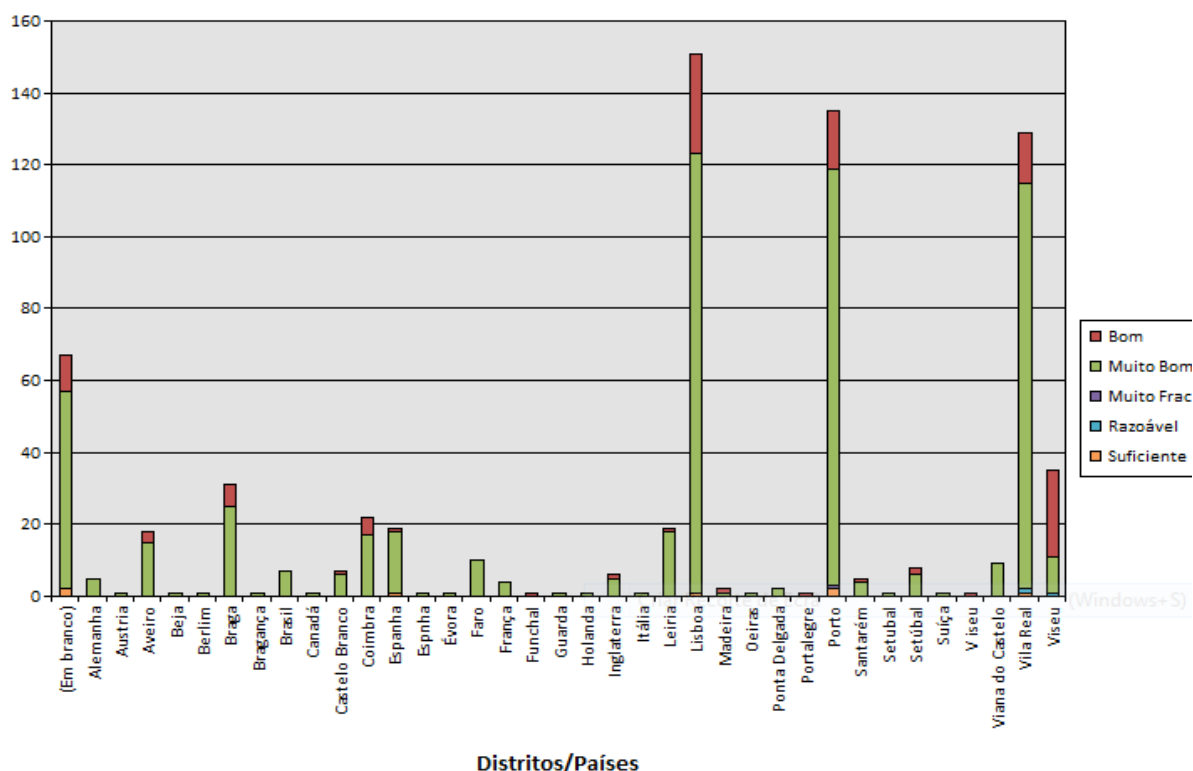


Fig. 7 - Análise comparativa da classificação global por distritos /países dos inquiridos.

A partir da análise do gráfico, foi possível concluir que os 711 inquiridos que constituíram a amostra avaliaram o Monumento em termos de classificação global. Sendo assim, 8,4% (n=60) visitantes consideraram-no como muito bom, 1% (n=7) como bom e apenas 0,2% (n=2) como suficiente.

Analisando os visitantes de origem portuguesa destacam-se primeiramente aqueles que avaliaram unanimemente o Santuário como sendo muito bom e bom. Estes provêm de

Beja, Bragança, Évora, Oeiras, Ponta Delgada, Setúbal, Guarda, Viana do Castelo, Aveiro, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Santarém, Vila Real, Viseu e Faro.

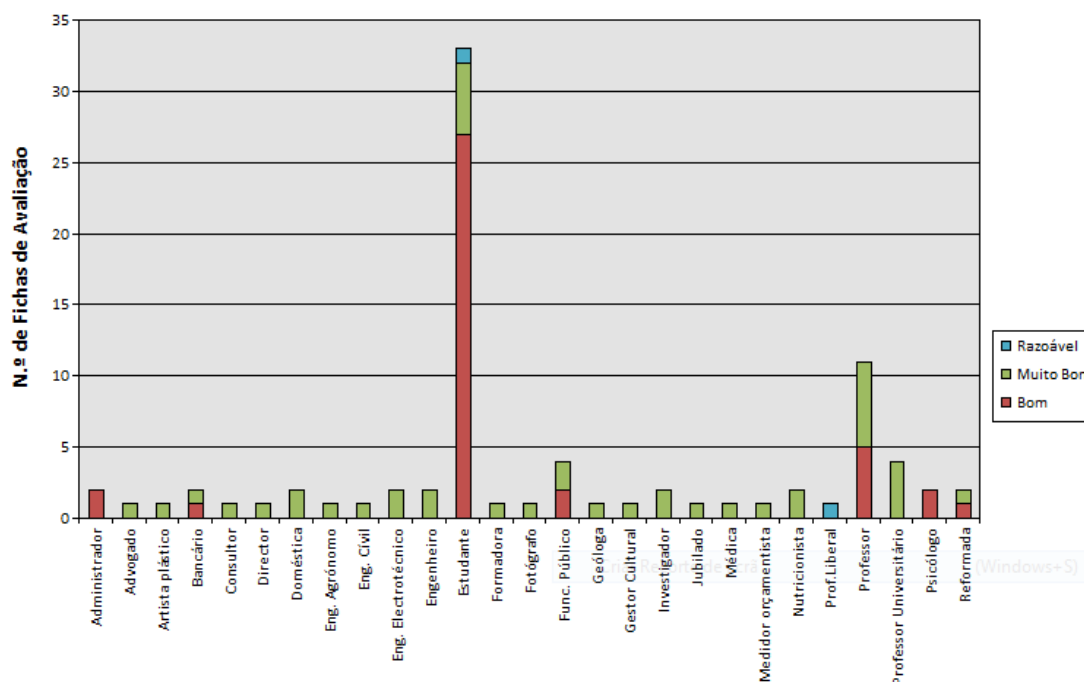


Fig. 8 - Análise comparativa da classificação global por profissões dos inquiridos.

Analogamente, os visitantes estrangeiros, na sua generalidade avaliaram o Monumento na sua maioria como sendo muito bom, o que denota uma satisfação do público estrangeiro com este espaço cultural.

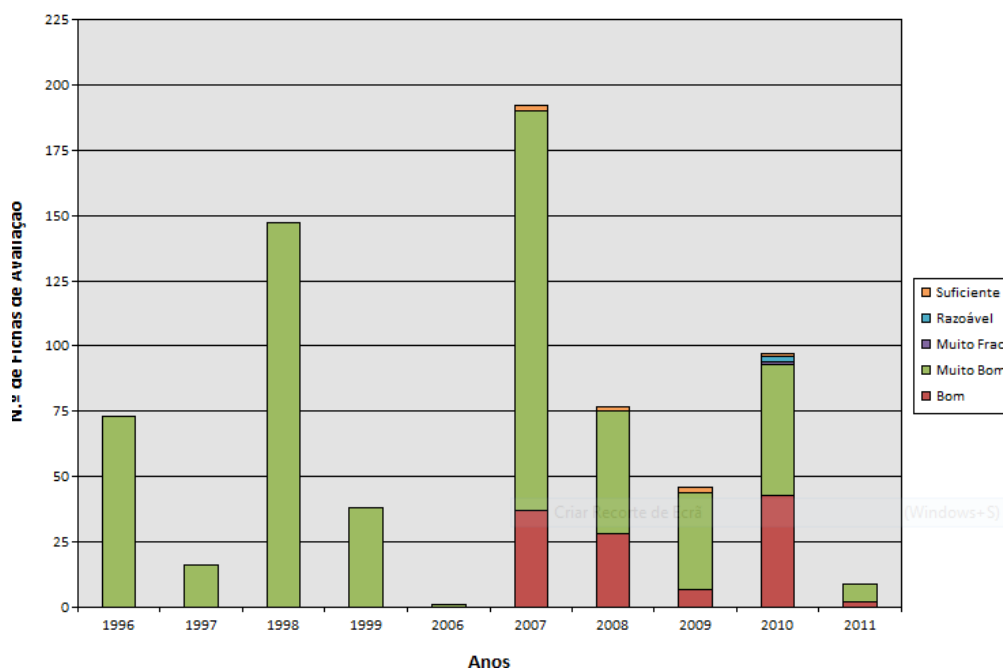


Fig. 9 - Análise comparativa da classificação Global por ano civil.

Destacamos que todos consideraram o Monumento de muito bom ou bom. Apenas uma pessoa registou como razoável. Pretendemos destacar a opinião do público escolar e verificar se esta tendia em sentido inverso à generalidade das classificações. Verificou-se que se mantém inalterável a classificação de muito bom e bom, registando apenas uma opinião de razoável.

Mediante a análise do gráfico, concluímos que nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2006 o Santuário de Panóias foi avaliado unanimemente por todos os visitantes como sendo muito bom, em termos de classificação global. No ano de 2007, 79% (n=153) dos visitantes avaliaram o Monumento como muito bom; 19,2% (n=37) como bom e apenas 1% (n=2) dos visitantes como suficiente. O mesmo fenómeno ocorreu em 2008.

4.2. Pequenos relatos dos inquiridos

A partir dos dados recolhidos pela análise dos inquéritos por questionário, foi possível categorizar um conjunto de dimensões, que estiveram na base da análise e da conclusão dos resultados finais deste trabalho. Assim sendo, iremos citar algumas das opiniões dos nossos inquiridos acerca das mesmas.

Foi-nos possível concluir que a receção ao visitante foi considerada, pela maioria dos inquiridos, como sendo “muito calorosa e agradável”, com “excelentes condições de tratamento aos mesmos” e “funcionários exemplares, muito conhecedores” “sempre disponíveis”. O acolhimento foi ainda avaliado como sendo “excelente”, “exemplar”, com uma “receção de alta qualidade” e com “ótimo apoio por parte dos funcionários” do Santuário de Panóias.

A visita guiada foi avaliada como “excelente”, muito bem “dirigida, organizada e orientada”, bem como “motivadora”, “elucidativa” e “esclarecedora” na medida em que “proporcionou novos conhecimentos”, pela generalidade dos visitantes que constituíram a amostra. Destacaram o “excelente trabalho do guia, Sr. Herculano”, na medida em que proporcionou aos visitantes “um acompanhamento muito personalizado” e “explicações muito esclarecedoras” acerca do Santuário de Panóias.

Os acessos foram considerados por alguns visitantes como apresentando “boas condições” e com “fácil acesso às ruínas”. No entanto, uma grande maioria considerou que estes deveriam “ser melhorados”, bem como deveriam existir “transportes diretos para o local”.

A sinalização até ao Santuário de Panóias foi avaliada como “péssima e sem informação visível” pela grande maioria dos visitantes.

Relativamente à conservação do Monumento, conclui-se que este foi considerado pela maioria dos visitantes como sendo “um local muito bem cuidado e preservado”, com “excelentes condições de tratamento do recinto envolvente”.

De uma forma geral, as infraestruturas de apoio foram entendidas pela grande generalidade dos inquiridos como sendo “apropriadas” e estando em “boas condições”. Algumas das mesmas poderiam ser “melhoradas” de forma a garantir um “melhor funcionamento e segurança do Santuário”, relatam os visitantes.

A grande maioria dos inquiridos considerou que “deveria existir uma maior divulgação do Santuário de Panóias a nível nacional e internacional”.

O apoio multimédia foi avaliado como sendo “excelente” e “muito interessante”, destacando-se o filme de apresentação inicial do Santuário de Panóias avaliado como “muito interessante”, “conciso”, “elucidativo” e “excelente”.

Finalizando, os visitantes consideraram o Monumento “um local apaixonante e de grande importância para a cultura portuguesa”, referindo que “ficaram mais enriquecidos culturalmente” e “aprofundaram os seus conhecimentos sociais, culturais e religiosos”.

5. Conclusões

Tendo em conta a nosso objetivo de classificar os públicos da cultura que mais se destacaram durante a investigação, concluímos que quem maioritariamente visitou o Santuário de Panóias, no período analisado, foi o que Lopes (2004:45) designou nos seus trabalhos como *Habituais*, aqueles que tem menor representatividade na população portuguesa, um público escolarizado e qualificado. Assim, analogamente ao que Lopes (2004:46) referencia nos seus estudos, os públicos do Santuário de Panóias caracterizaram-se por possuir habilitações académicas elevadas, profissões qualificadas e por serem detentores de um forte capital cultural já intrínseco e enraizado.

Este desfecho vem também, ao encontro do que Santos (2003:77) salienta nos seus estudos: “os consumos culturais permanecem estreitamente correlacionados com o nível de instrução, e, por essa via, com a condição socioprofissional” (Santos, 2003:77). O mesmo autor, nos seus estudos obteve uma conclusão muito pertinente para o presente trabalho: “os perfis sociais dos públicos mantêm-se tendencialmente inalterados, mesmo quando, no geral, se pode verificar um aumento do volume dos mesmos” (Santos, 2003:7).

A incrementação de uma maior proximidade entre os públicos menos habilitados e a “cultura da arte” requererá segundo Santos (2003:78) “um aperfeiçoamento dos processos de familiarização precoce e prolongada com os campos culturais mais seletivos”.

Por outro lado, o resultado desta investigação vem confirmar a importância destes Monumentos no processo de enriquecimento cultural dos seus visitantes, uma vez que

faculta a possibilidade de adquirirem competências imprescindíveis em contextos diferenciados.

Além de potenciarem um forte enriquecimento em termos culturais, não podemos deixar de salientar a sua importância enquanto locais que complementam a função da instituição escolar, na medida em que proporcionam aos alunos um vasto leque de saberes não apreendidos em espaços formais.

É neste sentido, que reconhecemos o Santuário de Panóias como um espaço pedagógico por excelência, que reafirma a identidade local, recupera tradições atualmente em declínio, promove a cultura local e reforça a autoestima das populações residentes, constituindo um foco dinamizador de cultura e de desenvolvimento.

A valorização deste património cultural associado à sua projeção nacional e internacional, serão a chave de promoção ao desenvolvimento local.

Do ponto de vista económico, esperam-se resultados ao nível do acréscimo das receitas das atividades relacionadas com o turismo; o estímulo ao aparecimento de novas empresas turísticas, promovendo e diversificando a economia local, encorajando a produção de bens e produtos locais, a melhoria da oferta de serviços e equipamentos.

Os benefícios passam também pela promoção do bem-estar, pelo apoio à educação ambiental para visitantes e locais e pelo estimular do desenvolvimento e valorização da cultura.

Em suma, podemos afirmar que este espaço histórico segue os pressupostos apresentados pela Nova Museologia, assumindo-se como uma instituição com um vasto leque de funções de natureza pedagógica, cultural, social, de preservação de valores, de desenvolvimento local e de fator capaz de atrair fluxos turísticos nacionais e internacionais.

Referências bibliográficas

Alexander, C. (2000). Sociologia cultural. Formas de clasificación en las sociedades complejas. In *Region y Sociedad*. Vol.VIII,219- 226. Espanha: Editorial Anthropos.

Alfoldy, G. (1997) Die Mysterien von Panóias (Vila Real – Portugal), *Madrider Mitteilungen*, nº 38, 1997, 176-246.

Barata, F. (2002). Preservando a memória do território: O parque natural de Tourega/Valverde. Évora: Edição do Centro de Ecossistemas Mediterrânicos, Universidade de Évora,1-164.

Bourdieu, P. (2005). A distinção crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk.

Brant, L. (2002) Faces da Cultura: Desenvolvimento Social e Investimento Cultural Privado. Revista Ide Estudos Históricos, nº 50, 1-31.

Casasola, L. (1990). Turismo y ambiente. México: Ed. Trillas.

Certeau, M. (1993), La culture au pluriel. Paris: Éditions Minit.

Costa, A. (2004). Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação. In AAVV – Públicos da Cultura, 93-121. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Gomes, R. (2004). A Distinção Banalizada? Perfis Sociais dos Públicos da Cultura. In AAVV., Os Públicos da Cultura, 31-41. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Jauss H. (1970). Literary History as a Challenge to Literary Theory. In New Literary History, vol.2, nº1, p. 1-25.

Jorge, V. (2000). Património e Identidade Nacional. Engenharia Civil, nº9, 1-8.

Lopes, J. (2000). A Cidade e a Cultura. Um estudo sobre práticas culturais urbanas. Porto: Edições Afrontamento.

Lopes, J. (2004). Experiência Estética e Formação de Públicos. In AAVV., Os Públicos da Cultura, 43-54. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.

Manontoff, A. (2010). Poblaciones sin fronteras y valorización del patrimonio cultural intangibles: el caso de los gitanos. In Teoria y Praxis, nº 8, 157-169. Perpignan-Via Domitia: Universidad de Perpignan-Via Domitia – Institut Catalan de Recherches en Sciences Sociales.

Ruiz, R. (2006). Historia y evolución del pensamiento científico. 1-162. disponível em <http://www.monografias.com/trabajos-pdf/historia-pensamiento-cientifico/historia-pensamiento-cientifico.pdf>.

Santos, H. (2003). A propósito dos públicos culturais: uma reflexão ilustrada para um caso português. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº.67, 75-97.

UNESCO (2001). Declaração Universal da UNESCO sobre a diversidade cultural, Adotada pela 31ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, Paris.

Yin, R. (2005). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman.

FORMAÇÃO DOCENTE E LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES: O CAMINHO PERCORRIDO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Iran de Maria Leitão Nunes

FAPEMA, Universidade Federal do Maranhão
Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI).

irandemaria@hotmail.com

Resumo

A melhoria da qualidade da formação docente implica no aprendizado de novas maneiras de ensinar e desenvolver estratégias de aprendizagem. A carência nacional de professores para atender à Educação Básica em todas as áreas de conhecimento, especialmente a da rede pública, tornou-se, no Brasil, um problema crônico tendo como agravante a má formação docente, a qual repercute na baixa qualidade educacional e dos altos índices de evasão e repetência escolar no País. Essa realidade exige a participação da Universidade em projetos que objetivem mudanças substanciais nesses indicadores, principalmente por meio de uma atuação na Educação Básica, com qualidade social. Pensando nessa problemática, a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) criou os cursos de licenciaturas em Ciências Humanas, Ciências Naturais e Linguagens e Códigos, em seis nos municípios do Estado do Maranhão, no nordeste brasileiro. Cursos de formação interdisciplinar, por competências e presencial, de professores para atuarem, mais especialmente, nos anos finais do Ensino Fundamental. Tendo participado do processo de discussão e elaboração destes Projetos Pedagógicos, pretendemos expor o percurso desta experiência, destacando sua construção coletiva; e trazer para o debate aspectos relevantes dos novos cursos que foram desenhados a partir dos princípios da: competência como concepção nuclear do curso; coerência entre a formação oferecida e a prática esperada; pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem; orientação acadêmica e a regulação das aprendizagens e utilização das tecnologias de comunicação e informação.

Palavras-chave: Formação Docente – Licenciaturas – Interdisciplinaridade

Abstract

Improving the quality of teacher training involves learning new ways to teach and develop learning strategies. The national shortage of teachers to meet the basic education in all areas of knowledge , especially in public , became , in Brazil , a chronic problem having as aggravating the poor teacher training , which affects the low educational quality and high rates of school dropout and

repetition rates in the country This reality requires the participation of the University on projects that aim to substantial changes in these indicators , mainly through a performance in basic education, with social quality . Considering this issue , the Federal University of Maranhão (UFMA) established undergraduate courses in Humanities , Natural Sciences and Languages and Codes , in six counties in the State of Maranhão, northeastern Brazil . Interdisciplinary training courses for skills and presence of teachers to act, more especially in the final years of elementary school. Having participated in the process of discussion and elaboration of these pedagogical projects , we aim to expose the course of this experience , highlighting their collective construction , and bring to the debate relevant aspects of the new courses that have been designed based on the principles of : competence as a nuclear design of the course ; coherence between the training offered and expected practice , research, focusing on the process of teaching and learning , academic guidance and regulation of learning and use of information and communication technologies.

Keywords: Teacher Education - Undergraduate – Interdisciplinarity

1. Para começar o caminho

A melhoria da qualidade da formação docente implica no aprendizado de novas maneiras de ensinar e desenvolver estratégias de aprendizagem. No início dos anos 90, o livro “Os professores e sua formação”, coordenado pelo professor português António Nóvoa (1991) e o I Congresso sobre formação de Professores nos Países de Língua e Expressão Portuguesas iniciaram as discussões mais recentes a respeito do professor pesquisador e reflexivo.

Essas discussões vêm crescendo ao longo do tempo, trazendo aos docentes dos dias atuais a busca desse perfil por meio de uma aprendizagem contínua, evidenciada pela prática no processo de formação e na valorização da pesquisa como instrumento de formação desses professores. As informações e a tecnologia atualmente se processam rapidamente, e isso exige do professor uma mudança de postura, que deve estar agora focalizada na pesquisa e na reflexão, tendo como objetivo a construção de saberes docentes ao longo do seu crescimento profissional.

A carência nacional de professores para atender à Educação Básica em todas as áreas de conhecimento, especialmente a da rede pública, tornou-se, no Brasil, um problema crônico tendo como agravante a má formação docente, a qual repercute na baixa qualidade educacional e dos altos índices de evasão e repetência escolar no País.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) sobre a Educação Básica, em 2009, indicavam que eram

necessários 235 mil professores no Ensino Médio e 476 mil para as turmas de 5ª a 8ª série, com um total de 711 mil professores; e o número de professores formados nos cursos de licenciatura foi de 457 mil, com uma lacuna de cerca de 250 mil docentes. Essa realidade exigiu e exige a participação da Universidade em projetos que objetivem mudanças substanciais nesses indicadores, principalmente por meio de uma atuação na Educação Básica, com qualidade social.

A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) pensando nessa problemática, que não é recente, desenvolve o Programa de Formação de Professores para a Educação Básica (PROEB) que está presente em vários municípios do Estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, em parceria com as Prefeituras; participa da execução de políticas para a formação docente no Estado, por meio do Programa de Formação de Professores para a Educação Básica do Plano de Ações Articuladas, em parceria com as Secretarias de Educação e financiado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC); criou os cursos de Licenciatura em Pedagogia da Terra, em 2008, e de Educação do Campo, em 2009, ambos no *Campus* do município de Bacabal.

Ampliando e interiorizando suas ações em prol da formação docente é que a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) criou os Cursos de Licenciaturas em Ciências Humanas, Ciências Naturais e Linguagens e Códigos, em seis nos municípios maranhenses: Bacabal, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Bernardo. São Cursos de formação interdisciplinar, por competências e presencial, de professores para atuarem, mais especialmente, nos anos finais do Ensino Fundamental, ofertados no turno noturno.

Tendo participado do processo de discussão e elaboração destes Projetos Pedagógicos, pretendemos expor o percurso inicial desta experiência, destacando sua construção coletiva; e trazer para o debate aspectos relevantes dos novos cursos.

2. Os Primeiros Passos

A proposta dos Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares resultou de um percurso iniciado em 2009 com a realização do Seminário “Construindo Licenciaturas Inovadoras”, que consistiu num momento de reflexão e discussão entre Pró-Reitoria de Ensino e docentes dos diversos Departamentos da área de Humanas (Educação, Geociências, Filosofia, Artes, Sociologia e História) e Ciências Exatas e Naturais (Biologia, Química, Física, Matemática,).

A partir das discussões desenvolvidas no interior dos Grupos de Trabalho (GT's) foi constituída uma Comissão para Criação dos Novos Cursos, homologada posteriormente pela Portaria nº 53/2009, que designou dois Grupos de Trabalho preparatórios dos Projetos

Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática, e Ciências Humanas, de cujas contribuições decorreram os projetos dos Cursos. A esta primeira Comissão somaram-se outros docentes dos referidos Cursos, que se inseriram posteriormente no processo de sua discussão.

Além da criação das referidas comissões, o Seminário permitiu a construção coletiva do planejamento e calendário de visitas para levantamento de dados e apresentação do anteprojeto das licenciaturas interdisciplinares às autoridades competentes e comunidade dos municípios sede dos novos cursos, atividade esta que foi iniciada na 2ª quinzena de junho e se estendeu até o início do mês de julho daquele ano.

Na oportunidade, foi possível constatar a expectativa positiva nestes municípios de poder vir a contar com cursos de formação docente, principalmente por serem ofertados pela UFMA, visto que os mesmos responderão, com qualidade, a uma demanda existente na região.

Em seguida, as comissões, juntamente com a equipe técnica da Pró-Reitoria de Ensino da UFMA, finalizaram a redação do Projeto Pedagógico de cada um dos treze cursos, para serem apresentados ao Conselho Universitário (CONSUN) para aprovação e criação legal, o que ocorreu em maio de 2010, mediante a publicação das respectivas as Resoluções.

Foram realizados Concursos Públicos de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Magistério Superior, para Provimento de Cargo de Professor, exclusivamente para os Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares.

3. A Rota do Caminho

Os Projetos Pedagógicos dos novos cursos foram desenhados a partir do princípio de flexibilização curricular, de forma a desenvolver uma nova relação de aprendizagem, articulada à pesquisa e à extensão, possibilitando novas formas da organização dos elementos curriculares, da relação pedagógica entre professor e aluno.

Essa flexibilidade exige assumir uma concepção do processo ensino-aprendizagem não centrada na figura do professor, e sim em uma relação dialógico-formativa, que reconhece o aluno como construtor ativo de sua aprendizagem, num crescente de autonomia intelectual. Nessa relação, a orientação acadêmica, curricular e pedagógica assume papel central, demandando a efetiva atuação dos docentes e do Colegiado do Curso no planejamento contínuo da progressão e da regulação das aprendizagens. (Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, São Bernardo, 2010, p. 21).

A abordagem interdisciplinar dos Cursos foi assumida compreendendo-a como “um processo que envolve a integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de integração das disciplinas do currículo escolar, entre si, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos estudantes”. (LÜCK, 1994, p. 64).

Os Cursos foram desenhados a partir dos princípios da: competência como concepção nuclear do curso; coerência entre a formação oferecida e a prática esperada; a simetria invertida; a aprendizagem em interação com a realidade e com os demais indivíduos; a pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem; avaliação como parte integrante do processo de formação (Princípio da orientação acadêmica e da regulação das aprendizagens); e utilização das tecnologias de comunicação e informação, visando à formação de docentes pesquisadores/reflexivos.

De acordo com Ramalho, Nuñez e Gauthier (2003, p. 74-80) a competência como eixo na formação docente profissional é caracterizada por:

Ser mostrada em um contexto real, pois os conteúdos de formação devem ser contextualizados; 2. Situar-se numa variação de estado que vai do simples ao complexo, não sendo algo acabado; 3. Basear-se sobre o conjunto de recursos, sendo multidimensional; 4. Não se reduzir aos recursos do indivíduo, pois o agir competente leva consigo a interação com os outros, o social; 5. Ser da ordem do saber mobilizar no contexto da ação; 6. Exigir não somente o saber-mobilizar, mas, também, o saber de seu *savoir-faire*, isto é, saber sobre o como e o porquê foi feito; 7. Ser uma prática intencional, pois saber agir com pertinência é saber interpretar e julgar; 8. Ser um projeto, uma finalidade, posto que está sempre em processo de atualização/construção; 9. Ser uma potencialidade de ação, que pode se manifestar no contexto real; 10. Ser uma capacidade de agir com estabilidade, não sendo, no entanto, rotina ou hábito.

Ao propor a formação de docentes pesquisadores/reflexivos, os Projetos Pedagógicos dos cursos em tela, assumiram a pesquisa numa perspectiva crítica, tendo por base o que afirma Freire (1996, p. 15):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago, porque me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando “curiosidade epistemológica”.

Assim sendo, a proposta da UFMA para os referidos Cursos de Licenciatura partiu da compreensão de que se fazia necessário apoiar, com todos os recursos e instrumentos disponíveis, uma formação docente inicial ancorada nesse novo modelo emergente, fundamentado no processo de investigação/reflexão/crítica da prática em sua relação dialética com a teoria, na construção/reconstrução das competências segundo o desenvolvimento profissional.

4. Abrindo Veredas

Para possibilitar a formação dos professores para as Licenciaturas Interdisciplinares a UFMA oportunizou, mediante o uso dos recursos do Programa de Consolidação das Licenciaturas (PRODOCÊNCIA/CAPES/UFMA)¹ momentos de trabalho e reflexão com o objetivo de “Possibilitar a apropriação, por parte dos docentes, das competências próprias ao fazer pedagógico interdisciplinar, mediante espaços/momentos de formação continuada”, dentre os quais destacamos:

1. **Seminário “Construindo Novas Licenciaturas na UFMA”**, com o objetivo de “Oportunizar uma discussão mais aprofundada dos projetos pedagógicos das nossas licenciaturas interdisciplinares com os docentes recém-nomeados que compõem o corpo de professores dos novos cursos.”. Realizou-se no período de 27 a 30 de julho de 2010, no Campus do Bacanga, em São Luís. Teve um total de 70 Participantes, os professores dos Cursos Novos. A conferência de abertura foi proferida pelo Diretor de Regulação e Supervisão da Educação Superior Secretaria de Ensino Superior – SESu do Ministério da Educação;
2. **Seminário Temático I**, com o tema: “Construindo Licenciaturas Interdisciplinares Inovadoras” foi realizado de 18 e 19 de abril de 2011, tendo como palestrante o Prof. Ms. Casemiro Campos (Universidade Federal do Ceará). No final foram criadas comissões de estudos para subsidiarem os projetos pedagógicos, e de acompanhamento dos 13 projetos Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), e dos dois grupos Programa de Educação Tutorial (PET) aprovados;
3. **Seminário Temático II** teve como temática “Saberes e Competências”, realizou-se nos dias 05 e 06 de maio de 2011, contou com a Profª Drª Sylvie

¹ O Programa de Consolidação das Licenciaturas é uma ação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) cuja finalidade é o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira docente, foi criado no ano de 2006.

Delacours Lins (Universidade Federal do Ceará) como palestrante. Como encaminhamento final foi criada uma comissão composta por um membro de cada campi, dois representantes da Pró-Reitoria de Ensino e dois do Núcleo de Tecnologia e Informática, para dar prosseguimento aos estudos e procedimentos para implantação do registro acadêmico dos Cursos.

5. No Caminhar

Trazemos como exemplo dos primeiros encaminhamentos didático-pedagógicos dos Cursos, a organização construída pelos docentes do Campus de Bacabal, do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas quanto aos eixos e investigação, situações complementares e organização tempo-espaço:

Quadro 1- Organização das Atividades

HORA/DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
18:20 - 19:20 (T1)	Projeto	Oficina de Ensino-Aprendizagem	Projeto	Projeto	Projeto
19:20 - 20:20 (T2)	Grupo de Estudo Orientação	Projeto	Projeto	Projeto	Grupo de Estudo Orientação
20:20 - 20:40	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
20:40 - 21:40 (T3)	Oficina de Ensino-Aprendizagem	Oficina de Ensino-Aprendizagem	Grupo de Estudo Orientação	Grupo de Estudo Orientação	Projeto
21:40 - 22:40 (T4)	Grupo de Estudo Vivência cultural	Projeto Vivência cultural	Oficina de Ensino-Aprendizagem Vivência cultural	Projeto Vivência cultural	Oficina de Ensino-Aprendizagem Vivência cultural

Fonte: Planejamento das Atividades do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas do Campus de Bacabal.

1. Eixos de Investigação:

Eixo de investigação 1: Projeto “Lendo e Escrevendo”;

Eixo de investigação 2: Oficina de Ensino-Aprendizagem “No Mundo das Ciências Humanas”.

2. Situações Complementares:

Grupo de Estudo e Leitura - Horário permanente diário destinado aos alunos para estudo individual ou em grupo. (Presença de professores e autonomia do aluno);

Vivência Cultural - Atividade que será realizada em dias alternados uma vez por semana sempre organizada por pelo menos dois professores e alunos;

Orientação e Acompanhamento Individual - Além da orientação geral, cada professor será responsável por um pequeno grupo de estudantes que será acompanhado ao longo do período letivo.

3. Organização Tempo-Espaço:

Destacamos um trecho do planejamento do Eixo de Investigação: Oficina de Ensino-Aprendizagem “O Mundo das Ciências Humanas”:

1. Competências:

- Relacionar conteúdos e temas de diferentes disciplinas do conhecimento;
- Dominar com clareza e precisão as linguagens básicas da História, Geografia, Sociologia e Filosofia, utilizando seus códigos e nomenclaturas específicas;
- Interpretar diferentes formas de representação nas Ciências Sociais e Filosofia: textos discursivos, imagens, gráficos, tabelas, quadros estatísticos, mapas, documentos paleografados e cartografados, linguagens simbólicas em geral, etc.

2. Conteúdos:

- Ciências Sociais: conceitos fundamentais e métodos básicos das Ciências Sociais;
- Educação: educação: teorias, temas, conceitos e ideias chave;
- Geografia: pressupostos teóricos e metodológicos de fundamentação da Geografia; definições, conceitos e temas;
- História: Ideias, conceitos e teorias básicas da História;
- Filosofia: filosofia: caracterização histórico-conceitual.

Cabe ressaltar a autonomia dos *campi* e dos docentes dos treze cursos quanto à organização didático-pedagógica dos mesmos, desde que salvaguardadas as orientações presentes em seus respectivos Projetos Pedagógicos.

6. Para continuar o caminho

Nesta perspectiva, foi justificada a proposição de metas que visavam à integração, atualização e adequação dos projetos pedagógicos dos cursos das novas licenciaturas, de modo a alcançar o tratamento interdisciplinar, contextualizado e socialmente qualificado dos conteúdos da Educação Básica e visando ao desenvolvimento das competências e

habilidades que o cidadão-aluno precisa portar à saída, rumo ao trabalho e à cidadania efetiva. A vivência dos Cursos de Licenciaturas Interdisciplinares da UFMA continua, pois como diz o poeta “o caminho se faz ao caminhar”.

Este breve relato, traduz um pouco da experiência inovadora assumida pela Universidade Federal do Maranhão na busca do enfrentamento de uma das problemáticas vivenciadas pelo povo brasileiro: a oferta de uma educação de qualidade. Experiência esta que desejamos possa contribuir para as discussões das problemáticas do espaço europeu, salvaguardadas as peculiaridades que nos distinguem, mas, que, também, podem nos unir na busca da construção de um mundo mais fraterno e de uma educação cidadã.

Referências

Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Lück, H. (1994). *Pedagoga Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos*. São Paulo: Vozes.

Pró-Reitoria de Ensino/UFMA (2010). *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas de São Bernardo*, São Luis.

Ramalho, B.; Nuñez, I.; Gauthier, C. (2003). *Formar o professor, profissionalizar o ensino: perspectivas e desafios*. Porto Alegre: Sulina.

BUSINESS EDUCATION AND CAREER OPPORTUNITIES

Alexandrina DEACONU

Cătălina RADU

The Bucharest University of Economic Studies, Romania

alex.deaconu@yahoo.com; catalina.radu@ase.ro

Abstract

Business education offers a wide range of opportunities and is clearly one of the most successful types of education in Romania and worldwide in terms of finding potential candidates. The potential „attraction” is higher, as a result of the wide range of opportunities that might appear after following such a path. However, measuring success in education means looking not only at inputs, but also at outputs, at students’ personal development during the educational process, at the success of graduates on the labour market and at their insights regarding their career. In this paper we aim to feel the „pulse” of the students from the economic fields (business higher education, including MBA programs), by taking into account their changed perceptions due to the continuous dynamics of the business environment.

It is hard to predict how education in general prepares present students for a future innovative and creative society. If we are talking about the system as a whole, it is even more difficult and unfortunately tending to lead to a quite pessimistic answer (although we are optimistic and we are sure some changes will be perceived soon). For the moment, we consider that our educational system – and we are referring particularly to Romania, since this is the place we live and work – is more likely mass-oriented, with a trend of liking mass in everything: a lot of students in order to cut costs (also believing it is easy to do that without lowering the quality), a very specialized way of dealing with everything, a preference towards performing the very same task over and over again and a general easiness for teachers to choose lectures with less interaction.

We do believe that some changes have already started to happen. We do have teachers that are more student-oriented. Students do appreciate them, and, as a result, some of these teachers received recognition or even prizes. These teachers appreciate creativity more, are closer to their students and are facilitators rather than transmitters of information. They know they can learn from students as much as students can learn from them. They value diversity and try to build on it. It is generally perceived that this is the only way business schools do attain their goals of developing well-prepared people.

Beyond our beliefs, this paper is one of the results of a study conducted in The Bucharest University of Economic Studies in 2012. It aims to present some ideas referring to our students’ perception on career. In order to find their main insights, we used a questionnaire for which we obtained 107 valid answers and accounts for 8 students and 2 graduates as a complementary qualitative approach.

Our results after processing the questionnaire led us to the general conclusions that the main factor to influence the career path is personal decision, that students generally do consider they should pursue a career abroad and that universities do have a major role in influencing students' career. Entrepreneurship is in many cases seen as a career path. However, only some of the respondents had already tried entrepreneurship, while most of them only indicated the attraction for such a career path.

Our paper also takes into account the current conditions of MBA programs in Romania and the general options graduates of such a program do have. We also analyzed the two different options of studying in our country or abroad. The analysis of our accounts also led to a series of interesting results with respect to these options. While there seem to be quite many reasons for studying abroad, most of the graduates of foreign business schools are also interested in coming back after a period of gaining experience in another country.

We strongly believe that the conclusions of our study can serve as a base for a series of actions aimed at improving the educational process. Further implications should consist in a better performance of the economy as a whole. We believe in synergy and in switching to a more creative, interactive and innovative education, in which standards might continue to exist, but they should be more flexible and student-sensitive. This way, the society as a whole would benefit.

Keywords: Business education, career, educational process, employment, labour market

Résumé

L' éducation de gestion offre de opportunités nombreuses et constitue, sans doute, un type d' éducation bien appréciée en Roumanie et dans le monde entier qui attire des candidats. Le potentiel „d'attraction” est fort grace aux chances de succès pour ceux qui ont suivi une telle formation. Pour l' évaluation de la reussite dans le domaine de l' éducation il faut prendre en compte non seulement les éléments d' entrée, mais aussi les éléments de sortie, c'est à dire, le développement personnel des étudiants pendant le processus d' éducation, le succès des diplômés sur le marché de travail et les évolution de carrière. Dans cet article nous voulons découvrir "l'état d'esprit" des étudiants des universités économique (étudiants de la faculté d'administration des affaires, y inclu les programmes Master of Business Administration - MBA), en tenant compte du changement de leur perception sous l' influence de la dynamique continue de l' environnement d' affaire.

Il est difficile de concevoir un système d' éducation capable de préparer aujourd' hui les étudiants pour la future société innovative et créative. Si nous allons parler du système en ensemble, il sera encore plus difficile et, malheureusement le pessimisme augmentera (malgré ces aspects, nous sommes optimistes et nous pensons que certains changements seront visibles bientôt). Pour le moment, nous considerons que le système d' éducation – surtout en Roumanie, l' espace géographique et culturel dans lequel nous vivons et nous travaillons – est plus orrntée vers la grande

échelle: nous travaillons avec des groupes d'étudiants très grandes en vue de réduire les coûts (en considérant qu'il est possible de maintenir la qualité dans ces conditions).

Nous croyons que certains changements seront inévitables. Nous avons des professeurs plus orienté vers les étudiant, des étudiants qui les apprecient, des professeurs qui, grace à leur dédication, ont reçu des prix spéciaux. Ces professeurs apprecie plus la créativité, sont plus proches des étudiants et peuvent être plutôt des facilitateurs que de émetteurs d'informations. Ils savent qu'ils peuvent apprendre des étudiants dans la même mesure que les étudiants aprennent de leurs enseignants. Ils apprecient la diversité et ils cherchent construire sur cette base. Selon la perception générale, cette façon de faire l'éducation dans les écoles de gestion est la seule voie d'atteindre les objectifs de former des spécialistes très bien préparés.

Au-delà de nos croyances, cet article présente les résultats obtenus à la suite d'un étude fait dans l'Académie d'Études Économiques de Bucarest en 2012. Il présente des idées concernant la perception de nos étudiants sur la carrière. Pour obtenir les meilleurs résultats, nous avons utilisé un questionnaire qui nous a apporté 107 réponses valides. Elles ont été complétées par les approches qualitatives complémentaires des 8 étudiants et 2 diplômés.

Les résultats obtenus à la suite du traitement du questionnaire nous ont conduit à des conclusions générales qui ont souligné que: le facteur le plus important qui influence la carrière est une décision personnelle; en générale, les étudiants considerent qu'ils peuvent suivre une carrière à l'étrangère et que les universités ont un rôle majeure qui influence leurs carrière; l'entrépreneuriat est vue, souvent, comme un possible itinéraire de carrière. Il faut mentioner que seulement certains répondents ont déjà une expérimenté dans ce domaine mais, la plupart d'étudiants indique leur préférence pour une telle évolution professionnelle.

Notre article prend aussi en compte le rôle des programmes MBA en Roumania et les options des étudiants après avoir fini le programme. Nous avons aussi analysé les deux différentes options des étudiants de faire des études dans notre pays ou à l'étranger. L'analyse nous conduit à des résultats intéressants. Même s'il y a beaucoup d'arguments pour étudier à l'étranger, une bonne partie des étudiants qui ont étudié dans des écoles d'affaires étrangères sont aussi intéressés de revenir dans le pays, après avoir gagné une bonne expérience dans un autre pays.

Nous envisageons que les conclusions de notre étude peuvent servir comme base pour les actions destinées à l'amélioration du processus d'éducation. Les implications serront une meilleure performance de l'économie en ensamble. Nous sommes confiants dans les effets de la synergie et dans nos chances de devenir plus creatifs, interactifs et novateurs en éducation. Même les standards les plus importants seront gardés, ils seront plus flexibles et plus favorables pour l'étudiant. De cette manière, toute la société, en ensemble, aura des bénéfices.

Mots clé: Éducation de gestion, carrière, processus d'éducation, employabilité, marché du travail

JEL Classification: A23, F22, F66, I23, J24, J28, M53.

Introduction

Although sometimes appearing to be easy, measuring success in education is quite a difficult task, since results are measured in terms of knowledge, competences, behavior and final results at the workplace, and success depends on both inputs and the educational process. In terms of inputs, business education is one of the most successful types of education in Romania, as a result of the wide range of opportunities. There are many students interested in studying business, and this is true both for higher education and highschools. Despite seeming to perform better in terms of attracting new candidates, business education in Romania encounters a general demographics-related problem, in the sense that the number of potential students follows a downward trend.

In this paper we will focus primarily on higher education (undergraduates or graduates of bachelor and master degree).

In developing our ideas, we had in mind four research questions. The first one refers to finding the main factors that influence the career path. Of course, we were interested to see if there are differences between the general hints given by the market and the perceptions of our students. Our second research question was to what degree our students are interested into studying abroad and even following a career outside Romania. The third refers to entrepreneurship, to what degree entrepreneurship is considered as a valuable career path. Last but not least, we wanted to analyse the current conditions of MBA crisis and see if we can talk about a high impact of the economic crisis on the business education in Romania.

1. Teaching and Learning Business – are We Creative Enough?

We believe education in general should prepare students for a future innovative and creative society, therefore it would be important to teach business in such a way that allows the expression of creativity and its future development. The emphasis on the use of knowledge rather than on knowledge by itself is significant. Competition implies more information sources, fast changing technologies, new managerial practices, higher competences and shorter life cycles, which lead to an increased importance of the organizational change (Tseng, 2009). The culture of academic institutions should be driven by changes in the external environment (Grant, Hackney and Edgar, 2010), as methods of teaching should adapt easily to the dynamics observed every day in the work market. It is clear that alternative methods of teaching should be developed, as they are more relevant for students' future work than traditional lecture, seminar and computer laboratory formula.

Social-constructive theories (Woolfolk, 2001) consider social interaction an integrative part of the learning process. It is important to work in teams, as in this way the learning experience attains higher levels and active learning is promoted (van Offenbeek, 2001).

Good knowledge and capabilities are compulsory in order to achieve success (Rașcă and Deaconu, 2012). While capabilities are clearly better developed by action learning, action learning is also better for acquiring knowledge (Radu, 2012). Although many ideas are very well understood by simply reading a text or seeing a documentary, every process is really „felt” only when „doing things”. Students need to meet both the perspective of traditional learning and action learning, when, participating in games, after the debriefing process they would normally keep in mind for quite a long period a series of conclusions that were the aim at the class.

It is hard to define creativity. According to Merriam-Webster dictionary, being creative refers to „having or showing an ability to make new things or think of new ideas”. Therefore, we consider that creativity has become one major objective of the business education process (and especially in the case of higher education, which should lead both to specialized knowledge and to skills of working in teams (Ramaswamy, Harris and Tschirner, 2001).

The question if we are creative enough is a tough one. We could take into account the system as a whole. In this case, it is even more difficult to answer and unfortunately it tends to lead to a quite pessimistic answer (despite our optimism, as we are sure some changes will be perceived soon in Romania, as small changes have already started to happen). For the moment, we consider that Romanian educational system is more likely mass-oriented, with a trend of liking mass in everything: we do need a higher number of students in order to cut costs (also believing it is easy to do this without having a negative impact on quality), we tend to prefer a very specialized way of dealing with everything in order to simplify, we tend to have a preference towards performing the very same task over and over again, of course, because of the same reason of simplifying, and there is a general easiness for teachers to choose lectures with less interaction.

However, we do have teachers that are more student-oriented. Students do appreciate them, and, as a result, some of these teachers received recognition or even prizes (for instance, there is a yearly event, Teacher Bologna, in which Romanian teachers receive recognition from their students, by being names as „inspiring teachers”. These teachers appreciate creativity more, are closer to their students and are facilitators rather than transmitters of information. They accept the fact they can learn from students as much as students can learn from them (mutual benefits in the educational process). They value interaction and diversity and try to build on them. Teachers who received these prizes said

that they were more happy with this than with graduating the PhD. studies, as this way they really saw the usefulness of their activities.

2. Case Study – General Perceptions of Career Development in Romania

Our research is mainly qualitative, by analyzing only answers from students and graduates from The Bucharest University of Economic Studies. We do understand big differences might appear for different university profiles (differences coming from specialization, size, organization, ownership, etc.). It was interesting to see some differences in the approaches of students that have not only the economic specialization, but also an additional one. In order to find their main insights, in 2002 we used a questionnaire for which we obtained 107 valid answers and accounts for 8 students and 2 graduates as a complementary qualitative approach.

Our results show that personal decision is the main factor in influencing career development, that students take into account the option of living abroad in order to invest in their career and that universities do have a major role in influencing career development.

The interest for a career abroad was quite a challenge in our research. We are convinced most of respondents took into account current economic conditions. However, we believe that further explanations come from a wrong interpretation of career. Even if most of the students consider personal decision is the main factor when choosing and developing a career, they also tend to think they could do more in other circumstances, including other countries (which is not necessarily true).

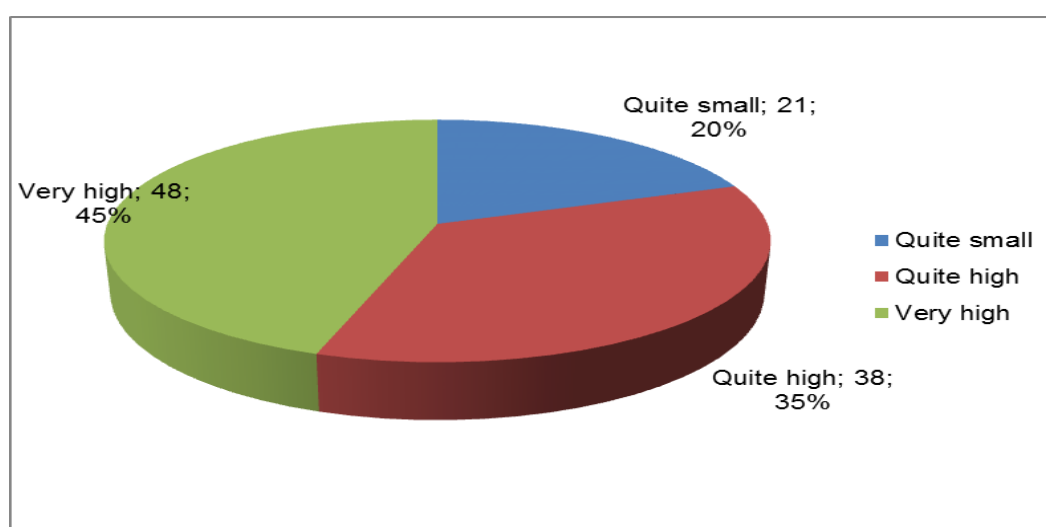


Fig.1-Romanian students' interest in a career abroad

In the following table we have presented the most interesting comments of our respondents, with respect to career perspectives outside Romania. We grouped the comments into two categories, reasons to leave and reasons to stay.

As it can be seen, there are quite many reasons for students (objective and subjective), both for leaving abroad and for staying in Romania. What we consider to be very important when taking into account the prospect of leaving is the fact that many of them have also in mind the prospect of coming back. They perceive their leaving as a justified sacrifice in order to obtain an immediate financial advantage or long-term better prospects as an advantage coming from their experience abroad.

Table 1-Romanian students' perceptions on career prospects abroad

Reasons to leave	Reasons to stay
<p><i>"I would leave for gaining experience, for interacting with people from different cultures and maybe just for seeing if I can manage alone in a foreign environment. It is like a test... and I am sure this way I will increase my self-confidence. Moreover, foreign opportunities are tempting and I think they also appear in a bigger number than in Romania."</i></p> <p><i>"A career abroad is tempting, because there work is respected and people do not guide themselves after the principle "it is alright anyway!"</i></p> <p><i>"I really take into account the option of leaving Romania, because outside wages are higher and is a wider diversity of career opportunities; people are well-rewarded for what they are doing; I am also studying journalism and I think in this field, as well as in others, such as theatre, for instance, the chances to succeed are higher."</i></p> <p><i>"My reasons to leave Romania are both personal and objective. Many domains are professionally treated and there are more opportunities than in Romania. Financial results would not necessarily be better, but work processes and attitude towards work are different. Another reason to leave comes from art: there are so many exhibitions there, music is also considered in another way there."</i></p> <p><i>"Firstly I would leave abroad for studying, because in Romania the field I would like to practice in future is not approached with the same complexity. Communication in Romania is not yet a very developed field and during faculty we don't have real practical stages, therefore it is very difficult to find a good job, with only theoretical knowledge. Secondly, I would prefer to work abroad because this way I would learn directly from professionals and I would develop a lot faster. Here, beside the fact that students employed do not have enough credibility, wages are low, and the working environment does not motivate you to work."</i></p>	<p><i>"I wouldn't leave, since my family and my friends are here. And maybe I wouldn't even integrate there. There is a risk I do not want to take, especially because I know I can succeed also in my own country."</i></p> <p><i>"I would like to be one of those that make a change in the Romanian mentality and I feel I can do this only from Romania. I don't think it would be a good idea to leave."</i></p> <p><i>"Even if an abroad experience might be interesting, I see many reasons to stay: for sure, the first one refers to the difficulties to integrate in another culture; then, I am thinking about the risk of ethnic discrimination, especially in the context of the current scandals with Romanian and Bulgarian emigrants; in Romania it is still possible to earn more in some fields; family support and friends near you cannot be omitted in such an analysis, as they mean a lot; I would also add our real implication as higher-educated people in building a new, more stable and more performing society; who is not interested into that?"</i></p> <p><i>"The support of my family and my friends is the main obstacle for my leaving, and the familiarity of Romanian society cannot be ignored. And for me the idea of failing on a foreign land scares me quite a lot."</i></p> <p><i>"What keeps me in Romania? Of course, friends and family. I prefer to stay here and to be close to them than to strive to adapt in a foreign country."</i></p>

Actually, if we look at the foreign students coming to study in Romania, the situation is more or less the same. In Romania we have a lot of foreign students coming especially from Tunisia, Bermudes, Guinea, Nepal, Oman, Zambia, but also from more developed countries such as UK, France, Germany, Sweden, Turkey, Italy and Greece.

Our questionnaire also explored the views regarding entrepreneurship.

Entrepreneurial spirit asks for accepting risks and uncertainty and a permanent search for innovation (Popescu and Drăghici, 2012), which is not a “natural” approach for all the people. In Romania entrepreneurship is more likely seen as a solution for the career path than in other countries, as for example in Portugal (we have studied the differences between these two countries). It is normal to have quite a big appeal of entrepreneurship for Romanians, at least because of two reasons. First, even if it is a riskier career path, it is more attractive in a country with lower economic conditions, especially as a result of many projects financed by the European Funds. Second, it appears that Romanians tend to be quite entrepreneurial as a general trait.

There are also quite many MBA programs in Romania, only some of them having an entrepreneurial perspective. The current economic crisis led to a substantial decrease in the demand of this type of programs.

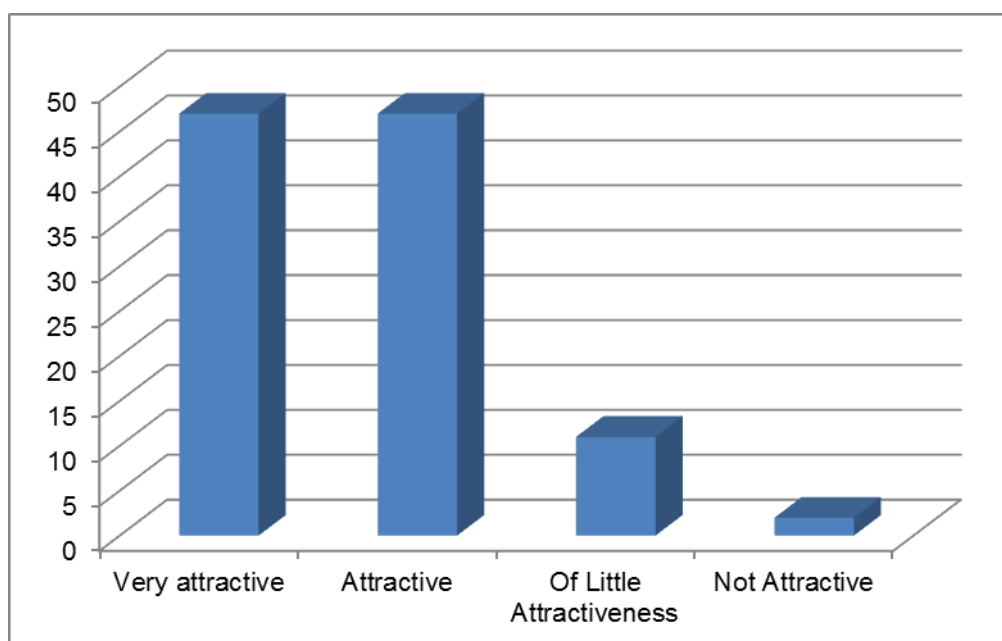


Fig. 2-Entrepreneurship as a solution for the career path

3. Conclusions and Implications

Career is not a clear concept for Romanian students, as for them it seems to be difficult to find a good indicator for measuring success – for some of them the only one indicated was salary, which proves quite a low level on intrinsic motivation.

We do believe creativity should be encouraged more in our educational system, for a better fit between supply and demand on the work market. Teachers should use more teamwork than they presently do and / or use it differently, without giving up to individual work.

The interest for a career abroad seems to be high, even if we encountered quite a big number of good reasons to stay. Reasons to leave refer especially to higher financial perspectives, while reasons to stay are related especially to family, friends and culture. Most of students interested in leaving do want to come back.

Most of Romanian students and graduates seem to be interested in an entrepreneurial career, which can be partly explained by our culture, and partly by potential funds to be accessed.

Of course, further research should find factors that explain future performances of students in their professional life, in order to lead to a series of recommendations for increasing these results.

References

- Grant, K., Hackney, R. and Edgar, D. (2010). Informing UK Management pedagogic practice: the nature of contemporary higher education culture, *International Journal of Information Management*, 30, pp. 152-161
- Popescu, D. and Drăghici, M.S. (2012). Strategic entrepreneurial management – necessity and opportunity, *Industria Textila*, 5, 267-276
- Radu, C. (2012). Action learning and knowledge management, *Proceedings of the European Conference on Knowledge Management*, 2, pp. 975-983
- Ramaswamy, S., Harris, I. and Tschirner, U. (2001). Students peer teaching. An innovative approach to instruction in science and engineering education, *Journal of Science Education and Technology*, 10, 2, pp. 165-171
- Rașcă, L. and Deaconu, A. (2012). Knowing who customers are, what they need, main advantage on the learning and development market, *Proceedings of the 7th International Conference on Business Excellence*, 2, 142-146

Tseng, S.M. (2009). A study on customer, supplier and competitor knowledge using the knowledge chain model, *International Journal of Information Management*, 29, 1, pp. 488-496

van Offenbeek, M. (2001). Process and outcomes of team learning, *European Journal of Work and Organizational Psychology*, 10, 3, pp. 303-317

Woolfolk, A.E. (2001). *Educational Psychology*, Allyn and Bacon, Boston

POUR UN ENSEIGNEMENT ECONOMIQUE SUPERIEUR INTERDISCIPLINAIRE

Ileana Constantinescu

Professeur universitaire

Académie d'Études Économiques de Bucarest,

Adriana Moțatu

Chargée de cours à

Académie d'Études Économiques de Bucarest

Résumé

De nos jours, pour donner la possibilité aux futurs diplômés en économie de trouver plus facilement un emploi sur le marché du travail national ou international, il faut penser à créer un enseignement économique supérieur interdisciplinaire au cadre duquel on pourrait inviter dans les cours des intervenants qui travaillent dans des entreprises. Ce serait une possibilité de rapprocher la théorie à la pratique, de faire connaître aux étudiants les problèmes de la vie économique réelle et l'organisation des entreprises les plus importantes au niveau national et international. Les aspects interdisciplinaires pourront être présentés au cadre des séminaires par des réferats rédigés par les étudiants.

Mots clés: enseignement économique, enseignement interdisciplinaire, méthodes utilisées, utilité pratique.

Resumo

Nos nossos dias, para dar a possibilidade aos futuros diplomados em economia de encontrar mais facilmente um emprego no mercado de trabalho nacional ou internacional, é preciso pensar em criar um ensino económico superior interdisciplinar no quadro do qual se poderia convidar para os cursos intervenientes que trabalham no mundo empresarial. Isto seria uma possibilidade de aproximar a teoria à prática, de dar a conhecer aos estudantes os problemas da vida económica real e a organização das empresas mais importantes a nível nacional e internacional. Os aspetos interdisciplinares poderão ser apresentados no quadro dos seminários através de relatórios redigidos pelos estudantes.

Palavras chave : ensino económico, ensino interdisciplinar, métodos utilizados, prática

Quand nous proposons un enseignement économique supérieur interdisciplinaire, après avoir invité aux cours de spécialité des intervenants qui travaillent dans des

entreprises, nous pensons au fait que dans un séminaire de langues étrangères, par exemple, on pourrait proposer aux étudiants des référats dans la langue étrangère respective sur les économistes les plus importants dans l'histoire de la pensée économique du pays en question ou dans les pays anglophones, francophones, hispanophones ou germanophones, en fonction de la langue étrangère étudiée au séminaire, des référats sur les entreprises les plus importantes au niveau national ou international, des référats concernant divers problèmes juridiques avec lesquels se confrontent les entreprises, des référats présentés dans la langue étrangère étudiée au séminaire. On pourrait utiliser en ce sens un livre qui s'intitule *Studii de caz. Drept penal, drept civil, drept comercial (Études de cas. Droit pénal, droit civil, droit commercial)*, auteurs: Adriana Moțatu et Ileana Constantinescu, Maison d'édition Milena Press, Bucarest 2009. En utilisant ce livre, les étudiants pourraient traduire dans une langue étrangère les cas présentés et ils pourraient en utilisant leurs connaissances juridiques présenter les demandes de preuves des deux avocats qui représentent les deux clients, la position du procureur, s'il s'agit d'une cause pénale et la solution prononcée par le juge. De cette façon, ils seront obligés à corrélérer leurs connaissances juridiques avec leurs connaissances dans une langue étrangère étudiée au séminaire. S'il y a des termes juridiques pour lesquels les étudiants ne connaissent pas le sens, ils pourront utiliser *Le dictionnaire juridique avec des définitions minimales roumain-français* paru en 2012 à Bucarest sur CD-rom chez Milena Press ou s'ils ne connaissent pas la traduction d'un terme juridique en anglais ou en portugais, ils pourront utiliser *Le dictionnaire juridique roumain-français-anglais-portugais* paru en 2012 à la Maison d'édition Milena Press, de Bucarest.

Nous considérons que de cette façon, nos étudiants pourront être capables de créer plus vite leurs propres entreprises et on donnerait à chaque étudiant en économie la possibilité de représenter plus tard l'entreprise où il va travailler dans un éventuel procès devant les instances si ce procès a lieu dans un pays francophone, anglophone etc.

D'autres référats pourraient corrélérer les connaissances des étudiants en économie, finances, comptabilité, mercatique, commerce et ils pourraient mettre l'accent sur la création d'entreprises: nom, statut juridique, politique des ressources humaines, mercatique, publicité, distribution directe, distribution indirecte, utilisation du profit brut, utilisation du profit net, plan de développement de l'entreprise.

En corrélation avec ce thème, au cadre du séminaire de langues étrangères on pourrait discuter et présenter des référats sur le développement durable et le principe écologique dans l'économie, dans le sens que chaque patron d'entreprise et ses salariés doivent respecter l'environnement, ne pas le polluer, car si on pollue l'atmosphère, par exemple, cela signifie que l'entreprise respective au lieu de rendre des services aux gens par

les produits ou services réalisés, elle fait des services en empêchant le développement durable, qui signifie aussi la protection de l'environnement pour éviter des catastrophes de divers types.

En enseignant le langage des affaires dans une langue étrangère dans un institut d'enseignement économique supérieur, on pourrait créer un enseignement interdisciplinaire par la méthode des référats, des intervenants qui travaillent dans des entreprises roumaines ou étrangères, avec une utilité pratique évidente dans le sens de la diminution du chômage, par la création de nouvelles entreprises et le passage plus rapide des jeunes diplômés de la théorie à la pratique économiques avec le respect de l'environnement.

Évidemment, ces référats peuvent être rédigés par les étudiants en économie à d'autres disciplines aussi pour qu'ils soient obligés à corréliser leurs connaissances et à se rendre compte finalement de ce que signifie créer une entreprise réelle ou virtuelle dans un environnement concurrentiel, lancer un produit ou un service et lui prolonger à un moment donné le cycle de vie par la réduction du prix et peut-être par de petites modifications techniques du produit respectif, pénétrer d'autres marchés par des études de marché préalables et par une publicité adéquate, capable de capter le désir des clients potentiels d'acheter le produit ou le service respectif, des marchés où la culture est différente par rapport à notre pays et où la couleur de l'emballage doit être en accord avec les préférences des gens du pays respectif, le prix doit être rapporté à leurs salaires, la distribution doit être faite dans des magasins adéquats au type du produit et à sa qualité pour pouvoir réussir à vendre et à conquérir d'autres marchés.

Donc, à notre avis, la création d'un enseignement économique supérieur interdisciplinaire est une condition de base pour la croissance du nombre d'entreprises, pour un développement économique rapide et durable et pour la réduction du chômage.

D'ailleurs, en pratiquant ce type d'enseignement interdisciplinaire en 2013, au cadre du séminaire de français, deux étudiantes de l'Académie d'Études Économiques de Bucarest, Roumanie, l'une de la Faculté de mercatique et l'autre de la Faculté de finances, d'assurances, de banques et de bourses des valeurs, qui avaient suivi un cours facultatif de français avec Ileana Constantinescu, ont réussi à obtenir un prix spécial à la Session de communications scientifiques des étudiants en langues étrangères avec une communication en français dirigée par Ileana Constantinescu, avec le titre *Le lancement d'un nouveau type de café sur le marché roumain: „Slight Swan Coffee“*. Les deux étudiantes, Coforea Elena et Drăgan Aurelia Alina, ont inventé un nouveau type de café mentholé, qui contribue à maigrir et qui est destiné aux femmes et dans leur communication scientifique elles ont présenté aussi la concurrence sur le marché du café en Roumanie, le prix de leur nouveau produit, la publicité pour faire connaître leur produit. À la session de communications des étudiants en

langues étrangères, elles ont même réussi à présenter les cubes de café, l'emballage de ce café et l'appareil qui crée ces cubes de café.

Voilà donc une situation de passage de la théorie à la pratique dans une communication scientifique des étudiants qui pourront ensuite soit créer une entreprise virtuelle pour vendre ce nouveau type de café, soit louer ou acheter un espace pour une cafétéria destinée seulement aux femmes et créer ainsi une entreprise de distribution et en parallèle une autre de production après avoir enregistré la marque.

En Roumanie, dans l'article „Insolvența se reinventează din 2015“, écrit par Șerban Bușcu, publié dans le no. 11 (1017) de 2013 du journal *Capital*, à la page 8, on mentionne que chaque jour au Tribunal de Bucarest on enregistre 130 entreprises pour lesquelles on déclare l'incapacité de paiement. Dans cet article on précise aussi que 28.000 entreprises ont été déclarées insolubles l'année passée. En 2011 le nombre des entreprises insolubles était de 24% plus réduit qu'en 2012.

Voilà pourquoi la création rapide de nouvelles entreprises est une chose absolument nécessaire, une chose qui pourrait être réalisée, à notre avis, par un enseignement économique supérieur interdisciplinaire et très centré sur la pratique économique.

Nous avons pensé à ce thème parce que l'économie est le moteur de la société. C'est grâce au développement économique continu que la société progresse et ce n'est pas seulement le présent qui nous intéresse, mais aussi l'avenir. Selon notre opinion, par un enseignement économique supérieur interdisciplinaire nous nous préoccupons non seulement du présent, mais aussi des générations futures qui auront moins de dettes à rembourser, car cet enseignement économique interdisciplinaire va stimuler la création d'entreprises de succès et le respect de l'environnement. Donc, les générations futures n'auront pas de dettes très grandes à payer et ne vivront pas dans un environnement « pourri », car un enseignement économique supérieur interdisciplinaire pourra contribuer à la croissance de l'innovation dans le domaine économique, à la création rapide de nouvelles entreprises dynamiques, au remboursement plus rapide de nos dettes et ces choses contribueront au développement rapide du niveau de vie et à la garantie que les générations suivantes vont hériter un patrimoine bien conservé.

Donc, à notre avis, dans le contexte actuel, les séminaires, les cours, les sessions de communications scientifiques des professeurs et des étudiants devraient être interdisciplinaires pour pouvoir mieux connaître les problèmes pratiques et trouver à temps de bonnes solutions par la recherche, qui à son tour, doit être non seulement théorique, mais orientée surtout vers la pratique économique, en éliminant les frontières entre les diverses disciplines enseignées dans un institut d'enseignement économique supérieur.

Pour stimuler encore plus les étudiants pour une recherche scientifique interdisciplinaire, on pourrait créer même dans chaque institut d'enseignement économique supérieur un journal de l'institut où l'on pourrait publier les meilleures communications scientifiques des étudiants, un journal qui pourrait être lu aussi à la bibliothèque digitale de l'institut respectif et il pourrait être distribué par des abonnements dans des ministères pour récupérer les dépenses et payer les auteurs. Une autre solution pourrait être celle de permettre l'accès de tous les lecteurs intéressés à la bibliothèque digitale de l'institut économique supérieur respectif, après avoir payé une taxe d'accès, et cette taxe servirait à payer les étudiants qui ont publié des articles et elle pourrait servir aussi pour insérer leurs communications scientifiques dans le journal de l'institut d'enseignement économique supérieur où ils étudient et à la publication du journal suivant.

Voilà quelques solutions qui conduiront au développement de l'enseignement économique supérieur interdisciplinaire, à la formation des étudiants pour une recherche interdisciplinaire centrée sur la pratique économique, à la dissémination des meilleurs résultats des étudiants dans la recherche économique y compris dans des ministères et même à la rétribution des étudiants pour cette recherche scientifique.

Évidemment, la formation des étudiants par un master interdisciplinaire et ensuite par un doctorat interdisciplinaire contribue également à une intégration plus rapide des jeunes diplômés en économie au cadre de l'économie de marché, où les tendances sont parfois difficiles à prévoir. À notre avis, les économistes et les hommes d'affaires diplômés en économie pour pouvoir anticiper les tendances du marché doivent avoir une formation interdisciplinaire, être capables à se documenter sur la Toile en plusieurs langues étrangères dans le domaine économique et des affaires pour voir aussi les tendances économiques dans d'autres pays, pour prendre dans le pays où ils travaillent de bonnes mesures à temps.

Les économistes doivent aussi être capables par une formation interdisciplinaire à analyser les métiers qui existent dans leur pays, s'ils sont bien représentés au niveau national ou non et créer de nouveaux métiers en fonction des besoins du marché et aussi de nouveaux emplois.

Ces économistes avec une formation interdisciplinaire pourraient élaborer chaque année un guide pour les hommes / femmes d'affaires du pays respectif avec les futures tendances du marché, pour donner une chance à ceux qui ont des affaires, sans avoir une formation économique, à prendre de bonnes mesures à temps et éviter la faillite. Ces guides pourraient être lus sur la Toile après avoir payé une taxe. Cette taxe contribuerait à la rémunération des économistes qui ont travaillé à ce guide.

D'ailleurs, à notre avis, si l'économie est le moteur de la société, qui entraîne le progrès, ce progrès devra être interdisciplinaire dans cette époque où il y a beaucoup de

connexions entre les sciences et nous assisterons sûrement à la création de nouvelles sciences basées sur une partie des résultats des autres.

De plus, par un enseignement économique supérieur interdisciplinaire, nous pourrons surmonter plus vite cette crise économique en donnant la possibilité aux étudiants de créer des entreprises où ils pourront utiliser divers types de mercatique, divers types de publicité en essayant de vendre leurs produits et services non seulement en Roumanie, mais aussi à l'étranger grâce à des sites réalisés en deux ou trois langues étrangères et à des modèles de contrats toujours en deux, trois langues étrangères, insérées sur ces sites.

S'ils créent des entreprises, chaque entreprise ayant deux, trois associés, nos étudiants penseront sûrement à une stratégie de développement, de l'entreprise à la création d'emplois.

Ce sera ainsi une possibilité d'avoir en Roumanie annuellement au moins 2000 nouvelles entreprises créées par les étudiants de l'Académie d'Études Économiques, qui pourront contribuer à la réduction du nombre de chômeurs en Roumanie. Parmi les entreprises créées par les étudiants, probablement les agences de tourisme, donc les entreprises de services, seront très nombreuses. En connaissant des langues étrangères, les étudiants pourront, en se basant sur leurs connaissances dans les domaines de l'économie, de l'histoire et de la géographie créer des programmes touristiques intéressants en égale mesure pour les Roumains et les étrangers.

De plus, grâce à l'interdisciplinarité de l'enseignement économique supérieur, nos étudiants pourraient, après avoir élaboré des stratégies au niveau micro pour leurs entreprises, être en mesure de fournir des idées pour une stratégie de développement économique au niveau macro-économique. Les professeurs d'économie, de géographie, d'histoire économique pourraient solliciter aux étudiants en troisième année des référats concernant la stratégie économique du pays, discuter avec les étudiants après la présentation de chaque réfétrat pour retenir les meilleurs et les envoyer au gouvernement pour faire une stratégie économique en Roumanie au niveau macro en s'inspirant aussi des idées des étudiants en économie.

À notre avis, ces référats concernant la stratégie économique au niveau macro-économique du pays, pourraient être présentés aussi au séminaire de langues étrangères pour sélectionner les meilleurs et faire un site en français, en anglais, en espagnol et en allemand avec des modèles de stratégies économiques pour servir à tous les pays, comme source d'inspiration. Ce sera comme une banque de données multilingue qui pourra être complétée chaque année. Cette banque de données sera très utile à tous les pays et elle pourra permettre un progrès économique général et rapide pour le bien-être de tous.

Comme dans l'enseignement économique supérieur on étudie aussi le droit, les étudiants pourront présenter pendant les séminaires de droit des référats concernant une stratégie juridique au niveau macro pour avoir des lois qui protègent non seulement les gens, mais aussi le patrimoine naturel et culturel de chaque pays. Ces référats pourraient être présentés aussi au séminaire de français / d'anglais / d'espagnol / d'allemand et les meilleurs référats pourraient être présentés sur un site pour constituer une base de données renouvelable chaque année, utilisée par tous les pays. De plus, les meilleurs référats en roumain, par exemple, pourraient être envoyés à la commission juridique du gouvernement pour faire une stratégie juridique qui protège en égale mesure les gens, l'environnement et le patrimoine culturel de la Roumanie, y compris la langue roumaine envahie de plus en plus par des termes anglo-saxons dans les domaines économique, sportif, médical, etc.

Selon notre opinion, le rôle de l'enseignement économique supérieur est à présent de former des diplômés qui ont déjà à la fin de la première ou la deuxième année d'études leurs entreprises qui leur permettent d'utiliser toutes leurs connaissances théoriques, de créer des produits et des services nouveaux, de créer des emplois pour dynamiser l'économie, pour surmonter plus vite la crise économique et donner une nouvelle possibilité au pays de se développer du point de vue économique. De plus, en travaillant dans leurs entreprises, les étudiants comprendront mieux la théorie économique et ils auront plusieurs possibilités de la compléter plus vite par des exemples issus de la pratique. Donc, ce sera aussi une possibilité de voir progresser plus vite même la théorie économique.

Au fond, le rôle de l'enseignement économique supérieur doit être de former des gens capables à contribuer le plus vite possible au développement économique du pays en question et des autres pays car tous les gens ont le droit à une vie décente, grâce à une économie prospère, dans un environnement naturel et culturel bien protégé par le système législatif. En mettant l'accent sur les spécificités du pays et en les exploitant du point de vue économique, les jeunes pourront donner à chaque pays une nouvelle chance de développement dans le monde d'aujourd'hui grâce à leurs entreprises, avec des stratégies bien définies, dans un pays avec une stratégie économique, sanitaire, juridique, une stratégie dans le domaine de l'enseignement et de l'armée à long terme. Ces stratégies, selon notre opinion, sont essentielles car sans aucune stratégie au niveau micro-économique et macro-économique, c'est le chaos qui apparaît.

En guise de conclusion, selon notre opinion, la réalisation d'un enseignement économique supérieur interdisciplinaire est la clé de voûte pour une économie prospère, une économie où le nombre des entreprises augmente chaque année, une économie capable de résoudre le problème du chômage, une économie qui contribue à un développement durable dans un environnement bien protégé.

Bibliographie

Attali, J. (2013). Perspectives, Revue française *L'Express*, no. 3229, p. 82.

Buşcu, S. (2013). Insolvenţa se reinventează din 2015, *Journal Capital*, no. 11, p. 8, Bucureşti.

Constantinescu, I. & Motatu, A. (2012). *Dicţionar juridic cu definiţii minimale român-francez*, Bucureşti: Milena Press (sur CD-rom).

Constantinescu, I., Moţatu, A. & Abreu, L. C. (2012). *Dicţionar juridic român-francez-englez-portughez*, Bucureşti: Milena Press (sur CD-rom).

Constantinescu, N. N. (2005). *Principiul ecologic în ştiinţa economică* (ediţia a II-a), Bucureşti: Milena Press.

Motatu, A. & Constantinescu, I. (2011). *Studii de caz. Drept penal, drept civil, drept comercial*, Bucureşti: Milena Press.

GEOGRAPHICAL EDUCATION AS A PHENOMENON OF COMMON CULTURE

Stela Dermendzhieva

Martin Doykov

“St. Cyril and St. Methodius” University of Veliko Tarnovo, Bulgaria

stellamalcheva@abv.bg

martin_doikov@abv.bg

Abstract

The article discusses some aspects of the importance of Geographical education and Geography for the society and its culture. It shows the structure and some typical characteristics of knowledge, and explores the interrelation between knowledge and human potential. The place of Geographical knowledge in the present conditions of globalization and informational society is also referred to.

Keywords: Geography, society, education, culture, knowledge.

Resumo

Neste texto discutem-se alguns aspetos importantes da Educação Geográfica e Geografia para a sociedade e a sua cultura. Nele se apresenta a estrutura e algumas características típicas do conhecimento, explorando a inter-relação entre conhecimento e potencial humano. O lugar do conhecimento geográfico nas presentes condições da globalização e da sociedade informacional é também referido.

Palavras-chave: Geografia, sociedade, educação, cultura, conhecimento

Introduction

*“Geography for me is something more than just a profession: it is rather a way of perception of the world.”
Jacqueline Beaujeu-Garnier*

In the remote past the object of scientific knowledge of man was the surrounding world. In that time Geography (the description of the Earth) become the base, which allowed

the emerging and development of a number of other sciences – History, Medicine, Ethnography, Physics, Astronomy.

Exactly this is the great merit of Geography and geographers.

Centuries on end science is an occupation of the separate man, imposed by the internal needs of discovering and explanation of all the phenomena of the surrounding world. Along with the changes in economic and social relations, the scientific studies results become more and more product of joint efforts, and science is perceived as a significant *factor* for social development.

The purposeful interest in the spatial factors of development, and especially in its cultural-political aspects, dates back to the remote past. Original base for the researcher's interest were the natural components, structuring the inhabitable world, and the need of acquaintance and description of the spatial political formations, mainly with military and trade purpose.

2. Scientific knowledge – factor for the social development

*Three paths lead to knowledge:
the path of reflection – this is the noblest pat;
the path of imitation – this is the easiest way;
the path of experience – this is the bitterest one.*
Confucius

Scientific Knowledge begins with the first attempts the world and its composite elements to be presented as comprehensible, explicable and predictable. For this purpose in the millennial civilizational development, a wide range of approaches was used, which lead to different by their subject of research, but closely interconnected scientific branches and schools.

In contemporary world science is important activity, in which some of the countries invest significant amounts of money, in order to achieve economic and social prosperity, in order to search for solutions of the significant problems of modern times, in order to provide conditions for development and upgrade of knowledge that have been amassed by the previous generations.

The tremendous progress of communications and information technologies during the last decades and the connected with it transition from industrial to information society lead to natural changes of the structure of economy and labor market, and to the formation of a new model of economic growth and development, in which a key factor is the quality of human potential.

Thus the socio-economic development emerged and in the search of methods for taking up a leading position in the world economic competition, in March 2000 the member states of the European Union adopted the Lisbon Strategy, in which they set their ambitious task to convert the Union in “the most compatible and dynamic economy in the world, based on knowledge, capable of stable economic growth, with more and better workplaces and better social integration”.

Simultaneously with the formulation of this purpose the EU outlined the particular results that the member states have to achieve at the national level in the sphere of *scientific research and innovations*, and which are condition for the accomplishment of the common goal.

Jacques Delors (Delors, 1998) notes: The world educational tendencies are based on four feet:

- ☞ *to learn to know,*
- ☞ *to learn to be capable,*
- ☞ *to learn to live in unison with the others, and*
- ☞ *to learn to be*

Geographical education cannot bypass the problems, typical of the education in general, it cannot evade development in unison with the world educational trends. But in order to achieve this function, it has to overcome the existing real contradictions:

- *between traditions and contemporary trends;*
- *between universal and individual;*
- *between the immense amounts of accumulated knowledge and human capabilities to use them effectively.*

Contemporary Geography is one of the most important foundations of scientific knowledge.

The Estonian geographers U. Mereste and S. Nimick note: “The regularities in the development of science as a system of knowledge, eventually lead to internally balanced differentiation and in the same time – to unity of science.”

The development of Geography has led to the separation of two major sub-fields in it: *Physical (natural) Geography and Socio-economic Geography*.

Physical Geography studies the processes and phenomena that take place in the geospheres. After its separation in XIX century, it is developing in two directions: particular (or specific) and general.

The founder of Physical Geography Humboldt writes that: “The richness of natural sciences is not in the amount of facts, but in the study of their mutual dependency”, that is to say in a system. There is also interrelation and interaction between the separate geospheres, and they are caused by the access and modification of solar energy, the internal energy of the Earth and the gravitational energy.

The main object of study of Socio-economic Geography is the territorial organization of human society and its economic activity. It studies carefully the relation: nature – population – economy, in general, as well as in regional aspect.

Social Geography studies spatial dimensions of civilizational development in global, regional and local scale. Its multilayer horological nature is additionally multiplied by the equivalent significance of the chronological, historical and systematic-structural philosophical methodological approach.

Among the phenomena of complicated interaction is the impossibility for simple and indisputable designation of “this” part of the structure of geographical science. The role of determinants, in this respect, is taken by widely used terms as *social, cultural, humanitarian (humanistic) geography, anthropogeography, socio-economic, economic geography*.

A chrestomathical thesis, that’s known by all the geographers, is that the base in Geography is the studying of the community of phenomena, the revelation of similarities and differences between groups, the classifications by these indications, and the development of a typology, that is to say of well-arranged scientific knowledge.

New reality brings forward the significance of *geographical knowledge*, the importance of *geographical erudition as a culture*, as a conduct, i.e. with other accents and new dimensions.

This calls for research and thorough overthinking of the achievements of geographical education in our country and, combining traditions that have preserved their value with innovations, connected with the new realities, for the formation of philosophy for its development.

The contribution of Geography to education, according to the International Geographical Education Charter, is to contribute to the main skills as mathematical, graphical, literacy, and also to the development of personal and social competence, especially for the spatial dimensions of everyday manner of life.

All the phenomena from the objective reality reflect, because reflection is a common characteristic of matter. Knowledge is a type of reflection. But only living phenomena become acquainted with reality, while non-living just reflect it.

Knowledge, in the utmost degree, is gained by people. It is one of the main types of human activity. Through knowledge people collect data (facts), process it and use it afterwards to meet their needs and interests.

Knowledge exists in different types. More important are:

- *Worldly* – it is knowledge about the surface, about the evident things, about that which can be perceived by objective senses, which can be learned from life experience.

- *Artistic* – it is knowledge, which presents, reproduces, shapes reality through artistic images, and the cognitive results are presented to us through feelings and emotions.
- *Scientific* – this is only theoretical, only consistent logical structured knowledge. It is directed to the revelation of the real regularities of phenomena from the objective reality. Its purpose is to make these phenomena predictable, recollectable, usable.

Scientific knowledge has three basic characteristics: it uses scientific categories and logical constructions, it is a subject to the requirements and rules of formal and dialectical logic as a science about thinking, uses scientific methods for examination of the objective reality.

Scientific knowledge is theoretical knowledge. It is knowledge about the essence. It generalizes, systematizes the cognition.

The most complicated scientific knowledge is the *geographical knowledge*. It has sophisticated and in a mediocre way restored (reconstructed) object of knowledge. That reflects to the scientific methods for studying that Geography uses. It forms its scientific arsenal of methods and approaches from many other sciences: sociological methods, logical methods and others.

3. Geography and Society

*“Geography is such as geographers make it.”
Richard Hartshorne - "Perspective on the Nature of Geography"*

Purpose of contemporary Geography is to make up a comprehension of the Earth, as for entire working system – in such a way, as an organism functions. People are part of it and Geography should help them live in the best accordance with it, without harming it. Thus it contributes to the deciding of the fate of mankind. Classical is the definition: “Geography is a science about the structure of the geographical sphere and the rules for formation, spatial distribution and development of this structure” (Bagrov, 2005, pg. 19). One of the most popular definitions is also: “Geography is a natural and social science that studies spatial differentiation of Earth’s nature, and spatial organization of society at three levels: global, regional and local.” (Bagrov, 2005, pg. 26).

On the basis of its object, Geography is thought to be holistic (about the world as a whole), horological (showing spatial relations), and chronological (because of the changes during times). It is also considered to be a transitional science, forming at the border between the natural and the social bloc of sciences, and serving as a peculiar bridge between them. Because of that, it has a potential for synthesis and integration. Its object of study is the

environment of social development (oikoumenos), that is to say geographical environment and social space, and its methodological base – the spatial (horological) principle.

In order to be determined the place of Geography today, it is very important to be defined its scientific center, that is the problem of territorial organization of society. The “triune” nature of contemporary Geography (territoriality, complexity and concreteness), should be complemented by two other characteristics: integrality and globality. The necessity to include the principle of globality is predetermined by the fact that all the contemporary global changes (energy, demographic, ecological, resource) initially reveal themselves not on the global, but on the lower geographical levels – regional and local.

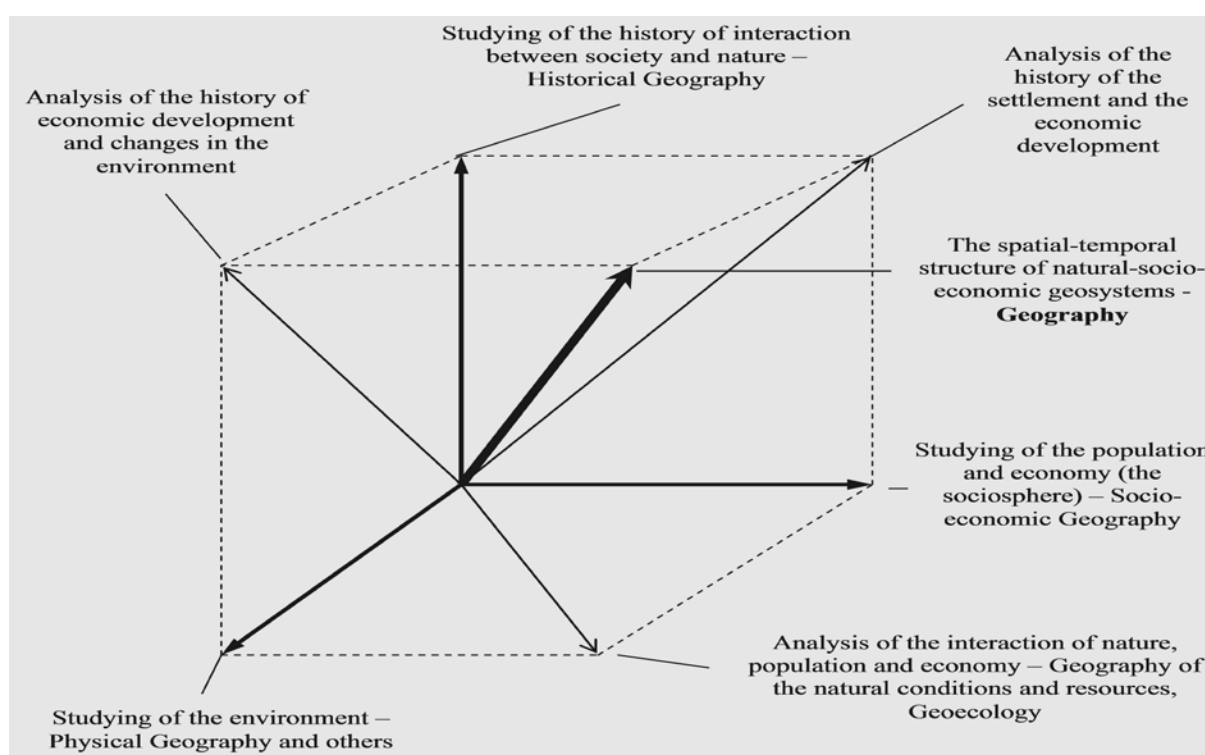


Fig.1 Logical Structure of the Trinity of Geography (Golubchik, 2005)

What actually is Geography? It is bearer of a specific cognitive approach – the spatial systematization and the search for the cause-and-effect connections, explaining spatial relations. If History studies the development of societies chronologically, Geography puts the stress on the **space** parameter, not as an end in itself, but as a spatial philosophy of the surrounding world.

The optimal spatial organization of the life of society, based on the depletion of resources, of human and technological capabilities in a particular country or region, is a permanent task for Geography and the connected with it applied fields.

The fundamental character of geographical knowledge is expressed in its primarity and immanence.

The pragmatics grows as a social significance, because of the fact that daily, each person, during his whole life makes **decisions of geographical character**. A task of Geography is these decisions to be conscious, not intuitive.

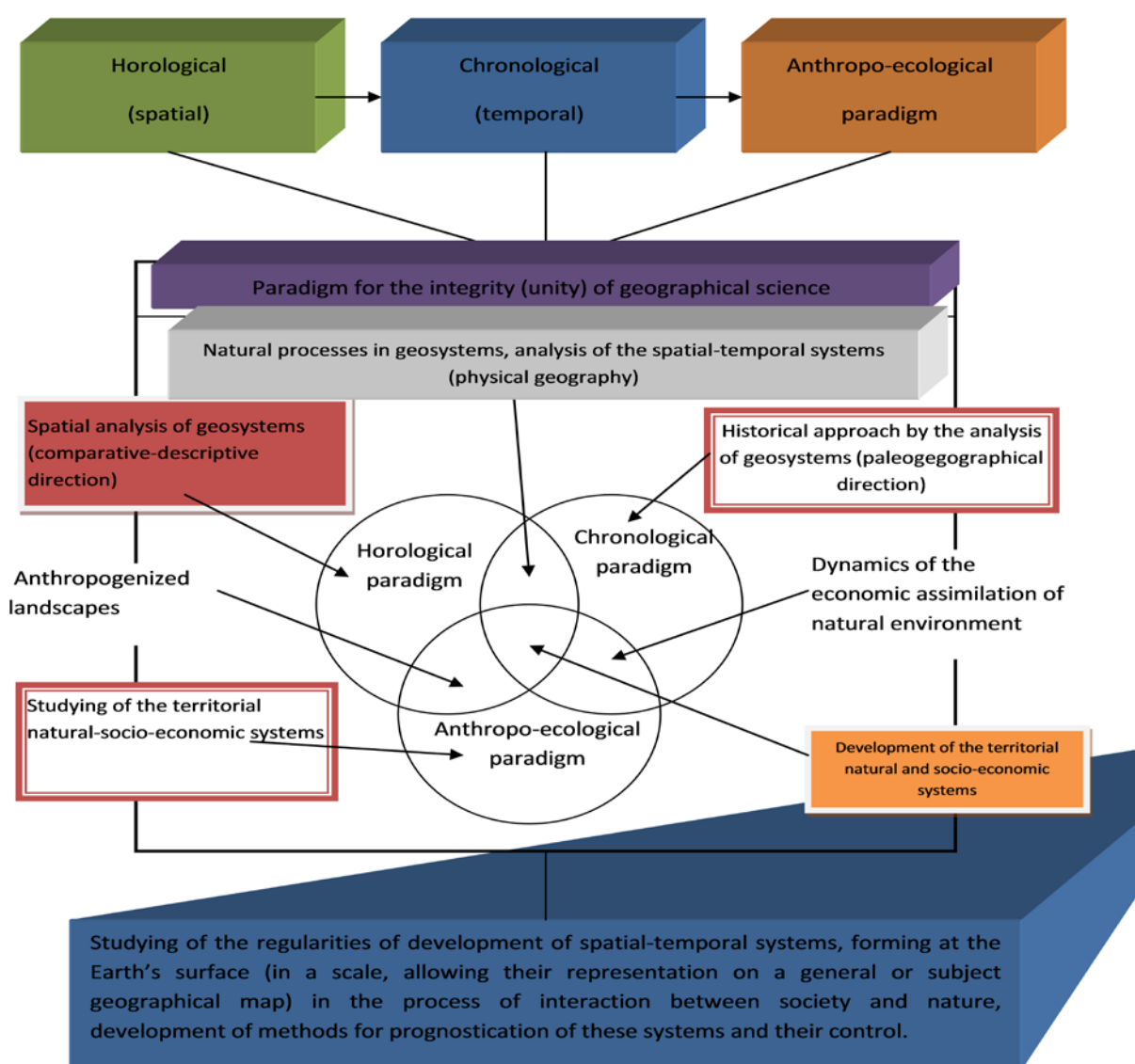


Fig. 2 A conception of the Integrity of Geography (Golubchik, 2005)

In that sense its logical center moves from the entirety in the system of scientific knowledge (related mainly to the geographical image of the world), to the formation of **geographical culture** as a goal and expected result.

According to the dictionary, the potential is: “A combination of the needed means, sources and others for the realization of a particular objective, which are ready to be used.” (<http://rechnik.info>).

In the dictionary of synonyms, it is compared to the terms – strength, power, capacity, capability, resources.

We would make a balanced list of **educational potential** in the following fields, necessary for:

- personal realization and development in life (**cultural potential**): the key competencies should give the people chance to achieve their personal aims, created by their personal interests, intentions and desires for learning during the whole life;
- active civic attitude (**social potential**): the key competencies should give everyone the possibility to participate as an active citizen in society;
- professional realization (employment) (**human potential**): the capacity of every person to get a good job at the labor market.

In “Geography of the Story” by Barry Lopez (Lopez, 2009, published on <http://granta.bg>) is specified: “And because I believe in the metaphorical strength of Geography, in the capability of “Physical Geography” to operate with what man have built, as much as “Cultural Geography” to explain most esoteric ideas, such as the atomic structure, I feel free to use the phrase “Geography of the story”, to note not only one, but two things. First, that the details of the natural history of a particular area can serve as a matrix for a story, not worse than other conception systems, as psychology for instance; and second, that the good story has a consecutively developed and integrated geography, in which separate elements of the text interact with one another in a natural way”.

Geographical knowledge has the capability to satisfy different needs, that is to say in its characteristics and interactions it has and shows a value aspect.

The contemporary development of the geography-society relation is impossible without its sociologization. That presumes reformation of Geography in structural and contextual aspect, which provokes the necessity of stressing on some spheres of activities:

1. Analysis of the global problems of society from the geographical point of view.
2. Stressing on the problems of the Geography of world culture and civilizations.
3. A comparative characterization of the questions of the world science and education.

4. An objective assessment of the world ethnical and religious space through explanation of the genesis and nature of a number of processes as a territorial range and transformation, buffer zones or conflict zones, homogeneity and heterogeneity of the types of space, alteration and influence of ethnoses and religions on the rate and range of social processes.
5. Characterization of the main values and the way of life in the contemporary world (introvert and extrovert psycho-geographical behavior, feeling of nationality or marginalization, individualism or collectivism and so on).
6. Analysis of the nature and display of the process of globalization, parallel to the characterization of the national state.

4. Geography and education

"The great objective of education – that's not professions, but actions" Ivan Batakliiev (Batakliiev, 1937) notes that "...the school is obliged to: make the student acquainted with the **natural and social environment**, in which he lives and works; to cultivate in him habits for **scientific thinking and critical attitude** to everything; to cultivate in him independence, initiative and social feelings..." (Batakliiev, 1937, pg. 16). He works out some of the **essential characteristics** of Geography. According to him, it "helps for the creation of the ability of **prognostication and hope**... Geography helps for the development of the **searching spirit**, instigates **discoveries**. Later on, it contributes in great extent for the development of **mind, of thinking**... The main features of the educational significance of the new Geography are in the fact that geographical education is received not only by memory, but also by **reasoning**. Geographical education should create in students **geographical culture** and habit of geographical reasoning, which leads to logical **thinking**" (Batakliiev, 1937, pg. 18).

Referring to Penk, Ivan Batakliiev writes: "Students have to study not only what Germany comprises of, but also **what people created** in it. If the Dutch say "God created the sea, and we created the coasts", then the German may say: "God created space, and the Germans made Germany out of it" (Batakliiev, 1937, pg. 20).

The contents of education and educational activity are possible sources of "provocation" and formation of interest. The study of continents and oceans is connected with the acquaintance of **countries and regions**, of peoples and cultures. The richness of the factological material and the diversity of single concepts are combined with the development of the concrete-graphical and causal thinking, with the mastering of skills for logical memorizing. Each new chapter and topic rouses interest in students, cause curiosity and desire for knowledge of the manner of living of people around the world, and the

characteristics of unknown natural objects. The preservation and development of the shown interest, its transformation into permanent characteristic of the educational activity of the student, depends in a great extent on the teacher, on his pedagogical mastery.

The studying of Natural Geography, of the natural outlook of the Earth, means mastering of educational contents of theoretically-generalizing character. The knowledge that can be distinguished by higher levels of complexity and abstractness is harder to be acquired, but its comprehension contributes to the explanation of a number of processes, phenomena, regularities, which surround us and can be seen in the world around us.

The recognition of laws of nature, controlling the development of natural objects, phenomena, and processes, is very important for everyday life and for the practical activity of people.

Exactly the practical-applicable value of knowledge, the significance of global processes and phenomena for the life and activity of man, is a possible direction for the provocation of interests. Another possibility is the inclusion of ecological problems. The questions of preservation of natural environment, of the rational usage of natural resources, suppose discussions, analysis, assessment, speaking, that is to say an active participation in educational activity, and this reflects favorably on cognitive interests.

The studying of ***the world space in global and regional aspect*** is typical for the course in Geography and Economics. Having in mind the tendency to economization of the geographical education, it is necessary a number of economic concepts to be comprehended and realized, of common production processes, of special features and peculiarities of economic policy. The permanent mastering of knowledge is facilitated by the engaging of the problematic approach, which during studying is favorably combined with age characteristics: stronger developed abstract thinking, capabilities to make general conclusions, theoretical realization and assessments, formation of models of overall behavior and activity, personal interest in socio-political life. The problematization of education engages emotionally and intellectually, which leads to the showing of interest.

The mastering of ***knowledge about the home country and place*** increases the intellectual and emotional activity, because it is directly connected with geographical reality, in which the person lives. Knowledge of the close, surrounding us objects and phenomena is interesting, because in many cases it is sensuously perceptible and practically applicable. Cognitive interests are stimulated by actualization of educational contents through the usage of various methods of education, by including them in educational activity.

An important condition for the realization of critical thinking in geographical education is the educational contents. It is characterized by wide coverage, complexity, actuality and treats global problems of the development of the system: natural environment – man –

society. It provides a good instructive base for the application of critical thinking about the problems of nutrition of the population, environmental protection, shortage of resources in the conditions of globalization and sustainable development, for the settling of regional racial and ethnical conflicts, for identification of the causes of different natural risks, for the overcoming of the consequences of the demographic problem, for discussion of the contemporary socio-economic and political events. Geographical educational contents help for the realization of personal civil responsibility and provoke the need for taking right decisions.

Of especially great interest are the challenges of our time, defined in the International Charter on Geographical Education: dynamics of the population, the problem of food provision and famine, migrations and urbanization; diseases, crime, inequality between sexes; disappearance of plant and animal species, deforestation, erosion of soils and expansion of deserts; natural disasters; toxic and radioactive wastes; atmospheric pollution; pollution of waters; global warming of the climate ("greenhouse effect"); ozone holes; depletion of resources; land usage; ethnical conflicts, separatism; globalism.

All of these problems are connected with Geography. Conflicts that they create are challenge to geographical education and give the opportunity to arise hope, belief and ability to work for a better world.

However, it is necessary to note that in Bulgarian schools is studied the subject, not the science Geography. The studying of the scientific base of Geography in universities suppose an adequate reaction, concerning the contemporary natural, socio-economic, cultural and geopolitical processes, which taking place in particular times, put the base of the cyclic historical run, characterized by high extent of regularity.

The superstructural character of such a type of knowledge increases the educational potential of Geography. Its actuality makes Geography not only explanatory-theoretical, but also practically-applicable science. And its sociologization pushes it in the sphere of multilayered scientific interrelations, leading to the arranging of accents. Thus academic Geography strongly needs thorough philosophical look towards the traditional global problems of society, as well as to the realization of the nature and display of the entire globalization process and a number of its forms – globalism and regionalism, liberalism and communitarianism, intercultural dialogue and world terrorism, multiculturalism and individual pragmatism, protectionism and world economy, and so on.

The professor in political sciences in the Sorbonne Pierre Birnbaum (Birnbaum, 2008), contrary to the statements of the German philosopher Herman Cohen, who divides nationalism to "western" and "eastern", makes out another classification – "state" and "cultural". Where are the differences between the two types of nationalism hidden? The answer is in his book "Geography of hope", 2008, published by the University of Stanford.

The first one, writes Birnbaum, is created by capitalism; the second one is successor to the eternal tradition of patriotism. The first one is reaction to the antinational power of world networks. The second one has always existed and because of that there is hope, that it will go through capitalism, even globalization.

In the condition of contemporary neorevolutionism grow the germs of cultural ecology, especially the relations culture – civilization – progress, religion – politics – Geography, Political Geography – Geopolitics – Electoral Geography and so on.

In the International Charter on Geographical Education are differentiated three classes of goals: **knowledge and comprehension, skills, relations and values**. Among the presented skills are those of taking of decisions, sorting out of problems, cooperative teamwork, demonstration of the corresponding behavior in concrete situations. Emphasized is the significance of Geography for education in the spirit of *internationalism, environmental protection and development*.

Geographical knowledge is in the base of the perception of the world. It influences significantly the style and the practical activity of every man, especially in the cases, in which they are personally important. Every man, daily, and everywhere, during his whole life solves three problems on everyday life, state or global level:



Fig. 3 - Geographical knowledge and the perception of the world.

Some may think that this is insufficiently, but is it more or less to be able to calculate fraction numbers, or square root in the times when some people use a calculator to compute $2 + 2$?

Is it less to know the Maxwell's principle (*about the separation of molecules by speed and energy*) or the Le Chatelier's principle (if in a balanced system is exerted external

influence, such changes occur in it, trying to minimize the external influence), when you would hardly ever need to use them in your life?

Is it more or less to know exotic plants and animals, when you have the chance to visit a zoo or at the worst an internet site?

The basic geographical knowledge can be presented in the following way:

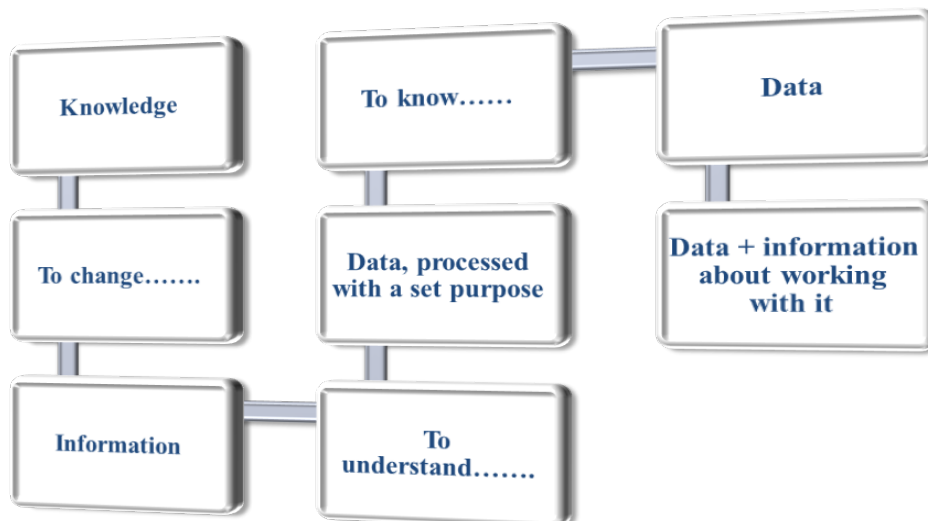


Fig. 4 - The basic geographical knowledge (Dermedzhieva, 2001, pg. 46).

Very accurate is the statement of the English philosopher Francis Bacon: “**knowledge is equal to power**”.

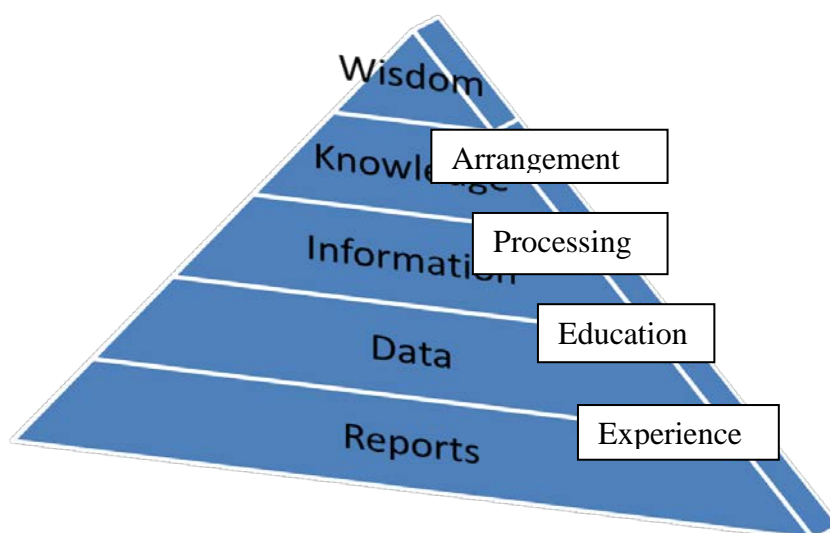


Fig. 5 Codification of concealed knowledge (Dermendzhieva, 2010, pg. 67)

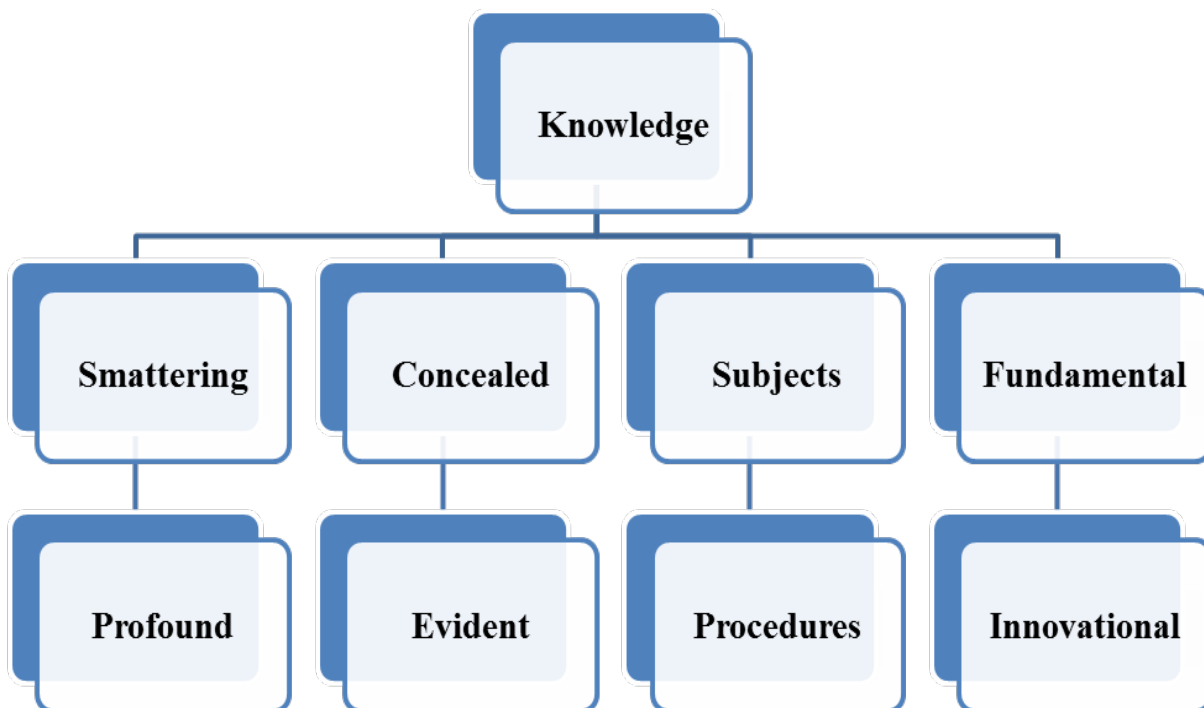


Fig. 6 - Pyramid of knowledge (Dermendzhieva, 2010, pg. 89)

The introduction of modern technics of education, the invasion of modern technologies in the educational process (information and communication technologies), the world globalization and the complication of the problems of man and society, impose new, modern methods of education.

One of the most important conditions refers to the goals and priorities of the contemporary education system. They are directed to personally-orientated education and needs of specific qualities related to skills:

- for adaptation to the changing **life situations**; for self-dependent mastering of knowledge and its application for the settling of various problems; for critical thinking while dealing with vital problems through the usage of modern technologies;
- for generation of ideas and creative thinking; for realization of various contacts and communicativeness with different social groups, in different fields and situations;
- for development of personal intellect, moral and culture.

Education stands up against the necessity to form, develop and stimulate the interest to the educational content and educational activity. The activation of cognitive interests is condition for overcoming of alienation and reluctance to study, for acceptance of knowledge

as a way of building of the necessary qualities of the person in contemporary world – awareness, rich culture, creative initiative.

5. Geographical thinking and the globalization of society

“There is a principle, which is an obstacle in front of every knowledge, an argument against each reason, and inevitably destines man to ignorance – this is the advantage of self-confidence over searching.”
Herbert Spencer

The spatially-temporal dynamics of present days imposes **geographical culture** as an important component of the common one. It is determined by V. Maksakovsky in a broad sense as “necessary for every citizen of contemporary civilizational society”, (Maksakovsky, 2007, 386) although there is no unanimous position on the contextual range of the concept. It is perceived as the main goal of geographical education”.

Geographical culture is accepted as a **method for transformation** of geographical environment, as well as people setting up the geographical values. It is in the **base** of structuration of educational contents of contemporary geographical education. It has the task to build the **mental** peace of everyone and to incorporate it to the **values** of world civilization, to form the character as a person, resident of the Earth, person-citizen, person-creator, person-explorer, person with high moral culture.

Geographical culture in the informational society of XXI century as a “part of the common culture **for understanding and reasonable activity in geographical space**” – real and (or) cyberspace, actually is **geographical informational (digital) culture** and means “the extent of individual **perfection at work** with the necessary geographical information: *receiving, decoding, preserving, processing, systematization, creation of new knowledge, its transmission as information and its practical usage*”.

The problem about **geographical thinking** isn't new, but it remains actual and leading in teaching. That is because of the high extent of abstraction, while revealing significant features of thinking on one hand, and because of the complicity of following up the interrelations of the highest rank, as between intellect and skills, on the other.

The search for correlation between these two basic segments of human mentality turns into practical base for bringing out the regularity, that through the development of geographical thinking one can influence the common **intellectual level**.

Geographical conceptions shouldn't be memorized, but studied, to be **understood** and to stimulate thinking. Geography represents systematical examination of **ideas and**

problems, rational searching of truths, strenuous effort to get into the world. This puts too complicated tasks and requirements to its teaching.

In educational practice appeared the principle of humanitarian pedagogy, directed not to the formation of personality, but to its free creative development. This idea, in the context of the globally developing world, is closely related to the perception of rising collision in the relations of the system “human – society – nature”.

Never, until now, have humankind realized so clearly that the belief in supremacy over nature is an illusion; that the discovering of the way to the Cosmos would not solve the problems of the population which only for one generation increased 2,5 times, that the Planet may not bear the strenuous burden, result from human activity. It hasn't realized that the avoiding of global catastrophe is possible only with the joint and coordinated actions of all the scientific fields, on all the levels of studying, creative work and discovering.

At this moment greater public recognition gets the idea that one of the indicators of progress of our society may and must be the combination of natural resources potential, which we as society are ready to hand down to our successors, and the capability to provide stable and sustainable development of natural processes and appropriate environment for habitation. In this context is the necessity of education connected with the global problems of modern times. And that logically corresponds to the idea of “geographical” realization of the processes of social development and finding of creative solutions for natural development and progress.

Geography has a leading role for the solving of many of the **world problems of mankind**. There is no other science, which can connect the results of all the other sciences so well, and to direct them to the solving of common problems, concerning the whole planet. Such problems are the changes in climate, the depletion of natural resources of the Earth, the overpopulation, the decreasing of soil fertility and many others. Because of this, Geography has a leading role in the studying and solving of the global problems of mankind.

The success in the development of a science is closely connected with the importance it has, and for the development of the particular country, that is to say it is of **national significance**. Especially important is the usage of geographical knowledge in difficult situations – recovering after natural disasters, military, political or economic crises. Geographical studies have important place for the taking of decisions of national importance, concerning the best way of using of national resources; the prognosis of consequences of the building of different types of technical equipment; the improvement of transport, economic and communication connections between the separate regions, and many others.

And is the **individual** Geography less significant for the life of man?

We can't leave behind a unique characteristic of Geography – it is natural, but in the

same time it is also a social science, which bridges the natural environment and the material, and mental environment, created by man. This dualism of Geography facilitated its deep differentiation, which left behind the processes of internal scientific integration.

All the events that take place in society have geographical dimensions. The necessities of man of geographical knowledge have been changing; the functions of Geography as a science have also been changing.

Today the mankind have a lot of important practical tasks to deal with, in order to make life better, as in the same time preserve its home – the planet Earth. Geography successfully helps in these efforts.

6. Geographical image of the world in the informational society

“Don’t believe in form. Believe in contents. Look for Geography where no one supposes it may be. Look for it even in yourself!”

V. Maksakovsky

The final result of the development of geographical knowledge is the geographical image of the world – one of the most common concepts in Geography.

What actually is included in the concept of “**scientific image of the world**”? It is perceived as a systematized and whole idea of the world in the form of combination of fundamental conceptions of contemporary science, which have practical, as much as theoretical and philosophical significance. Parallel to the common scientific image of the world exists separate particular science images.

Universally accepted is the fact that the scientific image of the world is nothing else but a picture, and being such it is subjective, that is to say it depends on the level of knowledge of the world as a whole. The image as a picture is only a part, an element of the view of life, under which we understand knowledge of the world, supplemented by orientation of values, principles, positions. The different generations of people have different geographical image of the world. It is peculiar and multilateral. It is a whole perception of the planet in its spatial-temporal unique definiteness.

V. Preobrajensky (Preobrajensky, 1986) states: “The geographical image of the world is not just a combination of continents and people, of world and man; it is realization of the place of man in the world. The future is in that.”

Geographical space is a key concept for geographical science, which changes its form and content. The nature of geographical space now is multilateral and multiaspect.

Within the framework of geographical space important role has territory, which serves as peculiar environment, as well as complex resource and operative basis.

Territory determines the other more particular geographical objects, characterized from the point of view of territorial division, density, equality of distribution, geographical position. Besides this, territory unites objects (through the relations between the last, between the objects and the territory itself) in types of taxons. In their nature simple and complex geographical objects characterize territory; they “saturate” it with different qualities and indications, for instance resource availability, extent of assimilation.

Undoubtedly determinative indication is the quality as an operational basis of the activity of mankind and life in general.

Besides this, the “spatial” resource of territory has the quality to serve as a “focus” of many other resources, discovered as well as potential.

Many of the contemporary geographers, relying on the fact that “assimilated” territory is an object of Geography, approach to it as an analysis of a geosystem.

The whole bloc of geographical knowledge is now in the bosom of geoinformatics and GIS-technologies.

In contemporary society the information that is used for the revealing of the objective relation between phenomena and processes, has twofold quality. It can be an important resource, actively influencing and determining one or other particular situation in the development of territory. And in the same time the informational environment itself can be an object of geographical research, new modern knowledge. In other words, we have to be ready for the fact that geographical space, representing the objective fundament of Geography, can be gradually displaced by informational space.

According to Jacqueline Garnier “the sphere of the interests of the geographer - this is the immediate surrounding world, which not only enriches its experience through the necessary information, but also inspires it”.



Fig. 7 Informational potential (Bagrov, 2005)

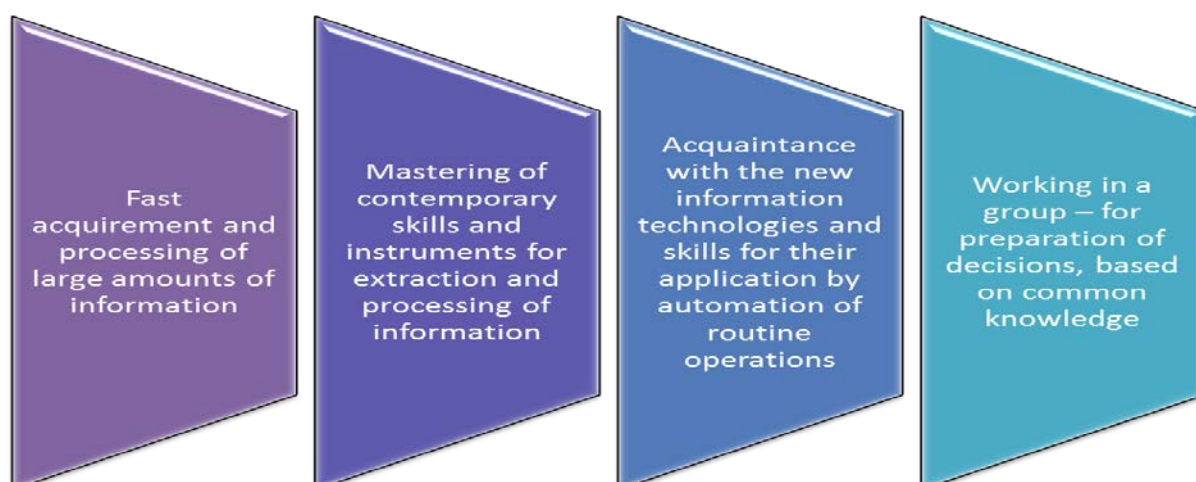


Fig. 8 Typical characteristics of informational culture (Bagrov, 2005, pg. 63)

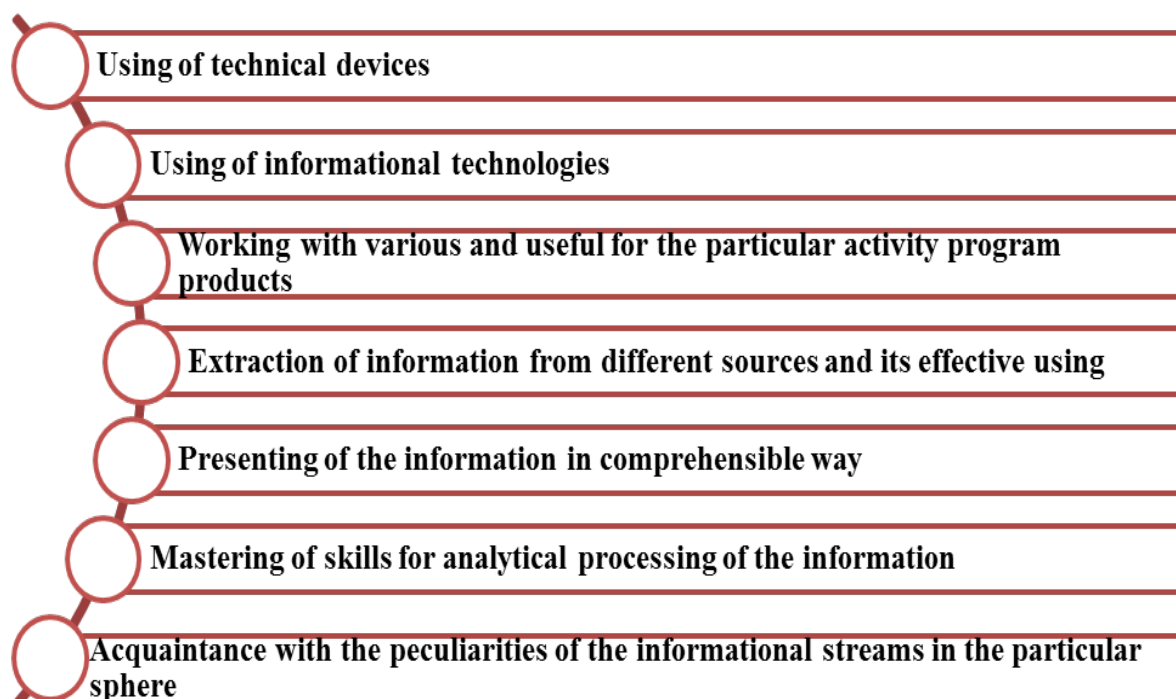


Fig. 9 Skills, connected with informational culture

D. Armand (Armand, 1975) writes: "It is possible for the generations to witness the origin of Informational Geography, dealing with description of the accessibility of population to different means of mass and professional information, informational receptivity of population, informational security of schools. The dividing of the Earth surface into districts will take place according to such grounds, we do not have any idea of now."

In his exceptionally interesting book “Geography of Bliss” the American journalist Erick Weiner (Weiner, 2012) gathers culture, geopolitics, psychology and provokes inevitable excitement in the reader. *Is there any relation between where exactly on the geographical map are we and our happiness, and can happiness be measured by numbers?*

Traveling around the world, the author tries to find the answer to the question “Where exactly are people happiest?” Visiting different countries (Holland, Switzerland, Iceland, Moldova, Bhutan and others) and coming across different cultures, meeting different people, he makes the conclusion that wherever you are, there is no such a thing as personal happiness, because happiness is always interwoven at 100% with other people, and we have to rejoice it and appreciate it.

Conclusion

So, diving deep into the geographical science or irresponsibly wading along the coasts of the vast geographical ocean, we get to the conclusion that: “There is no path. Man makes the path by himself, while he walks.”

Because if Pierre Birnbaum writes about Geography of hope, we emphasize on the necessity of hope in geographers. Without it, there is no light. There is no path.

Let us finish with the insights of the great wise man Confucius: “If you give man a fish, you will feed him for a day, but if you teach him to catch fish, you will feed him for a lifetime.”

References

1. Armand, D. (1975). *Nauka o landshafte*. Moskva.
2. Batakliiev, I. (1937). Geografiyata kato nauka i ucheben predmet s ogled kam Geografiyata na Bulgaria. *Uchilishten pregled, № 1, pg. 16*.
3. Bagrov, N. V. (2005). *Geografia v informatsionnom mire*. Kiiiv: Libida.
4. Birnbaum, P. (2008). *Geografia na nadezhdata*. Stanfordski Universitet.
5. Delor, J. (1998). *Obrazovaniето - skrito sakrovishte*. Sofia: UNESCO.
6. Dermendzhieva, S., P. Sabeva, B. Dimitrova. (2010). *Geografia i obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografia, I chast*. V. Tarnovo: UI “Sv. sv. Kiril i Metodiy”.
7. Dermendzhieva, S. (2001). *Metodika na izsledovatel'skata deynost po regionalna geografia*. V. Tarnovo: UI “Sv. sv. Kiril i Metodiy”.

8. Golubchik, M. M., S. P. Evdokimov, G. N. Maksimov, A. M. Nosonov. (2005). *Teoria i Metodologia geograficheskoy nauki.* Izd. tsentr VLADOS.
9. Lopez, B. (2009). *Geografia na razkaza.* P. (Published on <http://granta.bg/texts/text/24>)
10. Maksakovsky, V. (2007). *Geograficheskaya kartina mira.* Moskva: Drofa.
11. Mereste, U., Nimmik, S. (1984). *Sovremennaya geografia: voprosi teorii.* Moskva.
12. Preobrajensky, V. (1986). *Poisk v geografii.* Moskva: Prosveshenie.
13. Weiner, E. (2012). *Geografia na blazhenstvoto.* Veliko Tarnovo: Faber.

ENSINAR GEOGRAFIA ATRAVÉS DE IMAGENS: OLHARES E PRÁTICAS

Felisbela Martins

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

CEGOT

Felisbela.martins@gmail.com

Resumo

A imagem é um recurso didático de grande importância para o ensino da Geografia.

Ler uma imagem é tarefa do professor de Geografia. Implica que este, durante o processo ensino-aprendizagem, conduza os alunos a saberem analisá-la criticamente, isto é, observá-la, descrever o que nela observam e retirar as inferências possíveis, verbalizando o que ela lhe sugere.

Omnipresente por toda a parte, a imagem e o seu uso em contexto escolar permite a aproximação do mundo da Escola ao mundo real e ao dia a dia dos alunos.

Hoje o uso de imagens fixas e em movimento, está presente nas aulas de Geografia dos estudantes-professores em formação inicial do Mestrado em Ensino de História e Geografia. São elaborados documentos pedagógico-didáticos onde constam imagens, adaptados aos temas, aos diversos tipos de conteúdos, aos alunos, que conduzem ao diálogo à interação verbal, à atitude proativa na sala de aula e à tomada de consciência para o espaço geográfico e para os problemas do nosso mundo por parte dos alunos. A disciplina de Geografia e a sua leção torna-se apelativa e formativa, contribuindo para a promoção do desenvolvimento do visionamento espacial dos factos e a sua interação e diferenciação à superfície terrestre.

Palavras-chave: A imagem, ler imagens, ensino da geografia.

Abstract

Images are a teaching resource of great importance to the teaching of Geography.

To read an image is the task of the Geography teacher. This implies that, during the teaching-learning process, students should be guided on how to analyze it critically, i.e., observe it, describe what they observe, and draw possible inferences, verbalizing what it suggests.

Ubiquitous as they are, images and their use in school bring the world of school closer to the real world and to the daily lives of students.

Today, the use of still and moving images are present in the Geography lessons of student-teachers in initial training of the Master's in Teaching History and Geography. Pedagogical-didactic documents are prepared which contain images that are adapted to the themes, the different types of content, to the students, leading them to engage in dialogue, verbal interaction, and proactive attitudes in the classroom, as well as developing a keener awareness of geographical space and the problems of our world. The Geography subject and its teaching become appealing and formative contributing to the development of a spatial view of the facts and their interaction and differentiation at the earth's surface.

Keywords: Image, Read images, Teaching Geography.

Introdução

A sociedade em que vivemos está em permanente mudança e temos a consciência de que as nossas escolas estão cada vez mais adaptadas ao mundo tecnológico que nos rodeia. Este, por seu turno, evolui rapidamente e os alunos, na sua maioria, dominam as tecnologias de comunicação e da informação e com elas interagem com grande facilidade.

Por outro lado, todo o processo de ensino-aprendizagem supõe uma comunicação que se inicia com a construção de uma mensagem por um emissor, que inclui uma informação inteligível, adequada e perceptível e requer a percepção por um receptor através dos sentidos, principalmente a visão e a audição.

O uso dos recursos tecnológicos, tais como os aparelhos de reprodução de som e imagem, tem um papel principal que é o de reforçar a ação comunicativa e permitem aos professores trazerem para a sala de aula as vivências do quotidiano dos alunos. Ocupam, portanto, um lugar fundamental e são uma ferramenta que facilita o processo de ensino-aprendizagem.

Mas este uso do recurso audiovisual não pode ser utilizado como um veículo ou meio da constatação de um facto ou de um tema. Deve ser utilizado como um recurso que seja capaz de gerar uma abordagem e discussão, permitindo ao professor desencadear o desenvolvimento de capacidades formativas junto dos alunos. Desta forma, os recursos audiovisuais bem utilizados em contexto de sala de aula, podem desempenhar uma das suas principais funções. Ou seja, permitirem ao professor desenvolver a problematização de temáticas e estimularem posteriores pesquisas sobre os assuntos abordados pelo som e pelas imagens que difundem, com o fim de desencadear leituras por parte de quem as vê e as ouve. No momento em que são usados como incentivadores de problematização e pesquisa, os alunos deverão ser levados a questionar, a levantar hipóteses, a dar possíveis

respostas. Isto é, através do som e das imagens exibidas, os alunos devem-se tornar “descodificadores” e não consumidores das imagens emitidas.

Ora, ensinar a ler criticamente as imagens do mundo constitui um desafio e uma tarefa do professor de Geografia.

A imagem é um recurso didático de extrema importância para o ensino, nomeadamente no ensino da Geografia, pois ela permite e é entendida como representação primordial para a compreensão do espaço geográfico.

Falamos das imagens como analogia do real como as imagens de satélite, a imagem mediática associada à televisão, ao cinema, à internet, aos telemóveis, IPADS, etc., falamos das imagens virtuais cada vez mais em expansão e complexificação.

Mas quando nos reportamos ao campo pedagógico da Geografia falamos também de mapas, gráficos, fotografias, desenhos, cartoons, banda desenhada, caricaturas, pinturas. É comum denominá-las “imagens fixas”. Por outro lado, quando nos reportamos ao cinema, ao vídeo, ao documentário, à televisão, à internet, aos CD-ROM e DVD-ROM, entramos no campo dos *media* e é comum classificá-los em “imagens em movimento”.

Mas mais importante do que fazer uma classificação de tipologias de imagens é escolhe-las e utilizá-las numa perspectiva de utilização pedagógica.

Ler imagens não é só olhar. Significa pensar e verbalizar o que sugerem. Esta perspectiva que associa a linguagem icónica e linguística está presente direta e indiretamente nas mensagens emitidas pelas Orientações Curriculares de Geografia, quer no ensino Básico, quer no Ensino Secundário. Nestes documentos está expresso que os professores devem proporcionar aos alunos experiências educativas, de modo a que estes tenham a oportunidade de aprender a observar, registar, tratar informação, levantar hipóteses, formular conclusões e apresentar resultados, ou seja, que seja desenvolvida a capacidade de pesquisa junto destes. As orientações oficiais sustentam que, a Geografia na sua dimensão instrumental, deve desenvolver competências relacionadas com a observação direta, com a utilização, a elaboração e a interpretação de mapas, com a interpretação de fotografias e com a representação gráfica e cartográfica de dados estatísticos, com o fim integrar as diferentes características dos lugares num contexto espacial de modo a desenvolver o processo de conhecimento do Mundo.

Partindo então de que a imagem e as imagens são fundamentais para o ensino da Geografia, temos vindo a desenvolver a sua inclusão quer ao nível do discurso teórico, quer ao nível das práticas, na formação inicial de professores.

No primeiro caso é proposto aos alunos do primeiro ano do Mestrado em Ensino da História e Geografia a análise de imagens e discussão sobre o seu uso em contexto de sala de aula. Partindo de imagens fixas os jovens professores são confrontados com a

polissemia da imagem e com o facto de ela não ser a reprodução exata do objeto que ela representa. Discute-se o facto de que a partir da leitura das imagens não só se podem extrair significados e despertar sentimentos, mas também que partem da percepção visual e que existem diferenças entre quem as realiza e quem as recebe e observa.

Ao nível das práticas são os próprios alunos que, ao interpretarem as orientações curriculares no ensino básico e secundário, ao prepararem as suas aulas, configuram situações educativas, momentos didáticos, documentos pedagógico-didáticos, onde as imagens fixas e em movimento têm tido um papel central e que são desencadeadoras de um processo de ensino-aprendizagem, usando os recursos tecnológicos ao dispor das escolas.

Desta forma, aproximam o mundo da escola ao quotidiano. Desta forma, promovem uma educação geográfica que desencadeia destrezas espaciais, o visionamento espacial dos factos e a sua interação e diferenciação à superfície terrestre, desempenhando assim a Geografia um papel formativo para a promoção do desenvolvimento para a cidadania.

A questão central deste texto prende-se com a importância do uso da imagem no processo ensino-aprendizagem de Geografia e sobre trabalhos desenvolvidos por alunos no sentido de estudar e aprender a ler a imagem e, por conseguinte, saber ler o mundo que nos rodeia.

Nos primeiros pontos deste texto são abordados significados para o conceito de imagem, a dificuldade de se encontrar uma definição única para este conceito e ainda as suas funções, assim como a leitura e análise das imagens. Nos pontos seguintes a imagem no ensino da Geografia, assim como a leitura de imagens fixas e em movimento ao nível do ensino desta disciplina, são tratados num contexto pedagógico didático. Finalmente, apresentamos algumas formas de abordagem teórico-prática ao nível da formação inicial de professores.

1. A imagem. Diferentes tipos de imagem

O conceito de imagem apresenta um amplo leque de significados. Imagem “é qualquer coisa que se parece com outra coisa” (Joly, 2005, p.36). Ao procurarmos uma definição para o conceito de imagem e socorrendo-nos do dicionário Houaiss, ela é entendida como “representação da forma ou do aspecto de ser ou objecto por meios artísticos (imagem desenhada, gravada, pintada, esculpida); representação de seres que são objecto de culto, de veneração; estampa, sem carácter de obra original ou rara, que reproduz temas diversos ou motivos religiosos; aspecto particular pelo qual um ser ou um objecto é percebido; cena,

quadro; reprodução invertida de um ser ou objecto, transmitida por uma superfície reflectora; reprodução estática ou dinâmica de seres, objectos, cenas, etc, obtida por meios técnicos (imagem fotográfica, televisiva, magnética); pessoa bonita; estampa; aquilo que apresenta uma relação de analogia, de semelhança (simbólica ou real); réplica, retrato, reflexo”. Por seu turno, no Dicionário de Língua Portuguesa da Porto Editora com a edição de 1952, a imagem, do latim “imagine” tem como significados, de entre outros, de “representação, (gráfica, plástica, fotográfica) de algo ou alguém; reprodução; cópia; pintura ou escultura destinado ao culto; revivescência de uma percepção, na ausência do estímulo que a provocou, símbolo, conjunto de conceitos e valores que as pessoas ou o público associam a determinadas pessoas, produto ou instituição”.

Podemos dizer que todas as manifestações visuais são imagens. Contudo, o conceito vincula-se a toda a representação visual construída pela ação do Homem tal como o desenho, as gravuras, ilustrações, pinturas, fotografias, filmes, ou seja, qualquer objeto que possa ser percebido do ponto de vista visual e do ponto de vista estético. Neste caso estamos a falar de objetos construídos por meios técnicos e materiais e desta forma podemos denomina-las por imagens materiais. Mas também podemos falar das imagens mentais, ou seja, as produzidas no cérebro humano a partir da imaginação, com ou sem presença de objetos, ou ainda das imagens sonoras, imagens verbais, “imagens de si”, “imagens de marca” de entre outras.

O conceito é usado em vários campos do conhecimento tais como na religião, na ciência, na arte, na literatura, na filosofia, na psicologia, na comunicação, na educação, tornando-se difícil encontrar um conceito de imagem para todos eles.

Segundo Silveira (2005, p.114), Mitchell classifica as imagens segundo uma abordagem didática como “gráficas (pinturas, estátuas e desenhos), ópticas (geradas pelo espelhamento e projecção), perceptuais (as que nos chegam pelos sentidos e reconhecimento de aparência), mentais (realizadas pelos sonhos, pela memória e pelas ideias) e verbais (descritas pelas palavras e sugeridas pelas metáforas)”. Ainda a mesma autora afirma que “esta classificação não exclui, entretanto, a possibilidade de fusão entre os conceitos para a compreensão do significado de imagem” (*ibidem*).

Longe estamos hoje do conceito de imagem de Platão, que as denominava, em primeiro, por sombras, depois por “reflexos nas águas ou à superfície dos corpos opacos polidos e brilhantes e todas as representações deste género” (Joly, 2012, p.13). Ao contrário de Platão, que considerava a imagem a projecção da mente, Aristóteles considerava-a como sendo uma aquisição pelos sentidos, a representação mental de um objeto real.

Hoje, o uso corrente da palavra imagem remete prioritariamente para as imagens visuais (televisão, cinema, fotografia, desenho, pintura, imagens digitais), mas a imagem é

usada em todos os domínios científicos. Na opinião de Joly (*ibidem*, p.24), “da astronomia à medicina, das matemáticas à meteorologia, da geodinâmica à física e astrofísica, da informática à biologia, da mecânica ao nuclear” as imagens são simples visualizações de fenómenos. São imagens reais que permitem uma observação mais ou menos direta e sofisticada da realidade, mas que necessariamente necessitam de interpretação por parte de especialistas face à sua complexidade e especificidade. Ainda Joly (2012, p.27), considera “as novas Imagens”. São imagens de síntese produzidas por computador e que “permitem criar universos virtuais que podem apresentar-se como tal, mas também falsificar uma qualquer imagem aparentemente real” (*ibidem*). A manipulação das imagens e a possível interação é agora ilimitada e a distinção entre o real e o virtual é cada vez mais complexa.

2. Análise e funções das imagens

A imagem ao ser algo que se assemelha a qualquer outra coisa, coloca-se na categoria das representações, isto é, “se ela se assemelha é porque ela não é a própria coisa” (Joly, 2012, p.43). Assim a sua função é a de evocar, a de significar outra coisa que não ela própria utilizando o processo de semelhança, por analogia. Uma imagem constitui e evoca um ato de comunicação a partir do momento em que é intencionalmente destinado a fornecer informações a quem aprende decifrá-la.

Quando nos propomos analisar uma imagem pretendemos fazê-lo do ponto de vista do seu significado e, portanto, considerar o seu modo de produção de sentido, ou seja fazer interpretações.

Neste contexto, é comumente aceite que a imagem permite uma fácil e natural leitura requerendo menos tempo que o texto escrito, tornando-se mais atraente aos diferentes leitores. Uma das causas para esta assunção prende-se com o reconhecimento da percepção visual ser rápida e na simultaneidade do seu conteúdo e sua interpretação. Isto leva-nos a pensar na sua universalidade, pois vence a barreira da linguagem podendo ser entendida e compreendida imediatamente por pessoas de cultura e língua diferente. Mas temos de ter em conta que, tal como Joly defende (2012), reconhecer um ou outro motivo, não quer dizer que se compreenda a sua mensagem. Reconhecer as mensagens visuais e interpreta-las são duas operações mentais distintas e complementares. A percepção visual é a capacidade fundamental do Homem, que trata as formas de modo abstrato e não se cinge apenas a registá-los mecanicamente no cérebro. A percepção visual faz uma interpretação dos dados visuais. Por seu turno, a interpretação é entendida como uma operação mental que consiste em conferir um sentido de atribuir um significado a algo que pode não ser

visível. É então necessário a capacidade de refletir para se descobrir, compreender e decifrar os significados do que se observa e da aparente naturalidade das imagens. Percepção e interpretação são, pois, operações muito distintas e com grau de complexidade diferentes, mas temos a impressão de serem simultâneas, quando estamos presente a uma imagem.

Ler uma imagem implica uma aprendizagem e operações intelectuais abstratas, exigindo ao leitor um certo esforço. O observador mobiliza um conjunto de atividades mentais e saberes interiorizados pedindo-lhe uma participação ativa. Assim, há imagens mais ou menos fáceis de ver e ler, mas para todas implica compreender que significados determinada mensagem, em determinadas circunstâncias, provoca no momento que é recebida pelo receptor.

Uma das funções da análise das imagens apontadas por Joly (2005) é o aumento do prazer estético e comunicativo na análise de imagens, já que a reconstrução destas permite aguçar o sentido da observação.

Também um dos lugares comuns sobre a imagem é a sua polissemia. Fornecendo um grande número (*poli*) de informações (*semies*) visuais, ele pode ter múltiplas significações, daí prestar-se a múltiplas interpretações por quem a vê e analisa. Mas estas múltiplas interpretações são provocadas pela “ausência de focalização assertiva” da imagem como refere Metz (1970a). No entender deste autor é a hesitação interpretativa provocada pela falta de assertividade da imagem que se denomina por polissemia. E a falta de assertividade da imagem pode torna-la uma boa ou má imagem, no dizer de Joly (2012) perigosa. Perigosa no sentido de ter um excesso ou falta de semelhança com o real. Segundo Joly “demasiada semelhança provocaria confusão entre imagem e representado, uma semelhança insuficiente causaria uma perturbadora e inútil ilegibilidade” (2012,p. 43).

Ainda, convocando Joly, “a análise da imagem (incluindo a imagem artística) pode entretanto preencher funções diferentes e tão variadas como proporcionar ao analista, aumentar os seus conhecimentos, instruir, permitir a leitura ou conceber mais eficazmente mensagens visuais” (2012, p. 51).

Mas uma das funções primordiais da imagem é a função pedagógica. Junto dos mais jovens trata-se de despertar o espírito crítico sobre as imagens, de modo a tomarem consciência de que a imagem não é uma pura réplica do mundo que os rodeia, mas essa(s) imagens descodificam-se segundo certas regras, ou seja, através do estudo e leitura de imagens os alunos devem-se tornar “descodificadores” e não consumidores das imagens.

Fazer uma análise de imagens não depende de um método absoluto, mas há necessidade de se fazerem opções em função dos objetivos dessa análise.

Segundo Roland Barthes, citado por Joly (2012), existe uma metodologia da imagem que consiste em “partir dos significados para encontrar os significantes, e portanto os signos, que compõem a imagem”¹ (p.55). Desta forma, este método “permite mostrar que a imagem é composta de diferentes tipos de signos (linguísticos, icónicos e plásticos) que concorrem em conjunto para a construção de uma significação global e implícita” (*ibidem*, p.55). Mas o método utilizado pode ser inverso, se o objectivo é descobrir as mensagens implícitas da imagem. “Podemos arrolar sistematicamente os diferentes tipos de significantes co - presentes na mensagem visual em análise e fazer-lhes corresponder os significados que evocam por convenção ou pelo uso” (*ibidem*, p. 56).

Analisar uma imagem implica uma atividade semelhante à análise do discurso verbal, mas tendo por objecto analítico as imagens. Neste contexto é importante desconstruir as imagens, quanto ao seu conteúdo e forma, mas considerando o contexto histórico-social de produção, o autor (emissor) que o concebeu e o público (receptor) com a finalidade de compreender e identificar o sentido das imagens.

No fundo, uma imagem é sempre um instrumento de expressão e comunicação. Ela constitui sempre uma mensagem para o outro. Ela destina-se a estabelecer uma relação entre o homem e o mundo.

3. A leitura da imagem

É lugar comum dizer que vivemos no mundo de imagens. Aprender a ler as imagens implica o exercício estruturado de codificação e de decodificação e ainda atos de compreensão por parte dos indivíduos.

Parte-se do princípio que a linguagem da imagem se inicia com a percepção visual. Esta não se adquire naturalmente sem qualquer treino. É a partir do meio ano de vida que as crianças começam a reconhecer as imagens, mas a sua compreensão é mais tardia. É pois importante desenvolver a leitura consciente das imagens junto dos jovens, ou seja, é importante levá-los a descobrir os seus códigos, pois isso contribui para tornar o indivíduo civicamente responsável e ser capaz de analisar, escolher, decidir e intervir

Ler uma imagem, implica refletir e falar sobre ela. Associa-se assim, a linguagem icónica e a linguística, que se completam permitindo a extração de significados e o despertar sentimentos e sensações. A imagem associa-se assim à educação estética e através desta, a educação para os valores que se interpenetra com os sistemas visual e linguístico.

¹ Para Pierce, um signo mantém uma relação entre pelo menos 3 polos: a face perceptível do signo, o significante; aquilo que representa o objeto ou referente e o significado, ou seja, aquilo que significa.

Não há apenas uma leitura possível para uma imagem. Há significados comuns, mas interpretações e sentimentos diferentes que devem ser suscitados e incentivados pelo professor.

Deste modo, em contexto escolar e pedagógico, o professor não deve perder de vista o fornecer aos alunos os conhecimentos necessários para a leitura das imagens. Ele deve ter o controlo sobre a mensagem da imagem, assegurando a sua eficácia ou a zona de confluência entre o que é emitido e o que é recebido.

O professor ao utilizar imagens deve ter em conta um conhecimento prévio do público a que as imagens se destinam, isto é, ter em conta as suas motivações, expectativas e experiências passadas. Para se utilizar a imagem, há que ter a noção do espaço em que ela vai ser utilizada. A adequação do espaço no que diz respeito a questões de distância, de luminosidade é muito importante. Finalmente, e não de menor importância, deve ter a percepção da exposição da imagem. Isto é fundamental. Esta exposição deve ser tão demorada, quanto necessário para a apreensão do sentido que se quer conferir à mensagem veiculada através da imagem.

A imagem mais do que replicar, deve realçar os caracteres pertinentes a serem interpretados, omitir detalhes desnecessários e não possuir formas visuais ambíguas.

4. A imagem no ensino da Geografia

A imagem é um recurso didático de extrema importância para o ensino da Geografia, pois ela pode ser entendida como representação para a compreensão do espaço geográfico. Onnipresente através de múltiplos modos de reprodução e suporte, as imagens constituem uma linguagem, transmitem mensagens, configuram a nossa cultura, a sociedade e os valores que a sustentam.

O aproveitamento didático da imagem e dos meios audiovisuais que a suportam e divulgam depende acima de tudo do professor e do uso inteligente que ele faz deles. Todo o processo de ensino-aprendizagem supõe uma transmissão do conhecimento através da comunicação que se inicia com a construção de uma mensagem por um emissor, inclui uma informação inteligível, adequada e perceptível e requer a percepção por um receptor através dos sentidos, nomeadamente a visão e a audição. Nessa comunicação, a imagem transmitida por um suporte de reprodução, ocupa um lugar fundamental. Nestas circunstâncias, cabe ao professor a escolha dos documentos e/ou equipamentos que vai utilizar para cada tema concreto, os inscreve no desenvolvimento da aula e os explora de acordo com as suas próprias características e a dos seus alunos.

Através das imagens proporcionadas pelas fotografias, pela televisão, pelo cinema, pelas entrevistas, pelos CD-ROM, DVD-ROM, internet, o professor deve ter por missão levar os seus alunos à descoberta das imagens e acostuma-los a olhar de modo inteligente o território, ensinando-os a ordenar o mundo visual mediante análise e reestruturação do conjunto final de síntese.

A imagem deve ser, assim, incluída no processo de ensino-aprendizagem pelos professores através de situações educativas que conduzam os alunos a serem ativos quando as observam e a construir o seu próprio conhecimento geográfico. Levar a construir o conhecimento geográfico já que a imagem permite informar, motivar, reforçar, completar, criar linguagem, concretizar conceitos, mesmo tendo em conta as características técnicas e metodológicas de cada suporte tecnológico usado, que condicionam a estrutura, a linguagem, duração, estética, código e alcance das suas mensagens. Construir conhecimento geográfico, na medida em que é possível a intervenção dos alunos na elaboração e manipulação das mensagens, quando colocados por detrás de uma câmara fotográfica ou da câmara de um simples telemóvel, ou ainda, na construção de um diaporama sob apresentação de um *powerpoint*. Os alunos, deste modo, adquirem uma capacidade icónica, que facilita a aproximação direta à problemática em estudo, à sociedade em que vivem, aprendendo a ler e interpretar geograficamente paisagens, desenvolvendo uma literacia geográfica.

No ensino da Geografia podemos considerar a imagem fixa e diferencia-la da imagem em movimento. Como dissemos anteriormente, no primeiro caso reportamo-nos aos mapas, gráficos, desenhos, pinturas, fotografias, banda desenhada, caricaturas, anúncios de publicidade. No segundo, entramos nos campos dos *media*, como o cinema, o vídeo, a televisão, muitas vezes denominados tradicionais, mas também aos multimédia, como o CD-ROM, o DVD-ROM, a internet e as imagens virtuais. São pois múltiplos os géneros de imagem.

O professor de Geografia deve utilizar o maior número possível de imagens nas suas aulas, seja qual for o suporte técnico e tecnológico utilizado. O professor deve conseguir que os alunos identifiquem essas imagens e falem sobre elas, sem impor uma interpretação normativa. Havendo diversas interpretações para uma imagem, não deve ser imposta a interpretação do professor. Os alunos devem falar sobre o que observam e sobre o que elas lhes sugerem. Cabe ao professor ouvir as diferentes opiniões dos seus alunos e evidenciar as mais pertinentes, as que fazem sentido para a imagem selecionada e para os objetivos previamente definidos.

Como entende Giacomantónio, citado por Alegria (2004, p.355), “existem diferentes ‘níveis’ de leitura [da imagem] que podem ser usados com fins pedagógicos: o nível

instintivo, o nível descritivo e o nível simbólico”. Ainda a citar a mesma autora “estes níveis que o autor identifica não são necessariamente em sequência cronológica, como se fossem fases temporais mais ou menos obrigatórias” (*ibidem*). O professor ao considerar a imagem no processo de ensino-aprendizagem de Geografia, deve mostrar imagens fixas durante breves segundos. Nesta fase os olhos leem rapidamente a imagem e transmitem as primeiras impressões ao cérebro, havendo lugar para a percepção visual. Nesta altura a leitura é instantânea e não se realiza qualquer análise. É a operação de leitura de imagens mais frequente e comum na sala de aula. Fundamentalmente, é nesta fase que o professor deve questionar os alunos sobre o que observaram e viram. Este nível é também evidente para as imagens que são passadas na televisão, no cinema, no vídeo, nos documentários, ou das imagens projetadas pelas apresentações *powerpoint* e filmes do *you tube*.

Ao nível descritivo, pretende-se que os alunos analisem os elementos essenciais visíveis e os pormenores observáveis. De acordo com a imagem selecionada e com os objetivos definidos, a estrutura de análise varia, identificando-se de uma forma mais ou menos rígida, perspectivas, figuras, planos, composições. Encontramo-nos agora ao nível da racionalidade. Nesta fase deve-se organizar o pensamento dos alunos de modo a que estes tenham possibilidade de expor a ideia geral transmitida pela imagem. Aqui procura-se identificar atitudes, sentimentos, sensações.

Após a leitura dever-se-á passar à fase das inferências sendo importante a distinção do que é observável com o que é inferido. A imagem não nos diz quais são as inferências, nem sequer a ordem pelas quais devem ser executadas. Cabe ao professor solicitar e conduzir os alunos a tomar consciência dessas inferências.

Durante este processo de leitura e análise da imagem, não se deve solicitar aos alunos aspetos que a imagem não contempla, sendo muito importante tornar clara a distinção daquilo que se vê daquilo que a imagem sugere.

5. Leitura de imagens fixas e em movimento no ensino da Geografia

De entre as imagens fixas podemos selecionar as fotografias, os mapas, os gráficos, os desenhos, os cartoons, as caricaturas.

As fotografias são imagens fixas muitas vezes utilizados pelos professores na aula de Geografia. Este é um dos recursos mais antigos ao serviço do ensino desta disciplina. Ela permite analisar a paisagem de modo indireto e ilustrar conceitos e noções que por vezes são difíceis de se observar e que, no entanto, introduzem a realidade na sala aula. As fotografias são adequadas para evocar espaços e corrigir imagens falsas que os alunos têm sobre elas. Muito variadas, podem ser obtidas a partir de fontes diversas, podem apresentar

formas de relevo, vegetação, modos de ocupação do território, atividades humanas ou vistas panorâmicas de paisagens. Em todo o caso, as fotografias devem ser o mais claras possíveis para evitar a distração dos alunos; têm que refletir aspetos significativos e devem mostrar variedades de detalhes para facilitar o comentário da imagem.

Muitas das vezes a leitura de fotografias cinge-se à identificação de planos. Estes, geralmente em número de três, não são possíveis de serem identificados em algumas das fotografias escolhidas pelo professor. Há pois que ter em conta que a leitura de uma fotografia vai mais além da mera identificação dos planos e sua descrição.

A capacidade de interpretação está estreitamente relacionada com a idade, prática e nível de instrução. Para ensinar a ler e interpretar a informação que as fotografias oferecem, o professor deve dirigir a observação mediante perguntas que busquem respostas concretas. Por estudos efetuados sabe-se que os alunos, por si sós, não são capazes de descobrir o significado geográfico das fotografias. Ainda, tão pouco são capazes de reconhecer um determinado aspeto físico representado. A maioria não possui uma visão de conjunto e tem dificuldades de assinalar as relações existentes entre os diferentes aspetos observados. Cabe ao professor questioná-los, mas é importante também conduzi-los a realizar esboços a partir das fotografias, implica-los na descrição por escrito do que veem, a emparelharem adequadamente textos e fotos fornecidos por si, ou mesmo aguçar-lhes a criatividade na atribuição de um título. Durante a leitura a percepção dos seus sentimentos e sensações podem contribuir para o seu desenvolvimento enquanto cidadãos do mundo.

As fotografias servem para conhecer as imagens mentais dos alunos relativamente ao meio em que vivem. Utilizam-se, assim, como estímulos que suscitam reações concretas dos alunos, através das quais se manifesta o espaço interior, o mundo do subjetivo e inconsciente frente ao espaço objetivo.

Com o constante desenvolvimento tecnológico, hoje em dia é muito frequente o uso de recursos, tais como os aparelhos de reprodução de som e imagem. Estes recursos têm um papel principal que é o de reforçar a ação comunicativa e permitem aos professores trazerem para a sala de aula as vivências do quotidiano dos alunos. São pois uma ferramenta que facilita o processo de ensino-aprendizagem, mas que devem ser utilizados de modo a gerar uma abordagem e discussão permitindo ao professor desencadear o desenvolvimento de capacidades formativas dos alunos.

A imagem projetada através dos aparelhos de reprodução sobre suporte físico ou suporte electrónico, facilitam o trabalho coletivo junto das diferentes turmas. A exploração didática é análoga à da imagem fixa. Tem, contudo, alguns condicionalismos, como a necessária diminuição da luminosidade da sala de aula, o que torna mais difícil a participação dos alunos de uma classe. Mas, por outro lado, promovem a participação ativa

dos alunos mediante sistemas de tomadas de notas ou de respostas e perguntas em relação à análise e comentário da imagem. Neste caso, é importante não utilizar muitas imagens por aula, já que o contrário provoca fadiga e perda de atenção dos alunos.

As imagens em movimento e sequenciadas contribuem para a compreensão dos processos dinâmicos que são analisados pela Geografia, tais como a evolução do relevo, o comportamento das massas de ar, os movimentos da Terra. A imagem sequenciada e o movimento permitem explicar noções abstratas e de difícil compreensão sobretudo para os alunos mais jovens. Em geral é muito mais útil uma película cinematográfica ou um pequeno filme do *youtube* ou de um DVD, do que a melhor explicação do professor a partir dos meios tradicionais para a compreensão de determinados temas ou conceitos geográficos. Desta forma, são ativadas faculdades mentais que são fundamentais para a análise geográfica. Falamos do raciocínio, do espírito crítico, da capacidade de observação, imaginação e visualização de conceitos, para além de estimular as emoções e desenvolver valores estéticos.

Contudo, há que ter em conta que a projeção de imagens em movimento não deve ser muito longa, pois não facilitam nem a comunicação, nem o diálogo entre os atores da sala de aula. Por outro lado, as imagens projetadas sob a forma de documentários, filmes cinematográficos mostram um espaço construído pela intencionalidade de quem as concebeu, facilitando informação sobre lugares e paisagens. Finalmente, os recursos tecnológicos mais atuais permitem pausas, o congelamento de imagens, a repetição de sequências que mais interessam, isolam e separam as imagens do som. Permitem manipular o(s) documento(s) por fragmentação e alteração de ordem de sequencias. Assim é possível decompor os momentos distintos de qualquer processo de ensino–aprendizagem captando-se o mais significativo. Mas também permitem a transmissão de sentimentos e atitudes, recolhem-se os aspetos mais difíceis de ver à vista desarmada da realidade e facilitam o estabelecimento de comparações.

6. Práticas de leitura de imagens

A perspetiva que associa a linguagem icónica e linguística da leitura de imagens está presente de modo direto e indireto nas Orientações Curriculares do Ensino Básico e Secundário. Se bem que as Metas Curriculares do Ensino Básico, recentemente homologadas pelo Ministério da Educação, não contemplem qualquer orientação metodológica a seguir pelos professores ou indicações sobre uso da imagem ou outros recursos e fontes geográficas, os professores de Geografia devem usar as imagens no processo ensino-aprendizagem. Os professores devem proporcionar aos alunos

experiências educativas, de modo a que estes tenham a oportunidade de aprender a observar, a registar, tratar informação, levantar hipóteses, formular conclusões e apresentar resultados. A Geografia, na sua dimensão instrumental, deve desenvolver competências relacionadas com a observação direta, com a utilização, a elaboração e a interpretação de mapas, com a interpretação de fotografias e com a representação gráfica e cartográfica de dados estatísticos, ou seja ler e analisar imagens geográficas.

A inclusão do estudo da imagem, quer ao nível do discurso teórico, quer ao nível das práticas, na formação inicial de professores que desenvolvemos, tem vindo a ser uma proposta de trabalho, já que a consideramos fundamental para o ensino da Geografia e para a formação dos estudantes-professores.

Ao nível do Mestrado em Ensino da História e Geografia é proposto aos alunos do primeiro ano, nas Unidades Curriculares de Didática de Geografia I e II a análise de imagens e discussão sobre o seu uso em contexto de sala de aula, dado o seu valor formativo junto dos jovens alunos.

Numa primeira fase são apresentadas duas imagens fixas e projetadas² (figura 1 e figura 2).

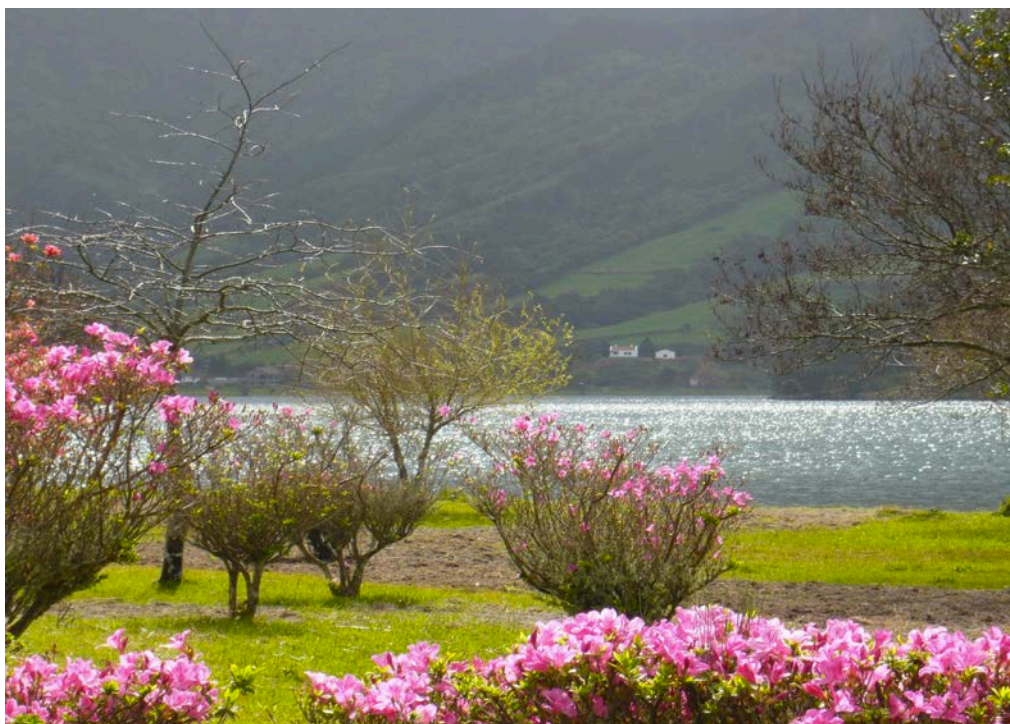


Fig. 1- Caldeira das Sete Cidades. Ilha de S. Miguel. Arquipélago dos Açores.
Fonte: Fotografia da autora, 2010.

² Duas fotografias objeto de estudo no ano letivo 2012/2013 na Unidade Curricular Aplicações Didáticas em História e Geografia. e apresentadas nas VIII Jornadas Internacionais Grandes Problemáticas do Espaço Europeu.

Elas permitem analisar duas paisagens de modo indireto e diferentes modos de ocupação do território. A primeira imagem é bem menos clara que a segunda e permite uma recolha de significados muito diminuta. Contudo, apela aos valores estéticos, aos sentimentos e sensações. Geralmente, os estudantes – professores consideram-na muito bela, mas praticamente não conseguem dela retirar muita informação e mesmo realizar inferências. Os estudantes-professores são confrontados com a “ausência de focalização assertiva” que nos fala Metz (1970b) sobre a imagem, isto é, a polissemia desencadeada e para o facto de ela não ser a reprodução exata do objeto que ela representa. Face à imagem em questão é realçado as diferenças entre quem as realiza e quem as recebe e observa, alertando para o facto de a imagem poder ser, tal como Joly defende, perigosa, pois apresenta uma semelhança insuficiente face ao representado, tornando-a de difícil leitura.



Fig. 2 – Ilha do Corvo. Arquipélago dos Açores
Fonte: Fotografia da autora, 2010.

A segunda imagem é muito mais clara e os estudantes-professores rapidamente conseguem identificar o(s) modo(s) de ocupação do território português, neste caso da ilha do Corvo.

Mesmo sendo certo o tempo de exposição de imagem e, por conseguinte, a sua observação, a leitura é instantânea. Depois, passamos à descrição dos elementos observáveis e visíveis, terminando com as inferências possíveis a partir da imagem identificada.

São os próprios estudantes professores, que no 2º ano do Mestrado, põem em prática o uso de imagens na sala de aula. Estes, interpretam as Orientações Curriculares de Geografia, preparam aulas, configuram situações educativas, momentos didáticos, documentos pedagógico-didáticos onde constam imagens fixas, como fotografias e imagens projetadas, em forma de apresentação *powerpoint* e imagens em movimento. Estas imagens têm tido um papel central e são desencadeadoras de um processo de ensino-aprendizagem, que recorre aos recursos tecnológicos existentes nas escolas.

Neste texto torna-se impossível demonstrar todos os trabalhos desenvolvidos pelos alunos. O mesmo acontece com a apresentação dos pequenos filmes realizados pelos estudantes-professores e ou /retirados da internet e que são projetados nas diferentes aulas por eles ministrados. Resta-nos informar o leitor deste texto, que os alunos das diversas classes, de um modo geral, os acolhem bem. Alguns pequenos filmes, em especial os realizados pelos estudantes-professores, estão tão bem adaptados aos temas, aos conteúdos temáticos, procedimentais e atitudinais e aos próprios alunos, que o silêncio impera enquanto são reproduzidos e, depois, o diálogo, a interação verbal e a atitude proativa na sala de aula e a tomada de consciência para os problemas do nosso mundo são problematizados e a aula de Geografia torna-se profundamente apelativa e formativa.

Pensamos assim que o uso de imagens fixas e em movimento promove a aproximação do mundo escolar ao mundo real e ao quotidiano dos alunos. Ainda, promove a educação geográfica no que diz respeito às destrezas espaciais, ao visionamento espacial dos factos e a sua interação e diferenciação à superfície terrestre.

Desta forma a Geografia através do ensino das imagens contribui para a promoção do desenvolvimento para a cidadania.

Considerações Finais

Ao longo deste texto vimos que ler e analisar imagens não é só olhar e descrever o que se vê. Vimos que implica também pensar e verbalizar o que elas sugerem.

O professor, ao fazer o uso didático das imagens quer fixas quer em movimento alia a linguagem icónica e linguística e associa a educação estética e, por consequência, a educação para os valores.

Numa disciplina como a Geografia, preocupada em desenvolver competências relacionadas com a localização, com a observação direta, com a descrição da(s) paisagem(ns) com a explicação e comparação de fenómenos que resultam da interação homem-meio e que se materializam em paisagens, as imagens cumprem uma importante função como recurso didático.

Incluídas em contexto de sala de aula as imagens permitem analisar o território e o Mundo de modo indireto e ilustrar conceitos e noções por vezes difíceis de se observar. Reforçando a ação comunicativa na sala de aula, permitem aos professores trazerem para dentro da Escola a realidade e as vivências do quotidiano dos alunos.

Ensinar a ler criticamente as imagens do mundo é missão e desafio do professor de Geografia. Neste contexto, aos estudantes-professores em formação inicial são colocadas situações de leitura de imagem(ns) com o fim de os sensibilizar para o seu uso em contexto de aula. Esta sensibilização tem tido os seus frutos. De facto, depois de terem contacto com a leitura de imagens, estes professores têm posto em prática a elaboração de documentos pedagógico – didáticos onde constam imagens fixas e em movimento e que têm por fim levar os alunos do ensino básico e secundário a desenvolverem destrezas espaciais e visionamento espacial dos factos e a sua interação e diferenciação à superfície terrestre contribuindo assim para o desenvolvimento para a cidadania.

Bibliografia

Alegria, M.F. (2001). Contributos para uma prática da leitura de imagens fixas. In *La formación Geográfica de los ciudadanos en el câmbio de Milenio* (pp.351-359). Universidad Complutense de Madrid, Asociación de Geógrafos Españoles, Associação de Professores de Geografia.

Alegria, M.F. (2003). Ensinar Geografia numa Sociedade mediática. In *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto-Geografia* (pp.11-24). I Série, Vol. XIX. Porto.

Alegria, M.F. (2004). Imagem, imaginação e Geografia. In *Revista Apogeo*, nº 27/28 (pp.4-10). Associação de Professores de Geografia.

Alegria, M.F. (2005). Representações sobre a imagem na aprendizagem em Geografia. In *Revista Finisterra*, XL, 79 (pp. 177-193).

Calado, I. (1994). *A utilização Educativa das imagens*. Porto. Porto Editora. Coleção Mundo de Saberes 8.

Houaiss, A., Vilar, Mauro (2003). *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*.

Joly, M. (2005). *A imagem e os signos*. Lisboa. Edições 70. Coleção Arte & Comunicação.

Joly, M. (2012). *Introdução à análise da Imagem*. Lisboa. Edições 70. Coleção Arte & Comunicação.

Martin, A. (1995). Los médios audiovisuales en la enseñanza de la Geografía. In Jimenez, A.M., Marron Gaité, M.J. (ed.). *Enseñar Geografía. De la teoría a la práctica* (pp. 239 - 275).Madrid, Editorial Sínteses, SA.

Metz, C. (1970a). Au-delà de l'analogie, l'image, *Communications*, 15 (pp.1-10). Paris.

Metz, C. (1970b). Images et Pedagogie. *Communications*, 15 (pp.161-167).Paris.

Nadal, P. A. (1995). Los mapas, las fotografías y las imágenes, in Jimenez, A.M., Marron Gaité, M.J. (ed.). *Enseñar Geografía. De la teoría a la práctica* (pp. 297-315). Madrid, Editorial Sínteses.
